

JOÃO CARLOS TEDESCO

IMIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL:

*transnacionalismos, sociabilidades
e desenvolvimento econômico*



© 2022, João Carlos Tedesco

Editoração

Alex Antônio Vanin

Revisão

Juliana Capssa Sausen

Capa

Alex Antônio Vanin

Imagem da Capa

Captura de tela de dados coletados pelos estudantes de Jornalismo de Dados da Uniritter — Aline Eberhardt e Rafael Martins.

Disponível em: <https://bit.ly/3X1ytQo>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)

EDUARDO KNACK (UFCG)

EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)

FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)

HELION PÓVOA NETO (UFRJ)

HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS ERECHIM)

JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)

ROBERTO GEORG UEBEL (ESPM)

VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T256i Tedesco, João Carlos
Imigração no Sul do Brasil [recurso eletrônico] :
transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento
econômico / João Carlos Tedesco. – Passo Fundo:
Acervus, 2022.
25 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-38-7.

1. Estudos migratórios. 2. Senegaleses - Imigração -
Brasil, Sul. 3. Transnacionalismo. 4. Haitianos -
Imigração - Brasil, Sul. 5. Desenvolvimento econômico.
I. Título.

CDU: 981.6

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS INFORMAÇÕES APRESENTADAS
NESTA OBRA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

JOÃO CARLOS TEDESCO

IMIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL:

*transnacionalismos, sociabilidades
e desenvolvimento econômico*



PASSO FUNDO
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7

PARTE I

QUADRO GERAL DA IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

CAPÍTULO I

Dinâmicas migratórias contemporâneas: 33
síntese de um quadro geral 33

CAPÍTULO II

Sim ou não aos imigrantes? Atraídos e expulsos: 73
dinâmicas de um mesmo processo

CAPÍTULO III

A pandemia e os imigrantes: 115
invisibilidade, necessidade e expulsões

PARTE II

GRUPOS SOCIAIS, RELACIONALIDADES E INSERÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO IV

Senegaleses no Sul do Brasil: 147
migrar e ... migrar!

CAPÍTULO V

Haitianos no Sul do Brasil: 175
entre a salvaguarda e os preconceitos
- síntese de uma dinâmica em processo

CAPÍTULO VI

Sociabilidades em espaços migratórios: 213
entre conflitualidades, contraposições e disputas

PARTE III

TRABALHO, FAMÍLIA E RELIGIÃO:

TRIPÉS DE AUTO DEFINIÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

CAPÍTULO VII

A dimensão do trabalho: **233**
múltiplos significados e otimizações

CAPÍTULO VIII

Redes e processos integrativos: **285**
vincular-se e encurtar distâncias

CAPÍTULO IX

Segundas gerações de imigrantes e a integração social: **311**
novos desafios, oportunidades e conflitos

PARTE IV

TRANSNACIONALISMO, DESENVOLVIMENTO, REMESSAS, RETORNO

CAPÍTULO X

Imigração e desenvolvimento: **357**
uma correlação complexa, pouco dinâmica
e de resultados não imediatos

CAPÍTULO XI

Transnacionalismo, migrações e recursos financeiros **377**

CAPÍTULO XII

Remessas - racionalidades e estratégias: **397**
aspectos relacionais e de desenvolvimento

CAPÍTULO XIII

Os horizontes econômicos e das responsabilidades morais: **423**
rearranjos, retornos e suas simbologias –
uma síntese geral

CONSIDERAÇÕES FINAIS	453
Algumas notas genéricas: 30 itens para pensar e discutir	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	467

INTRODUÇÃO

A PARTIR DA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XIX, houve um aumento do contingente de imigrantes e refugiados em nível global; passou-se a discutir muito sobre a imigração denominada de *qualificada* (concebida como “fuga de cérebros”), pois com as crises econômicas do início do século XXI, acrescidas dos mais de dois anos de pandemia, muitos países receptores de imigrantes viram cidadãos seus buscarem, com mais intensidade, espaços alternativos e variados para trabalhar e viver, que não os seus (Alievi, 2020). Passou-se a discutir sobre a importância das remessas financeiras e *sociais*, aliadas ao desenvolvimento econômico nos países de origem dos grandes fluxos, bem como a alternativa que resta para imigrantes, os quais empreendem rotas que viabilizam novos destinos, como é o caso de trajetórias do Sul-Sul Global (Baeninger *et al.*, 2018). O tema das remessas e sua correlação com o desenvolvimento nos espaços de origem de imigrantes, como é evidente, carrega consigo dimensões econômicas, porém não se pode perder de vista outros horizontes correlatos e que são fundamentais para a compreensão do atual fenômeno migratório internacional.

A partir do início do século XXI, os deslocamentos populacionais assumiram algumas configurações distintas dos períodos anteriores. Países em desenvolvimento também estão absorvendo contingentes migratórios internacionais, fato esse que não é mais exclusividade dos ricos, aqueles com grande concentração de capitais. A imigração Sul-Sul Global revela esse dinamismo mais intenso e, de certa forma, diferenciador dos últimos anos (Santos, 2011; Heredia; Tedesco, 2015; Baeninger *et al.*, 2018). Imigrantes de algumas regiões do continente africano, em particular, da subsaariana, bem

como do continente asiático e muitos países da América Latina, vêm imprimindo trajetórias dinâmicas, as quais se direcionam também para o Brasil; é o caso particular de bengalis, senegaleses, haitianos e venezuelanos nas últimas duas décadas.

Entendemos que não podemos esquecer que imigrantes se deslocam criando formas, normalmente, não fixas de viver. Eles resistem às barreiras impostas pelas legislações, mercado de trabalho e aceitação social; enfrentam muitas situações-limites produzindo sentidos e novas sensibilidades, contraposições, resistências locais/nacionais, as quais alteram contextos e sociabilidades. Porém, frente às adversidades, eles possuem uma tendência muito grande de ser sempre migrantes, de deslocarem-se, idealizarem novos espaços (Santos, 2011). Há alguns grupos, como é o caso dos senegaleses, em que as mobilidades variadas lhes transmitem ou incorporam capital social, pois expressam sujeitos que se desafiam para aprender (línguas, culturas, modos de ser, etc.) e buscam otimizar fatores econômicos e sociais nos dois espaços em que se vinculam (origem e destino). Poderíamos fazer um trocadilho com jogadores de futebol, que buscam identificar-se como “rodados”, ou seja, que já estiveram em tais e tais times, bem como em vários países, porém essa dimensão não pode ser entendida de uma forma *naturalizada*; é, sim, produzida por realidades vividas de uma forma adversa, como é o caso das situações de empobrecimento do país, problemas de ordem climática, dentre outros. Essa dinâmica da mobilidade é característica de alguns grupos, os quais já produziram valores significativos em torno dela e se percebem nessa perspectiva, inclusive, questionando autóctones que não estiveram em país algum que não fosse o de seu nascimento, como sendo algo negativo e inconcebível. Ouvimos muito isso quando os questionamos em nossas conversas informais e entrevistas sobre esse dinamismo *gregário* que, acreditamos, é fruto de contextos sociais e econômicos difíceis vividos no interior de seu país e, com isso, transferem-se as causas múltiplas da mobilidade para uma dimensão subjetiva, transmitindo *status* social e empoderamento do sujeito que a exerce, além de que, como veremos em um dos capítulos desse nosso singelo escrito, historicamente, desenvolveu-se no Senegal a ideia de se “buscar fora o que não se tem aqui, e você viu que aqui não tem trabalho, aqui é muito difícil” (Imigrante senegalês entrevistado no Senegal, em junho

de 2022), dinâmica essa desenvolvida ainda no período da dominação e colonialismo francês no país (Sakho *et al.*, 2015; Fall, 2016).

Não temos nenhuma dúvida em afirmar (e isso o faremos em diversos momentos de nossa análise) que imigrantes produzem riquezas, informações, dinamizam afetos, conectam-se transnacionalmente com as instâncias locais/regionais e entre si. Eles mudam, pelo menos em alguns aspectos, os seus pontos de vistas e os de autóctones (Macedo, 2019), muitas vezes, alterando o que, aparentemente, estava estabelecido em seus universos de experiências e de relacionalidades, assim como de autóctones; atravessam fronteiras, limites de estados nacionais, alguns destes efetivados para separar, selecionar e excluir; revelam e personificam um mundo desigual, riquezas mal distribuídas, poderes despóticos e excludentes, imperialismos e novas colonizações; reivindicam direitos internacionalizados como o de migrar, de cidadania política, de pertencimentos globais e de refúgio (Macedo, 2019; Ramos, 2003). Eles dinamizam e advogam transformações sociais, rupturas às ordens estabelecidas e injustas, colocam sociedades em xeque, induzem autocríticas nos espaços de destino, principalmente as que produziram a dinâmica (neo/re)colonialista, as que necessitam de força de trabalho, de contribuintes para o caixa da previdência social e os que demandam mais consumidores (Mouhoud, 2006; Santos, 2011; Alievi, 2020); fazem circular mercadorias, afetos, estigmas racializados socialmente, desigualdades, solidariedades, crenças, direitos, etc. (Macedo, 2019). Aqui a lista dos processos seria longa se fôssemos seguir.

Não podemos deixar de mencionar sobre o fato de que as migrações internacionais recentes para o Brasil vêm se tornando pauta de muitas manchetes midiáticas (jornais e televisão). Polêmicas, discussões acadêmicas, jurídicas e políticas demandaram nova legislação a partir de 2017, com muitos avanços, mas sendo esta extremamente criticada pelos analistas dos direitos humanos e dos direitos dos imigrantes em particular, em razão dos cortes governamentais em relação ao texto original aprovado na casa legislativa, seus constantes aditivos e normativas, configuração de imigrantes em situação de refúgio, sendo esses, em alguns casos, com intensa ideologização e politização, além de manifestações sociais em torno de múltiplas questões (Baeninger, *et al.*, 2018).

Desde a década de 1990, a questão migratória no país vem se tornando um *fato marcante* e que passou a demandar informações, conhecimentos, opiniões, tomada de posição da população e da esfera governamental. Quantidade de fluxos, origem étnica de imigrantes, nacionalidades, formas de deslocamentos, legislações, controle nas regiões de fronteiras, instituições mediadoras das demandas burocráticas, causalidades e consequências, filiações religiosas, concessão de vistos especiais, problemas burocráticos, dentre outros aspectos, estiveram e ainda estão na centralidade desse fenômeno. São migrações que se diferem, em alguns âmbitos, das mais antigas (de mais de um século) e que marcaram a história e a (re)ocupação do território brasileiro do século XIX até meados do século XX (Baeninger, *et al.*, 2018; Siqueira, 2009). Não são migrações de ocupação do meio rural, nem para o trabalho rural, também não são, em grande parte, famílias inteiras que chegam; com exceção de venezuelanos e haitianos, muitos deslocam-se como indivíduos isolados, de países diversos.

Há uma série de outras questões que passaram a fazer parte no contexto da *nova* imigração no Brasil. Questões de gênero, por exemplo, também não são as mesmas relacionadas à migração de um século antes, principalmente de mulheres; não há acordos, nem políticas entre governos que as induzam, com exceção para o caso haitiano (Visto/Acolhida Humanitária); há contingentes e nacionalidades, as quais são adeptas ao credo islâmico e provenientes de países africanos e asiáticos (Baeninger *et al.*, 2018). Na atualidade, imigrantes relacionam-se cotidianamente com os locais de origem através dos meios de comunicação disponíveis e mais baratos, muito diferente da imigração de antes para o Brasil. As comparações são muitas; há processos sociais, históricos e lógicas que se assemelham, mas há muitas diferenças também. No entanto, a imigração atual, além de uma série de outras questões e, nesse aspecto, não muito diferente das anteriores, carrega estranhamentos socioculturais e geográficos, produz conflitualidades e relacionidades novas, mobiliza múltiplos fatores, afetos, pertencimentos, sonhos, crenças, idealizações, desencantos e complexifica, como sempre o fez, a realidade social (Macedo, 2019).



Navio de imigrantes que saiu da Europa para a América Latina, década de 1930. Foto de Antologia Lasar Seggal. Fonte: *Revista Estudos Avançados*. Dossiê Migrações, São Paulo, USP, n. 57, p. 322 e 326.



Embarcações que, nas últimas décadas, saem de países da África e chegam ao Sul da Europa. Muitas delas são interceptadas na costa marítima do Sul da Itália, em ilhas gregas e territórios espanhóis com o Norte da África. Muitos imigrantes não conseguem atingir seu objetivo, morrem antes de chegar. Fonte: <https://migramundo.files.wordpress.com/2015/01/542c29b06.jpg>

Insistimos que o fenômeno migratório se tornou *totalizante* no mundo atual, expressão de experiências humanas, de mudanças sociais (aspirações, emancipações, fugas, etc.), que refletem múltiplas relações, dimensões políticas, religiosas e identitárias de ambas as sociedades envolvidas, atrações/expulsões, desenvolvimento e subdesenvolvimento (Wihtol de Wenden, 2013; Sassen, 2008; Ambrosini, 2009). Por isso, entendemos que não se pode mais olhar as mobilidades de pessoas de um país para outro sem ter presente o cenário de origem, as causalidades, as múltiplas e variadas situações que as norteiam e/ou direcionam.

Emigração e imigração são dois fenômenos interligados (Sayad, 1998; Martes; Soares, 2006). Horizontes amplos se conectam, instituições e campos variados do conhecimento se inserem na temática. O esforço dispendido na esfera do trabalho, o desejo de fazer poupança em outro país, para muitos imigrantes, é sinônimo de possibilidade de investir, em geral, como vimos em nossa pesquisa com senegaleses e haitianos, no local de origem. Essa lógica entre parcimônia em um local, auxílio familiar e possível investimento em outro, é lugar comum em meio aos imigrantes. Isso, em boa parte, se difere da “velha” imigração para o Brasil, ainda que situações dessa natureza também tenham sido desenvolvidas, porém não com o dinamismo das migrações atuais.

As tecnologias de comunicação e informação, os sistemas bancários de envio de remessas (recursos financeiros), bem como os meios de locomoção, permitiram essa diferença, deram uma nova dimensão ao processo que é mais intenso hoje e se expressa pela dimensão do transnacionalismo imigrante, sua pertença binacional, os vínculos em redes e as mobilidades geográficas constantes dependendo de que país for e de onde estiver no momento localizado (Ramos, 2013; Macedo, 2019). Esse processo auxilia na vida distante, permite sobreviver a situações adversas (Lahlou, 2004; Ambrosini, 2017), cria conexões que dão o tom da sequência do amparo, das decisões, das informações dos afetos entre quem fica e quem sai (Macedo, 2019). Exclusão em um espaço e inclusão em outro acabam sendo dinâmicas que estão ligadas a fatores de ordem interna e externa do quadro de referências dos imigrantes. Esse processo pode propiciar fluxos constantes no interior do grupo doméstico (Ambrosini, 2009).

No entanto, há um *caminho civilizatório* amplo para ser percorrido no sentido de entender, hospedar e conviver harmonicamente com a imigração e os imigrantes na sociedade atual, no Brasil, em particular. Imigrantes ainda são vistos desde os tempos dos regimes coloniais como “raças submetidas” (Arendt, 1963; Kalir, 2020), sujeitadas, inferiorizadas, como invasoras, sem direito à mobilidade social, principalmente no que tange ao horizonte laboral e, por isso, devem ser coibidas pelos estados-nacionais, estigmatizadas pela mídia, negadas e discriminadas por grupos, em geral, neofascistas e de extrema direita em várias partes do mundo, inclusive em países europeus ditos modernos e civilizados, como é o caso da Inglaterra que, nesse momento em que estamos escrevendo (junho de 2022), seu governo expulsou imigrantes de várias nacionalidades, em particular, de Ruanda, sem maiores motivos e/ou justificativas; ou então, como os Estados Unidos que, desde 2019, vem deportando brasileiros (3.831 até janeiro de 2022 somente no aeroporto de Confins – MG; mais de 60 voos até esse período informado, inclusive, num dos voos, dentre as 211 pessoas deportadas, havia 90 menores).¹

Um dos temores desse processo migratório para as sociedades de destino é a incerteza (em geral, da esfera pública) de serem capazes de governar/controlar os fluxos crescentes de migrantes, principalmente os que carregam com eles uma cultura diversa daquela que se faz presente nos seus espaços. São conhecidos os processos de discriminação no campo de trabalho entre negros e brancos, e dentre esses e os imigrantes em geral, com maior exclusão para os negros empobrecidos, sem profissão definida e os indocumentados/irregulares (Macedo, 2019). Na Itália, Espanha, França e Estados Unidos essa realidade é bem intensa (Cesareo, 2017 e 2022; Ambrosini, 2017 e 2020; Bauman, 2017).

O mundo globalizado continua a revelar essa face da discriminação, porém tendo os imigrantes como alvo preferencial. Isso fica explícito no fato de que a sociedade moderna não aprendeu ainda a conviver com o estrangeiro imigrante de uma forma harmônica e integrativa com algumas nacionalidades e regiões do mundo. No horizonte do trabalho são evidentes as diferenciações, estigmatizações, precarização e exploração mais do que as já,

¹ Ver NIEM-MIGRAÇÃO. “Voo com deportados dos EUA chega ao Brasil com número inédito de 90 menores”. – Telenews Brasil, 28/01/2022.

há tempo, evidenciadas nos cenários onde não há imigrantes. Elas intensificam-se com a presença maior de imigrantes (Baeninger, Vedovato; Nandy, 2020; Antunes, 2020).

Os trabalhos executados por imigrantes em frigoríficos, na pavimentação de rodovias e na construção civil que analisamos em outros momentos revelam muito bem isso, fato reconhecido e reclamado por eles, mas que encontra pouco eco no campo jurídico e relacional-laboral na sociedade brasileira e em várias outras partes do mundo, em países que dizem primar pelos direitos humanos, democracia e cidadania social, como é o caso de alguns da Europa e da América do Norte.

Não podemos esquecer que o modelo fordista, ou seja, da grande empresa localizada, da estabilidade ocupacional e das garantias salariais e sindicais, cede lugar ao chamado “pós-fordismo” (Antunes, 2020). Este modelo serve-se dos fluxos imigratórios na medida em que encontra nos imigrantes uma força de trabalho disponível e com extrema necessidade de trabalhar, totalmente desprotegida de vínculos sindicais, extremamente precarizada num cenário de acumulação econômica baseado na exploração do trabalho (Castles, 2005; Macedo, 2019). Deduzidos dessa situação, ficam fragilizados os mecanismos de integração sociocultural dos imigrantes; desenvolvem-se mais os efeitos de isolamento, discriminação, fechamento cultural, conservadorismo, impermeabilidades dos universos simbólicos que constituem suas culturas (Cesareo, 2017). Desse modo, foram produzidas muitas barreiras, legislações restritivas, muros de contenção; no entanto, há, também, múltiplas estratégias adotadas por imigrantes, muitas delas expressando sérios riscos de vida (travessias marítimas, desérticas, controles de fronteira, dentre vários outros expedientes), para fazer frente aos limites da mobilidade transfronteiriça do mundo atual e aos processos políticos e institucionais de impedimento de passagem.



Uma parte do muro entre o México com os Estados Unidos construída pelo presidente Trump. Foto: Rafael Carranza. Arizona Republic. Fonte: <https://www.azcentral.com/story/news/politics/border-issues/2021/01/11/where-border-wall-construction-stands-near-end-trump-era/6623995002/>.

Nessas tentativas, estratégias, ações de enfrentamento e de desespero de empobrecidos do mundo, mais de 34 mil pessoas morreram desde 2000 até o final de 2019, tentando entrar na Europa; na fronteira sul dos Estados Unidos com o México, foram registradas 7.200 mortes nos últimos 20 anos (Kalir, 2020). No Reino Unido, em 2018, em média, contabilizou-se uma tentativa de suicídio diário nos centros de detenção para deportação. Na Austrália, de janeiro de 2011 até fevereiro de 2013, registraram-se mais de 4.300 incidentes de autolesão de imigrantes em centros de detenção (Triggs, 2013). Isso sem falar de situações em que ONGs e associações humanitárias que resgatam imigrantes em situação de perigo em águas do Mediterrâneo ou em outros lugares e que, ao chegarem em determinados países com seus navios, são barradas, permanecendo por semanas aguardando decisões governamentais ou tendo de procurar algum país que os deixem entrar, como foi o caso italiano de pouco tempo atrás sob o controle ministerial de Matteo Salvini, do partido Lega Nord. Fatos esses acontecem quase que constantemente em ilhas, protetorados e arquipélagos que são de domínio de vários países da Europa. Sabemos que os desafios que se apresentam em espaços de maiores fluxos migratórios não são tão simples e fáceis de serem resolvidos (Patarra, 2006; Kalir, 2020; Cesareo, 2022). Um ponto de extrema complexidade se

expressa pelos conflitos que se dão em razão de contatos de grupos culturais diversos, principalmente no âmbito religioso (Rogoff, 2005, p. 268).

A imigração apresenta-se, na atual realidade contraditória da globalização (Haesbert, 2013; Castles, 2005) como um fenômeno que complexifica e amplia a multiculturalidade. A convivência de culturas com quadros de valores diversos gera estranhamentos que incitam dúvidas, as quais podem levar a inseguranças e receios, fatores fomentadores de hostilidades e, por isso, exigem um esforço de observação compreensivo, atento e crítico (Rüsen, 2006; Rogoff, 2005; Traore, 2007). Julgamos ser necessário compreender os fenômenos migratórios, suas causalidades, os processos históricos de desenvolvimento, (neo/re)colonização de vários países que a rejeitam ou que impõem restrições, bem como conceber que a diversidade cultural é um recurso civilizatório, sempre foi e sempre será, uma vez que a imigração no mundo sempre existiu e, na atualidade, demonstra ser inevitável e irreversível, como sempre o foi. Muitos países centrais desejam estancá-la, porém, para isso (se fosse possível!), muita coisa deveria ser feita em termos de condições econômicas no mundo e, ao que parece, não há nenhuma vontade política de países ricos e seus governantes de assim proceder, além de que seus resultados não seriam imediatos, ainda mais num contexto de crises múltiplas vividas nos últimos anos (“bolha imobiliária” de 2008/9, pandemia da Covid-19, invasão russa na Ucrânia e seus desdobramentos em vários países em termos econômicos e na produção de milhões de demandas de asilo humanitário, além de crises econômicas e de abastecimento de mercadorias em vários países).

A realidade migratória atual vem demonstrando que há imigrantes e imigrantes; há os que conseguem com mais facilidade entrar nos países, os que entram, mas não podem retornar, pois não há como voltar ou levar os filhos, porque não possuem o visto, além de várias outras questões. Senegaleses entrevistados reclamam disso, alguns já fazia mais de cinco anos que emigraram para o Brasil e nunca puderam visitar filhos, esposa, família de seus pais, o espaço de origem, em geral, pela falta de documentos para retornar, posteriormente, ao Brasil. Um deles nos disse: “entramos com muita dificuldade, como te falei, passamos, eu e ele juntos, por situações que não dá nem para falar e também o que vi acontecer com outros [...] tudo foi difícil para chegar até aqui. Para voltar ao meu país agora é fácil, pego o avião e vou,

mas continua o problema para voltar aqui; não dá para retornar aqui, porque não tenho documento, ainda depois de mais de cinco anos aqui trabalhando e pagando tudo o que exigem de nós. [...]. Então, é tudo difícil para nós imigrantes. [...] Sem visitar a família a gente se sente mal” (Imigrante entrevistado em Passo Fundo, em janeiro de 2022).

Imigrantes dizem que não conseguiam ver seus pais no Senegal passando dificuldades, sem nada, sem comida na mesa, sem empregos e, já envelhecidos. A decisão para sair para qualquer país se deu, também, pela consciência de que eles precisavam ser os protagonistas desta mudança. Sem emprego, não conseguem casar, “não somos nada no país, não tem como ajudar a família e não quero que minha família, meus filhos, passem necessidade como eu passei, meu pai e mãe, meus irmãos ainda sofrem. [...], por isso tem de sair, tem de procurar fora” (Senegalês entrevistado em Passo Fundo, em janeiro de 2022).

O mundo atual, na fase informacional, cria condições para que mais gente tenha informação sobre possibilidades de acesso aos recursos (Alievi, 2020). Os recursos de informação produzem imaginários de riqueza, de bem-viver, de liberdade, de existência de “democracia racial”, conforme um haitiano nos disse que pensava que havia no Brasil, já que ficaram sabendo que aqui tinha mais negros do que brancos: “depois vi que não aqui na cidade (Passo Fundo), mas lá em Salvador, no Rio de Janeiro [...] depois fiquei o par disso” (Haitiano entrevistado em Passo Fundo, em março de 2022).

A emigração para o Brasil está correlacionada com os novos e velhos processos do mundo do trabalho, da intensa leva de imigrantes africanos de outras nacionalidades, distribuídos por várias partes do mundo, em particular, na Europa, produto do empobrecimento de países, das secas, das perseguições e conflitos em múltiplos âmbitos, os quais possuem uma história longa (Heredia, 2015). Essas experiências no país de destino, em geral, são vistas no interior do país de origem como superiores às vividas, ou seja, migra-se para melhorar de vida, de uma situação para outra, de preferência melhor, numa perspectiva econômica, de *status* social e de identidade no interior do grupo familiar (Seyferth *et al.*, 2007; Ambrosini, 2009). Nesse sentido, há uma forte pressão em dar o suporte financeiro para a família (Dial; Shako, 2010). A família está no centro do processo; imigrantes a incorporam

como sendo uma obrigação sua, a que eles compõem (esposa e/ou filhos), bem como a de seus pais, quando não de parentes como vimos em famílias que visitamos no Senegal em 2017 e em 2022, nas quais havia parentes, sogro/sogra residindo no mesmo espaço e, segundo um imigrante retornado que entrevistamos em 2022, “todos aqui eu ajudei, enviei dinheiro por mais de oito anos, por isso que retornei; eu não conseguia segurar nada [fazer poupança], porque me pediam dinheiro sempre. Voltei para ter minha família. Tenho esposa e uma filha de 3 meses; fico aqui até ela crescer, depois ou volto para o Brasil, ou tento ir para os Estados Unidos; esse é meu sonho, é ir lá pelo Brasil já que tenho documento, vou pela América [central] e chego até lá. Sei que não é fácil, mas muitos dos que eu conheço fizeram. [...] Fico lá um tempo e compro uma terra aqui e retorno e vou produzir na agricultura com minha família” (Imigrante senegalês entrevistado no Senegal, em junho de 2022).

No interior da família, o emigrante passa ser visto como alguém com probabilidade de êxito, de referência social, que incorpora, no horizonte distante, as obrigações familiares, sociais e morais, de distribuição de seus ganhos, auxiliando a família, amigos que lhes favoreceram no ato da saída (empréstimos de dinheiro) e/ou estão cumprindo papéis e funções familiares no espaço de saída. As famílias passam a contar com o dinheiro dos imigrantes. Trabalhar intensamente para ter recursos e enviar a familiares e/ou para empreender em algum momento, correlaciona-se com a moral familiar e com o dever de família (Kaag, 2006). Nessa condição, o imigrante se transforma num sujeito econômico transnacional que circula, por meio do dinheiro, de seus vínculos, da ponderação de seus gastos, investimentos, consumo e poupança entre um lugar e outro.

Nesse âmbito, a família se torna transnacional, com ligações flexíveis, e estratégias de dispersão para aproveitar oportunidades que os espaços de destino propiciam (Simon, 2008). Há uma redistribuição do papel de chefe de família entre pais e filhos; pais em países diferentes e filhos no lugar paterno (Barau, 2007). Por isso, entendemos que a emigração é um projeto e *combinação/acordo de família* (Ambrosini, 2017); é um universo de significados e de fronteiras entre o mundo econômico – ganhos, consumo, dinheiro, *status* social, apropriação de mercadorias e capitais – e a esfera dos dons, dos afe-

tos, das obrigações morais e das alteridades. Esses significados e simbologias circulam com o deslocamento físico e se condensam nas obrigações familiares, nos compromissos, na proteção e na confiança (Gonçalves, 2008; Dias, 2006). Os horizontes dos dons (dívidas morais) é que sofrem mais abalos e/ou racionalizações.

A família é um dos mais importantes pilares na base do processo (e)mi-gratório. Os imigrantes enfrentam muitas barreiras, riscos, constrangimentos, reações negativas para alimentar a esperança de uma vida melhor para a família (Vilela, 2011). Por isso, lançam mão de múltiplos processos, submetem-se às condições impostas pelos empregadores na esfera do trabalho. Em entrevistas, haitianos dizem que são os mais explorados entre os imigrantes e atribuem a isso o fato de serem do Haiti, país empobrecido; por serem negros e pelo fato de que, segundo entrevistado, “brasileiros imaginarem que todos somos da crença Vodú”. Imigrantes têm consciência de seu espaço precário no horizonte do trabalho e de vida social. A imigração atual no Brasil é identificada como laboral (*laboral migration*) para quase todas as nacionalidades presentes. O fluxo migratório contemporâneo continua a encontrar nichos de trabalho de intensa aplicação de esforço físico e insalubre, formas precárias de remuneração, informalidade, processos restritivos de mobilidade social e de performance cidadã.

Devemos considerar que os imigrantes são sujeitos que transitam em múltiplos territórios e, por isso, conectam-se e se articulam por várias redes em fronteiras diversas (religiosas, linguísticas, culturais, geográficas e políticas), porém sempre em correlação com a esfera do trabalho. Desse modo, eles diversificam seus pertencimentos, suas relações com os espaços e com as esferas que se retroalimentam (Kaag, 2006). Entendida assim, a imigração é também *circulação*, ou seja, processo que se dá em interligação do aqui e do acolá, como rede de relações possibilitadas por estratégias (retornos, trânsitos, relações mais fortes ou não num determinado lugar, identificação linguística e/ou religiosa com determinados grupos, como é o caso de senegaleses e bengalis no Brasil e, em particular, nas cidades em que fizemos pesquisa, os quais frequentam juntos as mesquitas), algumas viabilizadas pela mediação de máfias (como as que organizam o traslado terrestre de imigrantes africanos, asiáticos e da América Central que chegaram até o estado do Acre

ou Roraima e/ou outros do extremo norte do Brasil). São destacadas, ainda, outras situações como a estratégia de muitos no sentido de documentar-se num lugar para ir em outro (estratégia dos “territórios intermediários”), bem como a migração por vários espaços nos lugares de destino. Novamente aqui, tem-se uma identificação particularizada dos senegaleses nesse sentido do deslocamento interno e para o externo do país. É importante, também, frisar que senegaleses ou qualquer outra nacionalidade, não são todos iguais; alguns se destacam no interior do grupo, outros conflitam entre si, há diferenciações de credo, nem todos seguem os mesmos preceitos religiosos. Veremos alguns desses elementos diluídos em capítulos do presente trabalho.

É possível indicar alguns fatores mais estruturantes em países empobrecidos, não só da África, mas, em particular, onde estão as raízes de muitas das decisões de emigrar. Dentre as quais, destacam-se: o passado colonial (em geral, com países da Europa Ocidental), o desenvolvimento econômico pós-colonial ou as novas ações neocoloniais de grandes capitais e de governos que continuam com ações de rapina de recursos; os programas de ajuste econômico impressos de fora por instâncias econômicas e geopolíticas (Some, 2009; Coussy; Vallin, 1996; Heredia, 2015; Fall, 2016); programas que, em geral, sob a falácia da necessidade de “ajustes estruturais”, de modernização pelo mercado, sob a roupagem da lógica liberal da profunda redução do estado na economia, imprimem disciplina fiscal nos gastos públicos, além de promoverem privatizações, flexibilização dos regramentos e garantias no trabalho, agricultura para exportação, dentre vários outros aspectos (Kleidermacher, 2013; 2015).

Essas políticas implementadas com a promessa de solução para “sair da crise”, revelaram ser nocivas aos trabalhadores, aos pequenos agricultores, aos cidadãos de baixa renda e aos países, em geral, de origem de grandes fluxos. Além desses elementos no campo das ações de governo, várias regiões caracterizam-se por altas taxas de natalidade associadas ao empobrecimento, ao esgotamento de recursos naturais (desertificação, salinização do solo e dos rios, devastação florestal, escassez de água, etc.) (Ndione, 2012), abalos sísmicos, como foi o caso do Haiti (Seitenfus, 2014) ou conflitos políticos, como está sendo o caso da Venezuela, para falar apenas de alguns grupos de imigrantes mais presentes em cenários de nossa pesquisa no Sul do Brasil.

Diante dessa realidade de limites e conflitos, a emigração torna-se uma válvula de escape, bem como a intensificação de relações informais e precarizantes de trabalho são consideradas formas de sobrevivência. No caso dos senegaleses, é bem expressivo isso. A emigração das décadas de 1960 até 1980 deu-se, em grande parte, no interior dos países vizinhos (Mauritânia, Cabo Verde, Guiné Bissau, dentre outros). A partir de 1980, a Europa passou a ser o grande canal de destino de imigrantes laborais (Marfaing; Wippel, 2004; Sakho et al., 2015). Para esse grupo, a partir do início do século XXI, outros destinos foram se constituindo, entre os quais, o Brasil e vários outros países da América do Sul. No horizonte das emigrações laborais, as causalidades podem ser múltiplas e correlacionais de processos estruturais e subjetivos, ambas de difícil determinação e hierarquia (Wihtol de Wenden, 2013).

Nas entrevistas que fizemos com haitianos e senegaleses, as explicações sobre as informações, assim como a decisão e emigração para o Brasil, sempre estavam correlacionadas à “existência de trabalho”, “ser grande”, “estar crescendo muito”. Quanto ao local escolhido, o sul do Brasil, este mostrou ser, para alguns dos interlocutores: uma “região que é bem desenvolvida”, de ter visto na internet que “aqui tinha trabalho”, de “ter aprendido espanhol [para alguns senegaleses, por exemplo, o português, devido à emigração anterior para Cabo Verde e Guiné Bissau] e achava que daí seria mais fácil encontrar trabalho no Brasil”, da “região sul ter muitas indústrias”. São respostas que giram em torno da noção de um país grande, de estar crescendo economicamente e, portanto, de ter trabalho, de legislação que favoreceria a demanda por refúgio (essa como estratégia para inserção no país e, como consequência, no mercado de trabalho).

Entretanto, o que nos chamou mais a atenção foi o fato de que os entrevistados enfatizavam que no Senegal, pós anos 2000, foram desenvolvidas campanhas publicitárias sobre o Brasil por agências de viagens e por governantes, como “país grande”, de “muito trabalho e sem guerra”, “que era fácil vir para cá”, que “tudo aqui é tranquilo (essa noção de ‘tranquilo’ é muito expressa por senegaleses) e que dava para mandar muito dinheiro para casa”, a “popularidade e a visita do Lula (presidente do Brasil entre 2002-2010) nos países vizinhos lá na África” e a sua proposta de acolhida aos africanos expressa numa das viagens que fez à África logo no início de seu primeiro man-

dato, ocasião em que adotou uma ação de perdão de dívidas financeiras externas com os países os quais tiveram, no passado, um mercado de escravos ao Brasil). No Haiti, as novelas brasileiras produziram desejos de adentrar no país, mas os acordos diplomáticos favoreceram as saídas e as opções por esse espaço, até então, desconhecido e incomum (Baeninger, 2017). As grandes obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas também foram expressas como promissoras de espaços de trabalho e de atração ao país.

Desse modo, as causalidades são múltiplas. Revelam-se, em horizontes subjetivos, redes que vão se constituindo, dinâmicas políticas e econômicas que demonstraram ser favoráveis, legislações mais brandas se comparadas às de espaços de maior expressão migratória, possibilidades de deslocamentos intercontinentais, horizontes religiosos que intencionavam se transnacionalizar, famílias que decidiram deslocar membros para permitir a permanência de outros no espaço de origem. Essas peculiaridades são uma demonstração da constituição das redes informais e associativas entre imigrantes (Espiro, 2020; Minvielle, 2013; 2016). Os vínculos que vão acontecendo entre eles auxiliam na inserção e na escolha de espaços de trabalho.

Queremos enfatizar em todo esse trabalho e, principalmente, aqui na Introdução, que a imigração é um bem, um recurso civilizacional, uma dinâmica que precisa ser entendida pela sociedade para, com isso, produzir processos integrativos e humanitários, de cidadania e de ética. O ciclo migratório como um todo precisa ser compreendido, contemplando os processos que envolvem as saídas específicas de cada país em particular, os traslados e suas dificuldades, os limites impostos pelas legislações, a diplomacia existente entre os dois países, a origem nacional e étnica, bem como geográfica dos fluxos, a realidade e a experiência como imigrante e o retorno voluntário, planejado ou movido por outras causalidades. Esse último é pouco estudado e levado em conta, mas é interessante mencionar que as lógicas que envolvem a saída, muitas vezes, são as mesmas que induzem ao retorno. Este também é eivado por relações complexas e diferenciadas.

A imigração vem produzindo relações problemáticas nas sociedades de destino dos fluxos como sempre produziu em sua história, para alguns grupos mais e para outros menos; em alguns períodos históricos mais, outros menos. No interior dos grupos, também há relacionamentos conflituosos,

complexas, de difícil percepção. E somente com estudos aprofundados, etnografias, inserções no interior deles é que se consegue apreender.

A emigração pode se tornar, para determinados sujeitos, um espaço que produz transgressões da identidade (Della Puppa, 2013; Tedesco; Vanin, 2018), de tendências afetivo-sexuais, de crenças religiosas, de questões sensíveis em geral, as quais, muitas vezes, são pouco visíveis e apreendidas nos estudos sobre grupos migratórios. Ouvimos narrativas de representantes de associações de imigrantes que revelam o que, para eles, é considerado transgressão, como é o caso do homossexualismo, consumir bebidas alcoólicas, não frequentar o templo, não rezar “como se deve”, como um presidente de associação de imigrantes nos disse, além de não zelar pelo período do Ramadã, em algumas situações de casamentos mistos, assim como a prostituição, dentre outros horizontes. São processos que revelam diferenciações e conflitos entre imigrantes em suas nacionalidades e coletividades específicas, pois nem todos seguem os cânones religiosos. Há transgressões, principalmente no campo afetivo, tensões no horizonte das representações de grupos, dentre outros processos.

A emigração pode fazer com que o guardião da família, o pai, perca boa parte ou acabe afrouxando a sua importância central e transfira esse processo à esposa/mulher/mãe. Por isso, além de outros processos sociais, culturais e tecnológicos, a emigração pode ser produtora de muitas transformações nos referenciais simbólicos e culturais arraigados na cultura do país (Gardner, 2016). Um imigrante entrevistado nos disse que “migrar pode também distanciar problemas”, torná-los menos presentes, menos cotidianos e vividos. O ato de sair do local de origem pode provocar outros deslocamentos, distanciar o sujeito da sujeição familiar, aqueles que se opõem à estrutura de determinação da família, os que não se conformam com situações predefinidas, os que são ameaça à reputação da família e os que não expressam legitimidade no interior do grupo de pertencimento ou na vivência comunitária (Della Puppa, 2013; King; Knights, 1994). Foi o caso de bengalis que casaram em Passo Fundo e em Chapecó com brasileiras, sem o consentimento dos pais e sem fazer parte *a priori* do islamismo, fato esse que teve profundos impactos negativos no interior do grupo.

A emigração, como enfatizamos, pode ser uma forma de distanciar quem

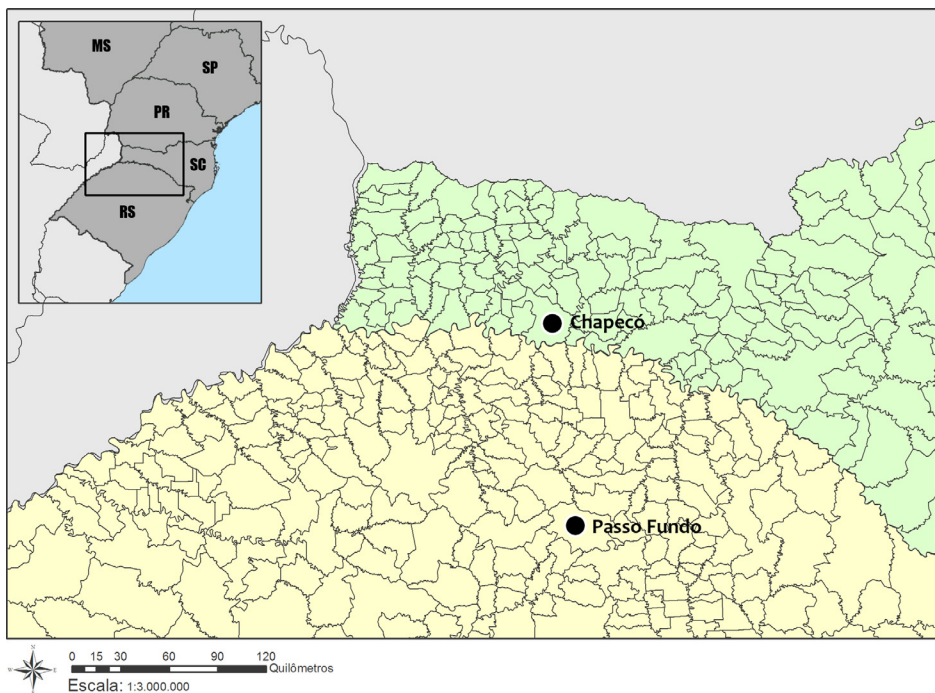
não se conforma com os modelos de organização social, patriarcal e hierárquica da família, podendo ameaçar a reputação familiar por não estudar, não trabalhar, usar drogas, não participar ou desenvolver rituais religiosos, quem teve alguma falência econômico-financeira, etc. (Priori, 2012). Todavia, os emigrantes também podem, na distância, não ser tão expressivos ou com *status* elevado no interior da sociedade/grupo de destino, pois, em geral, desenvolvem atividades de baixa qualificação (Della Puppa, 2013). O mesmo pode não acontecer na de origem. No espaço externo pode haver maior probabilidade de emigrantes desenvolverem atividades ilegais, desqualificadas. Com isso, se essa realidade for disseminada no espaço de origem, pode produzir humilhação e vergonha à família e ao grupo religioso (confraria) a que pertencem (Foner, 2011). Há ambivalências, situações contrastantes, porém a representação de que a emigração rompe com a imobilidade no interior do país de origem, permite a abertura para o mundo (modernidade, cosmopolitismo), transforma o *status* social, viabiliza maior emancipação do controle familiar, ao mesmo tempo na hierarquia da família, atrai mais facilmente parceiras para casar e para obter contrapontos de herança nos acordos entre famílias, etc. (Eade; Garbin, 2005).

A emigração precisa ser compensada com dinheiro e bom comportamento, pois pode-se imaginar que, no (e sendo) estrangeiro, pode estar desenvolvendo atividades irregulares, algum tipo de trabalho que desonra a família, com conotação humilhante junto aos seus, à sociedade local, ao horizonte religioso, etc. E isso poderá dificultar o casamento, o retorno, alterar dinâmicas de envio de remessas financeiras e deslocamentos simbólicos, esses produzindo múltiplas conflitualidades junto aos que ficam e, também, aos que migraram.

Dito isso de uma forma genérica, o que queremos, nessa síntese de alguns dos elementos que envolvem o processo migratório contemporâneo, em maior expressão, para o Brasil, é contribuir para o entendimento de alguns de seus processos a partir de um olhar de quase duas décadas em torno

do tema. Produzimos alguns trabalhos individuais e coletivos neste período²; acumulamos uma sequência de pesquisas em torno de temas variados junto às migrações atuais de senegaleses, haitianos e bengalis para o Sul do Brasil; participamos de projetos de pesquisas internacionais com pesquisadores no tema junto à Universidade de Verona e de Buenos Aires; viajamos duas vezes ao Senegal para entender um pouco o país e alguns aspectos de sua realidade econômica e social, convivendo em famílias de imigrantes retornados do Brasil e, em particular, dos municípios os quais fizemos algumas pesquisas (Passo Fundo e alguns municípios de seu entorno, como é o caso de Marau, Tapejara e Serafina Corrêa no estado do Rio Grande do Sul, em razão da presença de indústrias frigoríficas, bem como o município de Chapecó, no estado de Santa Catarina).

² Indicamos algumas para um maior aprofundamento de temas que, sinteticamente, em parte, estão esboçados no presente estudo. TEDESCO, J. C. De Bangladesh ao Sul do Brasil: dimensões da imigração contemporânea no Brasil. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 13, p. 163-185, 2019. TEDESCO, J. C. Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 54, p. 163-282, 2018. TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G.; NOSCHANG, P. Un análisis de los cambios en las legislaciones migratorias en Brasil y Argentina: implicaciones para la población de origen senegalés. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 11, p. 302-330, 2020. TEDESCO, João Carlos; MELLO, P. Imigração e transnacionalismo religioso: os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul. *Revista Nures*, v. 30, p. 1-26, 2015. TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional". *Espaço Pedagógico*, v. 18, p. 367-386, 2012. TEDESCO, J. C. *Desejados e excluídos: trabalhadores imigrantes na/como pandemia*. Passo Fundo: Acervus, 2020. TEDESCO; VANIN, A. *De Bangladesh ao sul do Brasil*. Erechim: All Print, 2018. TEDESCO, J. C.; MELLO, P. *Senegaleses no Centro-norte do Rio Grande do Sul. Imigração Laboral e dinâmica social*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015. TEDESCO, J. C. A escola e o direito à educação aos imigrantes: breve reflexão sobre as segundas gerações atuais. In: HAMEL, M. (Org.). *Direitos Humanos e Imigração*. Porto Alegre: Editora FI, 2021, p. 14-40. TEDESCO, J. C. Trabalhadores imigrantes e o coronavírus: precarização, vulnerabilidades e otimizações. In: OLIVEIRA, R. V.; SILVA, A. R. da. (Org.). *Trabalho e pandemia: informalidade, precarização e suas múltiplas relações*. São Paulo: Annablume, 2021, p. 135-166. TEDESCO, J. C. Trabalho, religião e família: pilares do processo migratório senegalês. In: MEJIA, M. R. G. (Org.). *Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental*. Lajeado: Univates, 2018, p. 127-148. TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (Org.). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, 2017, v. I. TEDESCO, J. C. (Org.). *Imigração senegalesa: múltiplas dimensões*. Vol. II. Porto Alegre: EST Edições, 2019. TEDESCO, J. C.; GAMBERONI, E. Dinâmicas históricas e causalidades da diáspora senegalesa -1970-2010: breves apontamentos. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 22, p. 147-171, 2022.



Localização geográfica dos dois municípios que mais efetuamos pesquisa de campo. Fonte: Mapa elaborado por Alex Antônio Vanin (2022), a partir da Base Cartográfica do IBGE.

Descreveremos as formas de contato, de pesquisa, os núcleos temáticos que as compunham na introdução dos eixos temáticos do presente estudo, até porque foram muitas as estratégias, os envolvimento, as dinâmicas das “bolas de neve” que constituímos neste longo período de estudos. Isso sem falar nos envolvimento como voluntários em cursos de língua portuguesa para imigrantes junto à Pastoral das Migrações da Arquidiocese de Passo Fundo, às organizações de assistência aos imigrantes na Universidade de Passo Fundo, aos Missionários Leigos Scalabrinianos de Passo Fundo, do qual fazemos parte, bem como na participação em festejos religiosos, culturais e de dimensão assistencial, auxiliando em sua promoção e que também se revelaram como momentos de grande aprendizagem, de diálogos, de amizade, de constituição de redes e de interconhecimento. Adotamos várias outras estratégias de pesquisa e de integração, como foi o caso de jogos de futebol por anos antes da pandemia, aos sábados à tarde e às quartas feiras pela parte da noite, momentos esses em que convidávamos sempre vários senegaleses

para jogar conosco; pesquisas em locais de maior presença laboral de imigrantes, como no caso da construção civil, frigoríficos e atacados, mas, principalmente, em frigoríficos; contatos nas residências de imigrantes em finais de semana, almoços e/ou jantares juntos.

Estivemos presentes por várias ocasiões na mesquita de Passo Fundo nas sextas-feiras e em domingos pela parte da tarde. Participamos, também, na organização e na promoção de auxílios assistenciais para imigrantes venezuelanos em seus processos de interiorização; auxiliamos, em algumas oportunidades, no encaminhamento de documentação no Balcão do Migrante na Universidade de Passo Fundo. Fizemos pesquisa de campo na cidade de Chapecó, principalmente junto a senegaleses que trabalham em frigoríficos mais recentemente e, em 2016 e 2017, em particular, com trabalhadores do setor Halal. Outras ações e situações se fizeram presentes, as quais serviram como momento e espaço de interação, de pesquisa, de compreensão de processos e de amizades que se mantêm.

Enfim, descrever esses processos, em sua totalidade, nesses quase 20 anos torna-se inócuo e toma muito espaço em razão de sua multiplicidade de ocasiões. Mas não podemos deixar de mencionar as oportunidades que tivemos junto à Universidade de Verona, promovidas pelo edital Cooperint³, que nos permitiu três estágios de professor e pesquisador visitante por alguns meses em cada uma delas. A última oportunidade ocorrida em maio e junho de 2022, na qual estudamos processos que desenvolveremos, com mais ênfase, no último eixo temático deste estudo, principalmente abordando temas como (co)desenvolvimento, transnacionalismo, retorno, remessas, associacionismo imigrante, etc., enfim, processos econômicos e políticos da imigração e que estão em evidência na atualidade.

Muitos dos conteúdos do presente estudo foram, de uma forma ou de

³ Agradecemos imensamente à Universidade de Verona, pela bolsa de professor-pesquisador, por meio do Programa Cooperint (Cooperação Internacional) – Edital “Mobilità per la Cooperazione allo Sviluppo Internazionale 2021”. Estendemos nossa gratidão a vários professores do Dipartimento Culture e Civiltà, em particular, à professora-orientadora, Dra. Federica Bertagna pelo apoio, costureira recepção, discussão dos temas sobre imigração, sua solidariedade e amizade; bem como à professora Dra. Emanuela Gamberroni, por estar sempre nos auxiliando em bibliografias, interlocução temática, sua colaboração e amizade. Queremos manifestar, também, nossa gratidão à professora Dra. Maria Ines Barbero, nossa colega de bolsa Cooperint, pelo convívio cotidiano no Colégio Universitário Don Mazza de Verona, pelas nossas discussões sobre temas variados, caminhadas e alguns copos de chopp. Sua experiência de vida e conhecimentos nos auxiliaram muito e transformavam o tempo que permanecíamos juntos em momentos agradáveis.

outra, desenvolvidos em alguns textos, em livros e/ou artigos; sendo que aqui foram sintetizados, revisados, atualizados, ampliados e correlacionados com o tema central, que é a questão do desenvolvimento nos espaços de origem. Em partes específicas, no decorrer da análise, faremos as referências de fontes e recursos utilizados.

Intencionamos, com esse estudo, produzir uma genérica e introdutória discussão sobre o tema das migrações internacionais, inclusive, revendo análises e interpretações que fizemos anos atrás em outros estudos e inserindo temas e abordagens, bem como literatura nova, além da contínua tentativa de apreensão empírica de processos que julgamos que estejam em evidência e nos dão o tom dos dinamismos atuais.

Desejamos oferecer um material para auxiliar na compreensão de apenas alguns dos processos que envolvem a atual migração internacional e a que se expressa nos espaços locais dos dois municípios mais centrais de nossa pesquisa: Passo Fundo e Chapecó, em razão da presença de um grupo maior de senegaleses, bengalis e haitianos, também de venezuelanos. Porém, esses últimos não serão objeto específico deste estudo e, sim, de outro, em construção, em razão de especificidades políticas, ideologização, programas de interiorização, proximidade geográfica entre países, espaços específicos de trabalho e mediação da Igreja Católica em algumas ações e vínculos de imigrantes.

Queremos oferecer aspectos desse dinamismo atual aos alunos de cursos em que desenvolvemos a temática das migrações internacionais, às pessoas interessadas, mas principalmente aos que não são especialistas no tema. Deste modo, desenvolvemos tais aspectos de uma forma menos acadêmica, fazendo fluir vozes, utilizando muitas imagens, dentre outros recursos. Esperamos atingir esse objetivo.

PARTE I

QUADRO GERAL DA IMIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Sim ou não aos imigrantes?

Pandemia de Covid-19 e imigração





O MUNDO CONTINUA SENDO CADA VEZ MAIS MIGRANTE. Dados mais recentes informam que a imigração internacional atual corresponde a mais ou menos 4% da população mundial, ou seja, em torno de 290 milhões (Idos, 2021), ressaltando sempre a dificuldade de mensuração deste fenômeno. Acredita-se que uma entre 30 pessoas esteja vivendo fora de seu país de nascimento. Um dado novo neste fenômeno é que as mulheres representam quase 50% dos imigrantes internacionais, fato esse que marca e diferencia esse cenário atual em relação a outros tempos da dinâmica migratória.

Conforme aumentam as contradições sociais e econômicas, mais evidenciam-se as migrações, pois elas são a face e a expressão, em boa parte, das condições desiguais de existência neste mundo atual. As tecnologias de comunicação e informação, as quais permitem conhecimentos maiores sobre o que se passa no mundo, também fornecem meios para a mobilidade populacional, porém, mesmo com esses recursos informativos, os imigrantes continuam a sofrer bloqueios, dificuldades, contraposições, restrições de mobilidade, muros físicos e outras dimensões. Ou seja, não basta conhecer mais, ter mais informações e ser atraído pelas propagandas de agências de viagens e imagens do mundo enriquecido e de vida melhor se a dinâmica política, a concepção de fronteira nacional, de nacionalismo étnico e racializado impedem passagens de pessoas.

A globalização nos foi representada e/ou simbolizada como algo sem fim, sem limites, um progressivo de ações econômicas e sem fronteiras (Sassen, 2008; Castles, 2005). A realidade atual demonstra vários pro-

cessos que não são bem assim, principalmente na correlação com os imigrantes e com os conflitos e crises mundiais. Ela revela sua ambivalência, complexidade, aberturas e fechamentos de fronteiras, proteção comercial, sanções, mercados orientados pelos ventos da política e conjunturas de momento, dinâmicas essas que, aparentemente, não estavam em seu *catecismo*.

Os imigrantes continuam sendo necessários nas sociedades enriquecidas, porém, não são reconhecidos. Eles colaboram para a reconfiguração do tecido social produtivo, no sistema de proteção social, na sociabilidade urbana em vários países, bem como em propiciar alimentos provenientes da agricultura à mesa de muitas nações que não são as suas de nascimento. Na Itália, por exemplo, segundo Baldini (2021, p. 323), os imigrantes geraram um montante financeiro em torno de 29 bilhões de euros e incorporaram um gasto de 25 bilhões, ou seja, produziram um saldo de 4 bilhões de euros. Isso precisa ser dito e divulgado para auxiliar na ruptura do preconceito contra eles, para contrapor o discurso ideologizado e sem fundamento do “custo imigração”. Na Espanha, em 2021, por exemplo, havia necessidade de mais de 450 mil imigrantes para a colheita de frutas e hortigranjeiros (Idos, 2022). Com a pandemia, muitos retornaram para seus países ou para outras fronteiras nacionais, fato esse que, em dias atuais (2022), vem preocupando o setor agrícola em razão da necessidade de trabalhos no cultivo da uva, de frutas e legumes e, segundo o que jornais constantemente divulgam, não há mão de obra e, autóctones não querem realizar essas atividades.

Dito isso preliminarmente, para abrir algumas das discussões do primeiro eixo temático, o que queremos nestes três capítulos que o compõe, é fornecer um quadro sintético de alguns dos elementos que estão na base da negativização dos imigrantes nas sociedades mais enriquecidas, ou das que mesmo não o sendo, recebem ou vêm recebendo grandes levas deles, como é o caso do Brasil. A intenção é de correlacioná-los e demonstrar como certos discursos falaciosos sobre o perigo emigração - o “problema migratório” na Europa e nos Estados Unidos - na nossa visão, revela outros processos, ou seja, uma sociedade que não é capaz de conviver com o *diferente*, que é pouco democrática, não reconhece seus limites e ne-

cessidades e, demonstra, também, não saber reter boa parte de sua força de trabalho. Um cenário *volante* em que algumas das questões que fazem produzir translaços de outros países para o interior de estados nacionais ricos, também, desenvolvem-se neles.

Os recursos que utilizamos para a análise são basicamente revisão de literatura mais atualizada do fenômeno migratório numa perspectiva mais crítica e que problematiza a noção do “problema migratório”, esse, muito presente nos jornais da Europa. Servimo-nos de dados estatísticos de produções da Caritas de Roma, da Fondazione Ismu de Milão e Idos, essa de Roma, em razão de que estávamos em estágio de professor-pesquisador na Universidade de Verona e, aproveitamos para revisar esses materiais, os quais nos forneceram um quadro atualizado da Europa e de várias partes do mundo. Utilizamos boletins de conjuntura da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e outros dados produzidos por entidades da ONU, como a ACNUR, dentre outras fontes.

CAPÍTULO I

Dinâmicas migratórias contemporâneas:

síntese de um quadro geral

MARCEL MAUSS CERTA VEZ, em seus estudos de antropologia cultural, definiu as migrações como um *fato social total*. Outros autores posteriores vêm seguindo essa ideia, pois colocam em evidência a “totalidade da sociedade”, ou seja, as migrações produzem mudanças, alteram valores, indivíduos, dinamizam políticas, *mobilizam* territórios, ambientes sociais e culturais. Elas são muito ativas, impactam, tornam-se visíveis no cotidiano de algumas das grandes cidades do mundo. As migrações são, em geral, registradas na História como problemáticas, entendidas mais como conflitualidades do que recurso civilizatório.

A imigração é uma realidade incorporada no imaginário social, por isso, também, é entendida como *um fato totalizante* da sociedade, independente do tempo (Sayad, 1999). Períodos históricos tendem a desenvolver para mais ou para menos essa realidade. Nas últimas décadas, com os fenômenos da globalização (informação, tecnologia, viagens, mídias etc.), esse processo vem demonstrando sempre mais intensidade e polêmicas. A imigração tornou-se prioritária na agenda política de países da Europa, dos Estados Unidos, Canadá e Austrália. No Brasil, nos últimos anos, o fenômeno migratório foi muito politizado e ideologizado. Nas atuais candidaturas à presidência da República (setembro de 2022), vimos que nos planos de governo que estão disponíveis, há somente três que falam algo sobre a questão, mas muito de uma forma secundária. O que mais enfatiza é o candidato Lula abordando questões como direitos, educação, cidadania aos imigrantes existentes no país e, a necessidade de um melhor acompanhamento aos milhões de brasileiros que estão fora do país.

Alguns autores colocam que os imigrantes irregulares hoje formam um *sexto continente*, porém geográfica e culturalmente desterritorializado, uma espécie de território *móvel*, sem fronteiras e sob regimes e orientações jurídicas e políticas diversas, expressão das contradições da globalização econômica e de um conjunto somado de outros fatores (Ambrosini, 2020; Cesareo, 2017; Castles, 2005; Sassen, 2008).

Em correspondência com o que mencionamos na Introdução ao primeiro eixo temático, queremos com este breve capítulo simplesmente fornecer alguns elementos que revelam esse *mundo em movimento*, esse *fato social totalizante*, como diz Mauss e Sayad, que é a imigração, alguns aspectos de sua dinâmica atual, alguns dados, algumas polêmicas, problemas a enfrentar e soluções que a literatura apresenta como fundamentais para produzir uma realidade mais harmônica e integrativa entre os sujeitos que migram e os autóctones que os têm no espaço dito *nacional*.

Um quadro que oscila em razão de cenários de crise econômica e social

Já enfatizamos na Introdução de que é difícil, quando não equivocado, falar em imigração e imigrantes de uma forma genérica. Há tipos e formas diferentes de imigração e de imigrantes. Apresentam-se os laborais e refugiados, vários *outros* que, ao que nos parece, ganham mais legitimidade e aceitação, principalmente nas hierarquias produzidas entre países, credos religiosos e regiões do mundo. Acrescentam-se os estudantes, *managers*, religiosos, jogadores de futebol e de outras modalidades esportivas. Há também, os que necessitam vistos e os que não, os que correm riscos de vida ao atravessar barreiras, muros, fronteiras vigiadas e mares, os que são considerados bem-vindos e os que não. Enfim, há uma multiplicidade de realidades, de situações e sujeitos coletivos. Casos específicos estudados poderão dar o tom da percepção do que há de comum entre as várias situações. Na realidade, isso tudo não demonstra ser muito diferente do que sempre foi.

Seleções, quantidades, origens, destinos, requisitos e otimizações de imigrantes são marcas da História. Isso também produziu diferenciações, desejos da sociedade hospedante em gerenciar o processo como se faz numa empresa objetivando sua otimização, benefícios e racionalizações de ações. Esse processo, além de produzir conflitos entre imigrantes e autóctones, vem criando relações inamistosas entre imigrantes da mesma nacionalidade e de outras diferentes.

Os imigrantes possuem uma relação direta com o trabalho e, não temos dúvida em dizer que a esfera deste revela ser um dos horizontes mais prejudicados pelas dinâmicas de uma sociedade global em crise, em grandes transformações, pois vem imprimindo cada vez mais situações de precarização aos trabalhadores assalariados, formas variadas de (auto)remuneração de quem *vive do trabalho*, ou seja, as categorias mais empobrecidas dos trabalhadores dependentes, os concebidos como fazendo parte do *preariado* (Antunes, 2020; Baeninger, 2018).

A circulação econômica e as tecnologias de informações, facilitadas pelo processo de abertura de fronteiras, não inseriram em seu horizonte a mão-de-obra, esta permaneceu em espaços *fronteiriços* em várias de suas manifestações. Nesse cenário, empregos foram reduzidos, a informalidade ganhou contornos nunca vistos, a terceirização e o *part-time*, em geral, também informais, passaram a ser vistos como panaceia para toda e qualquer ação empresarial e de trabalho consideradas de maximização para trabalhadores e, principalmente, para os que contratam mão-de-obra (Antunes, 2020; Macedo, 2019; Santos, 2011).

Empresas migram pelo mundo a fora em busca de fatores maximizadores, principalmente, de mão-de-obra e matéria-prima, com isso, continuam produzindo formas precarizadas e chantagens aos trabalhadores que vivem de salário ou de outras formas, que são dependentes de outrem em termos de remuneração (Dupas, 2005). Como diz o autor citado, o capitalismo global conseguiu inventar, em meio aos direitos do trabalho, trabalhadores sem direitos, processo esse fundamental para a aceitação e inserção de mão-de-obra nas fronteiras transnacionais, impondo novos padrões gerais e privados de acumulação de capital às custas do trabalho precarizado.

Em vários países vem se intensificando o debate sobre a correlação entre imigração e economia, ou, mais precisamente, o custo da imigração, principalmente em razão das crises econômicas (a de cunho financeiro de 2008/9, da pandemia e, mais recentemente, da invasão da Rússia na Ucrânia e seus desdobramentos em várias partes do mundo), da falta de empregos, das demandas pelo setor de saúde e de auxílios emergenciais junto à esfera pública. Na realidade, pouco se fala da importância dos imigrantes junto aos cofres da previdência social, do aumento do consumo que eles promovem, da geração de empregos pelos novos serviços ocasionados em razão de suas presenças em sociedades, dos impostos diretos e indiretos que eles pagam etc. Abordaremos alguns aspectos neste sentido em outro capítulo deste eixo temático.

Como já mencionamos, há múltiplos fatores que envolvem a presença de imigrantes. Ou seja, há um *mundo em movimento* produzido por eles e suas relacionalidades, o qual recorta territórios, demanda espaços de vida melhor e reconhecimento de seus limites nos locais de origem. Há países e regiões em que há saídas e chegadas mais intensas, outros que causam mais polêmicas, alguns que buscam otimizar e valorizar mais os imigrantes, outros que pensam mais em produzir barreiras, outros ainda os utilizam para além do econômico, servem de discurso legitimador de narrativas em períodos eleitorais. Por isso, é importante entender que são múltiplos horizontes que se *movem*.

Segundo Ricci (2021, p. 20), na dinâmica dos fluxos migratórios mundiais, as principais áreas de partida são a Ásia (111 milhões), a Europa (67 milhões), a América do Sul (43 milhões), a África (41 milhões) e a Oceania (2 milhões). Em termos de países, a Índia é o primeiro, com 17,9 milhões de emigrantes, logo em seguida está o México com 11,2 milhões, a Federação Russa com 10,8 milhões, a China com 10,5 milhões, a Síria com 8,5 milhões (essa última configura neste quadro em razão da guerra civil que assola o país há vários anos) (Idos, 2021).

Em termos de localização, quase 60% dos imigrantes internacionais estão inseridos nos países do norte do mundo. O primeiro em destinação é a Europa com 93 milhões, seguida da Ásia com 79 milhões, a América toda (com centralidade para sua parte norte) com 74 milhões, a África com 25

milhões e a Oceania com 9 milhões. A metade da imigração internacional se concentra em 10 países, ou seja, a Alemanha com 15,8 milhões, a Arábia Saudita (13,5), a Federação Russa (11,6), o Reino Unido (9,4), os Emirados Árabes Unidos (8,7), a França (8,5), Canadá (8,0), a Austrália (7,7), a Espanha (6,8) e a Itália (6,4) (Ricci, 2021).

Os países árabes chamam a atenção pelo número elevado de imigrantes e refugiados em seus territórios. Isso se deve também ao setor petrolífero que demanda trabalhadores de vários países, em particular, de asiáticos. Alguns bengalis que entrevistamos disseram que antes de emigrar para o Brasil tiveram experiências de migração em países produtores de petróleo e que trabalharam neste setor. A média dos imigrantes nos países considerados de “alto desenvolvimento” - os do “Norte do mundo” - em relação a sua população, é de 11,9%, os do Sul do mundo são ao redor de 2,0% (Idos, 2021). O mundo em 2021, registrava uma população ao redor de 8 bilhões; 60% dessa população mundial vivia, no período, na Ásia (4,6 bilhões), os outros 40% estavam distribuídos pela África (1,3 bilhão), América (1 bilhão), Europa (800 milhões), a Oceania (43 milhões) (Fondazione Ismu, 2022). O Brasil, por exemplo, figura nas primeiras colocações em termos de emigrantes. Revela ser um país que vem recebendo estrangeiros nas últimas décadas, mas que possui um grande contingente em vários países, com preponderância para os Estados Unidos. Dados mais recentes (2022) do Ministério de Relações Exteriores informam a presença de quase 5 milhões de brasileiros no exterior, sendo os Estados Unidos, Portugal, Austrália e Canadá, os países de maior opção de trajetórias neste ano.

Evolução anual do nº de brasileiros morando no exterior

Estimativa (em milhões) da comunidade brasileira vivendo em outros países.

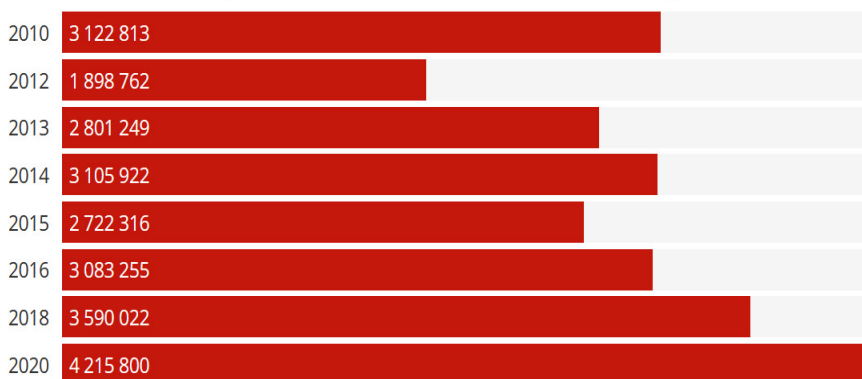


Gráfico: Economia/g1 • Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Os dados do Itamaraty mostram que, em 2020, havia 4.215.800 brasileiros no exterior, 46% desses emigrantes estão na América do Norte, 30% estão espalhados pela Europa. Fonte: Economia/g1 Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Aline Macedo e Daniel Silveira, g1 — São Paulo e Rio de Janeiro.

O PIB mundial atingiu em 2021, 133 trilhões de dólares (americanos), 46% dele está nos países do “Norte do mundo”, o qual compreende somente 17,5% da população mundial (1,4 bilhão de pessoas). O “Sul do mundo” comporta a cifra de mais de 6 bilhões de pessoas (Ricci, 2021; Fondazione Ismu, 2022). Nunca esquecendo que, nessas macrorregiões, há espaços de alta riqueza, assim como de muita pobreza. As desigualdades econômicas expressas em nível mundial também se reproduzem no interior dos países com consequências migratórias (Idos, 2021). É por isso que há uma intensa migração no interior de alguns países da União Europeia nos últimos 20 anos, bem como de países ricos em direção a países em desenvolvimento. Essa é uma das explicações para o fato da intensa emigração de italianos e espanhóis para o Brasil nas últimas duas décadas. Só para ilustrar esse fenômeno na Europa por exemplo, em 2019, ela recebeu em torno de 4 milhões de imigrantes, dos quais, mais de 2 milhões eram de países de fora da União Europeia, porém, mais da metade desses mais de 4 milhões circulou de um país a outro no interior do bloco dos 27 países (28 na época, pois, o Brexit ainda não tinha se constituído). O Reino

Unido, por exemplo, possuía, em 2019, um contingente de italianos muito grande, estimou-se em mais de 600 mil. Por isso que alguns jornais da Itália, de uma forma irônica, estampavam notícias dizendo que Londres era, em 2019, “uma das maiores cidades “italianas”” (Ricci, 2021). A França, nesse mesmo ano, recebeu 369.946 imigrantes, dos quais, 167.527 eram provenientes de fora do referido bloco, mais da metade do interior dele; porém, teve 312.554 emigrantes (Alievi, 2020). A Espanha não ficou muito para trás, ela incorporou 532.132 imigrantes, sendo 314.238 que não faziam parte do bloco, porém, teve mais de 800 mil emigrantes. A Itália não se situa distante desta dinâmica, ou seja, recebeu 343.440 imigrantes em 2019, mas teve 155.110 emigrantes, dos quais mais de 40 mil emigraram para fora da União Europeia (Alievi, 2020).

Desse modo, a retórica midiática e política de alguns países em relação à “invasão migratória” ou do “pericolo immigrazione” é uma falácia, ou meia verdade. Só para termos uma ideia, entre 2014 a 2019 (em 6 anos), quase dois milhões de italianos transferiram-se para outro país (Fondazione Ismu, 2019), o equivalente a uma cidade como Nápoles. Somente em 2018 foram quase 300 mil (Idos, 2019). Ou seja, há uma grande emigração de italianos e, boa parte, dessa lacuna existente em termos demográficos e, no mundo do trabalho, precisa ser absorvida pelos imigrantes. Na esfera do consumo, também, pode se tornar problemática.

Outro fator que possui correlação com a imigração do presente e/ou a do futuro, é a taxa de fecundidade que, na União Europeia, era, em 2021, de 1,6 filho por mulher; na Itália, em particular, era de 1,3. A correlação entre nascimentos e mortes na União Europeia, no período de 2015-2019, ficou em menos 994.600 pessoas e, de menos 902.172 na Itália. Há um desequilíbrio muito grande nesse sentido. Em 1950, 14,5% da população mundial era europeia, em 2021 era de 5,9%; a previsão é que em 2040 será de menos 5% (Cesareo, 2021). No ano de 2020, mesmo em meio à Pandemia do Covid 19, como já mencionamos, foram registradas entradas na União Europeia (27 membros), um total de 4.216.138 imigrantes, sendo a Alemanha a que absorveu maior número (886.341), seguida pela Espanha (750.480) e a França (385.591) (Idos, 2021, p. 59).

No horizonte dos números e projeções, segundo previsão da ONU

(2019), em 2050, a população mundial atingirá 10 bilhões, com aumento de mais de 100 milhões/ano em razão da precedente (Cesareo, 2020).¹ A África poderá liderar esse incremento populacional e atingir quase 3 bilhões de pessoas. Estima-se que a Nigéria superará a população dos Estados Unidos, atingindo 430 milhões em 2050, bem como a da Índia superará a da China.²

Os dados vêm revelando que a idade média dos imigrantes é entre 29-39 anos, porém, há em torno de 37 milhões abaixo de 20 anos. Isso revela que estão migrando mais pessoas em idade laboral e que estão constituindo famílias. Os indianos representavam, em 2021, a maior diáspora, eram quase 16 milhões, seguidos dos mexicanos, 12,3 milhões, bengalis, 7,2, paquistaneses 5,9, ucranianos 5,8, filipinos 5,3 e sírios com 5 milhões (Cesareo, 2022).

Os países considerados de alto desenvolvimento econômico representavam, neste mesmo período, 15% da população mundial e usufruíam de 53% da riqueza mundial disponível. Desse modo, em regiões e países empobrecidos, 6 em 7 pessoas vivem em condições estruturais de indigência e privação; desses, 1,6 bilhões vivem no subcontinente indiano e 760 milhões vivem na África Ocidental e Oriental. No geral, 1/3 da população mundial vive em situação de miséria extrema (Idos, 2021). Os países do “Norte do mundo” detêm mais de 60% do PIB mundial. Como já mencionamos, são países com baixo índice demográfico. Em nível continental, a Ásia Oriental detém a maior fatia da riqueza do mundo (29,9%), a América Setentrional (17,3%), seguida da União Europeia (28 países) com 16,8%; juntos somam quase 70% da riqueza mundial (Idos, 2022).

Nesse mundo das desigualdades, há os imigrantes, mas, acima de tudo, os que solicitam status de refúgio, vítimas de conflitos bélicos, religiosos, políticos, de situações ambientais e de catástrofes naturais. Essa é uma questão em que os números assustam e desafiam nações e concepções sobre a imigração atual no mundo. Em 2015, por exemplo, mais de um milhão de pessoas deslocou-se em busca de proteção internacional e cruzou

¹ Ver com detalhes, CESAREO, V. Uno sguardo d’insieme alle sfide poste dalle migrazioni. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2019*. Milano: Franco Angeli, 2020.

² Ver, ONU. *Regolamento del Parlamento Europeo e del Consiglio*. Bruxelles, 2016. Documento.

a União Europeia, contra 280 mil de 2014.³ A rota Mediterrânea central foi a que mais esteve presente, tendo a Itália como epicentro. Em razão disso, a Áustria ameaçou construir uma barreira na fronteira com a Itália. Houve, em razão disso, intensificação de guardas costeiras e fronteiras europeias (política do “Mare Nostrum”, Frontex, dentre outras) e novas estratégias operativas integradas em nível de União Europeia, intenso repatriamento de estrangeiros em situação irregular, políticas de realocação e inserção em determinados países através de quotas nacionais. A Alemanha, Suécia e Hungria, por exemplo, receberam 60% dos refugiados entre 2015 e 2016. A Alemanha sozinha recebeu 30% de todos eles em 2015 e mais de 60% de todos os pedidos em 2016, totalizando, nos dois anos, mais de um milhão.⁴ Questões de ordem demográfica, previdenciária, de mercado de trabalho no país, bem como estratégia para evitar maiores conflitos e divisões no interior do bloco estiveram no centro da decisão do governo alemão.

A Turquia, em 2016, também esteve no centro da crise e da solução e, continua ainda em 2022. O país tornou-se um canal de passagem mais adequado aos refugiados sírios. Vários acordos de cooperação com União Europeia, empenhos recíprocos, auxílio financeiro do Banco Central Europeu de 3 bilhões de euros até 2018 como contrapartida para que a Turquia mantenha os refugiados em seu território até a solução da crise síria. De acordo com o relatório “Tendências Globais”, divulgado pelo ACNUR, havia, em 2021, um total de 27,1 milhões de pessoas na condição de refugiadas, porém, se considerados os deslocamentos forçados, esse dado vai para mais de 100 milhões de pessoas; contingente esse que, segundo padre Alfredo Gonçalves⁵, boa parte se “vê condenado a sair improvisamente devido a tensões, conflitos armados ou guerras abertas, deixando tudo às suas costas incluindo às vezes terra e família, outra parte, pressionada igualmente pela intolerância, acaba pedindo asilo político em outro país”. Ao lado desses estão também os deslocados internos, vítimas, em geral,

³ Ver, FRONTEX, Risk analyses for 2016. Documento. https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/frontex_pt; ver, também, DI PASCALE, A. Gli orientamenti comunitari. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2019...*, op., cit., p. 159-174.

⁴ FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2019*, op., cit.

⁵ “100 milhões de refugiados”. Pe. Alfredo J. Gonçalves – Niem-Migrações, dia 26/06/2022.

de violências e guerras. Esses estão em situação preliminar do pedido de refúgio ou simplesmente em situação de fuga de uma situação insuportável como é o caso da atual guerra na Ucrânia que já possui mais de 8 milhões, “da Síria (cerca de 6 milhões), Venezuela (em torno de 5 milhões), Sudão do Sul (entre 2 e 3 milhões)!... Ao redor de um milhão, vêm Etiópia, Nigéria, Mianmar, Iêmen, Afeganistão, Moçambique. Temos ainda os povos que sequer possuem território, os Palestinos e os Curdos, que há tempo lutam respectivamente contra Israel e a Turquia”.⁶

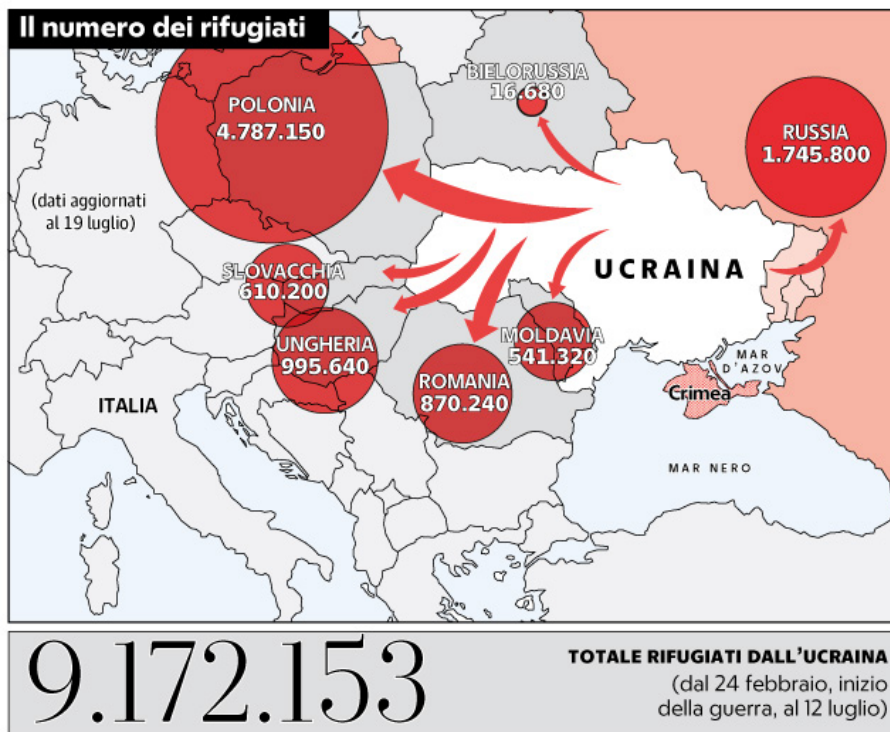


Afegãos permaneceram por várias semanas acampados no Aeroporto de Guarulhos em São Paulo. Eles aguardavam uma solução do governo brasileiro ao pedido de refúgio, em setembro de 2022. Foto de Fábio Tito/g1. Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/09/16/apos-repercussao-de-dezenas-de-afegaos-em-cumbica-prefeitura-de-sp-oferece-acolhimento-defensoria-quer-que-suspensao-de-visto-seja-revista.ghtml>

Realidade essa complexa e, em geral, provocada por grandes potências que exportam conflitos para fora delas, com isso, vendem armas, geram empregos, produzem nova divisão geopolítica e dos mercados, disputas por recursos naturais e alimentos, acumulando capitais, e, com isso, disseminando conflitos, mortes e destruição na casa dos outros, em países subdesenvolvidos, criando grandes levas de “deslocados”, de sujeitos sem condições de viver nesses espaços, tendo de migrar para simplesmente não morrer, vítimas da pobreza extrema, da fome, da falta de trabalho, da

⁶ Idem.

barbárie política, da exploração de mão de obra, dos condenados à guerra (Gonçalves, 2022). Como vimos, a Síria, em 2016, foi o principal país de refúgio, com quase 5 milhões e mais 6 milhões sem habitação vivendo no interior do país; Afeganistão com 2,7 milhões e Somália com 1,1 milhão; sem dúvida, em 2022, os ucranianos estão na ponta desse contingente. São, mais de 9 milhões de refugiados em seis meses de conflito.



Totale rifugiati dall'Ucraina. Daniele Raineri, jornal La Repubblica, 24-07-2022. Fonte: https://www.repubblica.it/esteri/2022/07/24/news/ucraina_guerra_5_mesi_profughi_morti_crisi_economica-358964151/

Nesse cenário, imigrantes passaram a ser parte de um amplo jogo estratégico, produziram e continuam a produzir conflitos, divisões na sociedade e revelaram a complexidade que o fenômeno apresenta. Além dos conflitos étnicos, religiosos e políticos, há os ambientais e de catástrofes que também mobilizam milhões de pessoas e aportam, em grande parte, na zona europeia Ocidental. Estudos recentes informam que as mudanças

climáticas levaram 35 milhões de pessoas a deixarem suas casas no mundo (Caritas Migrante, 2021). Dentre um amplo leque de tragédias naturais, estão as tempestades, inundações, ciclones, terremotos, salinização de porções de terra em países costeiros da África, secas e assoreamentos de grandes rios, dentre outros fatores. Desde 2008, a população que teve de deixar suas casas em razão dessas tragédias já atingiu a cifra de 152 milhões. O risco de desalojados por novas catástrofes quintuplicou desde 1975. Países como Bangladesh, Filipinas, Somália e o Chipre estão no centro desse cenário.⁷ Nestes dias (agosto de 2022 e início de setembro), o mundo viu imagens de boa parte do território do Paquistão inundado pelas monções, intensas chuvas, centenas de milhares de desalojados e, o governo solicitando auxílio internacional. Os dados divulgados estimam que os *imigrantes climáticos* (secas, desertificações, inundações e outras intempéries) poderão ser, em 2050, em torno de 200 a 400 milhões. Os atuais refugiados por conflitos políticos, religiosos e raciais somam mais de 70 milhões; ao todo, em suas múltiplas causas, são mais de 100 milhões espalhados pelo mundo.



Inundações de regiões são constantes em países como Bangladesh, Índia e Paquistão; realidade essa que vem produzindo grandes levas de imigrantes considerados “refugiados ambientais”. Foto: Getty Images - Ambika Chawla, 2/01/2021. Fonte: <https://www.nationofchange.org/2021/01/02/can-fragile-cities-cope-with-an-influx-of-climate-migrants/>

⁷ Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 12/12/2014; informado pelo Núcleo NIEM_RJ, em 17/12/2014.

Nesse contexto de múltiplas situações difíceis para grandes contingentes populacionais de determinados países, a ONU, ainda em 2010, alertava para o grande tráfico de seres humanos, principalmente no campo da exploração sexual. Segundo a referida instituição, havia na Europa, em 2019, em torno de 130 mil mulheres vítimas do tráfico sexual. “Anualmente, aproximadamente, 85 mil delas são levadas para serem escravas de criminosos que as exploram, obrigando-as a trabalhar no mercado do sexo na região” (Idos, 2021). Segundo o relatório da ONU (2018), esse mercado movimentava, em 2017, em torno de 6,2 bilhões de euros. A região do Leste Europeu figurava, em 2017, como a principal fonte desse tráfico (52% do total). As brasileiras já atingiam, em 2017, em torno de 13%, em particular, provenientes das regiões Norte e Nordeste do país (Pará, Ceará, Amazonas, Paraíba e Amapá). Máfias internacionais possuem ramificações por todo o mundo, estão associadas a grupos nos países de origem, deslocam-se facilmente de uma região para outra, fazendo com que os governos dos países tenham dificuldades de detê-las e controlar esse tráfico internacional (Anjos, 2013).⁸

Esse mundo em *movimento*, registrado em números, não se basta e nem se justifica por si só. Há um amplo conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos, midiáticos e culturais que também determinam as rotas, os conflitos, as barreiras, a aceitação e a rejeição, demonstrando, com isso, a complexidade histórica e conjuntural do fenômeno migratório no mundo. Nesse campo dos conflitos, das mortes nos mares, dos fechamentos de fronteiras e construção de muros, de milhões de refugiados e pessoas que perderam suas casas e solicitam um lugar para continuar vivendo, dentre uma série de outras questões, analistas, bem como o Papa Francisco, não cansam de informar a existência de uma “terceira guerra mundial em pedaços”. Alguns epicentros desse processo, como é o caso da África, em meio ao “boom demográfico”, há, em curso, guerras, algumas sanguinárias, governos ditatoriais, que se eternizam no poder, intensos conflitos sociais e políticos, além da luta cotidiana pela sobrevivência, pela disputa de água etc.

⁸ Uma análise ampla neste sentido, encontra-se na obra de ANJOS, F. dos et al. (Orgs.). *Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2017.

Essa realidade revela preocupação de lideranças políticas europeias em torno de sua possível correlação com os futuros fluxos migratórios.⁹ A decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia expressa sua contrariedade em relação à política de “portas abertas” para a imigração na zona. Não esquecendo que no Reino Unido residiam, em 2019, mais de 5 milhões de imigrantes europeus, dentre esses, mais de 700 mil poloneses e quase também o mesmo número de italianos (Idos, 2020). Autores colocam que se produziu no interior do país, um clima de pânico moral, a “invasão da Grã-Bretanha”. Há também a realidade do modelo multiculturalístico, como política oficial de governo, que não deu certo, a qual vem produzindo guetos, segregação de comunidades de imigrantes. Junto com esse processo, há o temor em torno da segurança nacional e econômica do país. Dimensões nacionalistas e populistas ganharam amplos espaços sociais e adesão política à moda austríaca, italiana, francesa e húngara. O resultado do *referendum* feito no Reino Unido expressa também um voto contra a globalização e à imigração que lhe é correlata, bem como a incerteza frente à abertura comercial.

Essa intensa realidade produziu a denominada “emergência europeia” da crise imigratória com mobilidade de pessoas nunca vista anteriormente num curto período de tempo. Autores dizem que, junto com a preocupação dos fluxos externos, deveria de se ter atenção também aos internos que, frente às escassas possibilidades de trabalho principalmente para os jovens, deixam seus países na Europa Ocidental (na Itália e na Espanha, o desemprego atingiu, em 2019, mais de 40% dos jovens). Em vez do alto alarmismo social da imigração que os jornais cotidianamente produzem, analistas dizem que dever-se-ia ter presente o intenso aumento do quadro migratório (Ambrosini, 2020).

Para o caso brasileiro, dados da OBMigra (2020) colocam que, em 2019, as principais nacionalidades presentes eram assim representadas: 39% venezuelanos, 14,7% haitianos, 7,7% colombianos, 6,8% bolivianos e 6,7% uruguaios. A região Sudeste era a mais procurada (56%) e a parte sul do país com 20,1%. O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) autorizou

⁹ Ver sobre essa questão, CESAREO, V.; CORTINOVIS, R. Le politiche dell'Unione europea e la posizione dell'Italia. In: *Studi Immigrazione*, n. 200, Roma, p. 535-556, 2015.

em 2020, 2.499 imigrantes a emitir a carteira de trabalho, 1.365 senegaleses, 364 haitianos, 297 bissau-guineenses, 115 bengalis e 100 dominicanos (Calza, 2022).

Com a pandemia, muitos que já eram imigrantes tiveram que se deslocar ou não o puderam fazer, foi o caso dos mais de 3 milhões que ficaram bloqueados e sem poder retornar aos seus países de origem em 2020 (Cesareo, 2021). Muitos destes sem recursos econômicos, sem possibilidade de incorporar os auxílios emergenciais, sem assistência social, consular e à saúde. A Pandemia ampliou a vulnerabilidade socioeconômica dos imigrantes, de suas famílias como veremos mais adiante em outro capítulo.

Fruto dos acordos com os Estados, o México teve de deportar em 2021, 114 mil estrangeiros que haviam entrado em terras estadunidenses. Em 2022, a Unidade de Políticas Migratórias do país, já interceptou mais de um milhão e meio de pessoas na fronteira com os dois países.¹⁰ O Brasil também é um país que deportou nos últimos anos. As deportações cresceram 5.708% no Brasil em 2020, foram 2.901 pessoas deportadas no referido ano segundo dados da Polícia Federal obtidos pela Globo News, muitas em razão da pandemia e por falta de documentação.

Trata-se de um aumento, como vimos, de 5.708% na comparação com 2019, quando somente 36 estrangeiros foram deportados do país. Em 2020, cerca de 30 portarias foram criadas pelo Governo Federal com esse objetivo. Contraditoriamente, apesar do número recorde de deportações, o Brasil concedeu, em 2020, 26.810 novos pedidos de refúgio; em 2019, foram aprovados 21.541. O maior número de pedidos deferidos é o dos venezuelanos; Síria e Cuba aparecem, com apenas 166 e 123 pedidos aprovados, respectivamente. Foram mais de 40 mil indeferidos em 2020. O número de refugiados no Brasil, até final de 2021, era de aproximadamente 60 mil (Dados do Acnur, 2022).

¹⁰ Fonte: Deportações de estrangeiros crescem 70% no Brasil em 2020. Fonte: G1, Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/21/deportacoes-de-estrangeiros-crescem-70percent-no-brasil-em-2020.ghtml>.



Brasileiro é resgatado do interior de um rio por um policial americano, num espaço de fronteira entre os EUA e o México — Foto: Divulgação/CBP. Fonte: www.miguelimigrante.blogspot.com

Mesmo assim, as mobilidades continuaram e os perigos e mortes também. Em 2019 foram 674 mortes registradas somente dos que tentaram atravessar por mar intencionando chegar ao sul da Europa. Em 2020, foram 513 mortes. Na primeira metade de 2021 (dados que até então dispomos em nossas pesquisas), foram registradas 1.146 vidas que se foram (Idos, 2021, p. 51), ressaltando sempre a precariedade dos registros e, como analistas dizem, que estão ou são sempre subestimados.

Como mencionamos, esses registros nem sempre revelam a realidade, pois muitas embarcações naufragam sem ninguém ficar sabendo, ou, então, não se sabe ao certo quantos imigrantes partiram, quantos morreram jogados ao mar pelos próprios membros de embarcações em razão de problemas, de conflitos, de excesso de gente. Há muitos relatos em jornais e matérias televisivas nesse sentido; realidade essa que, em geral, não há averiguação e/ou fica sem medida político-jurídica nenhuma, não figurando nas estatísticas. No Senegal, há dados que, somente após 2014, mais de 30 mil morreram tentando atravessar o Mediterrâneo. Ao lado desses símbolos, colocados a seguir, que são para chamar a atenção dos senegale-

ses e das autoridades internacionais sobre a questão, construídos em uma das praias de Dakar, em frente à Universidade (UCAD), há uma matéria escrita que informa sobre o número de mortos nos últimos anos e exorta ao fato de que a “vida não é um jogo”.



Símbolos na cidade de Dakar construídos para chamar a atenção em torno das travessias marítimas de pessoas buscando um espaço de vida em algum país, em geral, no Sul da Europa. Alertam sobre os perigos e as consequentes perdas de vida humana nos últimos anos. Fonte: acervo pessoal de pesquisa.

As Ilhas Canárias, por exemplo, mas, não só, passaram a ser espaços de chegada e/ou de contenção pela Marinha de países europeus, em particular, a Espanha. Nelas, não há um sistema estruturado para acolher imigrantes. Em maio de 2021, apenas em um dia, somente numa delas (Ceuta), chegaram mais de 8 mil imigrantes. Há denúncias de abusos de direitos humanos, prisões, falta de pessoal para acolher, informar e traduzir idiomas, assistência sanitária etc. Essas ilhas oceânicas passam a ser um canal de contenção e expulsão, para que os imigrantes não cheguem ao território europeu propriamente dito. Os acordos bilaterais entre países de destino e os de origem fazem com que sejam legitimadas as expulsões.



Territórios sob controle espanhol no norte da África – Ceuta e Melilla – São territórios de constantes chegadas e expulsões de imigrantes e, como consequência, de intensos conflitos. Fonte: <https://www.rfi.fr/en/middle-east/20220720-rights-group-slams-morocco-spain-over-migrant-deaths>



Muro na fronteira do Marrocos com o enclave espanhol de Melilla. Foto: FADEL SENNA AFP - Rabat (AFP). Fonte: <https://www.rfi.fr/en/middle-east/20220720-rights-group-slams-morocco-spain-over-migrant-deaths>.



Imigrantes fugindo da repressão policial em Melilla (território espanhol no Norte da África), em 24 de junho de 2022. Nesse conflito, morreram 37 pessoas. Somente nestes primeiros seis meses de 2022, 938 pessoas perderam a vida tentando chegar a este território, 118 eram mulheres e 41 eram menores; unicamente no mês de junho de 2022, foram 290, acrescentam-se ainda 18 embarcações que naufragaram e estão desaparecidas com todas as pessoas a bordo. Foto: Laila Lalami - The New York Times Fonte: <https://www.almendron.com/tribuna/dime-si-has-oido-esta-historia-antes/>.

Enfim, uma precária organização deliberada de acolhida, muito parecido com o que acontece nas fronteiras entre México e Estados Unidos, em suas prisões temporárias (que se estendem por meses sem direito a advogado, processo e/ou representação consular), nos grandes pavilhões de imigrantes, em que filhos são separados dos pais. Além disso, esses são acorrentados na frente e junto dos filhos, levados ao avião e enviados aos seus países (como já mencionamos, só nos últimos 2 anos, foram expatriados dos EUS quase 4 mil brasileiros, quase todos com voos fretados e de chegada no aeroporto de Confins [MG]; até meados de 2022 contabilizavam-se 56 voos).

Múltiplas dinâmicas em ação e reação

A realidade atual demonstra que a mundialização financeira se hegemoniza e (des/re)territorializa em consonância com o capital industrial e comercial (em alguns casos e países, ambos estão imbricados e correlacionados). Nesse contexto, há um aumento da velocidade da circulação monetária, da chamada internacionalização da economia mundial, ou seja, um movimento intenso do capital, em correspondência e/ou contraposição à mobilidade de imigrantes, da economia criminal em escala internacional (máfia, drogas, prostituição, tráfico de pessoas, extermínio de grupos étnicos etc.). Esse processo, que conta com a benevolência de políticas públicas de abertura ingênua e subordinada aos capitais financeiros de alguns países, contribui para a formação e expansão de mercados mundiais e, como consequência, para o alargamento das desigualdades no desenvolvimento, para a total submissão à mundialização financeira (essa protegida, historicamente, pelo FMI e pelo Banco Mundial) e ao desmantelamento do estado-social, junto com o estado-nação (Dupas, 2005; Antunes, 2020; Patarra, 2006).

A racionalização da produção, sob a falácia da égide do mercado, vem acompanhada, deduzida e alimentada pela decadência do Estado (Santos, 2011). Essa questão não é tão simples, pois ele ganha feições, funções e

fruições diferenciadas em correspondência com as também variadas condições em cada país, região e em cada continente. O Estado possui um papel central no que tange à imigração (legislação, controle de fronteira, extradição, vistos, regularização, reciprocidade de direitos etc.). O excesso de estado em alguns casos e a falta em outros, no tocante à imigração, pode ter consequências desastrosas. Expressão disso são os campos de refugiados, os acampamentos de imigrantes em fronteiras, como foi o caso da França com a Inglaterra, em cidades de fronteiras entre Brasil e Venezuela, Guiana Francesa e Bolívia, dentre os já bem conhecidos como os da Turquia e Grécia.



Imigrantes venezuelanos abrigados em acampamentos da ACNUR em Boa Vista (RR). Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil. Ramana Rech Duarte – Migra/Mundo Equipe, em 14 de dezembro de 2020.

Malgrado sua participação diferenciada em termos de proteção social, econômica, jurídica e política, pode-se dizer que a esfera pública vem passando, nos últimos anos, pela dinâmica da desregulamentação e desterritorialização ainda que, em alguns momentos e em alguns setores, novas regulamentações, reterritorializações e regramentos se façam presentes (o caso do Mercosul, do Nafta, da Alca, da União Europeia, dos Tigres Asiáticos, dos Brics e de outros acordos bilaterais entre nações, como é o caso das solicitações de países desejosos da proteção da Otan e de fazer parte da União Europeia nesse cenário bélico em que vive esse continente). Em razão da invasão da Rússia na Ucrânia, novas dinâmicas políticas

e econômicas, organizações transnacionais, sanções, fronteiras protetivas se fazem presentes, novas se constituem, fazendo com que se discuta o “fim da globalização”, ou a volta de um mundo “bipolar”, ou outras coisas parecidas. Países de continentes variados vão em busca de acordos, cooperação, ações militares conjuntas, como é o caso da recente (junho de 2022) visita do Presidente Nicolas Maduro, da Venezuela, ao Irã e os acordos militares e econômicos que foram assinados. Ao que nos parece, são redefinições de um conflito geopolítico e econômico de longa data e que ganha novas feições, porém, para os imigrantes, a lógica que os produz é a mesma, acrescida agora neste período que estamos escrevendo (agosto de 2022) de milhões de migrantes que estão deixando a Ucrânia e adentrando para países fronteiriços, dentre eles, a Polônia primeiramente, porém, sendo distribuídos para outros países para encontrar guarida temporária, principalmente na Europa, mas, também, no Brasil e em outros países da América Latina. Nesse sentido, a História se repete, casos semelhantes aconteceram durante as duas grandes guerras e, ao que parece, vem se repetindo, inclusive, com novas e sérias ameaças de outros conflitos como é o que se desenha com a ameaça recente da China com Taiwan e a reação do governo americano. Parece-nos que os ventos destruidores dos velhos conflitos estão novamente soprando em várias partes do mundo.

A Europa ocidental e outras partes do mundo convivem, intencionalmente ou não, de uma forma ambígua com o fenômeno, ou seja, ao mesmo tempo que, concretamente, necessitam de mão-de-obra, querem evitá-la, burocratizá-la e selecioná-la como se faz com um objeto material qualquer. Necessitam de população (para uma série de variáveis econômicas, mas não só), porém colocam barreiras à sua inserção (Ambrosini, 2009; 2020; Alievi, 2020). O que parece consensual é a necessidade econômica dos fluxos de migrantes, porém, quantos, quem, como, para que, e até quando, não há uma política comum, partindo do pressuposto, é evidente, que se poderia ter instrumentos políticos e burocráticos para tanto, ou seja, de que o fenômeno passaria meramente pelo canal político ou pelos muros físicos existentes nas fronteiras. Ao que se sabe, não é totalmente possível (Castles, 2005; Triggs, 2013).

O fechamento de fronteiras ou a sempre maior constituição de muros

estaria expressando um paradoxo da globalização ou uma nova relação entre essa e o estado-nação? No final da década de 1980, um grande e significativo muro foi derrubado na Alemanha. Governantes anunciavam uma nova era, de fronteiras deslizantes, alguns, inclusive, na concomitância das manifestações públicas favoráveis à queda do Muro de Berlim, estavam construindo os seus, como foi o caso do governo americano na fronteira com o México, que, em 2022, chega a mais de 1.500 km, bem como vários outros de menor expressão na Europa, legislações antiimigrantes como é o caso da Hungria, Polônia (ainda que essa esteja sendo a salvaguarda para seus vizinhos da Ucrânia em razão do conflito bélico), da própria Espanha em suas ilhas, dentre outros.



Migrantes, de vários países, tentando atravessar uma das pontas do muro que separa o México dos Estados Unidos, em Tijuana. Foto: Atlas/Vídeo. Agência Getty Images. David Mcnew. Fonte: https://elpais.com/internacional/2018/04/29/mexico/1525033999_476242.html.

Segundo Castles (2005), houve uma ampliação significativa no número de países envolvidos, tanto de saída, quanto de chegada de imigrantes, além disso, grande parte desse processo de saída é proveniente do terceiro mundo, de ex-colônias europeias, em direção aos países europeus, intensificada nessas duas primeiras décadas do século XXI. Além da aceleração, há um incremento de refugiados e de irregulares. Autores enfatizam

a crescente *politização* das migrações no sentido de sua regularização nos países de chegada, é o caso, por exemplo, do status de refúgio a dezenas de milhares de venezuelanos pelo governo Bolsonaro e praticamente nenhum para outras nacionalidades em todo o seu mandato de até então (agosto de 2022). Políticas restritivas, o medo da chegada de imensos contingentes, em alguns países, o controle de saída, o problema dos refugiados, a intensa leva de imigrantes com a abertura de fronteiras “pós-pandemia” (se é que nesse momento se pode falar assim), como é o caso de brasileiros em Portugal, na Itália e nos Estados Unidos, enfim, situações que demandam políticas migratórias controladas comumente pelos países de chegada. Estes desequilíbrios qualitativos e quantitativos foram acrescidos com as novas técnicas de informação e comunicação, sistemas de transporte, redes de intermediação, etc., as quais, vêm favorecendo os contatos, produzindo atração e mantendo em crescimento o nível migratório mundial.

Na realidade, o que se discute na correlação com globalização e imigração internacional, é o direito cosmopolita, a “hospitalidade universal”, que dizia Kant, ou seja, a sua “república mundial”, o “cidadão do mundo” de que fala Bauman em vários de seus livros, “habitantes do Planeta Terra” como nos disse um imigrante senegalês em entrevistas (e não de uma fronteira nacional delimitada a partir de interesses múltiplos em outras épocas), integrante da “sociedade civil mundial” e que, por isso, incorpora a soberania liberal internacional etc. (Almeida, 2020). Essas concepções retiram o poder e o arbítrio do estado-nação (de suas fronteiras) sobre as pessoas e os bens de seu território? Nesse campo, o estado estaria sendo negado? Não deveria ser o estado o promotor dos direitos humanos, salvaguarda da vida das pessoas? Soberania não pressuporia hospitalidade? Ambas não poderiam andar juntas nesse contexto de globalização? Behhabib (2004, p. 4, apud Almeida, 2020, p. 89) deixa clara essa questão: “[...], o Estado-nação é muito pequeno para lidar com os problemas econômicos, ecológicos, imunológicos e informacionais criados pelo novo ambiente; mas é, ainda assim, muito grande para acomodar aspirações identitárias, sociais e movimentos regionalistas. Sob essas condições, a territorialidade se tornou uma delimitação anacrônica de funções materiais e identidades culturais; no entanto, mesmo em face do colapso dos conceitos tradicio-

nais de soberania, o monopólio sobre o território é exercido através de políticas de imigração e cidadania”.

Fronteiras físicas, barreiras burocráticas e simbólicas

Quando mencionamos a um senegalês que estaríamos viajando ao Senegal para pesquisa de campo, ele ficou sensibilizado, começou a chorar, pois lamentava o fato de estar há seis anos no Brasil e ainda não estar em condições documentais para ir ao seu país e, posteriormente, retornar ao Brasil. “O problema é retornar, eu não tenho documento e a embaixada lá no Senegal não me dá o visa”. Ele não visita sua esposa e sua filha de sete anos desde todo esse tempo que está no Brasil. Ou seja, há bloqueios para além das condições econômicas e justificados em razão da pandemia; legislações de países são complexas, difíceis para muitos imigrantes que não conseguem juntar a documentação exigida e, quando conseguem, os órgãos responsáveis no Brasil não possuem estrutura suficiente para deliberar em tempo curto.

Se pensarmos em termos históricos, veremos que, em meados do século XX, pós Segunda Guerra Mundial, muitos imigrantes eram solicitados em razão da necessidade de mão de obra na reconstrução da Europa. Hoje eles lutam para ter “as migalhas das promessas da modernidade globalizada em busca de inclusão biológica – sobrevivência – e da inclusão social plena – cidadania” (Marinucci, 2021, p. 40). Hoje há muito mais fronteiras, paradoxalmente, num mundo dito *global*. As fronteiras são vistas como limite e passagem (Agier, 2015). Os muros são impedimentos, expressam violência, mas, também revelam a possibilidade e/ou a capacidade humana, o desejo de transpor. Mesmo com muros, a imigração continua. A ideia de *passagem* carrega consigo a possibilidade e desejo de estar num outro espaço; ela demanda contatos, interações, encontros, diálogos, não obsessão pelo nacional, pelo identitário (Glissant, 2005). Os muros expressam autodefesa contra o *outro* (Agier, 2015), que é considerado inferior, incômoda e atrapalha, um *sem-lugar* que quer estar neste/*meu-lugar*, por isso

nos causa conflitos, estranhamentos como diz Bauman (2017). Porém, na medida da transposição de algumas fronteiras, pode ser expressão de conhecimento, do desejo da proximidade, de estar com o outro. Como disse o Papa Francisco, em 2016, num encontro com crianças no Vaticano, que, “os imigrantes não são um perigo, mas estão em perigo”. Um dos grandes paradoxos da globalização é este, ou seja, os que sobrevoam as fronteiras e os que os muros impedem (Agier, 2015). Globalização sem fronteiras é uma falácia, um mito. Agier (2015) dizia que o muro é a negação da fronteira. Ele a esmaga, a faz desaparecer, até que seja derrubado, abrindo passagem e transpondo-o. Os imigrantes, mesmo correndo sérios riscos de vida, assim o fazem.



Mortes no Mediterrâneo. Dados da OIM informam que 129 pessoas morreram tentando a travessia do Mediterrâneo (entre Líbia e Sul da Itália) em junho de 2022 e, 459 estão desaparecidas e/ou supostamente mortas. Desde o início de 2022, em torno de 7 mil migrantes foram interceptados e enviados de volta à Líbia. Fonte: matéria do Niem-Migração, de 13/07/2022. <https://miguelimigrante.blogspot.com/2022/07/retoricas-e-fatos-letais-o-norte-do.htm>.

Autores analisam que, há um século, as migrações se moviam de países com abundante força de trabalho e escassez de capital em direção a países com diminuta população e em fase de industrialização; hoje, dirigem-se a terras densamente povoadas e já industrializadas partindo de paí-

ses com características semelhantes àquelas dos países de origem de um século atrás (Gozzin, 2005). Com exceção de situações de tráfico humano e, em boa parte, de refúgio, a migração carrega consigo uma dimensão do sujeito que decide, como um ato voluntário, que se transforma em ato político, pois revela, atesta e demonstra as contradições do desenvolvimento econômico, dos efeitos perversos dos modos de produção das riquezas; é um ato de resistência às precariedades de vida (falta de oportunidades, de ganhos, de qualificação, de igualdade social, de cidadania e de direitos). São ações que demonstram contraposição às barreiras, aos limites do humano a que lhe são imputados, aos malefícios ao ambiente, às guerras, à fome, aos efeitos do colonialismo antigo e sempre atual com novas roupagens (Glissant, 2011, Macedo, 2020; Almeida, 2020).

Por isso, migrar é um ato de dimensões temporais múltiplas, significa tomar posição e lutar contra seus efeitos imediatos (a falta de comida, de emprego, de vida digna, de casa para morar) e idealiza situações diferenciadas no sentido que seja para melhor, no tempo futuro. Imobilidades e mobilidades, temporárias e/ou definitivas, são variáveis dependentes de processos que não se bastam no aqui e no agora, mas que se refletem nessa dimensão espaço-temporal do vivido presente; transforma-se em “horizontes imaginativos” (Crapanzano, 2005, p. 298), mirantes projetivos e carregados de esperanças e sonhos no cenário (do) desconhecido, dos “espaços longínquos” (Glissant, 2005, p. 91).

É bom ter claro que as formas de inserção dos imigrantes na realidade econômica dos países hospedeiros apresentam níveis e formatos de uma realidade fragmentada e dinâmica. Ela pode ser uma inserção *suplementar* (ocupar espaços vazios deixados “pelos outros”, consciente e propositadamente), *complementar* (fruto da dinâmica de setores produtivos que demandam a necessidade de mão-de-obra), *adicional* (trabalhos em espaços pouco atrativos e de baixa concorrência, como é o caso da agricultura e da construção civil), *independente* (como empreendedor ou prestador de serviços) e *marginal* (espaços deslocados da dinâmica entre oferta e procura, trabalhos submersos) (Ambrosini, 2017; 2020; Fall, 2016).

Os imigrantes exercem uma grande influência sobre os sucessivos desenvolvimentos do processo, servindo como ponte, interligação e ca-

deia (Macedo, 2020). Porém, é evidente, esse processo não pode ser visto à margem ou independente dos processos econômicos que envolvem o mercado de trabalho, principalmente de uma economia pós-fordista no campo das relações e das exigências sociais. Se é verdade que não é mais a demanda a hegemônica na determinação do funcionamento do mercado de trabalho nos confrontos dos imigrantes, parece excessivo inverter o sinal das relações de causação e suporte que seja a oferta de trabalho imigrada a determinar os comportamentos da demanda ou criar autonomamente fluxos relevantes de ocupação (Ambrosini, 2009, p. 50). Os fluxos migratórios tendem a ser fortemente influenciados pelas redes sociais, que contribuem não apenas para fornecer os referenciais do local de destino, “como a acomodação inicial do imigrante e sua inserção no mercado de trabalho. [...] A solidariedade e a ajuda mútua de um lado, e o egoísmo, expresso pelas situações de divisão e conflito, de outro, constituem, na verdade, as duas faces da mesma moeda, a moeda das redes sociais” (Sales, 1998, p. 61 e 64).

Fala-se em direito internacional de emigrar, assim como de direito a não emigrar. A migração deveria ser um ato livre, desimpedido de coações, repressão, obrigação, legislação etc. Sociedades liberais advogam a livre circulação de tudo, menos de gente; governos também liberais, são os que mais utilizam o estado para coibir a livre decisão de pessoas de se deslocar, de entrar em outros territórios, de cruzar fronteiras, são os que administram os fluxos (Macedo, 2020; Almeida, 2020).

Como já mencionamos, talvez o campo das migrações internacionais seja o horizonte em que o estado-nação ainda possa exercer sua soberania. O direito ao refúgio, ao asilo, à emigração, à não expulsão, etc., dependem muito do grau de decisões de estados individuais (Almeida, 2020). Isso estaria revelando soberania nacional? Na realidade, entendemos que a globalização, em alguns campos, não fere a soberania nacional, ela concede ao estado-nação alguma franja de decisão e que lhe dá a roupagem de poder. A questão migratória, desse modo, torna-se crucial para a dita soberania do estado. O fechamento de fronteiras pode ser, então, uma das suas expressões.



Venezuelanos, retornados da Colômbia, Peru e Equador, tentando entrar em seu país no contexto de fronteiras fechadas em razão da Pandemia. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/em-meio-a-pandemia-15-mil-venezuelanos-tentam-retornar-da-colombia-peru-e-equador>.



Brasileiros tentando atravessar uma barragem que dá acesso ao muro da fronteira de Yuma, no Arizona. Fonte: jornal O Globo, 17/09/2021. Foto: Ariana Drehsler/NYT. Fonte: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/09/03/numero-de-brasileiros-morando-no-exterior-nunca-foi-tao-grande-como-agora.ghml>.

Sem dúvida, continuam a existir fronteiras geográficas e simbólicas que produzem o estrangeiro e que definem as diferenças, o pertencimento nacional, o direito de cidadania, os graus de integração e de seleção dos imigrantes. O fechamento de fronteiras, especialmente a alguns imigrantes e/ou à imigração em geral, serviu, nesse período de Pandemia, como argumento de saúde pública e controle social. Desenvolveu-se uma ideia de que com esse ato não haveria o problema da difusão do vírus.¹¹ Com isso, governos puderam exercer com mais intensidade a noção de soberania nacional como se a Pandemia começasse e terminasse na fronteira e os imigrantes fossem seus únicos portadores. A dificuldade que temos de entender a cultura e o mundo como mutáveis faz também que entendamos a diversidade como ameaça, impossibilidade de convivência e de integração (Corte, 2002). Desse modo, as oportunidades sociais e econômicas passam a ser selecionadas, restritas e determinadas externamente. A realidade dos últimos anos revela que a União Europeia e outras regiões no mundo como é o caso do Norte da América e, também, o Sul desta, não estão preparadas para um diálogo com o islã, não há um mútuo reconhecimento institucional, também não estão exercendo ações humanitárias e econômicas para viabilizar processos de desenvolvimento equilibrado, que possam evitar conflitos e diásporas de centenas de milhares de desesperados procurando espaços. Como muitos analistas colocam, a Europa vive uma crise de identidade interna, mas, também, externa em razão de seu passado colonizador e expropriador de riquezas e de impedimento de processos de desenvolvimento social na África e na América Latina. Essas questões todas estão à mesa do cenário macro político das migrações internacionais recentes (Bauman, 2017; Castles, 2005).

Galbraith (1979) já dizia que a imigração “é a mais antiga ação contra a pobreza”. Pessoas se movem para onde imaginam encontrar melhores condições e oportunidades em regiões e países que são mais desenvolvidas em relação às de origem. Essa intensa mobilidade pode também

¹¹ Em alguns países, como o Brasil, elites econômicas e governamentais fizeram viagens internacionais e foram responsáveis pela introdução e disseminação do vírus. A viagem do Presidente Bolsonaro para os EUA com uma comitiva de mais de 50 pessoas e a proliferação do vírus no interior dela ganharam manchetes internacionais.

produzir catástrofes e mortes. Segundo analistas, o movimento de pessoas buscando um outro lugar para viver, vítimas de problemas de ordem bélica, política, religiosa e ambiental, nesses últimos anos, equivale-se ao desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial (Idos, 2019, p. 34). O imigrante é, por excelência, um sujeito histórico e sociocultural *em movimento* (Sacco, 2007; Sayad, 1998; Bauman, 2017). Tempo, espaço e vividos *movem-se* juntos (Cassarino, 2021). Há, nessa ação, separações, ritmos de vida, recomeços variados e criação de novas (situ)ações. Na realidade, como diz Sayad (2000), os locais de origem tornam-se tão importantes quanto os de destino.

Diferenças, distâncias e ausências físicas são processos socioculturais e confins demarcadores de existências individuais que não se congelam, bem como de territórios que não permanecem estanques. Eles compõem-se de novas territorialidades; depreendem-se disso saídas e retornos constantes, temporários ou definitivos, reemigrações ou não. Entendidos dessa forma, os sujeitos imigrantes incorporam a identidade de *sujeitos de múltiplas fronteiras* (Ramos, 2003; Bauman, 2017). Ou seja, alguém que delimita e separa tempos, espaços, contextos, distâncias e vividos cotidianos. Eles tornam-se também, em grande parte, de uma forma ou de outra, estranhos ao/no local de destino, mas, também, ao/de origem (Assis; Campos, 2009; Sayad, 2000). Por isso, muitos deles reagem. Há muitos movimentos e lutas sociais registradas em várias partes do mundo em que imigrantes reivindicam direitos, legislações não restritivas, combatem as discriminações e xenofobias, advogam abertura de fronteiras, demonstram para a sociedade sua importância como é o caso da ampla mobilização que existe nos Estados Unidos no denominado “um dia sem imigrantes” etc.



Movimento social intitulado “Um dia sem imigrantes”, nos Estados Unidos, em 2017. Foto: Redação Hypesess, 17-02-2017. Fonte: <https://www.hypesess.com.br/2017/02/milhares-de-pessoas-participam-de-protesto-dia-sem-imigrantes-nos-eua/>.



Imigrantes africanos em manifestação contra as precárias condições de trabalho na Itália. Foto de Alessandro Bianchi/Ag. Reuters. Matéria de Heloísa Traiano. Jornal O Globo, 20/08/2018.

O fechamento de fronteiras bem como outras medidas de biopolítica (Foucault, 2015; Lemke, 2017) como tentativa para conter a disseminação do vírus do Covid, alteraram completamente os processos de acolhimen-

to e recebimento de imigrantes em praticamente todos os países, talvez esse processo poderá se agravar nos próximos meses com as mortes e aumento desmesurado de casos da denominada “varíola dos macacos” em várias partes do mundo, inclusive, com grande intensidade no Brasil. No caso do Covid, procedimentos burocráticos de autorização de residência foram suspensos, porém, os de expulsão de irregulares e/ou detenção, não (Ruseishvili, 2020). Desse modo, sem a regularização ou prorrogação de documentos que validam a possibilidade de residir no país, imigrantes vivem num limbo jurídico, sem possibilidade efetiva e legal de atendimento, assistência e, sem dúvida, mais expostos ao vírus e ao estigma social.

Diante da progressiva mundialização do fenômeno migratório, muitos países ricos e absorvedores de imigrantes, continuaram a se mover por leis tradicionais e estreitas lógicas nacionalistas, acentuando internamente aos singulares países a infundada síndrome da invasão. Os menos belicistas e xenófobos chegam a falar que o único modo “prático” de enfrentar o problema é construir uma sociedade que garanta a todos os direitos elementares econômicos, sociais e afetivos.



Uma inédita caravana de quase 20 mil migrantes partiu do Sul do México para tentar entrar nos Estados Unidos, em 6 de junho de 2022. Niem-Migração, 21/06/2022. Fonte: https://www.eldiario.es/desalambre/inedita-caravana-15-000-migrantes-parte-sur-mexico-eeuu_1_9058514.html

No mundo contemporâneo, a migração continua a tornar-se um projeto de vida para muitas pessoas, principalmente, os jovens que buscam caminhos mais seguros para empreender sua vida laboral. Estudos demonstram que, na atualidade, jovens de várias partes do mundo idealizam migrar para outro país (Cesareo, 2017; Siqueira, 2009). A saída continua sendo pensada como alternativa de sobrevivência, ascensão econômica e mobilidade social. No entanto, as mortes, as barreiras, os muros, as legislações restritivas, as resistências no interior das sociedades hospedeiras ainda se fazem presentes.



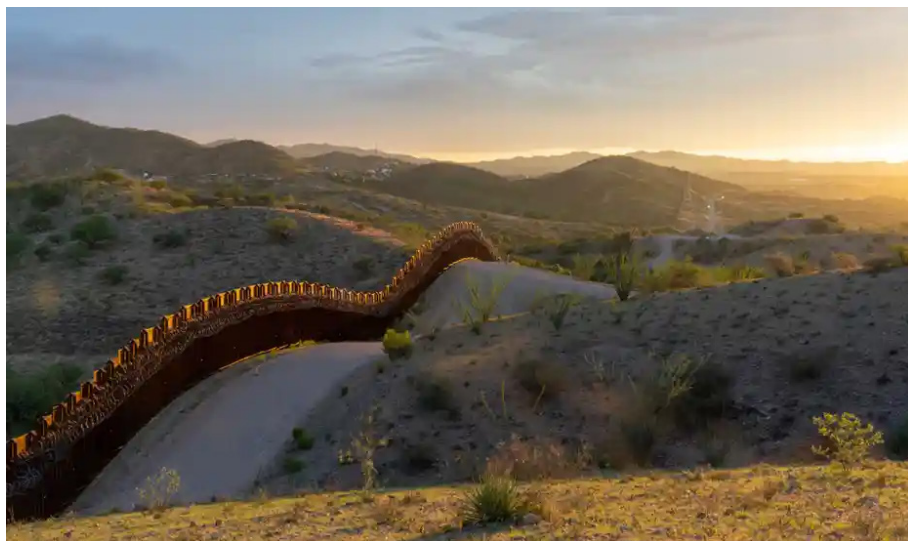
Imigrantes acampados na Ponte da Integração, em Assis Brasil (AC), em protesto contra o fechamento de fronteira com a Bolívia em 2020. Foto: Diego Gurgel/Secom Acre. Fonte: <https://migramundo.com/mpf-e-dpu-sao-contra-reintegracao-em-ponte-e-pedem-solucao-pacifica-sobre-imigrantes-no-acre/>

Os episódios de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos intensificaram a radicalização do anti-islã na Europa. Esse processo ampliou-se com a forte associação entre terrorismo com o Estado Islâmico. A partir de 2014, a Europa passou a assistir e vivenciar vários episódios de terrorismo principalmente da violência Jihadista: Paris, em agosto e novembro de 2015; Bruxelas, em março de 2016; Nice, em julho de 2016; Normandia, em julho de 2016; Bélgica, em agosto de 2016; Alemanha, em outubro de

2016; Londres, em março de 2017; dentre vários outros menos midiáticos. Isso sem mencionar a denominada “globalização do terrorismo” em razão de inúmeros ataques efetuados, principalmente em países da África (Nigéria, Camarões, Bangladesh, Somália; em outros como na Síria, Líbia, mesmo na França mais recentemente com ataques em veículos de mídia, em escolas, com morte de professor, dentre outros). Estes ataques produziram, deliberadamente, pânico, carnificinas, racismo, islamofobia, expulsões, controle social, muros e legislações restritivas a determinadas nacionalidades e credos religiosos. O fato mais marcante nisso tudo é o intenso contingente de cidadãos europeus que participou dos atentados e fez parte do exército jihadista, realidade essa que coloca em xeque e revela a falha dos processos de integração social de filhos de imigrantes; demonstra a produção social dos “inimigos internos”, que expressa também não ser apenas uma guerra religiosa, mas, social, econômica e política. Ou seja, um fenômeno complexo, multicausal, que pode ter centralidade religiosa para justificar adesão e coesão, mas que há outros condicionantes socio-culturais e econômicos, principalmente em torno das mudanças e valores sociais ocidentais (Introini; Mezzetti, 2017, p. 298).



Cercas paralelas se estendem ao longo de 175 km de fronteira entre a Sérvia e a Hungria para impedir a entrada de refugiados e migrantes. Fonte: Lalo de Almeida /Folhapress. Fonte: <http://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros/servia/persistencia/>.



Muro americano com o México, na região do Arizona. Foto: Kevin Cooley/Redux/Eyevine. Fonte: <https://www.theguardian.com/us-news/2021/jan/16/my-neighbourhood-is-being-destroyed-to-pacify-his-supporters-the-race-to-complete-trumps-wall>.

Os temores e as reações da opinião pública, as manchetes midiáticas que negativizam as chegadas de imensas levas de imigrantes, as quais produzem reações violentas e concepções discriminatórias em relação a alguns grupos, dentre outras questões, fazem com que a esfera pública adote medidas sempre mais restritivas. Nesse mundo mais *aberto*, instituiu-se uma luta também mais aberta entre nações, culturas, religiões e raças. Nesse contexto, definem-se quem/quais são os “moralmente superiores”, quem pertence ao “eixo do mal” (Governo Bush), ao “exército do mal” como disse Berlusconi (Premier Italiano, reeleito em 2008), ao falar na montagem de um “exército do bem” para fazer frente aos “imigrantes ilegais e de nações/religiões que representam o medo” (Ambrosini, 2009). O discurso xenófobo alimenta ações e batalhas políticas contra direitos sociais, políticos e de cidadania aos imigrantes e a alguns em especial como os muçulmanos e ciganos.

Em termos mais macro e estrutural, fala-se muito no impacto econômico da imigração. Entende-se que ele varia muito no tempo e no espaço e pode ser positivo ou negativo, como sendo um processo que depende de vários fatores, dentre os quais a proveniência, os níveis de instrução,

qualificação profissional, conhecimento da língua do país de destino, segmentações setoriais e territoriais do mercado de trabalho e do equilíbrio econômico. Dependendo dos setores, há desocupação entre imigrantes e outros com dificuldade de encontrar mão-de-obra, porém, sabe-se que os imigrantes tendem a cobrir postos de trabalho de baixa qualificação em diversos setores. Nesse sentido, o recurso à mão-de-obra imigrante reflete interesses e estratégias de atores econômicos e da sociedade hospedeira. O sistema de *welfare* conta com esse contingente de contribuintes, ou seja, as famílias, que devem dar conta de inúmeras demandas sociais, as mulheres profissionalizadas dos países hospedeiros, que acumulam papéis domésticos e extra domésticos e os jovens, que buscam trabalhos reconhecidos.

Enfim...

As conquistas imperialistas e as novas formas de internacionalização de mercados, pós-anos de 1950, fizeram também crescer as formas de mobilidade humana e as caracterizou pela sua multidirecionalidade, pela dimensão geográfica do fenômeno, pela multietnicidade e pluralidade de motivos. A partir daí, as diásporas e as chegadas caracterizaram um número maior de países. Grandes transformações na agricultura de vários países, somadas aos regimes ditatoriais e conflitos étnico-religiosos, provocaram fluxos migratórios, em geral, internos, principalmente nas regiões do chamado *terceiro mundo*.

A migração não possui só o lado instrumental, principalmente econômico e expresso nas formas de trabalho. As dimensões culturais, sociais e antropológicas *caminham* juntas no processo e não podem ser descuidadas. O migrante se desloca de um local para outro. Ele desloca seus ritos, tradições e valores, é pressionado a incorporar os de outros. Essa dupla identidade constitui a figura sociocultural do estrangeiro. Eles se tornam sujeitos que precisam mais se defender do que defendidos pela esfera pública e pela sociedade de destino. O estrangeiro/imigrante passa, constantemente, por redefinições em sua aceitação e inserção nas sociedades hospedeiras, para isso, constituiu-se uma *indústria do medo*, expressa mi-

diaticamente e por ações de gestão e controle do Estado em nível mundial, a qual se alimenta da construção simbólica do inimigo a ser combatido e, se possível, não deixar entrar. Nesse horizonte, aparece o extracomunitário, os *de dentro* e os *de fora*, os “hispanicos” (inclusive brasileiros entram nessa adjetivação preconceituosa), os “*brasuca*” em Portugal, “*i marroqui-ni*” na Itália, “os polacos” na Alemanha. Ainda que essas representações sejam atualmente ressemantizadas em razão de sua dificuldade de generalização (na Itália, ninguém chamaria um migrante norte-americano e/ou australiano de *extracomunitário*, porém, um brasileiro, ainda que, com dupla-cidadania, sim!), assim como nem um brasileiro acharia ruim que imigrantes italianos e espanhóis continuem migrando atualmente para o Brasil. Geografias, nacionalidades, religiões, culturas, línguas etc., passaram a ganhar novas roupagens em sociedades de destino. Na Europa, por exemplo, a categoria de *extracomunitário* serviu para implementar ações políticas e produzir uma representação de um *nós* e um *outro*, produzir alteridades, sujeitos *de fora* e *de dentro*.

A sociedade autóctone tem a tendência de atribuir a determinados grupos de imigrantes péssimas características ou os piores elementos que constituem sua representação. Nessa, há uma tendência em pensar em si mesmo a partir de seus melhores elementos. Esse processo faz com que o grupo instalado tenha convicção de ser um grupo “bom”, porém os outros grupos são “ruins”. Não podemos esquecer que a noção de “estrangeiro” incorpora o heterogêneo, o diferente, o que não é daqui, mas está aqui. “O fator-chave para determinar a realização da integração dos grupos imigrantes não está na diferença de cultura entre países de origem e aquele de destinação, mas nas políticas de acolhimento. A integração ou a exclusão dos imigrantes depende, acima de tudo, das diferenças culturais ou níveis de instrução, das políticas públicas com esse objetivo” (Kimlicka, 1997, p. 57).

As migrações que *preocupam* não são só as que vêm de fora da Europa, mas as de dentro também. É o caso dos romenos na Itália, dos turcos, sírios e poloneses na Alemanha, esses últimos também na Inglaterra, os refugiados sírios na Turquia (em geral, localizados em imensos campos de refugiados) e em outros países da Europa, os milhões de ucranianos que

saíram do país nestes primeiros meses de 2022, muitos deles inseriram-se na Polônia (aliás, analistas dão ênfase ao fato de que a Europa está recebendo muito melhor esses do que o fez com os sírios e outros também que foram [e ainda são] vítimas de conflitos bélicos e de guerra civil). Os dados informam que há mais de seis milhões de migrantes intra-Europa. Em 2016 em torno de 268 mil poloneses deixaram o país e migraram para o interior do continente. A França incorporou 294 mil imigrantes do interior da Europa, a Alemanha 321 mil e a Espanha mais de 400 mil neste mesmo ano. Porém, são movimentos pendulares, há entradas e saídas de imigrantes. A Espanha, por exemplo, entre 2008 a 2016, em torno de 3 milhões de pessoas deixaram o país; de 2013 a 2019, mais de 80 mil italianos deixaram a mãe-pátria (Idos, 2020). A imigração é pauta de múltiplos encontros de países membros, de múltiplas questões em evidência, de grandes movimentos sociais, de crescimento de partidos políticos contrários ao bloco e as deliberações políticas da União Europeia, de profundas tensões sociais.¹²

Em geral, os meios midiáticos reforçam, em suas práticas discursivas, a ênfase na diversidade cultural e na incapacidade de assimilação social de imigrantes; disso decorrem políticas migratórias e ações institucionais em defesa da ameaça à saúde social, cultural, bem-estar e interesses (Corte, 2002). Tensões e conflitos, distanciamentos, pré-juízos e confrontos resultam dessas concepções, produzindo e simbolizando negativamente grupos ao redor do *problema immigrazione*. Esse processo está em evidência, legitimando ações pouco edificantes em termos humanos e de direitos sociais, como o evidenciado em países da Europa e em outras partes do mundo. Ele vem ganhando corpo também nos últimos anos no Brasil com a criminalização e estigmatização coletiva, justificando ações policiais junto aos senegaleses e outros grupos que organizam seu comércio nas ruas de cidades brasileiras.

¹² Análises demonstram que países europeus necessitam intermitentemente de imigrantes. A Alemanha, por exemplo, para poder manter os níveis de crescimento atuais, necessitará, até o ano 2030, uma imigração de 350.000 pessoas ao ano. Ou seja, em torno de 10 a 11 milhões num período de 40 anos. Nesse sentido, seria interessante que a Europa, em vez de colocar apenas políticas de programação de fluxos migratórios (ainda que necessárias, mas não só) deveria propor políticas de integração no plano dos direitos de cidadania (Idos, 2021).

CAPÍTULO II

Sim ou não aos imigrantes? Atraídos e expulsos: *dinâmicas de um mesmo processo*

O DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA, A QUANTIDADE, as origens e a otimização dos imigrantes preenche muitas páginas nas análises sobre a imigração contemporânea. Dimensões econômicas, demográficas, religiosas, culturais, identitárias, previdenciárias, dentre uma série de outras, compõem esse debate. Porém, grande parte dessa literatura que revisamos é unânime em afirmar que a economia de vários países demanda imigrantes (Ambrosini, 2009; 2020). Eles dinamizam setores e o processo macroeconômico em geral. Na Inglaterra, em 2020, imigrantes contribuíram com 20% do PIB, na Espanha 31%, na Itália 14%. Nos Estados Unidos, imigrantes registraram em torno de 16% da mão de obra empregada. Na Itália, a participação deles foi de 11% (Idos, 2021).

Na realidade, os imigrantes são necessários na mesma proporção em que são indesejados ou que não lhes é atribuída a possibilidade de uma integração ou cidadania social. Ou, então, seria como se disséssemos que a economia os quer e o PIB de alguns países de origem dos fluxos, inclusive, os agradece, porém, sociedades, culturas e referenciais identitários de alguns países de destino, não. Em razão disso, imigrantes vivem entre dinâmicas integrativas, de exclusão e de conflitos, num jogo entre atração e expulsão, necessidade e não reconhecimento. O tema sobre sua importância ou não é fundamental, pois permite desvendar algumas falácias, ideologizações apressadas e sem fundamento, esboçar dados econômicos e desmistificar algumas representações em torno aos imigrantes e à imigração em determinados países, inclusive no Brasil, em particular, no atual governo (Bolsonaro).

Neste capítulo, de uma forma sintética, discutiremos a importância eco-

nômica dos imigrantes na sociedade de destino. Faremos esse recorte, pois, em outros espaços, daremos ênfase a horizontes para além do econômico, ainda que essa dimensão esteja presente, pois imigrantes são, por excelência, sujeitos da esfera do trabalho, reconhecidos no interior de práticas econômicas, porém, nunca esquecendo que eles não devem ser vistos apenas como braços e, sim, como seres humanos e, em suas relacionalidades, como sujeitos sociais portadores de direitos e que demandam cidadania.

Centralizaremos o foco na ambiguidade de sua presença nas sociedades em que se encontram em grande número, no fato de que, na mesma proporção em que são necessários, são evitados, que são chamados, são expulsos e/ou discriminados; ou, como na lógica do governo Trump, na época em que decidiu construir o imenso muro que separa o seu país ao do México, ao se defrontar com a falta de mão de obra para determinadas atividades manuais, paradoxalmente, solicitou centenas de migrados de vários países, dentre os quais, mexicanos. Essa é uma das expressões da irônica dinâmica contraditória da presença de imigrantes nas sociedades mais desenvolvidas em termos econômicos e que são os espaços de maior presença deles. É um pouco disso que o capítulo objetiva problematizar de uma forma crítica.

Entre sonhos, desafios e repressão

O sonho da mobilidade social e da sobrevivência acompanha a dinâmica das decisões e dos espaços onde imigrantes se situam. Essa idealização se faz presente em locais onde, em tese, presumem-se conquistas sociais, modernização jurídica e reconhecimento social, como foram representadas a sociedade europeia ocidental e a América do Norte para muitos imigrantes de países da América do Sul e da África. Há toda uma estruturação, uma *indústria* da migração internacional, em geral, formando micro redes (agentes de viagens, traficantes de seres humanos, banqueiros que intermediam remessas, mercadores marítimos, recrutadores de mão de obra, agentes imobiliários, motoristas de caminhão que carregam imigrantes escondidos em seus containers etc.), com ramificações em alguns países e para alguns destinos. Há um mercado de trabalho e de serviços, legislações, controles de fronteiras, e muitos

outros aspectos, que fazem parte de um amplo horizonte que envolve o processo migratório internacional do século XXI, talvez, um pouco diferente daquele do século XIX para o Brasil e outros países da América Latina.¹ Há redes bem articuladas que funcionam como fator *produtivo*, principalmente pelo fato de viabilizar comércio internacional e recursos financeiros nos cenários de movimentos de pessoas.

Como vimos no capítulo anterior, as travessias marítimas continuam produzindo polêmicas e, acima de tudo, dezenas de milhares de mortes todos os anos. As terrestres seguem também essa lógica entre vários países, em particular entre Estados Unidos e México, além dos desumanos tratamentos e constrangimentos morais e éticos em espaços de destino em que são enclausurados, como é o caso de Lampedusa na Itália, em Ceuta e Melilla (territórios da Espanha), em presídios na fronteira entre Estados Unidos e México, porém, no lado americano, dentre outros.

Mesmo enfrentando esses grandes riscos e adversidades, imigrantes desafiam as barreiras, lutam pela idealização de melhor condição de vida para si e suas famílias. Uma pesquisa realizada no Senegal em 2007, com mais de 500 pessoas, revelou que 93% declararam ter intenção de migrar (Macedo 2020). Nos dois momentos que estivemos neste país, não foram poucos os jovens que conversávamos que nos pediam para os “levarmos para lá” [Brasil]; um deles nos disse: “aqui a vida é dura, não tem trabalho, sem esse não dá para casar, não arruma mulher, não dá para ter filhos, teus pais te mandam sair. [...]. Para você é fácil levar, difícil é eu ir para lá, não tem visa (visto) e nem dinheiro”. O estranho de tudo isso é que “para casar, para arrumar mulher, para ter filhos”, como descrevemos baseados em suas narrativas, os sujeitos precisam se deslocar deles todos (pais, esposa/o, filhos), permanecer por anos sem sua presença física e geográfica, necessitam se separar para formar uma união familiar. A unidade depende da separação. É estando separados física e geograficamente, alguns por um bom tempo, que eles conseguem constituir uma unidade familiar. Essa é uma lógica interessante e *sui generis*. Uns precisam sair para que outros possam ficar. As remessas financeiras produzem essa lógica da saída para a permanência, separam para que um horizonte de unidade permaneça, ao mesmo tempo, são um componente

¹ Ver sobre isso, AMBROSINI, M. *Sociologia delle migrazione*. Bologna: Il Mulino, 2009.

fundamental para a recomposição familiar, para ligar a dimensão econômica com a social, moral e afetiva. Difícil saber qual delas é a mais importante, ou seja, se é a dimensão afetiva que produz a moral e financeira ou é essa última que alimenta a anterior. Enfim, o importante não é o que vem primeiro e, sim, que há um horizonte complexo que alimenta e dinamiza as duas (Macedo, 2020; Almeida, 2020; Martes; Soares, 2006).

Senegaleses e de outras nacionalidades, na sua grande maioria, arriscam-se na travessia do Mediterrâneo para chegar a algum espaço do sul da Europa mais próximo em razão da dificuldade em obter vistos e/ou pagar outras formas de deslocamento. Segundo estudos feitos em 2015, a forma da travessia marítima mediterrânea, implicava um risco de 25% de morte.



Rotas migratórias entre o continente africano e a Europa. Fonte: <https://www.publico.es/politica/nacionalidad-nietos-espanoles-exiliados-nietos-abuelas-exilio-tendran-nacionalidad-espanola.html>.

Percebe-se que o mundo atual é pleno de fronteiras, de limites de inserção e internalização para determinados grupos sociais, nacionalidades, raças

e crenças. Todas essas são construídas socialmente, eivadas de dimensões sociais, culturais, simbólicas, ou seja, da noção de diferença (Agier, 2015; Macedo 2019), seletividade, exclusão, demarcação de poder, do papel central do estado-nação e dos que podem e os que não podem migrar. Nesse sentido, um senegalês na região de Casamance, sul do país, questionou-nos por que podíamos entrar no país e eles não podem obter visto para ir ao Brasil? Aliás, nem vistos precisamos, não fomos nem questionamos pela Polícia Federal no aeroporto de Dakar sobre o motivo de nossa viagem, apenas nos foi exigido os protocolos normais de vacina do Covid e da febre amarela. Não tivemos respostas para a indagação até porque não há lógica argumentativa do campo jurídico, burocrático, político e, em última instância e mais importante, que é a humana e social, para produzir uma narrativa argumentativa e explicativa. O senegalês estava questionando a inexistência da reciprocidade, ou, então, por que alguns podem entrar em determinados países e outros não? Ou, mais especificamente, por que o Senegal não exige os protocolos de visto para brasileiros na mesma forma que a embaixada brasileira no referido país o faz para os senegaleses?

Na narrativa de senegaleses entrevistados, o órgão de representação brasileiro não concede vistos sem a documentação posta como necessária e, se o argumento for para turismo, as exigências são maiores ainda, além de custosas. A explicação mais lógica que podemos dar é que, infelizmente, neste mundo dito global, sem fronteiras, para algumas pessoas e nações, é concedida a possibilidade de transpor fronteiras nacionais, para outros não, e que, nesse universo de permissão e proibição e/ou restrição, há dimensões econômicas, culturais, raciais, religiosas, dentre outras, que ainda impedem a livre circulação e/ou o direito internacional de migrar como mencionamos



Momentos de visita e conversa com representantes da embaixada brasileira em Dakar, no Senegal. Fonte: pesquisa de campo.

no capítulo anterior. O mundo não é aberto e nem global quando se trata de imigrações. Governos ditos liberais também adotam práticas restritivas de mobilidade de pessoas, principalmente daquelas que são vítimas de preconceitos e de representações negativizadas.

Em entrevista e conversas com representantes diplomáticos do Brasil no Senegal, a narrativa comum é a de que “não são concedidos vistos em razão de que não há trabalho para brasileiros, portanto, não dá para deixar entrar mais pessoas. [...] Há sempre quem tenta informar e convencer eles para ir, mandam cartas de recomendação, advogados que fazem solicitações, muitas vezes com informações falsas, assim como junções familiares sem os requisitos necessários. [...] Daqui, é muito difícil que saiam vistos para ficar no Brasil. [...] Eles, acredito, arrumam outros meios; há países da América Central que aceitam vistos e eles acham meios para chegar ao Brasil, ou como muitos deles são parecidos, há fornecimento de documentos entre si, se trocam documentos, vistos para vir ao Senegal e retornar ou algum sair daqui com documentos de outros. [...] É uma realidade difícil de controlar”. Não vamos questionar as afirmações de representantes diplomáticos, pois suas respostas, estarão diluídas em todo o texto, demonstrando a falácia do excesso de gente, da não reciprocidade nas determinações dos vistos e exigências entre um país e outro, bem como sobre as estratégias, riscos e contraposições de imigrantes para poder se deslocar neste mundo dito global e sem fronteiras.

Temos a convicção de que o projeto migratório se constitui em esperanças, promessas e desafios para seus sujeitos, porém, muitos deles, na prática, acabam produzindo desencantos e arrependimentos. A realidade de migrante vai se constituindo na prática vivencial no decorrer da própria trajetória. A busca de pontos de apoio pelos imigrantes (família, grupos de co-nacionais, igrejas) é importante para fazer valer de forma plena seus horizontes identitários, sua qualificação profissional, seus direitos etc.

Imigrantes idealizam sociabilidades com os seus (co-nacionais) e com a comunidade de destino; seus horizontes imaginados não se restringem ao país de origem, ainda que, em geral, o pertencimento étnico é quase sempre acionado, porém, há horizontes raciais, de gênero, religioso, comercial, dentre outros, que produzem representações sociais entre os diversos grupos e a

sociedade de acolhida e que se tornam ferramentas de “construção de significados e sentidos, relacionadas a disputas por visibilidade, poder, direitos, legitimidade e manutenção ou quebra de hegemonias” (Macedo, 2020, p. 292). Haitianos disseram em entrevistas que imaginavam se sentir melhor aqui no Brasil em razão da grande presença de negros, da imaginada *democracia racial* existente. No sul do país, onde muitos deles acabaram indo, entrevistados disseram que se confrontaram com uma realidade bem diferente.

Nesse sentido, racialidades, negritude, o fato de serem simplesmente imigrantes, de serem alfabetizados, para o caso de senegaleses, também na língua francesa, serem muçulmanos, desenvolverem a africanidade, o (pós/neo)colonialismo, dentre outros meta-discursos, identificações e produção performativa de sujeitos/grupos sociais, na sua especificidade relacional, são aspectos que acabam por ser acionados para além da nacionalidade e etnia (Macedo, 2020; Ambrosini, 2020); são processos que aproximam e subvertem horizontes e/ou fronteiras distantes, conectando e/ou cruzando pessoas, políticas, espaços, tempos e experiências históricas, fatos comuns, por isso, os imigrantes articulam múltiplas dimensões territoriais, históricas, religiosas, econômicas, imaginárias que vinculam passado e presente em espacialidades múltiplas e diferenciadas (Macedo, 2020; Introini; Mezzetti, 2017; Lahalou, 2004).

Atração, seleção, importância ...

Se pensamos somente pela esfera econômico-produtiva, os empresários têm nos trabalhadores imigrantes um fator de baixo custo da força de trabalho, aumento do contingente de consumidores e, com isso, possível alargamento da base produtiva. Na necessidade da realização dos trabalhos que autóctones relutam em querer realizar é que reside a grande novidade e importância dos imigrantes; além do mais, a sociedade receptora pode contar com trabalhadores já formados, em idade laboral, sem necessitar de sustentação de custos de formação e de crescimento físico etc.

Nessa dimensão da importância e funcionalidade, imigrantes podem até amenizar alguns dos problemas presentes em vários países de acolhida

como é o caso do caixa da previdência social, do reduzido crescimento da população e do alto contingente de inativos e envelhecidos. A Itália, por exemplo, revela ser uma sociedade de *envelhecidos*; mais de 20% da população, em 2019, possuía idade acima de 60 anos. Os dados referentes a este país demonstram que ele necessitará, nas duas próximas décadas, de, em média, 300 mil novos cidadãos estrangeiros por ano para que permaneça inalterado o atual quadro de pessoas em idade laboral (Idos, 2020) e o caixa da previdência permanecer nos níveis atuais de solvência. Nessa questão, o país vive um dilema, mas não só ele, pois, ao mesmo tempo que tem necessidade de imigrantes para manter níveis do trabalho, há todo um sistema de proteção social que necessita de contribuintes, de contingentes maiores de trabalhadores em setores de grande aplicação de mão de obra e, adota políticas que bloqueiam e contrastam as levas de refugiados e de outras categorias que tentam entrar no país. Isso nos faz entender ou conceber que os imigrantes não são mais marginais nas sociedades. No mínimo, eles podem promover ou estão sendo uma grande fonte de mudanças sociais e culturais em benefício da população e do país autóctone.

Há estudos que demonstram que os imigrantes na Europa estão auxiliando no processo, ainda que lento, de recuperação econômica de alguns países. Imigrantes trabalham com custo mais baixo na remuneração de seu trabalho, geram serviços, empreendem com custo reduzido, dinamizam efeitos multiplicadores nos setores imobiliários, na produção alimentar, nos transportes e no comércio. Serviços são ampliados, fato esse que acaba gerando mais empregos, dentre outros múltiplos aspectos da dinâmica mercantil e econômica em geral. A Alemanha é um caso deste. Estudos já indicam os resultados econômicos positivos da ação governamental da Chanceler Merkel que, em 2016, permitiu refúgio a quase um milhão de sírios e, também, afegãos (Idos, 2022).

A agricultura em vários países da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, é um setor de extrema demanda de trabalhadores imigrantes. Esses, por sua vez, permitem reduzir as importações agrícolas, assegurar a presença de unidades pequenas na atividade agrícola e mantém preços baixos dos produtos aos consumidores. Vimos em jornais italianos dos meses de maio e junho de 2022 que havia uma grande preocupação em torno da seca que

abateu o país, principalmente para as culturas de frutas, trigo e milho, mas, em grande, parte, em torno da falta de gente nas culturas da uva e na poda e, posteriormente, colheita de frutas, tomates, melão, morango etc. Jornais davam ênfase à necessidade de imigrantes sazonais que antes da pandemia estavam no país e, não puderam mais retornar ou encontraram trabalho em seus países ou migraram para outros. Veículos de comunicação mostravam parreirais que não puderam ser podados e que, portanto, não produzirão uva de qualidade, inclusive correndo o risco de morrerem em várias partes da Itália, com centralidade no Norte/Nordeste.



Imigrante maroquina colhendo morangos na Espanha em período de pandemia.²

Os imigrantes podem facilitar as trocas comerciais entre os países de origem e de destino. Eles promovem importação de produtos, principalmente os de sua identidade cultural e de seu país. Há amplas redes nesse sentido, inclusive no Brasil, que viabilizam esses processos e que fazem chegar até nossos espaços de estudo (Centro-Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina). Esse processo reduz custos de transação na difícil oportunidade de mercado. Os próprios imigrantes passam a ser os mediadores da confiança e do conhecimento necessários para viabilizar negócios. Essas “ca-

² “Straniere e senza diritti, ecco le donne che raccolgono le nostre fragole”. Matéria de Aboubakar Soumahoro e Abdelhak Senna/AFP. Fonte: <https://www.linkiesta.it/2020/07/fragole-libro-donne-marocco/>.

deias de valores” (Ambrosini, 2009), que se transmitem nos produtos, acontecem entre países de destino dos imigrantes e os mais empobrecidos de sua origem. É isso que faz com que uma ampla rede se constitua para fornecer os produtos para os senegaleses que vendem informalmente em centros de grandes cidades da Europa e do Brasil. É de sua característica ser informal em múltiplos horizontes, aliás, só é possível de ser dimensionada mercantilmente porque é informal em boa parte para não dizer em toda a cadeia.



Imigrantes senegaleses trabalhando nas ruas da cidade de Porto Alegre. Foto: Geórgia Santos. Fonte: <https://vos.social/reportagens-especiais/que-fazer-uma-historia-sobre-a-labuta-dos-imigrantes/>.

Em geral, imigrantes que se tornam empreendedores tendem a desenvolver trocas com produtos de seus países de origem, importam, produzem novos consumidores, intercambiam processos mercantis, acionam dinâmicas mediadoras de importação/exportação. Entrevistamos um bengali em Passo Fundo que possui uma loja de confecções no centro da cidade e, ele nos informou que “importa mais de 70% do que tem aqui, vem do meu país”. Segundo ele, o produto entra na loja mais barato, é de marcas conhecidas mun-

dialmente que produzem em Bangladesh, e, consegue vender mais barato. Tudo isso viabilizado pelas redes de comércio, de conhecidos, que otimizam processos logísticos ramificados pela América Latina e que fazem chegar até Passo Fundo e outros municípios do Sul do Brasil.

Nesse sentido, poderá haver certas relações de complementaridade entre imigrantes e trocas comerciais internacionais, em algumas vezes, podendo envolver autóctones e/ou algumas instituições ligadas ao comércio exterior. É o caso de um imigrante senegalês retornado do Brasil, que trabalhou por anos em Passo Fundo, e que entrou em contato conosco, pelo What's app, solicitando se tínhamos como ver uma possibilidade de importar sementes, principalmente de feijão, milho e soja do Brasil, bem como, se tínhamos algum conhecido ou uma indicação para ele? Quando fomos ao Senegal, aproveitamos para ir visitá-lo num bairro periférico de Dakar. Ele nos informou que estava em tratativas com uma empresa que fabrica ração para ela comprar o milho em grande quantidade, transformá-lo em ração para animais e, ele faria a venda no Senegal. Ele possui uma agropecuária e, ao que pudemos perceber nos dias que ficamos em sua casa, há uma imensa demanda por ração que tem milho na composição. Há muitos animais cavaleiros na periferia de Dakar (servem de tração para mobilidades de pessoas e mercadorias), cabras e ovelhas, muito comércio desses animais, portanto, “aqui, se tivesse milho, em dois a três anos, dá para ficar rico; é cheio de gente que vem comprar e, nós vendemos quebrados, não em sacos, porque depois falta e demora para chegar e nós vamos perdendo clientes. [...]. Se eu conseguir importar, e tu vais me ajudar nisso, se eu convencer o moinho para comprar e fazer a ração, vamos ganhar dinheiro que nem água como vocês dizem lá, forrar o bolso! [...]. Se não der, daí fica difícil; volto para o Brasil, tenho a documentação, ou de lá, vou para os Estados Unidos”.

Ao ser questionado sobre esse desejo de reemigrar, de deixar sua esposa, uma filha de três meses (em junho de 2022), ele disse que era normal isso, “todos fazem isso, é para o bem dela [filha]; sem isso, você viu, é muita gente aqui, não tem trabalho [...]; sem milho aqui não dá, só vender feno, não dá nada”. No momento em que dialogamos sobre isso, havia uma grande preocupação mundial em torno dos grãos, do milho e trigo em particular, alguns jornais de Dakar e mesmo conversando com professores da Universidade

de Dakar, havia essa preocupação sobre uma “guerra dos grãos na África”. A guerra, provocada pela invasão da Rússia na Ucrânia, reduziu imensamente a oferta de grãos e, mesmo que o conflito acabasse logo, análises demonstram que ela comprometeu em torno de três safras para os ucranianos, que são os maiores produtores e exportadores mundiais de milho e trigo, pois descapitalizou o país. Os agricultores que não puderam colher e/ou se puderam, não conseguiram exportar em razão do controle e/ou destruição de portos, de silos de armazenagem e bloqueios de rodovias. Navios não saíam pelo mar carregados do produto por razões de temor e insegurança de serem bombardeados e perder tudo. Alguns deles estão saindo neste período (agosto de 2022) sob proteção de entidades internacionais, porém, numa quantidade muito aquém da necessária demanda pelos cereais no mundo. Analistas dizem também ser necessário um tempo longo para descobrir e desativar minas colocadas no solo produtivo, em estradas e em outros espaços. Há carência de fertilizantes, os quais, em boa parte, eram importados da Rússia. Está havendo destruição de infraestrutura de armazenagem, mobilidade dos produtos (estradas, portos, pontes, ferrovias) e outros processos. Realidade essa que agrava ainda mais os cenários mercantis que dependem totalmente do produto como é o caso de países africanos.

Estivemos juntos com o imigrante retornado que mencionamos, junto ao porto de Dakar e ao moinho onde ele havia comprado o milho (que também ficava no referido porto). Ele nos informou que havia pago antecipado o produto para tentar pressionar para que fosse enviado o mais rápido possível, mas, segundo ele, a estratégia não havia se mostrado eficaz. “Paguei já faz tempo para ver se eles mandam mais rápido”. Ele também havia pago a transportadora há mais de um mês com a intenção de poder barganhar rapidez na entrega. “Eles fazem assim com os pequenos, eu sou nada para eles; eu compreí só quatro toneladas, por isso que eles não mandam. [...]. Estou perdendo dinheiro; se tu queres é assim, senão, tu ficas sem nada. Eles te dizem que não tem milho, não vem milho da Europa e, na verdade, vendem o que tem para os grandes, os que compram em grande quantidade”. Nosso breve relato refere-se a um imigrante retornado após quase sete anos no Brasil e sem ter ido visitar seus familiares porque ainda não possuía documentos e, também, porque segundo ele, “nunca consegui juntar um dinheiro, mandava

tudo para cá”. Já fazia em torno de dois anos que ele havia retornado ao Senegal. Ele expressa uma tentativa de retorno em razão de ficar com sua família de origem e, também, para constituir uma família (esposa e filhos); disse que havia emigrado pela sua família, a de seu pai e, havia retornado “para minha família agora, para minha esposa e filha pequena”. Ele relata que “não fiz quase nada de dinheiro em todo esse tempo no Brasil, minha saída não deu muito certo. [...]. Meu pai quer que eu volte para o Brasil”. Em nossas conversas, ele demonstrou contundência nessa afirmação, porém, seu filho (ex-imigrante retornado), disse-nos que “ele diz assim, mas ele sabe que se eu sair, vai chorar por dias! Só que ele sabe que não há como ter família aqui no Senegal, por isso quer que eu saia de novo”.

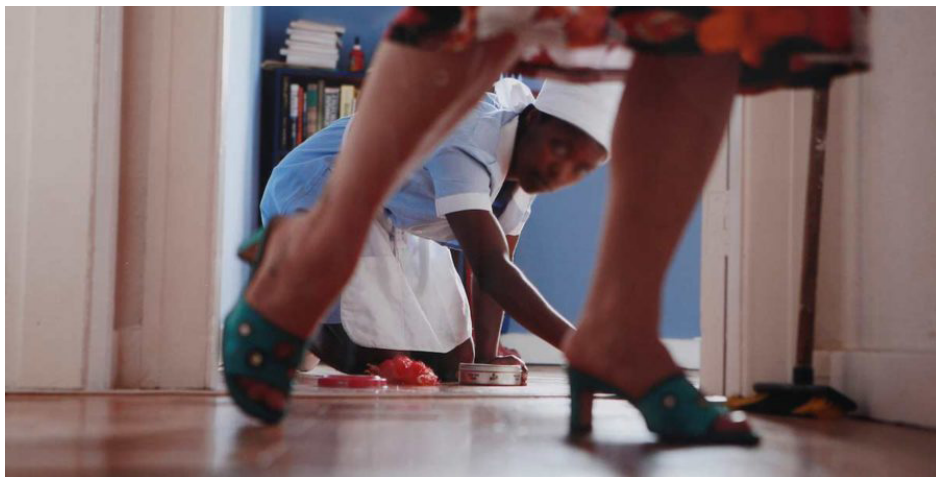
Mas voltando aos nossos espaços de destino dos fluxos migratórios, julgamos importante mencionar que há imigrantes que também encontram espaços de trabalho nas empresas de seus países nos espaços de destino. Isso acontece entre imigrantes italianos que, no Brasil, desde o início do século XXI, vêm se intensificando. Eles estão inserindo-se, em muitos casos, em empresas de italianos.³ Há dados nesse sentido e que vêm chamando a atenção de pesquisadores, porém, são imigrantes considerados “qualificados” aqueles que na Europa se costuma definir como *brain drain* (fuga de cérebros), que os choca muito, como ouvimos numa conversa com um aluno de economia da Universidade de Verona que nos disse que “a Itália está, já faz alguns anos, mandando embora gente formada, qualificada, principalmente para a Alemanha e Estados Unidos e, recebendo aqui africanos!” Na dimensão do “africanos” mencionada pelo interlocutor informal, está implícito uma série de elementos negativados desde o campo da qualificação/conhecimentos técnicos, quanto de outras ordens. Esses imigrantes considerados “qualificados” não geram manchetes, pois as que abordam questões migratórias, em geral, o fazem para fortalecer preconceitos, estigmas, problemas sociais, culturais e religiosos; portanto, eles não movimentam outros processos sociais e nem servem de matéria prima midiática; são os imigrantes chancelados e/ou tu-

³ Ver CONEDERA, L. O. De Belluno para o mundo: a migração veneta no século XXI. In: KARSBURG, A.; VENDRAME, M. I.; CARNEIRO, D. (Org.). *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*. São Leopoldo: OIKOS, 2021, v. 1, p. 357-370. Ver, também, CONEDERA, L. O. Novas mobilidades no novo milênio: a migração italiana no Sul do Brasil (2000-2018). In: RADÚNZ, R.; HERÉDIA, V. (Org.). *145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. 1ed.UCS: Caxias do Sul, 2021a, v. 1, p. 333-353.

telados por representações positivadas em boa parte produzidas em razão de seu local de origem (Conedera, 2021).

Outras dimensões, que expressam a importância de imigrantes estão as de ordem demográfica e rejuvenescimento da população. Eles estão permitindo um saldo positivo na equação entre mortes e nascimentos em vários países. Para o caso italiano, que é paradigmático nessa questão, houve um saldo de nascimentos de 75 mil em 2014, e 72 mil em 2017 (Idos, 2019). A taxa média de natalidade por família subiu de 0,9 (2016) para 1,3 (2021) (Idos, 2022). As análises atribuem isso à presença dos imigrantes. No entanto, para eles, é também difícil ter filhos, pois, além das condições de moradia e/ou aluguel mais caro, há a dificuldade da mulher/mãe em trabalhar e, também, não possuem familiares para cuidar dos filhos, além de que encontrar espaços em creches públicas também não é algo tão fácil em razão exigências burocráticas e documentais; alguns, inclusive, em razão de sua situação não regular no país, não podem contar com políticas públicas sociais universais (*social welfare*) na mesma proporção que os autóctones. A questão da imigração na Europa possui correlação com o envelhecimento da população e com o crescimento vegetativo. Os dados de 2019 informam que mais de 20% da população têm mais de 60 anos (Idos, 2020). Nesse sentido, estima-se que haja necessidade de um amplo saldo imigratório para compensar o descenso de nascimentos e o envelhecimento da população.

Por toda a Europa, entre as categorias de imigrantes mais demandadas, está a do trabalho doméstico (*welfare doméstico*). Em 2019, havia em torno de 14 milhões de imigrantes atuando nesse setor (Idos, 2020). No tocante ao crescimento vegetativo, não há dúvida de que, em países empobrecidos, aumenta a fecundidade e reduz a expectativa de vida. Nos países ricos, reduz a fecundidade, aumenta a expectativa de vida e, o envelhecimento da população se alarga (Ambrosini, 2017; Fondazione Ismu, 2017; Idos, 2020).



Trabalho doméstico exercido por imigrantes. Foto de José Cícero da Silva - Agência Pública.⁴

Aparentemente, é possível dizer que os fluxos migratórios causam desenvolvimento nos países de destino. Estudos demonstram que, ainda que não atribuindo como causa única, países que receberam imigrantes, nas últimas décadas, tiveram crescimento econômico. É o caso dos Estados Unidos que dobrou sua população nos últimos 100 anos e se tornou sempre mais rico. A Austrália, Canadá, África do Sul, Alemanha, Itália e Japão são exemplos disso. A França durante a Segunda Guerra Mundial e num certo tempo depois, foi buscar mão-de-obra nas antigas colônias para trabalhar na agricultura, mineração, na indústria e na construção civil. O Senegal foi um deles. A Inglaterra fez o mesmo com africanos, os americanos com mexicanos, principalmente para trabalhar na agricultura e em ferrovias. O Brasil também o fez com italianos, alemães e outros para as fazendas de café, na agricultura familiar no sul do Brasil, empreendimentos outros em todo o país, inclusive para o setor urbano, operários para fábricas em São Paulo e outras províncias/estados. Esse processo, atualmente, está na mesma direção, é influenciado por essa ligação histórica.

De uma forma ainda que superficial e aparente não dá para negar que, desde o momento em que migrantes adentram no país hospedeiro, estão produzindo serviços, promovendo consumos, gastando dinheiro e induzin-

⁴ “O drama das domésticas coagidas a trabalhar”. Fonte: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-drama-das-domestica-coagidas-a-trabalhar/>

do um amplo leque de atividades. Dados revelam que os imigrantes assumem trabalhos de nível baixo, fortemente segmentados, de elevadas taxas de desocupação e/ou demandas de trabalho insuficientes, salários mais baixos, sindicalização e informatização mais escassas. Calcula-se que em torno de 15% das atividades efetuadas por eles possuem alguma característica de informalidade no interior de empresas formais. Na mesma proporção, aposta-se nos imigrantes, principalmente jovens, na saída para a crise da previdência e do setor de saúde pública, pois, em geral, poucos deles usufruem e/ou usufruirão deste serviço e dessa compensação.⁵

Esses elementos todos alimentam intensas discussões sobre a presença ou não de imigrantes, sua otimização presente e as tendências para o futuro próximo. A questão do *welfare*, o qual envolve políticas sociais, de saúde e assistência, serviços sanitários, educação etc., vem preocupando governos e sensibilizando as sociedades europeias em que a presença de imigrantes é mais intensa. A Alemanha é outro país nesse sentido; ela necessitará de mais ou menos 500 mil/ano de novos imigrantes (Idos, 2019). O país expressa a necessidade de contribuintes para dar garantias de continuidade ao sistema de proteção social, o ainda existente e capenga *welfare social* (Ambrosini, 2017), principalmente em razão do elevado contingente de idosos e a sua prolongada vida. Há pequenos vilarejos na Itália e mesmo em Portugal em que são fornecidos incentivos financeiros para estrangeiros irem residir, adquirir imóveis, permanecer vivendo lá.

Não obstante a isso tudo, a Europa, por exemplo, mas não só ela, revela ter medo da imigração. Segundo pesquisa feita em abril de 2019, 46% dos entrevistados disseram que a imigração representa o principal problema para a União Europeia, secundando a crise econômica e o desemprego (Idos, 2020). Outra pesquisa coloca que o tema da imigração esteve em 2020, em terceiro lugar, somente atrás do tema e da situação vivida da pandemia e da mudança, também conjuntural do quadro político do país, no centro dos debates políticos. Isso revela que sua presença continua sendo percebida, disseminada e representada como um *problema*, como “emergência imigração”, “invasão” e muitas outras simbologias e representações negativizadas.

⁵ Ver CARCHEDI, F; MOTTURA, G.; PUGLIESE, E. *Il lavoro servile e le nuove schiavitù*. Milano: Franco Angeli, 2003; AMBROSINI, M. *Richiesti e respinti. L'immigrazione in Italia. Come e perché*. Milano: Il Saggiatore, 2010.



Crianças sírias no campo de refugiados de Idomeni, situado entre a Grécia e a Macedônia, em 2016. Fotografia de ©Mario Fornasari. Flickr. Fonte: <https://www.revistadelauniversidad.mx/articulos/a05282e-6-2609-4fc9-935b-d150f328fe9f/la-falta-de-voluntad-ante-todas-las-crisis-del-mundo>

A população não é informada das reais contribuições dos imigrantes, inclusive no Brasil; ou não se tem interesse em informar principalmente pela mídia de maior expressão. Torna-se politicamente correto abordar pelo horizonte da falácia dos malefícios e dos problemas, até porque na ausência de autocrítica, de auto reconhecimento de processos históricos de desenvolvimento e progresso econômico causadores de empobrecimento de povos, nações e regiões, é mais fácil atribuir culpas aos problemas e às conflitualidades contemporâneas, aos imigrantes. Análises enfatizam que, na ausência do bipolarismo que existia antes da queda do muro de Berlim, os imigrantes foram os *escolhidos* para serem os bodes expiatórios dos problemas enfrentados nas sociedades enriquecidas, em particular, na Europa Ocidental e Estados Unidos.

Já mencionamos que a necessidade de mão-de-obra para a reconstrução pós-bélica fez com que houvesse muitas migrações no interior de muitos países da Europa. É sempre bom enfatizar esse processo, pois neste e em outros continentes, como é o caso da América e, em particular, o Brasil, em que períodos históricos foram constituídos por grandes levas de imigran-

tes, assim como estados ricos do país; ambos tiveram a participação efetiva de migrantes de várias partes de seu território, dentre os quais, milhares de empobrecidos nordestinos como é o caso de São Paulo. Para continuar neste argumento e, indo para a Europa, onde o discurso xenófobo é lugar comum, a Itália, por exemplo, foi uma grande expressão do êxodo para vários países (EUA, Austrália, Bélgica, Brasil, Argentina etc.), bem como de um intenso fluxo de migrações internas em especial do território meridional para o centro-setentrional. O denominado *triângulo industrial* da Itália (Milão, Turim e Gênova) recebeu fluxos intensos de imigração do Sul do país (Melotti, 2008). Nas décadas de 1970 e 80 os fluxos foram intensos, fruto de crises mais sistêmicas (petróleo, do trabalho etc.). Houve, neste período, também um grande aumento das migrações continentais. Crises econômicas, ditaduras militares, golpes de estado, guerras civis, libertação de colônias etc., produziram conflitos sociais, políticos, repressões políticas, expulsões, asilos etc., enfim, um processo amplo da “clandestinização da migração” (Ambrosini, 2017). Nessa fase, houve uma centralidade de fatores de ordem política, mas, também, implicações de ordem econômica e no horizonte do trabalho com a crise do fordismo dos anos 80, sendo essa produtora de profundas transformações no mundo do trabalho com consequências nefastas aos trabalhadores do mundo inteiro.

A partir da década de 1990 até então, aprofundam-se os processos críticos da anterior, porém, acrescidos com horizontes políticos e econômicos no Leste Europeu, com guerras no Golfo Pérsico, com atentados terroristas, construção de barreiras em fronteiras de países para evitar migrações etc. É o período da intensa implicação do fenômeno da globalização econômica e suas consequências na formulação de uma nova divisão internacional do trabalho, do avanço, por excelência, de algumas tecnologias (informática, comunicação e do setor financeiro) e de novas estratégias de comércio e de dinâmicas de consumo em nível mundial, tendo os EUA como o grande epicentro do processo, seguido por novos e velhos centros de poder (Europa Central, Japão, China e os ditos “tigres asiáticos” e Índia). Passa a existir, nessa fase, uma intensa correlação desses processos com os fenômenos migratórios internacionais. É nesta que os imigrantes passam a ser vistos como problemas em razão do intenso fluxo, da concentração em poucos países, das

questões religiosas, culturais etc., porém, a Europa Ocidental, em geral, tem memória curta, pois vivenciou por décadas a mobilidade de seus migrantes por várias partes do mundo.

Conversando com um professor da Universidade de Verona sobre essas questões, por ocasião de um estágio nosso de professor visitante, ele nos respondeu que houve uma amnésia deliberada coletivamente para esquecer os horrores das duas guerras, em particular, a segunda, “bem como para esquecer quando os albaneses éramos nós pelo mundo a fora; por isso, a imigração que importa é a de agora e, a mídia e o governo que estão aí; abordam essa imigração e a dimensionam negativamente”. Nas décadas de 1980 e 1990, houve uma intensa migração de albaneses para a Itália, por isso a referência a eles pelo nosso interlocutor; posteriormente, foram outros grupos eleitos pela mídia para serem referência negativa em razão de sua quantidade, ou seja, os nigerianos e, posteriormente, os marroquinos e, mais recentemente, os romenos.

Imagens do estrangeiro vão sendo produzidas a partir dos modos e das formas de relações que se estabelecem entre pessoas e grupos (Sayad, 1998). O papel da mídia passa a ser fundamental nesse novo cenário de produção e disseminação da ideia de estrangeiros/imigrante. Há uma construção social dos pontos de vista, de critérios valorativos, cognitivos, morais e políticos. Sabemos que processos cognitivos baseados em estereótipos tendem a preponderar nas imagens e relações entre nacionalidades ou supranacionalidades sem maiores análises/averiguações em termos de veracidade (“marroquinos” na Itália, “hispanicos” nos EUA, “brasucas” em Portugal, “brasi-guaios” no Paraguai, “africanos” na França, “senegaleses” no Brasil, dentre outros).

Bauman (2017) diz que o estrangeiro continua sendo um sujeito não adaptado ao mapa cognitivo da sociedade atual e tende a oferecer obstáculos à realização de uma condição de bem-estar, disseminando incertezas. Políticas nacionalistas e racistas tendem a afastar grupos estrangeiros do interior de países, quando não a totalidade dos sujeitos, alimentando diferenças e/ou indiferenças linguísticas, culturais, de cidadania, exclusões e controles; tornam-nos discretos, estranhados e (in)diferentes, expressão da identidade (sem identidade) pós-moderna. Há uma profunda e difundida correlação

entre imigrante estrangeiro e perigo, acrescida da imagem entre terrorismo e imigração. O imigrante é visto como causa de insegurança. O 11 de Setembro nos EUA, com os conhecidos atentados às torres gêmeas, reforçou e/ou legitimou essa representação que permanece até então e se amplia ano após ano. Com a pandemia do Covid esse processo ganhou maior fôlego, pois imigrantes, mesmo sendo demandados pelos serviços essenciais, protegendo os autóctones de contágios e, com isso, permitindo que muitos permanecessem em suas casas, foram vistos como portadores de doenças quando não da própria pandemia. Há estudos sendo elaborados revelando que chineses não podiam sair de casa durante o período inicial da pandemia em várias cidades da Itália, o mesmo acontecia com africanos, em particular, da África negra em razão da discriminação. Nos Estados Unidos, houve uma intensa luta para que milhões de imigrantes pudessem ser atendidos no sistema de saúde do país, pois como se sabe, boa parte dele é privado.

Sem condições de receber auxílio financeiro e de atendimento, imigrantes acabavam criando mais condições de contágios, isso fez com que autoridades governamentais flexibilizassem as normativas, contemplando-os não tanto preocupadas com a saúde de imigrantes, mas com a dos autóctones que poderiam ser prejudicados pela situação precária vivida pelos imigrantes. No Brasil, não foram poucas as situações em que imigrantes foram reprimidos e ofendidos nas filas imensas que se constituam para receber o auxílio nas agências da Caixa Federal com o argumento de que eles não teriam direito mesmo sendo trabalhadores, em situação regular e pagando impostos.

Essa realidade cultural e burocrática tende a produzir distância social, bloqueio da comunicação e desumanização. Por isso que imagens e invenções do estrangeiro são produzidas de forma ambígua e ambivalente. Problemas, necessidades, racializações, etnicidades, condições objetivas de sobrevivência dos próprios imigrantes, pertencimentos culturais, grupos no poder, perspectivas futuras e de otimização de sua condição social e econômica, controles sociais da comunicação, condições de políticas públicas de bem-estar social, demandas sociais no espaço hospedeiro, dentre uma série de processos, acabam por determinar e flexibilizar a posição simbólica e as imagens prevalentes do estrangeiro, condicionar individualizações, generalizações, representações e precondições culturais. Culturas, religiões, cor de

pele, saberes e procedências são algumas das dimensões que alimentam essas práticas.

É bom, no entanto, enfatizar que imigrantes lutam para fazer frente a tudo isso com as armas que têm, com as condições objetivas e organizacionais existentes. Eles não são meros expectadores e vítimas desse processo. Como já mencionamos, há vários movimentos sociais e lutas pontuais nos Estados Unidos, França, Canadá e em outros países que já ganharam grande expressão, como é o caso do “Um dia sem os imigrantes” nos Estados Unidos e que já ganhou outros países, principalmente, nos espaços em que imigrantes passam a ser decisivos nas eleições para o campo executivo e legislativo. Em Passo Fundo e em Caxias do Sul, para citar dois espaços de significativa presença de imigrantes no Sul do Brasil, várias ações públicas de imigrantes reivindicando melhores condições de vida, de trabalho, de atendimento junto aos órgãos públicos, em particular, da Polícia Federal, contra a repressão policial nas atividades de comércio de rua, contra discriminação e exploração nos espaços de trabalho, fizeram-se presentes. Imigrantes buscam romper barreiras, buscar saídas, enfrentar desafios, pulam muros, atravessam rios perigosos, caminham centenas de quilômetros no deserto do Sahara, enfrentam ondas oceânicas e o frio das noites no Mediterrâneo em barcas sem o mínimo de segurança, atravessam vários países da América Central para chegar ao Brasil em condições decadentes e constrangedoras, fazem passeatas e enfrentam governos e suas legislações etc.; o fazem, não porque gostam, mas, porque, têm necessidade, como alternativa ainda existente, como estratégia para tentar encontrar espaços para viver um pouco melhor do que em seu lugar de origem.



Centenas de imigrantes tentando atravessar a fronteira entre o Marrocos e Melilla; fato que ocasionou dezenas de mortes e centenas de feridos no final do mês de junho de 2022. Foto: Stringer/EFE. María Martín y Kiko Llaneras. El País. Fonte:<https://elpais.com/espana/2022-07-03/que-sucedio-en-la-frontera-de-melilla-el-paso-a-paso-de-la-tragedia.html>.

Sabemos e já enfatizamos que a decisão de emigrar apresenta-se como estratégia de diversificar os riscos. Alguns membros da família emigram para propiciar melhores condições aos que ficam.⁶ Autores defendem a impossibilidade de estancar os fluxos migratórios atualmente devido aos processos de desenvolvimento econômico nos países que os geram, porém, acreditam que o desenvolvimento é necessário, mas não suficiente para neutralizá-los num breve e médio período.⁷ O grande temor desse processo todo é que as sociedades maiores sejam incapazes de governar/controlar os fluxos crescentes de migrantes, os quais carregam consigo culturas diversas e diversas dos espaços hospedeiros.⁸ A problemática social se expressa também pelo fato de que são sociedades/grupos nas quais são reduzidas as oportunidades

⁶ A migração interna no Brasil é expressão, disso principalmente de empobrecidos nordestinos para São Paulo. Isso já tem longa data; é uma realidade presente em todo o país. Migrantes e imigrantes, em suas decisões de mobilidade, em boa parte, possuem a mesma lógica.

⁷ Ver FAILLA, A; LOMBARDI, M. (a cura di). *Immigrazione, lavoro e tecnologia*. Milano: Fondazione IBM, 2003.

⁸ Uma análise pontuada sobre essa questão pode ser vista em AMBROSINI, M. *Utiles invasori. L'inserimento degli immigrati nel mercato del lavoro italiano*. Milano: Franco Angeli, 1999.

de sobrevivência e mobilidade social que migram mais; pelo fato, também, de provocar fechamentos de fronteiras num cenário de ideologia política e econômica de abertura (o caso da Europa é paradigmático. Abrem-se as fronteiras internas para os *comunitários* e fecham-se para os identificados agora como “extracomunitários”, para o exterior).

O crescente índice de empregos e trabalhadores precarizados, à margem de possibilidade de proteção social e jurídica, acaba, de certa forma, por piorar a situação de permanência e o convívio social do imigrante. A pandemia revelou isso. Muitas mulheres imigrantes tiveram de permanecer nas casas que trabalhavam e moravam com membros da família positivados pelo Covid porque não tinham outra opção. Se saíssem da casa, não tinham onde ficar e perdiam a proteção laboral do patrão, que lhe dava guarida para permanecer no país enquanto aguardavam documentação para sua regularização. Muitas delas, estando irregular, acabavam tendo uma intensa dependência e submissão em muitos casos, em relação aos seus patrões na esfera doméstica, assumindo muitos trabalhos, residindo na família, estando disponível 24 horas, em particular, para cuidados com idosos, administrando medicação em turnos noturnos, em finais de semana, em momentos de férias em que muitos membros familiares viajam para montanhas e praias e, se não fossem essas mulheres, não teriam com quem deixar os idosos e os animais. Aliás, muitos estudos revelam que a Pandemia publicizou o que todos já sabiam, ou seja, a precarização de vida de trabalhadoras domésticas na Itália, sem regularização, o que não deve ser diferente em outros países (Ambrosini, 2020). Fato esse estendido e revelado sobre brasileiras/os em Portugal.

Separam-se, não só quantitativamente as pessoas, mas, também, qualitativamente pela diferenciação social, econômica e cultural, produzida entre imigrantes e os hóspedes, entre os próprios imigrantes pela impressão de um discurso ideológico diferenciador entre imigrantes e *nativos* que se materializa em ações cotidianas, discriminação, diferenciação, pré-julgamentos negativos, cinismo (principalmente aquele que quer acusar e combater os pobres e não a pobreza!) e de “fazer pouco” para alterar essa situação. Em 2005, quando fazíamos pesquisa sobre brasileiros na Itália, não foi incomum ouvirmos de brasileiros/as que havia “demais imigrantes”, que o governo tinha de “fechar as fronteiras”, que “tem muito brasileiro e, muitos que atra-

palham [...].; os romenos então, é uma imensidão e, aceitam trabalhar pela metade do que pagam para nós, uns mortos de fome no país deles”. Não foi incomum brasileiros reclamarem da imigração de romenos, eles também incorporando a lógica da classificação de imigrantes, produzindo hierarquias, compreendendo que os fluxos deveriam ser evitados após a sua chegada para evitar concorrência e aviltamento de salários, além de que “tu podes confiar em qualquer um aqui, menos de brasileiro”!

Estudos demonstram que a Europa Ocidental, em 2020, necessitava de mais de um milhão de trabalhadores para atividades rurais em particular. Essa demanda vinha sendo preenchida por imigrantes temporários que, com o fechamento de fronteiras, em razão da pandemia, foi inviabilizada ou dificultada (Chade, 2020).⁹ É preciso ver que aspectos estruturais principalmente no campo da produção, da tecnologia e das políticas públicas estão sempre produzindo, aqui ou lá, processos de mobilidade. No México, em 1996, em torno de 750.000 pequenos agricultores haviam abandonado a agricultura e, muitos desses, foram trabalhar nos Estados Unidos como trabalhadores manuais na agricultura (Caritas Migrante, 2018). Junto com a mecanização constituiu-se a *mexicanização* da agricultura americana!

Quando informamos ao representante consular no Senegal (que mencionamos anteriormente) de que há milhares de imigrantes que trabalham em frigoríficos, dezenas no setor de abate Halal (que dedicaremos algumas linhas em outro capítulo), principalmente nos espaços de nossa pesquisa, e que, sem eles, contratos milionários com países árabes, mas não só, não poderiam ser feitos pelas grandes agroindústrias, o mesmo relativizou um pouco seu discurso. Falamos também, para fortalecer o argumento, de que havia um frigorífico que abatia somente suínos no município de Estação, próximo de Passo Fundo, e que foi buscar em Brasiléia no Acre em torno de 100 haitianos para poder cumprir metas de abate correspondentes aos contratos de produção previamente efetivados pela empresa e, que, eles, imigrantes, acabaram salvando os contratos de produção da empresa, garantiram empregos dos autóctones, dentre outros efeitos multiplicadores em termos econômicos e financeiros que o município teve com a presença deles e de suas famílias.

⁹ Ver, CHADE, J. *Fronteiras fechadas fazem Europa sentir falta de imigrantes nas colheitas*. Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/20/imigrantes-colheitas-europa.htm>.

Frente a essas questões todas, muitas das narrativas negativizadas, em múltiplos âmbitos em relação aos imigrantes, caem por terra. Isso que apenas foram enfatizados argumentos econômico-laborais, outros horizontes possuem a mesma importância, principalmente os da dimensão cultural, social, religiosa e antropológica.

Com a Pandemia, em alguns países, os preços dos alimentos subiram, alguns produtos apodreceram nas lavouras, além de que a dimensão política polemizou medidas de fechamento de fronteiras, outras em razão da necessidade de abertura controlada, além de acusar governos sobre o fato de estar regularizando imigrantes como ato político-eleitoreiro em período de extrema necessidade de imigrantes para as colheitas, como foi o caso da Itália, também de Portugal, da Hungria e da Grécia.



Trabalho de colheita da uva na Espanha por um imigrante no período da Pandemia do Covid 19. Fonte: jornal *El País* (Madrid), em 30/08/2020, p. 7.

Outras críticas surgiram em 2021 em razão do fato de governos legitimarem a imigração irregular ou escolher os imigrantes que ao país interessava e promover exclusão e morte de grupos que batiam nas portas de países e, por não se enquadrarem nos requisitos, foram barrados, criando situações

ainda maiores para o contágio do vírus do Covid, pois esses imigrantes foram montando barracas em fronteiras, constituindo campos de imigrantes não aceitos e com impossibilidade de retorno aos seus países.



Acampamentos montados por venezuelanos em Boa Vista (RR). A Pandemia agravou a situação de vulnerabilidade da comunidade migrante no Norte do Brasil. Foto: DPU. Fonte: <https://migramundo.com/dpu-aler-ta-sobre-violacoes-contravenezuelanos-em-roraima-e-novos-riscos/>.

Percebemos que a dinâmica política usa os imigrantes para vários fins e o sistema produtivo os exclui e os explora para otimizar fatores econômicos em geral (serviços, negócios etc.). “Os imigrados trabalham mais, todos trabalham, não permanecem jamais na mendicância, e, pelo fato de serem jovens e hábeis, não têm tanta necessidade de médicos, comparados ao resto da população. Dizendo de uma forma simples: eles custam pouco e, eles dão lucro” (Ambrosini, 2020). Sociedades enriquecidas relutam em reconhecer a necessidade dos imigrantes ou dos empobrecidos que atravessam seus portões (estes, nunca abertos para determinados grupos). A sua “funcionalidade” é medida por uma série de serviços e demandas.

Os imigrantes passam a ser salvaguardas da possibilidade de continui-

dade da riqueza das nações que os hospedam. A riqueza dessas faz demandar os empobrecidos, que estão inseridos em serviços denominados “nichos de trabalho de imigrantes” (presentes em muitos dos países que incorporam grandes contingentes), que promovem a dinâmica e as “otimizações” setoriais como é o caso da presença deles na agricultura dos Estados Unidos, Espanha, Portugal, Itália dentre outros, em atividades de mineração, pesca, construção civil, infraestrutura, saneamento básico, limpeza pública, cozinhas de restaurantes e hotéis, limpeza de casas e condomínios, cuidados com idosos e crianças etc.

Muitas das conquistas sociais de gênero, de relações de trabalho, de convivência multicultural, de direitos sociais, em determinados países, na relação de autóctones com os imigrantes, retrocederam, deram um passo para trás. A ideologia da *domesticidade*, que carrega consigo diferenças de gênero em detrimento das mulheres, é desenvolvida em sua totalidade nos espaços migratórios, de sociedades consideradas cultural e socialmente avançadas e modernas nas questões de direitos, cidadania, igualdade de gênero etc. O direito ao voto e ser votado, por exemplo, necessita de um longo caminho a ser percorrido no país de destino. Isso tudo demonstra que, na racionalização econômica, com sua doutrina de competitividade, produtividade, liberdade e mobilidade, nem tudo é moderno. A reprodução da exclusão social e a criminalização dessa, as novas formas de condições de neo-escravo inferiorizado, as políticas de assistência social cada vez mais intolerantes e incapazes de promover ações efetivamente alternativas, atestam a ausência de uma cidadania para todos e de uma inclusão marginal de imigrantes.⁸

É comum, em alguns países da Europa, nos Estados Unidos, Japão, e mesmo no Brasil (neste, em particular, no setor de abate Halal do setor agroindustrial de carnes), setores de ponta no campo industrial absorverem trabalhadores de baixa qualificação. Alguns autores afirmam, tentando expressar a representação construída pela sociedade autóctone sobre os imigrantes, que eles são importantes só até as 8 horas da tarde/noite, até o final do trabalho! Imigrantes complementam setores, pois com o aumento da população, cria-se uma demanda acrescida de bens e serviços que faz ampliar também a ocupação de trabalhadores nacionais. Na agricultura, por exemplo, pode haver muita concorrência entre trabalhadores imigrantes, um contin-

gente de trabalhadores mal pagos como uma necessidade estrutural da economia e do setor. Se tivermos presente o campo doméstico, veremos que se apresenta uma função complementar na assistência, retardando, com isso, a mudança na divisão de papéis e adequando o sistema de *welfare* às novas exigências da sociedade. As empresas menos modernizadas, de baixo salário, tendem a absorver maior número de trabalhadores imigrantes (principalmente as de prestação de serviços).

Nesse sentido, os imigrantes

garantem um maior grau de flexibilidade ao sistema e às empresas no sentido de dar conta das demandas do mercado (Ambrosini, 2009; Antunes, 2020).

Há outros campos que também podem se tornarem recursos sociais e culturais, principalmente os ligados aos saberes e às crenças religiosas. Essas últimas chamam muito a atenção de autóctones em vários de seus rituais, valores, princípios, demonstração de coletividades de pertencimento e ritualização. Nesse horizonte, a modernidade se expressa na medida em que revela dinamismos, movimentos, alterações, hibridismo, interesses e abertura para com o outro. A presença do diferente, de crenças outras, propicia a auto/alter reflexão, bem como, numa perspectiva idealizada, abertura ao ecumenismo.



Dahira Mouride em momento de ritualidade religiosa e festiva. Foto de Fanny Longa Romero, cedida por Juliana Rossa (2016).

Fragilidades de sujeitos e fortalecimento de economias: síntese de um amplo processo polêmico

As migrações revelam, atestam, apelam e dinamizam mudanças em vários âmbitos, em especial, nas formas de integração social e nos pressupostos do desenvolvimento econômico mundial. Para muitos, a migração passa ser a *válvula de escape* (Bauman, 2003; 2017) de contingentes populacionais empobrecidos e subalternizados em outros horizontes e que, através dessa, idealizam um mundo diferente, muitas vezes vivenciando situações constrangedoras e precarizantes. O imigrante encontra-se num estado de fragilidade. Em primeiro lugar, a ele é atribuída grande parte dos males e das situações de marginalidade social, de alteração cultural do país; fragilidade de si próprio (em termos econômicos, políticos e culturais) e pela privação de cidadania política, o que não lhe possibilita canais de expressão pessoal. Fragilidade pelas dúvidas, incertezas e medo em relação à possibilidade de não conseguir entrar no país, ou, então, de permanecer nele e não encontrar trabalho, de constituir relações sociais ainda que frágeis e incipientes. Fragilidade por ser visto como um *outro*, como antagonista ao autóctone, como diferente, porque não lhe são oferecidas facilidades nos dois âmbitos fundamentais da vida social: trabalho e moradia. Ele é fragilizado, também, porque não possui aceitação imediata e recíproca do autóctone, ao contrário, na maior parte dos casos, é estigmatizado e distanciado (Sayad, 1998).

Pode-se também atribuir fragilidade, porque seu sistema de vida anterior à emigração é completamente ignorado, aliás, ignorado não, é considerado, para muitos, como inexistente e/ou quando levado em conta é desqualificado/estigmatizado, o que produz temores e riscos de insegurança, dificuldade de pertencimento, cimentando, com isso, a possibilidade de um fenômeno de difícil leitura (Macedo, 2019). A sua fragilidade expressa-se, também, porque constantemente é objeto de grandes discussões e polêmicas políticas, manchetes midiáticas negativas e obsoletos interventos normativos pela via das constantes alterações de dispositivos das políticas migratórias.

Não se diz publicamente que grande parte dessa realidade no mercado de trabalho é fruto da disponibilidade do imigrante em inserir-se em segmentos menos qualificados do setor produtivo e ignorados dos autóctones

(Baeninger *et al*, 2018). Com isso, não se divulga a importância dos imigrantes para a economia e para o mercado de trabalho e, sim, produzem-se só horizontes de patologias. Em alguns países de origem dos fluxos, é valorizado pela família e pelos governantes, pois ambos esperam dele o retorno financeiro. Há sociedades que, em relação às mulheres, tornam-se mal vistas por questões de ordem moral, principalmente em culturas patriarcais e machistas, acusadas de desvio de papéis, possibilidade de socialização diferenciada, em particular, em espaços do ocidente europeu (Macedo, 2019). A fragilidade nisso tudo é que, em geral, não podem ou não são atraídas para retornar, pois a resistência social torna-se muito grande; é o caso de mulheres albanesas, filipinas, nigerianas, peruanas, ruandesas, dentre outras. Há vários estudos nesse sentido. Portanto, o horizonte da fragilidade é amplo, complexo e (re)construído constantemente. Capitais sociais, *status* social, emancipações e empoderamentos de gênero, identificação integrativa com a sociedade desenvolvida e de caráter democrático, dentre uma série de outras questões, fazem parte desse universo relacional e transnacional, assim como há múltiplas fronteiras e territórios que constituem a identidade de imigrante (Assis, 1995; Siqueira, 2009; Santos, 2011).

Os fenômenos que envolvem a imigração precisam ser localizados na dinâmica dos processos da globalização. Essa se correlaciona com a imigração através da mobilidade de fatores, com as técnicas informacionais, das várias expressões do capital e das empresas, da concentração da riqueza, geopolíticas e geoeconomias neste mercado globalizado e de dimensões multipolares, da necessidade de mão de obra braçal e mal paga em vários setores onde a esfera tecnológica é ainda incipiente e/ou não otimizadora etc. Os fenômenos da sociedade global produziram esse movimento que redefine processos produtivos e de regulamentação do trabalho. A conexão entre insegurança-imigração está correlacionada não só com aspectos de ordem de criminalidade e de segurança social, mas, também, com sua comumente transitoriedade temporal no espaço e no tempo. Num cenário de crise de políticas públicas, aumentam os conflitos sociais e a dificuldade do Estado em controlar processos sociais. Ao mesmo tempo, como consequência dessa crise, abre-se um grande espaço para que esferas da sociedade assumam papel na organização de processos políticos, organizacionais, previdenciários e culturais, princi-

palmente em espaços/setores onde as distâncias entre sociedades de origem e a hospedeira se apresentam mais elásticas e onde a crise de controle e de definição social do Estado abre muita margem para as grandes tendências repressivas e autoritárias da lógica do mercado na economia capitalista.

Esses processos revelam outro grande problema, que é o da integração social. Os imigrantes não se sentem na totalidade no país hospedeiro. Sua relação com o país é extremamente instrumental. Podemos dizer que, nesse aspecto, a recíproca também seja verdadeira. Segundo alguns analistas, a presença de etnias, em co-presença no espaço físico aproximado, funciona e influencia na visão geral da sociedade multiétnica e multirracial. O contato entre grupos surte efeitos favoráveis na redução de pré-juízos ou de conflitualidade. No entanto, este contato não pode ser breve, nem superficial; há necessidade de intenso envolvimento intersubjetivo. Comumente não é isso que ocorre nos espaços de intensa presença de etnias migratórias. Pré-julgamentos no horizonte das diferenças e de uma diferenciação com desigualdades dosadas de inferioridade em relação ao que chega produzem hostilidades e comportamentos conflituosos. Ainda que possa haver tolerância, esta pode se opor a xenofobia, porém, também correlacionar-se com a indiferença, o que não deixa de ser outra forma de anulação e de exclusão do outro.

Por isso que a imigração e a emigração são dois processos interligados, condicionados e mediados por sujeitos, instituições, condições econômicas, agenciadores, elementos estruturais e subjetivos das duas partes (imigrantes e autóctones). São duas faces de uma mesma moeda (Sayad, 2000) que vivenciam e maximizam situações e processos comuns, interligam-se mutuamente, quase sempre em tensão e conflito (Sassen, 1999). O imigrante é um emigrante também (Sayad, 2008). Desse modo, imigrantes intercalam-se em horizontes que produzem novos, múltiplos e coexistentes lugares sociais, econômicos e culturais em redes transnacionais (Wallerstein, 1998; Castles, 2005). É a mesma questão da dinâmica da inclusão/exclusão. Imigrantes são excluídos de muitos processos da sociedade de destino (trabalhos qualificados, remuneração adequada, integração social, aceitação social e política plena, mobilidade social etc.), porém, na sociedade de origem, podem incorporar capital social, auxiliar no desenvolvimento local, na sustentação financeira da família, da igreja a que pertencem, incentivam e auxiliam novas

emigrações, “arrumamos casamentos mais fácil”, como nos disse um bengali em entrevista, porque “eles apoiam quem saí, é ‘bem visto’ como vocês aqui dizem”.

Quando não há a possibilidade de constituir-se como família nos espaços de destino, muitos dos imigrantes da mesma nacionalidade residem e estruturam seu cotidiano na forma coletiva, em grupo; essa prática é expressão de sua performance migrantes e dos limites e necessidades do outro, pois possui uma *sociabilidade de trânsito* e muito mais ainda de transição (Perotti, 1994). Esse coletivo se constitui em pequenos grupos nas casas, em suas costumeiras visitas entre membros da própria nacionalidade e/ou da cidade/região de proveniência, do grupo religioso, do time de futebol, nas reuniões ordinárias das associações etc. Isso tudo expressa estratégia de fortalecimento do grupo. Momentos de refeição coletiva tendem a promover esse “espírito de grupo” e essa sociabilidade que se reconstrói constantemente com a mobilidade geográfica dos sujeitos.



Senegaleses em momento de efetivação da comida para o almoço, em Passo Fundo. Foto: pesquisa de campo.



Alimentação familiar no Senegal em que estivemos presente; momento de sociabilidade, partilha, agradecimento divino e acolhida. Fonte: pesquisa de campo.

Um dos elementos que favorece a sociabilidade entre os diversos grupos (imigrantes e autóctones) é a língua; fato esse que se evidencia pela atual realidade imigratória como um dos primeiros obstáculos. As formas de expressão linguísticas refletem e fornecem o acesso à cultura e, muitas vezes, constituem um modelo de cultura. Nesse sentido, em teoria, segundo Cotesta (1999), nas *sociedades complexas*, deveria haver maior possibilidade de integração para o estrangeiro. A sociedade pode estar propensa a partilhar com outros a própria tradição cultural. O estrangeiro pode ser convidado a fazer parte da *comunidade* de acolhida. Essa não deveria tem receio de perder sua própria identidade e, sim, viabilizar o intercâmbio e a delimitação de fronteiras e/ou criar condições para hibridização, pode, inclusive, enriquecê-la com a presença do outro. Uma outra possibilidade é que os membros das comunidades (imigrantes e autóctones) não estejam dispostos a intercambiar entre si a sua própria tradição cultural com medo de perdê-la e/ou ser mal interpretado, ou, então, permanecer com a consciência da hegemonia, de ser

a melhor e a que deve preponderar. O medo de alterar a *pureza* cultural da *comunidade* faz do estrangeiro um não-membro, alguém que não será jamais “um de nós”. Adquirir novos códigos culturais e novas formas de socialização não significa ter de suplantado a capacidade de usar os seus códigos originais.

As sociedades hoje vivem cotidianamente e inconscientemente num pluralismo cultural. Oportunidades e interesses pessoais devem ser decorrentes de vontades e de situações; dependem, em grande parte, do estrangeiro. Cotesta (1999) coloca que, em termos econômicos, há uma maior possibilidade de integração, porém não faltam dificuldades de integração ao nível simbólico, comunitário, no campo cultural. Hostilidade, indiferença, antipatia, ódio e conflitos passam a ser a expressão da não univocidade da imagem integrativa no campo cultural onde se insere o estrangeiro. Estratégias de inclusão convivem com estratégias fundadas na indiferença e hostilidade.

No encontro do estrangeiro/imigrante com seu hospedeiro há resistência para a alteridade do outro, pois implicaria em sair de si, abrir-se à nova cultura. Kristeva (1994) indaga se, frente a presente integração econômica e política da globalização, “poderemos viver subjetivamente e próximos com os outros, viver os outros, sem nos fecharmos, mas sem nivelamento?” Diz a autora que a mudança na condição de estrangeiro implica refletir sobre a nossa capacidade de aceitar novas formas de alteridade. Kristeva (1994) lembra os imigrantes e os bárbaros como representação da ameaça, invasores de cidades e desestabilizadores de uma dada cultura, língua, religião, nacionalidade; é um outro que habita outra tribo; são intrusos e podem paradoxalmente, ser fascínio e admiração. O estrangeiro do exterior passa, então, para o interior do sujeito. O estranho habita o sujeito, o estranho é o íntimo que não conheço, sou eu mesmo. As “raças submetidas”, de que fala Arendt (1963), estão amedrontando e apoderando-se de países. Esse é o discurso de governos anti-imigração e que, em alguns países, torna-se “politicamente correto”, inclusive incorpora dividendos políticos a quem produz um discurso nesse sentido. Isso é visível em sociedade democráticas, ditas “avançadas” como a França, os Estados Unidos, o Canadá, a Itália, dentre outras. Este temor, de justificativa racista, legitima a luta de europeus brancos contra elas. “Emergência imigração”, “invasão de imigrantes”, “tsunami imigração” “problema imigratório”, são manchetes comuns em jornais de vários países

do mundo. O avanço de partidos e lideranças da extrema direita xenófoba, milícias de combate à imigração e aos imigrantes, grupos neonazistas, dentre outros, porém, sob o manto liberal e democrático, encontram cada vez mais adeptos em vários países centrais e alguns periféricos. A migração tem, em seu núcleo central, questões de ordem econômica, ambiental, religiosa, cultural, política, antropológica etc. (Sassen, 2008, 2016). Enquanto essas não forem solucionadas, a migração tende a se desenvolver mesmo com as inúmeras ações repressivas.

Os temores e as inseguranças, não obstante sendo clara sua importância e necessidade para a dinâmica econômico-laboral, advêm do fato de que imigração é ainda entendida na ótica da recusa, das barreiras, portanto, da insegurança e dos riscos. Koltai (2008) diz que a civilização moderna segue na mesma linha de outrora em termos de sua incapacidade em regular a hostilidade e o ódio da relação do indivíduo com o outro. Inserir-se no terreno do outro é sempre perigoso, gera estranhamento em relação aos seus próprios limites, à ordem da racionalidade previamente elaborada.¹⁰ As fronteiras físicas são vistas como presumida segurança, exacerbada nesse início de 2017 pelo governo Trump (muros, pontes, mares, controles técnicos, bélicos e humanos), alimentadas também pela denominada “Fortezza Europa”, a qual dificulta processos de integração e imprime a “gestão de fronteira” e não abre portas e pontes para permitir à mobilidade de pessoas, a qual faz parte a história da humanidade e do conjunto dos direitos humanos universais.

¹⁰ FERREIRA, A. P. *O migrante na rede do outro: ensaios sobre alteridade e subjetividade na clínica*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1999; FERREIRA, A. P. O pathos no deslocamento: terreno de estranheza e psicose. In: *Travessia. Revista do Migrante*. Ano XVIII, n. 53, p. 5-10, 2005.



O muro que divide o território mexicano ao norte com os Estados Unidos foi o grande mote de campanha e obra do presidente Trump. Isso revela a profunda correlação entre política oficial de estado e imigração. Foto: Reuters/BBC

Autores colocam que, na sociedade atual, o encontro com o “outro” se tornou mais difícil. A fragmentação de processos sociais, dos tempos e dos espaços não auxilia na aceitação da diversidade. Os movimentos nacionalistas, regionalistas e fundamentalistas, com sua função de “pureza étnica” expressam os difíceis processos de alteridade da sociedade contemporânea,¹¹ sociedade essa que se mostra cada vez mais desterritorializada, que não propõe mais uma continuidade de cultura e de tradição. Em junho de 2022, a França teve eleições legislativas e ouvimos muitos comentários de candidatos de vários partidos, inclusive na propaganda eleitoral oficial, sobre o tema da imigração. O grupo político da candidata Anne Marie Le Pen defendia o fim das migrações internacionais no país como sua bandeira central. A referida líder de extrema direita possuía um capital político muito grande, a ponto de que disputou segundo turno com Emanuel Macron para presidente e, nas disputas legislativas, absorveu uma ampla fatia do eleitorado. Significa com isso dizer que a questão migratória continua nas manchetes dos países centrais e dimensionada, em boa parte, como algo negativo.

¹¹ Ver AUGÉ, M. *Il senso degli altri*. Milano: Anabasi, 1994.

Enfim...

A imigração não revela somente profundas desigualdades econômicas de regiões e de renda entre populações. Não são os mais empobrecidos que emigram. Acreditamos, também, que não é a ausência de desenvolvimento a causa primeira e, sim, o desenvolvimento em si, o qual não se evidencia de forma equilibrada. Os dados demonstram que, na Itália, por exemplo, os maiores fluxos são provenientes de países que não são os mais empobrecidos do planeta (Romênia, China, Índia, Marrocos, Filipinas, Nigéria, Paquistão, Brasil, dentre outros) (Idos, 2021). As economias estão cada vez mais integradas e, nesse horizonte de circulação global dos bens, do capital e das informações, os fluxos migratórios se alimentam.

A concepção de estado-nação produzida na Europa ocidental criou a imagem de que os co-nacionais formam uma parentela alargada (ainda que seja constituída de milhões de pessoas diferentes). Desse modo, o imigrante aparece como estrangeiro, no caso em questão, comumente como inferior intelectual, religioso e moralmente, portanto, perigoso e culpado por contaminar a cultura hospedante. Por isso a ideia que perdura é de uma integração econômica (é disso que se ouve comumente nos debates televisivos sobre o tema) e não social, política e cultural.

Usar os imigrantes ilegalizados (pela esfera pública) como “inimigos de estado” e, portanto, da sociedade, é uma forma de politizar a questão (Kalir, 2020); desviar a atenção de outros problemas, dos limites do próprio estado na atualidade em atender às múltiplas demandas sociais, econômicas e financeiras da população, sua fragilidade frente aos ditames da globalização, dos mercados e capitais transnacionais. Nesse sentido, as ações repressivas e de controle de governos não encontram tanta resistência social porque já se consolidou a consciência de que imigrantes não são sujeitos de muitos direitos.

Desse modo, como diz Arendt (1963) e Bauman (2017), quanto mais se produz sujeitos sem direitos, menos preocupantes se tornam as ações repressivas de governos para a sociedade em geral. Essa “banalidade do mal” expressa na não reação contundente da sociedade civil em geral como deveria, ou, talvez, o faria se o estado não o fizesse ou fosse negligente e/ou in-

diferente. Nessa concepção, são os imigrantes irregulares, os laborais daquele nicho do mercado de trabalho reservado a eles; estão “fora de lugar”, do “seu lugar” e estão “no meio de nós, no nosso lugar” (Bauman, 2017). Desse modo, o estado age para defender valores ocidentais, imprime uma ideologia de governo opressiva para gerenciar especialmente os imigrantes.

A legalidade das ações, concernentes aos *ilegalizados* legitimam-se pelo princípio de temor social e do não incentivo às migrações futuras, como pedagogia de alerta aos que pretendem migrar. Segundo essa tese, se as ações repressivas, de detenção e expulsão não forem executadas, a imigração atingiria quantidades incontroladas e, portanto, um caos social se com solidariedade e o estado não estaria atendendo à sua população, perderia sua soberania nacional. É o que fazia o governo Trump nos Estados Unidos ao separar as crianças dos pais que tentavam atravessar a fronteira com o México, ação altamente criticada pela comissão de direitos humanos da ONU, ou o que faz a atual política do governo Biden no sentido de deixar o máximo possível os casais separados, enviar a mãe com o filho de volta ao México e deixar o pai/esposo em pavilhões que funcionam como prisões, sem direito a representação consular, qualquer advogado e, por vários dias, incomunicável, além de ter de desembolsar um montante financeiro alto para permanecer recluso e, posteriormente retornar.

Essas ações servem como “pedagogia da exemplaridade”, além de que imigrantes são jogados em espaços comuns com criminosos e, como esses tratados por agentes de fronteira. Denúncias neste sentido são inúmeras em jornais e disseminadas também por órgãos de direitos humanos, porém, ganham pouco eco nas instâncias jurídicas e políticas de países. Os casos de barbárie são muitos e, poucas são as ações para coibi-las, assim como as que expressam limpezas étnicas em várias partes do mundo na atualidade. Por outro lado, estudiosos defendem que o efeito da repressão é mínimo para prevenir a migração não autorizada.

O que está em jogo são formas de desenvolvimento e, as migrações internacionais não são movidas apenas pelo modelo desenvolvido nos países de destino; há uma correspondência com o dos países de origem, ainda que essa correlação revele (e é o que, em geral, acontece) processos de dependência, situações em que modelos de desenvolvimento produzem na reali-

dade é o subdesenvolvimento e a precarização da estrutura produtiva, das instituições, da história, das culturas e das identidades nacionais. Os neocolonialismos efetivos e os que são desejados por governos e grandes capitais de determinados setores revelam isso, alguns deles, inclusive, contando com o auxílio e a mediação de imigrantes. Isso se reflete nos estados nacionais de pouca presença dos referenciais condutores e poderosos que a globalização impõe, principalmente os de setores terceirizados, desregulamentados e informatizados. As máfias, os intermediários que viabilizam os transados de imigrantes, as empresas estrangeiras que adotam políticas protecionistas e práticas de *dumping* no interior de países da África e da América Latina, governos que incentivam a destruição por meio de armas, de guerras e de conflitos sociais e, depois enviam suas empresas nacionais para a reconstrução, como é o caso evidenciado no Iraque, na Líbia e, já programado na Ucrânia, em vários países da África que tiveram até bem pouco tempo ou que ainda enfrentam guerras civis, dentre outras questões, revelam bem esse processo.

Fazer morrer em território alheio pode se tornar um grande negócio para algumas nações neocolonialistas, muitas delas contam com capitais e governos de nações *vitimadas*. Nesse sentido, muros em fronteiras passam a ser legitimados, não encontram tantos ecos de contraposição em sociedades dita liberais, campos de refugiados, desde que se mantenham distantes de grandes cidades. Da mesma forma não há uma real sensibilização da população autóctone da importância e necessidade de imigrantes, bem como da realidade do refúgio de vários países da África, da Ásia e do Oriente Médio, assim como da América Latina.

Em alguns países de destino dos fluxos, o *welfare* cedeu espaço para o *warfare*. A criação das ditas *politiche di stop* (Perrone, 2005) e de estados de exceção, em que prevalece uma guerra declarada ao fenômeno migratório, revelam as contradições das políticas e do desenvolvimento do capitalismo, as quais fazem com que os pobres que sobram da grande parte do mundo pobre (novo *exército de reserva*) enriqueçam e sustentam as partes ricas e os ricos dos países de atração dos imigrantes.



Imigrantes acampados na ponte que liga a cidade de Assis Brasil (Acre) e a de Iñapari, no lado peruano da fronteira. Foto: Samuel Bryan/Agência Acre; fevereiro de 2021.



Fronteira murada entre cidades do território americano e o mexicano. “Em meio à pandemia, brasileiros indocumentados nos EUA se viram para sobreviver e evitam hospitais por medo da polícia e dos custos”. Wikimedia Commons. Fonte: <https://apublica.org/2020/07/em-meio-a-pandemia-brasileiros-indocumentados-nos-eua-se-viram-para-sobreviver-e-evitam-hospitais-por-medo-da-policia-e-dos-custos/>.



Imigrantes latinos em acampamento improvisado no México em espera de alguma decisão política de fronteira que permita retornar aos seus países de origem. Foto: Alejandro Cegarra/Bloomberg. “El tema migratorio estará en la boleta electoral de Estados Unidos en noviembre”. Matéria de Jill Biden e Julissa Reynoso. Jornal *The Washington Post*, dia 10/07/2020. Fonte: <https://www.almendron.com/tribuna/el-tema-migratorio-estara-en-la-boleta-electoral-de-estados-unidos-en-noviembre/>.

O imaginário coletivo declina o fenômeno migratório com a marginalidade e a criminalidade, com “tudo o que não tinha antes” como nos disse um padre nigeriano que trabalha em atividades pastorais com imigrantes de seu país, em maio de 2022, na Itália, por ocasião de uma conversa informal. Dizia ele que, “parece que tudo o que é de ruim surgiu agora com os imigrantes aqui na Itália. Antes não tinha estupro, violência na rua, roubo, sujeira nas ruas, ninguém bebia antes, não tinha prostituição, tudo surgiu agora! É fácil encontrar sempre um culpado fora de casa. [...]. Muito do que é feito por imigrantes, revela a falta de sintonia da sociedade para com eles; há uma revolta natural, previsível. Qual é o amor que o imigrante tem pela cidade se essa não os quer? Isso precisa ser visto também”.

É o dinheiro que comanda a vida cotidiana do imigrante. Ganhar dinheiro com o trabalho *do* imigrante se associa ao ganhar dinheiro *como* imigrante. Esse processo produz relações de trabalho nem sempre movidas por horizontes éticos, legais e humanos. Políticas que facilitam a integração, o acesso ao trabalho e o empreendedorismo permitiram a mobilidade territorial nos

diversos países, principalmente da União Europeia. Porém, a Europa, em particular, o Bloco da Europa Ocidental tem dificuldade de sair da dimensão da emergência e do “perigo imigração”. Inúmeras ações foram implementadas como tentativas de gestão da crise imigratória, desde o auxílio financeiro ao desenvolvimento dos países de origem dos fluxos de imigração, controle de fronteiras, barreiras e muros, ações em águas do Mediterrâneo, políticas de quotas de entradas de imigrantes nos países membros etc. Portanto, a emigração é muito ainda compreendida como uma ameaça transnacional e que não pode ser resolvida da forma tradicional, como agenda de segurança, militarização de fronteira, como muro erguido contra os pobres. Há uma grande dificuldade em implementar macro políticas para fazer frente ao fenômeno da imigração e que possam lançar mão de valores e princípios de solidariedade.

CAPÍTULO III

A pandemia e os imigrantes: *invisibilidade, necessidade e expulsões*

DEMOS ÊNFASE, EM OUTROS ESPAÇOS, ao fato de que os fenômenos migratórios são processos históricos que transcendem o tempo e as fronteiras em suas variadas dimensões. Não muito diferente do que sempre foi. Eles sempre revelaram ser complexos e diversos por muitas razões. Estão em correspondências com sujeitos, lugares, tempos, situações/meios e contextos, trajetórias geográficas e múltiplas barreiras. Como diz Bauman (2017), as migrações produzem sempre fronteiras. Na realidade, são realidades governadas não só pela oferta e demanda de imigrantes, mas por fenômenos sociais amplos dos contextos históricos específicos (Ambrosini, 2017). No contexto da pandemia da Covid - 19, a governança migratória ganhou especificidade e fortaleceu seu raio opressor e repressor.

Os ataques terroristas, o fim do estado social na Europa Ocidental, o alto desembolso financeiro de governos para dar a impressão social e política de segurança nacional, construção de muros, legislações restritivas, desejo de seleção, quantidade e lugar dos e para imigrantes, são alguns dos expedientes que a contemporaneidade demonstra. Na mesma dinâmica, evidencia-se preservação de identidades nacionais, nacionalismos em contraponto aos imigrantes, globalização no que se refere à economia e aos mercados em geral, narrativas independentistas (na União Europeia, por exemplo. Os resultados das eleições na Itália e na Suécia, em setembro do 2022, revelam isso e, somam-se a outros líderes políticos como o da Polônia e da Hungria) lização.



As eleições legislativas na Itália, em 25/09/2022, deram vitória à coalização política de ultradireita, liderada por Giorgia Meloni. Silvio Berlusconi e Matteo Salvini compuseram a coalização política vencedora. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/italia-deve-coroar-giorgia-meloni-sem-saber-que-versao-dela-chegara-ao-poder.shtml>

Políticos liberais (paradoxalmente!), lançaram mão da noção de estado-nação e adotaram práticas para fazer frente aos mecanismos técnico-jurídicos da informação, dos meios de mobilidade geográfica, de direitos internacionais, das plataformas tecnológicas e transnacionais das redes sociais, do fechamento de fronteiras e expulsão de imigrantes, bem como de efetivação de legislações restritivas sem maiores discussões com a sociedade.

No entanto, nunca esquecendo que o aumento das desigualdades socioeconômicas motiva segmentos crescentes de população a tomarem a via da emigração. Há migrações de múltiplos formatos: coletivas, diásporas, de membros isolados e famílias inteiras (Castles; Miller; Mezzadra, 2004) como as evidenciadas na atualidade com a invasão da Rússia na Ucrânia, com os conflitos e a guerra civil na Síria (que ninguém mais fala há meses! Inclusive no Afeganistão, em que mulheres, se quiserem aparecer na televisão, devem cobrir todo o rosto, principalmente jornalistas – atos denunciados por grupos de direitos humanos em maio e junho de 2022, mas que não lhes são dados ouvidos) e em vários outros países.

No contexto da Pandemia da Covid-19, que vivenciamos nestes dois anos e meio até então, imigrantes e a migração laboral, em vários países, passaram ser entendidos também *como* pandemia (Trapaga, 2020), como algo que *contagia negativamente*, que vitima autóctones e, para isso, muitos entendem que seja necessária a *governabilidade da mobilidade* em suas várias escalas geográficas, uma espécie de biopolítica da regulação viabilizada pelo estado/governo através de técnicas de disciplinamento, expulsão e controle social, em outros tempos, tão bem analisadas por Foucault (2010; 2015). Muitos países já decretaram o fim da Pandemia da Covid, porém, o problema continua e produzindo suas terríveis consequências na sociedade em geral, na economia, no sistema de saúde, na vida das pessoas, no mundo do trabalho e, em particular, ao que nos interessa mais, aos imigrantes em geral. Talvez nunca se agiu contra os imigrantes e se aproveitou tanto do argumento da saúde pública, do controle de fronteiras para conter o vírus como nesse período e, com a legitimidade social, pois o discurso e a representação contra eles ganharam mais eco ainda.

Imigrantes, pós-fim da convencionalizada Guerra-Fria, tornaram-se os inimigos de nações, independente de ideologias, modo de produção e de governos. Eles induzem um novo paradigma de segurança, que não é mais bélico e/ou militarizado. Nesse novo imaginário social da segurança, eles (imigrantes) constituem um problema, uma ameaça à segurança social e política de nações, principalmente europeias. Os resultados do *referendum* que fizeram surgir o *Brexit* revelam isso, bem como a ascensão de forças políticas conservadoras em vários países da Europa e dos Estados Unidos nesses últimos 20 anos, tão evidentes em vários países e pleitos políticos europeus dos últimos anos (França, Polônia, Grécia, Hungria, Itália, Suécia, Inglaterra, Brasil, dentre outros).

Diz Castilho (2020) que esse vírus possui o DNA da globalização no que ela tem de mais perverso, pois, as desigualdades sociais e econômicas refletem-se intensamente nas possibilidades de prevenção e cura do problema. Ouvimos no Jornal da Cultura (TV Cultura – SP, em 20/07/2022) que, em torno de 17% dos países africanos não haviam concluído a segunda dose da vacina. Enquanto outros países já estavam fazendo a quarta dose (reforço – inclusive no Brasil), um número grande de países que não tinham ainda

condições de adquirir a vacina e nem um sistema público de saúde eficiente e com condições para viabilizar políticas de imunizações, não conseguiram realizar a primeira ainda.

Vimos isso no mês de junho de 2022 no Senegal ao indagarmos taxistas e pessoas em geral que tínhamos oportunidade de conversar e, percebemos que a maioria só havia tomado a primeira vacina. O argumento de alguns deles era de que “uma valia para as três”; eficácia essa não confirmada por uma atendente de farmácia que estivemos conversando. O que vimos também foi o custo elevado para realizar um teste de PCR, em torno de 20 euros, além do custo elevado de máscaras. Fatos esses revelam as dificuldades, os limites existentes para determinadas sociedades no combate à pandemia e na proteção de suas vidas. Como já mencionamos, enquanto uns estão na dose de reforço (quarta vacina), outros ainda neste momento não fizeram a primeira. Há contingentes imensos de população em várias partes do mundo e no Brasil em particular que não têm nem água para beber. Como essas pessoas vão lavar as mãos a todo o momento? Muitas não têm água tratada ou água encanada, dividem torneira, pia e chuveiro com vizinhos, não há sabão. Como pensar em isolamento social se a casa tem um quarto só e o dividem em várias pessoas? Que diagnóstico haveria para casos assim? O problema é anterior ao Corona vírus e se tornou mais difícil a partir dele e, com ele, acirrou-se ainda mais o fosso entre os que possuíam recursos e os que não.

Dados demonstram o aumento intenso da pobreza mundial, do desemprego e da falta de condições mínimas de vida neste período de quase três anos de pandemia. O Brasil é um deles, com os canais de comunicação divulgando a existência de mais de 30 milhões que vivem com menos de R\$ 10,00 ao dia. Políticas emergenciais, com conotação eleitoreira, estão sendo implementadas, porém, com data para terminar (dezembro de 2022, pós eleição). Diz Castilho (2020, p. 132) que, “enquanto muitos se deleitam em suas casas, compartilhando vídeos com sugestões do que fazer diante do ócio, parlamentares e representantes do capital rentista planejam reformas que logo tomarão corpo, enquanto políticas de isenção fiscal e medidas de socorro a grupos corporativos são anunciadas, um verdadeiro caos aproxima-se das periferias”.

Não podemos esquecer que o modelo de desenvolvimento capitalista

carrega consigo a exclusão e a diferenciação social. Ele é predador da natureza na medida em que a transforma em mercadorias para o lucro imediato, produtor de intensas e profundas desigualdades sociais, de concentrações de população em centros urbanos, principalmente de amplos contingentes de pessoas que buscam nele um espaço de obtenção de alguma renda para sobreviver/consumir, sem a mínima condição de moradia e assistência sanitária e saneamento básico (Castilho, 2020; Zizek, 2020). É um sistema que, ao incentivar de uma forma desmesurada o consumismo, a acumulação e a exploração do *outro*, produz essas contradições. A saúde, os atendimentos sociais, as políticas de inclusão na esfera do saneamento básico ficam em segundo plano, como sempre ficaram.

Nesses últimos 40 anos de governos neoliberais, e principalmente, em seu epicentro, os EUA, a população empobrecida ficou sem atendimento à saúde pública, direito básico, universal de proteção à vida (Lou, 2020). As epidemias anteriores (SARS, Ebola) não foram suficientes para conscientizar governantes dessa necessidade de inclusão (Davis, 2020). Ao que parece, a Pandemia da Covid não foi suficiente também para sensibilizar governos e expoentes dos grandes capitais para a necessidade em investimentos em saúde pública, no desenvolvimento sustentável e equilibrado entre nações, de reduzir o fosso brutal entre enriquecidos e empobrecidos. Entendemos que pouco resolve o mundo Ocidental se proteger das anomalias enquanto outros estiverem expostos. Os desequilíbrios ambientais produzem seus efeitos nefastos da mesma forma que os sociais e econômicos e, podem atingir a todos, porém, com mais intensidade os empobrecidos que se tornam imigrantes, sujeitos com poucos recursos para fazer frente às alternativas de permanência e, que percebem na mobilidade transfronteiriça, alguma luz para tentar seguir vivendo, como defesa da vida, nem tanto idealizando coisas mais a não ser uma melhor condição para si e sua família, em geral, ampliada, que ficou. Nunca esquecemos de uma entrevista que fizemos com um bengali e que nos disse que o sonho era que seu pai conseguisse, com o dinheiro que ele lhe estava enviando de Passo Fundo, substituir sua casa de bambu por uma de alvenaria, bem como senegaleses que diziam que trabalhavam para eles e sua família “ter o que comer”, nada muito mais do que isso.

Dito isso de uma forma genérica e crítica, nosso singelo e genérico ca-

pítulo objetiva evidenciar alguns dos processos contraditórios presentes na correlação entre imigração e Pandemia da Covid em várias partes do mundo, contradições vividas por trabalhadores imigrantes, relatar algumas ações políticas, processos de controle social e discriminação e, ao mesmo tempo, a funcionalidade deles em alguns países para fazer frente às demandas econômicas e de serviços à população, principalmente de setores ligados à saúde e ao atendimento de famílias.

Escrevemos um pequeno livro sobre o tema e que foi publicado em 2020¹ no início da Pandemia. Parte do material aqui presente encontra-se nele, avançamos em alguns aspectos, ampliamos dados, fontes bibliográficas e reflexões em torno do tema de uma forma sintética tendo presente a dimensão temporal do fato. Não podíamos não escrever algo, pois em razão da correlação entre imigração e Pandemia da Covid, houve muitas ações políticas deliberadas de retorno para imigrantes, redundando atualmente em intensas reemigrações, inclusive de brasileiros para vários países europeus e asiáticos, políticas de impedimentos de retorno, problemas ligados à identificação de imigrantes, ações de desenvolvimento em países de saída de grandes fluxos que, para nosso caso, tornam-se relevantes. Faremos apenas alguns registros breves nesse sentido, com uma também breve análise. Escreveremos, em geral, no tempo passado, partindo do princípio que as grandes questões provocadas pela Pandemia da Covid foram e/ou estão sendo superadas e, a sociedade está tentando voltar a ser o que *era antes!*

A mobilidade sistêmica, os imigrantes e sua expressão negativizada

Voltamos a mencionar que o modo de produção capitalista se caracteriza pela mobilidade, pela dinâmica do movimento de mercadorias, dinheiro, informação, pessoas, capitais, tecnologias etc. Nesse sistema, para encorajar o setor de turismo, desenvolve-se nas pessoas o desejo de viajar, de conhecer novos espaços, em última instância, de migrar, buscar novos horizontes culturais e econômicos, correlacionando isso tudo à representação de investi-

¹ Ver, TEDESCO, J. C. *Desejados e excluídos: trabalhadores imigrantes na/como pandemia*. Passo Fundo: Acervus, 2020, 128 p..

mento, de aprendizagem, de capital social, de vida melhor etc. Para determinadas pessoas, identificadas com nações, raças, credos e regiões no mundo, não é tão dinâmico e nem expresso como condição necessária em termos estruturais. O direito a migrar não existe para todos, ainda que se configure como direito internacional. A extrema necessidade faz com que muitos encontrem caminhos, muitas vezes, tortuosos, difíceis, constrangedores e perigosos para chegar ao seu destino.

Com a Pandemia, a dinâmica da globalização foi alterada, ferida em seu *ethos*. Fronteiras foram fechadas, o direito de mobilidade espacial perdeu força frente à militarização dos confins geográficos nacionais, cancelamento de voos, fechamento de aeroportos etc., porém, a estrutura política da *produção da ilegalidade* (processos administrativos que identificam *legalmente* imigrantes) utilizou dos recursos e canais da globalização territorializada, que interliga nações, para viabilizar deslocamentos forçados, em geral, mediados pela esfera pública (Davis, 2020; Zizek, 2020). Vários expedientes foram lançados por governos no interior do estado-nação no sentido de evitar e/ou reduzir e controlar a mobilidade de pessoas nas fronteiras nacionais: isolamentos e quarentenas internas, impedimentos de continuidade dos meios que facilitavam o traslado de alguns por via aérea, marítima e terrestre. Nunca antes, em meios aos princípios da sociedade dita global, falou-se tanto e esperou-se tanto do estado-nação; parecia que havíamos retornado aos anos 40 do século XX. Na realidade, forçando um pouco o traço, podemos dizer que nada mais anticapitalista que as fronteiras fechadas, o controle da mobilidade de fatores que lhe são constitutivos (mercadorias, pessoas, negócios etc.).

Para desenvolver o inverso do que aconteceu nesses dois anos e meio, a globalização levou décadas para solidificar aquilo que sempre marcou as sociedades liberais/capitalistas. As informações transcenderam fronteiras. Imigrantes, ainda que nem todos, tornaram-se transnacionais. Os capitais passaram a ser investidos instantaneamente e auxiliados pelas tecnologias de informação e comunicação (redes e tecnologias de comunicação e informação -TCIs) sem limites de fronteiras. O estado-nação e seus governos vêm perdendo força frente a esses processos. Voos e mais voos entre aeroportos interligaram nações e regiões, dentre uma série de outros elementos *móveis* que a dinâmica capitalista necessitava e sempre incentivava.

Uma das estratégias da esfera pública governamental, neste período de Pandemia da Covid, fora os *lockdowns*, ações altamente questionadas por grupos sociais de diferentes matizes políticas, religiosas e econômicas. Foi uma prática profundamente evitada pela população em vários países e muito seguida por outras. Ela teve consequências intensas no campo econômico, produzindo, em razão dos bloqueios de mobilidade e da privação das liberdades, fechamento de postos de trabalho, estancamento do processo produtivo, permanecendo apenas os elencados como trabalhos e setores *essenciais*. Não restou à população em geral senão a obrigação do cumprimento da medida. Como diz Zizek (2020), foi uma *ferramenta disciplinatória*, que tornou as pessoas vítimas indefesas e que deviam, portanto, ser isoladas para o bem delas, da nação e da temporalidade curta do problema, acima de tudo, para continuar a viver. Desse modo, valores e ações em torno do sentimento de nação, alteridade, fronteira, saúde pública, controle social, doença, morte, família, casa, *on line*, trabalho em *home office*, dentre outros dispositivos e ações estratégicas, tornaram-se lugares comuns no debate, na cotidianidade social, no horizonte dos problemas e das tentativas de solução e de racionalidades adaptativas.

Ao que nos interessa aqui é que, em razão da referida pandemia, reforçou-se a tendência anti-imigração na Europa e em várias outras partes do mundo onde havia, e ainda há, uma maior concentração de imigrantes. O fechamento de fronteiras entre os países da União Europeia deixou milhares de imigrantes sem saber para onde ir, principalmente os solicitantes de refúgio. Essa ação de fechar fronteiras, acabou por produzir os “refugiados sanitários”, uma nova categoria que surgiu fruto das medidas contra a pandemia, produzindo medo e pânico entre imigrantes acampados/albergados e autóctones em ambos os dois países (de saída e de tentativa de destino). Imigrantes e refugiados revelaram as dificuldades e as deficiências nesse cenário de controlar o vírus em razão das péssimas condições de vida econômica, de higiene, concentração de pessoas, alimentação precária, dificuldade ou inexistência de acesso e atendimento à saúde. Indocumentados encontraram-se em situação precária, pois se fossem acometidos pelo vírus, em alguns países, eles teriam resistência em procurar atendimento no sistema de saúde, como já falamos, pelo temor de serem deportados juntamente com seus familiares.

O fechamento de fronteiras para alguns (uns passavam, mas, em geral, imigrantes laborais e de alguns países, não) acabou ferindo o direito internacional de solicitação de refúgio. A mobilidade é uma realidade mundial, somos todos migrantes, passíveis de nos tornarmos refugiados (catástrofes ambientais, conflitos políticos, ambientes em destruição etc.), ninguém que o é hoje imaginou que seria em anos anteriores. São situações que podem acontecer no Brasil (aliás, há vários imigrantes brasileiros que solicitaram refúgio em outro país em razão de perseguição política nestes últimos anos. Muitas notícias revelam essa prática que vem crescendo muito), ou em qualquer outro lugar no mundo. Insistimos que nesse cenário, os estigmas, os preconceitos, as reações negativas em relação aos imigrantes exacerbaram-se como se eles fossem os culpados por esse contexto de pânico e perigo geral. Negros africanos e haitianos, no caso brasileiro e, em outros países ocidentais, sofreram ainda mais as consequências e incorporaram com mais intensidade as desigualdades sociais, regionais, culturais e raciais endêmicas.



Trabalhadores do setor de saúde durante a pandemia, dentre eles, imigrantes, em Paris. Fonte: [://www.bbc.com/news/world-europe-55423257](https://www.bbc.com/news/world-europe-55423257).

Política, migração e mercado

A Pandemia produziu um *regime global de mobilidade* (Wihtol de Wenden, 2021) e de isolamento. Não foi só uma crise no campo da saúde pública, mas, também, de mobilidade, que alterou profundamente a *estrutura global de mobilidade* (Picoli, 2021.). Ela influenciou imensamente na governança e nos circuitos da mobilidade internacional, repercutindo imensamente na dinâmica migratória. Muitos interesses estiveram em jogo e em pauta. Estratégias geopolíticas, relações e acordos internacionais, discussões ideologizadas em torno da crise ou não do neoliberalismo econômico, do retorno e fortalecimento do intervencionismo estatal, dos mercados globais, das “guerras híbridas”², da reestruturação ou não da globalização e do capitalismo global, do novo bi(ou tri), estiveram na ordem do dia. Questões ligadas ao bioterrorismo, nacionalismos alimentados por regimes autoritários ainda que legitimados por horizontes democráticos como é o caso atualmente do Brasil, Rússia, Hungria, Polônia, Turquia, Chile, dentre outros, também fizeram-se sentir. O vírus mexeu com a (geo)política internacional de até então. A sociedade aberta e sem fronteiras perdeu espaço.

Ações políticas de governos nacionais produziram expulsões, narrativas que se alimentaram pelo conteúdo do imigrante como ameaça, redobrando, com isso, a xenofobia. Segundo as Nações Unidas, até final de junho de 2020, foram mais de duas mil normativas (leis) restritivas em relação à imigração adotadas em várias partes do mundo (Charleaux, 2020). Essas foram de todo o tipo, desde expulsões, não permissão de entrada, não concessão de vistos, fronteiras fechadas, políticas sociais e emergenciais excludentes. Por falta de informação ou pelo uso político para legitimar restrições, governos e muitos representantes da sociedade civil fizeram, por vários meses, os imigrantes como bode expiatório dos problemas ligados à Pandemia (Villarreal, 2021). Na mesma proporção da vitimização, imigrantes também se organizaram em diversos vínculos solidários para reivindicar atendimentos nos espaços de

² Segundo Roxo (2020), as *guerras híbridas* hoje são mais descentralizadas e assimétricas, com forte ação nos campos dos recursos minerais, energéticos, biotecnológicos, disputas de mercado, estratégias militares com guerra políticas (diplomacia, intervenção eleitoral, financiamento a atores políticos, redes de fake News etc.) e, portanto, não tão convencionais. O conflito bélico atual na Ucrânia revela essa questão toda ligada aos recursos energéticos, à oferta de grãos, de fertilizantes, dentre outros aspectos para além do cenário dos bombardeamentos.

saúde pública, direitos e garantias junto às políticas emergenciais, à proteção jurídica, contraposição às manchetes e ações discriminatórias e à desinformação, contra a deportação. Imigrantes revelaram não serem seres passivos. As lutas foram muitas em várias partes do mundo.

A pandemia produziu também uma reavaliação sobre os imigrantes e a imigração em geral. A dificuldade vivida por imigrantes produziu reflexos transnacionais com o fim e/ou redução de remessas que permitiam as famílias ter uma vida melhor, na economia local em serviços que eram pagos pelos imigrantes. Houve, com isso, uma questão econômica e social transnacional (Faist, 2019), pois intensificou ainda mais o fosso global entre empobrecidos e ricos, seu sistema de proteção social, recursos sociais e financeiros para dar conta das demandas de saúde, consumo e trabalho. Além de que houve e continua a existir um profundo temor dos imigrantes, principalmente se empobrecidos de países africanos, como difusores e transmissores de pandemias e/ou epidemias (ebola por exemplo, varíola de macacos, dentre outras); desse modo, houve a identificação de imigrantes considerados sãos e os doentes ou potenciais portadores de doenças. Isso ainda está bem evidente. Viagens de turismo, negócios, visitas a famílias, parentes, estudos etc., foram mais intensivas em termos quantitativos de pessoas do que a imigração em aeroportos, portos e fronteiras terrestres (Ambrosini, 2021; Cesareo, 2021). Parece que essa dinâmica não tenha sido tão intensa em termos de precaução se comparada à presença e chegada de imigrantes.

Em razão da Pandemia e de suas consequências na economia e no mundo do trabalho, em 2020 houve, segundo o Banco Mundial, uma redução de mais de 20% das remessas, de 554 bilhões de dólares em 2020 contra 445 bilhões em 2019 (Ambrosini, 2021, p. 14). As famílias que possuíam imigrantes no cuidado de idosos e crianças tiveram um amplo impacto. O denominado *welfare invisível* (Ambrosini, 2020), ou seja, a assistência à domicílio, para cuidar das crianças e idosos, tão presente em período anterior à Pandemia da Covid, sofreu grandes abalos para as famílias, mas, acima de tudo, para os imigrantes que a desenvolviam. Famílias tiveram de se reinventar nesse campo da assistência e dos cuidados familiares. Imigrantes perderam espaços. Muitos deles tiveram de retornar ao seu país e, por falta de documentos, não conseguiram mais reemigrar para onde estavam antes.

Dados da OIT, em 2019, colocam que havia, formalmente, em torno de 100 milhões de imigrantes no mundo ocupados no setor de cuidado em famílias (Faist, 2019; Cesareo, 2021). Havia mais de 19 milhões de trabalhadores nos setores considerados essenciais durante a Pandemia em 2020 nos Estados Unidos, principalmente no setor da saúde. Imigrantes expostos ao Covid acabaram, como vimos, tornando-se fundamentais para reduzir e/ou coibir a disseminação do vírus na medida em que permitiram que outros (autóctones) permanecessem isolados (Ambrosini, 2020, p. 16). Na Itália, por exemplo, mais de 18 mil imigrantes sazonais para as colheitas de frutas da safra de 2020 não apareceram, fato esse que fez com que muitos produtores não conseguissem colhê-las. Na Espanha e na Grécia, a realidade foi a mesma. Em vez de serem integrados e inseridos à sociedade para serem contemplados pelas várias ações de assistência e proteção, eles foram, em muitos casos, impelidos a sair, fato esse que contribuiu em muito para produzir lacunas na esfera do trabalho.

Segundo análises presente no *Rapporto Annuale* (Fondazione Leone Moressa, 2022, p. 21), “no mundo considerado desenvolvido, um quarto do pessoal médico e um sexto do quadro de enfermeiros é estrangeiro; é o grupo de frente no combate à pandemia e, portanto, mais exposto”. Segundo Ambrosini (2020), imigrantes foram os mais vitimados pela restrição da mobilidade internacional, pois não podiam retornar ao seu país, muitos permaneceram nos confins de fronteira em acampamento improvisados. Mais ou menos três milhões de imigrantes estiveram bloqueados nos confins dos países de imigração e, mais de um milhão ficaram retidos por meses em países de trânsito, sem poder retornar ao de origem e sem poder seguir em direção ao de destino.

Neste longo período pandêmico, política e mercado confrontaram-se em várias dimensões principalmente no Brasil. No que tange à imigração e aos imigrantes, o mercado os demandava, o estado e governantes endureciam ainda mais as legislações; intensificaram-se os repatriamentos, controles e fechamento de fronteiras (Santos, 2020). As mudanças em vários âmbitos foram (e ainda o são) tantas que, segundo Zizek (2020), a Pandemia fez com que o Ocidente tenha tido um outro relacionamento com a morte, principalmente na esfera da resignação, ou seja, aceitá-la como parte da vida,

como fragilidade da existência, que um vírus chega e acaba com ela, sem a possibilidade real de postergá-la ao máximo. Os relacionamentos sociais, familiares, de lazer e ensino, no horizonte do trabalho e nas atividades econômicas também passaram por grandes alterações (Pereira; Bersani, 2020).

Contradições de uma realidade histórica

A crise global que atingiu a economia, em razão da fragilidade da estrutura de atendimento da saúde, vem (re)produzindo imensas desigualdades sociais, de renda, raça, gênero e regiões, bem como (re)dimensionando a mobilidade nos territórios nacionais (Pereira; Bersani, 2020). Porém, é interessante enfatizar que, antes da Pandemia, a globalização econômica já vinha demonstrando um processo de crise a partir de 2007/8 ocasionada pela bolha imobiliária, pelos capitais financeiros em seus mercados de capitais e investimentos virtuais e derivativos. A Pandemia da Covid veio intensificar o processo de crise num momento em que os países mais atingidos (EUA e Europa Ocidental) estavam produzindo indicadores positivos de superação da referida crise. Ela alterou um amplo processo sociocultural, de sociabilidades, de convívios, de uso desmesurado de canais de comunicação digital para as relações sociais, bem como para o trabalho, educação, ações políticas, religiosas, dentre outras. Estamos nessa fase da globalização e, junto a essa, há uma centralidade do paradigma tecnológico digital, do grande dinamismo da digitalização das vidas humanas e do controle social mediado pelas tecnologias de vigilância e da inteligência artificial (alguns chamam essa fase de um “capitalismo de vigilância” em que o papel do estado e seus aparatos humanos e jurídicos não são mais tão necessários para produzir controles sociais). É a interface entre cérebro-máquina (mentes conectadas, faces digitalizadas). Por isso que estados/governos continuam lançando mão de dispositivos eficazes para “gerenciar” indivíduos e coletivos com “medidas corretivas” (Lemke, 2017, p. 18). “Deixar morrer ou deixar viver” (Foucault, 2015, p. 65) faz parte dos dispositivos da biopolítica que governa os corpos, que controla o nomadismo, a imigração, os refugiados, os naufragados tentando atravessar o Mediterrâneo para chegar no sul do Europa. Um governante

italiano disse em entrevista à TV RAI no final de 2019, que, “os imigrantes sabiam que não podiam vir; o estado não pode fazer nada para salvá-los, por isso tem de mandar de volta pelo mesmo caminho que chegaram”.



Imigrantes que chegaram até o Sul da Europa sendo repatriados para a Líbia, em 12/07/2022. Foram mais de 10 mil os que foram “devolvidos” nestes primeiros seis meses de 2022. Fonte: https://www.eldiario.es/desalambre/299-migrantes-devueltos-semana-libia-pais-considerado-no-seguro_1_9166391.html

Há uma expressiva necropolítica que está disseminada nas ruas, nos limites de inserção aos sistemas privados de saúde como é o caso dos Estados Unidos, não somente nas fronteiras (Mbembe, 2018). A Pandemia revelou também várias questões de classe, de raça e de gênero, não obstante ter sido expressa midiaticamente que “estamos todos juntos nessa”, “o vírus atinge a todos”, “todos somos responsáveis por nós e pelos outros”, expressando uma falsa igualdade, alteridade, responsabilidade e equidade nas resoluções.

A retração da economia mundial fez demitir trabalhadores aos milhares diariamente, além de que esses, ao se deslocarem para o trabalho em meios de transportes de massa, correram maiores riscos de contaminação e, não só no deslocamento para ir e retornar do trabalho, mas na sua própria execução. Nesse cenário, imigrantes foram vistos como estorvo, deslegitimados no interior dos países, quando não culpados de serem disseminadores do coro-

navírus, um peso a mais no já enfraquecido e/ou limitado sistema de saúde e de auxílio financeiro emergencial, frente a um mercado de trabalho que vem apresentando altos índices de desemprego, tendo, principalmente, os indocumentados ou ilegalizados como ponta de lança desse processo conflituoso.

Estudiosos informam que a Pandemia da Covid atingiu em cheio imigrantes por razões arroladas acima e, também, por muitos deles estarem atuando em setores da linha de frente dos serviços que envolvem ações estratégicas e inevitáveis das medidas lançadas para combater o coronavírus (Charleaux, 2020).³ Nos EUA, por exemplo, negros e latinos foram as maiores vítimas do coronavírus. Os dados apontam que as cidades estadunidenses com imigrantes brasileiros e hispânicos tinham 30% mais mortes do que a média dos EUA (Pereira; Bersani, 2020; Ruseishvili, 2020; Idos, 2022). A deportação e outras ações de expulsão, inadmissão, detecção, acordos de extradição entre países, tornaram-se estratégias para se livrar dos indesejáveis, dos perigosos entre as “classes perigosas” ou dos “eternos suspeitos” (Tucci, 2018; Bauman, 2017). A deportação, além de ser eficaz em termos objetivos (reduzir a presença de imigrantes indocumentados ou ilegalizados), produz a representação da provisoriedade, da vulnerabilidade, de um sujeito que não reivindica e não é participativo na vida política e se fecha entre si (os co-nacionais). Como diz Sayad (2008, p. 11), nessa realidade, imigrantes preferem “se retirar, se refugiar dentro de seu medo escondido [...], optar pela máxima discrição possível ou, dito de outra maneira, pela menor visibilidade [...], nos mesmos espaços, o espaço das relações sociais, o espaço de moradia, o espaço de trabalho principalmente, todos espaços onde nos encontramos na maioria das vezes entre nós mesmos, entre imigrantes, e muitas vezes entre imigrantes da mesma origem”.

³ CHARLEAUX, J. P. *Covid-19: os imigrantes na linha de frente na Europa e nos EUA*. Matéria enviada ao niem-migracao@googlegroups.com, em 31 de maio de 2020 por Anna Stauffer. Fonte original: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/31/Covid-19-os-imigrantes-na-linha-de-frente-na-Europa-e-nos-EUA>



A deportação de brasileiros dos Estados Unidos, no período da Pandemia da Covid, tornou-se lugar-comum no Aeroporto de Confins em Belo Horizonte. Foto: Arquivo/ICE. Fonte: <https://www.gazetaneWS.com/noticias/brasil/2021/05/431002-aviao-com-106-brasileiros-deportados-do-eua-pousa--hoje--em-bh.html>

A construção da cidadania, para imigrantes, tem um preço. Ela só se evidencia como fruto de enfrentamentos e contraposições, de lutas por políticas inclusivas, que afastem o risco constante da deportação, da provisoriidade, das ações de controle social do estado (Ruseishvili; Chaves, 2020). Esse processo, em geral, é alimentado pela islamofobia, xenofobia, produção da ilegalidade, repatriamento, etnicização, racialização das fronteiras que, também, se revelam nos atendimentos à saúde no contexto da Pandemia, nas ações e nas políticas hostis. Essas impedem a inclusão e/ou integração social, bem como a legalização, ou, então, facilitação de processos produtores da ilegalidade como condição de inclusão na sociedade de destino na forma de subalternidade e exploração no trabalho e em outras dimensões.

Políticas contraditórias de vários países, que pressionados por setores de grande presença de imigrantes, em algum momento, expulsam, porém, em outro, atraem os que o país quer, promovem regularização, selecionam, desenvolvem critérios para se inserir e facilitar ou não a sua presença. Com

a mesma força que os estigmatizam, elas os atraem, os expulsam e os selecionam para se inserirem dependendo da situação do país. Imigrantes foram extremamente necessários e demandados para as colheitas em 2020 e 2021, também nesta de 2022, em vários países da Europa e mesmo nos Estados Unidos. Com isso, eles acabaram revelando sua importância econômica para muitos países e setores produtivos. Foram ações contraditórias, que se alteraram com as circunstâncias do contexto: em momentos de pressão de grupos econômicos (agronegócio, indústria de alimentos, grupos políticos, dentre outros), as fronteiras se fecharam ou se abriram para alguns, permitiu-se e incentivou-se a contratação de determinados imigrantes para funções específicas, da mesma forma que foram expatriados outros.

O recurso à mão de obra imigrante reflete, também, interesses e estratégias de atores econômicos e da sociedade de destino. Segundo uma brasileira que trabalha em projetos de auxílio aos imigrantes nos EUA, há uma cultura da otimização (redução de custos) do trabalho dos imigrantes pelos empregadores: “Eles [os estadunidenses] não querem pagar para os imigrantes o valor que oficialmente pagariam para um cidadão. Então eles usam do imigrante para pagar pouco e abusar deles. A galera trabalha muito, muito mesmo, e eles falam que te amam, mas o primeiro sinal da pandemia eles não te querem dentro da sua casa porque é você que os infectou e/ou será o primeiro a ser infectado”.⁴

Os imigrantes passaram a ser o elo mais fraco da dimensão que (des)regulamenta e otimiza os processos de trabalho para as várias formas de capitais a eles envolvidos. O trabalho informal em ruas, canteiros de obras, restaurantes, em famílias de autóctones e sua consequente irregularidade, ficou mais problemático pois, além de expor trabalhadores imigrantes à possibilidade de contrair o vírus, também se tornou promotora de desemprego e de dificuldade de sobrevivência deles. Isso tudo expressa ser o dinamismo de um mesmo processo e que revela a ação governamental e social em torno da imigração e dos imigrantes. No dia 26/03/2020, em meio à intensa crise da epidemia em Nova York, o governo suspendeu o serviço de repatriamento de imigrantes e, ao contrário, ofereceu trabalho e salários elevados para os que

⁴ “A agonia vivida por imigrantes brasileiros residentes nos EUA durante a pandemia”. Site Dom Total, em 19/07/2020. Fonte: <https://domtotal.com/noticia/1460314/2020/07/a-agonia-vivida-por-imigrantes-brasileiros-residentes-nos-eua-durante-a-pandemia/>

optassem por ficar no país para atuar nesse setor especializado temporariamente. Entre medidas estavam a atração de imigrantes a setores essenciais, fechamentos de fronteiras, solicitações de laborais no campo do atendimento à saúde, ao cancelamento de imigrantes considerados legais, etc. O Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos anunciou que aumentaria os vistos de trabalhadores temporários em 35 mil, no referido ano. Isso permitiu que empregadores contratassem imigrantes em atividades sazonais na agricultura principalmente para garantir o abastecimento de alimentos, espaço esse de trabalho em que autóctones não queriam preencher. Foram medidas contraditórias, pois, ao mesmo tempo que necessitam, os expulsam.

Pressão social de setores produtivos, da mídia conservadora, dos temerizados pela disseminação do vírus, dentre outras questões, induziram medidas conjunturais inclusivas e excludentes ao mesmo tempo. Alguns setores do mercado de trabalho foram imensamente atingidos com a pandemia. A agricultura foi um deles, o sistema de saúde outro em razão da intensa desistência de profissionais com medo da exposição maior ao vírus; as atividades da construção civil, que empregavam muitos imigrantes, também tiveram um imenso impacto. Na Tailândia, por exemplo, entre os mais de 3 milhões de imigrantes no país, mais de 100 mil atuavam nesse setor. Com a pandemia, até abril de 2020, mais de 80 mil perderam emprego e, grande parte deles, não pode retornar ao seu país e, também, em geral, nem usufruir das políticas públicas por serem trabalhadores informais e sem visto de permanência.⁵

⁵ “Covid – 19 – Pandemic: impacts on migrant workers in Thailand”. In: *Focus Global – on the Global South*, em 21/04/2020. Fonte: <https://focusweb.org/covid-19-pandemic-impacts-on-migrant-workers-in-thailand/>; acesso em 23/04/2020.



No Brasil, muitos imigrantes não foram contemplados pelas políticas públicas de auxílio financeiro em razão, em grande parte, de estarem sem os documentos exigidos. Muitos superaram os limites financeiros graças às ações de solidariedade e assistência propiciadas pelas entidades religiosas. Matéria de Fabiana Reinholz e Marcelo Ferreira. *Brasil de Fato*/ Porto Alegre, 28 de junho de 2020. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/28/sem-politicas-publicas-efetivas-imigrantes-sobrevivem-da-solidariedade>

Na realidade, a Pandemia da Covid revelou a importância dos trabalhadores imigrantes. Ela expôs as contradições da política imigratória de países levada à cabo e exacerbada por governos de vários deles.⁶ O governo português, por exemplo, depois de ter deportado e/ou excluído imigrantes de suas políticas, deu-se conta do problema e, regularizou imigrantes com pedidos de residência pendentes. Isso foi visto como uma ação histórica do governo, porém, também deve ser entendida como temor frente às condições precárias em que esses vivem no país e a consequente disseminação do vírus, a possibilidade de tê-los para trabalhos essenciais e emergenciais nesse momento e, também, por tê-los no horizonte do controle social.⁷ Como vimos, o país, ao mesmo tempo que barrou a entrada de estrangeiros, brasileiros,

⁶ “Migrantes, el grupo más vulnerable en UE ante la pandemia Migration”. Matéria de David Brooks. *Policy Institute – MPI*, apud site do Niem-migração, 17/04/2020. Fonte: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm&ogbl#inbox/FMfcgxwHMSPNmMMHKVfWrmrKLqThsvc>

⁷ “Em meio ao Covid-19, Portugal regulariza imigrantes com pedidos de residência pendentes” Matéria de Rodrigo Borges Delfim; site do Niem-migração, acesso em 17/04/2020. Fonte: <https://www.migramundo.com/em-meio-ao-covid-19-portugal-regulariza-imigrantes-com-pedidos=-de-residencia-pendentes/?fbclid=IwAR34xarmnUtDj4xi8-TwTbR5AEHCr5FITzRnRxjmvxTu6QSiKz8mAV2N9s>

em particular, concedeu vistos em massa para outros que já estavam em seu interior.

Há uma profunda conexão entre imigrantes e informalidade. Há também grande relevância do trabalho autônomo, de formas variadas de performances das pequenas empresas, etc., todas expressivas de um fenômeno mais amplo e diversificado. Os imigrantes senegaleses, em vários países em que sua presença se faz sentir, revelam ser exímios vendedores informais. Eles necessitam da rua, do fluxo de pessoas; são imigrantes que carregam consigo esse saber e a experiência das trocas mercantis informais e dos meios e estratégias para a construção social de seus mercados. Eles desenvolvem um *jogo interacional* (De César, 2018) de ações envoltas ao ambiente de troca, produzem sociabilidades em que a intenção da venda se constitui (espaços, interações, clientes, intimidade, confiança, conhecimento, pragmatismo, linguagens apropriadas, logística, empatia etc.), em geral, concebida pela esfera pública municipal como irregular.

O fechamento de empresas, as quais havia mais concentração de trabalhadores como é caso do setor têxtil e frigoríficos, atingiu fortemente imigrantes bolivianos, haitianos, bengalis e senegaleses no Brasil (Parise, 2022). Os que atuaram no comércio de rua, como senegaleses, como vimos, foram muito atingidos além de sua ampla cadeia de fornecedores, fabricantes, compradores etc. Segundo Parise (2022), as políticas de emergência no Brasil conseguiram contemplar 149.019 imigrantes, dos quais, 42.519 eram venezuelanos.

A contaminação em frigoríficos havia atingido, em 2020, mais de 2 mil imigrantes no sul do Brasil (Araújo, 2020). Esse processo deu-se com intensidade em vários países, dentre os quais, França, Estados Unidos e Brasil. O sul do Brasil concentra grande parte dos frigoríficos de frangos e suínos. A presença de imigrantes e os casos de Covid nas empresas e, em particular, junto aos imigrantes, foi matéria de muitos jornais. Segundo Bastos (2020), em 2020, foram mais de 2 mil casos de Covid somente em frigoríficos de Santa Catarina. Esse setor de carnes foi considerado essencial por se tratar do ramo alimentar, então, sem muitos controles de prevenção e proteção, os casos de Covid junto aos trabalhadores se proliferaram, objeto de muitas denúncias, intervenção do Ministério Público, reclamação de trabalhadores etc. (Araújo, 2020).

No Centro-norte do Rio Grande do Sul, tendo o município de Passo Fundo como epicentro, frigoríficos foram interditados pelo Ministério Público em razão do intenso foco de corona vírus. Matérias eram produzidas diariamente em vários veículos de comunicação. Apenas para citar algumas manchetes: “*CORONAVÍRUS: a terrível realidade dos trabalhadores da JBS vítimas da COVID-19 em Passo Fundo*”;⁸ “1ª SDI do TRT-RS restabelece interdição do frigorífico JBS em Passo Fundo”;⁹ “Foco de Coronavírus em Passo Fundo, frigorífico da JBS é interditado”;¹⁰ “Com 19 funcionários infectados por coronavírus, frigorífico é interditado em Passo Fundo”.¹¹

A intensa presença de trabalhadores atuando em atividades que exigem proximidade física entre eles, o transporte em ônibus das empresas, a falta de morada adequada, o número elevado de imigrantes que residem num mesmo local para reduzir custos, foram expressivos de um contágio maior entre eles. O fato de muitas empresas terem cancelado a produção em determinados períodos intensificou ainda mais essa concentração de pessoas em moradias como estratégia para reduzir o desembolso financeiro. Imigrantes no Brasil também enfrentaram muitas dificuldades, principalmente nas grandes cidades em razão da redução do fluxo de pessoas e a consequente perda de ganhos com o trabalho informal. Além do trabalho, estudos demonstram a precariedade de habitação de haitianos que vivem no Brasil, espaços diminutos sendo divididos por várias pessoas. Alguns deles desprovidos de habitação e vivendo na rua, sem acesso à água potável e outras formas de saneamento. Se, em vida, esses imigrantes pouco contam, na morte, muito menos.

Muitos imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, para enfrentarem os limites da irregularidade, da não documentação exigida, dos custos altos dos aluguéis em cidades, passaram a residir e atuar no meio rural, na agricultura, na construção civil em pequenos vilarejos. Só para ter uma ideia, havia, em 2020, mais de 12 milhões de imigrantes que atuavam na agricultura, extrativismo e agroindústrias nos Estados Unidos (Idos, 2021). Aumentou mais de

⁸ Ver, <https://www.esquerdadiario.com.br/A-terrivel-realidade-dos-trabalhadores-da-JBS-vitimas-da-COVID-19-em-Passo-Fundo>.

⁹ Ver, <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/318274>.

¹⁰ Ver, https://www.jornalnh.com.br/noticias/especial_coronavirus/2020/04/24/foco-de-coronavirus-em-passo-fundo--frigorifico-da-jbs-e-interditado.html.

¹¹ Ver, <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/04/24/com-19-funcionarios-infectados-por-coronavirus-frigorifico-e-interditado-em-passo-fundo.ghtml>.

meio milhão desde o início da pandemia em 2019. Na Europa, esse processo não foi diferente. Boa parte da grande capacidade de mercado dos produtos advém dessa participação de imigrantes, em geral, mal pagos, precarizados, indocumentados, com horários de trabalho mais prolongados que os convencionais. No setor agrícola específico da Califórnia (EUA), havia mais de 2 milhões de imigrantes que trabalham na produção de hortaliças e frutas (Idos, 2021). Nesse período de isolamento, como já enfatizamos, foram os imigrantes que garantiram as frutas e verduras frescas nos supermercados e nas feiras.

Com o fechamento de fronteiras na Espanha, dezenas de milhares de imigrantes, em geral, marroquinos, não puderam entrar no país para colher hortaliças, frutas e morangos. Fazendas ficaram sem possibilidade de colher suas plantações. Negociações entre entidades de representação de agricultores e autoridades governamentais aconteceram para viabilizar a entrada de imigrantes, bem como permitir que refugiados trabalhassem; aviões foram fretados para buscar estrangeiros. Na França, por exemplo, autoridades falavam de uma lacuna de mais de 300 mil trabalhadores no meio rural em 2021. Nessa direção, a Ministra da Agricultura da Itália propôs a regularização de mais de 600 mil imigrantes para auxiliar na retomada econômica do país e, em particular, dinamizar a agricultura (plantio, cuidados e colheita de várias culturas). O país necessitava, em 2021, de mais de 400 mil estrangeiros para efetivar colheitas e garantir o abastecimento de alimentos (Idos, 2022). No Reino Unido, boa parte da produção foi perdida em razão da falta de trabalhadores. O governo fez um chamamento para estudantes e desempregados autóctones com incentivo na remuneração, porém, numa demanda de mais de 80 mil, apenas 18 mil aderiram à iniciativa (Chade, 2020).¹²

Houve fronteiras entre países em que imigrantes não podiam entrar (para retorno em seu país) em razão dos bloqueios, fechamentos de fronteiras, controles sociais pela esfera pública. Em algumas delas, foram montados abrigos de acolhimento os quais, em geral, expressavam alto risco de propagação e contaminação em razão da chegada constante de novos membros. É o caso de venezuelanos na fronteira com o Brasil no estado de Roraima,

¹² CHADE, J. *Fronteiras fechadas fazem Europa sentir falta de imigrantes nas colheitas*. Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/20/imigrantes-colheitas-europa.htm>

bem como na Colômbia e no Peru, como também de centenas de bolivianos retornados do Chile, que aguardavam para entrar em seu país e que se encontravam em acampamentos improvisados, tendo crianças, idosos, mulheres grávidas.¹³ No Peru, por exemplo, criou-se um projeto de lei que dispõe a deportação de imigrantes residentes no país e que são afetados pelo vírus.



Imigrantes venezuelanos, em território colombiano pedindo ajuda para poder voltar ao seu país em período de Pandemia e, conseqüentemente, de fronteiras fechadas. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/em-meio-a-pandemia-15-mil-venezuelanos-tentam-retornar-da-colombia-peru-e-equador>.

Enfim...

A sociedade atual ainda convive e desenvolve concepções e ações políticas que dividem os cidadãos pelo passaporte que possuem, ou sua situação migratória no momento. Não há uma concepção de direitos universais e, muito menos, da necessidade e/ou imperativo de proteger a todos, fato esse que demonstra serem os imigrantes os mais vulneráveis nesse cenário de crise em múltiplos âmbitos para além do universo do trabalho.

¹³ “Migraciones en América Latina en tiempos de coronavirus”. Matéria de M. Villarreal, publicado no site do Niem-migração em 19/04/2020. Fonte: <https://www.elobservador.com.uy/nota/migraciones-en-america-latina-en-tiempos-de-coronavirus-2020417144911>.

Entendemos que a riqueza e renda de um lado acumulam-se na proporção da vulnerabilidade e exclusão de outro, como elementos congênitos da estrutura capitalista. Ou seja, essa estrutura, ao mesmo tempo que concentra capitais econômicos, o faz na mesma proporção referente à pobreza. Na luta pela obtenção dos cuidados da saúde em razão das atestações positivas do vírus, da incorporação dos minguados recursos financeiros liberados pela esfera pública, bem como a incorporação de trabalhos/empregos reduzidos em razão da crise ocasionada pela atual conjuntura de pandemia, esses processos diferenciadores revelaram seu poder, sua lógica e suas contradições.

Pandemias, catástrofes ambientais, aquecimento global, crises econômicas, desigualdades sociais, etc., tendem a atingir com mais intensidade e com consequências nefastas os mais empobrecidos (Santos, 2020). Com isso, os deslocamentos humanos aumentam em proporções extremas, bem como os desafios para enfrentá-los. Países se fecham, fronteiras nacionais surgem e definem também outras dimensões fronteiriças. Nacionalismos, muros, fronteiras físicas e simbólicas, proibições do direito de ir e vir, expulsões, estigmatizações do estrangeiro, dentre outras questões, acirram-se em razão dessas mobilidades humanas não abertamente demandadas por governos e sociedades. O desemprego intensificado, os trabalhos informais e o subemprego aumentando imensamente, a precarização e a flexibilização aliada à dinâmica *uberizadora* das plataformas digitais e dos comércios *on-line*, bem como da estratégia do capital em imprimir o *home office* alterando imensamente a simbologia, a utilidade e a estrutura espacial da casa, dentre uma série de outras questões presentes nos trabalhadores que vivem de salário ou de rendimento do auto emprego, intensificaram-se com a Pandemia. Essa demonstrou muito bem que a desigualdade, a dimensão das classes sociais, das oportunidades, dos cuidados de saúde etc., engendraram ou aprofundaram os já existentes processos amplos de diferenciação e discriminação.

Cordeiro e Gentile (2022) analisam o trabalho doméstico de imigrante em uma cidade da Espanha e deixam claro que é um setor feminizado, que utiliza mão de obra de custo baixo e de intenso trabalho, de baixa qualificação, com horários elásticos, disponibilidade de tempo alargada, desproteção social, precariedade e de grande expressão de exclusão social. Na análise em questão, há dados que demonstram que 65% das empregadas domésticas na

Espanha são estrangeiras. Seus trabalhos são desenvolvidos com dinâmicas repetitivas, manuais, desgastantes física e mentalmente, com salários abaixo da média dos setores de serviços e sem direitos à organização da categoria.

Com a Pandemia da Covid, essas trabalhadoras, não muito diferente de outras do referido setor em vários outros países, passaram por situação muito difícil. O risco de perder o emprego e, com isso, não enviar mais dinheiro para a família, a exposição ao contágio, confinamento em casas, sem possibilidade de sair ou caminhar na rua, pois poderia ser revelada sua situação de irregular e ser deportada, as tarefas aumentadas em razão da coabitação com empregadores, sem tempo e espaço de lazer, com exposição a um maior controle dos empregadores, incertezas e desconfianças desses em torno à possibilidade de contágios das trabalhadoras, principalmente aos mais vulneráveis (idosos, crianças, pessoas doentes na família que atua), dentre outros processos, em geral, marcaram sua cotidianidade laboral e de vida.

Insistimos no fato de que, durante a Pandemia, trabalhadores do setor de serviços domésticos (com grande preponderância de mulheres imigrantes) foram vistos como potencialmente perigosos, muitos perderam seu trabalho em razão disso, ou, então, seguiram exercendo suas atividades sem as medidas adequadas de prevenção contra o vírus (Parella, 2021; Cordeiro; Gentile, 2022), ampliando sua precariedade laboral, sem, muitas vezes, conhecer a legislação laboral e migratória vigente. Talvez tenha sido a categoria de trabalhadores imigrantes que mais alterou seu cotidiano no período pandêmico. O fato de muitos membros (ou todos) da família permanecerem em casa em razão das políticas de isolamento e fechamento, um amplo contingente de trabalhadoras perdeu o emprego, ou, ao contrário, passaram a conviver 24 horas no espaço que antes era apenas de trabalho. Novas relações se produziram no cotidiano de empregadas em empregadores.

Num horizonte mais amplo, estados/governos lançaram mão de dispositivos eficazes para “gerenciar” indivíduos e coletivos com “medidas corretivas” (Lemke, 2017, p. 18). Houve uma expressiva necropolítica que esteve disseminada nas ruas, nos limites de inserção aos sistemas privados de saúde como é o caso dos Estados Unidos, não somente nas fronteiras (Mbembe, 2018). A porta dos fundos - para ninguém ver - foi muito acionada quando governos precisaram de imigrantes, ou, então, para instigarem o retorno

para casa pela expulsão de indocumentados, por questões administrativas, as quais tendem a produzir, com mais facilidade a ilegalidade e a consequente criminalização e judicialização do imigrante. Quando o cenário não lhes foi favorável, governos ergueram muros, fecharam as portas de frente, imprimiram legislações restritivas.



Venezuelanos aguardando a liberação de sua entrada no Brasil, em 2021. Foto: ACNUR/Reynesson Damasceno.

Os imigrantes são estrangeiros; são “de fora” como diz Sayad (1999). Eles problematizam no mesmo momento em que produzem a consciência do “nós”, da nação, da nacionalidade. São eles que induzem a uma consciência de nacionalidade aos autóctones. Sem eles, isso possivelmente não haveria ou pelo menos com a intensidade e a lógica expressas. Adotar a estratégia comportamental do anonimato pode ser entendida como positiva, serem vistos como “bons imigrantes”, como forma de evitar controles migratórios. O “bom migrante”, o hóspede invisível e “bem-educado”, talvez consiga evitar a *provisioriedade* (Sayad, 2008), mas, como já falamos, essa interiorização de si e dos demais (autóctones) em relação a eles, precisa excluí-los do campo político e jurídico do país (Ruseishvili; Chaves, 2020). A racialização está no centro desse poder, ou seja, o ódio por uma raça, tão desenvolvida em vários momentos históricos, em geral, em nome da purificação dela (Sassen, 2016). Os imigrantes podem hoje estar nesse horizonte. Aproveitou-se da Pandemia do Covid para agir sobre seus corpos, expulsá-los, confiná-los, lançá-los na linha de frente das atividades essenciais em tempos de isolamento social,

como extensão de sua dinâmica de precarização (Standing, 2019). No espaço de trabalho, várias sociedades, como afirma Harvey (2011 e 2020), principalmente europeias, moveram-se pela noção de *nacionalidade* e, esta, possuiu clara origem migratória, foram os imigrantes que a acirraram em autóctones; são esses *outros*, não bem aceitos, que produziram um *nós-comum*, uma identificação fictícia alimentada pelo *espírito* de nacionalidade.

Na realidade, imigrantes demonstram um *mundo móvel*, de contradições, de diferenciações, de não aceitação, de discriminação, de tratamentos desiguais nos direitos fundamentais e, dentre eles, o maior e mais importante de todos, que é o da vida humana. Trabalhadores imigrantes, produzidos pelas contradições de nosso desenvolvimento econômico capitalista e expressando desigualdades que esse produz, alimentam esperança de uma vida melhor em espaços de países com mais condições de trabalho e renda. Há uma construção política e social da vulnerabilidade dos imigrantes. Há uma conjunção de fatores, medidas, concepções, em várias dimensões, que tornam um grupo ou indivíduos mais susceptíveis aos riscos, à fragilidade, do que outros (Rodrigues; Teresi, 2018).

No momento pandêmico intensificaram-se as violações de direitos humanos, principalmente, nos atendimentos à saúde, nas deportações sem muitos critérios, no fechamento e impedimento de passagem em fronteiras, nos acampamentos de fronteiras onde imigrantes foram abandonados, sem direito de entrar em seu país e sem a possibilidade de permanecer onde estavam, num horizonte de extrema vulnerabilidade, atrocidades e precariedades em vários âmbitos, tornando-se sujeitos invisibilizados, sem um norte, vítimas indefesas de uma realidade pandêmica onde governos e sociedades desenvolveram com mais intensidade o espírito nacionalista (hipernacionalismo temporário) e protetivo de si mesmo. A vulnerabilidade de muitos contingentes de imigrantes foi tanta, que, alguns grupos, buscaram rotas clandestinas para poder voltar para seu próprio país, desprovidos que estavam de medias protetivas nos espaços de destino ou como imigrantes em razão de serem indocumentados. Essa situação produziu uma crise dentro de outra. Militarização de fronteira, segurança de estado, emergência sanitária, ameaça de morte, política de governança migratória, desenvolvida e exacerbada principalmente por governos como o dos Estados Unidos (Trump), mas que ganhou eco

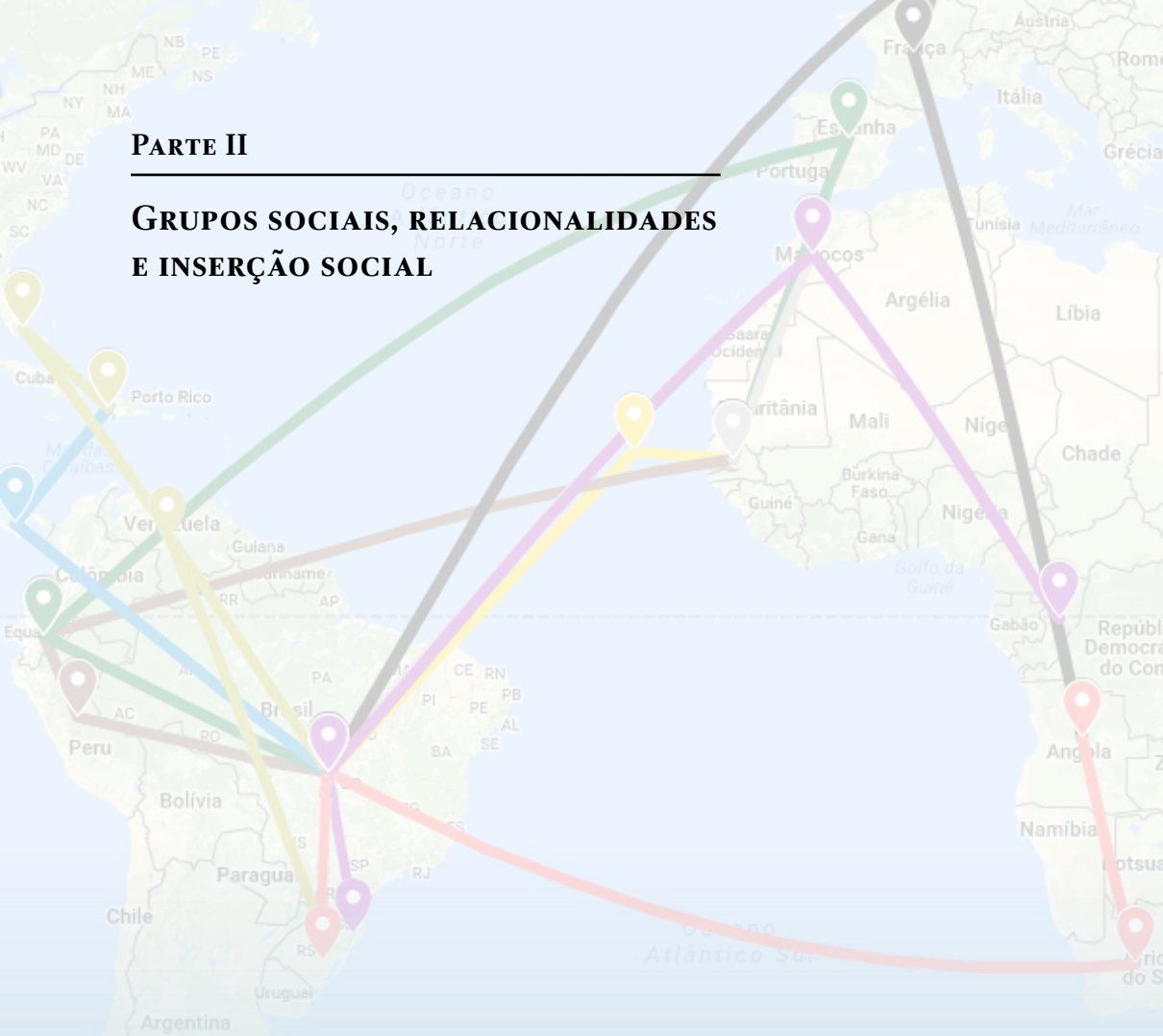
em várias partes do mundo, inclusive no Brasil pelo governo federal, foram dispositivos de estado (Araújo; Sarmiento, 2021).

Autores como Gamlei (2020) projetam alterações nos fluxos migratórios em período curto pós-pandemia. Ele aponta algumas questões nesse sentido, dentre elas o elevado desemprego que reduzirá a demanda pelo trabalho imigrante, o fato da pandemia ter intensificado o sentimento anti-imigrantes e o racismo, o avanço de regimes populistas e autoritários (é só ver a realidade política da França nessas eleições de 2022; governos como o existente no Brasil, na Polônia, na Hungria, na Itália, dentre outros), avessos à diversidade cultural, além do consequente aumento das restrições migratórias através de quarentenas e exigências de vacinação e atestados sanitários nas entradas dos países.

Enfim, neste mundo global, seus espaços, como vimos, não são tão abertos. Há muros e fronteiras de todos os tipos (físicos, geográficos, legislações, sistema policial e de controle, prisões etc.). Ao conseguir transpassar algumas delas, em termos físico-geográficas, imigrantes encontram outras no campo da representação e da cultura social nos países de destino. Enquanto eles representam corpos que produzem, trabalham, consomem, funcionam como “exército de reserva” e suas funções econômicas e de acumulação de capital, as resistências são menores, porém, em período de alto desemprego, de limitados recursos financeiros e de atendimento sanitários aos autóctones, como o vivido na Pandemia da Covid, as contraposições e contradições aumentam muito, os discursos e as práticas são outras. As maiores vítimas são os empobrecidos e, dentre esses, os imigrantes, pois além de estarem nessa situação financeira, são estrangeiros e, muitos deles, negros e/ou de países empobrecidos e considerados de grande atraso econômico e cultural.

PARTE II

GRUPOS SOCIAIS, RELACIONALIDADES E INSERÇÃO SOCIAL





NESTE SEGUNDO EIXO ANALISAREMOS horizontes dos convívios, das interações sociais, das práticas de trabalho, enfim, algumas relationalidades desenvolvidas no horizonte migratório. Fizemos pesquisa com senegaleses, haitianos e bengalis, mas, para esse estudo, daremos prioridade aos dois primeiros grupos por serem atualmente mais expressivos em termos numéricos. São pesquisas que estamos desenvolvendo há alguns anos, porém, centramos alguns aspectos na atualidade presente. Sobre os haitianos não tínhamos ainda escrito nada, portanto, é algo que nos debruçamos mais para desenvolver esse eixo temático. Buscamos, em alguns momentos da análise, correlacionar os dois grupos, porém, boa parte de nossa tentativa de reflexão é desenvolvida de uma forma separada, apontando alguns dos processos que os envolvem em suas especificidades.

Desse modo, este segundo eixo tem como objetivo, a partir de alguns capítulos, analisar processos que organizam a vida dos imigrantes no local de destino, elementos históricos e culturais de suas especificidades de mobilidade e de permanência, suas estratégias de ação, interações e eventos, que revelam certa tendência integrativa, resistências e manifestações culturais.

As fontes utilizadas são revisão de literatura sobre o tema em geral e, no Brasil em particular, entrevistas, contatos informais em vários momentos, visitas a algumas residências, na mesquita de Passo Fundo, em empresas onde havia imigrantes atuando, duas viagens ao Senegal (2018 e 2022). Estivemos presente em festejos, organização e participação em eventos culturais (Semana do Migrante, Festas das Etnias, Natal com Imigrantes, dentre outras que, inclusive, auxiliamos em sua organização e promoção). Auxilia-

mos em atividades junto ao Balcão do Imigrante na Faculdade de Direito da UPF (Universidade de Passo Fundo), participação em várias festas do Grand Magal, promovidas pelos senegaleses da confraria Mouride (estivemos participando em cinco edições), bem como festas religiosas da confraria Tdjane. Enfim, há uma diversidade de recursos e momentos que serviram sempre como aprendizagens. Algo do presente texto já foi publicado em algum artigo de revista, aqui, sintetizado. No entanto, boa parte integra o avançar dos estudos que fomos fazendo em torno do tema, revisão de literatura, entrevistas e contatos informais, revisitando, inclusive, abordagens que fizemos anteriormente, bem como ampliando as referências bibliográficas e os nossos interlocutores imigrantes.

CAPÍTULO IV

Senegaleses no Sul do Brasil:

migrar e ... migrar!

A EMIGRAÇÃO DE SENEGALESES para várias partes do mundo Ocidental e mesmo em países de seu entorno revela ser de longa data. Emigrar é algo que acompanha a vida deles. Já mencionamos que é parte constitutiva de sua organização social, econômica e cultural. Difícil definir suas causalidades de uma forma tão clara e objetiva. Há vários elementos. Claro que as questões econômicas e ambientais estão no topo das hierarquias causais. As secas, por exemplo, estão a cada ano castigando mais e produzindo êxodo rural em direção às grandes cidades, em particular, à capital, Dakar.

A emigração de senegaleses para vários países da Europa e para o tão desejado e expresso por eles, os Estados Unidos, apresenta-se neste contexto de grandes transformações econômicas, rurais/agrícolas, concentração urbana, problemas ambientais, dentre outros que assolam o país nas últimas décadas (Ndione, 2012; Some, 2009; Fall, 2016). Por isso que é necessário perceber processos estruturais e estratégias dos sujeitos/grupos sociais na questão da mobilidade geográfica.¹

É muito comum ouvir de senegaleses entrevistados que, no início do século XXI, foram lançadas, pela esfera pública de seu país, políticas de incentivo para ir à Europa e, não mais somente para a França (país colonizador no passado) como o evidenciado até então no período, porém, havia o problema do visto, do trocadilho *barça ou barsak*, ou seja, Barcelona (o primeiro, referenciando ao time de futebol e, no caso, a Espanha), ou *morrer*

¹ Ver sobre as transformações no Senegal e as migrações em Jason P. Schachter. *Amélioration des données sur la migration en Afrique de l'Ouest et centrale. Utilisation des enquêtes auprès des Ménages pour l'évaluation de la migration passée, présente et future en Afrique de l'Ouest et du centre*. OIM, Genève, Juillet, 2008.

(*barsak*) no traslado pelo Mediterrâneo. Nessa simbologia, a ideia presente é a de “tudo ou nada”, ou tentar uma vida melhor fora do Senegal, ou, ficar e viver precariamente. Por isso que, como já mencionamos, nas duas primeiras décadas do século XXI, o Mediterrâneo vem se revelando “um mar de sangue” como enfatizou o Papa Francisco, em razão da quantidade imensa de imigrantes que, ao tentar atravessá-lo, saindo da Líbia ou de outro país do norte da África, rumo ao sul da Europa (Itália, Malta, Ceuta, Melilla dentre outros), acaba naufragando e ficando, na maior parte das vezes, sem socorro marítimo.



Milhares de imigrantes carregam seus sonhos nessas embarcações precárias. Eles idealizam chegar à Europa. Na maior parte dos casos, esses sonhos se acabam no mar ou nos centros de acolhimento de imigrantes, para posterior repatriamento. Fonte: <http://brasilcomz.wordpress.com/category/italia/page/2/>.

Essa realidade demonstra a situação de precariedade vivida no país de origem pelos imigrantes em razão da falta de oportunidades de trabalho, qualificação, remuneração digna etc. Não podemos deixar de mencionar que o processo migratório no Senegal sempre foi mais praticado pelos homens do que pelas mulheres, porém, nos últimos anos, intensificou-se o delas também e, não mais apenas acompanhando ou agrupando o marido e outros membros da família (em seu sentido ampliado), mas, sim, como membro de uma família que assume seus caminhos, seus sonhos e interesses (Fall, 2016). No nosso espaço de pesquisa, encontramos algumas senegalesas que haviam

emigrado para o Brasil em geral auxiliadas por redes de amizade, parentes e conhecidos, porém, sem estar agrupadas a nenhuma família. Das que foram entrevistadas em 2018, uma apenas era casada no Senegal, as outras, informaram serem solteiras.

Enfim, neste capítulo, buscamos dar ênfase à dimensão migratória, sua mobilidade sequente, ou seja, certa *vocação ao gregarismo* presente nesse grupo social, que revela ser uma estratégia de sobrevivência, de tentativa de otimização de fatores em benefício do grupo e dos indivíduos, suas redes, culturas e crenças que se espalharam pelo mundo nas últimas décadas.

Crise do setor agrícola, múltiplos destinos e uma só lógica: a dinâmica familiar

Estudos revelam certa especificidade regional de destinos de senegaleses imigrantes nas últimas décadas em correspondência com a origem dos fluxos, ou seja, os do Vale do rio Senegal dirigiram-se para a França e aos vizinhos do Senegal, os do Bassin Arachidier, em grande crise agrícola a partir da década de 1970, emigraram para o Sul da Europa (Itália, Espanha e Portugal), os da região de Dakar dirigiram-se para o Norte da Europa e para os Estados Unidos. Para o Brasil, muitos deles vieram da capital, porém, em grande parte, eram migrantes da região do Bassin Arachidier e do Sul, em particular, de Casamance.

“[...] muita gente saiu da terra, muitas famílias, onde se planta(va) muito amendoim e algodão; depois na cidade grande não encontrou mais jeito para viver e decidiu sair do país. Tem gente, a grande maioria, já migrou dentro do Senegal, num lugar ou outro. No meu país isso é normal, quando tem seca, vai buscar dinheiro em outro lugar. Dakar é a mais procurada e é de lá também que sai gente sempre para outros países, para cá também. [...]. A maioria dos que agora estão em Passo Fundo vem de Dakar, um bom grupo é de Casamance; só que eles vão te dizer todos que são de Dakar porque não adianta falar que são lá da pequena cidade deles” (Entrevista com o presidente da Associação de Senegaleses de Passo Fundo, em 2016).

Análises enfatizam que há uma “fuga de cérebros”. Ou seja, os imigrantes possuem, em grande parte, um nível elevado de estudos. Dados informam que 54,2% dos imigrantes senegaleses, em 2014, possuíam ensino superior (Shako; Diop; Mboup; Diadiou, 2015). Para tentar evitar isso e amenizar a crise econômica e social, além da abertura política, foram colocados em ação programas de estabilização financeira, orientados por órgãos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional desde 2010, porém, até então, não têm demonstrado tanta eficácia (Kleidermacher, 2016). Houve, também, nas últimas décadas, um intenso processo de modernização da agricultura expresso em técnicas advindas de fora (França e Estados Unidos), uso de agroquímicos e de máquinas agrícolas. A produção de cereais para a industrialização do biodiesel está ganhando espaço, em particular, com empresas francesas. Porém, ambas as ações em vez de gerar desenvolvimento para o país, criam condições para a continuidade do êxodo rural por serem culturas extensivas e de seleção de produtores (Shako, 2019).

Analistas são enfáticos em afirmar que a independência política de muitos países africanos, em particular, o Senegal, não significou independência econômica (Freud; Richard; Thénevin, 2011; Fall, 2016). São grandes empresas francesas e de alguns outros países que exploram o setor produtivo e infraestrutural do país. Na agricultura, por exemplo, unidades familiares de produção foram pressionadas a abandonar outras culturas e se dedicar à monocultura do amendoim para industrializar seu óleo. Sob a orientação de agências de fomento da França, aliadas aos bancos internacionais, bem como às agroindústrias de capital internacional, agricultores de algumas regiões do Senegal foram pressionados à especialização produtiva. Na década de 1970, 60% da população estavam no espaço rural do país. Nos anos 2000, não passavam de 26%. A superfície média das unidades familiares no ano 2000 era de 4,68 ha. Com a especialização da monocultura do amendoim e de produtos para o biodiesel, grande parte de suas receitas, junto aos agricultores familiares, está servindo para comprar outros cereais (arroz, milho, sorgo). Pesquisas feitas nessa região indicam que, no ano 2000, em torno de 20% das famílias possuíam um membro imigrante (Sakho, 2019; Fall, 2016; Diop, 2008).

A crise do setor agrícola e o problema da monocultura do amendoim estão presentes em praticamente todas as narrativas que fizemos com imigrantes quando perguntávamos como eles explicavam a grande emigração para a Europa e outros países nas últimas três décadas. Uma das explicações da grande tendência de senegaleses em atuar na informalidade, vendendo produtos, etc., advém da realidade vivida em Dakar em razão da ausência de trabalho, das estratégias encontradas da população empobrecida em buscar canais mercantis para fazer circular o dinheiro e viabilizar a sobrevivência de famílias. A forte migração para a capital Dakar obrigou grandes contingentes a encontrar estratégias de sobrevivência. A dinâmica da venda direta em espaços de rua foi uma delas. A obrigação dos filhos em sair de casa de manhã e retornar a noite com algum dinheiro os pressionou para a construção de um mercado informal no espaço da rua.

Desde o início do século XXI, os dados vêm demonstrando um crescente aumento dos níveis de pobreza, tributário também da desvalorização do Franco CFA, que sofreu uma queda de 50% em relação ao Franco francês, encarecendo as importações. Em outro viés, a produção agrícola padeceu com a contínua degradação das áreas agricultáveis. Nas regiões costeiras, o processo de salinização acabou por reduzir terras produtivas que, paulatinamente, diminuiu a sua produtividade. Nas últimas décadas, a participação do setor primário na economia passou por uma redução considerável: de mais de 26% do PIB na década de 1970, para 16% nos anos 2010, 18,5% em 2015 (Herrera; Quintana; Alonso, 2010; Fall, 2016). Esse contexto fomentou a migração interna, via êxodo rural e intra-cidades para os centros urbanos maiores, principalmente o da capital, Dakar. A cidade concentrava, em 2016, mais de 30% da população do país (CEPED, 2017; Sakho, 2019). A agricultura do país sofre imensamente com as consequências dos processos de monocultura regional, com a falta de recursos de fomento ao desenvolvimento e alternativas produtivas, com o fato de que, em determinadas regiões, as unidades familiares possuem seus chefes com idade avançada, a juventude migra para as grandes cidades ou para outros países. Em torno de 60% dos cereais consumidos no país (arroz, em particular) eram importados em 2016. Em 2017, o país importou três vezes mais do que exportou, isso produziu um grande déficit comercial, o qual era compensado, em grande parte, pelas remessas

dos imigrantes. A taxa de desemprego em 2016 atingiu a marca dos 50% dos trabalhadores (PEA) e o emprego informal absorvia mais de 70% da força de trabalho (CEPED, 2017). A crise ambiental agrava a pobreza e a segurança alimentar, aumentando o desemprego entre jovens, colaborando ainda mais para destruir o frágil equilíbrio econômico doméstico, a vulnerabilidade das famílias aumenta, e, das mulheres, em particular. Isso explica o aumento das (e)migrações femininas.

Em 2011, houve a maior seca dos últimos 60 anos, em torno de 30% da população rural passaram a ser migrantes sazonais, principalmente no período de seca. Boa parte dessa população, não encontrando mais trabalho nas grandes cidades, torna-se um viveiro de emigrantes e, nesse contexto, as mulheres também estão inseridas. Desse modo, processos econômicos, políticos, de gênero, de cultura social e religiosa, bem como os demográficos juntam-se aos ambientais para produzir uma estrutura de causalidade das emigrações e redefinindo trajetórias até então bastante precisas entre os gêneros na família (Sakho, 2019; Fall, 2016; Minvielle, 2013; 2016).

A forte inserção de imigrantes ao horizonte religioso advém também dessa história de situações-limites de vida. O associacionismo (confrarias) religioso e comunitário, muito presente entre senegaleses em nossos municípios de estudos (Passo Fundo e Chapecó), não obstante a realidade ser ainda muitíssimo recente se comparada com espaços migratórios deles pela Europa e outras regiões da África, revela a necessidade em manterem-se unidos, vinculados e desenvolvendo ações de cunho solidário, como forma de gerenciar as relações com o novo contexto, objetivos e funções.²

Representações, atrações e constrangimentos na mobilidade geográfica

O aumento da visibilidade internacional do Brasil em decorrência da Copa do Mundo de Futebol de 2014, o fato do país ser signatário de diversos

² CESCHI S., STOCCHIERO A. (A cura di). *Relazioni transnazionali e co-sviluppo. Associazioni e imprenditori senegalesi tra Italia e luoghi di origine*, Torino, Harmattan Italia, 2006.

tratados relacionados a direitos humanos³, como um país acolhedor de refugiados, políticas de fechamento aos imigrantes nos países do norte da Linha do Equador (Minvielle, 2015, p 81) e da própria demanda de mão de obra que a região tem expressado (jornal *Zero Hora*, 2014), no seu conjunto, são fatores que também contribuíram para a opção em se direcionar ao Brasil. Há outros elementos que envolveram contatos intergovernamentais, acordos entre governos, em especial, ações do governo Lula (em 2003 e 2004) junto a países africanos (acordos comerciais, auxílio financeiros, normativas para a incorporação de imigrantes africanos no Brasil, em particular, os países que tiveram relação com o tráfico de escravos), além, é evidente, do crescimento econômico do país, das leis anti-imigração de países da Europa e dos Estados Unidos, dentre outros aspectos.⁴ Desse modo, há um somatório de fatores que contribuíram para que o Brasil fosse visto com possibilidade emigratória num ritmo maior ao que já vinha historicamente se processando para muitos grupos africanos.

A estratégia de emigrar ao Brasil ou para outros países da América do Sul (Argentina, em grande parte) para ser uma escala ou um espaço intermediário que, segundo muitos imigrantes senegaleses, poderia conduzi-los aos Estados Unidos, foi lugar comum expresso em narrativas de imigrantes senegaleses em particular. Porém, não foi para todos que essa idealização deu certo. A grande maioria acabou ficando nos espaços do primeiro destino, migrando no interior do país ou, no limite, circulando entre um país e outro da América do Sul, em geral, entre Brasil, Argentina e Chile. Muitos que se estabeleceram no Centro-Norte do Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina migraram para São Paulo; de lá, alguns conseguiram ou tentaram ir para os Estados Unidos. Em nossas entrevistas, alguns nos disseram que têm notícias de amigos e conhecidos senegaleses que se desafiaram nesta empreitada. “Muitos pensaram, quando saíram do Senegal, de vir aqui, ganhar um dinheiro e ir para os Estados Unidos. Queriam ganhar em dólar, não em reais, mas viram que o custo da viagem continua sendo alto e sem garantias

³ O Brasil é signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos. Compôs a comissão de 1951 sobre o estatuto do refugiado e de seu protocolo de 1967.

⁴ Ver, FELDMAN-BIANCO, B. *Globalização, nação e diáspora: incorporação de transmigrantes na criação de nações desterritorializadas*. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional sobre Emigração Brasileira, CEMI-UNICAMP, Casa do Brasil de Lisboa, 1997.

que vai atravessar. [...]. Muitos sofreram muito para chegar ao Brasil e, não querem mais passar por isso. Eu acho que é isso que fez mudarem de ideia”. (Narrativa de senegaleses entrevistado em Passo Fundo, em 2018).

A maioria dos entrevistados informaram que conheciam pouco sobre o Brasil; disseram que foram convencidos por intermediários, os quais alimentaram nos candidatos à emigração, a possibilidade e o desejo de “ficar um tempo no Brasil e, depois ir para os Estados Unidos”. As formas de chegada ao Brasil foram várias, saindo de vários países. Entrevistamos vários senegaleses que chegaram ao Brasil via Equador, outros pela Argentina, alguns saíram do Cabo Verde e chegaram em Fortaleza, outros da Espanha e desembarcaram em São Paulo, porém, os primeiros que chegaram, em geral, fizeram a conexão Madri-Equador e, deste país, atravessaram outros com várias modalidades de traslado, mediados por intermediários, até chegar ao Norte do Brasil. Na realidade, todos os trajetos, expressam uma migração por espaços e distâncias que evidenciam “uma verdadeira odisseia individual” (Minvielle, 2020, p. 25), em razão das distâncias, desembolso financeiro, desconhecimento, situações constrangedoras no deslocamento, sentido de transição atribuído ao espaço de origem em algum país da América do Sul.

Quanto especificamente aos africanos, em 2009, eles constituíam 9% da população mundial que migrava internacionalmente,⁵ grande parte dessa emigração era fruto de conflitos internos e que, no contexto contemporâneo, passaram a ter como destinos alguns países da América do Sul. No Brasil, muitos africanos encontravam-se indocumentados até 2009. Motivados por uma nova postura do governo brasileiro nas relações com os países africanos, declarada pela Lei n. 11.961, de 02 de julho de 2009, imigrantes africanos passaram a regularizar sua situação no Brasil, que concede, a muitos desses, residência provisória. Portanto, quem emigrou antes de 2009 podia ser regularizado com visto de permanente, em razão da anistia e direito de asilo que foram promovidos pelo governo brasileiro a todos os imigrantes irregulares no país que não tiveram nenhuma situação policial/criminal e que estiveram em situação de trabalho. A realidade por nós pesquisada possui também

⁵ TOLENTINO, N. C. Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano. *Socius Working Papers* n. 09/2009. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, maio, 2009.

relação com essa questão política de regularização aos imigrantes de alguns países do referido continente.

Os motivos dos senegaleses estarem no Sul do Brasil, em particular, em Passo Fundo e Chapecó, são variados. Um dos entrevistados assim informou dizendo que “muitos de nós viajaram até aqui para se regularizar o mais rápido, para que pudesse ter carteira assinada, documento de identidade e tudo o que é necessário para viver no Brasil e trabalhar. Além de Passo Fundo, muitos foram para Caxias, lá tinha muito trabalho”. Os primeiros imigrantes senegaleses que se estabeleceram no norte do Rio Grande do Sul migraram de São Paulo, ou, também, de algumas regiões da Argentina, em particular, de Buenos Aires e Córdoba. Dois municípios que absorveram muitos imigrantes no início, por volta de 2006, foram Caxias do Sul (Espeiorim, 2014) e Passo Fundo (G1, 2013; Tedesco; Mello, 2015) e também Chapecó em razão da presença de agroindústrias de carnes. Em particular, a imigração senegalesa nesses dois municípios de nossa pesquisa, em 2014, ultrapassou a casa dos quatro mil imigrantes (Tedesco; Mello, 2015).

Imigrantes revelavam saber contornar limites, barreiras, contraposições etc. Um entrevistado disse que já antes de entrar no Brasil tiveram de enfrentar situações de extorsão, roubo, truculência da polícia de fronteira, atravessando países (Equador, Peru, Bolívia), vivendo incertezas e constrangimentos, abrigos improvisados, desembolsos financeiros exagerados, “bastante difícil, muito difícil para nós, sem saber de nada, onde estava, para onde iriam levar a gente, esperar e esperar até vir alguém dizer para onde naquele dia ou no dia seguinte iríamos, muitas vezes sem dormir uma noite toda. Com medo sempre, pensava na família que tinha deixado e que não sabiam nem onde eu estava porque celular não pegava e nem deixavam usar; muitos ficavam sem dinheiro antes de chegar em razão das extorsões. As mulheres sofriam mais, algumas eram estupradas em troca do não pagamento de parte que já tinham feito” (Entrevista direta com senegalês em Passo Fundo, em 2016).

Antes de 2015, além das rotas, via Argentina, os senegaleses que não conseguiam visto de turista em Dakar, em geral, ingressaram no Brasil seguindo a rota dos haitianos e, após 2015, passaram a entrar com visto de turista com duração de três meses ou solicitavam pedido de refúgio por razões econômicas ao Conare (órgão do Ministério da Justiça, responsável pela aná-

lise do refúgio), pois, segundo a Convenção de Genebra de 1951, o solicitante não pode ser expulso do país enquanto aguarda a avaliação do pedido, o que leva em torno de dois anos para acontecer. Neste período, imigrantes podiam solicitar carteira de trabalho e CPF e, também, trabalhar na forma regular. Entretanto, a maior parte dos pedidos de refúgio de senegaleses foi até então indeferida porque as razões alegadas não eram consideradas suficientes pelo Estatuto de Refugiado que não reconhecia o refugiado econômico (Macedo, 2019, p. 247). Nesse sentido, mais de 500 ganeses desembarcaram entre Caxias do Sul (327) e Criciúma (260) durante a Copa do Mundo, em meados de julho de 2014. Eles aproveitaram o visto de turista e permaneceram no país. Solicitaram visto de refúgio, porém causaram uma intensa polêmica, reação e envolvimento social e político em ambos os municípios. Jornais do país inteiro estamparam notícias sobre eles, posicionamentos contrários e até com tons racistas e xenofóbicos se fizeram presentes.⁶ Um interlocutor revela esses dilemas que são de múltiplas ordens na vida cotidiana e cultural dos emigrantes:

“Decidi vir ao Brasil depois que um amigo de meu irmão estava aqui em Passo Fundo, isso foi no dia 12/09/2013; cheguei no Acre no dia 25/09; em Passo Fundo, cheguei dia 28/11; fiquei mais de um mês no Acre para conseguir documentos. [...]. Eu não tinha informação do Brasil, só do futebol e alguma coisa mais. Tive de comprar a passagem de ida e de volta. Peguei visto de pessoas que fazem documentos para entrar no Brasil. [...]. Se tu vais na Embaixada Brasileira em Dakar eles não te dão o visto; tu podes dizer que vai para o Brasil comprar roupa ou outra coisa, eles querem saber a reserva do hotel, quanto dinheiro tu tens e mais um monte de coisas; então fica difícil; se tu dizes que vais trabalhar, eles não te dão nada. [...]; eu gastei mais ou menos 16 mil reais. Meus pais venderam coisas para que eu pudesse vir. Tu paga a metade quando sai e, a outra metade os pais pagam quando tu avisas que chegou no Brasil; é assim que funciona, são as máfias que fazem tudo isso. [...]. Viajei de Dakar para Madri, de lá para Quito, de lá pra Guayaquil, depois com ônibus, corrida e caminhada até 9 horas sem parar durante noites, entre uma fronteira e outra que a gente nem sabia aonde estava, até chegar em Porto Maldonado e no final em Brasília. Lá [em Brasília] se

⁶ Várias matérias de jornais deram ênfase à vinda de ganeses para o sul do Brasil, em particular o *Jornal Zero Hora* de Porto Alegre, dias 16, 17, 18 e 19 de julho de 2014.

tinha de ficar por muito tempo até conseguir documentos. [...]; eu levei 6 dias para do Acre [Rio Branco] chegar a Passo Fundo. [...]. Eu não estava sozinho, tinha mais de 20 comigo, eles eram do Senegal, do Haiti, da República Dominicana. [...]. Quando lembro de tudo isso, não quero nem acreditar que tenha acontecido tudo isso comigo e com todos os que estão aqui na casa”.

Outros entrevistados revelaram que “não dava para registrar, ou porque te tiravam os celulares, ou porque te ameaçavam e, a gente morria de medo porque queria chegar, voltar sem nada ou nem conseguir voltar. Era perigoso e desastroso depois de tudo o que foi gasto e sofrido até aqui; eu pensava isso”; “nos orientavam em meio as matas, noite a dentro por muitas horas; fizemos acampamentos por três noites no meio das matas, ninguém sabia onde estava”; “quando você pisa no Brasil, eles te fazem ligar para os familiares pagarem a viagem”; “de um país para outro são pessoas diferentes; tinha quem falava árabe, wolof, espanhol, português”; “eles te fazem esperar para dar um grupo, não muito grande porque tem de viajar de pequenos ônibus ou de carro, eu viajava de um lugar para outro junto com uns 10 ou mais numa Kombi”; “eu fiquei mais de 10 dias entre um país e outro, só para o Equador, entre uma fronteira e outra, a gente ia e retornava, nunca entendi porque, eles só te mandam fazer tal e tal coisa”; “todo mundo fica desesperado e com muito medo” (Fragmentos de narrativas de entrevistados em Passo Fundo, em 2016 e 2018). Essas realidades narradas revelam que muitos senegaleses tinham e continuam tendo dificuldades em conseguir o visto legal para viajar ao Brasil, então, são obrigados a inserirem-se nessas redes transnacionais e mafiosas (os ditos “coiotes”) que viabilizam trajetórias alternativas, as quais se ligam à Dakar, em geral, como é o caso do Equador (havia acordos de imigração entre esse país e o Senegal, por isso as viagens até lá tornam-se mais fáceis), Bolívia e alguns pela Guatemala, Buenos Aires, até chegar ao Acre, ou, então, Uruguai no Rio Grande do Sul, ou em outras fronteiras nacionais. Há várias trajetórias de entradas e de países de intermédio até chegar ao Brasil.

Em encontros de senegaleses que estivemos presentes, ouvimos reivindicações deles em torno da viabilização de voos diretos do Brasil à Dakar. Esse processo, segundo um entrevistado, aliado a novos acordos diplomáticos entre os dois países, acabaria com a intermediação de grupos mafiosos e com as situações de violência e de constrangimentos, além do alto desem-

bolso financeiro porque passam os imigrantes que desejam chegar ao país para trabalhar. Um outro entrevistado, narrando sua experiência, disse que passou por muitas dificuldades, mas foi auxiliado e informado por um amigo, ou seja, constituiu um vínculo internacional antes de emigrar:

“Estou há quatro anos e meio no Brasil; não sabia nada do Brasil, vi na internet que era um país grande, com bastante trabalho, daí falei para um amigo que tinha ido a São Paulo e ele me confirmou o que eu tinha pensado e visto na internet; daí vim. [...]. Foi difícil, quase um mês viajando, gastando dinheiro em países que nunca tinha visto e em locais perigosos; todos nos viam como marginais, mas ladrões eram eles, os que garantiram que nos deixariam no Brasil, mas a que preço? Claro que eu sabia que ia ser difícil, eu já tinha informação disso, mas que alternativa eu tinha? Nenhuma. Ou era assim, ou continuava vendo minha mãe e meu pai reclamar que não tinha nada, que lá no Senegal não tem futuro e que tem de tentar alguma coisa, que eu já tinha idade para fazer família, só que eu pensava que daquele jeito não queria botar família. Então, era sair ou ficar naquela situação. [...]. Em Passo Fundo também foi um amigo que me convidou para vir, mesma coisa aqui no frigorífico, um amigo estava já em Tapejara e, com isso, vim também para cá; [...], aqui, eles gostam muito dos senegaleses e, mesmo não entendendo bem o português no início, me adaptei bem e estou contente aqui” (Entrevista com senegalês em Passo Fundo, em 2018).

Um dos valores muito enfatizado, que faz parte do grupo e está embasado na esfera religiosa, é a solidariedade. Essa é fundamental para fazer frente aos limites, às necessidades materiais e psicológicas, fazer com que o imigrante se sinta seguro e protegido. Isso ajuda a poupar, a não ter acesso a dispositivos de consumo exagerado, a morar em grupos e em espaços de custo baixo. A emigração é vista como uma estratégia, uma ação racionalizada em termos econômico-sociais, familiares e religiosos (Minvielle, 2016). Ela orienta práticas, aspirações familiares de mobilidade e status social (Sakho; Diop; Awissi-Sall, 2011; Fall, 2016; Espiro, 2020). Em geral, até bem pouco tempo, eram os homens que emigravam, porém, como mencionamos, as mulheres estão em grande dinamismo. A migração e a emigração de mulheres senegalesas intensificaram-se na década de 1990 e têm provocado profundas transformações na família, nas relações de gênero, pois elas eram apreciadas

no contexto da vida familiar (Fall, 2016). Ao emigrarem, elas passaram a contribuir de uma forma mais intensa na economia familiar. Estudos indicam que nas maiores cidades, dentre elas, Dakar, a proporção, que era de 7 homens para 3 mulheres em 1990, passou de 3 homens para 2 mulheres em 2016 (CEPED, 2017).

Em geral, os grupos imigrantes de nacionalidades específicas são vistos como uma unidade, uma comunidade, com alto nível de solidariedade entre seus membros nos espaços de destino. Sem dúvida, essa dimensão, ao que pudemos constatar pelas nossas entrevistas, se faz presente, porém, não dá para naturalizá-la (Minvielle, 2020). Há conflitos entre eles, otimização de fatores para alguns, principalmente os que já estão estabelecidos há alguns anos no país de destino, concorrências em atividades; há, também, *migrações* das diferenciações e representações que expressam conflitualidades no interior do país de origem, ainda que, para o caso de senegaleses, o campo religioso irmana determinadas confrarias/congregações, exorta o valor da solidariedade, do trabalho, da unidade e da alteridade junto aos seus adeptos.

Busca-se, pela emigração, promover status social ao grupo familiar e, desse, para o sujeito que a viabiliza. “A migração é, muitas vezes, interpretada, à imagem da circuncisão, como um rito de passagem, um marco importante no curriculum individual. Seria preciso partir para ser homem, ter um status social ou reconhecimento” (Fall, 2016, p. 2). Ainda que se esteja vivendo num cenário de um mundo globalizado, de *fronteiras deslizantes* (Bauman, 2017), mas, para muitos imigrantes, essa realidade não se evidencia. Dificilmente senegaleses conseguem vistos para viajar ao Brasil para trabalho. Para turismo, as exigências e os custos são muito altos, fato esse que inviabiliza a tentativa de emigrar. Fragmentos de entrevistas aprofundadas que fizemos revelam isso.

“Se tu vais na Embaixada Brasileira em Dakar, eles não te dão o visto. Tu podes dizer que vai para o Brasil comprar roupa ou outra coisa, eles querem saber a reserva do hotel, quanto dinheiro tu tens e mais um monte de coisas; então fica difícil. Se tu dizes que vais trabalhar, eles não te dão nada” (Entrevista direta com senegalês em Passo Fundo em 2022).

Não obstante, os desembolsos financeiros são muito altos mesmo op-

tando por caminhos alternativos, ou seja, até 2016 era possível conseguir vistos para viajar do Senegal ao Equador e, desse país, atingir, por terra, a fronteira norte do Brasil. “[...], eu gastei mais ou menos 16 mil reais. Meus pais venderam coisas para que eu pudesse vir. Tu pagas a metade quando sai e, a outra metade os pais pagam quando tu avisas que chegou no Brasil; é assim que funciona [...]. Agora o governo do Equador dificultou também, acho que foi pressão do Brasil” (Entrevista direta com senegalês em Chapecó, em 2022). Desse modo, no horizonte das estratégias, imigrantes encontram canais alternativos, porém, difíceis e perigosos. Para muitos que tentam aportar na Europa, as embarcações marítimas precárias são a alternativa, porém, a probabilidade de serem interceptadas pelas guardas costeiras dos países de destino é muito grande, além do alto risco de vida.⁷ Para os que buscaram chegar ao Brasil, cruzar fronteiras de países latino-americanos passou a ser lugar comum. A partir de algumas entrevistas, conseguimos abordar questões relacionadas à história do tenso trajeto até chegar ao Brasil:

“No Senegal, eu fui tentar o visto para vir, mas não deu certo, então, segui outros que conseguiram visto com gente que faz isso, como eu falei. [...]. Eu gastei para estar aqui nessa casa no primeiro dia, mais de 13 mil reais, tudo isso, porque depois que tu começa não tem mais volta; ou tu perdes tudo para depois recuperar, ou tu ficas sem nada; eles [intermediadores] vão te tirar o dinheiro de todo o jeito. [...]. Eu levei 19 dias para chegar aqui onde estou agora, nessa casa; isso que vim direto do Acre [Brasiléia] para cá. [...]. Nós éramos em seis, um queria desistir e vimos ele ser assaltado e abandonado no meio de um mato, de noite, no Equador; até hoje ninguém sabe mais dele, devem ter matado ele. [...]; sentimos muito medo e, por isso, resolvemos ir até o fim. [...]. Atravessamos vários países, de ônibus, de carro, a pé, tudo depois de Guayaquil. Ninguém sabia onde estava, apenas te diziam que era assim mesmo e que iríamos entrar no Brasil, pelo Acre e que o caminho final era lá [...].”⁸

⁷ As mortes nas costas marítimas da Itália e da Espanha (nessa, em Ceuta), tornaram-se constantes nos últimos anos. Em 2016, registraram-se mais de quatro mil mortes de imigrantes somente no Mediterrâneo (Bauman, 2017).

⁸ Entrevista direta com senegalês. O interlocutor está no Brasil há dois anos e meio. Ele emigrou com alguns conterrâneos de Casamance, Sul do país; reside em Passo Fundo e trabalha no setor de abate Halal de um frigorífico.

Pagar propinas a militares de fronteiras, ficar retido por dias seguidos até decidir desembolsar dinheiro, sob constante ameaça de retornar e perder tudo o que desembolsou, “pessoas estranhas que se apresentavam para auxiliar no traslado; tinha haitiano e outros africanos também”⁹ etc., foi relatado também.

“Em cada lugar, cada país, era gente diferente, ninguém entendia a língua; em algum lugar tinha africano junto, de outros países também que estavam com os caras [intermediadores]. [...]. Foi muito sofrido. Eu acho que cheguei até aqui porque não estava sozinho, senão teria desistido, ou não sei o que teria acontecido comigo”.¹⁰

Imigrantes relatam que o custo é muito alto e, por isso, apostavam muito na chegada do destino e que não tinham a menor ideia de que a realidade que se apresentou seria aquela. O desencanto foi muito grande. Narrações sintetizadas a seguir revelam os tortuosos caminhos e as dificuldades enfrentadas também por outros imigrantes, em particular, haitianos e ganeses. Um deles, inclusive, relatou que, devido ao vírus do ebola na África, ficou cinco dias retido na fronteira, na cidade de Puerto Maldonado porque “as autoridades brasileiras não queriam que entrássemos no Brasil sem a comprovação da vacina, alguns até tentavam mentir que eram haitianos”. Promessas, pressões, barreiras, temores, mediações, desconhecimentos, dentre outros processos faziam parte desse longo caminho até chegar ao Brasil.

“Se eu te contar tudo vai mais de um dia, pois fiquei mais de uma semana sem saber bem onde eu estava, se iria conseguir ir para frente, se tinha de voltar. Eles [coiotes] diziam sempre que tinha de ter paciência e que eu não estaria jogando fora o dinheiro, que era que nem na fronteira do México com os EUA: é difícil, mas depois compensa e que o Brasil era grande, que não tinha problema nenhum, era só esperar o momento certo para atravessar a fronteira. [...]. Tinha africano junto com eles todos, haitianos [...]. A noite era pior, porque tu não sabias se dava ou não para atravessar onde eles te mandavam; tu pegavas um ônibus e

⁹ Idem.

¹⁰ Entrevista direta com senegalês. O interlocutor está no Brasil há quase cinco anos; emigrou sozinho, residia na cidade de Dakar. Habita em Passo Fundo e trabalha num supermercado.

ia para um lugar, depois, se não dava certo, voltava e, ninguém te dava explicação, só te mandavam confiar e ficar quieto; não dava para registrar nada do celular; um haitiano apanhou muito porque tentou, escondido, tirar foto, apanhou na frente da mulher. [...]. Na fronteira com o Brasil queriam fazer exame para ver se tínhamos o vírus do ebola, que diziam que era o africano que trouxe para cá. [...]. É triste passar por tudo isso. [...], não recomendo para ninguém vir por onde eu vim”.¹¹

A presença de frigoríficos na região centro norte do Rio Grande do Sul, o crescimento da oferta de empregos em vários setores, em particular, na construção civil, indústria metal-mecânica e frigorífica, além da proximidade com a Argentina e a facilidade de trânsito legal (vistos) entre países do Mercosul, foram algumas das principais razões para as primeiras levas de imigrantes na região centro-norte do estado. Com o passar de alguns anos, como já enfatizamos, eles estruturaram fluxos e alimentaram canais que viabilizaram o aumento do contingente de imigrantes e a multiplicidade de espaços de inserção de trabalho e de vínculos regionais. As redes que constroem passam a produzir os vínculos e as explicações sobre a chegada até Passo Fundo e também a Chapecó.

A grande maioria dos imigrantes, como já vimos, é casada. Havia, em 2014 a presença de mulheres senegalesas, porém, elas foram aumentando em anos mais recentes, pós-2017. Tivemos oportunidade de conversar com algumas delas, de maneira informal, primeiramente, por ocasião da festa do Grand Magal, em 11 de dezembro de 2014 e no encontro da festa do grupo Tdjane no início de dezembro de 2015. Em anos mais recentes também por ocasião de encontros de imigrantes com entidades religiosas e da sociedade civil da região centro-norte do estado (Tedesco; Mello, 2015). Conversamos com seis delas, todas da confraria Mouride, na Festa Grand Magal de 2019, porém, elas mesmas manifestam não desenvolver muito o pertencimento grupal no cenário migratório por ser difícil o contato, ser um espaço quase que masculino em termos de rituais e de orientação do grupo e na Associação dos Senegaleses. Estudos revelam certas especificidades de destinos

¹¹ Entrevista direta com senegalês. O interlocutor está no Brasil há mais de cinco anos, porém, já reemigrou para a Argentina e Chile; retornou ao Brasil no final de 2016. Emigrou sozinho do Senegal. Atualmente, ele reside em Passo Fundo e trabalha em frigorífico.

em correspondência com a origem dos fluxos, para a região de Passo Fundo (centro-norte do Rio Grande do Sul), segundo nosso levantamento de campo, mais de 30% de nossos entrevistados informam ser da região de Casamance, sul do Senegal, 27% da capital Dakar e seu entorno. Outros informam ser de grandes cidades ou próximas de Diourbel, Thiès, Kalaouka e Saint Louis. Em geral, eles informam cidades de maior expressão, as quais se localizam próximas de seus pequenos vilarejos ou municípios do entorno desses centros maiores.

Elementos gerais que norteiam suas sociabilidades como imigrantes

Imigrantes são indivíduos em ligação transnacional. Eles são sujeitos conectados, que expressam e se esforçam para continuar dinamizando lógicas de afetos. Essas se manifestam em múltiplos âmbitos e cimentam relações entre os que partem, os que ficam e os que favorecem ou mediam a decisão de emigrar e as ações entre os dois primeiros (Macedo, 2019; Sayad, 1999; Minvielle, 2013; 2020). Há, nesse processo, vínculos e ligações parentais, de vizinhança, de amizade, de identidade étnica e religiosa. Diz Mbodji (2008, p. 312) que “partir é morrer de ausências”.

A separação, a sua conseqüente fragmentação familiar, os limites das condições objetivas do viver cotidiano como imigrante, as dúvidas e incertezas que chocavam seu mundo até então constituído, são expressivas de ausências. Um senegalês entrevistado¹² disse que deixou “o que eu amava e também o que detestava”; enfatizou que os dois continentes produziram separações e novas junções. Essas, segundo ele, são dinâmicas e dialetizam a sua vida. Ele comenta que, “meu samba é um pouco dos dois lugares [...], perdi muito de lá e ganhei por aqui [...]”. Ou seja, esforça-se para continuar sendo o indivíduo que era antes de emigrar, mas, sente a necessidade de “abrasileirar-se”, como ele nos disse. O reterritorializar-se afetivo (família,

¹² Entrevista direta com senegalês, da região de Casamance. Ele está no Brasil há três anos; possui visto permanente até 2020. Emigrou sozinho; deixou a esposa e um filho no Senegal.

religião, amizades, parentesco) e geográfico revela ser um movimento complexo entre lugares, pessoas e sentimentos (Simon, 2008; Macedo 2019).

Nesse campo afetivo e subjetivo há várias questões que no espaço migratório não se desenvolvem como se estivessem no de origem, ou, segundo um entrevistado, também no Senegal, “muita coisa vem mudando. As mulheres estão saindo (migrando) também, muitas estão questionando a quantidade delas para um homem, a própria vivência do Islã, o fato de ser homossexual fora do país ninguém condena, no país sim, mas já está mudando muito também. O mundo é mais aberto e diferente. O Islã também precisa ser”.

Estudos demonstram um maior empoderamento feminino. Mulheres migram sem ter maiores vínculos com família, há negociações familiares e afetivas. No Senegal, o homossexualismo é considerado crime, não é incomum apedrejamento quando de sua manifestação pública. A religião condena e isola a pessoa, porém, no cenário da imigração há mais tolerância e respeito, ainda que não se aceita a relação aberta e pública entre pessoas do mesmo sexo.

Em entrevistas, em dois momentos, com dois presidentes de associação de imigrantes (em Passo Fundo e Chapecó), ambos enfatizaram que no país é proibido a união do mesmo sexo, porém reconhecem certa tolerância, principalmente com os homens, as mulheres são mais reprimidas, “não vão arrumar trabalho e nem emprego fácil, por isso que muitas delas estão também migrando, seus pais fazem questão disso”. Os entrevistados disseram também que há muitos imigrantes homossexuais, que, para muitos deles, a emigração é uma estratégia para fugir da repressão, “fugir da vergonha que os pais passam” e para poder viver sua sexualidade com menos repressão, porém, um dos entrevistados disse que o Islã vivido por eles “é diferente dos árabes, dos de países árabes. Lá eles são mais radicais, têm líderes conservadores, nós isso é bem menos, mas muita coisa no Senegal não é permitida e aqui (como imigrante em Passo Fundo) ninguém dá muita bola, ninguém vigia o outro. Aqui nós queremos trabalhar, ganhar dinheiro e mandar para família e ter para nós também uma vida melhor; claro que não se quer isso porque a religião não permite, mas aqui ninguém reprime ninguém”.



Momento de descontração em nossa participação numa das festas do Grand Magal, do grupo Mouride, em Passo Fundo. Fonte: pesquisa de campo.



Senegaleses participando do campeonato de futebol amador de Passo Fundo, em novembro de 2018. Fonte: <http://diariodamanha.com/noticias/senegaleses-formam-time-em-passo-fundo/>.

Nessa dimensão do diferente, mas que realiza atos e/ou produz coisas parecidas com os já instalados (autóctones), está o futebol, que encarna dimensões populares e socioculturais que irmanam senegaleses e brasileiros. Nesse sentido, as fronteiras se tornam menos agudas e divisoras. Senegaleses já participaram de várias edições de campeonatos municipais de Passo Fundo, bem como sua presença em municípios da região norte do estado, torna-os mais receptivos, atraem público, criam ambientes festivos e de integração. O futebol passa a ser um atestado de processos transnacionais em que os grupos reproduzem e se equivalem em termos de significados.

A busca pela regularização é a grande tarefa do imigrante que chega ao país. Reclamações, polêmicas, falta de informações e de infraestrutura, despreparo de funcionários da Polícia Federal, legislação ambígua, concessões de vistos sem parâmetros claros e objetivos, dentre uma série de outras questões, vêm marcando essa realidade, em particular, no Sul do país, espaços ainda de pouca experiência do fenômeno e de grandes manifestações e polêmicas em meio à sociedade em geral. Em 2013, segundo o Conare, 961 senegaleses entraram com pedido de refúgio; em 2016, o número saltou para 1.863. A solicitação era feita junto à Polícia Federal e analisada pelo Conselho Nacional de Refugiados (Conare), vinculado à pasta. “Refúgio é a proteção concedida a estrangeiros para que eles vivam permanentemente no Brasil quando no país de origem há um temor de perseguição por causa da raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”, afirma a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça.¹³

Além da esfera econômica, da ajuda para emigrar, muitos dos imigrantes entrevistados deixaram família (esposa/filhos), vínculos sociais, referências e práticas religiosas mais integrativas e de pertencimento grupal e cultural. Autores enfatizam que as famílias de imigrantes se alargam mais quando há saída de um homem casado e pai.¹⁴ É da sua cultura ter vínculos interpessoais ampliados e agregados em lideranças religiosos e/ou guias espirituais. Os filhos imigrantes são a esperança da família. A mulher é valorizada na família pelo sucesso de seu filho. Desse modo, são viabilizados os meios e víncu-

¹³ Ver, <http://www.justica.gov.br/noticias/legislacao-migratoria-simplificada-ja-beneficiou-mais-de-1-3-mil-estrangeiros>.

¹⁴ Ver, SCIDÀ. G. Le relazione social dei senegalesi in viaggio verso la modernità. *Rivista Sociologia Urbana e Rurale*. Milano, a.XXIII, n. 64-65, p. 149-170, 2001.

los para concretizar a emigração de filhos quando atingirem maioridade. “A concorrência entre co-esposas leva a mãe a financiar o projeto migratório de seu filho através de suas economias” (Shako; Diop; Mboup; Diadiou, 2015, p. 42). Para isso, há um amplo conjunto de processos internos (no vilarejo, na cidade, no interior do país) e externos que são estruturados para tanto.

A imigração revela indivíduos vinculados em redes informais e afetivas, com laços fortes que revelam obrigações e intenções profundas e significativas (Siddiqui, 2004). Há uma lógica de afetos entre os que partem, os que ficam, os que exercem a mediação na circulação entre os dois, ligações parentais, proximidade identitária etc. O território afetivo muda, ou seja, há um movimento complexo entre lugares e pessoas (Simon, 2008; Espiro 2020). O telefone territorializa as ligações no espaço de destino e liga as famílias de uma parte a outra das fronteiras (Simon, 2008). Há uma redistribuição do papel de chefe de família entre pais e filhos, pais, em países diferentes, e filhos no lugar paterno, principalmente os de maior idade (Barau, 2007).

A emigração, para senegaleses, passa ser uma saída para a reconfiguração dos papéis, que serão reincorporados pela dinâmica do dinheiro e não tanto pelas relações de copresença cotidiana (Della Puppa, 2013; Minvielle, 2013). Nessa condição, o imigrante se transforma num sujeito econômico transnacional que circula por meio do dinheiro, de seus vínculos, da ponderação de seus gastos, investimentos, consumos, poupança entre um lugar e outro (Tedesco; Vanin, 2018). Um entrevistado disse que fica dividido, pois quer fazer algum capital “aqui no Brasil, mas me cobram a todo o momento dinheiro para lá”. Ele reagrupou sua esposa e, em tese, reduziu as obrigações de envio de dinheiro.

Estratégias e racionalidades adaptativas

Exclusões em universos migratórios na esfera do trabalho, dos ganhos, da aceitação social etc., podem ser contrapostas no cenário de origem, no horizonte familiar, no *status* social, no auxílio à infraestrutura do campo religioso, no capital social incorporado e que possibilita ao imigrante otimizar fatores afetivos e de aceitação social (Espiro, 2020). Desse modo, sacrifícios e

situações limitantes tornam-se redentoras em espaços diferenciados. Gastar dinheiro aqui no Brasil significa não poder cumprir as obrigações, responsabilidades, dádivas e dívidas assumidas antes de emigrar, como, por exemplo, sustentar a família e ter uma boa performance social, religiosa e familiar.

Devido à emigração ou não, na maioria dos atos matrimoniais, a esposa incorpora o espaço doméstico da família do marido. Entre os entrevistados, isso foi expressão de uma realidade que os contempla. Apenas dois casados disseram que isso se deve ao fato da emigração, senão estariam residindo em espaços separados das famílias. A esposa indo para a casa do sogro permite que ela se torne responsável pelo espaço ocupado por uma cunhada que casou ou que irá se casar, principalmente nos cuidados junto aos sogros na economia e nas atividades domésticas. Em contrapartida, há o amparo do grupo, a vigilância e o controle moral e social sobre a nora – esposa do filho emigrante –, há o auxílio de um contingente ampliado no cuidado com os filhos do jovem casal, em particular nas questões de saúde, orientação educacional e religiosa.

As remessas financeiras enviadas pelo emigrante são distribuídas e socializadas no interior de todo o grupo. Porém, junto com a família ampliada, a mulher e a esposa do imigrante em particular, perdem graus de liberdade e autonomia de decisão nos gastos e canalizações desses recursos (Della Puppa, 2013). Em geral, é o pai do emigrante que gerencia os recursos, investindo-os, assim como os distribui. Ao mesmo tempo, a esposa do emigrante pode contar também com recursos que ela obtém com atividades laborais externas, assim também as obtidas pelos outros membros da família, a aposentadoria e/ou o salário do sogro etc. (Tedesco; Vanin, 2018).

Bengalis entrevistados em Passo Fundo dizem também que ter junto a família, há várias dimensões presentes, as quais se expressam no horizonte sexual, afetivo, social, relacional. Eles enfatizam que estar sem a esposa e a família, os filhos, “é duro”, “é difícil”, “não é vida”; abre espaços para a busca de outras relações externas, nem sempre bem vistas por eles como corretas ((Tedesco; Vanin, 2018). Na realidade, estar separado pela distância que contempla imigrantes no Brasil dificulta os contatos mais efetivos para além dos viabilizados pelas tecnologias de informação atuais. Isso não é bem visto e incentivado pela dimensão religiosa, pois estar sozinho, sem a família, pode

acontecer fragilidades na formação religiosa, na sequência ritualística dos valores e crenças, em razão dos limites infraestruturais e presenciais (Della Puppa, 2013; Tedesco; Vanin, 2018).

O tempo de convivência no novo espaço, para filhos e cônjuges que reagrupam, pode fazer com que haja uma nova recomposição de gestão da unidade, produzindo, inclusive, distanciamento em relação ao espaço de origem, como, ao contrário, uma tentativa de ligações sociais visando ao retorno. A poupança dos imigrantes expressa sacrifício, ou seja, recurso para amenizar as distâncias e os desejos futuros de reaproximação. Ela é um indicador de moralidade (Della Puppa, 2013; Ambrosini, 2009). Há uma reconfiguração a partir dessa realidade, a qual, pais e filhos reposicionam papéis e individualidades. Imigrantes mais antigos acumulam certo capital social no espaço de destino (Zeitlyn, 2006), que se expressa na confiança, credibilidade, eficiência e garantia do serviço, produzindo efeitos para si e para os outros imigrantes (Martes; Soares, 2006). Essa mediação é fundamental para a garantia de trabalho ao novo imigrante, bem como a facilitação na busca por locais de moradia. Esta última demanda confiança, porém, é produzida de uma forma informal e não jurídica e burocrática.

Para um senegalês, ser migrante não é apenas um deslocamento físico de seu território nacional; é expressão de um amplo horizonte de significados, relações, vínculos e obrigações. Migrar é visto como uma obrigação familiar que se reproduz entre gerações e gêneros (Gonçalves, 2008). O homem ainda é visto e representado como o arquétipo do imigrante e da migração. No interior da família, o homem migrante passa ser visto como alguém com probabilidade de êxito, de referência social, que incorpora, no horizonte distante, as obrigações familiares, sociais e morais de distribuição de seus ganhos, auxiliando a família, amigos que lhes favoreceram no ato da saída (empréstimos de dinheiro) e/ou estão cumprindo papéis e funções familiares no espaço de saída (Kaag, 2006; Almeida, 2020).

Em muitos países, a representação masculina é envolta na dimensão econômica, naquela que precisa trabalhar e sustentar a família. Ao homem é dada a atribuição de prover a família. Nos grupos sociais que analisamos, esse processo é bem demarcado. Por isso que ser migrante, para homens com poucas condições econômico-financeiras, é ter a possibilidade de desenvol-

ver melhor essa dimensão; é se situar melhor na sociedade, nas suas relações familiares e afetivas. É ter a possibilidade de ser, além de provedor, um cidadão do mundo, um sujeito “moderno” (Gonçalves, 2008; Almeida, 2020), que lhe dá condições de se inserir em horizontes de consumo com caráter de distinção em determinados espaços de origem.

Emigrar, além desses múltiplos fatores analisados, torna-se uma estratégia, paradoxalmente, para reproduzir famílias. É distanciar-se para viabilizar a constituição de unidades, de *status* e posição social da família, gerir as tensões entre gerações que possuem limites econômicos e, por isso, dificultam os acordos matrimoniais, fazendo com que muitos adotem estratégias conjugais variadas, informais e sem a determinação paterna. Elementos sociais, familiares, identitários, de realização e ambição individual, dentre outros de cunho econômico, estão nesse cenário do deslocamento geográfico (Pompeo, 2011; Minvielle, 2013).

Há expectativas familiares, assim como a construção de papéis de gênero se concretiza com mais clareza quando da migração, em particular do homem/marido/pai (Della Puppa, 2013; Tedesco; Vanin, 2018). Há visibilidade pública, “ser olhado diferente, mas, também, com mais obrigação com a família”, diz um entrevistado. “Nós estamos aqui, mas estamos para a família, ela nos cobra todo o dia em tudo”. Esse “em tudo”, ao ser indagado para uma melhor precisão do significado, o entrevistado nos disse que há dúvidas e receios sobre a vida cotidiana deles no Brasil, em particular no campo afetivo, “aqui se pode fazer muitas coisas que lá no meu país não se pode”. Pode haver um vazio moral nos espaços diferenciados de imigração, romper interditos, inserir-se em processos integrativos com a sociedade maior e adentrar nesse espaço nos referenciais que eles consideram como modernos (Gonçalves, 2008). Uma estratégia que pode ser viabilizada é o casamento com autóctone, como saída para obter a cidadania e a legalização, ainda que possa ser um ato racionalizado e pensado como forma de possibilitar a visita e o retorno à sua família no país de origem. Estratégias de exotismo, da consciência da curiosidade de autóctones, da imagem de pobre e de necessitado de recursos para a família como forma de sensibilização de autóctones e, com isso, maximizar vendas, de se contrapor à noção de invasão, de comércio ilegal, de concorrência desleal. São negociações, estratégias adotadas para fazer frente

aos limites, aos preconceitos, à ignorância de autóctones frente ao país de origem e aos imigrantes em geral (Minvielle, 2020).

Há tradições familiares no próprio país no tocante à emigração. O contato com familiares é intenso, quase que diário; dois deles informaram que o fazem uma vez por semana. A dimensão transmigrante se expressa pelos constantes contatos. Estar aqui e estar lá ao mesmo tempo permitem vidas intercambiadas em espaços múltiplos, fazer parte de decisões familiares, exercer funções paternas etc. Nenhum dos entrevistados falou que mora ou morou sozinho. O que informou que mora com menor número de imigrantes foi apenas um, ou seja, ele reside com mais dois, um do Egito e outro de Gâmbia. O fato de residirem em grupos permite que eles possam constituir uma pequena célula social, integrar-se no grupo, dialogar sobre seu país, ouvir música e assistir canais de televisão de seu país. Constituir família e a necessidade de provê-la, às vezes, os induz a sair do país em busca de possibilidades de exercer a função de provedor e de chefe da nova unidade familiar, que tem a obrigação da procriação.

A emigração coloca à prova a identidade masculina e de pai/esposo. Essa realidade se soma às dificuldades socioeconômicas dos que ficam (Daguerre, 2010). O fato de permanecer muito tempo distante da família leva a que se alterem muitos processos consolidados na cultura social do grupo e no universo familiar. Por isso, ao amenizar a necessidade financeira dos seus, o pai reafirma sua autoridade e continua a ganhar afeto e consideração (Mazzetti, 1996).

Viver distante da família, num país ocidental, pouco conhecido, de parcas e distorcidas informações, de representações da violência, das paisagens de praias, carnaval etc., pode produzir suspeitas e temores para familiares que permanecem. Um imigrante disse que é preciso informar todo o dia que não foi assaltado, “que não há praia e nem mulheres de biquíni na rua aqui na cidade (Passo Fundo) [...] e que eu também nem conheço praia aqui”. Outro, que casou com uma brasileira, disse que já faz mais de um ano e ainda não está bem com a família; “precisa tempo”. Há obrigações amplas, de família ampliada, compromisso assumido com os pais da esposa, com quem fica auxiliando ou tem propiciado algum recurso econômico para a emigração. Há também o temor do desleixo no tocante às obrigações e ritualidades religio-

sas nos limites de espaços, de tempo, por estar num cenário de grande secularização, influência ocidental e de tradição católica de pouca efervescência religiosa.

Vimos imigrantes senegaleses que residem sozinhos que, em boa parte, isolam-se do grupo, não frequentam a mesquita como é recomendado pela confraria, expressam e exploram a dimensão da exotização, principalmente na sua relação com a sedução de mulheres autóctones, com isso, multiplicam conquistas amorosas (Minvielle, 2020) e infidelidades conjugais (aventuras sexuais), revelando que o horizonte da migração pode se tornar um espaço de transgressão de determinados valores, muitos deles, impensados nos espaços de origem.

Emigrar, além de viabilizar melhores condições na unidade-mãe familiar, permite a criação de outra. Indagamos ao entrevistado que queria com a emigração viabilizar duas casas, uma para seus pais no meio rural e outra para si e a sua família (esposa e uma filha) na cidade, sobre qual das casas ele iria morar ao retornar. Ele respondeu que enquanto seus pais estiverem vivos a sua esposa deveria cuidar deles. Ao retornar, ele também deve fazer o mesmo, ou seja, mesmo tendo outra casa, é comum e de valor moral manter-se ligado à responsabilidade dos cuidados com seus pais. “Lá é diferente daqui, lá os filhos devem cuidar dos pais até a morte”, mas, comentou que “as coisas mudam lá também”, ou seja, que nem todos fazem isso e que os ricos da cidade terceirizam os cuidados com os pais, colocando-os em hospitais apropriados ou em casas geriátricas, porém enfatizou que “precisa ter muito dinheiro”. Ele reconhece que a obrigação moral dos filhos de cuidarem dos pais mantém esses confortados, e os filhos poderão exigir o mesmo de seus filhos quando na velhice. Ele comentou admitindo que numa casa apropriada para os cuidados dos idosos, eles teriam melhores condições médicas e de saúde em geral. “O dinheiro da gente aqui pode servir para isso também, cuidar melhor de nossos pais na velhice”. Ao final, ele fez questão de enfatizar sua importância na sociedade de origem: “Aqui não sou ninguém, mas lá sou importante [...], muito do que eles têm hoje e terão amanhã é o trabalho daqui que vai permitir. [...] meu pai poderá ter uma velhice melhor, assim como minha mãe”. Esse “sou importante” também se expressa no dinheiro enviado, porque está propiciando o tratamento de saúde de sua mãe.

Devido a essa realidade de distanciamento, pode acontecer redução do número de filhos, assim como a assimilação de valores religiosos de outros credos, ainda há temor da potencialização dos divórcios em razão da desritualização cotidiana do sentimento afetivo e dos laços familiares que alimentaram a decisão de casar, da infidelidade conjugal de ambos os lados, com maior probabilidade para os imigrantes (Tedesco; Vanin, 2018). Entretanto, entre os pesos dos limites econômicos existentes no país (emprego, renda, sobrevivência familiar) e a separação de cônjuges pela emigração, esta última ganha tons de maior expressão. Se a emigração for para países vizinhos, o impacto é menor, assim como se for para a Europa; porém, para cenários como a América do Sul ou do Norte, as dificuldades aumentam.

Enfim, outros horizontes da imigração de senegaleses serão analisados em capítulos seguintes. Abordaremos a seguir alguns aspectos da imigração de haitianos, em particular, suas trajetórias e simbologias. Aspectos mais genéricos estarão presentes em análises onde os dois grupos serão contemplados.

CAPÍTULO V

Haitianos no Sul do Brasil:

*entre a salvaguarda e os preconceitos
- síntese de uma dinâmica em processo*

O Haiti é um país da América Central. Nas últimas duas décadas ganhou mais visibilidade mundial em razão dos fortes abalos sísmicos que destruíram cidades e originaram a maior diáspora de sua história. É um dos países mais empobrecidos do mundo e de uma longa e histórica instabilidade política.

Em razão destes e de outros fatores, a ONU organizou várias missões com a intenção de tentar um esforço para estabilizar o país em termos políticos, econômicos e sociais. Uma dessas missões teve o Brasil como um dos países líderes com a incumbência de viabilizar a normalidade institucional (segurança, proteção de direitos humanos, reconstrução da infraestrutura, atendimento à saúde, assistência social, educação, garantir eleições democráticas, dentre outras ações), os serviços essenciais e o controle social.

A imigração haitiana para o Brasil marca uma nova etapa de processos migratórios mediados, em boa parte, pelos acordos estatais, pela dimensão de auxílio, de hospitalidade e de ação humanitária. O Haiti tem uma história repleta de contradições, de lutas populares, a que resultou em sua independência se tornou paradigmática em razão da participação de escravos no processo. Em períodos mais recentes, imprimiu lutas contra invasões imperialistas, que vêm produzindo cada vez mais o empobrecimento do país. Os conflitos políticos são de longa data. Em 2010, a população da capital, em particular, viu-se no epicentro de um grande terremoto.

Do Haiti partiram contingentes de imigrantes para várias partes do mundo. Isso se processa há várias décadas, em particular, para países próximos como é o caso da República Dominicana, porém, para os Estados Unidos, Canadá e países da Europa, é, também, de longa data, como caracterís-

tica de uma migração laboral e que buscou refúgio em razão de violação de direitos humanos pelas constantes crises políticas e guerras civis. No período pós-2010, houve grande emigração para vários países. A que se apresenta em nosso país, é fruto, em grande parte, do terremoto, de suas fissuras sociais, políticas e econômicas que se seguiram, porém, possui característica de uma migração laboral.

Estudos vêm demonstrando que, desde 2007, com a crise global do início do século XXI, o desemprego vem aumentando nos países mundiais, principalmente entre os jovens (Cepal, 2009). Esse processo, na sua dinâmica global, ou mais particularmente, nos países que mais demandam por trabalhadores, não houve uma significativa redução dos imigrantes. Mesmo que haja crise nestes cenários de maior procura por imigrantes, ela é maior nos países de saída dos fluxos, então, mesmo em situação de um quadro mais limitado de trabalho, é sempre maior a possibilidade da que já existe no cenário dos potenciais imigrantes. Além de que, em razão disso e de outros fatores ligados às legislações, novos caminhos são acionados para abrigar destinos de fluxo como é o caso do Sul-Global (Baeninger *et al*, 2018; Kleidermacher, 2015).

Nessas primeiras décadas do século XXI, as múltiplas razões se somam para criar um cenário que vem dificultando a aceitação de imigrantes, fato esse que marca ainda mais a segregação, vulnerabilidade, violação de direitos e discriminação (Baeninger, 2018), além de que criou mobilidades variadas, redefinição de destinos e caminhos tortuosos. A migração de haitianos para o Brasil está situada nessa conjuntura da primeira década do século XXI.

Neste breve texto, abordaremos alguns aspectos que caracterizam essa emigração, algumas das relações e sentidos que envolvem imigrantes no centro-norte do estado do Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina. A intenção é a mesma da análise do grupo anterior, ou seja, a partir de pesquisa de campo e de revisão de literatura, dar ênfase a alguns dos processos sociais, culturais e simbólicos que se constituem nos espaços de sua presença, de uma forma simples e apenas informativa. No decorrer de outros capítulos, faremos referência a aspectos mais específico desse grupo social.



Localização geográfica do Haiti. Fonte: <http://loucosporpraia.com.br/onde-fica-o-haiti/> Acessado em 17 de jul. 2022.

Acordos protetivos, trajetórias e simbologias

O Haiti, em 2021, possuía uma população de um pouco mais de 12 milhões, bastante concentrada na sua capital – Porto Príncipe (com mais de 2 milhões). Algumas de suas características se expressam no fato de 95% ser negra, com grande preponderância de católicos, seguida de protestantes. O país tem uma incipiente economia baseada na agricultura (Brizola, 2021; Barbosa, 2015). A emigração de haitianos para os Estados Unidos e outros países do Caribe e Canadá, como mencionamos, é de longa data. Na década de 1990, por exemplo, emigraram mais de 40 mil haitianos somente para os Estados Unidos (Telemaque, 2012). A partir de 2010, houve uma diáspora haitiana de mais de 3 milhões (Handerson, 2015), dela resultou que as remessas, em 2014, representaram mais de 25% do PIB do país. Com isso dá para perceber que é um país diaspórico de longa data. Emigrar é parte de sua cultura, como estratégia, enfrentamento, contraposição a uma realidade adversa vivida, principalmente, em termos econômicos e políticos (Macedo, 2020). Como

vimos, a população migrante colabora imensamente com a renda no país, talvez seja um dos países do mundo de maior percentual.

A Missão de Paz da ONU, a qual o Brasil esteve presente, contribuiu para a trajetória rumo a este país, pois antes do início do século XXI, praticamente não se ouvia falar da presença de haitianos pelo menos de forma mais evidente. Informações sobre o país, o visto humanitário concedido pelo governo brasileiro, os grandes eventos (Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos), bem como várias ações de ajuda humanitária, mediadas por instituições religiosas, outras de incentivo e auxílio tecnológico na produção agrícola, na formação de mão de obra qualificada no campo industrial, promoções esportivas (jogo da seleção brasileira), redes de acolhimento, dentre outras ações, contribuíram de forma efetiva para que o Brasil passasse a figurar como um espaço de possibilidade migratória. Entrevistados informaram que antes disso tudo só assistiam novelas e ouviam samba do Brasil. Ou seja, a migração para o Brasil não estava em seus projetos de vida.

Segundo dados do Departamento de Imigração do Ministério da Justiça do Brasil, até agosto de 2021, eram em torno de 150 mil os imigrantes haitianos que entraram no país, ressaltando que muitos retornaram e/ou emigraram para outros países da América do Sul, principalmente ao Chile e Argentina, além da incipiente organização burocrática para produzir estatísticas neste sentido no país.

Entre os elementos causais mais efetivos, há os que já foram elencados, porém, acrescentam-se os de ordem mais simbólica, ou seja, das propagandas e/ou das relações produzidas pela Missão de Paz capitaneadas pelo Brasil, embaçadas no mercado de trabalho atrativo (o país vivia um *boom* econômico nos períodos dos dois mandatos do governo Lula) e no primeiro de Dilma Rousseff, (Magalhães, 2014; Uebel; Rückert, 2016; Macedo, 2020). Há, também, segundo a literatura que revisamos, questões ligadas à representação de uma *democracia racial* existente no país, ou seja, em razão da presença de negros em sua maioria na população de várias das cidades que eles, em termos visuais, já tinham informações, acrescida de sua concepção de uma convivência harmônica.

Municípios onde havia agroindústrias, empresas do setor coureiro-calçadista, programas do governo federal de viabilizar infraestrutura, como é o

caso de estradas, pontes, portos, estádios, polo naval como o de Rio Grande, onde havia sedes da Polícia Federal, entidades assistenciais, presença de outros imigrantes, empresas que foram buscá-los no norte do país, muito disso tudo mediado por igrejas protestantes e católicas, viabilizaram a presença mais intensa desse grupo nacional (Macedo, 2020; Handerson, 2015; Baeninger, 2016).

Damos ênfase ao fato de que é um povo marcado por explorações econômicas de cunho imperialista, principalmente da França (antigo colonizador) e dos Estados Unidos (imperialismo na América Latina). Como mencionamos, é um dos países mais empobrecidos do mundo, com a presença de várias missões humanitárias para fazer frente a isso e às omissões de autoridades políticas, bem como às catástrofes naturais (Seitenfus, 2005; Mintz, 1995; Macedo, 2020; Brizola, 2021).

O visto humanitário, segundo a Resolução Normativa nº 102/2013 (e outras que foram reconfiguradas posteriormente), em linhas gerais, diz que, “consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (Cotinguiba; Pimentel, 2014, p. 80). Segundo esses autores, o visto humanitário, a despeito de constituir um avanço na história das políticas migratórias, destinou-se até então aos haitianos, outras nacionalidades não foram contempladas. Não obstante, haitianos entrevistados nos disseram que isso facilitou, no início, sua presença em termos burocráticos, porém, as situações vividas no traslado e mesmo no cotidiano do trabalho e de vida social no interior do país não têm se diferenciado muito em relação a outros grupos sociais, ou seja, eles dizem que são considerados imigrantes negros e, como tais, são produzidas as relacionalidades e convivências, as quais não demonstram ser tão harmônicas e nem expressivas da imaginada *democracia racial*, que nunca houve no país.

Em 26 de abril de 2022, o governo brasileiro renovou até final de dezembro de 2022 o status de acolhimento humanitário para haitianos que já se encontram no país, independentemente de sua condição migratória em que entrou. Eles poderão requerer, junto à Polícia Federal, a autorização de residência para a Acolhida Humanitária. O prazo para isso será de 2 anos.

Em 2022, havia em torno de 170 mil haitianos no país (OBMigra, 2022).¹ Os seus conflitos políticos, nas últimas duas décadas, foram intensos, com eleições fraudulentas, golpes de estado, assassinato de Presidente da República, destituição de governos, guerras civis decorrentes disso tudo, fatores estes que fizeram com que a ONU interviesse com mais intensidade, bem como viabilizasse junto a determinados países um visto humanitário para quem optasse pela emigração. O Brasil teve um papel central neste empreendimento diplomático e humanitário.

Como já mencionamos, foram milhões de haitianos que deixaram o país antes mesmo do grande terremoto de 2010 que atingiu, dentre outras regiões, a capital, Porto Príncipe. É a partir desse evento sísmico que a emigração se intensifica. Diz Seitenfus (2005, p. 12), referindo-se à situação precária de vida no Haiti, inclusive antes do grande terremoto que, “[...] não se trata de pobreza absoluta, nem da ação de organizações paralelas vinculadas ao tráfico de drogas e outros crimes, tampouco de crescente violência urbana ou de escassa presença do Estado. Trata-se da simples ausência de Estado. Da convivência desregrada entre seres humanos abandonados à sua própria sorte, sem nenhuma possibilidade de salvação individual, diante da perspectiva de guerra eterna de todos contra todos, fruto da histórica omissão das elites internas e transnacionais, que nada mais têm a retirar dessa depauperada terra”.

A justificativa pela opção de migrar para o Brasil nas narrativas que obtivemos são variadas, porém, algumas convergem, dentre elas estão “as boas condições do Brasil” no período, os eventos esportivos e os meios de comunicação de massa que divulgaram “boa imagem” do país, empresas brasileiras que se instalaram no Haiti para construir infraestrutura (estradas e pontes), a Missão Brasileira da ONU que, também, auxiliou para propagandear que “no país tinha trabalho”, inclusive alguns dos entrevistados disseram que antes de partir haviam trabalhado em empresas brasileiras no Haiti, em particular a OAS (setor de construções – estradas, pontes e de infraestrutura em geral); há também informações de recrutadores de mão de obra, redes constituídas no Haiti, as quais possuíam seus anéis em vários países, dentre eles, no Brasil

¹ DELFIM, R. B. “Brasil renova até final de dezembro portaria sobre acolhida humanitária para haitianos”. Niem-Migração – Notícia, 27/04/2022.

(Barbosa, 2015; Handerson, 2015; Baeninger, 2018), que prometiam trabalho, facilidades para a entrada, documentação facilitada etc., que “imagina, só as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas, quanta gente ia precisar? Então, trabalho iria ter, por isso que decidimos vir”.

Em quatro anos (2010-2014), quase três milhões de haitianos haviam deixado o país, metade destes vivendo nos Estados Unidos, mais de meio milhão no país vizinho da República Dominicana, contingentes também muito intensos em Cuba, Canadá e outros países da Europa, bem como da América do Sul, em particular, Chile e Argentina. Para o Brasil, o contingente também foi intenso. A população não viu outra alternativa que não fosse a saída do país. Entre 2010 a 2018, estima-se que mais de 100 mil haitianos emigraram para o Brasil. Em 2014, cerca de um terço da população haitiana vivia fora do país; em 2015, entre 4 a 5 milhões residiam fora, fato que revela uma ampla diáspora (Handerson, 2015), quase a metade da população que, no período, era estimada em um pouco mais de 10 milhões de habitantes. Em 2017, mais de 100 mil haitianos emigraram para o Chile; mais de um milhão vivia nos Estados Unidos, 140 mil no Canadá, 500 mil na República Dominicana, e muitas dezenas de milhares em outros países como a França.²

Além do processo migratório e sua correlação com o desenvolvimento econômico do país, não dá para esquecer da dimensão política correlata a essa realidade; não podemos esquecer as ingerências da França e dos Estados Unidos que, de longa data, expropriam as parcas riquezas já existentes no país, práticas essas que podem ser enquadradas como neocolônias. Segundo dados de 2021, em torno de 80% da população não ganhava mais do que dois dólares diários; mais de 80% do que se come em termos de alimentos agrícolas era importado. As longas práticas neocoloniais levaram a essa situação (Handerson, 2021; Baeninger, 2018). A descolonização deveria acontecer com a democracia. Sem essa, também não haveria a possibilidade da primeira e, é o que parece ainda vigente e de longa data no país.

A precarização da vida, da situação econômica e infraestrutural do país ficou mais evidente ainda e mais catastrófica com o terremoto. Segundo Seguy (2014, p. 25), “em 2013, admite-se que 357.785 haitianos continua(va) m em 496 acampamentos. Até este início de 2014, os desabrigados do ter-

² Fonte: <http://haiti-progres.com/news/2018/01/31/la-diaspora-haitienneun-actif-peu-ou-mal-utilise/>

remoto estão (estavam) ainda avaliados em mais de 200 000 pessoas”. Para o autor, o terremoto revelou aquilo que o Haiti não tem há muito tempo, o Estado, a falta de capacidade de produzir unidade nacional, de reconstruir o país.



Catástrofes naturais como a do Haiti, em janeiro de 2010, tendem a produzir grandes levas migratórias. Fonte: Julie Jacobson, AP, apud *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 20 de janeiro de 2010, p. 4.

O terremoto abalou e/ou alterou profundamente paisagens físicas, sociais e ambientais, bem como produziu abismos, tremores e temores, desesperos, poeira, sangue, dezenas de milhares de mortes, experiências que também se transnacionalizaram, deslocando afetos, memória, traumas (Macedo, 2020; Laferrière, 2011; Handerson, 2015; Barbosa, 2015). Esse processo todo, impulsionou movimentos, alterou trajetórias e projetos de vida, introduziu novas conexões, deslocou tempos, espaços e pessoas, reconstruiu significados e muitas eteceteras. Um entrevistado, falando sobre o dia do terremoto e mesmo nos posteriores, disse que “no dia do terremoto e por muitos dias depois, ninguém conseguia dormir. Todos estavam na rua, uns sem casa, outros não entravam de medo que desse mais um tremor, que entrasse alguém e te matasse por comida ou roubasse tudo o que tu tinhas. [...]”. A

terra tremeu, quase tudo no chão, casas, prédios, pessoas mortas e feridas, casas cheias de rachaduras, pessoas gritando e chorando; a terra não parava de tremer; ficou dias tremendo [...]. Ninguém de nós que viu e sentiu isso vai esquecer, ninguém consegue; quando a gente se encontra aqui, todos ainda falam; todos têm algum familiar, amigo, parente, conhecido que morreu com o terremoto” (Entrevista direta em Passo Fundo, em 2022).

Como vários autores analisaram, a República Dominicana foi, de longa data, um primeiro destino de haitianos. O Brasil nunca havia configurado no horizonte das possíveis rotas de chegada antes do primeiro e grande terremoto e das missões de paz (Baeninger, 2018). A Guiana Francesa havia figurado logo após o terremoto como possibilidade, porém, ela fechou as fronteiras e impôs restrições (Handerson, 2015; Dieme et al., 2020; Dieme, 2017). Muitos dos que estavam no referido país tiveram dificuldades para retornar e, acabaram entrando para o Brasil e dando início, e/ou ampliando a sequência de redes migratórias já existentes.

Segundo Handerson (2015), o terremoto aprofundou o agravamento de um processo já vivido pela população haitiana de emprego, saúde, habitação, renda, ou seja, um cenário já consolidado de carências estruturais e, portanto, a solução para um amplo contingente de jovens principalmente sempre foi a emigração, entendida, inclusive, como capital social, possibilidade de ascensão social. Segundo Seitenfus (2014), as instabilidades políticas pós-2004 agravaram a situação econômica do Haiti, bem como serviram para legitimar as intervenções de forças internacionais no país, provocando, inclusive guerra civil e grandes levadas de emigrantes, em geral, para República Dominicana, Cuba, Estados Unidos e Canadá.

É nesse cenário que a ONU busca intervir instituindo as Missões das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), uma intensa coalizão internacional que teve a coordenação das Forças Armadas brasileiras. Esta seria a sétima missão estrangeira implementada no país no período curto de apenas 11 anos (Seitenfus, 2014). Com a crise de vários países do capitalismo central (2007/2008), a emigração ficou ainda mais intensa. O Brasil teve um papel importante na produção do desejo e das possibilidades de emigração de haitianos para o país. A imagem de um país grande, de paz e crescimento econômico, de amizade com o Haiti, somada ao desejo do Brasil em

obter um assento no Conselho de Segurança da ONU, bem como às viagens dos presidentes Lula e Dilma ao país, produziu um contexto ainda maior de possibilidades para que a decisão das migrações ganhasse uma rota mais ao Sul do mundo.

Segundo Brizola (2021), a partir dos dados do Ministério da Defesa, a Missão da ONU que envolveu o Brasil, foi autorizada a incluir até 6.700 militares, 1.622 policiais, cerca de 550 funcionários civis, 150 voluntários da referida instituição e cerca de 1.000 funcionários civis locais. Ao longo de 13 anos, cerca de 37,5 mil militares das Forças Armadas Brasileiras (incluindo 213 mulheres) e 550 de nações parceiras, dentre elas, o Nepal e várias da América do Sul, a integraram. Em várias ocasiões, ela teve seus objetivos e prazos ampliados para se adequar à realidade que ia se concretizando no Haiti. Conforme Cotinguiba (2019), o abalo sísmico de 2010 deixou mais de 300 mil mortos e mais 1,5 milhão de desabrigados. Dentre as vítimas fatais estavam também brasileiros a serviço da ONU. Tal fato levou o Conselho da Organização das Nações Unidas a renovar o acordo da Missão de Paz, para que as tropas militares pudessem auxiliar na reconstrução do país. A partir dessa catástrofe, a Missão aumentou o número de soldados e passou a realizar buscas por sobreviventes, remoção de escombros e corpos, distribuição de alimentos, além de auxiliar na construção de obras de infraestrutura.

Em 2017, a referida Missão de Paz, liderada pelo Brasil, foi cancelada. A saída das forças de paz do Brasil revelou um país que não avançou muito em termos econômicos, com pandemia de cólera, com profundos e sangrentos conflitos sociais, infraestrutura precária, muitas acusações de estupro e abusos de poder por militares brasileiros, violação de direitos humanos, militares que tiveram filhos, fruto de estupro, dentre uma série de outras questões que estão sendo divulgadas pela mídia nacional e do Haiti e que nos envergonham por não serem apurados os fatos e julgados os responsáveis até então. Há, desde 2019, quando começaram a surgir as acusações e a publicização destes fatos, um grande silenciamento no campo político, midiático e jurídico no Brasil sobre essa passagem de representações brasileiras, em particular, de cunho militar, pelo país.



Tropas brasileiras, em Missão de Paz no Haiti, são acusadas de protagonizar episódios de violência e abuso sexual. REUTERS - Ana Luisa Vieira, do R7, em 24/10/2017. Fonte: <https://noticias.r7.com/internacional/abusos-e-violencia-tropas-chefiadas-pelo-brasil-no-haiti-sao-criticadas-24102017>

A chegada de imigrantes haitianos no Brasil, não obstante fatores de ordem institucional e de mediações políticas, foi fruto de situações difíceis, constrangedoras, perigosas, de grande desembolso, insegurança, exploração e extorsões financeiras de grande monta, essas, em geral, promovidas por coiotos, policiais, guardas de fronteiras, redes hoteleiras, dentre outras organizações clandestinas. Em geral, muitos deles partiam de Porto Príncipe para a República Dominicana por via terrestre. De lá, embarcaram para o Panamá e Equador por via aérea (ou também Peru, uma vez que até 2012, o país não exigia vistos para haitianos) e, de ônibus, seguiam para o Peru ou Bolívia, países fronteiriços ao Brasil. A última etapa da viagem se dava pelos rios ou pela floresta, até as cidades de Tabatinga, no estado do Amazonas, ou, então, Brasileira, Epitaciolândia e Assis Brasil, no estado do Acre, as quais fazem fronteira com as cidades de Cobija, na Bolívia e Iñanpari, no Peru (Brizola, 2021; Macedo, 2020; Handerson, 2015).

É necessário ressaltar que as trajetórias para chegar ao Brasil se alteravam, ou parte delas, em razão de denúncias, de problemas, de concorrências entre mediadores, de falta de demanda de imigrantes em razão das extorsões, perigos, constrangimentos, tempo de viabilização da empreitada etc. Tivemos oportunidade de entrevistar dois irmãos haitianos que residem em Passo Fundo e que emigraram com seis meses de diferença entre um e outro; ambos saíram do Panamá, porém, tanto no Equador, quanto no Peru e na Bolívia, também foram conduzidos por caminhos e rotas diversas com desembolsos financeiros diferenciados. Um deles partiu em janeiro de 2011, outro em julho do mesmo ano. A *lógica* do traslado até chegar ao Brasil de muitos dos haitianos e haitianas reproduziu-se da mesma forma como a que viabilizou a entrada de senegaleses.

As solicitações de refúgio ao chegar no Brasil eram encaminhadas ao Conselho Nacional de Refugiados (CONARE)³ e, deste para o Conselho Nacional de Imigração (CNIg)⁴, para que eles pudessem ser contemplados com o visto por razões humanitárias. Em geral, os entrevistados disseram que fizeram um trajeto que era mais acessível, porém, mais perigoso, ou seja, de avião Quito, no Equador, alguns conseguiram fazer um trajeto aéreo até Lima e, no Peru eram recebidos por intermediários, “coiotes” que os orientavam e/ou os conduziam em meios terrestres até a fronteira da Bolívia para poder entrar em Brasiléia no Acre.

As narrativas de deslocamentos de imigrantes haitianos são cheias de detalhes, de situações constrangedoras, porém, quando questionados se não tinham conhecimento disso tudo previamente, todos informaram que sim, porém, era o meio que existia e, sabiam que o desembolso financeiro seria grande. Na cidade de Brasiléia, a realidade também não era nada diferente. Não havia acomodação, havia, sim, perigo de assalto, extorsão financeira de agentes de imobiliárias que ofereciam espaços de locação, hotéis cheios de imigrantes e de situação precária e de pouca higiene, taxistas que cobravam muito, agenciadores de oferta de trabalhos que nem sempre se realizavam e

³ É o Comitê Nacional para os Refugiados, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil (Macedo, 2019).

⁴ É o Conselho Nacional de Imigração. Entidade composta por representantes de órgãos federais, dos segmentos de empregadores, trabalhadores e sociedade civil. Possui entre suas atribuições zelar pelos direitos dos imigrantes, conforme os decretos nº 9199/2017 e nº 9873/2019. (Brizola, 2021).

cobravam antecipado. Há muitos relatos que revelam o desencanto, o arrependimento de muitos imigrantes e o quanto o visto humanitário não diferenciou os imigrantes que lá estavam (relatamos algumas narrativas de imigrantes senegaleses que, em geral, passaram pelo mesmo trajeto, quando não juntos, com haitianos).



Imigrantes venezuelanos em ruas de Pacaraima – Roraima. Foto: Caíque Rodrigues/G1-RR.



Fonte: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/29/nao-temos-um-real-sequer-temos-fome-venezuelanos-que-tentam-vida-melhor-no-brasil-sofrem-para-encontrar-o-que-comer.ghtml>

Muitos dos entrevistados revelam que instituições religiosas foram fundamentais, porém, a quantidade de pessoas era tanta que nem elas conseguiam dar conta. Na cidade de Brasília, por exemplo, somente num dia, em janeiro de 2014, registrou-se a entrada de mais de 2 mil imigrantes (Brasil, 2014). Dá para ter uma ideia da realidade vivida nesse espaço e sem as condições de infraestrutura de acomodação e assistência. Posteriormente, de 2014 em diante, sem as condições de abrigo em Brasília, muitos imigrantes foram transferidos para a capital do estado, Rio Branco; de lá, partiam de ônibus para várias partes do Brasil, em particular, também para o Rio Grande do Sul, amparados e financiados pelo governo do Acre.

Em Rio Branco, as condições não eram tão melhores assim, temperaturas altíssimas, espaços diminutos, teto baixo coberto de zinco em pavilhões improvisados, lonas plásticas, não havia rede de esgoto adequada, uma torneira de água sendo dividida por centenas de pessoas (Machado, 2014; Handerson, 2015; Barbosa, 2015). O abrigo na capital não comportava mais de 200 pessoas, obrigando a que fosse encontrada uma forma de rodízio, ou seja, o envio deles para outros estados para permitir local para a chegada de novos contingentes. Houve outras rotas em que a mobilidade aérea era mais intensa e cobria boa parte de todo o traslado, porém, era a mais cara, obviamente de menor tempo, a qual, em geral, ligava o Panamá à São Paulo. Esses imigrantes eram os que já sabiam das dificuldades vividas por seus antecessores, muitos deles, familiares e conhecidos conterrâneos. As redes de conhecidos facilitaram um pouco mais a inserção desses que, em geral, estabeleceram-se em São Paulo e migraram algum tempo depois para outros estados, dentre eles, o Rio Grande do Sul.



Haitianos em salas improvisadas para imigrantes na cidade de Brasília (AC). Fotos: Luciano Pontes/Secom/Fotos públicas. Fonte: <https://amazoniareal.com.br/acre-vai-desativar-abrigo-para-haitianos-em-brasileia/>

Segundo Uebel e Ruckert (2016, p. 95), as “rotas de imigração dos haitianos são constituídas de redes de contatos e informações, distribuídas no que concluímos ser gerações de imigrantes em um curto período de tempo”. É importante frisar que quase todos os imigrantes que chegaram no Brasil neste período (senegaleses, bengalis, congoleses, dentre outros) atravessaram os mesmos caminhos, as mesmas rotas e com as mesmas situações perigosas e de exploração, bem como chegaram no Brasil pelos mesmos municípios do extremo norte do país, ou seja, percebe-se que autoridades políticas, diplomáticas, militares, dentre outras, de vários países onde essa realidade se apresentava, pouco ou nada fizeram para coibir e impedir esse processo.

Em 2017 e 2018, em razão do fechamento da fronteira americana pelo presidente Donald Trump, muitos foram deportados ao Haiti e, o Brasil voltou a figurar entre os destinos preferidos dos imigrantes haitianos. Alguns países mantiveram-se como destino recorrente, como, por exemplo, “países na América Central - República Dominicana, Cuba e Bahamas - assim como na América do Sul - Venezuela e Guiana Francesa - que receberam grandes

quantidades de imigrantes devido à oferta de postos de trabalho, proximidade geográfica, questões linguísticas, etc.” (Macêdo, 2019, p. 68). Imigrantes entrevistados enfatizam que na República Dominicana eram maltratados, mal vistos e que muitos deles já eram imigrantes neste país antes de vir ao Brasil. As causas disso, entrevistados não souberam informar, porém, um deles conjecturou dizendo que “talvez fosse pela grande quantidade de haitianos que foi para lá, que nem africanos na Europa”.

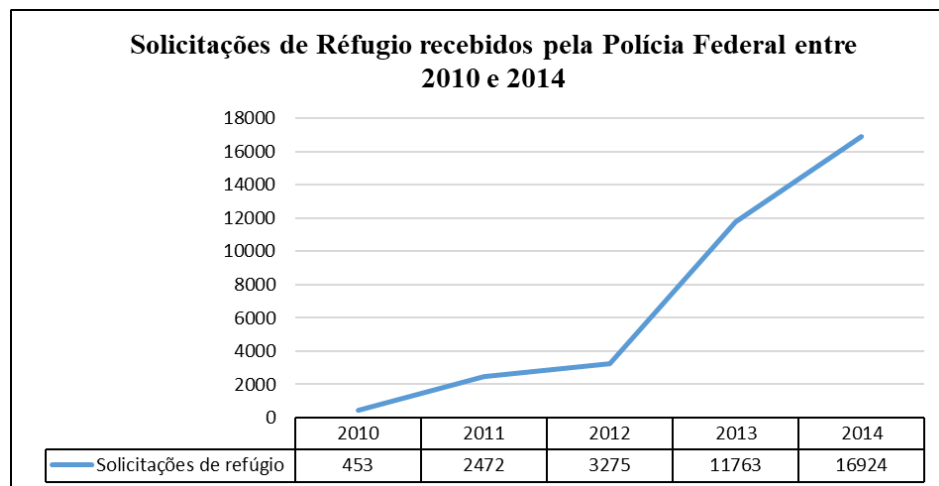
Segundo Ribeiro (2015), o motivo trabalho foi o que mais se evidenciou em sua pesquisa junto aos haitianos no Brasil, por isso, podemos caracterizar essa imigração também como laboral, não obstante possuir um visto diferenciado e uma diáspora, em boa parte, provocada por terremotos. Segundo o autor, é uma imigração com grande presença familiar em primeira opção, ou com agrupamento de esposa e filhos alguns meses posterior a saída de um membro (comumente, o pai). Como enfatizamos, não há dados precisos sobre vistos, nem a quantidade de imigrantes. O que se sabe é que, nos primeiros anos, entre 2010 e 2013, houve muitas reemigrações em razão de dificuldade de obtenção do visto humanitário por falta de enquadramentos, dificuldade de reagrupamento familiar, de obtenção de trabalhos, de promessas governamentais não cumpridas e/ou não facilitadas, desencontros de órgãos mediadores de governo que acabaram convertendo imigrantes haitianos em trabalhadores imigrantes no país, legislação dúbia para várias de suas deman-

PRINCIPAIS ROTAS DO FLUXO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS PARA O BRASIL



Trajatórias percorridas por grande parte dos imigrantes haitianos para chegar ao Brasil. Fonte: Conselho Nacional de Imigração (CONIG), apud, Instituto Migrações e Direitos Humanos (2012).

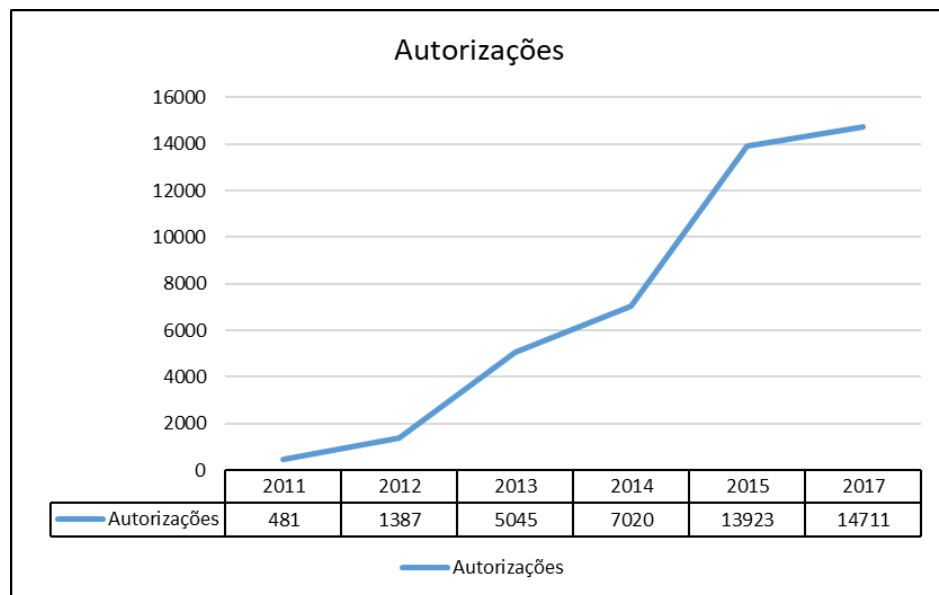
das, intensa demanda por vistos e regularizações e a lentidão de órgãos de governo, falta de adaptação, atração por outro país com melhores condições e redes de apoio etc.



Número de solicitações de refúgio recebidos pela Polícia Federal entre os anos de 2010 e 2014. Fonte: Elaboração a partir de dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 28), apud Brizola (2021).

O ano de 2015 foi o que mais houve solicitação de refúgio, foram mais de 35 mil. Em anos subsequentes, houve uma drástica redução, sendo que em 2020 foram somente 4.339 (OBMigra, 2020; Brizola, 2021). O período da Pandemia reduziu a entrada de haitianos apenas a algumas centenas. Não dá para esquecer que haitianos se inseriram no Brasil num período em que outras nacionalidades estavam marcando presença, dentre elas, de senegaleses, bolivianos, venezuelanos, colombianos e bengalis. Desse modo, houve muitos problemas em termos de burocracia, de resoluções mais imediatas, o país não estava preparado, não havia funcionários, a legislação brasileira sobre as demandas da imigração atual demonstrou ser retrógrada, limitada e extemporânea em vários de seus princípios e intenções, além de não contemplar especificidades como as relacionadas às demandas dos haitianos, além de que o país não vivia um momento econômico favorável como o foi na primeira década do século XXI (Macedo, 2020; Barbosa, 2015; Brizola, 2021; Baeninger, 2018). Havia tensões políticas, problemas econômicos decorrentes da crise mundial fruto da bolha imobiliária (2007-2008), tensões políticas etc.,

inclusive várias manifestações anti-imigração em geral, resistências sociais, dentre outros aspectos; fatos e situações essas que dificultaram a presença e a inserção mais tranquila e harmônica de haitianos que, em tese, estariam tutelados pela esfera pública brasileira com um visto especial.



Autorizações expedidas para imigrantes haitianos para o Brasil entre 2011 a 2017. Fonte: Elaborado com base em Macêdo (2019), apud Brizola (2021).

Segundo relatório da OBMigra (2018), entre 2010 e 2017, foram emitidas 236.811 carteiras de trabalho para migrantes provenientes dos seguintes países: Haiti (76183), Bolívia (16.142), Argentina (13.665), Paraguai (13.063), Venezuela (12.260), Peru (9.067), Portugal (8.972), Uruguai (8.105), Senegal (7.548), Colômbia (7.499) e outros (64.307)392. O estado de Santa Catarina liderou as contratações de haitianos com 20.173 (Macedo, 2019, p. 90). Em 2017, especificamente, foram concedidas autorizações de trabalho para 2.285 senegaleses, 1.244 para haitianos e 682 para ganeses (Cavalcanti et al, 2018, p. 47). Nesse cenário da busca e autorizações de empregos formais, até 2019, o Haiti liderava com mais de 30% do total (Macedo, 2019). A partir de então, os venezuelanos começam a tomar a dianteira. Em 2018, as carteiras emitidas a venezuelanos aumentaram 278,8% (Cavalcanti et al, 2018, p. 75-6).

A situação vivida pelos haitianos e outros amplos contingentes de imigrantes que no século XXI entraram no Brasil, motivou um amplo movimento de entidades ligadas ao campo jurídico-político, dos direitos humanos, da sociedade civil e da esfera religiosa, sensíveis a essa nova realidade vivida pelo país, para que fosse efetivada uma nova legislação brasileira sobre a imigração (Brizola, 2021). A referida foi efetiva em 2017, sob o nº 13.445, denominada de Lei da Migração, a qual rege a “garantia à universalidade de direitos, o combate e prevenção a qualquer tipo de discriminação, entrada no país e documentação regulares, inclusão social e laboral, acesso igualitário a serviços e programas sociais, promoção e difusão de direitos e proteção integral” (Brasil, 2017).

Processos relacionais, características e inserções

Os relatos das situações de translados para chegar ao Brasil, mas não só, como já mencionamos, são sempre expressos com muito ressentimento, alguns com desejo de não mencionar nada sobre o fato para não lembrar o sofrimento e a indignação. “Melhor não falar para poder esquecer”. Os que nos narraram, mencionaram sempre os “coiotes”, os que prometeram facilidades na trajetória migratória e, na realidade, criaram situações muito difíceis. Mesmo que estivessem com o manto do refúgio humanitário, como diz Barbosa (2015), entrando no Brasil, somaram-se aos que já viviam no “âmbito da vulnerabilidade”. Segundo os dados que dispomos, são imigrantes laborais, com idade entre 24 a 35 anos em sua maioria, muito mais do sexo masculino, vários declararam-se solteiros. Mulheres e filhos de muitos deles migraram posteriormente. Como diz Barbosa (2015), as redes familiares foram e continuam sendo acionadas para viabilizar os processos de mobilidade para o Brasil e outros países da América do Sul. Essas redes facilitam os processos financeiros, os pagamentos posteriores com as remessas, auxiliam no reagrupamento de famílias e parentes (a dimensão do parentesco é imensamente valorizada no Haiti, e, fora dele, deve-se manter segundo nos informou um entrevistado). Diz Schiller e Fouron (1997), que o estado-nação transnacional é legitimado através da ideologia de uma linha de descendência que liga

os indivíduos a um corpo comum haitiano. Isso se expressa nos momentos de acolhida, nos encontros religiosos, nos festejos, no amor-pátrio, dentre outros horizontes.

Sabemos que as dinâmicas migratórias não mudam apenas a residência, o local de presença de até então. Há ambientes físico-geográfico, horizontes relacionais, afetivos, simbólicos, experiências impregnadas no espaço, ou seja, territorialidades constituídas. Acrescentam-se as recriações de fronteiras físicas e simbólicas, saberes, sonhos, valores, novos movimentos, práticas afetivas e efetivas etc. (Macedo, 2019; Zanini; Barbosa; Cesário, 2017). Sayad (1998) já dizia que um imigrante é sempre um emigrante e, por isso, há muitas proximidades na distância física. As tecnologias de comunicação as tornam mais vizinhas, ritualizam e as atualizam neste ato.

Haitianos tiveram certa tutela pública no sentido de auxiliar sua distribuição geográfica pelo país em razão de acordos entre governadores, entre setor público e empresas, instituições mediadoras, em geral, religiosas. Houve, nesse sentido, principalmente entre 2010 a 2016, uma intensa busca pela interiorização de imigrantes haitianos pelo país, acordos de garantias de trabalho para um grupo significativo. Capitais como São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Manaus e Porto Alegre foram as mais demandadas, porém, nem tudo funcionou perfeitamente em todos os lugares. Em alguns deles houve certo embaraço político, constrangimentos a imigrantes, muitos destes tendo de permanecer em rodoviárias pela falta de planejamento e interesse de gestores públicos de municípios onde eles chegavam. Muitos deles saíam de acampamentos improvisados em Roraima e, o mesmo acontecia em locais previamente definidos para destino. Houve certa redistribuição de imigrantes para municípios do interior dos estados. Decisões políticas foram tomadas para além das previstas e acordadas, empresas indo buscar imigrantes em cidades de fronteira entre a Bolívia e o Acre, como foi o caso de empresas de Encantado, Estação, Caxias do Sul, Lajeado, Passo Fundo, dentre outras do estado do Rio Grande do Sul. Essa foi uma prática que acabou produzindo redes de migração de haitianos para o estado, dentre vários outros expedientes.



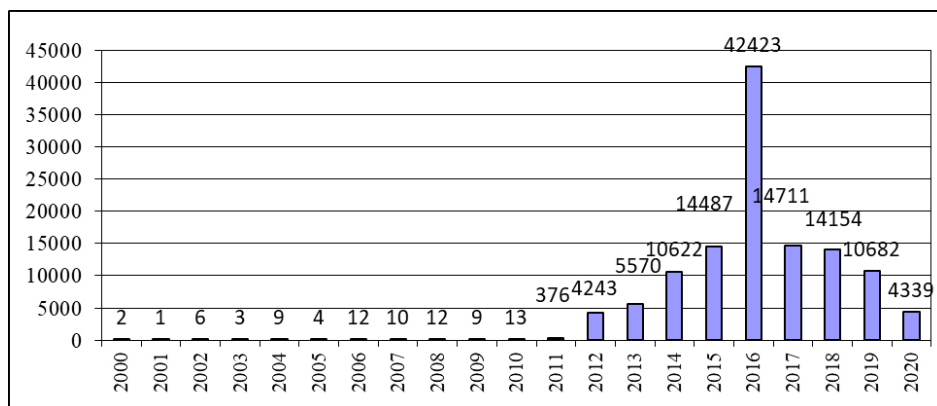
Haitianos chegando em Porto Alegre, provenientes de Rio Branco – AC. Matéria de Eduardo Matos e Karine Valle. Foto: Lauro Alves – Agência RBS., Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/07/apos-autorizacao-judicial-grupo-de-183-haitianos-chega-em-voe-fretado-a-porto-alegre-ckrkt5its001y0193zrmuezqi.html>

Em 2014 e 2015, jornais do Sul do Brasil estamparam notícias sobre dezenas de ônibus cheios de imigrantes (em geral com haitianos) que chegavam na estação rodoviária de Porto Alegre. Os imigrantes causaram polêmicas em razão de que não sabiam para onde ir. Havia informações desencontradas entre autoridades políticas e jurídicas do Acre e do Rio Grande do Sul sobre o destino deles. Comentários em jornais que revisamos afirmavam que havia se tornado mais barato para o governo acreano pagar ônibus e fazê-los sair do Acre do que esperar que eles [imigrantes] decidissem a migrar por eles próprios. Esse processo revelou descontrole, falta de preparo e orientação da esfera pública em torno da realidade migratória no país.

O próprio governo federal não imaginou que houvesse tanta demanda por vistos, não estava aparelhado e, talvez, interessado na ampliação da questão dos vistos em razão da intensa demanda também por outras nacionalidades, dentre elas, senegaleses, bengalis, ganeses, sírios, dentre outros. Nos acordos do visto humanitário, havia um número máximo de pedidos diários. Esse contingente revelou-se muito maior, bem como nem todos os imigran-

tes possuíam o passaporte em dia, comprovação de residência, atestado de bons antecedentes, além de ter de pagar uma taxa de R\$ 200,00. Muitos não tiveram condições de adequação a essas exigências, sendo que, da noite para o dia, com a promessa de serem amparados pelo estado, viram-se como irregulares (Tonhati; Cavalcanti; Oliveira, 2019; Handerson, 2015; Baeninger, 2018). Em boa parte, o mercado de trabalho expoente na região Sul do país, principalmente em agroindústrias de carnes, somado às inúmeras instituições de auxílio humanitário e assistencial, conseguiram amenizar a situação difícil e de desencanto de imigrantes haitianos que haviam decidido se mobilizar para o Brasil (Brizola, 2021).

De acordo com Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020), de 13,6% do total de imigrantes com vínculo formal de trabalho em 2013, os haitianos passaram a 25,1% em 2016 e 35,8% em 2019. Nenhuma outra nacionalidade apontada teve um crescimento tão exponencial no período considerado. Dados de 2018 informam que entre 2010 e 2017 foram emitidas 236.811 carteiras de trabalho para migrantes provenientes dos seguintes países, em ordem decrescente: Haiti (76.183), Bolívia (16.142), Argentina (13.665), Paraguai (13.063), Venezuela (12.260), Peru (9.067), Portugal (8.972), Uruguai (8.105), Senegal (7.548), Colômbia (7.499) e outros (64.307) e que em 2017, 75% das contratações foram do sexo masculino e 25% do sexo feminino (Cavalcanti et al, 2018, p. 76; Macedo, 2019).



Autorizações de permanência concedidas a imigrantes haitianos por ano de registro, entre 2000 e 2020. Fonte: Reeditado a partir de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 34), com complementação de dados a partir de Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2019-2020), apud Brizola (2021).

A realidade vivida pelos imigrantes haitianos, como já mencionamos, foi fundamental para efetivação de uma nova legislação, ainda que esta tenha resultado em muitos vetos pela esfera governamental, alterações, constantes mudanças, críticas de entidades que auxiliaram na elaboração original dela, pois além disso tudo, houve um desvirtuamento de princípios de cidadania social e política aos imigrantes, dentre outros processos que, até então, continuam sendo objetos de polêmicas e de tentativas de alteração (Handerson, 2015; Barbosa, 2015).

No período entre 2010-2014, os municípios da região Sul que empregaram maior número de imigrantes haitianos foram Curitiba, Chapecó, Itajaí, Balneário Camboriú, Caxias do Sul, Maringá, Pato Branco, Porto Alegre, Garibaldi e Encantado. Os três estados do Sul do Brasil, neste período, comportaram 55% dos imigrantes haitianos com registro formal de trabalho (Uebel; Ruckert, 2017). No entanto, de uma forma geral, em termos de imigração, a cidade de São Paulo é a que concentra mais imigrantes e, dentre elas, a haitiana.

Nossa pesquisa de campo com haitianos, sinteticamente relatada na introdução geral de nosso trabalho, revelou processos, situações, inserções, problemas, tentativas de solução que se assemelham a todos os outros grupos de imigrantes. O que mais os diferencia é a questão religiosa, ou seja, sua intensa inserção nos quadros das igrejas Evangélicas e Protestantes, raros na Igreja Católica (sendo, em boa parte, católicos no Haiti), bem como o fato de serem imigrantes que possuíam o maior agrupamento familiar que, primeiramente, emigraram, em boa parte, indivíduos e, num período curto, em razão do visto concedido, buscaram membro(s) da família. Um outro aspecto é o baixo nível de escolarização, pelo menos em nosso espaço de pesquisa. Acreditamos, seja o grupo que revela com mais intensidade a situação de empobrecimento do país, a falta de possibilidade de encontrar emprego mesmo para profissionais com qualificação.

Dependendo da nacionalidade, imigrantes ganham conotações diferenciadas, por isso há imigrantes e imigrantes. Senegaleses, por exemplo, são representados e/ou associados às atividades de ‘comércio ilegal’, de vendedores ambulantes, de mercadorias de procedência duvidosa, sempre “à margem da lei” no mercado das trocas, desse modo, passíveis de contravenção,

de membros de redes internacionais de comércio ilegal, processo esse que se estende na estigmatização social e presente nos convívios, contatos e interações cotidianas (local de trabalho formal, ônibus, ruas, supermercados etc.). Os haitianos, independente do âmbito da comiserção de autóctones em razão dos desastres naturais, há muita ligação com doenças, com pobreza, com a religião vodu etc. Isso se revela no espaço de trabalho que, segundo entrevistados, são colocados “nos piores serviços”, mais insalubres, braçais e de baixa remuneração, “porque acham que somos os que necessitamos desesperadamente de dinheiro, daí nos exploram mais do que os outros, já vi isso claramente”. Senegal e Haiti partilham o “fato de que surgiram como nações e ingressaram na modernidade marcados pela conquista, escravidão, dependência colonial e exploração social e econômica. [...], as migrações poderiam se constituir como poéticas e políticas de transformação social na medida em que as pessoas, ao se deslocarem, deslocam consigo mundos e estes mundos entram em relação com outros mundos, provocando desestabilizações nos contextos sociais, temporais e espaciais (Macedo, 2019, p. 37). Em termos de locais de trabalho, idade, sociabilidades, relacionais com a sociedade de destino, dentre outros processos, assemelham-se muito. Os imigrantes, através do ato de se deslocar, de migrar, de se fazer presente em outros espaços, revelam resistência, contraposição a uma realidade produzida de empobrecimento, a um mundo que os quer no seu lugar de origem.

Uma das características do trabalhador haitiano é a inserção no campo formal de trabalho, muito próximo também nesta questão aos bengalis. Talvez isso se deva aos contatos que, numa primeira fase e primeira leva de imigrantes, empresas do Sul do Brasil, foram buscar imigrantes para atuar em frigoríficos, na construção civil, na infraestrutura de rodovias e grandes obras para os eventos mundiais que houve no período, bem como alguns municípios litorâneos os contratou para atividades no setor de limpeza pública, em particular, nas orlas de praias. Houve uma grande sensibilização social e mediação política e assistencial para inserir haitianos nos espaços de trabalho formal.

As dinâmicas de mobilidade interna (interiorização de imigrantes), viabilizadas por governadores de estado, em particular, do Acre e Amazonas, vincularam empresas que demandavam e se comprometeram em contratar

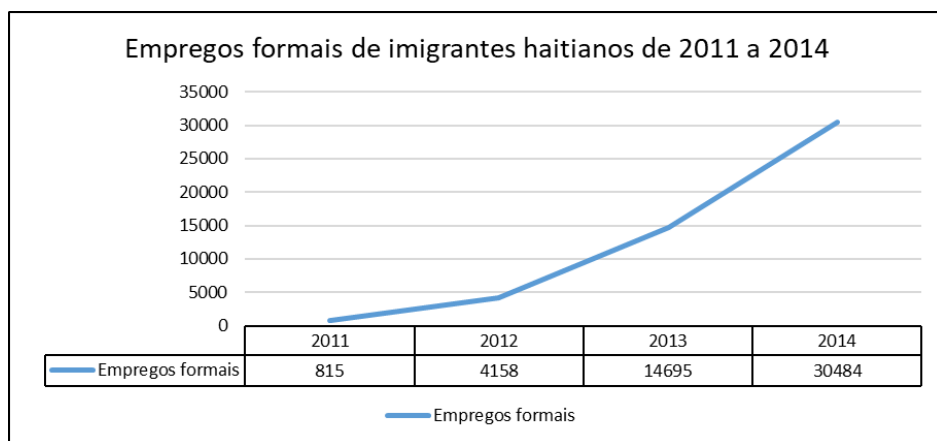
haitianos nos seus quadros laborais. Porém, segundo pesquisa, essa *hospitalidade* não se reverteu em remuneração digna aos trabalhadores haitianos. Eles apresentaram ser a mão de obra mais barata dentre as 43 nacionalidades imigrantes no Brasil analisadas em 2019, com um rendimento médio aproximado de R\$ 1.650,00/mês, seguidos dos congolese, senegaleses e ganeses, com R\$ 1.800,00, R\$ 1.940,00 e R\$ 1.950,00 reais/mês, respectivamente (Cavalcanti; Oliveira; Mâcedo, 2020). Esse processo, talvez, tenha explicação na situação vivida por eles no seu país de origem, na impossibilidade de encontrar emprego. Frente a essa realidade, muitos deles acabaram aceitando formas precarizadas e mal pagas de trabalho, acrescidas das questões de ordem racial e linguísticas.



Trabalhadores haitianos demonstrando sua condição regularizada para o trabalho no Brasil Foto: Ana Aranha e Luciano Onça – *Opera Mundi* - 01/02/2016. Fonte: <http://cdhic.cut.org.br/noticias/alguns-brasileiros-tratam-os-haitianos-como-escravos-denuncia-associacao-de-imig-054e/>

Em nossas entrevistas tornou-se muito comum a narrativa de haitianos de que “os piores locais de trabalho nos frigoríficos e na construção civil são os nossos”, além de que alguns nos disseram que compararam ganhos com brasileiros e com imigrantes de outras nacionalidades e disseram que havia casos em que haitianos ganhavam menos, porém, que não reclamavam por-

que tinham “medo de perder o emprego”. Segundo Cavalcanti et al. (2019), a presença maior de haitianos no espaço de trabalho, entre 2010-2017, deu-se na construção civil com mais de 50%, seguida logo após do setor frigorífico de aves e suínos com 41%. São os dois setores de maior expressão em nossa pesquisa. Para as mulheres haitianas, o espaço das agroindústrias de carnes é bem expressivo, porém, elas adentram para atividades domésticas (limpeza) em empresas, restaurantes e famílias, bem como no comércio (muitas delas montaram lojinhas de roupas). Segundo dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019), entre 2014 e 2019, houve um aumento de 166% no número de empregos gerados para mulheres haitianas no interior de frigoríficos em nível de Brasil, tendo o Centro-sul do país com maior expressão. Nas atividades de limpeza, no mesmo período (2014-2019), no interior do setor empresarial, o aumento foi de 565% no número de haitianas empregadas. O nosso espaço de pesquisa reflete essa dinâmica do período e das questões de gênero no trabalho do grupo em questão.



Imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho no Brasil, no período de 2011 a 2014. Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados em Cavalcanti et al. (2019), apud (Brizola, 2021).

Em razão da crise econômica e política do país entre os anos de 2015-2017, dados revelam que houve uma redução da imigração e no número de empregos dos haitianos. Uma melhora só veio a acontecer a partir de 2018. Neste ano houve um grande incremento de mulheres nos quadros da imigração haitiana, a qual já vinha se demonstrando num crescente desde 2013, bem como houve uma maior distribuição de imigrantes em várias partes do

país. Mulheres também intensificaram sua presença no mercado formal de trabalho, porém, com menor número do que os homens, muitas delas agrupadas em termos de família e com a atribuição do cuidado dos filhos (Ribeiro; Fernandes; Mota-Santos, 2019; Brizola, 2021; Uebel; Ruckert, 2017). Autores revisados dizem que as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho são um reflexo do patriarcado e do papel de subordinação atribuído a elas na sociedade, refletindo a sua dependência em relação aos homens ou demonstrando a sua migração posterior.

Ainda que dados revelem um aumento da presença feminina no espaço formal de trabalho, a falta de equidade entre elas e os homens é ainda muito grande. Segundo analistas, isso revela também as representações de gênero e suas ligações com o trabalho no interior da família no país. Em 2003, “a população economicamente ativa do país para homens acima de quinze anos era de 65,5% e para mulheres é de 46,4%. Já a população inativa era de 42,1% para homens e 59,3% para as mulheres (*Institut Haitien de Statistique et d’Informatique*, 2003, apud Uebel; Ruckert, 2017).

Segundo Uebel e Ruckert (2017, p. 100), o perfil apresentado do “imigrante haitiano no estado do Rio Grande do Sul pode ser compreendido como: homem, adulto (entre 19 e 50 anos), alfabetizado, com, no mínimo, nível primário de ensino e com os possíveis vieses: casado (cerca de 40%) ou solteiro (aproximadamente 60%), com dependentes hipossuficientes diretos de primeiro ou segundo grau e uma formação profissional, além de hábeis – não necessariamente proficientes – em três ou quatro línguas: *créole haïtien*, francês, espanhol e português, além de contarem com uma renda média mensal de um salário mínimo duas vezes maior que o salário mínimo haitiano”.

Como já mencionamos anteriormente, em entrevistas diretas com imigrantes, era comum ouvir que eles eram os mais discriminados no espaço de trabalho, “todos viam nós como coitadinhos”; diziam eles que “nós éramos os que menos sabiam falar o português”. Segundo Miranda (2017, p 37), “eram vistos como candidatos perfeitos para assumir postos de trabalho já relegados pelos ‘nacionais’: trabalhos pesados, com baixos salários e quase nulas perspectivas de crescimento”. Para Araújo et al. (2019), as imagens negativas sobre a população haitiana eram reforçadas pela imprensa: “um país

pobre que produz uma população pobre”. Essa imagem pejorativa e negativa do Haiti e de seus descendentes perdura até a atualidade (Brizola, 2021; Calza, 2022).

Atividade laboral por segmento (2011-2014)	PR	SC	RS	Total
Agroindústria - abate de aves	2910	1013	971	4894
Construção civil	998	1031	836	2865
Restaurantes e similares	535	917	347	1799
Comércio em geral	242	493	186	921
Indústria alimentícia - produtos de carne	160	382	126	668
Indústria moveleira	196	227	83	506
Agroindústria - frigorífico de suínos	231	179	122	532
Limpeza em prédios e domicílios	205	165	176	546

Atividades econômicas dos imigrantes haitianos na região Sul do Brasil, de 2011 a 2014. Fonte: Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 57).

Muitos dos entrevistados nos disseram que gostariam “de estudar aqui e depois ver um emprego bom aqui, ou ir para os Estados Unidos ou Canadá. [...] Aqui a moeda na troca com a nossa não vale muito. Melhor é o dólar, por isso, quando der, eu também vou. Tem muitos que foram para o Chile, mas eu prefiro tentar os Estados Unidos”. Sayad (1998, p. 45) fala do estado de provisoriedade do imigrante, ou de uma situação de provisoriedade que é alimentada infinitamente por ele.

Segundo entrevistados, o poder de atração do Brasil não é grande, pois, como já falamos, para muitos deles, houve um desencanto em razão da falta de empregos, da sociedade que não os integra e os reprime, os estigmatiza por serem do Haiti, “país pobre”, além de que essa provisoriedade é presente no âmbito institucional pelo próprio visto humanitário que é temporário. Dizem em entrevistas que gostariam de ir para um país “onde se ganha mais e se tem mais estabilidade”. Nesse sentido, a noção de provisoriedade ou de temporário é lugar comum. Como nos disse um senegalês entrevistado em Passo Fundo, “os de mais tempo já, muitos foram embora para outro lugar, mas tem os que vêm, os que estão mais recentes aqui que vieram de outro lugar ou do Senegal”.

Saídas, mobilidades, a denominada “placa giratória” (Baganha, 2002), de “território-ponte” e/ou “zona-intermédio”, revelam espaços que servem para ligar-se com outros, configuram desejo prévio de permanecer para adquirir determinado capital (financeiro, domínio de alguma língua, qualificação profissional, experiência de imigrante etc.) e, potencializar outros destinos. Essa é uma realidade comum, talvez, seja uma das grandes características da imigração internacional contemporânea, ou seja, seu dinamismo mais intenso, assim como o é o transnacionalismo. A noção de temporário também se associa à de ciclo migratório, ou seja, uma dinâmica que não se encerra no ato de retornar ao local de origem, que, não necessariamente expressa o fim do ciclo.

Preservação de valores, idealizações e contraposições

Haitianos/as entrevistados/as revelam que perderam tudo com o terremoto, coisas materiais e outras dimensões. Alguns enfatizam também que não possuem, no momento, desejo de retornar e viver em seu país; narram que querem trabalhar, ganhar dinheiro para ter tudo o que tinham antes; expressam que vivem em meio a relações de sociabilidade pouco harmônicas, em geral, com grande expressão de racismo misturado a comiseração por parte de autóctones, exploração no trabalho, “racismo aqui no Brasil na mesma forma que na República Dominicana” onde muitos deles partiram e viveram antes de optar pelo Brasil. Um imigrante disse que na República Dominicana, o preconceito é “por ser haitiano, no Brasil é por ser negro e de país mais pobre do mundo como costumam mostrar na televisão”.

Estivemos na Itália, por alguns meses em 2022, e estivemos num bar na cidade de Verona que era de propriedade de dois irmãos, imigrantes da República Dominicana. Ao falarmos sobre a imigração haitiana para o Brasil, um deles foi contundente em dizer que havia “uma invasão de haitianos lá no meu país, ninguém aguenta mais os haitianos. Meu país ficou cheio de imigrantes”. Achamos interessante relatar essa breve, mas significativa, passagem de uma conversa de bar, pois o imigrante da República Dominicana na Itália revela os mesmos preconceitos e representações que muitos da Europa

têm acerca de imigrantes, mesmo sendo um imigrante da América Latina na Europa. Percebemos que ele reproduz, fora de seu país, no caso, na Itália, as reações e concepções que conterrâneos seus têm sobre os haitianos.

Imigrantes acabam incorporando a representação negativizada produzida em torno do país (atrasado, empobrecido, de políticos corruptos e tiranos, vitimados por terremotos etc.) sem questionar os processos que produziram(zem) isso, a luta social, a emigração como enfrentamento a essa realidade de limites etc., sem esquecer também que a imigração haitiana deu-se num contexto histórico em que a mídia tradicional criticava imensamente a quantidade de imigrantes que estava entrando no país, principalmente, africanos e asiáticos, então, a haitiana é que acabou incorporando a simbologia da negativização mesclada com o amparo do estado em razão das condições vividas pelo país no momento (Macedo, 2019).

Pelas nossas pesquisas, percebemos que não é incomum jornais de circulação nacional estamparem manchetes com a notícia da “invasão haitiana”, ou, então, notícias sobre cidades fronteiriças que recebem imigrantes dando ênfase a fatores negativos e identificando-os imediatamente a migrantes negros. Porém, as experiências em empresas que foram buscar imigrantes em Brasiléia no Acre ou em outras cidades, revelou ser profícua, contribuindo para alterar um pouco o estigma do imigrante haitiano. O que também possa ter favorecido para essa alteração foi a mediação de igrejas, a inserção de imigrantes haitianos em seu interior, ou, então, constituindo igrejas e revelando para a comunidade maior seu horizonte religioso, seus rituais e crenças.

As entidades assistenciais foram também fundamentais neste sentido com suas ações de auxílio à moradia, vagas em creches para os filhos pequenos, liberando as mães para atividades laborais, vestimentas e condições dignas de habitação etc. Uma imigrante haitiana entrevistada disse que sua vida foi sempre marcada “por dificuldades e sacrifícios” e que isso é experiência vivida por muitos haitianos. Para ela, isso serve de força, de superação, de enfrentamento das dificuldades. Ela retrata o trabalho presente como de grande esforço em frigorífico (setor de corte e desossa), mas, enfatiza, a todo o momento, as dificuldades vividas para chegar ao Brasil, com seu marido e um filho de 12 anos, em 2014, como “muito difícil mesmo, não gostaria nem de falar para não relembrar e chorar de raiva por tudo o que passamos, fazer

meu filho de 12 anos passar por aqui”. A travessia da Bolívia para o Brasil foi, segundo ela, “terrível”, pois, não tinham mais dinheiro, depois de 22 dias desde que saíram de Porto Príncipe, e havia necessidade de pagar hotel, taxi e, possivelmente, extorsão de algum agente de polícia na fronteira. Conta ela que tiveram de deixar pertences como relógios, o computador e o celular do filho; tiveram ameaças de estupro na frente do filho e do marido se porventura não pagassem o que solicitavam. Ela relata que ameaçavam “de me apartar do marido e do filho e me levar para outro quarto de hotel para me abusar, até que meu marido conseguiu mais algum dinheiro com outro do Haiti. Ele tece de pedir ajuda para senegalês também. Lembro que cada um tentava ajudar o outro, mas era muito difícil, muito sofrido e, não tinha como não fazer, porque voltar não dava, não tinha como, só se fosse a pé [...]. A gente sabia que não iria ser fácil, mas não com tanta maldade. [...]. Eu e meu marido era só tristeza, a gente nem se olhava mais, um culpando o outro pelo estado em que a gente estava”.

Sabemos por relatos de outros imigrantes, não só de haitianos, que essa realidade das travessias terrestres foram e, para alguns, ainda o são, de grande constrangimento, desumanidade, angústia, ansiedade e vulnerabilidade. Aliás, essas são situações e sentimentos que acompanham a vida de imigrantes expressos nos longos e difíceis caminhos para a chegada, a legalização e o custo alto da viagem (Minvielle, 2013; 2020). Somados a isso estão a burocracia e exigências de documentos não presentes, o fato de ter deixado a família, a distância dela e de seu local de origem, a língua do país de destino, não conhecimento da legislação, a perda e/ou redefinição de seus referenciais de identidade, a saudade, o estranhamento (cultural, sociabilidade, alimentação, língua etc.), a solidão, o medo (de não encontrar trabalho, de adoecer e não ser atendido, de não ter familiar junto para socorrer, de ser uma experiência frustrante etc.), dentre muitas outras manifestações comuns da vida humana de qualquer um, mas, em particular, mais exacerbada por ser imigrante, estrangeiro e negro (Baganha, 2002; Handerson, 2015).

Desse modo, percebemos que neste mundo tão propalado como globalizado, sem fronteiras, de liberdades e mais tantas coisas ditas como modernas, para algumas pessoas, de algumas nacionalidades e de cor de pele, isso não é tão evidente assim. Há muitas diferenciações. Países estão abertos para

alguns, para outros não. Alguns precisam correr altos riscos de vida, outros passar por situações vexatórias, constrangedoras, na esfera moral e financeira, sendo explorados e com a consciência da impotência, de serem sujeitos sem direitos, meros objetos de interesses, poder e exploração de outros.

As identidades e identificações que são produzidas no interior das sociedades hospedeiras se constroem ou reconstroem pelos autóctones e estrangeiros também a partir desses referenciais simbólicos. Ramos (2003) coloca que a ideologia do possessismo individualista é exaltada pela mídia sempre como sinônimo de sucesso, de bem-estar, de felicidade, acessível a todos e que depende só da vontade individual. Na sociedade moderna, qualidade de vida é vista como a possibilidade de acesso ao mercado de consumo e, principalmente, às tecnologias de última geração.

Seguem outros entrevistados enfatizando que “todos querem sair do Haiti. Poucos aqui ainda gostam do país; os políticos e o imperialismo americano destruíram o Haiti; todos querem procurar outro lugar, [...], eles, eu também. Todos temos medo de voltar para lá. Tu falas com um, ele te diz isso, com outro também”; “cada um quer tirar os seus familiares de lá”; “quem está fora e volta para visitar família é assaltado porque acham que tem dinheiro, não podem sair de casa, te roubam e te matam”; retornam um mês para visitar família e amigos e voltar”; “nós negros somos pouco valorizados aqui” (Fragmentos de falas de imigrantes haitianos). Na realidade, “mantêm-se muitas fronteiras físicas e simbólicas a pessoas não brancas” (Macedo, 2019, p. 140).

Haitianos estão em *movimento*, uns chegam, alguns que já estão/são imigrantes mudam de cidade; outros retornam. Essa é a dinâmica da mobilidade, uma potência real de movimento, de busca por espaços melhores, ou que se imagina que sejam. As partidas são constantes, os destinos são variáveis, as esperanças sempre renovadas, essas suprem os desencantos. Mochilas vão mais cheias ou mais vazias, mas, não estacionam muito num lugar só, não seguem rotas definidas e, sim, possíveis e circunstanciais. Há alterações, provisoriades, improvisações, interações conexões que surgem, mediações, informações, redes constituídas, relações em espaços variados. Os múltiplos movimentos dos imigrantes os tornam cada vez mais transmigrantes (Macedo, 2020; Handerson, 2015; Barbosa, 2015; Sanka, 2014). Emprego, relações harmônicas no trabalho, ganhos, sociabilidades conflituosas, ressignificação

da vida, idealizações, sonhos, oportunidades de qualificação, estudos, clima, vínculos religiosos etc., vão moldando os trajetos, as suas mobilidades. Schiller e Fouron (2000) chamam isso tudo de “campos sociais transnacionais”. Os espaços são constantemente reconstruídos, movidos por múltiplos motivos e escalas de determinação (Sanka, 2014; Macedo, 2019).

Haitianos, assim como os senegaleses, circulam muito. A impermanência é uma de suas lógicas de vida. Há movimentos sequentes, gosto por viajar, não parar em lugar nenhum, *conhecer o mundo* (Macedo, 2019), *rodar*, estar aberto às improvisações, aos riscos, incertezas (venda ambulante por exemplo, enfrentar diariamente a polícia); há uma valorização do deslocamento geográfico entre países como uma aprendizagem, incorporação de capital social e cultural, como forma de compreender, na prática, a pluralidade dos mundos (imaginados ou reais), construindo novas *comunidades* e espaços de pertencimento. Circular *com* e *entre* pessoas, credos religiosos, línguas e sua aprendizagem. Esse processo permite incorporar saberes, práticas, afetos, culturas, tecnologias, bem como enviar remessas. Essas são dinâmicas que constituem o *éthos* de alguns grupos migrantes, em particular, haitianos e senegaleses. O sonho é alimentado pela dimensão metafórica da *viagem* e produzido pela esfera midiática e relacional dos que já foram, por fenômenos da sociedade global e por novas concepções em torno das fronteiras físicas, culturais e linguísticas (Macedo, 2019). A noção e a experiência da *viagem*, em suas metáforas, é sempre uma ultrapassagem de fronteiras, uma descoberta do *outro* para, quem sabe, melhor nos descobrirmos, uma *aventura* (como diria Simmel). É uma tentativa de auto ultrapassagem para o desconhecido, para tornar-se desconhecido e conhecer-se melhor, criando, redefinindo e dissolvendo fronteiras, desvendando e recriando alteridades.

Há também conflitos internos de identidades e valores de um antes, de um agora e do que será amanhã. Permanecer aguardando documentos, que demoram ou nunca chegam, é uma realidade de instabilidade e de grande ansiedade para os imigrantes. Estar sem documentos faz deles sujeitos proibitivos, proibidos e privados, limitados no espaço físico, no horizonte do trabalho, criminalizados e discriminados no convívio social. A instabilidade, a provisoriade e o medo habitam seu cotidiano (Dufourmantelle, 2003). Como diz Levinas (1980), é necessário reconstituir uma dimensão ética da hospitalidade, uma consciência de um destino comum e o sentido de res-

ponsabilidade que motiva a ação solidária ainda que isso represente sempre um risco, exposição, vulnerabilidade. Mas, isso não significa passividade ou indiferença.

Acolher o outro como hóspede significa que aceitamos recebê-lo em nosso território, em nossa casa, colocando à sua disposição o melhor do que temos e possuímos. Contudo, nossa casa continua a ser isso mesmo, a *nos-sa casa* (Bauman, 2017). Do mesmo modo, o *outro* mantém a liberdade de forasteiro, continuando a seduzir-nos com sua exterioridade e seu segredo (como bem analisado por Simmel).⁵ Entendemos que as formas variadas de contato permitem ligar os espaços e dar novas possibilidades ao tempo e aos espaços, tanto de origem, quanto de destino; integram as distâncias e permitem expressar sentimentos e emoções pela voz, diminuindo o sentido de deslocamento (Muzzana, 2018).⁶

Pelas entrevistas, haitianos revelam que, em meio às dificuldades, aos poucos vão se adaptando e desenvolvendo o desejo de permanecer no país, trazer membros da família, enviar dinheiro para quem eles têm obrigações financeiras (empréstimos para a viagem) e morais (familiares), assim como de auxílio ao desenvolvimento local (creche para deixar filhos e as mães poderem ganhar algum dinheiro, como uma entrevistada disse estar contribuindo). Um entrevistado disse que naquele momento enviava dinheiro para que o bairro onde morava sua família pudesse ter água encanada. Eles demonstram idealizar estudar, continuar estudos feitos no Haiti, encontrar espaços para reprodução de seus gostos, expressões culturais, músicas, língua, comida⁷, notícias do país, as canções e ritmos caribenhos, crenças e rituais religiosos.

⁵ Escrevemos um capítulo sobre a concepção de estrangeiro em George Simmel. Ver, TEDESCO, J. C. *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.

⁶ MUZZANA, M. Gente che parte, gente che cambia. Caratteristiche e dinamiche del fenomeno migratorio. *REMHU...*, 133-149, p. 138.

⁷ Uma haitiana entrevistada enfatizou que a comida brasileira é muito parecida com a que comumente é apreciada no Haiti, porém, tendo a forma de fazer e os temperos, em parte, diferenciados. A entrevistada disse que comem diariamente arroz e feijão, carne de frango e de gado, mas, também, em momentos festivos, a de ovelha e/ou cabrito., muitas sopas, principalmente a de legumes, mandioca, batata doce, dentre outras. Mas, ela ressaltou sobre a sopa de abóbora que, em geral, é saboreada no dia 1º de janeiro. É um ritual que simboliza a luta e a vitória do povo haitiano contra os colonizadores franceses; é uma culinária histórica, etnicizada, de memória coletiva, que dialoga com o tempo (saberes, gostos, fatos sociais e históricos, dimensão étnica e de pertencimento de grupo nacional). É um demarcador social e de identidade nacional. Aliás, a comida, no espaço migratório de destino, torna-se uma ponte para a terra de origem, uma nostalgia, o desejo de sentir e manter o paladar, pois expressa memória dos pais, a figura materna e o afeto em família (Schwarcz, 1988; Barbosa, 2015; Handerson, 2015).

O desejo de estudar é manifestado por muitos dos mais jovens entrevistados, de ambos os sexos. Vimos que alguns começaram e/ou concluíram estudos nas áreas de arquitetura, administração, engenharia mecânica, cursos técnicos em eletricidade, informática, hotelaria, dentre outros. Quem os realizou, como tornou-se normal entre todos os imigrantes, ressentem em não conseguir otimizar nos espaços laborais de destino.

Vimos haitianos inseridos em horizontes religiosos, principalmente de igrejas protestantes. Eles mesmos estruturam seus espaços para a ritualização e manifestação pública religiosa, de sua fé e crenças, com suas lideranças etc. Percebemos uma dimensão que gira entre preservação e alteração de repertórios culturais e comportamentais (Berry, 2002; Brizola, 2021; Handerson, 2015; Macedo, 2019). Entrevistados dizem que experimentaram o chimarrão, fazem o “churrasco de vocês no domingo”.

Como já mencionamos, grande parte dos haitianos (homens) atuam em atividades formais, no interior de empresas. Um imigrante entrevistado disse que seu patrão pergunta para ele “seguidamente ‘como vai teu país’? Ele ficou sensibilizado com o que aconteceu em 2010 e depois também”, que se sente também bem recebido por brasileiros, pelas entidades de assistência, principalmente de igrejas. Ele enfatiza alguns problemas comuns como o frio, - “nunca senti tanto frio”; o salário é considerado baixo. Outros entrevistados mencionam expressões de preconceitos por serem haitianos, principalmente no trabalho, o fato, como já mencionamos, de ser proveniente de um país empobrecido, de ser negro e imigrante ao mesmo tempo, “de nosso atraso e problema no Haiti”. Um entrevistado disse que perguntam sempre no espaço de trabalho: “mas como vocês conseguem viver lá? Vocês comiam? Porque a pobreza é grande lá, não é? É de vocês aquela religião do *saravá*, que faz os mortos voltar e pregar feitiço nos outros? Perguntam coisas assim! Pura falta de conhecimento”. Eles revelam que sua sociabilidade fora do trabalho é muito centrada entre os co-nacionais em termos de lazer, festejos, rituais religiosos, “vivemos fechados com nós mesmos”.

Haitianos realizam seus momentos festivos transnacionais como é o caso da Festa da Bandeira, dia 18 de maio, como festa nacional (Barbosa, 2015). Eles fazem almoço festivo, gastronomia típica, organizam corais, bandas musicais, usam muito os espaços sociais das igrejas, ou no interior do

próprio templo, bem como os homens realizam jogos de futebol nos domingos pela parte da tarde entre eles, porém, não é incomum a presença de senegaleses e brasileiros juntos. Uma haitiana entrevistada disse que “aqui falam muito mal do Haiti e nós carregamos nas costas coisas ruins de nosso país, o que aconteceu no meu país. A televisão só mostra o que é feio no Haiti: terremoto, ciclone, golpe de estado, assassinato de presidente, pobreza, favela. [...] A ONU nos ajudou muito, mas, também, fez um documentário dizendo que 85% da população de Porto Príncipe vive em favelas, não é bem assim, o que ela considera favela? Pode não ser o mesmo que a gente pensa”.

Segundo Macedo (2019, p. 234), há racismo, ignorância sobre o Haiti. “Há preconceito sobre nossas capacidades; há imagens equivocadas sobre os imigrantes, aos negros em particular, há segregação racial no trabalho, na rua, no supermercado, no cotidiano da vida de trabalho”. Há, também, em sua dimensão mais velada, intangível, porém, presente e atuando (Campos, 2017; Barbosa, 2015; Handerson, 2015). Isso acontece com senegaleses no espaço urbano do comércio informal ambulante e na esfera do trabalho em suas qualificações profissionais. Diz uma haitiana entrevistada que há “desrespeito e violência também com os imigrantes. Estamos aqui para trabalhar”. Um senegalês, vendedor em espaços de rua, disse que “a polícia nos rouba, fala coisas bem racistas para nós e temos de ficar quietos. Somos migrantes, mas seres humanos [...]. Migrar é um direito. [...] A polícia e a fiscalização são só para os imigrantes, só falam mal da gente. Tempo atrás um chegou e disse para mim na cara que a pandemia veio da África, disse que nós somos terroristas fugidos da Europa. Dizem que somos perigosos e violentos, lentos no trabalho, sujos e vagabundos, por isso temos de migrar”. Macedo (2019, p. 170) diz que imigrantes “vivem sua vida social entre precariedades e violências, mas, também, amparam-se nos seus engajamentos diaspóricos para fortalecer suas lutas”.

Nesse sentido, como diz Uebel (2015), as migrações não são iguais para todos, nem todos têm as mesmas facilidades e dificuldades. Imigrantes negros não têm recebido o mesmo tratamento que migrantes não-negros.

Percebemos em alguns entrevistados haitianos que nem todos falam abertamente sobre o Haiti, sobre situações constrangedoras nos espaços de trabalho, principalmente situações de racismo, uns preferiram não falar so-

bre o terremoto por exemplo, talvez por ter sido algo marcante em suas vidas, tentam, imaginamos, “domesticar a memória” (Veena Das, 1999) quando ela é ressentida, carregada de violência, medo, traumas e perdas (Barbosa, 2015; Handerson, 2015). Porém, quando estávamos entrevistando numa casa em que habitavam três famílias com casais e filhos em espaços separados no interior de uma habitação de dois andares, e, perguntamos sobre situações vividas no espaço de trabalho, percebemos que havia relutância em responder sobre coisas boas e coisas ruins, parecia que não queriam falar sobre isso.

No entanto, uma haitiana que estava no segundo andar respondeu num tom de voz bem alto que “gastamos mais de 7 mil dólares por pessoa para vir ao Brasil. Tenho faculdade, sou formada, tenho diploma aqui e já mostrei para muitos, mas, mesmo assim não acreditam, tratam como se eu fosse uma analfabeta. Lá [no frigorífico onde ela trabalha] não me tratam com respeito; humilham, dizem toda a hora que sou lerda e que vão me demitir se não fizer mais rápido. [...] Há cada um mês ou dois, mudam a gente de turno, então quando tu te acostumas a dormir num horário, logo no outro mês tem de trabalhar nesse horário; quem tem filho, fica bem ruim isso, porque altera tudo, as refeições, a gente não se encontra, não vive com os filhos da gente. [...] Aqui é bem difícil. [...] O pessoal aqui tem medo de falar e de reclamar porque tem receio de perder o emprego e não achar mais, porque tu podes ver, haitiano vai em peso trabalhar em frigorífico, se sai de lá não acha outro emprego. Nós mulheres, é pior ainda, pois, saiu de lá, não temos mais onde trabalhar. Por isso, ninguém reclama, engole e acaba ficando quieta”.

Estudos vêm demonstrando que haitianas estão emigrando mais e, sozinhas, não somente as casadas e em momentos posteriores à emigração do marido (Handerson, 2015; Macedo 2019). Como muitos analisaram em tempos recentes, não há mais tanto o encanto ou o incentivo somente para o homem migrar, nem ele incorpora tanto capital social (Handerson, 2015). Migrar passou a ser quase que uma necessidade e exigência para todos/as. Ou seja, ir ao encontro de possibilidades melhores frente à situação que se encontram no país. O Brasil é um dos países do mundo que possui um volume intenso de remessas financeiras de pessoas físicas (em geral, imigrantes), em 2019 foram de U\$ 2,1 bilhões, 1,5 bilhão em 2020 e 1,6 bilhão em 2021. Os haitianos enviaram 92 milhões de dólares em 2019 e 91 milhões em 2021

(Banco Central, 2022). A dimensão financeira auxilia muito nas famílias que permanecem principalmente frente à precariedade de vida e de obtenção de recursos que, nas últimas décadas, o país vem apresentando.

Não podemos esquecer que os imigrantes são pessoas que atravessam múltiplas fronteiras. Em geral, por isso, não são vistos como pessoas que têm projetos, desejos de ir e voltar, de permanecer e reconstruir suas vidas. A centralidade da força de trabalho, ao que nos parece, é que conta, o que faz com que, pelo custo baixo e pela possível adequação e necessidade, os imigrantes são vistos.

Enfim, vimos algo do grupo de haitianos que pesquisamos. No capítulo a seguir, deste mesmo eixo temático, abordaremos outros aspectos que fazem parte da realidade vivida por haitianos em nosso espaço de pesquisa, porém, diluída em análises mais gerais da imigração no Brasil ou do fenômeno migratório internacional em geral.

CAPÍTULO VI

Sociabilidades em espaços migratórios:

entre conflitualidades, contraposições e disputas

IMIGRANTES BUSCAM OTIMIZAR ESPAÇOS E SITUAÇÕES que lhes sejam favoráveis. Isso nem sempre é bem entendido pela população autóctone, a qual, muitas vezes, acaba por desenvolver situações de distanciamento social. Membros e entidades da sociedade de destino, não obstante a curiosidade e o exotismo que muitos imigrantes provocam, reagem e passam a duvidar e incorporar notícias negativas, referenciar, de forma preconceituosa, grupos sociais e generalizar identidades (todos os muçulmanos são iguais, por exemplo; todos os senegaleses são vendedores ambulantes; todos os haitianos/as são miseráveis), fazem aflorar e/ou renascer processos discriminatórios e projetam realidades vividas em outros cenários com a que está se apresentando no âmbito local.

Esse capítulo, enquanto parte integrante do segundo eixo, objetiva refletir sobre algumas das relações vividas e racionalizadas pelos grupos de imigrantes que acompanhamos alguns de seus processos nos espaços de pesquisa. A intenção não é comparar, nem diferenciar, nem encontrar semelhanças e, sim, descrever algumas das relacionalidades que são produzidas por imigrantes para dar conta e otimizar suas experiências nos espaços de destino.

Barreiras, transgressões e estratégias

A emigração pode se tornar uma espécie de reino das possibilidades e de vazio moral para os imigrantes, em particular, de sociedades regradas pelo

patriarcalismo e valores religiosos islâmicos (Gonçalves, 2008). A emigração precisa ser compensada com dinheiro e bom comportamento. Porém, em espaços de origem, pode-se imaginar que, no estrangeiro, o imigrante pode estar desenvolvendo atividades irregulares, algum tipo de trabalho que poderá desonrar a família, algo humilhante etc., e, isso pode dificultar o *casamento combinado*, regrado pelos costumes, como um *affaire* de família. No entanto, a emigração também pode ser uma forma de distanciar quem não se conforma com os modelos de organização social patriarcal e hierárquica da família, quem tem outras tendências sexuais e afetivas e que são proibidas no país de origem, quem pode ameaçar a reputação familiar por não estudar, não trabalhar, usar drogas, não participar ou desenvolver rituais religiosos, quem teve alguma falência econômico-financeira etc. (Priori, 2012).

Como já vimos, os imigrantes enfrentam muitas barreiras, riscos, constrangimentos, reações negativas, para alimentar a esperança de uma vida melhor (Vilela, 2011). Em relação aos senegaleses, nesses últimos anos, têm havido muitos conflitos em várias cidades do Centro-norte do estado entre estes e lojistas, policiais e fiscais municipais. Várias apreensões de produtos, imigrantes presos, normativas feitas de forma apressada, muitas discussões e midiaticização. Numa matéria de jornal, de 13/06/2016, estampou-se uma mensagem em que correlacionava a venda informal de produtos nas ruas da cidade de Passo Fundo aos senegaleses: “Legislação municipal impede que senegaleses vendam seus produtos nas ruas”.¹ A notícia não mencionava as múltiplas outras pessoas, principalmente autóctones, que também vendiam produtos, inclusive alguns deles juntos ou muito próximos aos senegaleses. Esse tipo de manchete reforça a representação da identificação de senegaleses com essa prática mercantil, como contraventores, com isso, legitima ações do poder público e da pressão de entidades de lojistas, bem como produz a contraposição social em relação aos referidos imigrantes, além de generalizá-los na identificação social (Minvielle, 2016). Em 2017, houve um conflito mais intenso, com confrontos físicos, prisões de imigrantes, contes- tações múltiplas em veículos de comunicação, intervenção da Comissão dos Direitos Humanos de Passo Fundo e de outras entidades sociais e políticas.

¹ Fonte: jornal *Uirapuru*, Passo Fundo, em 13/06/2016, p. 3. Fonte: <http://www.rduirapuru.com.br/cidade/36980/maioria+dos+ouvintes+considera+injusto+apreender+mercadorias+dos+senegaleses>

Na realidade, é um conflito condensado e represado em função de uma difícil convivência, tolerância, normatização dos processos mercantis no centro da referida cidade.



Fiscais da prefeitura retendo produtos de senegaleses no centro da cidade de Passo Fundo. Fonte: Jornal *Uirapuru*, em 22/02/2017, p. 01. Link: <http://www.rduirapuru.com.br/policia/41721/senegales+e+populares+sao+detidos+pela+policia+apos+confusao+no+centro>

Em outubro de 2018, houve novos e intensos conflitos, com apreensão de mercadorias. Três senegaleses foram presos e muita polêmica em torno da referida questão. Percebe-se que não há tanta fiscalização ou repressão aos vendedores de rua de uma forma geral e, sim, aos senegaleses.

Esse processo conflituoso, que ainda permanece, revela múltiplas dinâmicas sociais, preconceitos, racismos, contraposições aos imigrantes. Da parte deles, houve conquista de espaços para demonstrar seus limites de obtenção de renda em atividades formais, sua característica nesse tipo de intercâmbio mercantil, bem como para clarear as lógicas de obtenção e/ou origem dos produtos etc. De uma forma ou de outra, pela mediação do conflito, surgiram oportunidades de participação social em espaços de mídia, de expressão de opinião pública e de tentativas de encontrar soluções. Fatos esses que revelam níveis de inserção social, necessidade de diálogo e par-

ticipação comunitária. Esses conflitos, em geral, demandam a mediação da Associação de Senegaleses no município de Passo Fundo.

No campo da integração e das estratégias está também a dimensão afetiva. Os matrimônios mistos podem demonstrar também certa redefinição de regras consuetudinárias do campo matrimonial, enfrentamento de resistências por sujeitos considerados estranhos e de fora do quadro de referências idealizado por pais e, em algumas situações, pelos diretamente envolvidos. Eles expressam mundos que estão e/ou sempre estiveram *em movimento* no cenário migratório, culturas que podem se ligar a horizontes de mobilidades geográficas, mas, também, sociais e afetivas que transcendem fronteiras geográficas. Porém, casamentos mistos podem ser, sim, como muitos analisam, uma estratégia de enfrentamento aos limites e à discriminação vivida como imigrante (Ambrosini, 2017). Casamentos mistos podem ser também desejo de pertencimento social, de incorporação de direitos, de desenvolver horizontes afetivos distante do local de origem, de aceitar desafios, ocasião de instrumentalizar uma melhor situação de vida em correspondência e/ou prolongamento do desejo que alimenta o ato de emigrar (Gozzoli; Egalia, 2005). Essa *estrada*, é bom que se diga, não tem uma mão só. A possibilidade do matrimônio misto, por exemplo, carrega ainda muita incerteza, dificuldade de entender e valorizar a pluralidade e a diversidade.

Os casamentos mistos revelam que está havendo processos de integração e/ou assimilação no tecido social do país, porém, podem expressar uma estratégia defensiva, fruto da instabilidade econômica dos imigrantes, das leis referentes à imigração, da redução da oferta de trabalho e, por consequência, dos ganhos econômicos, da dificuldade de serem contemplados/as pela lei do reagrupamento familiar (custos financeiros altos e muitas exigências legais), bem como da impossibilidade de obter documentos que permitam retornar ao local de origem para visitar seus familiares e, posteriormente, voltar ao Brasil, dentre outros aspectos.

Para autóctones, os universos que alimentam a emigração e as junções matrimoniais são amplos, alguns até podem expressar enfrentamento de oposições no interior da própria família, de dúvidas e incertezas, de realizar fantasias em torno de representações de sexualidade, curiosidade, atração pelo diferente, contrapor-se aos pais e aos grupos sociais locais e de seu

pertencimento (Ambrosini, 2020), diferenciar-se, emancipar-se da dependência da família de origem, de possibilidade legal de morar no Brasil. Essa realidade de matrimônios mistos revela também vínculos de pertencimentos *transnacionais*, além, é evidente, de a possibilidades de alterar costumes, estilos de vida, formas outras de ser pai e mãe, novas expressões relacionais, formas alternativas de integração e que não sejam meramente assimilacionistas (Ambrosini, 2017). É uma colocação em jogo das identidades culturais, uma tentativa de unir mundos, criar vínculos mais estreitos em horizontes transnacionais (Portera, 1997).



Festa religiosa do Grand Magal, promovida pelos senegaleses que pertencem à confraria Mouride, realizada em Passo Fundo, no dia 15/09/2022. Fonte: Pesquisa de campo.

Como já mencionamos, para determinadas nacionalidades e culturas, a emigração é um bem, um recurso, mas pode ser uma oportunidade para produzir transgressões da identidade (Della Puppa, 2013). O guardião da família, o pai, pode perder ou afrouxar sua importância e transferir esse processo à esposa/mulher/mãe. Por isso, além de outros processos sociais, culturais e

tecnológicos, a emigração pode ser produtora de muitas transformações nos referenciais simbólicos e culturais arraigados na cultura do país (Gardner, 2016). O ato de sair do local de origem pode provocar outros deslocamentos, também distanciar o sujeito da sujeição familiar (Della Puppa, 2013; King; Knights, 1994). Pode haver um vazio moral nos espaços diferenciados de imigração, romper interditos, inserir-se em processos integrativos com a sociedade maior e adentrar nesse espaço nos referenciais que eles consideram como modernos (Gonçalves, 2008).

Della Puppa (2013) enfatiza que imigrantes casados e distanciados de sua família por causa da sua saída expressam fragilidade como homem e marido, ficam com a performance negativizada perante os sogros, aos conacionais solteiros imigrantes; revelam vazios identitários, de gênero, em âmbitos afetivos e sexuais, principalmente pelo fato de coabitar com solteiros. A vida conjugal reagrupada contribui para a construção da identidade de gênero como homem adulto junto à coletividade. Os ganhos financeiros e as consequentes remessas compensam um pouco, porém, a alteração nos papéis de gênero e as dúvidas sobre as sequências de valores familiares e religiosos, tornam-se preocupantes para os que ficam, principalmente os de mais idade (avós, sogros/as), que lutam e primam para a preservação de valores aglutinadores da família e da sociabilidade religiosa e cultural.

Em Passo Fundo, há vários casamentos entre senegaleses e brasileiras, bem como entre bengalis com brasileiras. Foram registrados, entre janeiro de 2017 a abril de 2018, 18 casamentos envolvendo estrangeiros (homens) com mulheres brasileiras. Houve, porém, denúncias de que possa ter havido “compra de casamentos” entre imigrantes, em particular, de senegaleses, com mulheres no referido município, muitos deles, com mulheres de menor idade e que atuam no ramo da prostituição. Segundo delegado da Polícia Federal de Passo Fundo, havia, em abril de 2018, mais de dez casos, no período e que estavam sendo averiguados.

Em Passo Fundo estrangeiros pagam por casamento para garantir nacionalidade brasileira

Por Mateus Leal

Você já ouviu falar em " Amor Efêmero"? Pois esta é uma prática que ocorre em países da Europa, onde estrangeiros acabam pagando pelo casamento para garantir a naturalização. Nos últimos dias a Rádio Uirapuru vem recebendo denúncias de casos ocorridos aqui em Passo Fundo. A reportagem conversou com pelo menos duas mulheres, as quais não vamos identificar, mas que foram pagas para se casarem e após 2 ou 3 meses o casamento é dissolvido.

Uma delas contou que há cerca de quatro meses acabou casan-

do com um senegalês pelo valor de R\$ 600 reais. Ela disse ainda, que não chegou em nenhum momento a ter um relacionamento com o homem, apenas casou, recebeu o valor e "seguiu sua vida". O segundo caso, a mulher disse que recebeu o valor de R\$ 800 reais pelo casamento.

De acordo com dados do cartório de registro civil de Passo Fundo desde janeiro 2017 até abril de 2018, foram registrados 18 casamentos envolvendo estrangeiros de diversos países aqui no município de Passo Fundo.



.....
Matéria jornalística sobre casamentos entre imigrantes com autóctones em Passo Fundo – RS. Fonte: jornal *Uirapuru*, Passo Fundo, 13/04/2018, p. 3. Link: http://www.rduirapuru.com.br/arquivos/pdfjornal/edicao_13042018_080519.pdf

Hierarquia social, autoimagem, estigmatização, orgulho/poder, medo, pertencimento grupal, tradição cultural, temporalidade de existência, estilo de vida, coesão e solidariedade social entre grupos, prestígio, relações de poder no cotidiano, imagens e símbolos de superioridade, depreciação e inferiorização de outras camadas, imagens estereotipadas etc., são aspectos que se mesclam nesse processo relacional entre imigrantes e autóctones, principalmente quando a questão em evidência se situa no campo afetivo. No convívio, as diferenças passam a ser demarcadas, configurações de relações vão produzir situações de competição, conflito, diferenciações e, talvez, com o tempo, também processos de acomodação.

O novo chegado não é marginal enquanto se encontra em um outro lugar, mas porque naquele local se encontra um grupo social constituído com suas regras, os seus códigos, a suas distribuições de poder, que não abre as portas aos outros, mas atua ativamente para mantê-los à margem da sociedade. Assim se compreende melhor como o estrangeiro deve permanecer marginal na sociedade que vive e trabalho (Cotesta, 2002, p. 38).



Imigrantes na cidade de Assis Brasil (AC). No mês de fevereiro de 2021, chegaram mais de 600 imigrantes na cidade de Assis Brasil. Foto: Iryá Rodrigues, G1 AC — Rio Branco Arquivo pessoal. Fote:<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/07/09/em-nova-operacao-contra-transporte-ilegal-de-imigrantes-pf-cumpre-mandados-em-cidades-do-acre.ghtml>

O poder de estigmatizar reforça a dominação e a superioridade do grupo estabelecido. É importante criar contrapontos para se legitimar no espaço e nas relações sociais. Na dimensão menos radical entre “nós” (os de dentro) e “eles” (os de fora), Simmel (1983) analisa o estrangeiro como um sujeito ambivalente. A questão do estrangeiro revela o olhar sensível do autor acerca do mundo em movimento com a modernidade, com o capitalismo ganhando corpo, com o metropolitismo padronizando a vida urbana, massificando ações, gostos e consciências, com as reações dos indivíduos, sua resignação e contraposição, sua liberdade e as formas cativas de socialização, sua evolução e suas rupturas. Para o autor, o estrangeiro participa e provoca um cenário que une dimensões contrárias: pertencimento e ruptura, alteridade e desejo de participar, distanciamento e proximidade, socialização e dessocialização (Raphael, 1986, p. 257). Ele é um *recém-chegado* e que terá de definir sua situação/localização e representação no mundo. É alguém que tem grande tendência de permanecer nas *margens*, uma vez que seu mundo natural é outro e a sociedade de acolhimento não consegue lhe assegurar inclusão, mas que atrai e está no centro das atenções. Para Simmel (1983), o estrangeiro também está exposto ao risco econômico, no mercado de traba-

lho, na lógica do dinheiro. Ele é o que não tem vínculos; é móvel e imprime relações ocasionais, objetivas; não possui vínculos afetivos, parentais, nem redes sociais. Isso pode lhe conferir liberdade, objetividade e exposição aos limites, à fragilidade e aos riscos.

Nos conflitos em questão, os estrangeiros são vistos como potenciais concorrentes no mercado de trabalho, além disso, vizinhança, convivência, tradições, contatos, redes sociais, usos e costumes, enfim, códigos não escritos, reproduzidos como “espírito comum” e, que unia as famílias dos estabelecidos, demonstram ou se pensa que estão em perigo com a presença de estrangeiros.

A existência de um grupo de *outsiders* que não partilha do reservatório de lembranças comuns nem tampouco, ao que parece, das mesmas normas de respeitabilidade do grupo estabelecido age como um fator de irritação; é percebida pelos membros desse grupo como um ataque a sua imagem e a seu ideal de nós. A rejeição e estigmatização dos *outsiders* constituem seu contra-ataque (Elias; Scotson, 2000, p. 29).

O grupo estabelecido lança mão de sua identidade cultural de “radicados”, que os faz auto considerar-se melhor que os externos. As realidades que (dis)posicionam os grupos são configuradas no agir social. As estratégias acionadas vão refletir processos de grupos, “carisma de grupo” (Cotesta, 2002). O *carisma de grupo* se fundamenta na própria sociabilidade construída no decorrer do tempo e se manifesta em processos simbólicos de normatização social, regras, estilos e códigos morais difusos no grupo. O processo de valorização de um grupo e a desvalorização de outro é parte integrante de um único mecanismo simbólico: o intercâmbio e a coesão de códigos culturais.

No caso de diferenciais de poder muito grande e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos *outsiders* são comumente tidos como sujos e quase inumanos. [...]. A autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele (Elias; Scotson, 2000, p. 30).

No convívio, as diferenças passam a ser demarcadas. Novas configurações de relações vão produzir situações de competição, conflito, diferencia-

ções e, talvez, com o tempo, também processos de acomodação. Noções de vagabundo, desqualificado, sujo, errante e perigoso vão se produzir a partir dessa dialética do “de fora” com o “de dentro”; é nessa intimidade de atração (do diferente, da pluralidade e repulsão, do desejo de diferença) que o jogo recíproco (defesa/ataque) formula tensões, funcionalidade e exclusões, coloca em questionamento a identidade social e sua assimilação.² O estrangeiro é uma categoria de regulação social e de negação da individualidade. Expressa o contraditório e a ambivalência no/do meio social. É a partir dessas concepções, que ações públicas, da esfera pública (governamental), buscam legitimar suas ações, ir ao encontro de representações e imagens produzidas na sociedade, principalmente, ocidental sobre os imigrantes e, em razão disso, evita-se contraposições mais sistemáticas no interior dela. A biopolítica/necropolítica na/da Pandemia moveu-se muito por essas dimensões.

As políticas sociais de integração dependem muito da categorização social e da representação que se tem do estrangeiro. As de cunho *defensivo*, por exemplo, são aquelas que buscam se livrar da ameaça, da concorrência; buscam limitar e controlar os fluxos. Esse é mais implementado por políticas públicas e de intervenção política, as quais veem o estrangeiro numa perspectiva instrumental, utilitarista; valorizam o estrangeiro pela sua regularização funcional (Dusi, 2000; Corte, 2002).

Sabemos que os horizontes de afetividade são complexos; se os pais e filhos ficaram alguns anos separados, mundos paralelos podem ir se constituindo, socializações não esperadas ou não programadas também se constroem. Segundo Assis e Siqueira (2009), as mulheres são as que mais reúnem grupos familiares e pessoas em geral, por isso são mais dinâmicas na configuração de redes afetivas e familiares. Segundo as autoras, as mulheres tendem a fortalecer mais os grupos étnicos, lançam mão dos mesmos e se esforçam por constituí-los, participam e acionam instituições impessoais e valores morais (parentesco, relação com os que saem e com os que ficam, socialização, solidariedades etc.).

Percebemos que a família é central para os imigrantes. A sua dimensão transnacional revela ser importante e dinâmica, possui eficácia no mundo globalizado e é relacional na dimensão da distância. O telefone celular terri-

² Ver Tedesco, J. C. *Estrangeiros, extracomunitários....* op., cit.

torializa as ligações no espaço de destino e liga as famílias de uma parte e outra das fronteiras. Como diz Sassen (2008, p. 211), “o local se consolida num mundo que se globaliza” pelas tecnologias da informação. Nessa dimensão de famílias unidas e dispersas, há uma redistribuição de papéis de gênero, de chefe de família, entre pais e filhos, pais em países diferentes e filhos no lugar paterno (esferas socioespaciais das famílias). Há ligações aparentemente invisíveis que se manifestam em horizontes identitários, religiosos, parentais, de pertencimento a uma comunidade, as quais, pragmaticamente, asseguram a realização do projeto migratório de imigrantes em espaços de origem e de destinos.

Imigrantes entrevistados dizem saber que suas famílias se readaptam (nos espaços de origem e/ou de destino), reelaboram, negociam e, podem acabar, como vimos o caso de um senegalês que se separou porque, segundo ele, “já faz cinco anos que não fico com minha mulher e, longe assim não dá para viver junto, casamento não vai para frente; nenhum confia mais no outro, por isso me separei”. Ele não tinha documentos para reagrupar a família, muito menos para voltar ao Senegal e retornar ao Brasil posteriormente, além de que, segundo ele, “é difícil essa situação aqui no Brasil, difícil não ter mulher aqui! Aqui é diferente de lá de onde eu venho, lá tem controle, as famílias combinam as coisas; aqui é tudo livre, tu levias uma para dentro de casa e, depois, se não quer mais, combina e, ela sai; lá não”. O referido tem uma filha de 8 anos no Senegal com a ex-mulher, frequenta academia de ginástica há vários anos na cidade de Passo Fundo e, com isso, se diz muito “assediado pelas brasileiras”. É o caso também de um bengali que entrevistamos que casou com uma brasileira, deixou da pretendida na capital, Dakha, indicada e com casamento acordado há anos pelas duas famílias. Nas separações físicas podem se alterar as tradições patriarcais. Em muitas situações, as mulheres podem se tornar mais autônomas na gestão do dinheiro e nos negócios, diminui a autoridade do marido, porém, pode produzir também sentimentos de frustração e ansiedade (Ambrosini, 2009; Tedesco; Vanin, 2018).

As mulheres são as grandes mediadoras entre tradição e modernidade, passado e futuro, o mundo deixado às costas e o novo, em suas exigências e transformações (Bordogna; Favaro, 1991). O corpo também tem como referência o espaço, as tradições e suas reelaborações. Ambas são ou podem

ser reconstruídas (Colombo; Genoveses; Canevaro, 2006). Sabemos que a decisão de emigrar não é só de quem emigra; há sempre um grupo presente e, também, pode-se dizer que não é só quem migra que muda, mas quem fica também. Há uma cadeia migratória que informa, destina, protege, incute o desejo de migrar, encobre realidades pouco dignificantes que se produzem nos espaços de destino e mesmo nos translados entre países, como nos disse um bengali que se queixou dizendo que “ninguém quer saber como chegamos até aqui, quanto gastamos, quanto sofremos e por que viemos para cá; nos condenam por estar aqui e deu”. As aspirações ao desejo de partir requerem necessidade e condições diversas.

Enfim...

A gestão administrativa e política em relação aos imigrantes e as manchetes alarmantes em torno da constituição da negatividade de ações de muitos deles expressam, em geral, formas equivocadas ou apressadas de gerir o fenômeno da conflitualidade entre eles e a sociedade hospedeira. Esses processos dificultam o associativismo e o acolhimento interétnico, podendo, também, redefinir tempos de permanência no país ou no município por parte de imigrantes, assim como ampliar ou não políticas de controle das ações dos mesmos pela burocracia pública. Neste caso, a venda de produtos em ruas do centro de Passo Fundo, a qual, por inúmeras vezes, a Associação dos Senegaleses necessitou exercer intermediação, participar de debates etc., é bem expressiva.

Vimos que, tanto senegaleses quanto haitianos, migram vinculados em laços territoriais, religiosos, bem como utilizando canais mais ou menos comuns nos deslocamentos geográficos, na obtenção dos trabalhos, na possibilidade dos vistos de permanência temporária etc. Integrados entre si, eles valorizam a família, os rituais religiosos, idealizam retornar ao seu país com melhores condições em relação às de quando partiram. Para eles, a migração tende a continuar produzindo o sonho da mobilidade social, de desejos de mudar de vida, de alterar alguns valores. Vimos que a distância entre os cônjuges é percebida como problemática, pois compromete a unidade familiar e

do casal em particular. A reputação e a honra de ambos os cônjuges podem também sofrer abalos, desconfianças, descrédito social e familiar.

Um senegalês, que constantemente o encontramos para conversar aos domingos à tarde, empreende esforços há mais de três anos para trazer sua esposa e filha de quase quatro anos para junto de si, porém, informa que ela “liga a toda hora, fica duvidando sempre, quer saber tudo o que fiz e onde estive durante o dia. Ela fica duvidando sempre, acha que estou sempre com alguém, quer me controlar todo o tempo, perde a confiança na gente. Eu digo que eu posso pensar assim também dela lá, mas eu não, eu confio”. Com relação aos senegaleses, vimos que eles não desenvolvem muito o desejo de reagrupamento familiar, pois, além da importância da mulher/esposa no espaço da casa dos pais do emigrante, há o alto custo de ter família no Brasil, o custo elevado da passagem, a pouca esperança de permanecer muito tempo no Brasil em razão das atuais projeções limitadas no campo do trabalho e do valor da remuneração percebida.

Emigrar significa a possibilidade de “ver o mundo diferente do nosso”, essa visão pode alterar os quadros de referência (Priori, 2012). Em razão dessa representação, idealiza-se a emigração, além de acreditar que seu *status* social no interior da família pode mudar para melhor, pode transformar-se num elemento de distinção, de possibilidade de exibir publicamente o sucesso, de aliar capital econômico com o simbólico e, com isso, facilitar as barganhas do casamento (Mapril, 2005; Tedesco; Vanin, 2018). Porém, como vimos, muitos casam antes de emigrar como exigência dos pais e por facilitar os acordos. Pela experiência histórica e familiar, alguns entrevistados disseram que quem emigra fará poucos filhos e quem sai antes de casar “depois fica difícil, pois não dá para retornar, como é o nosso caso aqui. Ninguém pensa em casar por aqui, mas, se retornar ao nosso país, daí tem de ficar lá, pois não consegue facilmente o visto para tornar para cá”. Segundo um entrevistado, “as mulheres daqui não costumam casar com estrangeiros, porém as do meu país fazem questão”. Isso, revela, para essas, segurança nas condições econômicas (Tedesco; Vanin, 2018).

Emigrar expressa uma manifestação e oportunidade de constituir a sua identidade de adulto, pois deve incorporar responsabilidades familiares, alterar combinações matrimoniais, bem como a estrutura da família nuclearizada

pode sofrer descontinuidades ou flexibilidade no patriarcalismo (Gonçalves, 2008; Tedesco; Vanin, 2018). É um ato que está na idealização e aspiração de jovens, pois permite um futuro diferente para si e sua família. É uma forma de realizar o desejo de ser homem, expresso pela autossuficiência econômica. Nesse sentido, podemos dizer que as migrações revelam uma sociedade complexa, um cenário de indefinições e conflitos, um mundo desigual em múltiplos aspectos, mas, em especial, no econômico. Isso tudo demonstra as grandes dificuldades de convivência, imbricação com a dimensão cultural e política de muitas sociedades e, um grande desafio para as próximas gerações.

Na vida cotidiana dos imigrantes há incertezas, perdas, transformações, ganhos, desenraizamentos, alienações etc. Eles sentem que a sociedade de destino não os adota, não há uma aceitação plena.³ Imigrantes vivenciam (situ)ações de discriminação, impedimentos legais para um conjunto de ações. Delimitações são impostas, indiferença no acolhimento, vulnerabilidade frente às certezas a priori, difícil aceitação de filhos nas escolas, dificuldade de criar novos vínculos. Para Sayad (1990, p. 19), “a cultura imigrante ao confrontar-se com a cultura que a recebe, integra metamorfoses que a tornam uma cultura de chegada ou uma cultura em criação”. Ou seja, no confronto de culturas entre imigrantes e autóctones, pode produzir efeitos junto ao grupo que chega, novos laços e novas relações sociais, vínculos religiosos (em geral, aconteceu com haitianos que no país de origem eram católicos e, logo na chegada em algumas cidades do Brasil, aderiram aos neopentecostais e/ou evangélicos). Ou, então, no caso de senegaleses, que, como nos disse o presidente da Associação em entrevistas, que “eles se identificam muito com o Brasil, gostam logo de samba, falam as gírias daqui; alguns desistem até de frequentar a igreja e há muitos descasamentos, bem diferente do que ocorre na França ou em outros países que há muitos de nós lá”. No horizonte do trabalho, em razão da dificuldade de obter documentação, emprego formal, remuneração satisfatória, muitos adentram para ativi-

³ Registram-se vários conflitos, alguns, inclusive, com mortes, entre senegaleses com autóctones nos dois espaços de nossa pesquisa. O último que registramos (em 17/08/2022) aconteceu na cidade de Tapejara – norte do estado – em que um senegalês (Mbaye Faye) foi morto em sua casa. Ele foi localizado pela sua namorada (brasileira). Ele estava com os pés amarrados por cadarços. De acordo com a perícia, o corpo não apresentava sinais de violência. O senegalês trabalhava como vendedor de rua no centro da referida cidade. Fonte: <https://blogdojuares.com.br/noticia/70571/senegales-e-encontrado-morto-dentro-de-casa-em-cidade-do-norte-do-rs.html#gsc.tab=0>

dades informais como forma de obter alguma renda (Mapril, 2005; Tedesco; Vanin, 2018).

Os imigrantes também necessitam lançar mão de coletividades para auxiliar no processo de educação e criação de filhos, manter rituais, suas crenças, línguas etc. Eles buscam evitar que ocorra a morte simbólica dessa representação, de suas crenças e saberes, que tenha repercussão negativa no desenvolvimento da personalidade social, cultural e religiosa dos filhos. Vários imigrantes nos revelaram que há muito auxílio nesse sentido no Senegal, mas que “nós [pais] somos importantes para nossos filhos; estamos longe deles fazendo tudo isso para eles, para eles não precisarem ser como nós [imigrantes]”.

Há uma grande ausência dos pais na educação dos filhos (muitos filhos viverão muito tempo sem a presença física dos pais), processo esse que delega às mães o cuidado dos filhos, ainda que se deva entender a importância da família ampliada (parentesco, compadrio e toda a estrutura normativa poligâmica) (Daguerre, 2010). Mesmo nessa situação, as tradições familiares fazem do pai uma representação ainda muito forte, por isso que os imigrantes têm dificuldade de suportar sua desvalorização principalmente numa situação de desemprego. Isso explica também o fato de muitos deles terem já passado por vários países e vários estados no interior do país com a intenção de sempre buscar garantias de trabalho e com condições que lhes sejam mais favoráveis. A solidariedade é um fator de cunho religioso para eles, tanto no espaço de saída, quanto no de destino, porém, o fato de permanecerem muito tempo distante da família, pode também alterar muitos processos que estavam consolidados na cultura social do grupo e no universo familiar em particular.

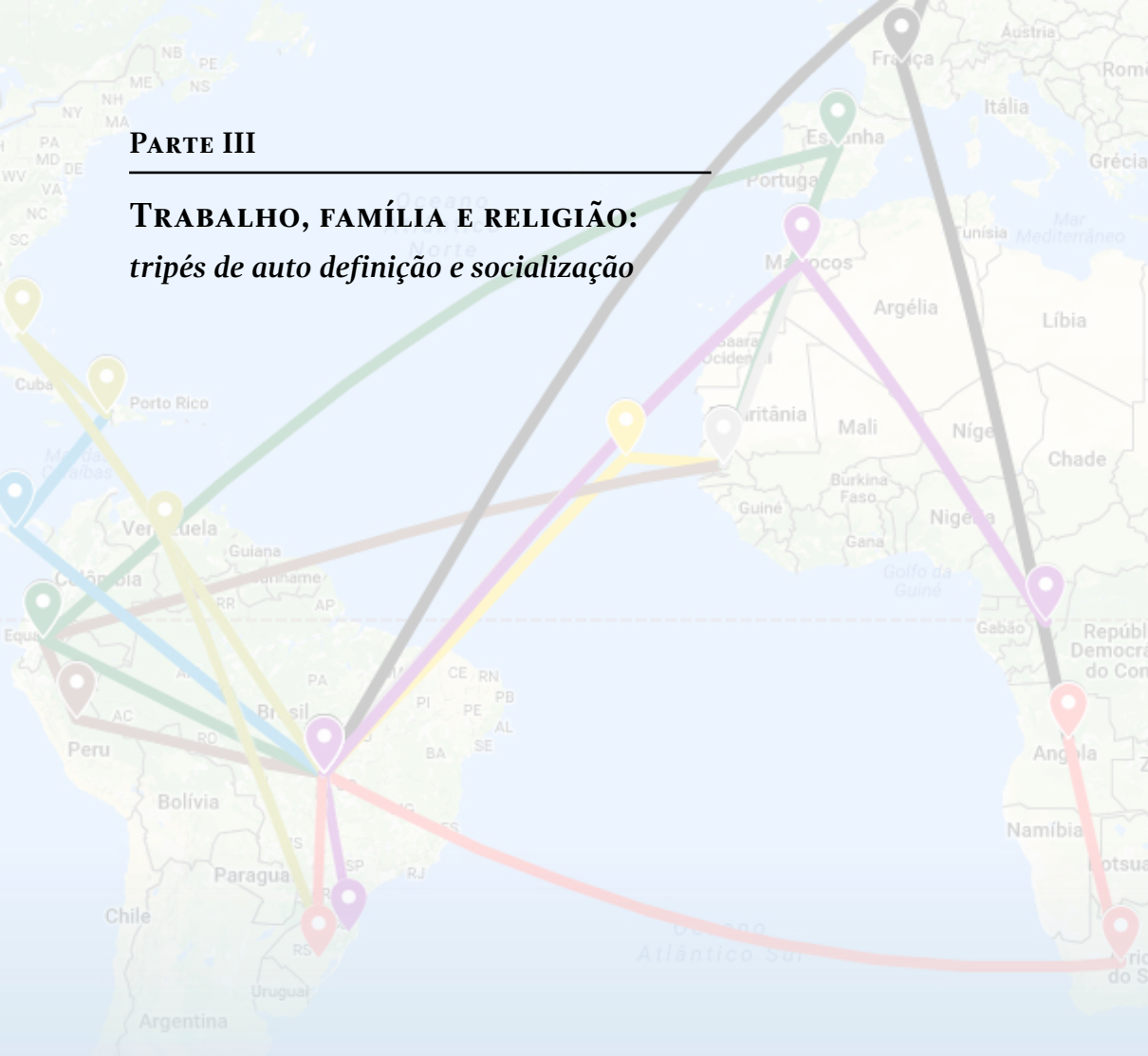
Nesse sentido, a emigração faz colocar à prova a identidade masculina e de pai/esposo. Essa realidade se soma às dificuldades socioeconômicas dos que ficam (Daguerre, 2010; Macedo, 2019). Por isso que, ao amenizar a necessidade financeira dos seus, o pai reafirma sua autoridade e continua a ganhar afeto e consideração. Nesse caso, o desemprego para um imigrante torna-se catastrófico em termos de papéis de gênero no interior da família e no meio social e parental. Os homens sentem-se desvalorizados, coloca-se em cheque a educação e a socialização patriarcal, a submissão feminina aos maridos (Tedesco; Vanin, 2018).

Haitianos entrevistados informam que pastores de igrejas neopentecostais e/ou evangélicas (principalmente uma das vertentes da Igreja Batista) auxiliam muito para encontrar trabalho. “Eu falei com o pastor da igreja no domingo e, na quarta feira já fui fazer uma entrevista na JBS. [...]. Ele ajudou a mim e muitos aqui pedem coisas para ele, ajuda a botar as crianças nas escolas. Quem tem dificuldade para falar a língua portuguesa, ele ajuda, também com roupa e para quem não tem comida, principalmente os que estão recém chegando” (Entrevista direta com haitiana em Passo Fundo).

As migrações revelam, atestam, apelam e dinamizam mudanças em vários âmbitos, mas, em especial, nas formas de integração social e nos pressupostos do desenvolvimento econômico mundial. Para muitos, a emigração passa a ser a válvula de escape (Bauman, 2017) de grandes contingentes populacionais empobrecidos e subalternizados em outros horizontes e que, através dela, idealizam um mundo diferente, porém, muitas vezes, vivenciando situações constrangedoras e precarizantes. Devemos considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária que, por sua vez, também, está relacionada à reestruturação econômica produtiva em escala global.

PARTE III

TRABALHO, FAMÍLIA E RELIGIÃO: *tripés de auto definição e socialização*





O TRABALHO DO IMIGRANTE reveste-se de múltiplas determinações, correlações e significações. Ele revela sentidos múltiplos, ou seja, está inserido no campo simbólico-religioso, sociocultural, familiar e de gênero; assim como reflete e dinamiza as grandes transformações na esfera produtiva mundial das últimas décadas.

O trabalho é entendido, pelo imigrante, como um ato de fé, que associa dimensão econômica com religiosa. Há redes que viabilizam vínculos e processos de solidariedade no interior do grupo. Os trabalhos em frigoríficos, em particular, no sistema Halal, expressam essa correlação e comunhão de sentidos. No campo laboral, totalidades humanas e sociais concretizam-se. Desse modo, justifica-se a denominação de “imigrante laboral”.

A comunidade de interesses que envolve os imigrantes se manifesta também pela sua maximização econômica, necessidade e possibilidade de precarizar ainda mais fatores de produção para obter maior lucratividade por meio da redução de custos e intensidade de movimentos (Demartini; Truzzi, 2005; Kleidermacher, 2015). Essas características e suas exigências maximizam fatores e se servem dos imigrantes, os quais alimentam o desejo de melhorar de vida para si e para a família.

O projeto migratório é totalmente orientado para o sustento dos que ficaram. A estrutura do espaço religioso torna possível fazer parte da vida social e também religiosa em seu país. Outro ponto bastante importante relacionado ao distanciamento é a perspectiva de paternidade e/ou genitoriedade que se desenvolve em dimensões transnacionais. As obrigações morais (solidariedade, comunidade, entreatajuda, reciprocidade, dentre outras)

passam a ser fundamentais do sustento moral, psicológico e econômico dos imigrantes. As dificuldades experimentadas por eles também se relacionam ao campo subjetivo. A necessidade de manter contato com a família liga-se a um sentimento de solidão e distanciamento. Somam-se a esses sentimentos e obrigações morais e religiosas, os problemas relacionados à apropriação da cultura ocidental brasileira, com conceitos e costumes que ameaçam o regimento de moralidade que baseia a leitura de mundo de imigrantes (Mapril, 2005; Della Puppa, 2013; Macedo, 2019).

Dito isso preliminarmente, com este eixo temático, pretendemos analisar alguns processos que se *movimentam* com a mobilidade físico-espacial dos imigrantes e que se condensam no ato do trabalho, na medida em que se inserem no *mercado* de trabalho dos espaços de nossa pesquisa e que se correlacionam com o mundo religioso e familiar, formando cenários de sociabilidades entre o novo no espaço de destino e os valores e crenças que também se mobilizam e lutam para demarcar fronteiras. Serão esboçados também alguns elementos constitutivos da presença de segunda gerações e/ou filhos de imigrantes em escolas como horizontes que condensam a vida em geral do imigrante e da própria imigração, buscando entender dilemas, enfrentamentos, correlações com outros processos sociais e estratégias de ação.

CAPÍTULO VII

A dimensão do trabalho: *múltiplos significados e otimizações*

OS GRANDES PROCESSOS RELACIONAIS E ESTRUTURAIS que normatizam e orientam a esfera do trabalho na contemporaneidade estão no centro das grandes questões do fenômeno migratório internacional. Dentre essas alterações poderíamos elencar algumas: globalização de mercados, neomercantilismo que redefine novos formatos das políticas públicas e do papel do Estado, desemprego estrutural, avanço tecnológico em várias de suas dimensões, tendo a informacional como seu carro-chefe, a desterritorialização de capitais e do trabalho, desassalariamento, informalidade, terceirização, desregulamentação (flexibilização produtiva, na esfera da legislação trabalhista etc.), pós-industrialismo, desnacionalização das políticas e da vida econômica, financeirização/monetarização, e muitas coisas mais. Talvez o horizonte do trabalho seja o setor da economia e da sociedade que mais se apresenta sensível a essas transformações todas (Dupas, 2005; Antunes, 2017; Martine, 2005; Baeninger, 2018. A bibliografia nesse campo é imensa). Muitos desses processos podem ser correlacionados à migração de pessoas, à funcionalidade econômico-produtiva dos imigrantes, bem como às trajetórias de migração que se ampliaram nas últimas décadas.

Não podemos esquecer também que, nas últimas três ou quatro décadas, há uma presença intensa da China nos mercados mundiais e em suas dinâmicas produtivas. Esse fato tem afetado o mundo do trabalho, induzido à busca desenfreada pela produtividade e concorrência, intensificação maior dos processos técnico-mecânicos e informacionais aplicados à produção. Os pressupostos de mercados concorrenciais induzem a uma maior exploração da força de trabalho onde sua presença se torna inevitável e/ou mais eficaz

para os capitais que a empregam. É nessa dimensão e neste contexto que a presença de imigrantes se torna fundamental e problemática ao mesmo tempo.

Está havendo uma reformulação da geografia política, econômica e cultural em várias partes do mundo, bem como desenvolvimento das chamadas *sociedades complexas* (Bauman, 2017; Martine, 2005), em suas expressões multiculturais, multiétnicas e multirraciais. Apresentam-se também transnacionalizações de fatores econômicos, culturais, políticos, de direitos, religiões etc., bem como o aumento dos problemas e demandas sociais, crescimento da economia informal e da ilegalidade, dos conflitos mundiais (como os vários que se apresentam não somente na Europa, que é a que mais se evidencia na grande mídia), os quais também vêm produzindo deslocamentos de milhões de pessoas, solicitação de refúgio, dentre outros processos (Ambrosini, 2009). Enfim, é um conjunto imenso de fatores novos e/ou redefinidos na ótica do capital, da sociedade civil e do Estado num cenário, como já dissemos, de crises institucionais (economia, do capital, do Estado, de determinados formatos de instituições tradicionais, como família, sindicatos e, sem dúvida, nas práticas, formas, organização e representação do trabalho) (Castles, 2005).

Mas o que isso tudo têm a ver com os imigrantes e o processo migratório internacional em geral? Acreditamos que muito. Nesse horizonte de grandes alterações e novas configurações, talvez, o que não mudou muito foi o campo de trabalho dedicado ou canalizado para os mais empobrecidos do mundo. Acreditamos também que não tenha mudado muito a lógica que dinamiza a emigração laboral, o sentido e as formas do trabalho para os imigrantes. Talvez tenham sido intensificadas as mesmas lógicas de sempre. Projeta-se para um tempo futuro próximo uma ampliação de fluxos de imigrantes laborais em razão das crises econômicas presentes, da debilidade da economia de muitos dos países que não conseguem ser produtivos e nem acompanhar as transformações intensas do horizonte do trabalho.

É importante frisar, que a riqueza se revela cada vez mais concentrada e a produção que se mundializa e se constitui em algumas regiões de países já ricos distribui-se pelos canais e redes da globalização. A agricultura mundial, por exemplo, absorve pouca gente e muita tecnologia e, isso está em

evidência não só nos países do capitalismo central, mas, também, na África, na América Latina e em vários da Ásia. Conflitos políticos e civis se acirram pelo mundo afora, principalmente em países da África e da Ásia, mas, também, no leste europeu e na América Latina. A renda e os capitais concentram-se sempre mais em regiões e em poucas mãos etc. Logo, somente por esses fatores, já se pode deduzir um aumento desmedido de mobilidades populacionais para alguns destinos já convencionais e, talvez, alguns novos, como é o caso do Brasil, expresso pelos haitianos, venezuelanos e, nos últimos anos, também por colombianos.

Já mencionamos que a esfera do trabalho revela aos imigrantes sentidos múltiplos. Sua identidade social no espaço de destino é expressa pelo trabalho, de preferência, assalariado. A sua presença no universo de trabalho movimenta, redefine uma multiplicidade de processos histórico-culturais da sociedade capitalista e de seus dinamismos contemporâneos nos espaços de origem e de destino (Wihtol de Wenden, 2013).

As sociedades autóctones percebem os imigrantes como mão de obra disponível no mercado de trabalho assalariado, em geral, em espaços de esforço físico, insalubre, de horários elásticos e de remuneração inferior. Eles são sujeitos *para o trabalho* (Sayad, 1999), condensam transformações, otimizações e tendências no mercado de trabalho; revelam dinâmicas expressivas de vários capitais, em geral, industrial e comercial, na agricultura também, como é o caso de alguns países da Europa ocidental e dos Estados Unidos, os quais objetivam maximizar sua ação para obter maiores rendimentos. Porém, não dá para olhar só o aspecto de trabalho, por mais que seja fundamental, sem perceber outros canais interligados e que constituem a organização de vida deles. Esse processo, muitas vezes, esconde trajetórias, estratégias, racionalidades internas e muitos sacrifícios, que seriam impensados se não fosse o fato de se propor a viver como imigrante com todas suas conseqüências que o mundo atual apresenta.

Neste capítulo, buscamos descrever alguns dos aspectos que envolvem o imigrante na sua correlação com o trabalho. Como dissemos, ele é a *totalidade em ato* que legitima, fundamenta e orienta a vida dele e que está em correlação com outras dimensões (família, religião, sociabilidades e representações).

O conteúdo do capítulo é parte integrante de aspectos que vimos pesquisando há mais de uma década sobre o tema. Ele condensa sínteses de processos que envolvem imigrantes senegaleses, bem como bengalis e haitianos em suas especificidades como grupos étnicos/nacionais, em torno de generalidades desta esfera que os envolve. Damos ênfase às informações, reflexões sintéticas de um horizonte que é amplo, complexo e que não se diferencia somente porque são imigrantes que o dinamizam. Esses, talvez, aprofundam seu lado otimizador para os capitais que os contratam e, revelam-se ser mais precarizados pela extrema necessidade do trabalho e pelos sentidos profundos que esse carrega para a vida deles e, também, pela total desvinculação com horizontes organizativos, pelas múltiplas dimensões que os imigrantes carregam (temporário, transnacional, não interessa aposentadoria, aceita trabalhos insalubres, “trabalham bastante e falam pouco”, como disse em entrevista um supervisor do setor Halal de um frigorífico, em 2016).

Múltiplos e amplos horizontes reconfigurados e suas consequências para os imigrantes

Como já enfatizamos no cabeçalho inicial, a intensa imigração deste último meio século tem início nas políticas macroeconômicas lançadas a partir da metade da década de 1980, que dificultaram o desenvolvimento econômico de muitos países, principalmente os *exportadores de mão de obra* (Wihtol de Wenden, 2013). Elas estiveram atreladas aos recursos de poupança externa (via mercado de capitais, atraídos por altas taxas de juros, crédito externo de agências internacionais tradicionais), controle da inflação através de política fiscal rígida, abertura comercial da economia (produzindo desindustrialização, importação elevada, terceirização, dependência internacional e falências) (Martine, 2005; Sassen, 2008; Castles, 2005). Nesse cenário, os empregos e as rendas formais estão sendo reduzidas em vários países que já eram empobrecidos como é o caso do Brasil e de outros na América Latina. A informalidade vem ganhando contornos nunca vistos, a terceirização e o *part-time*, em geral, informais, no seu conjunto, passaram a ser vistos como panaceia para toda e qualquer ação empresarial e de trabalho considerada de

maximização dos trabalhadores e, principalmente, para quem contrata mão de obra.

Há várias teorias que tentam explicar a correlação entre mercado, trabalho e imigrantes. A abordagem de cunho mais *assimilacionista* enfatiza que os imigrantes, num primeiro momento, são sim mão de obra secundária e discriminada, porém, na medida em que estes se adaptam à sociedade de destino, falando a língua, incorporando processos culturais, adquirindo aprendizagens etc., vão confundindo-se com os trabalhadores autóctones, ampliando processos concorrenciais e organizacionais. Nesta teoria, o mercado de trabalho está estruturado com suas dinâmicas e ordens independente de quem se insere nele, se são imigrantes ou não (Sassen, 2008; Ambrosini 2017).

A visão *estruturalista-marxista* tenta mostrar que a sociedades de maior expressão de capitais e de trabalho necessita de imigrantes para engrossar o *exército de reserva*, para otimizar fatores ligados à mão de obra (reduzindo custos, explorando o trabalhador, extraíndo mais-valia, precarizando relações e ambientes de trabalho). Nessa abordagem, os imigrantes são os mais frágeis e vulneráveis entre os já subalternizados. Eles tornam mais incipiente a organização dos trabalhadores, suas conquistas de até então, além de que desenvolvem com mais intensidade a informalidade e a desregulamentação. Enfim, eles têm uma posição mais inferiorizada no espaço de trabalho (Coستا, 2022).

Há elementos que convergem para uma abordagem da *segmentação do mercado* de trabalho dando ênfase ao fato de que imigrantes são inseridos num nicho reservado para eles, atividades que os autóctones não querem ou se inserem com relutância e, por isso, são sempre instáveis e estão comumente situados em níveis inferiores (Ambrosini, 2009). Nessa abordagem, sociedades com maior presença de imigrantes e de longa data tendem a produzir esse horizonte segmentado no mercado de trabalho e que se revela também nos formatos de gênero no trabalho e em outras dimensões.

A *nova economia das migrações* aborda uma dimensão um pouco diferente. Ela reconhece essa segmentação, mas, também, dá ênfase ao fato de que imigrantes, ainda que nem todos, podem ser protagonistas em seus negócios, na construção de mercados, de redes múltiplas que viabilizam trabalhos, rendas, negócios, empreendedorismo, transnacionalismo étnico-mercantil,

vínculos de solidariedade que otimizam espaços de trabalho, informações e auxílios diversos (Colombo, 2006).

No entanto, não há uma teoria ou explicação pura e genérica para tudo e para todos os imigrantes, nem para todos os espaços e situações diversas. O que parece comum em todas as abordagens é que há uma tendência de sociedades capitalistas de vincular imigrantes em horizontes e situações de *precarização laboral* (Wihtol de Wenden, 2013), não valorizar qualificações, inseri-los em atividades de maior uso da força física e nem sempre remunerar de uma forma isonômica.

Não podemos esquecer que as políticas denominadas de neoliberais das últimas décadas, com raras exceções, ampliaram a grave concentração de renda, o desemprego informal, a estagnação de salários, a redução da participação direta do poder público na produção, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, entre um conjunto extremamente alargado de fatores que refletem a conjuntura de pressão e de inserção de países desenvolvidos. O Brasil entrou como sócio minoritário e incluído marginalmente nesse processo, fato esse que reflete e continua influenciando as saídas de pessoas do seu território (Dupas, 2005; Martine, 2005). Essa realidade não é muito diferente em países de grande fluxo de saída, como Bangladesh, Senegal, Haiti, Colômbia, Bolívia, Venezuela, dentre muitos outros grupos que se fazem presentes no Brasil e que configuram as migrações internacionais mais atuais no país.

Empresas migram pelo mundo a fora em busca de fatores maximizadores, principalmente, de mão de obra e matéria-prima, produzindo formas precarizadas e chantagens aos trabalhadores em geral, sejam os que são bem, quanto os que são mal pagos (Dupas, 2005). Aspectos estruturais, principalmente no campo da produção, da tecnologia e das políticas públicas estão sempre produzindo processos de mobilidade (Bauman, 2017).

No México, por exemplo, nos últimos trinta anos, centenas de milhares de pequenos agricultores haviam abandonado a agricultura, e muitos deles foram trabalhar nos Estados Unidos como trabalhadores manuais neste setor. Junto com a mecanização tecnológica, constituiu-se a *mexicanização* da agricultura americana. Dados informam a existência de mais de dez milhões de mexicanos trabalhando nas múltiplas atividades agrícolas e não agrícolas

do meio rural americano (Wihtol de Wenden, 2013). Foram eles, em grande parte, que garantiram alimentos nos mercados urbanos do país nestes dois anos de Pandemia da Covid 19. Em outras partes do mundo não foi muito diferente. Da mesma forma isso aconteceu na Espanha, na França e na Itália com ampla divulgação pela mídia (Idos, 2021; Conedera, 2021).

Entendemos que resulta cada vez mais imperiosa a evidente exigência de mão de obra imigrada para o sistema produtivo, principalmente no setor de serviços e para a esfera do consumo no interior de países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, nos últimos dez anos, os imigrantes já representam uma elevada e crescente quota da força de trabalho nacional, da classe operária, marginal ou não, bem como os índices de crescimento do consumo devido ao aumento da população imigrada.

Os imigrantes, desse modo, reproduzem os processos de diferenciação regional no interior do país, auxiliando no desenvolvimento de determinadas regiões e/ou empobrecendo outras pela sua ausência e/ou saída, ou mesmo, pela sua presença. Eles são atores de um amplo processo constitutivo do mercado de trabalho, assim como o foram no passado nos projetos de colonização e apropriação da terra em vários países e/ou na constituição de um operariado industrial. Os países mais empobrecidos são os que mais sofrem com esses processos todos, em particular, os que fornecem os quadros dos maiores grupos de imigrantes existentes no Brasil. Nunca esquecendo, porém, que o Brasil é um país que, nas últimas décadas, vem recebendo imigrantes, mas que, também, tornou-se um viveiro de emigrantes para vários países do mundo, em especial, para os Estados Unidos e a Europa Ocidental, totalizando hoje mais de quatro milhões. Essa é uma realidade ambígua, aparentemente contraditória.

As novas exigências e formas organizacionais do mercado de trabalho, a interação entre oferta e demanda, a capacidade das instituições de controle econômico de restringir ações de trabalho e de comércio informal, o fato de o imigrante (principalmente o indocumentado) conceber sua presença no país por um tempo curto e a necessidade de acumular o mais rapidamente possível uma soma financeira que lhe permita investir no país de origem, o papel das redes étnicas que facilitam certas inserções no espaço de trabalho etc., são elementos amplos que dinamizam, diferenciam e dão funcionalida-

de à esfera do trabalho (Ambrosini, 2009). Se pensarmos só na informalidade como um das grandes características deste processo, veremos que ela é dinâmica pela sua heterogeneidade, mutação, ambiguidade entre reprimir e permitir, funcionalidade de um lado, disfunção de outro, correlação profunda com o setor formal, complementaridade com o funcionamento do sistema socioeconômico ligado à crise de controle e à ação social do estado, da concorrência intersetorial e econômica em geral (busca de flexibilidade, externalização de serviços, terceirização e fragmentação produtiva) (Martine, 2005; Dupas, 2005).

Atribuir a imigração indocumentada como causa da disfunção social e no mercado de trabalho é, no mínimo, exagero ideológico e, entender a causa pela consequência. A complexidade das variáveis em jogo se expressa para muito além da presença de imigrantes e, desses, os que não possuem os documentos exigidos. Ambrosini (2017) afirma que uma hipotética regularização do trabalho submerso, dos serviços, nas condições atuais, poderia incidir fortemente sobre o custo do trabalho, deprimir a estrutura de demanda do consumo.

A informalidade e sua correlação com a imigração, não pode ser vista numa perspectiva de fatalidade. Porém, sabe-se que esse processo expressa o emblema da inserção da ação econômica dos imigrantes vinculada a uma rede social de interações culturais, políticas, afetivas, de trajetórias e situações individuais e de formas de envolvimento no mercado de trabalho.

Os imigrantes encontram-se, frequentemente, nos nichos de mercado de trabalho flexíveis. Já vimos que muitos trabalhadores qualificados (diplomados, técnicos, profissionais), ao se inserirem nesses espaços, não conseguem colocar em prática sua aprendizagem. O problema apresenta-se pelo fato de que, desvinculados das mediações, torna-se mais difícil encontrar trabalho em geral. Há uma grande tendência de absorção de imigrantes em nichos de trabalho sazonais (colheitas agrícolas, bares e restaurantes, restauros e atividades de infraestrutura) o que contribui ainda mais para expô-los à precariedade ocupacional.

Escolhas, seletividades e explorações

Trabalhar intensamente para sobrar dinheiro e enviar aos familiares, ou para empreender em algum momento no espaço de origem, ou, ainda, no de destino, transforma o imigrante num sujeito econômico transnacional, que faz circular, através do dinheiro, vínculos, investimentos, obrigações morais e que se expressam no horizonte financeiro, consumo e poupança (Ambrosini, 2009; Macedo, 2019).

Pelo ato de trabalhar, imigrantes imprimem uma ampla e consistente rede de relacionamentos transnacionais, mas, também, no âmbito local, onde eles se encontram. À medida que os imigrantes se inserem no mercado de trabalho, tornam-se “conhecidos” e procurados por esferas que envolvem para além dos co-nacionais, o que possibilita, como resultado, maior autonomia e barganha entre eles. Alguns, bem raros, conseguem, por meio dessa estratégia, inserirem-se em espaços de maior segurança profissional, remuneração e adequação ao domínio técnico e de saber que trouxeram consigo.

No entanto, em razão da aprendizagem adquirida pelo tempo de trabalho nos espaços regionais, muitos imigrantes acabam por não tentar espaços de adequação às aprendizagens anteriores à emigração, conformam-se com a situação, buscam levar vantagem também pelo discurso e prática de empregadores de que autóctones não querem realizar tais trabalhos. Esse processo, ao mesmo tempo que os precariza, torna-os valorizados. Em alguns casos, a busca de mão de obra é priorizada pela necessidade que o trabalhador tem de aceitar as condições postas de trabalho. É o caso do setor frigorífico, que possui o abate e a certificação Halal, necessária para a venda de produtos para países de religião muçulmana e/ou de outros mercados. Esse tipo de ocupação é bastante valorizado, pois há grandes redes agroindustriais, já que os empregadores preferem, nas contratações, trabalhadores imigrantes do Senegal, Bangladesh, Eritreia, Gana, dentre outras nações, por conhecerem os devidos rituais.

Quando imigrantes dizem em entrevistas que “peguei o que apareceu porque precisava”, “não dava para escolher trabalho, peguei o que veio naquele momento lá, desde que me pagassem”, “estava e estou precisando de trabalho”, “aqui não é a gente que escolhe trabalho e nem quanto vai ganhar,

é aquele manual e pronto, já se sabe, é só olhar onde estão os haitianos aqui no frigorífico, nos piores locais, para nós não tem muita escolha”, “imigrante não pode escolher onde trabalhar, é onde aparece”, eles revelam a pressão e a necessidade que eles têm de encontrar trabalho. Eles têm a premência de trabalhar. “Vim aqui para trabalhar e mandar dinheiro para a família”. Não há muita escolha. “Se escolher, tu perdes. A gente sabe que não vamos encontrar facilidade. É no frigorífico, no pior local”. (Fragmentos de entrevistas com imigrantes sobre o campo de trabalho em Passo Fundo e Chapecó).



O programa “Café com Emprego”, da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, objetiva a colocação de trabalhadores no mercado de trabalho do município. Em 2021, o referido programa contemplou, numa linha de ação específica, imigrantes; dezenas deles conseguiram colocação no mercado de trabalho. Foto: Agostinho Piovesan. Fonte: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/prefeitura-de-passo-fundo-orienta-imigrantes-sobre-servi%C3%A7os-de-acolhimento-1.702738>

Já enfatizamos que a mobilidade populacional revela e atesta a importância do trabalho como categoria-chave para a compreensão do processo de reprodução do capital. Essa se serve também de alguns elementos socio-culturais (redes sociais, relações de parentesco e de conterraneidade), bem como da situação precária em que vive a maioria dos imigrantes. Para muitos deles que dialogamos, essa exclusão se torna compensada pela impossibilidade de encontrar trabalho no país de origem e o fato de estar permitindo a sobrevivência da família e mais uma série de elementos simbólicos da identidade de marido e pai, capital social adquirido no interior da família, do cam-

po religioso e social no local de origem. Ou seja, sua realidade vivida no país serve de comparação, contraponto e consolo, quando não acaba produzindo relações laborais que configuram submissão e exploração.

O dinheiro ganha uma lógica específica na vida dos imigrantes entrevistados. Primeiramente, ele é direcionado para a sobrevivência da família. A poupança, os investimentos, as aquisições de bens de custo mais elevado são variáveis, dependentes da dinâmica primeira que é a família. Boa parte desse ganho vai para o espaço de origem, em particular, para os gastos cotidianos da família e para algum tipo de investimento idealizado no espaço de origem. Nesse sentido, todos o fazem. Apenas cinco de nossos entrevistados informaram que fazem algum tipo de aplicação financeira de longo prazo. Todos eles usam o sistema financeiro, mais para receber o salário e fazer alguma aplicação em poupança, do que propriamente uma aplicação financeira com objetivos de longo prazo.

O auxílio familiar é representativo entre os interlocutores; é considerado como investimento, pois, viabiliza melhorias nas moradias, na infraestrutura, na aquisição de máquinas e de referenciais de transporte, dentre outros, os quais serão incorporados ao patrimônio familiar. Não é incomum a aquisição de uma casa no meio urbano do local de origem e viabilizar a migração dos pais do imigrante para a cidade, ou, então, construí-la com calma para residir quando o imigrante planeja retornar. Isso vimos bastante junto a imigrantes senegaleses, bengalis e haitianos, bem como num estudo que fizemos sobre brasileiros que residem na Itália e na Áustria em seus investimentos nos locais de origem, principalmente, nos municípios de Água Doce, Luzerna e Treze Tílias, ambos em Santa Catarina.¹

Desenvolveremos melhor no capítulo sobre as redes o fato de que imigrantes mais antigos acumulam certo capital social no espaço de destino (Zeitlyn, 2006), que se expressa na confiança, credibilidade, eficiência e garantia do serviço, produzindo efeitos para si e para os outros imigrantes (Martes; Soares, 2006). Essa mediação é fundamental para a garantia de trabalho ao novo imigrante, bem como a facilitação na busca por locais de moradia. Esta última, demanda confiança, porém, é produzida de uma forma informal e não jurídica e burocrática.

¹ Ver, TEDESCO, J. C. *Entre raízes e rotas: identidades e culturas em movimento*. Passo Fundo/Itajaí: UPF Editora/Univali Editora, 2012, 340 p.

Em entrevistas com empregadores se tornou lugar comum afirmar que “pegamos porque tem sempre quem a gente já conhece e que indica, pega confiança daí, não é? [...], muitos dos nossos aqui não querem trabalhar no pesado. Entre eles, um confia no outro, indica e exerce a cobrança depois, né. [...]. Se não fosse os haitianos que nós fomos buscar, teríamos de fechar o frigorífico; eles [imigrantes] salvaram o emprego do pessoal daqui; uma, porque tem pouca gente na cidade, outra, porque têm outros trabalhos mais atrativos e menos pesados. O pessoal aqui já está escolhendo serviço”. Vimos que imigrantes, à medida que se inserem no mercado de trabalho, tornam-se “conhecidos” e procurados por contratantes, o que possibilita, como resultado, maior autonomia e barganha entre eles. A maioria deles informou que conseguiu emprego por informações de amigos, conhecidos ou “indo lá na empresa”. Um disse que passou na frente de um prédio em construção e pediu emprego. Ele conta que já, no mesmo dia, começou a trabalhar e está na mesma empresa há quase quatro anos. Outro nos disse que um conterrâneo que trabalhava na empresa, numa manhã, o convidou para ir junto e apresentá-lo ao chefe e que já seguiu trabalhando naquela manhã mesmo. “Já faz mais de três anos que estou lá. O que me convidou saiu e, eu ainda estou lá”. Ele atua numa empresa de pavimentação asfáltica. Nesse sentido, as estratégias e as formas de inserção são variadas e dinâmicas, fruto de canais pouco convencionais, mas que, para imigrantes, tornam-se importantes.

Não há dúvida de que o horizonte do trabalho é central na vida do migrante, na decisão de emigrar e na sua identidade de imigrante no espaço de destino. “O imigrante está disposto a tudo, não escolhe trabalho e nem está preocupado com o horário” (Entrevista direta com responsável pelo setor de recursos humanos de uma empresa do setor da construção civil em Passo Fundo).² Acreditamos que esse discurso de que “os nossos não querem fazer”, é uma forma de escamotear a prioridade dada aos imigrantes em determinados espaços pelos empregadores em razão de serem eles mais susceptíveis à exploração, ao salário reduzido e à total ausência de vínculos sindicais e associativos. Essas dimensões alimentam concepções sobre o trabalho do

² Várias dessas entrevistas foram feitas com representantes de setores de recursos humanos, chefes de setores de abate de frangos e de outras atividades. Nesse sentido, não foram diferenciados os imigrantes por nacionalidades. Então, muitas das narrativas de empregadores e de representantes de empresas tratam de imigrantes em geral. Boa parte dessas entrevistas foram realizadas em 2016 e 2018.

imigrante, os expõem a situações de maior probabilidade de maximização pelos empregadores. É parte integrante da precarização estrutural do trabalho, em particular do imigrante, e fica mais visível à medida que ele, diante da situação em que se encontra, aceita as condições oferecidas, pois dessa realidade depende seu visto de permanência no país, sua identidade de imigrante e todo o horizonte das obrigações (dávias) com a família.

A grande maioria dos haitianos entrevistados, por exemplo, declarou ser dependente, ou seja, trabalhar com carteira assinada e para outrem. Alguns, no entanto, estão e/ou manifestam desejo de serem autônomos, montarem pequenos negócios. Ter conhecidos, parentes, amigos no local de destino produz laços mais fortes, substitui, pelo menos em parte, o afrouxamento dos vínculos em relação à família, algo que para eles é ruim, mas é fruto da realidade de imigrante. Esse translocalismo familiar no local de destino imprime realidades em que os territórios de pertencimento se ampliam (Ambrosini, 2009). Desse modo, as redes vão se constituindo, agregando, vinculando, alargando, atraindo, redefinindo vínculos e integrações em relação às que haviam sido efetivadas anteriormente (Martes; Soares, 2006).

De todos os trabalhos que comentamos durante as entrevistas, os da construção civil revelam ser os mais “pesados”, porém, no setor de desossa nos frigoríficos também é expresso como um dos “que tem de ter mais cuidado e, não se pode nem olhar para os lados; é num ritmo muito intenso”. Neste, segundo entrevistados, envolve mais destreza e esforço físico, bem como movimentos repetitivos e de intensa alternância de trabalhadores. Nessa atividade, a presença de imigrantes tem se mostrado intensa. Numa visita a um frigorífico, obtivemos as seguintes informações: “[...], eles estão suprindo a mão de obra que necessitávamos; antes tínhamos de buscar em outra cidade, agora eles vêm bater na porta”. Comumente, na parada de ônibus próxima de nossa casa, por volta das sete horas da manhã, vários imigrantes aguardavam o transporte da empresa frigorífica para levá-los ao trabalho. Numa ocasião contamos 12. Nas colocações de uma funcionária responsável pelo setor de recursos humanos de uma empresa, ouvimos a seguinte narrativa: “[...] chegamos a ter 113 deles [imigrantes em geral] [...]. A falta de mão de obra é que fez a gente procurar eles, principalmente para a sala de corte e expedição. [...], eles são pontuais, comprometidos e persistentes” (Entrevista com representante do setor de recursos humanos de um frigorífico).

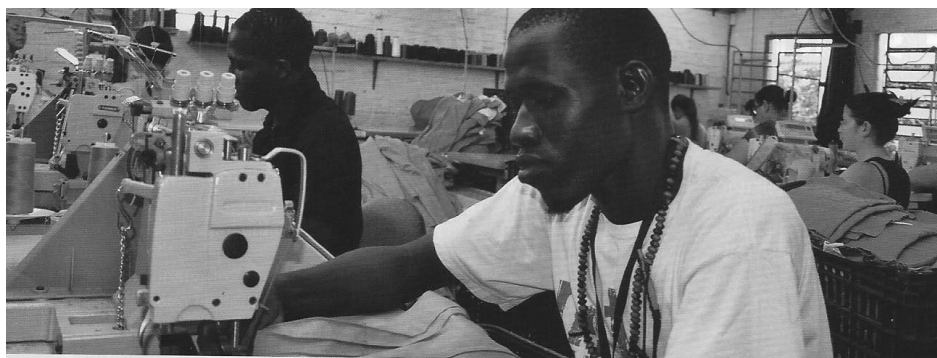
Um dos entrevistados, responsável pelo setor de pavimentação asfáltica de uma empresa de Passo Fundo, mencionou algumas características dos imigrantes: “Eles trabalham de sol a sol, têm boa vontade, mas pouca iniciativa; eles são muito atenciosos, falam pouco; poucos colegas entendem o que dizem e, também, por gestos, nós entendemos eles e, eles nos entendem”. O interlocutor disse que os processos de aprendizagem vão acontecendo até mais rápido do que um funcionário brasileiro. “[...], eles se adaptam ao trabalho [...]; está sendo uma boa escolha, mesmo tendo um pouco de dificuldade devido à comunicação, mas eles acabam se sobressaindo pelo compromisso”. Há reclamações de bengalis de que o “trabalho é pesado”, “ganhamos pouco”, “a vida aqui é trabalhar, muito trabalho”, “eu vejo aqui [no frigorífico] que os piores setores têm sempre mais estrangeiros. Como vem sempre imigrante novo, eles vão botando esses nesses lugares e tirando os brasileiros, isso já vi bem claro. Tu podes ver aonde estão os haitianos, sempre nos piores lugares. Na desossa, no carregamento e na limpeza, é só haitianos e, as mulheres também”.³

A ausência do domínio da língua continua sendo o grande limitador para ambas as partes (imigrantes e empregadores). A língua é uma das maiores barreiras para os processos integrativos e interculturais, tanto no âmbito do trabalho, quanto nos convívios sociais. Isso foi expresso por quase todos os entrevistados (alguns já tinham domínio da língua por terem vivido algum tempo em países de língua portuguesa e espanhola). A língua permite contatos, encontros, maior visibilidade e entendimento do outro. Na ausência disso, os preconceitos e os estranhamentos se evidenciam ainda mais e produzem relações de distanciamento, assim como pode haver processos de não conhecimento de legislação do trabalho, bem como inexistência de reclamações pela impossibilidade da comunicação de uma das partes.

O imigrante é visto pela sociedade hospedeira pela sua funcionalidade

³ Discutimos essas questões mais recentemente com um dos responsáveis pelo setor de Recursos Humanos de um dos frigoríficos que estivemos pesquisando e, ele confirmou que há uma tendência de inserir haitianos nesses espaços mais “pesados e insalubres, porque eles são os últimos imigrantes que entraram na empresa”. O entrevistado disse que essa prática era comum no frigorífico e, “se tu colocares um dos nossos [brasileiros], eles ficam uns dias e pedem para sair, ou se machucam, ou saem para ir ao Ministério do Trabalho depois e, ganhar indenização por assédio moral ou outra coisa”. O interlocutor era nosso aluno no curso de Administração, em 2021. Em 2015, quando fizemos pela primeira vez entrevistas no referido frigorífico, vimos que bengalis, em geral, eram inseridos nestes setores. Ver, Tedesco; Mello (2015).

ao sistema produtivo. Esse processo faz perder de vista ou alterar a trama de relações sociais, familiares e simbólicas com o passado, com as intenções pessoais do presente. A preocupação da sociedade hospedeira com a inserção do imigrante no horizonte do trabalho reduziu ou ignorou a possibilidade de integração em outras esferas. O quadro institucional do país, sua regularização normativa e os comportamentos sociais são importantes na determinação e possibilidade de integração social do imigrante, pois é desse horizonte que se constitui o senso comum em relação aos mesmos.⁴



Senegaleses trabalhando em fábrica de confecções de botas e bombachas em Passo Fundo. Fonte: foto de Nelso Gato. *Revista Somando*. Rádio Planalto.

Um empreendedor entrevistado disse que “a devoção deles é a família; essa também aparece na sua vontade de trabalhar e responsabilidade, que acabam sendo o seu diferencial frente aos brasileiros. Os que permanecem após um período de seleção são realmente melhores que os equivalentes brasileiros”. O entrevistado enfatizou que a língua é uma grande barreira, “mas procuramos colocar eles em atividade que tu informas uma vez como se faz e eles executam, principalmente os bengalis, esses baixam a cabeça e fazem”. Acrescenta o entrevistado que “mesmo com a vontade de trabalhar, a sua capacidade de iniciativa é quase zero, com o tempo isso é um pouco sanado”. O interlocutor enfatiza que busca sempre “integrar os imigrantes com algum brasileiro para que possam se auxiliar e não criar divisões”.⁵ Em meio

⁴ Ver DUSI, P. *Flussi migratori e problematiche di vita sociale*. Verso una pedagogia dell'intercultural. Milano: Vita e Pensiero, 2000.

⁵ Um amplo quadro de narrativas de entrevistas nesse sentido está presente em Tedesco e Mello (2015), ou, também, em Tedesco e Vanin (2018).

a esses processos simbólicos e de base cultural, há outros elementos que não são vistos como atendendo às expectativas para os imigrantes. A língua, o trabalho pesado e os relacionamentos na vida cotidiana são vistos como mais expressivos (Tedesco; Vanin, 2018).

Não se pode deixar de considerar que os imigrantes, como diz Sayad (2002), são cidadãos de um país/região que lhes hospeda, não são originários e reproduzem relações com outro país também. São sujeitos, por essência, portadores de identidades múltiplas, em boa parte transversais e, por isso, alimentam sempre diferenças culturais. Esse processo, somado a outros, produz conflitos nos espaços de vivência social e também de trabalho onde há imigrantes. Em nível macro, há temores de múltiplas dimensões, os quais envolvem a esfera pública, legislação, soberania, direitos, polícia, fronteiras etc.

A documentação regular é um dos primeiros passos para um processo de integração e convívio social. Ela permite aos imigrantes circularem pelo espaço novo, protegidos pela oficialidade em sua permanência. A questão do choque cultural e a determinação dos autóctones em vários âmbitos, principalmente no espaço de trabalho, na intolerância social e cultural, na burocratização dos aspectos funcionais e de regularização de permanência, fazem da questão da integração/socialização um horizonte de extrema importância (Basso, 2000). Muitas vezes, imigrantes integram-se mais entre si, entre os vários grupos étnicos e, muito menos, com a sociedade maior de destino.

É dito que ser imigrante é ser trabalhador, então, otimizar o tempo do trabalho remunerado, tornando-o mais elástico, permite maior remuneração e satisfação no local de destino. Com isso, intensifica-se o desejo de permanecer no país e permitir a emigração da esposa e filhos, realidade expressa por vários entrevistados, ainda que a realidade percebida e narrada seja incipiente. É importante enfatizar que esse processo é lento e vai depender dos níveis de integração e assimilação, inserção no mundo laboral, oferta de trabalhos, interconhecimentos, flexibilização dos processos identitários do imigrante (Palidda, 1998).

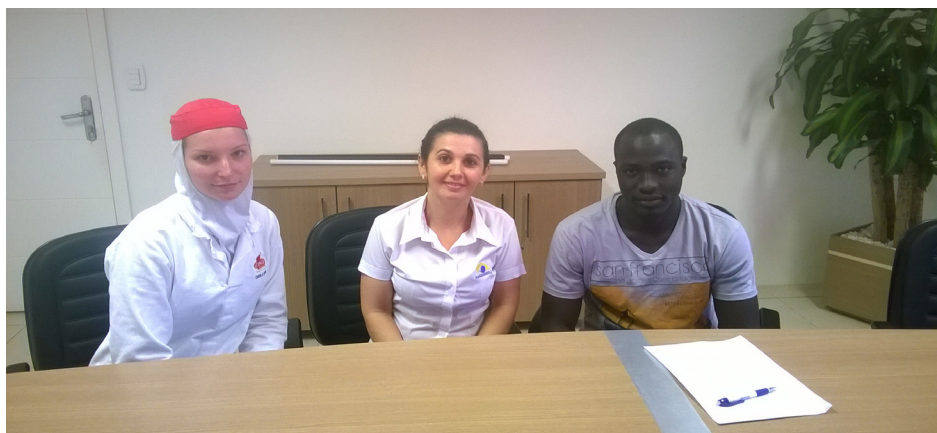


Imigrantes senegaleses e haitianos no Monumento ao Imigrante, em Caxias do Sul (RS), em 2013. Foto: Scur (2013). Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-5-Pagina-Central-de-Empregos-para-Haitianos-no-Brasil-Fonte-Facebook_fig3_289493833

O imigrante é quase sempre tratado como mercadoria pelos capitais a ele vinculados. Há um comércio paralelo internacional muito lucrativo, expresso pelas agências de viagens, escritórios que falsificam documentos e moradias provisórias, que são invisíveis aos olhos dos consulados, aliás, estes percebem os imigrantes, principalmente os indocumentados, com desconfiança, desprezo, com olhar discriminatório, como sujeitos sem direitos e sem assistência (Ramos, 2003). Vimos isso quando imigrantes relataram os processos que fizeram para sair de seu país e chegar ao Brasil, geralmente sendo sujeitos suscetíveis de exploração e extorsão, tratados como marginais, localizados em espaços perigosos, que precisam burlar a legislação, não serem pegos pela fiscalização de fronteiras e que disponibilizam recursos financeiros ao bel prazer dos sujeitos que têm poder de controlar territórios etc.

Nesse sentido, o imigrante vive num horizonte de angústias. Quando parte deles incorpora incertezas de sobrevivência, desejo de se livrar de várias formas de violência e tensões de ordem física, da falta de trabalho, cidadania, de dificuldade de inclusão (Della Lippa, 2013). Ao chegar nos espaços de destino, algumas angústias se diluem, outras surgem e/ou complexificam ainda mais as já existentes, principalmente pelo fato de ter abandonado alguém, deixado responsabilidades e redes afetivas, de realizar trabalhos de baixa qua-

lificação e reconhecimento social, sofrer doenças, demissões, deportações, morte de alguém no espaço de origem sem poder estar presente e prestar condolências, de não encontrar trabalho, moradia, amigos, socializar-se etc. (Macedo, 2019). Angústia também pela incerteza de encontrar no novo país o que não realizou no de origem, estar disposto a “jogar”, a fazer valer tudo, de ser uma “mão-de-obra genérica” (Castells, 2000), que mais executa do que qualifica e inventa, trabalho braçal, pouco ou nada de lazer etc. Por isso, a imigração, como novo projeto de vida, pode também causar grandes traumas. Não é simples lidar com novos códigos e valores culturais e linguísticos, expor sua situação de necessitado, enfrentar a estigmatização de ser imigrante, de não conseguir lançar mão de estratégias eficazes de autoproteção para justamente encobrir esses limites, a rotulação que o reduz em termos de identificação social e de autoestima (Ramos, 2003; Macedo, 2019).



Senegalês e funcionárias de um frigorífico na região de Passo Fundo em momento de nossa entrevista.
Fonte: Pesquisa de campo.

Tendo presente esses elementos todos é que se pode entender o fato de imigrantes estarem todos os dias relacionando-se com os *seus* no/do país de origem. Eles organizam planos coletivos de internet, telefonia, skype e outras formas que permitem contatos. A dimensão dos contatos, aliada à intensidade ou não da saudade, das obrigações familiares e dos investimentos econômicos dos recursos enviados, auxiliam também na decisão de permanecer, assim como pode produzir novas reemigrações, vincular canais que permitem transnacionalizar relações e contatos.

A mulher imigrante e o trabalho: reconfigurações de gênero e de espaços

Há uma grande presença feminina no interior dos fluxos atuais de imigrantes no mundo todo, a qual engrossa a dimensão da migração laboral. Em alguns casos, sendo as mulheres as que lideram os índices.⁵ Nunca esquecendo, porém, que o arquétipo da migração é produzido e representado pelo homem. Mesmo que se tenha isso presente, ainda em 2000, por exemplo, 48% das migrações internacionais eram compostas por mulheres. Em 2021, elas estavam em paridade com os homens (Idos, 2021). Em alguns países, elas chegam a ser a maioria, como é o caso do Siri Lanka, Filipinas e Indonésia. Na Itália, em 2019, período que fizemos pesquisa, as brasileiras representavam 75% do total dos imigrantes brasileiros no país. Era a segunda nacionalidade de maior percentual (Caritas Migrantes, 2020).

Para as mulheres, o problema da discriminação no mercado de trabalho assume formas mais complexas. Serviços domésticos, assistenciais e de limpeza do lar, por serem, em grande parte, informais, temporários e fragmentados em vários espaços, são pouco ou nada reconhecidos. Não são levadas em conta as competências profissionais das imigrantes. Esse processo submete as trabalhadoras a horários, serviços e condições de trabalho não mais aceitos pelas nacionais. As histórias de vida individuais das migrantes femininas ou dos elementos que as envolvem são muito mais problemáticas do que as dos homens. A literatura que revisamos enfatiza que muitas imigrantes acabam envolvendo-se no mercado do sexo, vitimadas pelos valores de sociedades patriarcais e machistas; no mercado formal de trabalho recebem menos, muitas vezes ficam expostas aos assédios sexuais e morais quando não, em razão de preconceitos pelo fato de ser imigrante, sendo obrigadas a se prostituir. O trabalho no interior das famílias é bem expressivo disso tudo.

Em países de maior fluxo de mulheres imigrantes, estudos demonstram que a força de trabalho feminina continua a ser vista como subsidiária com respeito às carências e flexibilidades que as agências e estruturas sociais apresentam. São manifestação da crise do estado social no tocante à assistência familiar, aos idosos, aos portadores de deficiências e, de grande carência no setor dos cuidados e curas em geral. Elas adentram para o tercei-

ro setor e em restaurantes, apresentam-se, em muitos casos, como mulher e mãe num processo de reprodução de uma força de trabalho estrangeira cada vez mais estrutural nas sociedades de economia avançada (Dusi, 2000; Bauman, 2017). Já vimos que, com crise do sistema de *welfare* principalmente em setores mais sensíveis, como são a família e os idosos, o trabalho doméstico configurou-se já como um componente estrutural do mercado de trabalho (Ambrosini, 2009; 2017). É a chamada “feminização” no setor serviços do mercado de trabalho. Essa é a situação que explica, em boa parte, a bem maior presença de mulheres brasileiras em relação aos homens na Itália.

O trabalho doméstico talvez seja a expressão mais nítida da cadeia migratória, pois se constitui por familiares, amigas, vizinhas, parentes que se auxiliam em encontrar trabalho (Fleischer, 2000). Há uma grande tendência de sazonalidade de trabalho e de permanência como imigrante, ausência de normas reguladoras de ingresso em certos momentos e altamente restritivas em outros, a ampla absorção no trabalho terciário, o aumento intenso de refugiadas na categoria de imigrantes, dão o tom da presença feminina no conjunto dos contingentes atuais.

O trabalho da mulher atesta a importância do trabalho imigrante na dita “sociedade pós-industrial”. Ela, como todos os trabalhadores empobrecidos e que precisam vender sua força de trabalho, contribui para a dinâmica econômica no cenário da imigração. Sua presença expressa as transformações no horizonte familiar (separação de famílias, dos filhos, da família mais ampliada) da afetividade, de emancipação, de socialização da dependência e da obrigação de permanecer grande parte do tempo e sua existência no lugar de trabalho (no caso mais para as domésticas), de integração marginal e subalterna (Ambrosini, 2017). Pode-se inferir que essa tendência no mercado de trabalho tenha reflexos na dinâmica migratória. Autores colocam algumas outras características da presença desse trabalho considerado *de gênero*, dentre as quais estão os trabalhos pouco regulamentados, de intensa flexibilização temporal e espacial, e, em alguns casos, como o de residência, os quais apresentam-se com longos turnos, variabilidade de remuneração em termos de tipo de contrato, do contexto territorial, da nacionalidade de origem, da vizinhança cultural da mediação quando da contratação de trabalho (parentes, indicações de amigos, cooperativas de trabalho) (De Filippo, 2000).

Em relação aos venezuelanos no Brasil, a presença feminina é bem intensa. Segundo informação do presidente de sua associação, em momento de entrevista, ele disse que “deve ter mais ou menos uns 20% dos imigrantes no total que são mulheres. Não são muitas, mas estão crescendo. Sempre está chegando mais mulheres”. Para os haitianos, segundo um dos pastores que é responsável por uma de suas igrejas, elas quase se equiparam aos homens, “talvez uns 40% são mulheres. Elas estão com as famílias, mas também têm as quem vem sozinhas com parentes e amigos e amigas do Haiti ou de outros países que elas estavam antes”.

Estudos de gênero na imigração alertam para a profunda exploração, a total desregulamentação do trabalho, a ausência de uma rede social de serviços, as privações culturais, os assédios masculinos, a debilitada visibilidade institucional e social, a segregação no espaço de trabalho, a total desvalorização do estudo e da experiência profissional, dentre outras questões a que as domésticas estão expostas (De Filippo, 2000).

Nessa questão do gênero na imigração, não é possível esquecer a família. Por mais que a imigração atual tenha grande performance de indivíduos singulares e não de famílias inteiras que emigram, estas não podem ser ignoradas. Aspectos financeiros, demográficos, afetivos etc., estão presentes na dinâmica da mobilidade de pessoas (Macedo, 2019). Muitas vezes, a fragmentação, a saída de alguém serve para propiciar a permanência de outros e/ou para manter a unidade familiar, para melhorar as condições de existência do todo (Sales, 1998).

Entre imigrantes mulheres em nosso espaço de pesquisa, é lugar comum a afirmação de que as haitianas têm maiores dificuldades de encontrar trabalho, em segundo lugar estão as poucas bengalis que ainda existem. Para o caso das senegalesas e venezuelanas, ao que nos foi afirmado, elas encontram mais espaços em casas de família, no setor de limpeza de empresas e, também, em vários setores no espaço de agroindústrias de carnes. Um pastor haitiano, em entrevista, informou-nos que há uma extrema dificuldade para as haitianas encontrar empregos. Diz ele que, “para os homens é bem mais fácil. Elas pouco sabem a língua, sabem que têm preconceitos aqui e, elas também se acomodam porque muitas vezes é o marido que não quer, então fazem filhos para ocupar as mulheres em casa. O marido produz também

discriminação e algum preconceito. Eles carregam como faziam no Haiti. Eu insisto para elas que devem aprender o português, mas não se interessam, ou o marido não incentiva. Isso eu vejo que está errado. Eu falo isso na igreja sempre que dá”. Ele nos disse que em geral, elas permanecem em casa cuidando da alimentação e dos filhos, da educação deles, da própria casa que, na extrema maioria, é alugada e residem mais de uma família.

Um dos líderes dos haitianos que frequentava um curso de aperfeiçoamento em língua portuguesa, que estávamos também dando nossa contribuição como voluntário, comentou na mesma direção do pastor entrevistado: “elas não sabem falar o português, mas, muitas vezes, são os maridos não deixam aprender, ou não levam elas para aprender. É ainda uma cultura machista a nossa mesmo fora do Haiti. [...]. Eu falo sempre para aprender o português, tem cursos e mais cursos, até a empresa que eu trabalho está dando curso de português para funcionários e podia levar as esposas, mas pelo que vi, foi uma ou duas. Elas são assim, os homens também são assim. Tu podes ver aqui, tem só duas haitianas em mais de 30 alunos. Elas não se sentem livres e com vontade de aprender desde que o marido saiba, porém, se tiver de trabalhar, vão sofrer muito”.

Empreender e mudar o status de imigrante

Empreender é uma aventura (Ambrosini, 2009; Colombo, 2010), uma complementação e resultado da imigração idealizada. Demonstra coragem. Para alguns, expressa uma *vocação empresarial como é o caso de senegaleses*. Ser empreendedor exige preparação pessoal (domínio da língua, conhecimento de leis, certo capital social no interior de grupos, conhecimento de logística e da atividade em si). É também motivo de orgulho e torna-se um capital simbólico no interior do grupo, da família, junto aos que ficaram no local de origem; revela a produção de relações sociais, certo protagonismo dos imigrantes e possibilidade de dar um salto qualitativo no interior do país (Ambrosini, 2009).

O imigrante sempre foi visto como um trabalhador dependente, que se vincula no mercado de trabalho remunerado, contratado por alguém, num

espaço de baixa qualificação e, por consequência, também de remuneração e de mobilidade social. O migrante é visto como alguém que tem de trabalhar para outro alguém e tornar o trabalho otimizador para quem emprega (Martes; Soares, 2003). O campo do trabalho e da esfera pública assim desejam, não muito diferente em relação a todos os trabalhadores, porém, com uma ressalva, é um *estrangeiro*. Esse é o processo normal que orienta as forças e os meios de trabalho, as legislações e, em grande parte, a idealização do próprio migrante.



Compra e venda de móveis novos e usados, de propriedade de haitianos, na cidade de Passo Fundo. Fonte: pesquisa de campo.

Há um grande contingente de imigrantes que deseja e efetiva a constituição de empresas (em geral, micro) ou trabalhando “por conta”, como autônomo. Vimos em Passo Fundo imigrantes empreendedores. Elencamos apenas alguns: um possui empresa de instalação de rede de água, outro que atua em aplicativos como o Uber e o Garupa, jardineiros, lojistas de roupa e calçados em espaço fixo, alguns que vendem *produtos étnicos* do Senegal; há quem montou pizzaria, há verdureiro, prestadores de serviços para imigrantes (documentação, *transfer money*, espécie de centro de informação sobre vagas de trabalho), dentre várias outras atividades e setores.

Imigrantes mudam sua performance na medida em que conseguem empreender. Sua funcionalidade no interior do país de residência é alterada. Seu grau de autonomia e de inserção no mundo do trabalho redefine sua performance e identidade de imigrante. Há uma representação que os diferencia, a qual, também, revela uma contradição, ou seja, os mesmos, para poder se integrarem e se sentir bem e (auto)reconhecidos, necessitam ser empreendedores. Fato esse que, na realidade, é ainda, na prática, pouco eficiente e evidente, pois, em geral, imigrantes, adentram para empreendimentos que são pouco ou nada demandados por autóctones, além de o custo alto e a legislação restritiva dificultam a tomada de decisão.

De qualquer forma, essas experiências revelam indícios de processos integrativos no interior da sociedade maior (ainda que isso seja motivado por fatores econômicos), bem como inventividades, capacidade ou intenção de tentar dar salto em direção a uma possível mobilidade social, interações cotidianas e relacionais com um conjunto amplo de pessoas, autóctones ou não. Sabe-se que sendo empreendedor, para o/a imigrante, também pode ser uma oportunidade de alterar o quadro de sua performance migratória na sociedade mais ampla, porém, ressaltamos a longa caminhada nesse sentido e as inúmeras barreiras. Há muitas dificuldades, em particular, as ligadas ao crédito, ao exagero de burocracia e de garantias exigidas, os juros altos, envolvimento e o risco de jogar por terra anos de vida e de poupança, de voltar para casa com “as mãos vazias”. Competências profissionais são adquiridas, ocupações são viabilizadas, porém permanecem inúmeras dificuldades (Dota, 2007; Ambrosini, 2009).

Processos ligados ao âmbito global, bem como ao pertencimento étnico e à profissionalização de imigrantes, estão criando condições para que mais migrantes possam adquirir certa mobilidade social e vivenciar situações de integração e qualificação social. O trabalho informal é outra característica dessa vinculação entre auto emprego e imigração. No horizonte desse tipo de informalidade estão, também, as redes sociais (*network*) entre grupos de origem, as quais pressupõem maior interconhecimento, confiança recíproca, facilidade para encontrar trabalhadores, flexibilidade na aplicação da força de trabalho e nas formas de remuneração. Os imigrantes empreendedores conseguem se inserir em atividades de baixa demanda e/ou de reduzida per-

formance social (qualificação, circuitos mercantis e remuneração). Mesmo assim, a dimensão do empreendedorismo carrega consigo um conjunto de fatores que altera aspectos do quadro identitário do imigrante. Porém, não basta empreender e achar que tudo vai se alterar na vida do imigrante, em sua identidade social e nas condições objetivas e materiais no interior do país de destino.



Fruteira de bengali na cidade de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo.

Os denominados *vendedores em ruas* (ambulantes) parecem engrossar a fila a cada dia, tanto no centro de cidades, quanto em bairros periféricos. Percebemos isso nos dois espaços de nossa pesquisa: Passo Fundo e Chapecó. Essa prática, como já mencionamos, é parte integrante do *éthos* de senegaleses. Eles dizem preferir ser vendedores, estar em contato direto com o consumidor de uma forma informal. “No Senegal é assim, nós vendemos e compramos muito na rua. Aqui não é assim, mais é em São Paulo. Por isso é que tem vários indo a São Paulo. Depois de um tempo que trabalham nas empresas aqui, desistem e vão para São Paulo. Com o dinheiro que recebem dá para comprar mercadoria e sair vender”. Desse modo, eles conseguem constituir um nicho de mercado de produtos “dos pobres”, como nos disse um senegalês, o qual se processa informalmente entre a população “no que você quiser comprar”.



Comércio de roupas prontas, de propriedade de bengali, na cidade de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo.



Loja de roupas prontas de propriedade de bengali na cidade de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo.

Um imigrante senegalês entrevistado disse-nos que “os mais pobres no meu país quase não entram nas lojas. Essas são para os ricos, os que têm dinheiro”. Essa revela ser uma estratégia de intercâmbio mercantil, de fazer circular produtos e dinheiro entre os imigrantes e autóctones, de produzir uma sociabilidade baseada em valores de reciprocidade, *contratos* e contatos informais, entreejada em meio às esferas mercantis racionais, de circulação monetária. É uma atividade que desenvolve estratégias que giram em torno da dívida e da dádiva, do tino para o negócio e as contraposições nos espaços de destino.

Os senegaleses envolvidos nesse processo ampliaram redes que viabilizam esses canais por meio de fornecedores (de São Paulo e do Paraguai), de comerciantes, de clientes transeuntes ou os que são vendidos através de visitas nas casas. Talvez os próprios senegaleses consigam introduzir essa realidade, não tanto entre si, mas, com autóctones, pessoas com baixo poder aquisitivo. “Vimos o jeito simpático deles e o produto de qualidade que eles têm”, como nos disse uma mulher em um bar em que estávamos, por ocasião da chegada de um vendedor senegalês.

Há muitas reclamações de alguns representantes de órgãos públicos e empresariais no tocante ao fato de que “eles não pagam impostos; eles deveriam sim vender esses produtos, mas estabelecidos em algum lugar, pagando impostos como os nossos aqui fazem”.⁶ Outros se manifestam em espaços de jornais locais colocando em dúvida a procedência dos produtos, a concorrência desleal com os que já estão estabelecidos e pagam tributos, a falta de fiscalização da Polícia Federal, do poder municipal etc. Há uma correlação negativizada, como trabalho ilegal, antes mesmo de adoção de práticas de averiguação. Amplia-se o potencial da correlação com a ilegalidade mais ampla (procedência, informalidade etc.). Isso justifica as ações dos fiscais. Há um jogo interrelacional no qual são acionadas estratégias de legitimação de ambos os lados.

⁶ Discurso de um vereador na Câmara de Vereadores de Passo Fundo por ocasião de um expediente especial que discutiu “a situação dos senegaleses em Passo Fundo e região”. Estivemos presente nesse ato e registramos discursos dos representantes do legislativo municipal.



Presença da fiscalização municipal e estadual junto a senegaleses em ruas do centro da cidade de Passo Fundo, em outubro de 2018. Em geral, esse tipo de abordagem acaba resultando em conflitos em razão da costumeira apreensão de produtos. Fonte: Foto Fábio Lehmen – RBSTV.

Imigrantes que atuam em atividades de comércio de rua dizem que não têm emprego, que trabalham para obter uma renda para a família, que não são contraventores, que não há ilegalidade e, sim, que a ilegalidade está na ação dos fiscais, principalmente pelo seu peso racial, pela violência ostensiva e pelos prejuízos causados em termos financeiros e na imagem dos vendedores perante a população. Eles informam que autóctones também vendem, inclusive próximos aos espaços que os senegaleses ocupam e que “não há repressão a eles, só com nós”. Desse modo, os agentes da legalidade estariam promovendo uma prática antiética e desigual.

Insistimos na ideia de que o trabalho dito *independente* depende muito também da experiência amadurecida depois de alguns anos no espaço de destino, ou seja, dos contatos construídos, do conhecimento adquirido, do desejo de melhorar economicamente e de colocar em prática especialidades aprendidas ou já possuídas antes de emigrar; em termos pessoais, passam a ser fundamentais para o futuro empreendedor. Somam-se a isso, as condições de partida e os objetivos da emigração (tempos, relações sociais, obrigações familiares etc.), a questão da documentação, os vínculos com o Brasil etc. São necessárias também políticas de incentivo, legislações adequadas, processos econômicos, jurídicos, étnicos e familiares, bem como elementos

da sociedade de destino em correlação com a de origem e que funcionam em redes, dentre uma série de outros elementos (Ambrosini, 2009; 2017).

Conseguimos perceber muitas ações empreendedoras que atuam num horizonte que, mais ou menos, poderíamos chamar de transnacional. Esse *transnacionalismo* pode demonstrar um estado de uma “dupla ausência” numa “dupla presença”, territórios que *deslizam* e produzem relações sociais e econômicas sob o manto de uma *cultura étnica* que oscila numa dinâmica entre presença e ausência; está presente porque sua ausência é sentida e/ou fabricada pela inovação e exotismo; sua ausência é sentida como sinal de limitação, de desagregação e de incipiente ancoragem e identificação de grupos; expressa uma *territorialização dos imigrantes*, vínculos com autóctones, numa dimensão imaterial e simbólica fundada ou dinamizada pela base étnica, no conteúdo das informações e comunicações, no dinheiro enviado e que circula entre regiões dos dois países.

Os imigrantes condensam transformações, otimizações e tendências no mercado de trabalho. “O trabalhador imigrante, devido à sua vulnerabilidade, não pode fazer outra coisa senão adaptar-se ao papel inferiorizado que a lógica de expansão capitalista lhe reserva; é uma espécie de novo escravo, desprovido de direitos e da tutela, mas, justamente por isso, economicamente vantajoso” (Harris, 2000, p. 56). Nesse sentido, a constituição de vínculos/redes entre co-nacionais e desses com mediadores autóctones, que ofertam trabalho, favorece a inserção do imigrante em determinados espaços e lhe dá maior garantia laboral, porém, em geral, com tempo mais elástico. Esse é um campo que vinha se desenvolvendo antes da pandemia e, com certeza, será ampliado pós esse período de crise econômica e sanitária. Os imigrantes passam a ser o elo mais fraco dessa dimensão que (des)regulamenta e otimiza os processos de trabalho para as várias formas de capitais a eles envolvidos.



Imigrante de Bangladesh, proprietário de uma pizzaria localizada na antiga estação ferroviária de Passo Fundo, a Gare Estação Gastronômica. Foto: pesquisa de campo.

Economia e religião na esteira da degola do frango!

A esfera religiosa é outro amplo elemento que interliga imigração com trabalho e família, inclusive, com o desenvolvimento econômico e pertencimento étnico. Um dos pressupostos do desenvolvimento é o protagonismo do imigrante nas suas relações sociais, familiares, integrativas e transnacionais. Nesse horizonte, inclui-se o viver social (no interior do grupo e com os autóctones), cultural, espiritual e psicológico. No campo das expressões culturais, a questão religiosa evidencia a (re)construção e organização de subjetividades e representações. Ela serve como ponto referencial de conduta, de visão de mundo, de perspectivas de futuro e significação das experiências sociais (Cesareo, 2019).

As práticas religiosas, de uma ou de outra forma, sempre acompanharam os movimentos de pessoas. A religião islâmica se correlaciona com a migração e com a identidade de imigrante nos espaços de origem. Essa é fun-

damental para toda a organização da vida dos que migram para espaços múltiplos, em particular, os transnacionalizados (Fall, 2016). As migrações mais antigas para o Brasil, por exemplo, revelavam isso. A presença do padre ou do pastor era sempre esperada e vista como necessária (Rogoff, 2005; Costa, 1976; Franzina, 2005). As necessidades materiais e espirituais se ligavam e se alimentavam em espaços diferenciados, longe dos costumeiros espaços de origem. Os rituais religiosos e a presença desse campo institucional foram sempre recorrentes à vida dos imigrantes e fundamentais para a nova socialização e reterritorialização. O que queremos dizer é que imigrantes, sejam de que tempo for, carregam consigo tradições, crenças, práticas e sistemas morais. Eles sentem a necessidade de fazer parte de um novo núcleo identitário para se identificar, pertencer a um grupo. A esfera religiosa, nesse sentido, torna-se muito importante. Ela é catalizadora dos indivíduos singulares e lhes transmite uma dimensão coletiva.⁷ As religiões não possuem um estado puro. Elas são sistemas de crenças que produzem novas linguagens e símbolos, recompondo os já existentes e, nesse sentido, tornam-se dinâmicas. Os imigrantes, pela sua presença e ritualidades em espaços não convencionais, também lhe dão dinamismos, inovações e sentidos outros.

Imigrantes entrevistados em Passo Fundo e Chapecó, em torno desse tema, enfatizam que a religião para eles “é tudo”, é a que “aponta o caminho”, a “salvaguarda nossa”, torna-se “fundamental para a vida aqui”. Ela é a que faz superar as adversidades do traslado, da inserção, da distância e da separação, a que os une “com os nossos de lá”. Portanto, é um campo fundamental nas relações cotidianas dos imigrantes. Entendemos que o universo relacional e das crenças é totalizante na vida deles, pois, liga-se com todo o processo, desde a saída, o deslocamento geográfico, a inserção e as interações no local de destino com o de origem (Tedesco; Mello, 2015).

Por isso, insistimos no fato de que a religião é parte da microesfera cultural e social dos imigrantes (Rüsen, 2001). É a fonte da sociedade patriarcal, tanto é que não há líderes do sexo feminino no campo religioso nos países muçulmanos, nem no espaço migratório (Mapril, 2005). Família, trabalho e religião são os tripés que alimentam a identidade de imigrante e nesses

⁷ Desenvolvemos um artigo sobre o campo religioso e os imigrantes senegaleses; ver TEDESCO, J. C.; MELLO, P. Imigração e transnacionalismo religioso: os senegaleses e a confraria Mouride no Centro-norte do Rio Grande do Sul. *Revista Nures*, São Paulo, v. 30, p. 1-26, 2015.

pilares, pelo menos em dois, a mulher tem um papel preponderante. Há *totalidades em ato* e que se dinamizam e “movimentam” distribuindo papéis, hierarquias, determinações, decisões, acordos etc., mas com participação central da esfera masculina.

Entendemos que a religião é o ponto de ancoragem, expressão da migração de suas crenças, que se transnacionalizam. Ela permite o vínculo social, grupal, associativo, de pertencimento nos espaços de destino; é o *maná* que alimenta, fortifica e conforta a vida *como* imigrante. A dinâmica religiosa pode ser associada e expressa como representativa dos principais referenciais para a constituição de um conjunto ético, moral e de coesão social, orientando as relações de grupos com o mundo social que o integra (Rüsen, 2001). Por isso que coletivos de imigrantes, de nacionalidades específicas, buscam ritualizar suas crenças, encontrar espaços de encontros e rezas, pois isso viabiliza outros horizontes para além do específico.

O campo religioso opera no fenômeno migratório a partir da perspectiva de dualidade espacial, que é característica fundante da migração, ou seja, como um fenômeno que tem seus efeitos nas sociedades de destino e de origem ao mesmo tempo (Chevalier-Beaumel, 2012). Nesse horizonte, estão presentes tensões mundiais referentes ao estado islâmico e ao terrorismo, midiaticamente explorados em locais que atualmente possuem discussões sobre as questões migratórias, mas, também, em torno de outras crenças e dimensões culturais como é o caso de haitianos na sua correlação com o Vodou. Assim, urge a necessidade de estudos que problematizem questões relacionadas à diversidade de perspectivas e de expressões dessa religiosidade, reconhecendo como um processo de construção indentitária de grupos sociais, que perpassa valores diferenciados em relação às perspectivas de uma sociedade de quadro ético ocidental e cristão (Rüsen, 2001; Rogoff, 2005).

O mundo religioso, além de transnacionalizar, ressimboliza sujeitos. Como disse um entrevistado: “ajuda a nós entender que somos imigrantes”. Ele torna suportável as adversidades a que estão expostos no processo, com um quadro cultural diferente e, muitas vezes, com a possibilidade de apresentar expressões de hostilidades, exploração, repressão e, em muitos casos, assassinatos, como os/as que podem ser observadas na realidade local, em nível de Brasil e em casos internacionais na atualidade e desde sempre. Diz

um imigrante em entrevista que, “nós não somos como dizem terroristas, nossa religião é a muçulmana, mas é difícil fazer entender aos brasileiros que não tem só uma religião que produz o Islã, há muitos grupos. [...]. Nós somos do bem. Somos de família e, estamos aqui para trabalhar para a família e para o país de vocês também; nós não sugamos, tiramos daqui e mandamos para lá, como dizem aqui e, eu já ouvi de colegas de trabalho no frigorífico. Sem nós lá, o abate Halal não aconteceria. Nós ajudamos a desenvolver o país aqui e ajudamos o nosso também, muito dinheiro fica aqui também. [...]. A gente gostaria, não só como associação, que nos vissem como gente, como seres humanos e, os brasileiros precisam entender que o mundo só tem um, que a terra só tem uma e que todos somos humanos. [...]. Nós, como associação e como imigrante, lutamos para que nada de errado seja feito. Senegalês que faz coisa errada é mal visto e é expulso da Associação” (Entrevista com presidente da Associação de Senegaleses em 2016).

Alguns espaços de trabalho demandam vínculos religiosos como foi mencionado na narrativa anterior pelo interlocutor que representava no momento da entrevista um coletivo de imigrantes. O setor agroindustrial de carnes é um deles. Ele é muito dinâmico no Sul do Brasil, está presente de uma forma mais intensa há mais de meio século. As regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina são alguns de seus epicentros. As agroindústrias de grande expressão nos mercados internos e externos instalaram-se nestes espaços pós-década de 1980 na esteira das falências dos frigoríficos de suínos, de cunho mais familiar, artesanal, de nichos de mercados locais/regionais etc.

Grandes capitais (nacionais e internacionais) foram canalizados para a estruturação de um complexo agroindustrial principalmente para a produção, industrialização e comércio de aves e suínos, otimizando economicamente saberes e práticas já existentes, principalmente, junto a agricultores familiares, descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses. As agroindústrias redimensionaram os processos produtivos e *territorializaram* essa produção de cunho industrial nestes cenários que indicamos no sul do Brasil. Aliada esse processo não se pode esquecer a estrutura produtiva no meio rural onde se situam essas grandes empresas agroindústrias. Nesse cenário, em geral, há uma histórica organização produtiva da agricultura fami-

liar, de dimensão policultora, sempre ligada em sinergia produtiva entre as culturas da terra (cereais) com as de cunho animal (leite e carne).

Deste modo, as agroindústrias se inserem onde há possibilidade de oferta de matéria-prima, conhecimento e experiência produtiva, possibilidade de mão de obra familiar e rendas obtidas de atividades variadas. Imigrantes, de uma forma geral, vincularam-se na dinâmica laboral dessas empresas a partir do início do século XXI. A intensa necessidade de mão de obra braçal os atraiu para o interior das agroindústrias. Nos meses de setembro e outubro de 2018, havia, segundo dados das empresas que pesquisamos e conversas informais com presidentes de associações de imigrantes (senegaleses, haitianos e venezuelanos), na região Centro-Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina, mais de 2.800 imigrantes atuando somente no setor agroindustrial (em particular, em 8 frigoríficos). A presença deles redimensionou um outro horizonte produtivo, a denominada produção Halal.

Empresas alteraram processos produtivos, vincularam-se a grandes redes de comércio Halal espalhadas pelo mundo, viabilizaram contratos de produção com valores financeiros altos a ponto de alterar infraestrutura em seus setores de abate, industrialização, comércio, logística etc.⁸ Esse processo, na sua forma mais intensa, já possui quase três décadas de funcionamento, mas, foi a partir de 2015, que passou a ganhar grande expressão. Os imigrantes tornam-se fundamentais, condição para que o sistema seja efetivado. “Sem a gente aqui esse setor nem existiria. [...]. Imigrantes é que fizeram isso, porque como tu já viu, só tem imigrante trabalhando aqui, não tem nenhum daqui ou que não seja imigrante; somos nós [senegaleses] e os de Bangladesh” (Trabalhador do setor Halal, em agroindústria de Passo Fundo; entrevistado em 2016).

Nesse horizonte produtivo, produzem-se diferenciações em razão dessa especificidade laboral; correlaciona-se religião com atividade produtiva e mercantil. É um horizonte de relações produtivas nunca vistas até então na sua ligação com a esfera religiosa. São processos que possuem filiação a uma crença e que dinamizam, em razão disso, um amplo, diversificado e próspero mercado de carnes para as agroindústrias, bem como induzem processos

⁸ Escrevemos um artigo sobre o tema; ver Tedesco, J. C. “Com a faca no pescoço”: trabalho, mercado e Religião. In: *Revista Signos*, Lajeado, ano 37, n. 2, 2016.

produtivos alterados junto aos produtores de aves (frangos) e, em alguns espaços mais reduzidos, de bovinos.

Algumas práticas, segundo entrevistados (em 2016 e 2018), devem ser seguidas em particular no setor de abate Halal, dentre elas: o trabalhador deve ser um adepto ao Islã. Em geral, são homens que atuam no setor, ter destreza na degola e, com um só corte, efetuar o ato e a morte imediata do animal. A ação deve estar voltada para Meca e, no ato deve-se pronunciar as frases “Em nome de Deus; Deus é maior”. Deve-se degolar e não decepar. O animal precisa “se bater” [mover-se] para que não fique sangue no corpo. Não se pode nem ficar próximo do abate convencional, nem misturar carnes. Deve-se limpar bem o corpo (rosto, mãos, braços, os pés, a parte superior da cabeça, as narinas) antes do abate e, inclusive, nos momentos de descanso. A ideia é limpar o corpo e preparar bem o espírito com as rezas, que também são efetuadas antes de começar o trabalho e, em momentos de descanso, além de outros elementos que integram as normativas de assepsia e de ritual religioso.⁹

Esses processos todos expressam a *dramatização do ritual* (Pereira; Tostes, 2021; Douglas, 2010; Silva, 2013), a centralidade do sagrado, a preparação para o sacrifício (ato da degola) e para purificar o animal, conectar o sujeito (trabalhador) à divindade, “fazer a gente se concentrar, tem de estar bem concentrado, dar ritmo ao ato, todos juntos, no mesmo espírito, com a cabeça voltada para Deus. Não precisa dizer em voz alta, basta dizer para si, ficar no pensamento. Eu sigo o ritmo, penso em Deus e sigo o ritmo. Tu tens de ficar concentrado. Fico com as palavras decoradas, Biasmi Allah (em nome de Deus) e Allahu Akbar (Deus é maior) e fico na sintonia com Deus” (Entrevista com trabalhador senegalês do setor Halal, em Chapecó; setembro de 2018). Essa dinâmica da “concentração” e de “seguir o ritmo”, viabiliza a produtividade que a empresa espera e que o supervisor exige; dimensiona o ato do trabalho com um dever religioso, como ritual religioso, em sintonia com Deus.

Entrevistamos trabalhadores imigrantes em suas residências nas cidades específicas dos frigoríficos. Nesses contatos, havia mescla de imigrantes, ou seja, de vários países. Vimos do Paquistão, Senegal, Marrocos, Sudão, este

⁹ Para uma análise detalhada das exigências e seus significados, ver, Silva (2013) e Lopez (2019).

do Norte, como preponderantes, porém, em maior número encontramos imigrantes bengalis, os quais residiam na dimensão coletiva, ou seja, alugam casas e habitavam em vários. Numa delas, em Passo Fundo, havia mais de uma dezena; são os que menos possuem a presença feminina com eles. Havia também trabalhadores do setor convencional de abate das empresas e do setor Halal. Isso se tornou interessante pelas possibilidades de comparação e de percepção dos trabalhadores em torno da atividade. Havia trabalhadores com vínculo empregatício com o frigorífico e outros com empresas de certificação Halal, em particular, a CIBAL, os quais eram terceirizados.

Entrevistamos, em 2016 e, posteriormente, em 2018, empregadores e responsáveis por determinados setores onde havia imigrantes no quadro de trabalhadores. O teor central das entrevistas girava sempre em torno das relações de trabalho, dados econômicos do setor de abate Halal, suas especificidades e comparações com o abate convencional, a presença de imigrantes no cenário social e de trabalho regional e, em particular, no frigorífico, a esfera religiosa, seus preceitos, exigências e práticas, dentre outros aspectos. Produzimos também um vídeo, juntamente com a UPF TV sobre o tema (disponível no Youtube)¹⁰, o qual foi fundamental, pois, em razão da filmagem, trabalhadores imigrantes, empresários e responsáveis pelo setor de algumas empresas deram depoimentos, permitiram que entrássemos no setor de abate e de outras atividades que estão correlatas.¹¹

No campo das atividades do sistema Halal, imigrantes ganham especificidade, operam incorporando funcionalidade e empoderamento, pois se não fossem eles, “isso tudo, acredito eu, não teria”, conforme nos disse um bengali que atua no setor Halal de um dos frigoríficos que tentamos fazer algumas pesquisas em Santa Catarina (Chapecó) em 2016. Nesse sentido, ser imigrante e muçulmano torna-se um recurso econômico, uma espécie de *capital social/religioso* a serviço do *capital econômico*, no caso empresarial, que atua no interior dos frigoríficos e em espaços das sociedades de destino. Ficamos com a impressão em algumas das entrevistas que fizemos que imi-

¹⁰ Acessar <https://www.youtube.com/watch?v=WnfvsvjzxsA>

¹¹ Desenvolvemos um estudo sobre esse tema, que está publicado em TEDESCO, J. C. “Em nome de...”: senegaleses em frigoríficos do centro-norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (Org.). *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 311-338.

grantes não se sentem como trabalhadores quaisquer. Eles são “os do setor Halal”, atividade diferenciada e especial. Há, portanto, simbologias, diferenciações, representações, níveis de importância e exclusividades envolvidas neste ato laboral. São, em geral, trabalhadores terceirizados de empresas que produzem a certificação, portanto, sem maiores vínculos com o frigorífico em que se situam.

Há uma rigorosidade que deve ser seguida, supervisionada, constantemente orientada e ritualizada. Os animais, por exemplo, não podem ser conduzidos para o abate com insensibilização, porém, nem todos assim o fazem. Alguns frigoríficos adotam a prática da “semi-insensibilização” ou “semi-atordoamento” (Lopez, 2019, p. 67). Segundo o autor, isso se deve ao fato de “permite efetivamente um aumento na produtividade no setor da sangria. Isto acelera o ritmo de trabalho dos sangradores, o que gera acréscimo de ganhos aos frigoríficos”. Percebe-se que há estratégias como forma de otimizar o tempo e nem tanto a saúde do animal. “É mais fácil e rápido para um muçulmano passar a faca no pescoço de um frango que está atordoado e não se move, do que em um que se move quando se encosta a mão nele para afirmar o pescoço e fazer a degola”, disse-nos um senegalês em entrevista em Chapecó. Esse processo vem ocasionando, nos últimos anos, muitas polêmicas. Alguns frigoríficos foram proibidos de o adotar, ou seja, deixar o frango chegar no setor de degola sem nenhuma descarga elétrica (Lopez, 2019). Para os trabalhadores, o fato de não ter um mini choque, o perigo de um corte na mão ou nos braços é maior, pois “o frango se bate mais, não te deixa pegar no pescoço com facilidade, demora mais e é mais perigoso de algum corte. [...]. Eu não me machuquei ainda, mas teve muita gente aqui que se cortou. [...]. Eu já trabalhei no setor de degola normal e, quando o frango já chega com choque, ele nem se mexe. Assim, do jeito que fizemos aqui, fica bem difícil, mas é o que eles lá [empresa terceirizada] exige”.

As exigências operacionais e os rituais religiosos são supervisionados pela presença de um funcionário designado pela terceirizada para acompanhar todos esses processos no interior de um frigorífico. Em geral, é também imigrante. Vimos, em pesquisa de campo, a presença de supervisores oriundos do Sudão do Norte, do Marrocos, da Malásia e do Paquistão. O transnacionalismo religioso (de crenças e de imigrantes específicos) viabiliza um

outro, o econômico-mercantil e financeiro. Por isso, nessa questão, produz-se um vínculo forte entre mercados globalizados com a dimensão religiosa, ou, então, que alimenta crenças, identificações grupais e identitárias com as tradições alimentares e que são maximizadas pelos horizontes empresariais. Isso se reproduz em cadeia desde as indústrias, as redes comerciais, as empresas terceirizadas que atuam no abate e certificam, os agricultores que produzem na forma integrada o produto (*sistema de integração* contratual de produção entre produtores e agroindústrias).

Um responsável pelo abate do setor Halal, também imigrante, do Sudão do Norte, em entrevista direta, em 2018, disse que a empresa, a partir de então, iria também atuar de uma forma específica nos aviários, “reordenar a alimentação dos frangos que serão Halal, bem como os processos posteriores ao abate”, principalmente, no tocante às embalagens, conservação, tempo de permanência no sistema de resfriamento da empresa, carregamento etc. [...]. A certificadora está exigindo mais, o consumidor europeu quer saber mais detalhes da criação animal; quanto mais for coordenado pela certificadora, mais garantia o consumidor terá e todos sairão ganhando”. Na entrevista com um responsável pelo setor de uma empresa no município de Marau, que era também imigrante, do Marrocos, ele afirmou que “[...] o sangrador sabe que se ele não come, não pode fazer com que um parente seu no mundo coma; ele vai pensar assim; não vai querer passar para o outro. Então, a fé religiosa, a oração e a referência a Deus no ato da sangria é fundamental”.

O transnacionalismo se expressa também na dimensão das redes simbólicas, o Islã, ou seja, como nos disse em entrevista um senegalês num momento do intervalo para o almoço no interior do refeitório de um dos frigoríficos, “trabalho para propiciar alimento para os muçulmanos do mundo todo. Trabalho para os da nossa religião, trabalho orando, em nome de Deus, louvando a Deus que é grande”. Nesse sentido, o trabalhador-imigrante e muçulmano sente-se num horizonte de *pertencimento* também transnacional, porém, na dimensão simbólica, auxiliando na alimentação adequada aos “da nossa religião, do mundo todo”, sendo parte integrando de uma irmandade e de uma história de um grupo social de uma forma efetiva e concreta. “Trabalho para os irmãos e para Deus, quero o melhor para meus irmãos, um alimento saudável, sem sangue, bem como nós pregamos. [...]. Imigrante aqui

que trabalha tem de ser muçulmano, tem de saber fazer bem; a empresa não pega qualquer um, tem de fazer bem feito, é um trabalhador bem selecionado”. Na fala deste entrevistado, em sua casa num domingo à noite, deixa claro a especificidade do trabalho e do trabalhador, as concepções e qualificações necessárias. Como mencionamos, são, em geral, empresas terceirizadas que atuam no setor, que selecionam os trabalhadores e que definem alguns requisitos, como disse o mesmo entrevistado, “tu não vais aprender fazendo, já tem de saber, porque nada de errado pode acontecer, por isso lá onde eu trabalho é bem difícil, exige muito cuidado e é tudo manual, bem cansativo, mas eu faço com amor e me sentindo na graça de Deus”.

Como mencionamos, há uma ampla rede institucional de empresas ligadas a esse mercado internacional e que atua e/ou se concretiza nas esferas da indústria, comércio, exportação/importação, embaixadas, entidades outras de governo, câmaras de comércio islâmicas, autoridades (lideranças) muçulmanas, trabalhos específicos designados dos países que certificam e que fazem acordos de produção e industrialização com agroindústrias, dentre outras instâncias e sujeitos coletivos (Velden; Rieth, 2019). A dinâmica da certificação Halal está também em rede com entidades internacionais, principalmente europeias e de países muçulmanos, principalmente os situados na Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Egito e Iraque.

A expressão “Em nome de Deus”, em árabe, precisa ser dita, nem que seja no início do processo do abate. “Todos os muçulmanos sabem que Deus, no Alcorão, disse que os animais se devem matar em nome de Deus” (Entrevista com senegalês em Passo Fundo). O trabalho da sangria é todo braçal. Na equipe do setor Halal de uma das empresas que tentamos ver algo nesse sentido, havia a presença de trabalhadores imigrantes senegaleses, bengalis, sudaneses, paquistaneses, líbios e egípcios.



Imigrantes trabalhando no setor de abate Halal em frigorífico de Passo Fundo. Chamamos atenção para a pequena placa sobre a cabeça dos trabalhadores em que há duas frases em árabe e a tradução em português, que diz “Em nome de Deus. Deus é maior” (melhor visualizada na imagem a seguir). Fonte: Pesquisa de campo.



Placa afixada sobre a esteira que conduz os frangos vivos para o corte Halal de uma das empresas que fizemos pesquisa. Fonte: Pesquisa de campo (em 2016).

Os poucos entrevistados que atuam no setor e que conseguimos alguns comentários enfatizam que, na seleção, eles são revistados por médicos “para ver se somos sãos”; eles têm de realizar vários exames médicos, inclusive precisam tirar a roupa para examinar os órgãos genitais. Eles enfatizam, como já mencionamos, que o fato do frango estar sem choque, ele se mexe muito e,

os riscos de corte nas mãos, são maiores. Entrevistados disseram que viram muitos colegas se machucar. Um entrevistado informou que degolam mais de 70 frangos por minuto e, mesmo assim, “o supervisor fica mandando fazer sempre mais rápido”, fato esse que aumenta o risco à saúde, pois a máquina não espera, ao contrário, conforme aumenta a destreza do trabalhador, intensifica-se a velocidade da esteira que carrega o frango, ou isso também é feito nos primeiros 15 a 20 minutos após o descanso e, “depois, eles reduzem um pouco, mas nem sempre”. Entrevistados entendem ser um setor particular dentro do frigorífico, com necessidade de muitos cuidados, é “um trabalho diferenciado”. Em geral, as mulheres não se fazem presentes, a não ser na limpeza da sala de corte. Entrevistados dizem que mulheres não podem estar na sangria porque “tem a questão do ciclo menstrual, tem sangue, então não pode, tem aqueles dias que elas não podem; então, as empresas não contratam mulheres. Tem algumas mulheres aqui que fazem a limpeza da sala de corte. Isso sim tem”. Narrativas que conseguimos com alguns dos entrevistados expressam que o fato de serem terceirizados, de serem constantemente vigiados, se der algo errado serão “facilmente demitidos; [...], por isso, não dá para fazer nada de errado”.

Imigrantes que atuam no setor são *otimizados* pelos empregadores em dois horizontes concomitantes: um deles, por ser imigrante, por ter necessidade do dinheiro, de mandar para a família, por ter contraído dívidas ao partir, por lutar para que a idealização da migração produza frutos financeiros e, para isso, necessita trabalhar; segundo fator é o religioso, dimensão essa bem fundamentada, legitimada e orientada em sua ritualização. Um responsável pelo setor de abate convencional disse em entrevista que eles (imigrantes), “trabalham muito e falam pouco, não reclamam”.

Segundo Lopez (2019, p. 34), na discussão em torno do papel do estado na viabilização da documentação provisória aos imigrantes para que, de uma forma ou de outra, eles possam trabalhar, no caso em questão para a indústria frigorífica, “nota-se uma face aberta na qual o Estado e um variado número de instituições ligadas a aparelhos governamentais e transnacionais mobilizaram o discurso humanitário contra graves violações à pessoa humana para regularizar esses grupos. E, de outro, revela-se uma face oculta e perversa na qual o mesmo Estado, ao outorgar-lhes uma carteirinha provisó-

ria de requerentes de refúgio, sutilmente, possibilita o fornecimento de abundante mão de obra barata para trabalhos precários como os ofertados pela indústria frigorífica; na gestão e regularização temporária dessas pessoas [...], uma espécie de mistura entre humanitarismo e perversão, e ambos, nesse caso, foram, por assim dizer, dois lados da mesma moeda”.

Como vimos, a noção de alimento *puro*, que é permitido, que é confeccionado industrialmente em nome de Allah. Há uma dimensão de gratidão a Deus, expressa verbal ou mentalmente, na hora do abate pela existência de oferta de alimentos,

de um animal que foi sacrificado para garantir alimento às pessoas, por primar pela saúde, envolver o caráter religioso e sua dimensão de pureza e licitude, “que faz bem à saúde. Eu, trabalhando, vou propiciando isso aos meus irmãos” (Entrevista com senegalês, trabalhador do setor Halal de um frigorífico do Oeste de Santa Catarina, em 2018). As impurezas são extraídas para fora do animal, fazendo com que a carne se torne apta para o consumo, com isso, segue o código de conduta de vida de um adepto ao Islã.

A alimentação é algo que constitui a vida cotidiana, portanto, ela é fundamental para um muçulmano. Ela é contemplada pelo campo religioso, ou seja, esse também adentra para essa dimensão, para os cuidados com a saúde, com o corpo. Com a alimentação Halal, diferenciam-se os alimentos, os



Cidial, empresa que certifica o corte Halal também no Brasil. Fonte: <https://www.cidialhalal.com.br/empresas-certificadas/>.



Produtos Halal da empresa Sadia. Atualmente, ela é uma das empresas que compõe o nome de BRF. Fonte: <https://www.beeffpoint.com.br/selo-halal-abre-novas-frentes-de-negocios-para-diversos-setores>.

animais, as formas de sacrifício, sua ritualidades e representações. Puro, impuro, contágios, higiene, apropriados, corpo/espírito, perigosos, saudáveis, dentre outros horizontes, fazem parte da dimensão do simbólico (Douglas, 2010). Comer algo que não se pode, facilita a doença do corpo, mas, também, a do espírito. Para um muçulmano, o mesmo vale para as bebidas alcóolicas, a carne de porco, dentre outros referenciais que denotam impurezas (doenças) (Lopez, 2019). Ritualidades, sentidos e simbologias envolvendo alimentos, saúde e religião se condensam nesse processo produtivo.

Agregados a esses e a outros horizontes simbólicos e objetivos (cuidados, zelo, partes nobres, rituais etc.), os produtos certificados Halal abarcam um mercado global, principalmente o do setor de alimentos industrializados. Esse setor, em 2016, cresceu 15%, atingiu, no ano referido, em torno de 38% das exportações brasileiras de frango, 40% da bovina. Em 2019, incorporou em torno de 30% da população mundial e movimentou em torno de U\$ 2,3 trilhões em múltiplos setores, em particular, o de carnes.¹² Um dirigente de uma das maiores empresas do Oeste de Santa Catarina informou que este mercado estava aumentando e a “importância dos imigrantes espalhados pelo mundo também; são eles que estão em praticamente 90% da produção aqui no Sul do Brasil”. Diz ainda que “há um amplo mercado dos produtos; essas levas de imigrantes na Europa tornam-se consumidores potenciais [...]. A empresa fez um amplo contrato com a Malásia para os próximos anos como nunca tinha realizado até então. A Europa continua o nosso foco. [...]. Isso nos permite trabalhar em grande escala e reduzir preços ao consumidor final [...]. O mercado mundial de frangos aumentou muito e a qualidade alimentar também, então a certificação é o tom do mercado global para amanhã. [...]. Não é só muçulmano que o procura. Na Europa, os balcões de supermercados, todos eles, tem o Halal e, já foi feita uma pesquisa e resultou que mais de 60% na Europa não é islâmico que compra. A explicação que se dá é a segurança do produto, só pode ser isso”.

Países como a Índia, Paquistão, Malásia, África do Sul, Estados Unidos, Egito, Arábia Saudita, Marrocos, Kuwait, Rússia são os atuais principais mercados. Há um mercado em amplo crescimento para os produtos Halal. Não

¹² Segundo dados da CIBAL, o mercado muçulmano é atrativo e alternativo; mais de um bilhão e oitocentos milhões de fiéis no mundo. Ver *Foods Ingredients Brazil*, 2019; www.revista-fi.com.

podemos esquecer que há mais de 2 bilhões de muçulmanos no mundo (Idos, 2021). Não é por nada que há um amplo grupo de empresas que adentraram com intensidade no setor, alterando processos produtivos, contratuais, atraindo imigrantes, adaptando instalações etc. A BRF é uma das empresas líderes neste setor, presente em vários estados brasileiros, mas, também, em vários países. Ela possuía, em 2019, mais de 100 mil empregados, com amplo comércio em países não árabes (Lopez, 2019). Muitos não muçulmanos estão consumindo carne Halal em razão da confiabilidade, segurança, seriedade nos processos e por serem pedaços nobres de carne.

O Centro Islâmico do Brasil, por exemplo, exige relatórios periódicos dos supervisores responsáveis pelas indústrias vinculadas ao sistema produtivo. O líder religioso, ou seu representante, deve assinar o certificado que credencia o produto. É uma atividade que exige muitos cuidados, segurança, confiança, garantias de que as exigências estão sendo cumpridas.

Vigilância, preceitos e rituais

Não cansamos de repetir que, para imigrantes, o trabalho tem conotação de liberdade, de sentido para a vida, de identificação humana e social. Ele é visto como um meio de satisfazer as necessidades e ser útil à comunidade afetiva de origem. Há uma obrigação de ser assíduo ao trabalho. É por meio do trabalho que se concilia a dimensão temporal e a espiritual. Ele simboliza também uma prova de sacrifício e de humanização.

O mercado de trabalho demonstra necessitar do trabalho de imigrantes. Empresários, para além do setor Halal que pesquisamos, manifestam múltiplas vantagens em tê-los em seus quadros. Há interesses que se alimentam e são maximizados pelos dois lados. No caso, para os imigrantes, há uma identidade social em jogo, um papel social de homem/marido/pai, um pertencimento religioso e uma expressão de adequação aos princípios da fé em ação. Em resumo, há uma totalidade humana e social que se realiza e concretiza pelo ato de trabalhar.

O setor de atividade Halal em frigoríficos, como vimos, é revestido de simbologias mercantis, religiosas, de pertencimento e de pureza. É um setor

estratégico e que “envolve muito dinheiro e exigências”, como um supervisor nos disse. Dois imigrantes entrevistados que, no período (2016), atuavam no setor Halal, pincelaram algumas frases ditas em momentos intercalados em meio a conversas com outros trabalhadores, dando ênfase ao fato “de que tem mais obrigação de fazer tudo certo, pois sua situação no país (demanda de refúgio) é incerta”; “o supervisor está a todo o momento junto, quando o Sheik aparece, aí sim é total perfeição”; “o descanso de uma hora nem sempre é levado em conta, depende muito da intensidade do produto”; “na comparação com os outros [do setor convencional], acho que temos melhores condições e melhor remuneração, mas, temos mais compromissos”; “se um frango passa e não for degolado, esse frango vai para o convencional e atrapalha todo o nosso rendimento e o supervisor reclama muito”. Nesse sentido, percebemos pelas narrativas de que há condições opressivas de trabalho, que o ufanismo dos dados de exportação de carnes incorpora formas pouco edificantes de relações de trabalho. Em geral, não é permitido visitas e/ou contatos com externos, o sangue dos animais (aves) corre e está presente em todo o ambiente, nos jalecos dos trabalhadores mais ainda em razão de que o frango é degolado vivo e, com isso, permite com que “ele se bata com as asas até morrer, não pode ficar sangue nele, esse é o grande diferencial”, disse-nos um imigrante que atua no setor de um frigorífico em Chapecó em entrevista direta.

Numa das nossas entrevistas com responsáveis pela área de recursos humanos de uma das empresas, a interlocutora disse que havia em torno de 230 imigrantes, praticamente todos senegaleses que atuavam no frigorífico, porém, nenhum destes no setor Halal. Na linha de sangria, entre os dois turnos, havia em torno de 30. A referida enfatiza que a presença de imigrantes veio a calhar e que coincidiu com o aumento da produção, “pois há uma grande dificuldade de encontrar mão de obra local”. Um responsável pelo setor de outra empresa disse que “são 37 imigrantes que atuam no Halal. Numa das unidades da empresa, em Serafina Corrêa, mais de 60% da exportação é Halal. [...]. Aqui a faca na cabeça do frango é direto [sequente e/ou sempre] e, faz dinheiro”.



Casais de haitianos que trabalhavam em frigorífico na região de Passo Fundo, em momento de descanso, após o almoço, no refeitório da empresa. Fonte: Pesquisa de campo.

O ritmo de trabalho, principalmente no corte e desossa, é muito intenso, o qual obrigava movimentos para além dos aceitos pelo Ministério do trabalho e o setor de medicina do trabalho (estipulados em torno de 35 movimentos por minuto). Dois entrevistados do setor disseram que só podem ir ao banheiro na hora de intervalo. Um outro nos disse que, dependendo da demanda externa pelo frango certificado, há aumento no ritmo da velocidade, bem como subtração do tempo de intervalo de uma hora. Na área de abate convencional, imigrantes entrevistados dizem que os ritmos e as metas de abate estão sempre sendo alteradas e, “sempre para cima, sempre trabalhar mais e mais rápido”. Há pressões verbais e reclamações quando do não-cumprimento de tarefas; imigrantes dizem que há um intenso cansaço físico e mental. Os do setor Halal podem ser transferidos de um frigorífico para outro, de uma cidade para outra, ou até de um estado para outro, pois são funcionários de uma empresa terceirizada que possui contrato com vários frigoríficos.



Imigrantes haitianos trabalhando no setor de abate de suínos de um frigorífico no norte do Rio Grande do Sul. Fonte: Pesquisa de campo.

Enfim...

Os imigrantes idealizam encontrar trabalho na sociedade de destino. A economia e a sociedade têm necessidade deles. No âmbito do trabalho, algumas análises são enfáticas em dizer que eles desenvolvem trabalhos com os três *d* (*dirty, dangerous, demanding*, ou, então, com três *p* (pesados, precários e perigosos) (Ambrosini, 2009). Em geral, em países onde a imigração é muito intensa e de longa data, esses tendem a atuar em mercados de trabalhos segmentados, ao mesmo tempo têm revitalizado muitos setores produtivos em várias partes do mundo. Eles têm demonstrado serem funcionais pelas relações de trabalho que são produzidas onde muitos deles atuam; em geral, com relações pouco regulamentadas e, isso, expressa funcionalidade e otimização para empresários. Estima-se que em torno de 75% das mulheres e 70% dos homens atuam na economia informal em muitos países de média e baixa renda (OIT, 2020).

Imigrantes necessitam manter vínculos, integrem-se, pelo menos em alguns aspectos, à sociedade de destino para, também, poderem acessar espaços de trabalho. A constituição de capital social que permite produzir canais e redes étnicas, inclusive transnacionais, favorece muito a determi-

nados imigrantes, porém, são necessárias políticas de incentivo, legislações adequadas, processos econômicos, jurídicos, étnicos e familiares e, acima de tudo, elementos da sociedade de destino em correlação com a de origem e que funcionam em redes (Filippi, 2001).¹³ Não esquecendo também que há capitais sociais de imigrantes, relações potencializadoras com autóctones, visões de negócio, elementos culturais do grupo, escolaridade e qualificação técnica, experiências anteriores à emigração que, com o tempo, vão ganhando corpo e induzindo espaços.

Análises dão ênfase ao fato de que imigrantes compõem com mais intensidade o *preariado* (Baeninger, 2021). Nesse cenário de economia neoliberal do mercado globalizante, flexibilização do trabalho e da acumulação de capitais pelo canal da expropriação do trabalho, imigrantes são obrigados, como boa parte do operariado brasileiro, a aceitar o trabalho flexível para preservar o emprego, tempos de trabalho *part-time*, sazonal, sem identidade profissional, informal, de baixo custo (Baeninger, 2021). Autores colocam que os trabalhadores em situação de refúgio sofrem ainda mais as consequências da dinâmica do *preariado*, pois refletem, quando não intensificam, sua condição de expropriado (Antunes, 2020; Standing, 2017).

Vimos que o horizonte religioso ressimboliza a aventura migratória; ele a torna mais *leve*, mais suportável e transnacionaliza os imigrantes. Esses são os portadores da expansão territorial religiosa para além de seu centro (Diop, 1990). A emigração converte-se em um recurso material e espiritual. Segundo um senegalês entrevistado, a religião muçulmana é fundamental para o imigrante, pois, “Ela [religião] ajuda a se levantar quanto tu estás lá em baixa, respeitar o outro, não fazer coisas erradas, a enfrentar a maldade, evitar o mal, ajudar as pessoas. [...], é uma grande segurança, cria uma solidariedade entre nós, dá sentido à comunidade. A gente se ajuda e vive juntos”. Um outro entrevistado na Mesquita de Passo Fundo nos disse que, “sem ela, a imigração seria pior para nós”. Um entrevistado, que atua no setor Halal de um frigorífico, enfatizou que o Islã inclui “muitos campos da vida das pessoas e prima sempre pelo seu equilíbrio; mente e corpo devem estar unidos para melhor servir a Deus”. Nesse sentido, a alimentação do corpo é

¹³ Ver FILIPPI, V. Quando gli immigrati diventano imprenditori: la realtà dell'artigianato in Veneto e a Treviso. In: *Studi Emigrazione*. Roma, a. XXXVIII, n. 144, p. 811-829, 2001.

essencial, pois ela não está desvinculada de outros horizontes; ela serve de conduta, por isso, é um imperativo obedecer aos regramentos (Lopez, 2019).

A dimensão do sagrado não está apenas no ser humano, mas em todos os seres, por isso, “a necessidade de equilíbrio entre todas as coisas que trazem benefícios para a sociedade e que não sejam ruins e destrutivos para ela e para os homens. [...]. A vida é sagrada para o Islã, por isso, a alimentação auxilia na conservação da vida; arruiná-la é uma ofensa à humanidade que recebemos” (Entrevista com presidente da Associação de Senegaleses de Passo Fundo, em 2016)

As atividades dos imigrantes em frigoríficos expressam uma das grandes características da imigração Sul-Sul presente nas últimas décadas, a qual altera o eixo dos fluxos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesse sentido, imigrantes entrevistados reforçam a ideia de que há um grande nicho de mercado designado para eles neste setor. Na realidade, a situação do imigrante, como força laboral e, em grande parte, precária, tanto no espaço de origem, quanto no de destino, revela-se de uma forma intensa no interior dos frigoríficos, independente se for da linha Halal ou não. Mas, no caso do setor que vimos refletindo, sob o manto das tradições religiosas, a lógica da mercadoria, os sujeitos envolvidos (crentes) e as relações sociais de trabalho vão sendo dinamizadas e alimentando amplos mercados globalizados.

A sacralização do espaço do frigorífico dá-se pelos dizeres e orações que são pronunciadas e ritualizadas antes ou durante o abate (Lopez, 2019). Não há, nesse espaço, a densidade sacral de uma mesquita ou de uma oração desenvolvida sobre o tapete nas residências dos imigrantes muçulmanos, mas há uma adesão efetiva e afetiva de uma religiosidade mais ampla na medida em que o indivíduo (o trabalhador-sangrador) sente-se e atua servindo e permitindo o alimento para um coletivo, o qual ele é coparticipante. Por isso que algumas tradições religiosas islâmicas e modernidade econômica, nesse caso, não podem ser vistas como dicotômicas; são, sim, possibilidades de arranjos e aglutinações. Diz um diretor de frigorífico entrevistado que “[...] se ganha muito mais com o Halal, mas temos de ter o cuidado de fazer tudo certo, de fazer vir seguidamente o Cheikh para atestar a presença do campo religioso. O Irã e Arábia Saudita, por exemplo, exigem isso”. (Entrevista com diretor de um dos frigoríficos, por telefone, em setembro de 2018).

Desse modo, podemos dizer que produtos da gastronomia, bem como identidades religiosas, territórios, culturas, crenças e saberes podem estar reunidos num ambiente de confecção de produtos e de trocas mercantis. Esse ambiente econômico, religioso e cultural pode também produzir sociabilidades, mercados com reciprocidades e intercâmbios múltiplos, como valores de troca carregados de troca de valores.



Imigrantes haitianos, em momento de intervalo após o almoço, no espaço externo de um frigorífico de abate de suínos, na região norte do Rio Grande do Sul. Fonte: Pesquisa de campo.

Vimos que o campo religioso possui eficácia simbólica e objetiva na vida de imigrantes, principalmente os muçulmanos. Ele serve de consolo e fortaleza diante das situações adversas e limitadas no espaço migratório, além de otimizar fatores produtivos e ritualizar-se mercantilmente, dando-lhes o atributo e o aval necessários ao horizonte gastronômico ritualizado pela crença islâmica. Desse modo, tradições são reinventadas e/ou reproduzidas no horizonte moderno, assim como aspectos do moderno são incorporados, não com contrapontos, na esfera do religioso (Chaudry, 2004).

Imigrantes dizem que empresas não estruturam espaços de oração diária, nem permitem fazê-la no tempo de trabalho. Eles em entrevistas, enfatizam que há muita gozação e descrença de colegas de trabalho não muçulmanos em relação aos valores e rigorosidade nos rituais cotidianos, principalmente quando do Ramadã. “Eles não acreditam no significado do Ramadã [...], o

nosso Islã não permite ter várias mulheres. Pode-se ter mais de uma, mas desde que a primeira aceite”. Para outro imigrante, “[...], a religião foi a força que me fez passar tudo o que passei para chegar ao Brasil, sem essa não teria aguentado”. Na narrativa de outro entrevistado, “[...] a religião no país ajuda a decidir sobre o casamento [...], aqui ela nos consola e dá sentido à vida [...]. Quando decidimos que iria vir para cá, arrumei casamento em três meses”. Um entrevistado disse que é sempre colocado em dúvida por brasileiros, principalmente no espaço de trabalho, quando da afirmação de que “a gente consegue ficar quatro ou cinco anos sem mulher, sem fazer sexo. [...], eles dizem que no Brasil não daria quatro ou cinco semanas. Aqui é diferente [...]. A nossa religião ajuda nisso”. Narrativas de bengalis enfatizam que ser imigrante facilita o casamento, porém, distancia na prática a convivência de casado (Tedesco; Vanin, 2018). O desejo deles (dos cônjuges) é conseguir, em pouco tempo, reagrupar e conviver no espaço migratório.

Senegaleses são vistos como trabalhadores que preferem a venda direta de mercadorias. Para muitos autóctones e gestores públicos, além de logistas, essa venda está correlacionada à ilegalidade, à falta de vontade de trabalhar em atividades formais. Desse modo, justificam-se as repressões, as batidas da polícia, a retirada deles e tomada de suas mercadorias, relações que, muitas vezes, são constituídas por violência e desrespeito à dignidade humana, aos direitos humanos (De César, 2018; Mienvielle, 2016). O fato de muitos deles saírem, correrem, esconderem-se quando bate a fiscalização municipal e/ou a polícia, ou as duas juntas, faz com que eles sejam abordados em suas casas, em momentos de não comércio, tendo de abrir suas mochilas para ver o que tem dentro, apresentar notas de compra de mercadorias, postura essa, em geral, excessivamente truculenta da polícia (Macedo 2019).

Há muita solidariedade entre eles, porém, esse processo não inviabiliza certas ações que expressam competição, controle de espaços, evitar vendedores em demasia num local específico da cidade, etc. Em meio a essas questões, há, também, acordos tácitos, diferenciações entre eles, performances individuais de práticas, preferências individuais, autonomia e racionalidades alimentadas por interesses individuais. Há estratégias de grupo, vigilância, sucesso de alguns, perda de outros. No seu conjunto, esse processo relacional e racional, revela práticas de resistências, autoafirmação, lutas pelos seus

desejos e sonhos, diversidades, desenvolvimento do espírito capitalista para os negócios e suas lógicas concorrenciais para a obtenção de lucro.

Um senegalês disse-nos que quando um colega de trabalho o questionou sobre “o que adianta poder ter até três ou quatro mulheres” se eles ficam todo esse tempo, por vários anos, “sem estar junto, sem fazer sexo, só na saudade”! Ele respondeu que “mulher não é só para fazer sexo. Na nossa cultura, casar com mais de uma, não é para sexo. Sexo é bom, mas é para fazer filho também. Casar com mais de uma valoriza a mulher, que pode ter filho, pode fazer nova família. É bom para ela e para nós [homens] também porque cumpriu com o dever de ter família e filhos. [...] Para isso tem de trabalhar, então mais de uma significa que trabalha bastante, tudo está no ensinamento religioso. Ter família e poder sustentar ela, traz para nós muita satisfação”. A saída de casa, a emigração e o tornar-se imigrante carregam essa dimensão religiosa e social para o muçulmano empobrecido, que sente que não tem condição para assim o ser no espaço de origem, por isso que pais, em alguns casos, como vimos no Senegal em entrevista, dizem não se importar ‘que ele saia”.

Enfim, entendemos que o recurso à mão-de-obra imigrante reflete interesses e estratégias de atores econômicos e da sociedade que a hospeda. O mundo, em aparência, vive com as *fronteiras deslizantes, desfronteirizado*, porém na concomitância com a vigilância, normatização e seleção. Há como que uma *natural* vinculação do imigrante a certos tipos de trabalho. Há uma discriminação camuflada no interior da sociedade, em especial no horizonte empresarial, nos demandadores de mão-de-obra, no sentido de identificar questões étnicas como determinadoras de posições e espaços de trabalho, demonstrando, com isso, a inexistência da possibilidade de uma livre competição no mercado de trabalho, preferências pré-estabelecidas que configuram discriminações e de difícil combate/oposição, pois são difusas no interior da cultura organizacional das instituições. A constituição de vínculos/redes entre co-nacionais e desses com mediadores autóctones que ofertam trabalho, favorece a inserção do imigrante em determinados espaços e lhe dá maior garantia de trabalhos com tempo mais elástico. É o que veremos com um pouco mais de detalhes no próximo capítulo.

CAPÍTULO VIII

Redes e processos integrativos: *vincular-se e encurtar distâncias*

A IMIGRAÇÃO POSSUI UMA CADEIA DE VÍNCULOS INTERESPACIAIS. A questão da distância física, a possibilidade de rompimento de alianças afetivas e culturais em ambos os espaços, os vínculos nostálgicos entre a área de origem e a de destino atual, transformam os imigrantes em sujeitos *móveis*, dinâmicos, pluriespaciais, que desenvolvem alteração em várias paisagens (física, cultural, demográfica, etc.) (Macedo, 2019), assim como se deslocam e se relocam constantemente.

As redes correlacionam-se com as migrações, sempre o fizeram, porém nas últimas décadas, muito mais. Elas são nós que cortam territórios, alimentam-se por sentimentos profundos (Soares, 2002; Gnoatto, 2022). As distâncias, ausências, obrigações, desejos, idealizações, objetivos comuns, expressam e produzem interesses entrecruzados em territórios e famílias que, pela migração, se separam.

Há vários tipos de redes. Elas se alimentam e se baseiam mediante várias deliberações e intenções, e pela natureza dos contextos sociais que articulam, fazem mediação e vinculam (Soares, 2002; Santos, 2021; Massey, 1987). Para Massey (1987, p. 140), redes são “ligações sociais entre comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não-migrantes dentro de uma complexa teia de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidos por um tipo informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos”. O autor enfatiza que as relações sociais que constituem as redes sociais de migrantes não são exclusivas a eles e, sim, resultados dos vínculos humanos em geral, mas que com a imigração, ganham uma particularidade: tornam-se adaptados a ela.

Segundo Massey *et al.* (1998), há um sentido de regularização normativa e institucional das migrações. Destaca-se, a partir daí o papel mediador de instituições, etnias, igrejas, associações, políticas governamentais, agências de recrutamento, redes legais e ilegais no sistema de transporte e de intermediação funcional no interior dos países de destino, além de famílias, grupos humanitários e solidários, voluntariado, ONGs, sindicatos, caritas, dentre outros, inseridos nesse complexo de relações e que produzem tutelas, acolhidas e sustentação aos imigrantes. Essas redes revelam-se, em grande parte, de uma forma horizontal. Elas acionam recursos que viabilizam processos migratórios de um país para outro. Somados a esses processos, estão as políticas de abertura e fechamento de fronteiras no interior de países hospedeiros, políticas e normas de seleção, controle de território e sistemas jurídicos, enfim, atores políticos tendem a contribuir na dinâmica das migrações e, também, podem atuar em redes, principalmente, as do horizonte das comunicações e dos sistemas interligados de controle social (Bonifazi, 1998; Bauman, 2017).

A dinâmica dos contatos entre imigrantes, destes com autóctones e com os seus em locais de origem, configuram um amplo espectro de relações (Soares, 2002). A estruturação de um sistema baseado no grupo, no coletivo nacional, possibilita com maior facilidade à prática migratória. As redes de apoio são fundamentais. Um senegalês entrevistado disse que “o celular não pode faltar”, pois garante contatos, informações, auxílios necessários, principalmente aos que começam a vida laboral no comércio de rua, no compartilhamento de trabalhos que são oferecidos, nos espaços de moradia, etc. Por isso, eles se mobilizam muito no espaço. Hoje eles estão aqui, amanhã em outra cidade ou trabalho; adicionam o máximo possível em seus contatos de What’s App, ou seja, cercam-se de estratégias comunicativas e pessoais como recursos efetivos e/ou potenciais para momentos de necessidade e para manterem-se sempre em contatos, constituindo laços não só com os conacionais.

As redes, os vínculos, os anéis que se interligam, principalmente com os espaços de origem, exercem um amplo e importante papel para os imigrantes e os futuros candidatos. Para compreender como se constitui a importância do grupo na organização da vida e da experiência migratória atual, é necessário ter presente o processo todo que liga países, regiões, famílias, obriga-

ções morais, agentes de (inter)mediação, dentre outros aspectos, sujeitos e grupos. Aí entram as redes. As que alimentam as migrações são viabilizadas por um conjunto de pessoas e territórios, bem como por suas obrigações/necessidades e limites vividos, tanto no espaço de destino quanto no de origem. A natureza dos laços, a intensidade e os níveis de influência e importância são variáveis, porém a amizade, família, território e o parentesco, em geral, promovem trocas de bens simbólicos ou materiais, afetivos, bem como memórias, valores e crenças.

As redes ativam e, ao mesmo tempo, fazem com que imigrantes tenham um papel ativo na sociedade. Lançam mão de vínculos, estratégias, processos que se alimentam de relações sociais em espaços múltiplos e transnacionais para maximizar as suas oportunidades econômicas mediante formas variadas de transferências/absorções, sentidos e territórios que se retroalimentam (parentesco, apoio na viagem, alojamento, busca de trabalho, amenização da dificuldade de ambientação, enfrentamento de desafios de sua recepção, etc.). Ao mesmo tempo, essas colagens espaciais e afetivas poderão amenizar a instabilidade, a precariedade e a dificuldade econômica dos que permanecem nos locais de origem (Ambrosini, 2009). Dessa forma, as redes estruturam laços que ligam comunidades, nacionalidades, etnias, tanto do local de origem quanto em relação ao local de destino. Elas unem migrantes e não-migrantes numa complexa teia de relacionamentos interpessoais, atribuindo expectativas, recortes territoriais, obrigações morais, bem como ausência de outros vínculos sociais mais orgânicos entre migrantes e autóctones.

As redes auxiliam na socialização dos imigrantes com autóctones, entre si e entre eles com outras nacionalidades. Elas tornam possível a *territorialização* do espaço de destino para determinados grupos nacionais e/ou de regiões de origem específicas (Chevalier-Beaumont, 2012) atingindo o campo mais básico das necessidades do imigrante, ou seja, deslocar-se, encontrar moradia e trabalho. Essa dimensão revela-se bem pragmática para a vida de qualquer imigrante. A partir daí imigrantes se organizam, demandam, estruturam os primeiros vínculos, outros vão surgindo depois e/ou na concomitância, porém em grau menor de importância e de funcionalidade. É em torno desses elementos que o grupo expressa sua grande potencialidade, pois, o conjunto de relações exercidas entre os participantes constitui um sistema

interligado que possibilita a manutenção e expansão do projeto migratório. As redes também podem ser impulsionadoras de desenvolvimento, acionar a prática da solidariedade e a socialização das demandas e necessidades junto aos imigrantes.

Nessa singela análise e reflexão, temos a intenção de fornecer alguns elementos que tecem vínculos interligados por anéis construídos na migração ou que se deslocam juntos, bem como expressam relacionais territoriais, afetivas, ideológicas, simbólicas, econômicas e religiosas de imigrantes. Ou seja, elementos que demandam, constituem e distribuem as redes, e são construídos de forma não uniforme. As redes, em geral, expressam interesses, estratégias, otimização de fatores e, com isso, demonstram que imigrantes são também sujeitos e atores de um amplo processo relacional e intencional que os mobiliza nos espaços e que demonstra o dinamismo da migração e dos imigrantes na sua dimensão internacional.¹

Dívidas e dádivas: anéis interligados e reciprocidades

Já mencionamos, na introdução geral deste genérico estudo, que as migrações fazem parte da história da humanidade. Elas estão na sua lógica, aliás, são a sua lógica. Porém, em alguns momentos com mais intensidade que outros, talvez algumas de suas características e de seus fundamentos perduram na História. Na sociedade contemporânea, em que as formas de produção e de vida se baseiam, em grande parte, nos princípios do capitalismo, é possível que esse processo seja mais intenso, é claro, sem entendê-lo na correla-

¹ Em alguns de nossos estudos, sempre desenvolvemos algo sobre as redes, em sua especificidade, por exemplo, no campo do trabalho, das obrigações morais e econômicas, na reprodução de questões étnicas (*gemellaggios*), no âmbito religioso, etc., nas análises sobre a velha imigração italiana para o Brasil, em particular, para a Colônia Guaporé, mesmo sobre brasileiros na Itália e, mais recentemente, sobre senegaleses, bengalis e haitianos no sul do Brasil. Aqui buscaremos, de uma forma sintética em alguns aspectos, e ampliada e atualizada em outros, sem entrar em particularidades mais efetivas e/ou estudo de caso de alguma rede, apenas demonstrar sua importância, eficácia e alguns de seus problemas, de uma forma introdutória para aqueles que não circularam ainda pelo tema. Alguns dos materiais que publicamos e que, de uma forma ou de outra, evidenciam algo sobre as redes são: TEDESCO, João C.. *Entre raízes e rotas: identidades e culturas em movimento*. Aspectos da imigração brasileira na Itália. Vale do Itajaí/Passo Fundo, Univali/UPF Editora, 2012. ----- . *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais*. Porto Alegre/Passo Fundo/Chapecó, EdIPUCRS/UPF Editora/Argos, 2010. ----- . *Imigração e integração cultural: interfaces*. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul, UPF Editora/ Edunisc, 2002.

ção imediata com a migração ou na perspectiva de causa/efeito em termos sistêmicos. Porém, é possível que haja uma *familiaridade* muito grande entre capitalismo com o fenômeno migratório, principalmente no campo das relações de trabalho, no horizonte das diferenças e nas composições de classe e de cultura.

No entanto, autores dizem que as migrações também podem ser caracterizadas por uma relativa *autonomia*, isto é, podem se desenvolver de modo indiferente em relação às políticas dos governos, aos sistemas sociais e econômicos. “As políticas oficiais em geral falham em seus objetivos podendo até determinar efeitos opostos aos desejados. São as pessoas e não os governos a dar forma às migrações internacionais: são decisões de indivíduos, famílias e comunidades” (Castles; Miller; Mezzadra, 2004, p. 38).

Não somos muito adeptos a essa tese da relativa autonomia das migrações, do comportamento subjetivo, comumente concedida aos fundamentos *neoclássicos*. Entendemos que possa haver uma infinidade de razões (individuais, estruturais, econômicas e políticas, o interior de cada país ou outros confins culturais). Há um conjunto de fatores que impulsiona a busca e a atração de mão de obra estrangeira entre países, regiões continentais e intercontinentais. Nesse sentido, é bom nunca esquecer que a oferta e demanda do processo migratório internacional são fruto de mediações e de determinações internas e externas, estruturais e subjetivas, familiares e de grupos vinculados em redes (Faini, 2005).

Alguém já disse, décadas, atrás que são as *networks que emigram*, outros já disseram que sem elas haveria muito mais dificuldade para migrar. É comum dizer que imigrantes são sujeitos vinculados em movimentos múltiplos *para frente* com os que ficaram *para trás*. As redes envolvem vínculos interpessoais e inter-regionais entre imigrantes e não imigrantes, porém se manifestam em várias dimensões (afetivas, amizade, familiares, territoriais, interconhecimento, dentre outras). São estruturas socioespaciais e de pertencimento que imigrantes criam e carregam no ato de migrar e que possuem funções múltiplas e, em geral, pragmáticas no cotidiano deles, no sentido de lhes dar garantias, auxílios e dinamismos. Elas tendem a ser muito importantes antes e nos primeiros tempos da emigração, depois vão perdendo sentido e importância original. Podem, ainda, produzir cadeias migratórias familiares, fluxos de informação, dão o *tom social* às migrações, bem como

importância dos sujeitos nas mobilidades geográficas, para além de processos estruturantes.

Alguns dizem que imigrantes hoje constituem uma comunidade sem estar fisicamente próximos. A dimensão transnacional renova identidade e pertencimento comunitário, vai além do simples assimilacionismo, reelabora culturas, transfere elementos simbólicos e crenças dos locais de origem para os de destino. Ao mesmo tempo em que transmite conhecimentos, percepções de mundo, mudanças deste local para aquele, produz também confins entre os grupos de uma forma mais fluida e permeável (Ambrosini, 2020; 2009; Macedo, 2019; Marabello, 2009). Desse modo, as redes ligam os dois polos e produzem mediações. Elas auxiliam muito nos negócios/empreendedorismo de imigrantes, bem como no interior do mercado de trabalho, mediante informações, indicações de pessoas e de atividades, produzem confiança nos negócios de produtos e serviços burocráticos, transferência de dinheiro, acesso a financiamentos, circuitos de serviços e atividades ilegais, como deslocamentos de pessoas, falsificação de documentos, canais informais e ilegais de trânsito de mercadorias e de dinheiro entre países (Ambrosini, 2009; Martes, 2000).

Os contatos são fundamentais para viabilizar os deslocamentos, principalmente entre os que já emigraram e os que pretendem. Mercado de trabalho, habitação, auxílios em geral, produção de pertencimento de grupo, são algumas das ações que os sujeitos em rede poderão lançar mão, além de que podem se tornar dispositivos contra as dificuldades e discriminações. Imigrantes constituem redes antes de partir, durante o traslado e quando chegam. Senegaleses e haitianos que entrevistamos disseram que os processos de mediação foram intensos quando da chegada, quando permaneceram no Acre. Lá, tiveram o apoio de instituições religiosas, ONGs, produziram interconhecimento com outros imigrantes, criaram vínculos, amizades, sentiram-se na mesma situação. “Só lá me senti bem, foi para compensar tudo o que passei antes. A gente se apegou muito com vários senegaleses que já estavam lá, com haitianos, de Gana também. Lá em Brasília e, depois em Rio Branco, em São Paulo, eu já estava bem melhor, já tinha amigos, gente que eu podia confiar, que me ajudaram. [...] Ainda hoje nos comunicamos” (Entrevista com senegalês em Passo Fundo).



Alojamento improvisado para imigrantes na cidade de Brasília, no estado do Acre. Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/retrospectiva-2012/2012/12/retrospectiva-imigracao>

As redes vinculam-se com a dimensão transnacional da imigração. A vida dual, dois espaços e duas línguas, transcende os confins nacionais, constrói um novo campo social de relações e vínculos (Ambrosini, 2009). O exemplo é a confraria Mouride no Senegal e fora dele, que estrutura comércio, comunidades, solidariedade, práticas de resistência à exploração no trabalho, exclusão social, relações com o país de origem, ações econômicas e financeiras promovidas nos dois países (origem e destino), práticas associativas e que viabilizam migrações, retornos, comunicação religiosa à distância, ações de desenvolvimento no local de origem, construção de novos templos, etc.

As redes sociais produzidas quando da migração, assim como se constituem e se dinamizam, também *migram*, movimentam-se e alteram-se. Laços e trocas, dádivas e dívidas recortam territórios, funcionam como nós interligados por horizontes de múltiplas dimensões e se fortalecem em razão de demandas, ausências, distâncias, não integração entre imigrantes, dentre outros aspectos (Gnoatto, 2022; Ambrosini, 2017; Espiro, 2020). A natureza dos vínculos vai lhes dando importância e corporeidade. As pessoas passam a ser autores de um processo social de decisões que se interligam em torno de múltiplos horizontes e capitais sociais que se agrupam às estruturas so-

ciais mais amplas, mas que se dinamizam também, em estágio menor, sem elas. Por isso, as redes lançam mão de vários tipos de recursos, sendo que os principais estão no campo das informações prévias necessárias, do horizonte normativo e das adaptações necessárias no novo espaço; no campo das escolhas e seleções (destino, trabalho, habitação), de campos subjetivos, morais e familiares, bem como de outras dimensões que constituem a cadeia migratória.

As teses que adentram para as redes sociais e institucionais talvez sejam mais frutíferas na realidade migratória atual se as relacionarmos ou compararmos com as constituídas na velha migração (por exemplo, as de imigrantes italianos e alemães para o Brasil há mais de 100 anos), como correlatas entre dimensões micro que interligam vínculos, sentimentos, mobilidade, mediações, interesses entre áreas de origem e as de destino. Elas se auto alimentam ao embasar e mediar os fluxos de imigrantes. Os contextos de trabalho, as oportunidades econômicas, as informações, os graus e hierarquias afetivas, as interações entre migrantes e não migrantes, entre aqueles e os já migrados e autóctones, são produtores e produtos de vínculos, relações sociais e interdependências. Por isso, elas são constituídas e constitutivas do fenômeno migratório.

Segundo Sassen (1996), a globalização induz mobilidades, demandas estruturais por trabalhadores estrangeiros, bem como expressa uma grande dificuldade para controlar fronteiras, exercendo uma função paradoxal: demanda gente para trabalhar e, na mesma dimensão, fecha as portas ou não consegue controlar sua própria necessidade. Já analisamos isso em outro capítulo, aqui a retomamos para dar ênfase ao fato de que as redes que são constituídas por imigrantes, numa dimensão transnacional, colocam em cheque a soberania do Estado-nação, o poder deste em regular as ações de fronteira e os imigrantes no interior do território. O mercado de trabalho ganha conotação também transnacional, expressa-se na longa distância e atrai a migração. Reserva para os imigrantes um conjunto amplo de atividades no interior dos estados nacionais. Com isso, mobiliza fatores em duas sociedades e permite a transferência das suas remessas (Portes, 2002; Ramos, 2012; Cesareo, 2021; Ambrosini, 2020). As redes que os imigrantes constituem ou que eles se servem, integram sociedades, produzem interações culturais (Massey et

al, 2005), de negócios, de empreendedorismo transnacional (Ramos, 2012; Ambrosini, 2009). Deste modo, as migrações em rede tornam-se mais circulares, integradas num processo de globalização das economias e dos mercados, da circulação de mercadorias, pessoas, culturas e outros referenciais de ordem subjetiva, de interconhecimento, de laços de pertencimento, etc.

Enfatizamos que muitos migrantes só conseguem migrar, porque sabem que podem contar com um ponto de apoio, seja de conterrâneos, parentes, amigos e familiares. Essa relação se baseia numa espécie de dádiva, de “economia moral ou da dádiva” (Thompson, 1998), que alimenta também as migrações em suas relações mais de fundo, tais como a troca, reciprocidade, solidarismo, informação, gratificações, sentimento de reconhecimento, sentido de identificação social, etc. Esses vínculos funcionam na forma de elos interpessoais e institucionais formando horizontes coletivos, os quais mobilizam informações que acabam por conectar e alimentar os fluxos. Esse é um processo comum na história migratória da humanidade, porém, nas últimas décadas, os vínculos foram mais intensificados com as dimensões transnacionais, essas, facilitadas pelos canais de comunicação e pelos processos que dificultam a entrada e a permanência de imigrantes em algumas sociedades ocidentais.

A dimensão transmigrante pode fazer com que sejam desenvolvidas formas de participação, pelos atuais meios de comunicação, que favorecem para que imigrantes possam participar da vida social dos dois países (origem e destino); ou seja, pode fazer com que alguns habitem e trabalhem no Brasil, por exemplo, e administrem atividades econômicas ou um empreendimento imobiliário no local de origem e/ou outro em seu país. Esse processo também pode revelar certa fragilidade de “dupla” integração ao fazer parte de duas sociedades diferentes, uma espécie de “vida dual”. Esse auto transladar-se para além das fronteiras nacionais pelos canais de comunicação faz com que os confins políticos existentes entre as duas sociedades nacionais não constituam limites para a própria vida social e ao campo social de atividades. Porém, é bom que ressalve que os estados nacionais continuam sendo importantes ou como obstáculos ou favorecimento (vistos, permissão de permanecer, etc.). Contudo, para os transmigrantes, a vida social não é só confinada ao seu interior (Massey et al, 2005; Portes, 2022; Gardner, 2016). Não se

pode esquecer que na emigração de tempos atrás, também havia remessas, cartas, ligações com os que ficaram, porém estas eram pouco dinâmicas e/ou de horizontes temporais diversos, mais lentos, com menor eficácia (Franzina, 2005). Não era incomum imigrantes escreverem uma carta a um familiar e este já ter falecido meses antes dela chegar.

Indagamos um imigrante retornado do Brasil por ocasião de um período de pesquisa de campo no Senegal (em junho de 2022), o qual expressou desejo de voltar ao Brasil, “para renovar os documentos e arrumar um bom trabalho, ficar por lá mais alguns anos”, pelo fato dele ter casado há dois anos e ter uma filha de três meses. Sua resposta, sintetizada aqui, foi que “hoje não tem problema, hoje é assim, tu estás lá e aqui também, tu não tens a pessoa física contigo lá e nem aqui, mas tu falas toda a hora, tu te comunicas com a mulher e a filha todo o dia. [...] Agora mesmo, no nosso costume, a mulher aqui, a minha mulher, quando ganha filho, fica um tempo na casa da mãe dela, então agora mesmo ela está lá, faz quase um mês, eu falo todo o dia com ela. [...] Para nós, é nosso costume sair e deixar aqui para outras pessoas, e elas confiam na gente lá [no espaço da migração, no caso, o Brasil] e nós lá estamos com eles aqui. [...] Você viu, meu pai vive dizendo para eu sair de novo. Os pais entendem que é melhor sair, sacrificar sempre a família para os filhos, para eles estarem melhor amanhã; se todos fazem assim, o país vai estar melhor amanhã”. Nesse sentido, imigrantes sabem que pode haver sempre formas de contatos sociais entre os dois espaços, que produzem os seus específicos anéis e vinculações. Eles servem de “pontes sociais” que transcendem as fronteiras dos países e se agrupam em interações de longa distância.

Senegaleses entrevistados no Brasil, por exemplo, disseram que há uma obrigação em manter a ligação espiritual e material com a cidade santa de Touba. Essas redes mais bem constituídas e fechadas entre “os seus” tendem a não promover processos integrativos tão contundentes no país (Ambrosini, 2009). Desse modo, a imigração permite reinterpretar os ritos e símbolos com relação ao conteúdo histórico do seu universo religioso e ressimbolizar elementos de seu pensamento (Roberts; Nooter, 1998; Espiro, 2020).² Por

² Ver, Roberts A. F.; Nooter R. M. L'aura d'Amadou Bamba. Photographie et fabulation dans le Sénégal urbain. *Anthropologie et Sociétés*, vol. 22, Paris, n° 1, p. 15-40, 1998.

isso, é importante, em todas as moradias dos imigrantes, que haja um local de oração. Isso auxilia na afirmação de sua comunidade, na identidade religiosa e na circulação de bens religiosos entre membros. Serve, ainda, para alimentar a fé e dar sentido a sua partida, enfrentar obstáculos e se sentir “em casa e tranquilo”, como nos disse um imigrante que conversamos por ocasião de uma das festas do Grand Magal que participamos.

Essa dimensão transnacional, mediada pelas mídias sociais, processa-se também em momentos de auxílio mútuo em casos de doença de alguns imigrantes, mortes e seu necessário traslado (há vários casos de imigrantes senegaleses mortos no Brasil por causas diversas – doenças, assassinatos, acidente de trabalho, assalto, atropelamento, etc.). Segundo Langa (2017, p. 226, apud Macedo, 2019, p. 378), “em muitas sociedades africanas, saúde, doença e cura não são percebidas como fenômenos individuais, mas como eventos coletivos”. Esse processo é bem evidente em várias ocasiões que vivenciamos e nas notícias que lemos sobre os senegaleses.

Houve uma ocasião em que fomos visitar um líder, presidente da Associação dos Senegaleses, que foi acometido por uma doença e que estava hospitalizado numa das instituições de saúde pública do município de Passo Fundo. Na sala de espera para o horário de visita havia vários senegaleses lá, a ponto de a direção do setor distribuir algumas senhas para somente os primeiros que chegassem. Fomos três vezes visitá-lo, mas nunca conseguimos, em razão do grande número que demandava e, também, por permitirem que outros deles, que estavam reduzindo tempo de trabalho e que possuíam demandas para resolver com o que estava internado, pudessem ter prioridade. Esse fato nos chamou muito a atenção e revela comprometimento grupal, solidariedade e apoio no universo migratório.

Imigrantes que entrevistamos, nas suas especificidades, informaram que possuíam algum tipo de contato que permitiu auxílios na obtenção de emprego e lugar de moradia antes e ao chegar em Passo Fundo. Conforme nos disse um entrevistado que passou pela situação difícil de entrar no Brasil, via Bolívia e outros países da América Central: “[...] quando vi que tinha mais gente assim, fiquei mais tranquilo, tinha de vários países que falavam árabe [...]. No primeiro dia que fui na Mesquita, me situei melhor na cidade e com os outros do país”.

Outro parceiro de moradia do entrevistado anterior, em seu quarto, ao ouvir nossa conversa, quis participar dizendo que, se nós [entrevistadores] fôssemos à Brasileira, iríamos ver que “as histórias se repetem”, ou seja, que muitos se conheceram no caminho até lá e isso criou confiança e um espírito comunitário “entre nós”. Verem-se e sentirem-se como o *outro*, alimentados pela dimensão religiosa que os faz serem iguais, produziu canais de auxílio mútuo, esperanças de que a decisão de emigrar e tudo o que ficou para trás, bem como a triste e difícil trajetória para “chegar até aqui”, possa ser melhor idealizada e confortável.

Como já afirmamos anteriormente, estudiosos³ enfatizam que o início do processo migratório é sempre muito limitado (Ceschi; Stocchiero, 2008). Os fatores de acolhida aos outros grupos, sejam de imigrantes ou da sociedade maior, são muito reduzidos em razão dos limites das situações. A convivência maior só se faz possível quando há condições de coexistência mais duradoura. Os espaços de trabalho são mais expressivos dessa convivência. As casas em que residem, em termos de infraestrutura, revelam limites para o encontro de grupos diferentes dos conacionais. Como diz Macedo (2019, p. 389), “as migrações acontecem através do corpo que se desloca e leva consigo ideias, bens, afetos, mercadorias, saberes, práticas, religiões, costumes. É também sobre ele que recaem preconceitos, hostilidades e vigilâncias”. Os corpos deles passam por mudanças, as quais “incluem novos modos de vestir, falar, comer, se portar e se representar tanto para o novo quanto para o antigo contexto. [...] se transformam de acordo com expectativas internas ou externas e interagem com outros padrões e costumes”. Momentos festivos, de ritualidade religiosa e de festejos nacionais também são registrados, intercambiados, vistos simultaneamente. As festas, sejam religiosas ou não, permitem compartilhamento de significados, símbolos, imagens, pertencimentos, mesmo distantes fisicamente. Desse modo, com rituais de pertencimento, as distâncias e seus efeitos são relativizados, e origem e destino ganham novas conotações e conexões.

Desse modo, as redes, em seus múltiplos formatos, funcionam como suporte social para os grupos e indivíduos em relação, e estruturam-se como

³ CESCHI, A.; STOCCHIERO, R. (a cura di). *Relazioni transnazionali e co-sviluppo. Associazioni e imprenditori senegalesi tra Italia e luoghi di origine*. Torino: Harmattan Italia, 2008; ver, também, SCHMIDT DI FRIEDBERG, O. *I Mouridi Senegalesi in Italia*. Torino: Edizioni della Fondazione Agnelli, 1994.

um círculo social que faz com que imigrantes se liberem do sentido de inferioridade que a eles é atribuído no espaço de destino (Ambrosini, 2009). A imigração, por esse viés, desenvolve um sistema ativo de relações, integra-se em vários níveis sociais e culturais, conecta aspectos macro e micro, exerce uma grande influência sobre sucessivos desenvolvimentos do processo, funciona como cadeia familiar, e auxilia na decisão de partir e no local de destinação.



Nossa presença junto a senegaleses de várias regiões do país de origem, em coabitação, por ocasião de um almoço num sábado. Fonte: Pesquisa de campo.

Identificação, pertencimento, (re)enraizamento

Os grandes fluxos migratórios, na dinâmica da História, produziram uma sociedade multicultural. A diversidade cultural, na realidade, é muito anterior ao processo imigratório, ainda que com esse tenha ganhado mais visibilidade e consistência tanto das suas problemáticas quanto de suas soluções. Identities outras que não sejam as de estrangeiro coabitam em cenários de sociedades complexas (Bauman, 2017). Desse modo, identificar o “outro”

como estrangeiro poderia dar lugar à justificação e à reprodução de formas discriminatórias.

Nas narrativas mais aprofundadas que realizamos com imigrantes, eles informaram que não lhes interessam os processos de integração social de uma forma mais efetiva ainda que, de quando em vez, participem de vários eventos de intercâmbio cultural. Imigrantes dizem que vivem muito próximos entre si e isso basta. Isso esteve bem mais evidente entre os bengalis e haitianos. Alguns deles disseram que são orientados pela esfera religiosa e familiar para não se *abrasileirar* ou incorporar valores da sociedade ocidental (bengalis, em particular), principalmente no tocante ao consumo, aos valores e formatos de família, do horizonte afetivo e religioso. “Em casa lá me perguntam sempre do Brasil, perguntam se fui na praia, imagina a distância daqui até uma praia! Nem vi o mar ainda. Mas eles não acreditam, porque a imagem daqui para eles é outra [...]. A mulher tem sempre receio que eu arrume outra, porque acham que aqui é só dar um assobio e enche de mulher! Não é bem assim”.

As redes territoriais se fortalecem com o agrupamento regional e de descendência. Elas irmanam-se pelas objetividades comuns e intenções que se entrecruzam, porém muitos ressalvam sua tenacidade (Macedo, 2019); revelam que as migrações também são produzidas por fenômenos informais, mediados ou não, regulares e irregulares, formais e/ou institucionais (Sciortino, 2007; Sassen, 2008; Mouhoud, 2006). Possuem, em geral, uma “estrutura horizontal”, na qual seus participantes estão em posições bastante equânimes ou que trocam informações, auxílios, reciprocidades, explorações, principalmente dos imigrantes conacionais recém-chegados. No entanto, as redes podem também se caracterizar “verticalmente” em razão de que pessoas, grupos e instituições estão em posição de destaque, superior e que podem agir de forma discriminatória e assimétrica junto a imigrantes (Ambrosini, 2009).

Muitas dessas redes podem se transformar numa grande intermediação de negócios internacionais, negócios do corpo [prostituição, tráfico de órgãos, dentre outros), da burocracia pública e jurídica, da intermediação financeira, do trabalho ilegal e clandestino, do contrabando de clandestinos e de mercadorias, na facilitação das entradas fronteiriças, costas marítimas e

pontes aéreas. Há uma natureza social da imigração que interage com outros horizontes. Por isso, as redes informais de informação e assistência têm muito mais importância.



Brasileiros retidos pelos órgãos de controle da imigração de fronteira dos Estados Unidos. Muitos desses são vítimas de redes de intermediação, as quais, não obstante o alto desembolso financeiro pelos demandantes do serviço, não garantem uma passagem segura para o outro país. De janeiro a junho de 2022, foram mais de 7 mil detenções de brasileiros na fronteira do México com os Estados Unidos. Foto: General/DHS/Handout/Reuters – 24/09/2022. Fonte: <https://miguelimigrante.blogspot.com/2022/09/numero-de-brasileiros-presos-pela.html?zx=e4a17a2fe8e7d164>

Os imigrantes mantêm atividades *transnacionais*: negócios, remessas, contatos frequentes, visitas de familiares e amigos. Em outros aspectos, os imigrantes de hoje são mais diferenciados dos de ontem em termos de origem regional, nacional, posição socioeconômica, *status* político no país de acolhimento, estilo de vida, dialetos, identidades, etc.

O caráter múltiplo, ainda que, em parte, seja muito bem conexo, convive no cenário da imigração. O processo de assimilação do imigrante hoje é negociado na arena política com as instituições legais, civis e políticas, e não mais no interior da comunidade como era antes (Ambrosini, 2017; Ceschí; Stocchiero, 2008). Entendemos que os imigrantes de hoje produzem um caleidoscópio, um quadro complexo diferente a respeito de um século atrás pelas circunstâncias históricas diferentes dentro e fora das comunidades imigrantes (Franzina, 2005). Uma espécie de identidade transnacional

da *diáspora* mantém vivo o vínculo com a pátria de origem. “[...] uma espécie de lealdade nacional nos confrontos com o país de destino” (Franzina, 2005, p. 89). Há uma função simbólica de uma identidade de pertencimento, ainda que instituições religiosas não estejam mais acompanhando tanto e os imigrantes sejam recebidos, talvez, em situação pior do que a de 100 anos atrás, pois não fazem parte e nem têm o amparo de políticas públicas.

As redes funcionam como efetiva estratégia de resistência à exclusão, de uma maior segurança na inserção em um novo contexto social, das inúmeras fronteiras e distâncias empreendidas. Podem, também, em algumas circunstâncias, reduzir ainda mais a mobilidade individual, reforçar segregações ocupacionais, induzir à participação em atividades ilegais, ou seja, serem mediadoras de situações e de identificações sociais pouco edificantes (Piscitelli, 2008). Diz Ambrosini (2009) que a percepção da diversidade e da discriminação, mais ou menos explícita, auxilia a reforçar os confins do pertencimento. As redes sociais são expressão de uma combinação de fragilidade de forças na hierarquia social.⁴ Muitas redes associativas e de intercâmbio são favorecidas por órgãos ligados às igrejas, que, de uma forma ou de outra, procuram formas de integração e de associação entre “os seus”.

Participamos da primeira reunião para a efetivação de uma associação de venezuelanos no município de Passo Fundo. A mesma aconteceu num sábado de manhã, no dia 26 de março de 2022, no salão paroquial da Catedral Arquidiocesana, ou seja, havia mediação, auxílio, presença de membros da referida instituição, presente de uma forma ou de outra. As associações e entidades variadas, ao constituir um elo dessa cadeia de redes, atuam em geral num espaço semi submerso de mediação de informação, inclusive, em algumas situações, funcionam como pré-condição num cenário de mercado de trabalho fragmentário, influenciam no recrutamento e seleção, ocupam nichos de mercado, porém, em geral, não auxiliam muito na mobilidade social do trabalho, pois o reduzem a um circuito étnico nacional (Soares, 2002).⁵

Mesmo assim, essas entidades têm a função de auxílio, sustentação

⁴ AMBROSINI, M. Per un inquadramento teorico del tema: il modello italiano di immigrazione e le funzioni delle reti etniche. In: LA ROSA, M.; ZANFRINI, L. *Percorsi migratori tra reti etniche, istituzioni e mercato del lavoro*. Milano: Franco Angeli, 2003, p. 9-23.

⁵ SOARES, W. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Belo Horizonte, UFMG, 2002. Tese Doutorado em Demografia.

emotiva, solução de problemas cotidianos (stress, acolhimento, família); e inserem-se em atividade ilegais ou socialmente estigmatizadas, favorecendo em termos de recursos intelectuais e profissionais dos imigrantes, trabalho e casa, curso de língua, formação profissional, equilíbrio flexível e inteligente de assimilação do imigrante à sociedade (importância do terceiro setor, do voluntariado e da mediação intercultural) (Soares, 2002; Scidà, 2000). Os imigrantes, ao irem se integrando, vão construindo uma configuração social que influencia nas relações sociais e econômicas, incorporando-se e enraizando-se em cenários e setores. A partir daí, desenvolvem-se relações sociais específicas, reciprocidades, colaborações estratégicas e em interação, as quais, com o tempo, constroem capitais sociais otimizados e protagonizados pelos trabalhadores imigrantes.

A aproximação produzida pelas redes formais e informais (que faz algumas etnias produzirem associações, núcleos nacionais, espaços específicos de trabalho, como é o caso do setor Halal) contribui para sustentar certo sentido identitário, além de, em teoria, poder facilitar a satisfação de certas necessidades (materiais, afetivas, tradições, culturas, informações, etc.) dos sujeitos migrantes (Mazzetti, 2010). A Associação dos Senegaleses de Passo Fundo e de Chapecó, que tivemos contatos e inserções de pesquisa, bem como a dos haitianos e venezuelanos, revelam uma auto-organização de tipo étnico que objetiva e expressa a coesão social dos imigrantes, orientação cultural e religiosa. Grupos e contextos se dão de um modo dinâmico, orientam interesses e atividades dos espaços de saída e de destino, ao mesmo tempo em que buscam manter viva a identidade e a cultura do país de origem. No Senegal, é comum o associativismo (étnico, de bairro, religião, culturas, línguas, etc.). Isso viabiliza a abertura de canais junto ao poder público local e expressa a capacidade de ação dos grupos migrantes frente às oportunidades que surgem nos contextos, passam a ser fundamentais na identificação, visibilidade e reconhecimento público do grupo, bem como para ampliar contatos e redes sociais, socializar problemas, soluções, vividos e acessos às informações necessárias a eles.

Associações podem produzir confiança, inter-pessoalidades e créditos de mediação. É comum imigrantes de nacionalidades específicas localizarem-se muito próximos, em algum território onde há serviços, negócios, nichos

de trabalho que são absorvidos e dinamizados por conacionais. Nos espaços de maior presença de imigrantes de longa data e de quantidades de imigrantes, isso é bem evidente. Vimos isso em Milão, na relação com chineses e paquistaneses, nos bolivianos em São Paulo e nos bairros em Passo Fundo onde há muitos haitianos residindo próximos, que com o tempo e sua ampliação quantitativa, também poderão produzir pequenos enclaves étnicos. Isso é muito comum em várias partes no mundo, inclusive, na velha imigração para o Brasil, ainda que nessa tenha havido, em boa parte, presença do estado nessa determinação que ligava território e etnia, grupo social, dialetal, etc.

Vínculos interespaciais e estratégias mercantis em redes

É interessante frisar que as redes também são múltiplas, variadas e ressignificadas com o tempo, reduzidas com a possibilidade do agrupamento de membros da família no cenário migratório, da maior autonomia laboral, de domínio da língua, de experiências mais cristalizadas e de processos de maior inserção e integração social. Elas permitem maior presença no horizonte afetivo (família, parentela), nos laços que as identificam a determinados territórios de pertencimento (Mazzetti, 2010). Por isso, a imigração não deve ser entendida só em relação aos que saem, mas também quanto aos que ficam. Há os projetos e os sonhos de ambos e, somados a isso tudo, tem-se o possível retorno e os retornados.

Deste modo, a ação de migrar torna-se familiar, afetiva e econômica, envolvendo também os que permaneceram (Sales; Reis, 1999) e o retorno possível e decidido de uma forma planejada, livre de coerções e ações deliberadas pela esfera pública. A coerção, se há, desenvolve-se no interior das dívidas. As saídas e permanências entre elementos das famílias revelam acordos internos, dinâmicas econômicas, sociais e afetivas, vínculos que vão se estendendo pelos territórios, porém conservando obrigações, moralidades e sentimentos de família.

Um imigrante, retornado temporário (disse que ficaria dois meses e voltaria para o Brasil, “vim só visitar”), entrevistado no Sul do Senegal (Casamance), nos respondeu que tinha duas mulheres e, diante de nosso espanto e

curiosidade, fez questão de dizer que isso só é possível se o homem “for capaz de sustentá-las”. Por isso, segundo ele, teria de “trabalhar cada vez mais”, encontrar “um bom emprego” e estar em contato “quase todos os dias com elas. [...] Elas cobram que eu envie dinheiro e ligam todo o dia”.

A questão da distância física, a possibilidade de rompimento de alianças afetivas e culturais em ambos os espaços, os vínculos nostálgicos entre a área de origem e a de destino atual, todos juntos, fazem da presença de imigrantes um horizonte de desenvolvimento de uma dialética entre aceitação e desejo de expulsão, como fonte de renda, de consumo e de produção e de serviços a custo baixo, mas, ainda, como sujeito promotor de alteração da paisagem cultural, física, demográfica, étnica, segurança social e privada.⁶

As redes produzem um capital social, uma espécie de sistema de posição no interior do grupo que aciona ligações entre atores sociais, entre grupos e ambientes diversos, envolvendo primeiramente conacionais, sendo, portanto, um processo em cadeia, que se alimenta por sentimentos de pertença, de solidariedade e de obrigações (Macedo, 2019). Sua importância e amplitude estão em correlação com sua funcionalidade, com o tempo de permanência no país, com o tipo de relações que mantêm nos espaços de destino para satisfazer a performance temporal e individual (Ambrosini, 2009).

Um outro aspecto que não pode ser negligenciado e/ou passar despercebido é o fato de que nessas últimas eleições municipais (2020), houve um grande aumento na presença de imigrantes que se apresentaram como candidatos e que, como consequência, foram eleitos. Isso revela um processo social interessante. Segundo o site do Migra/Mundo, houve 2.689 candidatos declarados não natos; desses, foram eleitos sete prefeitos, 13 vereadores e cinco vice-prefeitos, sendo que as três nacionalidades mais recorrentes são a portuguesa, a paraguaia e a libanesa.⁷ Esse é um campo de estudos que merece uma análise mais detalhada, pois esse processo revela muitas coisas em termos de relações sociais, culturais e integrativas, bem como vínculos de imigrantes em redes, principalmente de conacionais.

⁶ Discussão sobre isso, encontra-se em SOARES, W. *Da metáfora à substância...*, op., cit. Ver, também, MAXINE, L. M. Na virada do milênio: A emigração para os Estados Unidos. In: MARTES, A. C. B.; FLEISHER, R. (Org.). *Fronteiras cruzadas...*, p. 51-72.

⁷ <https://oestrangeiro.org/2020/11/16/quais-estrangeiros-se-elegeram-e-o-lugar-dos-negros-nas-eleicoes/>

No campo dos negócios, muitos deles, de caráter étnico, o papel das redes de conacionais é muito importante; expressa-se, em muito na dimensão do gênero masculino, revelando, com isso, certa cultura social de que o homem é o provedor econômico, o qual foi socializado e exigido para tanto. Outra característica é que, além de predominar o gênero masculino, são comumente jovens, talvez por serem a maior expressão da faixa etária migratória. Eles expressam, talvez, de forma um pouco mais aguçada, a cultura da independência profissional. É bom ter claro que as formas de inserção dos imigrantes na realidade econômica dos países hospedeiros apresentam níveis e formatos de uma realidade fragmentada e dinâmica. Pode ser uma inserção suplementar (ocupar espaços vazios deixados “pelos outros” de uma forma consciente e proposital), complementar (fruto da dinâmica de setores produtivos que demandam mão de obra), adicional (trabalhos em espaços pouco atrativos e de baixa concorrência, como é o caso da agricultura e da construção civil), independente (como empreendedor ou prestador de serviços) e marginal (espaços deslocados da dinâmica entre oferta e demanda e trabalhos submersos) (Ambrosini, 2017).

No entanto, os negócios em rede revelam uma economia que necessita de especialização particular, capacidade de explorar a diversidade e a própria cultura objetivando lucro econômico. São atividades, em geral, que visam essencialmente o grupo étnico ou partem dele para atingir os que não fazem parte do grupo, como diferencial, para “mostrar nossas coisas”. Desse modo, o horizonte empreendedor tão presente entre os imigrantes e auxiliados por determinados fios de uma rede, permite dar um salto de qualidade, ganhar mais, oportunidade de afirmação e adquirir posição de *status*. Podemos dizer, também, que é o arquétipo da motivação econômica que movimenta o migrante e a escolha migratória (segurança para si e para a família). Ser empreendedor, muitas vezes, com o auxílio das redes, produz capital social, recursos de influência e de conhecimento, estratégias relacionais (cognitivas, solidaristas, identitárias, nacionalidade, etc.) (Conti, 1998). As atividades nesse campo são variadas e não há grande intermediação e correlação com o inteiro mercado, e respondem às exigências de uma particular comunidade imigrada, fornecendo produtos no mercado “normal”. Comumente, essas empresas prestadoras de serviços se identificam com as raízes e redes

étnicas de pertencimento (Ambrosini, 2009). É um espaço considerado de refúgio de muitos imigrados que não conseguem se inserir em espaços mais legitimados no campo de trabalho, como é o caso de ambulantes que vendem produtos típicos (Conti, 1998).⁸ O comércio ambulante, por exemplo, alimenta-se do suporte de redes e de pontos de apoio, figuras intermediárias pertencentes comumente aos mesmos grupos nacionais dos ambulantes, os quais representam um anel de junção muito importante entre o lugar de produção e os vendedores finais.

Muitas vezes, a imagem coletivizada do grupo de pertencimento nacional esconde ou minimiza conflitos no interior de “comunidades étnicas” e/ou tensões étnicas em geral. Percebemos, porém, comentários e situações, em especial, na esfera do trabalho, sua concepção e eficiência por parte de imigrantes. A solidariedade e ajuda mútua, quando se fazem concretas, convivem com situações que revelam certo egoísmo, discriminação e conflito interno. Elas constituem duas faces da mesma moeda. A noção de favor, de dívida, de dívida (essa comumente produzida por empréstimos, havendo uma possibilidade de dinamizar informalmente o setor usurário entre imigrantes), a relação de dependência para a de servidão (compatriotas explorando outros), o papel dos intermediários, dentre outros aspectos, complexificam a realidade de imigrante. As formas organizativas informais, étnicas, associativas, solidárias e institucionais poderão auxiliar na amenização desses traumas. As relações de gênero, ao que tivemos condições de perceber, reservam uma complexidade ainda maior.

Enfim...

Aproximar-se aos da mesma nacionalidade é algo normal e, em grande parte, otimizador pelos imigrantes. São estratégias acionadas em razão das necessidades, uma espécie de resguardo para tornar os desafios e os limites menos pesados (Ambrosini, 2019) e enfrentá-los com a ajuda de alguém e de algo.

⁸ Ver CONTI, C. *Immigrazione, cultura e specializzazione*. In: OSSERVATORIO COMUNALE DELLE IMMIGRAZIONI DI BOLOGNA. (a cura di). *Immigrazioni, mercato del lavoro e globalizzazione*. Bologna: L'Harmattan- Italia, 1998, p. 178-229. Ver, também, AMBROSINI, M. *Utili invasori. L'inserimento degli immigrati nel mercato del lavoro italiano*. Milano: Franco Angeli, 1999.

Tornam-se circuitos sociais que permitem maior visibilidade e possibilidade de integração entre imigrantes (entre si) e autóctones (Conti, 1998). Desse horizonte, vão se constituindo redes informais, laços comuns, identificações e intercâmbios. A migração acontece vinculada a laços territoriais, bem como utilizando canais mais ou menos comuns no traslado, na obtenção dos trabalhos, na possibilidade dos vistos de permanência temporária, etc. É muito disso que ouvimos nas falas sobre os caminhos percorridos, os enfrentamentos e situações constrangedoras, bem como a importância do grupo, de ver-se como e com o outro nessas circunstâncias.

Integrados entre si, imigrantes valorizam a família, os rituais religiosos, idealizam retornar ao seu país com melhores condições em relação às de quando partiram. Para eles, a migração tende a continuar produzindo o sonho da mobilidade social, de desejos de mudar de vida, de alterar alguns valores. As sociedades com melhores condições econômicas de vida são os alvos para a realização desses ideais. No caso do Brasil, bengalis, em particular, informaram que tiveram desencantos; imaginavam ganhar mais, sobrar mais, não dispender tanto dinheiro para chegar até o destino. O câmbio financeiro lhes favorece, porém muito aquém das referências de quem recebe em euros ou em dólares. Haitianos reclamam que “os piores trabalhos nos frigoríficos são os deles”. Mulheres haitianas entrevistadas enfatizam que os maridos “trabalham na sala de corte e, nós, as mulheres, na limpeza. [...] Eles mudam de setor, nós, nunca”.

A distância física cria possibilidades de redefinições de alianças afetivas e culturais em ambos os espaços. Anéis de redes poderão se romper e/ou viabilizar novos laços, ou se enfraquecerem; os que retornam poderão auxiliar os que saem em um conjunto variado de demandas no local de destino (indicação de trabalhos, moradias, informações do campo da legislação, da cultura, etc.). Os imigrantes reconhecem seu meio social e cultural, mas sabem também que, como imigrantes, precisam ser trabalhadores; são trabalhadores “em trânsito” (Jovelin; Mezzouj, 2010)⁹, mas que envolvem relações estreitas e afetivas com o local de origem, como “espaço da gente”. O retorno ao seu país envolve uma dinâmica conflituosa entre coração e dinheiro, afetividade e investimento, sociabilidade e visibilidade aliadas ao

⁹ JOVELIN, E.; MEZZOUJ, F. *Sociologie des immigrés agés*. Paris: Éditions du Cygne, 2010, cit., p. 56.

empreendedorismo. Há um “sistema de representação” (Sayad, 1999), que se produz com a terra de origem, por ser o local de nascimento, da família, dos parentes, dos amigos, de investimentos, que não lhe deu condições de viver, mas, sim, de emigrar. É o cenário do reagrupamento familiar, afetivo e territorial. Na realidade, esse estar e não estar, sair e retornar, chegar e sair, etc. são estratégias que permitem que emigrados consigam aliar negócios e famílias, entre presenças e ausências, em ambos os locais, ao mesmo tempo. Imigrantes buscam manter canais e vínculos que possam ser acionados em períodos estratégicos, tanto no campo financeiro quanto da demanda por trabalhadores em determinados setores. As redes constituídas podem, inclusive, continuar mesmo na situação de retornados. O êxito do retornado induz novas emigrações de outros do mesmo local de origem, o contrário também pode ser verdadeiro, ou seja, os que retornaram, recebendo notícias positivas de quem foi, podem decidir pela volta. O que queremos dizer é que são dinâmicas de um mesmo processo e que obedecem a lógicas que são viabilizadas pelos próprios atores sociais e por situações externas a eles.

Muitos casam antes de emigrar como exigência dos pais e por facilitar os acordos. Pela experiência histórica e familiar, alguns entrevistados disseram que quem emigra fará poucos filhos e quem sai antes de casar “depois fica difícil, pois não dá para retornar, como é o nosso caso aqui. Ninguém pensa em casar por aqui, mas se retornar ao nosso país, daí tem de ficar lá, pois não consegue facilmente o visto para tornar para cá”. Segundo um entrevistado, “as mulheres daqui não costumam casar com estrangeiros, porém as do meu país fazem questão”. Isso revela, para essas, segurança nas condições econômicas.

Um senegalês entrevistado nos disse, ao ser perguntado como era essa vida afetiva distante, que se estivesse namorando, “teria deixado o namoro”, se fosse casado, “não teria coragem de vir” e jamais “deixaria a mulher vir sozinha”. Outro entrevistado disse-nos que a “saudade é grande, telefonamos todos os finais de semana, quem tem internet usa isso também para matar a saudade”. Outras colocações giravam em torno disso e do fato de que “é muito custo para voltar ao Senegal, primeiro tenho que fazer dinheiro aqui, eu mando dinheiro para lá, então eles sabem que eu estou bem e cumprindo meu dever”; “a distância faz a gente se acostumar e se consolar, porque é essa

a nossa vida, nossa vida é assim”; “morar juntos e falar sempre com a família é bom para nós [...] nossas orações ajudam também nisso”. Nesse sentido, é importante perceber que a imigração destaca indivíduos em ligações constantes, em redes informais e afetivas, com laços fortes que revelam obrigações e intenções profundas e significativas (Siddiqui, 2004). Há uma lógica de afetos entre os que partem, os que ficam, os que exercem a mediação na circulação entre as duas partes, mediante ligações parentais, proximidade identitária, etc. (Macedo, 2019).

O conceito de redes fundamenta-se a partir da constatação das relações, constituídas pela presença e interação dos imigrantes no espaço. Constatam-se, a partir das informações coletadas e sistematizadas das entrevistas, que pelo menos dois terços dos imigrantes respondentes, conseguiram emprego a partir de amigos ou conhecidos, quase 90% viajaram e chegaram até o Brasil e, em particular, ao Sul do país e aos nossos espaços de estudos, informados e auxiliados por conhecidos que já estavam e por agências de mediação, algumas delas constituídas por máfias que os conduzem a países da América do Sul (Argentina, Equador, Bolívia e Peru) antes de entrar no Brasil e, mesmo dentro desses, novas ligações e anéis vão se constituindo e viabilizando migrações.

Para compreender como se constitui a importância do grupo, é necessário ater-se à constituição das conhecidas redes estabelecidas entre os imigrantes no processo todo que liga países, regiões, famílias, obrigações morais, agentes de (inter) mediação, dentre outros. Há uma redistribuição do papel de chefe de família entre pais e filhos, pais em países diferentes e filhos no lugar paterno, principalmente os de maior idade (Barau, 2007). Essa relacionabilidade auxilia na busca e/ou na efetivação de nichos de trabalho, produz reciprocidade e confiança entre os atores das trocas de informação, tornando-as vantajosas e pragmáticas. Elas estão presentes em toda a sociedade e não estão em razão e nem para os imigrantes, estes apenas criam as suas trocas e se servem dos canais de comunicação já existentes. Processos de trabalho, de mercado, de identificação social dos imigrantes, passam a ganhar conotação de uma dinâmica de construção social. Tais elementos são embasados, em boa parte, na origem, língua e crença dos grupos sociais.

Portanto, a imigração torna-se um fenômeno social que se autoalimenta

e, uma vez desencadeada, acresce a probabilidade de desenvolver ulteriores fluxos, sendo algo *contagioso*. Por isso, a importância das *networks*. Elas auxiliam na produção e circulação de afetos, imagens, pessoas, intercâmbios, bem como em subverter as fronteiras nacionais (Macedo, 2019). São fios condutores que ligam os imigrantes cotidianamente à vida *online*, em meio a tempos e espaços que se movem e se reestruturam constantemente com eles, relativizando distâncias em múltiplas ações e compartilhando momentos festivos, religiosos, educacionais e escolarização de filhos, na comemoração dos jogos e vitórias de seus times e seleção de futebol do país de origem, manifestações públicas, reuniões, etc. Enfim, um universo estratégico e de relações territorializadas, de contatos diaspóricos e transnacionais, que, se bem organizado, também pode ser indutor de processos de desenvolvimento nos espaços de origem.

CAPÍTULO IX

Segundas gerações de imigrantes e a integração social: *novos desafios, oportunidades e conflitos*

O MOMENTO ATUAL DE CRISE ECONÔMICA, provocada pela Pandemia da Covid, pela invasão e guerra na Ucrânia e possível conflito bélico e político no Taiwan, revela mais do que premente a necessidade de discutirmos sobre a multi e interculturalidade ou multiconvivência, multirracionalidade etc. O tema se alarga e se torna imperativo quando se correlaciona com a imigração e imigrantes em geral. Ainda que não se possa reduzir a ela, a imigração faz desencadear uma realidade, no mínimo, multicultural, que é, de fato, uma das grandes características das *sociedades complexas* na atualidade (Sassen, 2008; Castles, 2005).

Sabemos que as culturas não são estáticas, definitivas, essencialistas e nem paradigmáticas (Zanini, 2006; Bauman, 1999). Há culturas e sociedades, ambas no plural e, nenhuma delas revela ser um sistema autônomo e independente. Há vários fatores que dinamizam, determinam, vinculam e interagem com as culturas. Entendemos que nesse mundo dito de *fronteiras deslizantes* com a globalização, a convivência se faz mais do que nunca necessária, pois, não dá para não reconhecer a realidade da copresença em nossas sociedades.

A relação com a alteridade, numa sociedade que quer ser homogênea em razão dos elementos universalizantes da globalização, coloca em crise as certezas do nosso tempo, desse modo, relativiza noções, como autonomia, autenticidade e identidades (Zanini, 2006). A dificuldade que temos de entender a cultura e o mundo como mutáveis faz, também, com que a diversidade apareça como ameaça, como impossibilidade de convivência e de integração (Bauman, 2017; 1999). É um imperativo para a sociedade maior,

que hospeda imigrantes, saber que não importou somente mão de obra, mas, sim, pessoas, com seu mundo e seus problemas e os que a própria situação cotidiana produz no espaço de destino.

A interculturalidade, numa dimensão crítica, construtiva, dinâmica e aberta se desenvolve nas relações sociais, na interdependência dessas, nas necessidades humanas de pertencimento, de coesão e de sentir-se num grupo referenciado. Ela expressa-se também nas determinações de direitos e nos processos democráticos de agir e de participar, ou seja, nas políticas inclusivas (Caetano; Paiva, 2018; Corte, 2002), nas manifestações culturais, na luta por conquistas de espaços sociais, pertencimentos, identidades e cidadania social, econômica e política. Há necessidade do alargamento dos contatos, das ocasiões de comunicação e das experiências em comum, da solidariedade mais ampla, superando as separações e as divisões (Favaro; Napoli, 2002). Tudo isso está na ordem do dia da presença de imigrantes em sociedades de seus destinos. A inserção destes faz brotar com mais intensidade e colocar em evidência pelo menos alguns destes processos.

Os desafios da acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade de filhos de imigrantes no interior do sistema educacional do país tornam-se imperativos públicos e sociais. Esses processos todos dependem de como são tratados os imigrantes de uma forma geral na sociedade e como são contemplados pelas políticas migratórias. Se há tensões, invisibilidades, indiferenças, desvalorização, estigmatização e criminalização em relação aos imigrantes em geral, não dá para imaginar que as ações nas escolas tenham eficácia e resultados em adequação com o que as normativas jurídicas pregam e/ou exigem, ou, então, que nas escolas as relacionais sejam completamente outras, como se elas fossem um mundo à parte.

A escola é uma caixa de ressonância de múltiplos processos vividos na sociedade. Princípios de universalidade, muitas vezes, esbarram na inexistência de simples documentação de nascimento do aluno imigrante, de documentação dos pais, de certificados de conclusão de série anterior, de desconhecimento de legislação, os quais expressam limites de direitos humanos ou deliberações públicas para dificultar o acesso aos alunos (Magalhães; Schilling, 2012). Aliás, essas questões são altamente desafiadoras nos espaços escolares para todos os envolvidos, pois é uma realidade nova, não assu-

mida ainda pelas instâncias públicas responsáveis e nem entendidas como importantes e/ou fundamentais para o bem-viver escolar e para alterações nos espaços ainda de conflitos entre autóctones e imigrantes.

Além dessas questões, há o problema da adaptação do currículo, de conteúdos que possam interessar e/ou atrair mais os imigrantes, que contemplem o *modus vivendi* que esses filhos de imigrantes carregam, desde as diferenças de gênero, a socialização em sociedades patriarcais, a igualdade de direitos etc. Por isso, há necessidade de discutir, sensibilizar a sociedade, pressionar para que haja políticas públicas específicas, para que se possa imprimir direitos humanos na educação e os direitos humanos por meio das práticas educacionais, enfim, em outras palavras, que haja promoção dos direitos humanos no processo de aprendizagem (Magalhães; Schilling, 2012).

A sala de aula é um *sistema social*. Nela condensam-se múltiplos universos e referências, assim como produzem-se diversidades de relações e interações. No seu interior, dependendo das formas de ação, da pedagogia, pode-se produzir e conservar diferenças sociais e de status entre os alunos, entre culturas, formar e aprofundar hierarquias e prestígio (Zoletto, 2007). Entendemos que o campo educacional tem a obrigação de expressar com veemência a dinâmica integrativa e não meramente assimilacionista que envolve os imigrantes e autóctones, tanto em sua incipiência, quanto em sua possibilidade (Waldinger; Perlamann, 2010). Com isso, as segundas gerações de imigrantes terão possibilidade de transcender a dimensão étnica, que, em geral, na sociedade de destino, é ainda muito estigmatizada e balizada por autóctones e, muitas vezes, entre os próprios imigrantes em suas específicas nacionalidades. Elas revelam o quanto é difícil a integração cultural, quanto somos segmentados e *fronteiriços* e, esses processos, desembocam no cotidiano do espaço escolar (Sarlet, 2009).

A ação intercultural pode muito bem ser desenvolvida na escola e ser uma estratégia que desenvolve a sensibilidade para a diversidade e a complexidade cultural que nos caracteriza e problematiza o tema da diferença numa situação multiétnica. Nesse sentido, a escola pode ser uma estratégia para imprimir um novo discurso pedagógico contra o racismo, intolerância, discriminação, desigualdade e a imposição cultural. Esses horizontes são muito comuns num cenário de imigração e podem ser dinamizados no interior e nas relações sociais produzidas na escola.

Dito isso de forma genérica, intencionamos com esta singela reflexão dar ênfase ao horizonte da educação/escolarização de segundas gerações de imigrantes, bem como alguns dos processos de inserção social. Localizamos dinâmicas conflituosas de convivência social, tentativas de assimilação, de intercâmbio cultural, estratégias identitárias, aprendizagens e inserções de filhos de imigrantes em espaços escolares, em particular, alguns de seus horizontes relacionais e integrativos. Talvez sejam processos que não necessariamente revelam ações e/ou práticas interculturais numa perspectiva mais crítica e interativa, porém, denotam buscas de espaços, tentativas de integração e interconhecimento, possibilidades de construir espaços relacionais e de sociabilidade étnica, pertencimentos de grupo, fortalecimento de representações de si e uma melhor convivência social no espaço onde se localizam tendo a escola como mediadora.

Foram entrevistados professores e diretores de escolas municipais de Passo Fundo que possuem filhos de imigrantes em seu espaço. Dialogamos com o Secretário Municipal de Educação de Passo Fundo em 2017 e 2019. Estivemos em residências de haitianos e de bengalis, que possuem filhos em escolas municipais, para conversar com pais e alguns alunos sobre aspectos da realidade desses últimos nas escolas. Participamos de momentos festivos em duas escolas, bem como em rituais religiosos em igrejas “de haitianos” em domingos pela parte da manhã; momentos esses que se tornaram frutíferos pelo fato de podermos conversar com pais e filhos sobre aspectos gerais da vida familiar, de trabalho e da escola de seus membros.

Enfim, não fizemos uma pesquisa estruturada, com questionário fechado, com dinâmicas metodológicas de pesquisa qualitativa (representatividade, questionário, etc.). Aproveitamos, sim, de momentos, de situações de encontro, de possibilidade de abertura para o acesso em escolas onde havia filhos de imigrantes, bem como nossos contatos com imigrantes “conhecidos” que nos auxiliaram em nossas inserções. O que tentamos foi produzir alguma espécie de diálogo preliminar, observações, contatos informais e participação em momentos que se tornaram propícios para algum tipo de diálogo e interação com imigrantes. O que queríamos mesmo, nesse primeiro estágio de pesquisa, era ter uma breve noção sobre aspectos do vivido nas escolas pelos filhos de imigrantes, bem como ter presente os limites das instituições

de ensino, do processo de ensino-aprendizagem de uma forma geral, as estratégias adotadas para fazer frente aos limites que se apresentavam.¹

O “viver juntos”: desafios de um imperativo social

Inúmeras reflexões contemporâneas no campo das ciências sociais e da educação acentuam a natureza processual, dinâmica, interrelacional das culturas e das identidades, bem como as pluridirecionalidades das bagagens culturais, principalmente com os intensos fluxos migratórios (Portera, 1997; Zanini, 2006). A imigração tende a desenvolver a noção de identidade, de reconhecimento do “outro”, de imperativo de construir novas relações e de produzir alteridades (Bettetini, 2001). Permitir e/ou reconhecer o limite e a incerteza (como o fazem os imigrantes, que incorporam a identidade estigmatizada de *estrangeiro*) poderá ser uma ocasião para experimentar novas formas de diferenças, novas modalidades de convivência (Portera, 1997; Bauman, 2017). Isso significa reconstituir ideais humanistas de diálogo, de respeito às diferenças e compreensão recíproca (Bauman, 1999). Valores esses ainda distantes de nosso cotidiano, mas necessários para a convivência social, para que, nas culturas e interações de contato interétnico, possamos ir além do mero assimilacionismo ou multiculturalismo. O mundo migratório convive ainda com inúmeras situações de exclusão, de impedimentos, de intensos sacrifícios e riscos para tentar sair de cenários e de vida precária. A opção, ou pressão e necessidade de saídas (migrações) sujeitam muitas pessoas a situações de intenso risco de vida para poder ou idealizar ter uma vida melhor.

¹ A pesquisa está em andamento. A Pandemia da Covid nos limitou os acessos por dois anos (entre 2020 e 2021). Porém, aos poucos, estamos nos inserindo, dialogando com gestores de instâncias públicas responsáveis pela educação no município de Passo Fundo, em interação com diretores de escolas, bem como revisando literatura em torno de experiências no Brasil e em outras partes do mundo sobre essa realidade de filhos de imigrantes no campo educacional formal. O que desenvolvemos no presente capítulo é apenas uma síntese de um processo que está em andamento. Acreditamos que o referido tema é fundamental para entendermos os múltiplos processos da realidade de imigrantes no Brasil e, em específico, em nossos espaços de pesquisa. É um tema novo e que requer muitos estudos, pesquisas e interações nos espaços escolares para compreendê-lo e, acima de tudo, para propiciar maior clareza nas ações e estratégias de aprendizagens junto aos sujeitos centrais do processo que são os professores e os alunos, filhos de imigrantes.



Segundo o ACNUR, de janeiro até final de agosto de 2022, 1.004 pessoas perderam a vida ao tentar cruzar o Mediterrâneo para chegar à Europa (ACNUR/ONU). Fonte: Foto Andrew McConnell/UNHCR

Contextos históricos, concepções de sociedade, cultura, identidade e de modos de convivência social, nas chamadas “sociedades globais e complexas”, revelam necessidades, evidências, desejos, possibilidades do processo intercultural. Isso deveria significar abertura, aceitar o outro, não imprimir tantas barreiras, não expor grandes contingentes de desesperados a situações de risco. Dever-se-ia desenvolver o imperativo de conhecer e conviver com o outro de forma recíproca, compreender os processos que induzem as migrações, conceber a convivência entre diferentes no mesmo espaço, sem guetos e/ou muros que separam, sem as perigosas águas do Mediterrâneo, sem as péssimas condições de abrigo e de acolhida em Brasiléia (Acre) e Pacaraima (Roraima), dentre outros cenários.

Porém, não é bem isso que se percebe na sociedade atual, principalmente neste período de conflitos bélicos, de crises econômicas, de governos tiranos e totalitários (para não dizer insanos), de uma experiência mundializada de Pandemia da Covid, a qual revelou quem são os que mais padecem, os mais vulneráveis, os que mais perdem a vida, bem como toda a politização das vacinas, dos medicamentos ineficazes, dos tratamentos duvidosos, dos desvios de recursos, do baixo investimento e prioridade ao setor de saúde, etc.

Entendemos que falar em intercultura pressupõe conceber pluralidades culturais como riqueza social. Por isso, quando falamos em intercultura não estamos propondo somente a integração dos imigrantes, como se esses deveriam deixar ou renunciar parte ou *todo* seu modo de ser e abraçar o *modus vivendi* de autóctones. Isso revela uma visão equivocada de cultura, pois expressa uma dimensão de superioridade moral em relação aos outros, colocando-os num universo inferior e menos evoluído. Intercultura crítica pressupõe intercâmbios de narrativas, de tradições, de seus horizontes materiais e imateriais, pois ela é um horizonte de confrontos, negociações e contestações. Deve-se evitar a homogeneidade no interior dos grupos até porque não existe um coletivo puro. Grupos constituem-se em razão de contextos e circunstâncias (Zanini, 2006; Barbosa, 2015). A diversidade é a grande riqueza civilizatória. O encontro de culturas e a convivência harmônica com as diferenças é expressão de avanço da sociedade, de um estágio superior de humanidade. Difícil é atingir esse universo de relacionalidade, porém, é um imperativo desafiador.



Encontro denominado “Festa das Nações” em Passo Fundo. Ele expressa um singelo momento de integração transnacional durante os eventos da Semana das Migrações promovidos pela Arquidiocese de Passo Fundo e a Pastoral dos Migrantes, em junho de 2022. Fonte: Foto gentilmente cedida pela Irmã Norma.

Imigrantes se irmanam como imigrantes, mas, em muitos casos, mantêm-se diferenças, conflitos, posições e crenças, as quais migram com os sujeitos. Da mesma forma que autóctones constituem um “nós” para fazer frente aos “outros” (imigrantes). Os imigrantes também o fazem, porém, com um

cotidiano eivado de diferenciações, regionalismos, preconceitos em relação a sujeitos coletivos de determinados territórios e regiões. Na realidade, produzimos um “nós” forjado frente a uma nova realidade (da imigração), mas que não se desprende de particularismos, diferenciações e conflitualidades. Isso tudo expressa ambiguidades, complexidades, realidade de difícil resolução no mundo contemporâneo, até porque, essa temporalidade, por mais que *queira*, não consegue anular por completo o passado, as experiências e vivências, as raízes, os fundamentos de nossas constituições históricas, as quais nem sempre estiveram isentas de conflitos e sobreposições (econômicas, culturais, religiosas e étnicas).

Pesquisando sobre senegaleses, fomos descobrindo muitas diferenças entre eles, principalmente no âmbito geográfico-regional e religioso. “Os de Casamance, não são iguais aos da capital. Lá, é diferente, lá tem mais de outro grupo religioso [...]. Lá teve luta pela independência, lá do Sul. Eles queriam se separar do país. Ainda hoje tem problema por isso. Tem um líder lá do Sul que quer ser presidente, mas os do norte e de Dakar não deixam com facilidade. Eles têm resistência. Nós aqui mesmo, se discute isso. [...]. Lá tem mais Tjiane [confraria religiosa], em Dakar e mais no centro do país tem mais Mouride [outro grupo religioso]. Eles convivem, mas sempre tem as diferenças, muito raro um participar da festa do outro. São todos muçulmanos, mas diferentes”. Ainda que haja muita migração do Sul para a capital do país, pelas narrativas obtidas, percebe-se que “os da capital são diferentes”; mesma questão com os bengalis, principalmente tendo a dimensão política como demarcadora de grupos, em particular, as eleições nacionais de 2013. Nesse sentido, saber ouvir, estar abertos a trocas culturais, à desconstrução de representações negativas em torno do imigrante, mas, sobretudo, aos horizontes das relações mentais, físicas e interpessoais, torna-se fundamental para que haja comunicação recíproca, acolhimento e auxílios.



Prestação de serviços e atividades de assessorias, em termos documentais, são realizadas na Universidade de Passo Fundo, por meio do Balcão do Migrante e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, em parceria com entidades da esfera pública (Polícia Federal, Ministério de Justiça), da ONU/ACNUR e da OIM/Brasil. Fonte: fotos gentilmente cedidas por Alex Antônio Vanin.

Imaginários, representações e fronteiras culturais

Já vimos que os valores culturais e simbólicos são produzidos historicamente e formam a matéria-prima da (auto)identificação de grupos sociais. Eles servem de base para a demarcação de fronteiras culturais, podendo produzir, dependendo das circunstâncias e dos sujeitos, auto distanciamento, estranheza e exclusão em relação ao estrangeiro, eliminação do diverso, separações estruturais entre trabalho e cidadania (Cotesta, 2005; Zanini 2006). Por isso, não basta simplesmente adquirir algumas informações sobre usos, costumes ou apreendendo línguas estrangeiras para se fazer educação intercultural. Deve-se adentrar, sim, para as problemáticas cognitivas, afetivas e sociais do outro, no caso, em que estamos querendo ver neste capítulo, que são alunos estrangeiros em escolas. Nesse sentido, há necessidade de encon-

tros, ritualização de momentos de intercâmbios que produzam interesses nos grupos sociais para aprender com o outro, saber que o imigrante não deve apenas absorver e integrar os fatores presentes e consolidados na sociedade de destino, mas, essa também, deve fazer a *viagem inversa*. Existem fronteiras geográficas e simbólicas que produzem a “invenção” do estrangeiro e que definem as diferenças, o pertencimento nacional, do direito de cidadania, os graus de integração e de seleção (Portera, 1997). Há necessidade de produzir momentos, rituais de intercâmbio, de interfaces, interconhecimentos entre imigrantes e autóctones (Macedo, 2019; Alievi, 2020).

Em Passo Fundo, por exemplo, em junho de 2018, houve o II Encontro das Etnias, com o objetivo de valorizar os diferentes povos que constituem o município. Houve apresentações artísticas, gastronômicas e exposições fotográficas e de artesanatos. Senegaleses estiveram presentes com várias manifestações culturais (artesanato, música, gastronomia, exposição de livros, etc.). No dia 9 de dezembro de 2018, houve um Encontro Intercultural na cidade de Passo Fundo, no qual estavam presentes senegaleses, colombianos, peruanos, haitianos, dentre outros. Neste, houve apresentações musicais, reflexões em torno da interculturalidade, gastronomia, brincadeiras com crianças, filhos/as de imigrantes, dentre outras atividades. São momentos, ainda que fragmentados e aleatórios, que produzem interações, contatos, sensibilizações, discussões sobre a realidade migratória, intercâmbios, interconhecimentos, manifestações de desejos de participação e de estar juntos. A intenção era fazer com que os imigrantes pudessem se sentir cidadãos da pátria e da cultura de origem, mas, também, recebidos e inseridos em rituais que favoreçam o intercâmbio e os (inter)contatos. São pequenas ações e esboços de ritualidades sociais que auxiliam na compreensão social da importância dos imigrantes, da imigração em si, do bom acolhimento, do fato de ser uma realidade que estamos vivendo e que, tudo indica, será ampliada nos próximos anos, assim como uma tentativa de propiciar intercâmbios de conhecimento, de culturas, da compreensão das causas da imigração para, com isso, quem sabe, reduzir os preconceitos e as negativizações existentes.



Crianças, filhos/as de imigrantes, com seus pais e mães, em momento do Encontro Intercultural em Passo Fundo, promovido pela Pastoral das Migrações, em 9/12/2018. Fonte: Pesquisa de campo.



Senegaleses expuseram edições do Alcorão, outros livros religiosos e de história do Islã, vestimentas típicas do Senegal e outros produtos considerados étnicos, por ocasião do “Encontro de Etnias”, em Passo Fundo, em junho de 2018. Fonte: Jornal O Nacional, Passo Fundo, 17/06/2018. Link: <http://onacional.com.br/cultura/84578/arte+e+cultura+no+encontro+de+etnias>

Entendemos que não é a cultura que forja as pessoas, mas, são as pessoas que fazem a cultura em sua dinâmica social, relacional e territorial (Zanini, 2006; Alievi, 2020). Desse modo, as identidades são plurais e dinâmicas, pressupõem alteridade e diversidade, ou seja, trata-se de um sistema aberto, em contínua evolução no mundo social. A reflexão pedagógica da interculturalidade crítica propõe um modelo identitário disposto ao confronto, à troca com o outro, para reconhecer o papel positivo do diverso, ainda que nas situações, muitas vezes, inevitáveis de conflito (Dusi, 2000). Mas, para que isso ocorra, alguns elementos, como conhecimento da língua, possibilidade de encontrar ocupação, acesso aos serviços sociais, moradia, respeito para com a história e cultura de cada um etc., passam a ser imperativos. Para que isso aconteça, um dos pressupostos é a exigência de políticas públicas de acolhimento, de viabilização da aprendizagem da língua, dos acessos à escola para filhos de imigrantes.



Curso de língua portuguesa promovido pela Pastoral das Migrações, da Arquidiocese de Passo Fundo. Fonte: Foto de Manoel V. S. de Mattos, professor do curso, gentilmente cedida.

Aprender a língua portuguesa é condição primordial para os processos de cidadania social, autoestima, empregabilidade, capital social e humano. Os limites da língua levam a que imigrantes também aceitem qualquer traba-

lho, ou, então, trabalhar bastante para mostrar que, mesmo sem saber falar o português, dão conta do recado, expressão de uma espécie de compensação. Na realidade, a língua é indispensável para se fazer entender, fazer as tarefas, exigir direitos, reconhecimentos, propiciar processos integrativos e de inserção social mais abertos e francos (empatia, amizade) entre trabalhadores e contratantes, criar níveis de intimidade e de distância, expressar competências, administrar e compreender as diferenças, expressar confiança recíproca etc.



Festa das Nações, junho de 2022. Semana das Migrações em Passo Fundo. Fonte: fotos gentilmente cedidas pela Irmã Norma.

Educação formal e territórios simbólicos: filhos de imigrantes e escolas

Em geral, filhos de imigrantes, denominados também de segundas gerações, pouco aparecem nos estudos sobre a imigração atual no Brasil. Eles formam um componente quase invisível do quadro mais amplo da imigração (Andall, 2003). Boa parte dos estudos que revisamos aborda questões que correlacionam imigrantes com trabalho, religião, família, condições dos espaços de saída, conflitos sociais, integração nos locais de origem e transnacionalismo. Porém, crianças, filhos de imigrantes, podem revelar transformações sociais no interior da família, nas sociedades que os hospedam. Elas são promotoras de um amplo referencial relacional nas famílias e nas escolas (Magalhães, 2010).

Em países onde a imigração já é um fato de longa data, o tema das segundas gerações vem sendo central em razão das consequências sociais e do que adolescentes e jovens imigrantes (filhos nascidos ou emigrados) poderão representar e significar para a sociedade, em particular, no horizonte laboral, cultural e de crenças religiosas. A educação é expressiva de um aspecto de cidadania formal, de inclusão social viabilizada pelo estado. Ela é um fenômeno que atesta a dimensão da família no âmbito migratório, de que há uma opção de permanecer por mais tempo ou talvez para sempre no cenário de destino, pois a socialização de filhos nos espaços atuais poderá, se houver retorno ao país de origem, torná-los estranhos e/ou estranhados.

Desse modo, a escola e a formação educacional dos filhos tornam-se parte integrantes das decisões da família (Ambrosini, 2017). Não é incomum, em países de intensa presença de imigrantes, os pais quererem retornar ao seu país de origem, investir economicamente lá, estar próximo de parentes, familiares, amigos antigos, seu território original, e, os filhos não quererem. Conflitos nesse horizonte são muito comuns. Vimos isso quando fizemos pesquisa sobre brasileiros na Itália. Havia uma conflitualidade instalada no interior da família de imigrantes brasileiros que possuíam filhos adolescentes e que já haviam vivido muitos anos na Itália.

Estamos falando em segundas gerações (no plural) em razão de que há filhos de imigrantes que emigraram após alguém de sua família o ter realiza-

do (pai ou mãe, ou os dois e os filhos ficaram com avós), outros que nasceram no Brasil, os que nasceram no país de destino e apenas um de seus pais é imigrante. Há imigrantes negros, brancos, de locais variados de proveniência e portadores de crenças, línguas e costumes diversos e que, em razão disso, também serão vistos e tratados de forma diferenciada. Nesse sentido, é difícil um enquadramento genérico. O que há em comum é que são filhos de imigrantes, mas, nunca esquecendo que há especificidades raciais, de nacionalidade, de regiões e territórios. Essas questões todas, nas ações educativas formais, necessitam ser levadas em conta.

Há várias legislações e diretrizes que deliberam sobre a liberdade e o direito à educação de crianças e adolescentes e, em particular, aos imigrantes. No Brasil, por exemplo, apenas para citar as mais recentes, há o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, as Leis de Diretrizes Básicas da Educação Nacional de 1996; a Lei dos Refugiados de 1997, a Lei da Migração, de 2017. A Lei dos Refugiados (artigos 43º e 44º), por exemplo, determina claramente que a ausência de documentação não deve impedir o acesso à escola. Na nova Lei de Migração Brasileira n. 13.455, de 2017, nos artigos 3º e 4º, de uma forma genérica, fala-se de direito à educação pública aos imigrantes e filhos de imigrantes:

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;²

O direito à educação é parte integrante dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem diferença de nacionalidade. A Constituição Brasilei-

² Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Grifo nosso. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm, acesso em 11/05/2020.

ra de 1988 diz que são assegurados aos “brasileiros e estrangeiros residentes no país os direitos fundamentais” (Brasil, 1988, Caput do artigo 5º). No Art. 6º é colocado que, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988). Há várias políticas públicas no Brasil, presentes nas últimas décadas, que asseguram a educação pública para todas as crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), por exemplo, garante às crianças, adolescentes e jovens a:

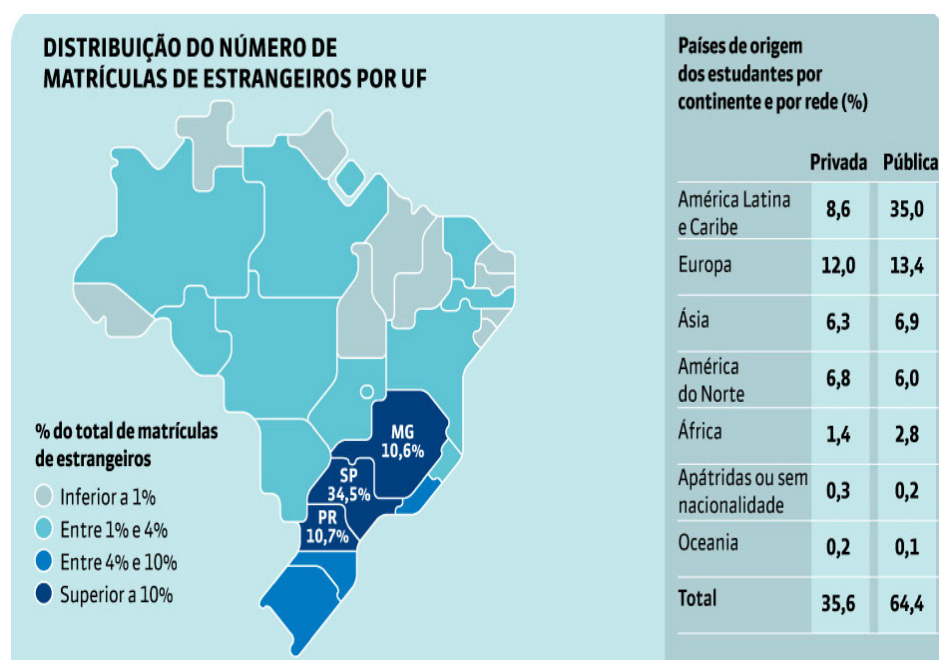
- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III. Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV. Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, art. 53)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB, de 1996) define que a educação abrange os processos formativos que são desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho e também, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Calza, 2022, p. 53). Seus princípios são: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância. Só no ano de 2013 com a lei 12.796, foi acrescentada aos princípios, a questão da diversidade étnico-racial (Calza, 2022, p. 54).

Normativas internacionais em torno dos direitos humanos internacionais garantem legislações em torno do direito à educação para todos independente de seu local de origem. Porém, países específicos imprimem normativas que tratam especificamente sobre os imigrantes e, a educação entra

nesse horizonte, inclusive sobre o acesso ou não a filhos de imigrantes em situação de irregularidade. A ONU enfatiza a necessidade que governos adotem políticas que viabilizam a integração de imigrantes e, em particular, dos filhos de imigrantes no sistema escolar e, em primeira mão, facilitando-os na aprendizagem da língua nacional (Magalhães, 2010; Calza, 2022).

Estudos demonstram que as matrículas de alunos estrangeiros no Brasil, na última década, quase triplicou. A grande maioria deles está na rede pública. Mais de 30% dos alunos de outras nacionalidades matriculados concentram-se em São Paulo em razão também do maior fluxo de imigrantes que o estado recebe.



Fonte: Instituto Unibanco. “O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes”. *Aprendizagem em foco*, n. 38, fev., 2018. <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, de 11 de agosto de 2017, a rede de ensino pública brasileira não está preparada para receber e promover a integração desses estudantes. O idioma é o principal entrave. A maioria dos imigrantes não conhece o português, frequenta as aulas sem entender os conteúdos. Há no Brasil aproximadamente 100 nacionalidades. Em razão dessa ampla diversidade de culturas, línguas, procedências etc., é imperativo que

haja adaptações nas práticas pedagógicas e integração paralela de famílias no ambiente escolar. Por isso, o desafio é imenso, principalmente quando se deseja que todos os estudantes tenham as mesmas condições e oportunidades para aprender. O Censo Escolar de 2016 aponta um amplo aumento de presença de alunos estrangeiros no Brasil: de 34 mil em 2008 para 73 mil em 2016, mais de 100%, grande parte deles, quase 70%, matriculados na rede pública, sendo 35% em São Paulo, 11% no Paraná, 10% em Minas Gerais. Estes três estados tendo o maior número.

Professores entrevistados em escolas municipais de Passo Fundo (Centro-Norte do Rio Grande do Sul) narram situações de grande estranhamento, sentimento de incapacidade, temores, dificuldades e desafios. Nas escolas que pesquisamos, professores enfatizam a todo o momento a falta de preparação deles, reconhecem que “fomos pegas de surpresa, nós professores e a escola”; “muita ansiedade, muita dúvida de como fazer, chegava em casa e pensava no que eu poderia ser mais eficiente, o que eu poderia preparar. Os três alunos que eu tinha não me saíam da cabeça, fiquei pensando um filho meu assim, que triste deve ser”; “eu não duvidava que iram aprender porque são esforçados, mas se tu não entendes a língua é impossível, tu podes ser competente, mas não há comunicação e nem interação”; “uma experiência inédita e um desafio para enfrentar a mais eu pensei, mas sempre com a consciência de não estar preparada”; “não basta ter direito à educação, é necessário preparação de todos, escola, professores, alunos, projeto pedagógico. Aqui não tem nada disso, está tudo por fazer. [...]. Quem sabe de agora em diante será feito algo, pois há mais de 200 crianças estrangeiras com matrícula na SMED. Precisa ter políticas educacionais de formação de professores, mediadores culturais, tudo, senão, não há como atender essas crianças, fingimos que ensinamos e elas, coitadas, nem fingir que aprendem podem” (Fragmentos de entrevistas com professores e direção de escolas municipais em Passo Fundo).

A coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo, em contato direto junto a sua sede na prefeitura do município, informou-nos, em 2022, a existência de mais de 200 alunos estrangeiros matriculados em sua rede escolar, sendo o Haiti, Bangladesh e Venezuela as nacionalidades de maior número.

A literatura revisada deixa claro que a presença de filhos na idade escolar para famílias de imigrantes altera um amplo processo interno e externo às referidas unidades: ambientes de moradia, domínio linguístico, interação social, tempo disponível de pais para acompanhar os filhos na escola, exigência e obrigatoriedade da educação. A presença deles redefine e/ou atesta que o retorno ao país de origem, como já falamos, poderá incorporar um tempo mais elástico, ou seja, expressará a passagem de um imigrante temporário à uma inserção mais durável ou até ser definitiva. As segundas gerações de imigrantes, com o tempo, não aceitarão a segregação vivida pelos seus pais, principalmente no horizonte ocupacional. A possibilidade de estudar, de socializar-se no interior da sociedade de destino dos imigrantes transforma-se, para os filhos de imigrantes, em algo promissor e que, talvez, com o tempo, altere seu quadro receptivo, principalmente os que são considerados atualmente fontes de problema sociais ou promotores de novas identidades sociais mais pluralizadas.

Mudanças, estratégias e intencionalidades: o espaço social e educacional

Não podemos esquecer que há situações também diferenciadas na concepção e no cotidiano da escola e das segundas gerações, suas intenções, projeções, temporalidades, aprendizagens e significações. Os próprios adolescentes mudam em múltiplos horizontes (fisiológico, psicológico, no ambiente social etc.), fatores esses que se refletem no âmbito identitário das segundas gerações (Caneva, 2011). Ou seja, são realidades que estão chamando a atenção; elas são plurais e diversificadas e estão em pleno dinamismo em vários municípios brasileiros.

Costuma-se dizer que os primeiros migrantes preparam o espaço para as segundas gerações. Essas últimas dependerão muito daqueles, principalmente em termos de performance pública, integração social, sociabilidade, formação escolar e “gosto pelo país”. A presença de segundas gerações faz aumentar a dependência social dos imigrantes em relação às políticas assistenciais (educação em particular, mas, também, de creches municipais), bem

como de ampliar os matrimônios interétnicos, alteração no campo linguístico, certa desvinculação e redefinição relacional com o local de origem dos pais e os processos de integração cultural e étnica. Com isso, poderá também haver redução da dimensão transnacional que, em grande parte, caracterizou a primeira geração (Ambrosini: Molina, 2004).

Analistas defendem que as segundas gerações, inseridas no âmbito educacional e social, serão as que alterarão o quadro imigratório de amanhã e as promotoras da confiança e da esperança da mudança dos quadros precários de integração social em que vivem os imigrantes hoje (Ambrosini, 2009; Caneva, 2011; Magalhães, 2010; Calza, 2022). A socialização, a aprendizagem da língua, a formação educacional, a cotidiana inserção e integração na sociedade de destino em grupos escolares e de amizade preparam um caminho para a alteração da performance dos futuros trabalhadores e cidadãos do país.

Segundo Ambrosini (2009), essas segundas gerações serão incentivadas ao estudo para que não tenham de exercer atividades de seus pais. Elas podem representar grande descontinuidade intergeracional, porém, com probabilidade de serem vistas e socializadas como uma classe inferiorizada, como *sub-classe* (Waldinger; Perlamann, 2010). Segundo Zoletto (2007), as segundas gerações de imigrantes não vão querer começar de baixo. Vários países demonstram isso, pois as mesmas revelam ser uma categoria social intermediária entre uma situação de precariedade de seus pais para uma idealizada em consonância com autóctones. Essa é uma realidade que revela um presente e um futuro ambíguos, porém, reflexo da concepção de imigrante que ainda se tem nas sociedades nacionais.

O imigrante possui, por sua natureza (como já dizia Sayad, 1999), uma *identidade deslocada*, pouco conhecida e com status social baixo. Ele é inserido nos graus mais inferiores da hierarquia ocupacional. É para sair dessa situação precária que emigrou (Sayad, 1999). Porém, ele não pode ascender imediatamente, pois será prejudicial para a sociedade de destino (produzirá concorrência no espaço de trabalho, influência cultural e religiosa, não sujeição a atividades secundárias etc.). Essa instrumentalidade funcional faz com que imigrantes tendam a se fechar sobre si mesmos, mantenham-se cidadãos da pátria e da cultura de origem frente a um ambiente de hostilidade e de dificuldade de inserção.

Os imigrantes, como diz Sayad (1999), são cidadãos de um país/região que lhes hospeda. Mas, nunca esquecendo que são hóspedes de um outro país, que exterioriza não os quer, portanto, sentem-se indesejáveis devido a fatores econômicos, ideológicos, religiosos, raciais e étnicos. Na medida em que há a identificação com a nacionalidade, produz-se a diferença e, essa acaba por criar identificações estratégicas de pertencimento que vão desembocar no campo educacional, no conjunto dos processos que envolvem os “nacionais” e os “outros”, por isso produz uma fronteira que é e não é nacional (Ambrosini; Molina, 2004). Diz Sayad que o imigrante perverte essa ordem do nacional. Ele separa e, ao mesmo tempo, força, forja e formula um integralismo, um purismo nacional, uma naturalização da nação, um “espírito de estado” (Sayad, 2002, p. 372).

Desse modo, ao criar essa cisão no interior do estado, o imigrante passa a ser visto como invasor, um delinquente; desse modo, sua presença deve ser sempre incompleta, não-cidadã, deve ser desqualificada e estigmatizada. Mas, ao ser culpado por isso, o imigrante busca formas para não ser julgado como tal, adota estilos, imita, dissimula, apropria-se da identidade, aprende a língua dos autóctones, joga com as armas da referência dominante, assimila-se e mimetiza-se, ou, então, revolta-se, agrupa-se e produz suas próprias referências de mundo e sociabilidades específicas (expressão de guetos, em torno dos negócios étnicos, dos agrupamentos de imigrantes em bairros etc.). Eles são inseridos em coletividades que se alteram, nisso está a família, o território de convivência, as identidades, a escola e a sociedade em geral. “Eles vão fazer outro caminho. Pela estrada que nós passamos, eles não irão passar. O que estamos nós fazendo é para que eles façam diferente, quem sabe até o contrário”, comenta conosco um senegalês entrevistado em Chapecó (em julho de 2022).

Há várias dimensões possíveis e tendências nessa relação do hoje, do ontem (dos pais) e das projeções para o amanhã. Filhos podem abandonar o desejo pelo local de origem e sua possibilidade bilíngue, quem sabe, também, fecharem-se no grupo de co-nacionais (Ambrosini; Abbatecola, 2010). O tempo de convivência no novo espaço, para filhos e cônjuges que são reagrupados, pode fazer com que haja uma nova recomposição de gestão da unidade, produzindo, inclusive, distanciamento em relação ao espaço de ori-

gem, como, ao contrário, uma tentativa de ligações sociais visando o retorno (Ambrosini; Molina, 2004). A produção das distâncias e das aproximações vai depender muito das situações específicas. Identidades se deslocam, os territórios se recompõem produzindo uma redefinição simbólica e prática (Sayad, 2002). Há negociações nessa passagem, ligação e/separação territorial. O novo espaço exige novas associações. É outro espaço público reterritorializado e, sem dúvida, re-etnicizado em razão das conveniências e limites, da presença nas escolas, do mimetismo social e cultural, da proximidade com os “outros”. Há, também, transição de um “nós” que se redefine num novo “eu”, que se reencaminha para um outro “nós” para afirmar novamente um “eu”, por isso, capitais simbólicos e referenciais passam a conflituarem e se recompor em novas modalidades de ação (âmbito religioso, por exemplo, os velhos saberes e seus mediadores, o poder da família, os engajamentos sociais etc.)

Sayad (2008) fala que as segundas gerações são “filhas ilegítimas”, pois possuem a cultura de origem, mas, ao mesmo tempo, fazem um grande esforço na atividade de tradução e reinterpretção de seus códigos morais e de sociabilidade. Há lógicas identitárias que evocam diferenciações das alteridades para servir de referências e/ou de espelhos, de contrapontos, quando não para desqualificar e/ou estigmatizar. Nesse sentido, produz-se um jogo em que a etnicidade serve para provocar alianças, mas, também, rupturas e recomposições, negociações, patrimônios tornados comuns (Boubeker, 2003) ou diferenciados pela situação de contato, demonstrando como os fatores considerados culturais e de identificação histórica de algum grupo são dinâmicos, não substancializados, para não dizer, totalmente esvaziados do argumento étnico (Zanini, 2006; Ambrosini; Molina, 2004). As identidades culturais têm muito a ver com as estratégias adotadas pelos indivíduos em suas interações.

A existência de filhos pequenos em famílias de imigrantes exige novos processos principalmente no horizonte da adaptação (Calza, 2022). Há necessidade de novos amigos, de compensar as coisas deixadas e as lacunas nos papéis de pais, dificuldade de gestão dessa transição, desafios na aprendizagem escolar, necessidade de tornar os trabalhos mais elásticos para ganhar mais, limites e as dificuldades que o novo ritmo de vida exige, renegociação

de deveres e responsabilidades para si e para os filhos. Batemos na tecla de que o cenário migratório faz filhos e pais mudarem, principalmente se os primeiros forem adolescentes. A mudança acontece com o cenário, com as relações e situações de seu contexto. Adolescentes assumem diversos comportamentos na escola, na família, com os amigos.

Segundo alguns autores, filhos que emigram na adolescência e que passaram algum tempo com avós, tornam mais complexa a recomposição e, produzem um conjunto de relações que promovem conflitos no interior da família (Ambrosini, 2009; Ambrosini; Molina, 2004). Os filhos agrupados passam por processos de *reterritorialização de suas identidades* (Hammouche, 2007, p. 71). Mas, no horizonte relacional, pensa-se na família nuclear, na coabitação, nas delimitações do que é interior e exterior. Muitos pais possuem outros códigos culturais (Guerraoui; Coulon, 2011), alguns saíram de cidades pequenas com características do meio rural, alguns até como pequenos camponeses.

É nesse sentido que, como dizem Guerraoui e Coulon (2011, p. 34), “a imigração exacerba e complexifica os quadros psíquicos, sociais e políticos inerentes à transmissão de valores e de formas culturais”. Os referidos autores insistem que é importante que os filhos tenham possibilidade de pertencer a um grupo identitário e de referência para sua construção como indivíduos. Não é bom não ter raízes. É interessante ter uma história familiar e cultural bem aceita. A ausência de comunidade, de uma passarela entre o mundo de antes e o de agora como imigrante, pode provocar insegurança e vulnerabilidade, tanto para os filhos, quanto para os pais; revela necessidade de negociar com os dois horizontes espaciais e culturais. Os filhos podem viver o duplo pertencimento ou, então, o não-pertencimento. A escola nesse sentido é importante, pois ela permite o encontro com a diferença, a confrontação de ambientes, expressa interesse ou não dos autóctones pela sua cultura e seu país (Zoletto, 2007). A expressão da língua materna em casa e o contato com os amigos do espaço de origem podem também ser expressão do duplo pertencimento, da segurança e satisfação em ser portador de um horizonte cultural, além de alargar relações e famílias.

A família imigrante organiza um mundo e uma sociabilidade, em grande parte, diferente daquela de seu lugar de origem. Isso se reflete na vida dos

filhos. Esses, no início, têm dificuldade de adaptação e assimilação ao novo contexto. Os que nasceram no Brasil têm mais facilidade, porém, terão mais resistência em acompanhar os pais no retorno e, este, para eles, poderá ser muito traumático. Pais também dizem viver uma situação ambígua, pois desejam e idealizam ver seus filhos em melhor condição, mas, também, não conseguem esquecer e se desvincular do local de origem. Não dá para perder de vista situações em que comparações passam a ser inevitáveis. Há o uso de estereótipos na relação com estudantes autóctones e mesmo de outras nacionalidades que estão mais adaptadas, pré-julgamentos em torno da pobreza dos imigrantes, de seu país subdesenvolvido, relação com a pobreza e violência, como é o caso de haitianos. “Exemplos desse problema apresentam-se em vários países, principalmente em razão da discriminação, do sentimento de inferioridade e representações dos comportamentos desviantes (criminalidade) e de reduzida assimilação de conteúdos nas escolas” (Zoletto, 2007, p. 63).

Na realidade, as segundas gerações se sentem mais inseridas em horizontes culturais de seus grupos de referência, os quais, em geral, são formados por autóctones. Para quem já possui uma idade mais avançada e já morou no local de origem dos pais, não é nada fácil essa assimilação. Somado a isso, não é incomum que, nas escolas, nas creches e nos espaços em que crianças e adolescentes frequentam, haja reprodução de estereótipos, desqualificações culturais e étnicas em razão dos preconceitos desenvolvidos na sociedade, expressos em casa, disseminados por ações públicas etc. Rangel (2012) diz que as políticas de segregação, em geral, acionadas por governos pouco simpáticos aos processos de integração e intercultura com os imigrantes, encontram eco social, pois a população em geral não está preparada e nem concebendo a importância social da inserção de filhos de imigrantes no processo educacional do país. Pensa-se na assimilação de conteúdos, no âmbito da aprendizagem pura e simples, não nos processos educativos e socializantes mais amplos e com temporalidades projetivas (Calza, 2022). Esse processo político que busca segregar poderá facilitar situações de abandono de iniciativas integracionistas feitas por Organizações Não Governamentais (ONGs), centros de acolhida, bem como fechamentos e integrações entre grupos de co-nacionais, dificuldade e desinteresse para aprender a língua portuguesa

(que, como já mencionamos, é uma condição fundamental para processos de cidadania social, autoestima, empregabilidade, capital social e humano), além de experiências frustradas do próprio projeto migratório dos pais.

Imigrantes constroem seus espaços e momentos de auto referência. As festas religiosas, as orações coletivas, as apresentações culturais, os jogos/ torneios de futebol com times de várias nacionalidades expressam formas e estratégias para marcar presença, evitar isolamento, sentir-se num coletivo, num horizonte de pertencimento.



Festa religiosa do Grand Magal em Passo Fundo, realizada em 2018. Foto: site Rádio Uirapuru e Caroline de Oliveira Morais.

Em razão também da ausência de maiores vínculos sociais dos pais (não possuem parentes e muitos menos relações vicinais), há certo isolamento social produzido pela realidade migratória. Esse fechamento sobre si mesmo (a família), vivido por alguns pais, faz com que muitos filhos se integrem mais à escola, talvez, até como única alternativa. Esse fato se deve em grande parte pelas próprias condições de vida e de trabalho do imigrante. As dificuldades são muitas. A língua é a que, repetidamente, é colocada por entrevistados

como a maior de todas. Essas realidades limitadoras fazem com que grande parte dos filhos de imigrantes necessite de alguns anos para a readaptação.

Não há dúvidas, como, diz Sayad (1999), que a expansão econômica, em geral, torna-se a grande consumidora de emigrantes. Diz o autor que um imigrante é substancialmente entendido como força de trabalho, força de trabalho provisória, em trânsito; é o trabalho que o faz ser, que condiciona sua existência. Aceita-se o imigrante em sua transitoriedade, alguém que chegou, mas que, em curto tempo, retornará ao seu local de origem. Os filhos dos mesmos podem até estudar e fazer cursos, mas devem continuar o trabalho dos pais, sem também dar muito custo aos setores produtivos, à vida dos autóctones e à esfera pública. Segundo ele, é alguém que é de um outro lugar e que, mais cedo ou mais tarde, deve retornar, portanto, em teoria, não tem porque se integrar e se sentir no país de destino. Segundo Sayad (1999, p. 33), “o imigrante continua sendo identificado e/ou correlacionado com o analfabetismo, com falta de cultura e qualificação, desvinculado dos mecanismos e regras da sociedade, da economia e da cultura dita civilizada”.

Percebemos que são realidades variadas, complexas e que expressam subjetividades e condições objetivas da vida de imigrantes. O domínio da língua talvez seja o grande trunfo das segundas gerações aliado aos processos educativos em geral promovidos pelas escolas. Em teoria, isso possibilita uma maior integração cultural e dialógica (Favaro; Luatti, 2004), porém, segundo os autores citados, não é uma boa opção considerar o destino das segundas gerações como lineares, ou seja, pelo fato de estar tendo tais e tais oportunidades hoje, amanhã serão assim de tal forma. Há, sim, percursos, perspectivas, mobilidades, assimilação, manutenção de referenciais culturais, pertencimentos, os quais são ou podem ser diferenciados. É sabido que os filhos, aos poucos, vão adaptando flexivelmente seu comportamento. Identidades, valores, diferenças, assimilações e integrações, emancipações grupais e individuais, perspectivas interculturais, conflitos etc., serão testados pelas segundas gerações.

Estudos revelam que as gerações que nascem no interior do processo migratório se diferenciam das que são provenientes de sociedades de origem, e, por isso, apresentam novas formas de transmissão de seu patrimônio cultural (Barbagli, 2002). Há um “sistema de representação” (Sayad, 1999, p.

36) que se produz com a terra de origem, por ser o local de nascimento, da família, dos parentes, dos amigos, de investimentos, que não lhe deu condições de viver, mas, sim, de emigrar. Não se deixa impunemente um local diz Sayad (1999).

Vimos que aspectos vivenciados pelas segundas gerações não estão desvinculados da realidade vivida pelas condições do contexto imigratório, dos processos simbólicos que envolvem a identidade de imigrante, bem como as intenções subjetivas e as condições das famílias migrantes. Por isso que, tanto as segundas gerações, quanto a escola, não estão desvinculadas das concepções sociais, das políticas migratórias e das expectativas de imigrantes em permanecer por um bom tempo ou não no país (Ambrosini; Molina, 2004). Nesse sentido, a escola produz processos sociais não tão deslocados da vida comum do imigrante e dos autóctones. As visões de mundo que nela se desenvolvem são representativas da sociedade maior. Nesse horizonte, o mimetismo se constitui. Isso produz conflitos identitários junto a esses, no interior da família, nos desejos entre ficar e/ou retornar com os pais.

Multiculturas, problemas de/na aprendizagem e desafios

Como já mencionamos, a escola é o território do simbólico, das relações com amigos, da socialização, das competições, dos confrontos identitários, da constituição de grupos informais, os quais vão permitir maior segurança, identificação coletiva, assimilação e mimetismo, descobrimentos de mundos que as famílias de imigrantes sozinhas não têm condição de fornecer (Andall, 2003). Em geral, os pais precisam trabalhar, não têm condições de acompanhar os filhos na escola, “largam os filhos aqui e confiam na gente”, diz uma professora entrevistada. Os pais também, em geral, não falam o português e muito menos incorporaram níveis de escolarização e/ou domínios de conhecimentos que permitem auxiliar seus filhos nas tarefas escolares, compreender os processos de alfabetização e de assimilação de conteúdo, a filosofia da escola etc. Professores entrevistados numa escola onde havia filhos de imigrantes em séries iniciais deram intensa ênfase a esse processo. Uma delas disse que “começamos há três anos com imigrantes na escola, eles

eram quase todos de Bangladesh. A menina não falava uma palavra e, nós não falávamos uma palavra da dela. O pai dela veio aqui para dizer para ela onde era o banheiro das meninas; ou seja, não havia língua comum”. Diz outra entrevistada que, “o celular se tornou e, ainda é, a nossa mediação [...]. Eles (alunos) não deixam a língua deles, parece uma resistência cultural, falam a deles porque não sabem a nossa e, também, imaginam que a gente compreende a deles; tem horas que vira loucura, uma coisa que nunca vi, ninguém entende ninguém”. A diretora de uma escola que visitamos disse que “seria necessário mediadores ou monitores que falam inglês, estagiários do curso de letras que cursam inglês, recursos técnicos como *tablets* para visualização, tradução e comunicação, portanto, processos que realmente evidenciem inclusão. [...]. Eu baixei um dicionário de bangla para entender alguma palavra, eles escrevem em bangla e eu pesquiso a palavra e digo em português, tem professores que fazem isso com o inglês e o francês”.



Família de senegalês em momento festivo na cidade de Passo Fundo. Foto: Pesquisa de campo.

Professores reconhecem a extrema dificuldade de trabalhar a parte pedagógica, os conteúdos curriculares, formas de fazer as crianças terem um ritmo de aprendizagem que não distancia os demais alunos, nem crie divisões e/ou níveis diferenciados de aprendizagem tão agudos. Porém, os fi-

lhos de imigrantes vão acumulando dificuldades e limites, processo que se torna quase inevitável na produção das diferenciações e dos conflitos que passam a ser produzidos no interior de toda a comunidade escolar onde há filhos de imigrantes (Calza, 2022). Há incorporação de papéis, bem como manifestação de outros já existentes, inclusive, como nos disse uma professora entrevistada, “como resistência cultural”, referindo-se ao fato de que se comunicam entre si pela língua Bangla. Numa das escolas que visitamos, havia alunos bengalis em que a mais velha dentre eles, que dominava consideravelmente o português, passava a ser a mediadora entre os demais e os professores. Ela acabava exercendo certa liderança no interior do microgrupo, ao mesmo tempo, produzia dependência nos demais. Um professor nos disse que a aluna bengali “auxilia muito nesse processo de diálogo e encontro cultural”.

A presença de segundas gerações, ou para alguns autores, “menores imigrantes” nas escolas, é sempre desafiador, um imperativo para a socialização e coesão social, fator de transformação nos espaços e nas sociedades que os recebem. Não há dúvidas sobre a importância das interações, das trocas interétnicas, da socialização, intercâmbio e transmissão de patrimônios culturais, bem como é normal filhos de imigrantes viverem num horizonte de ambivalências entre a manutenção de seus códigos culturais tradicionais e o desejo e/ou necessidade pragmática de integração social, de assimilação, de ascensão social, entre pertencimento e estranhamento, ou, então, de uma dimensão de desenvolvimento de horizontes mistos de pertencimento (Ambrosini, 2009).

Estudos demonstram que crianças imigrantes conseguem uma maior integração social do que seus pais em razão da frequência à escola, da aprendizagem da língua. Nesse sentido, a escola passa a ser idealizada como possibilidade de promoção social, porém, ao mesmo tempo, é necessário um amplo processo de mudanças e de aceitação social do imigrante em geral, pois o avanço da dimensão educacional advém também das condições de inserção social de pais e filhos. Nunca esquecendo que pais, em geral, trabalham, não possuem o domínio da língua, não possuem boas condições nem infraestrutura de habitação, isso se revelou com intensidade nos dois anos de Pandemia da Covid e as consequentes aulas *on line*.

Autores dão ênfase ao fato de que não adianta a escola fazer a sua parte se a sociedade como um todo não alterar as concepções negativizadas em torno dos imigrantes, pois a socialização/assimilação de processos sociais e linguísticos mediados pela escola e a educação formal, pode encontrar barreiras na sociedade maior e, isso se refletir nos espaços de trabalho. Em sociedade de maior presença de imigrantes e seus filhos, há muitos conflitos neste sentido. Jovens, filhos de imigrantes, não conseguem empregos, não querem ser vistos como filhos de imigrantes e nem realizar, como já mencionamos, atividades laborais de seus pais, pois adquiriram competências como os autóctones e lutam por serem reconhecidos assim. Por isso, se não houver um amplo redimensionamento social e cultural, os jovens e/ou adolescentes, tornar-se-ão uma “bomba de efeito retardado” (Barbagli, 2002).

A insegurança no contexto social, escolar e do trabalho, as nítidas diferenças culturais os pré-juízos recíprocos, as fraturas entre o antes e o depois em sua vida cotidiana, tendem a influenciar e contribuir para a difícil concepção em torno da mediação da escola para os imigrantes. Essas representações todas tendem a ser levadas para a escola, pois há comentários nas casas dos pais dos alunos sobre imigração, a mídia os referencia, em geral, de forma negativizada.

Sabe-se que é difícil entender a vida cotidiana dos alunos, suas culturas, as intenções dos pais, a grande tendência de transformar a imigração numa dimensão temporária, os elementos que significam suas vidas, seus comportamentos, imagens individuais e de grupos.

Professores entrevistados dizem que não se sentem capazes para exercer sua prática de ensino como gostariam, que não há um suporte pedagógico para facilitá-las, não há conhecimento elaborado junto à mantenedora (no caso Secretaria Municipal de Educação), não há uma construção coletiva de ações entre professores e escolas que atuam nas salas com crianças, filhos/as de imigrantes, não há monitores. Eles dizem que haveria necessidade de algum domínio da língua portuguesa antes de adentrar para o horizonte formal de ensino, necessitariam de recursos técnicos, imagem e vídeo para facilitar a comunicação visual etc. Isso tudo é demanda de quem está envolvido diretamente com os alunos e que sente os inúmeros limites, a consciência de que não estão exercendo uma boa alfabetização, difusão e intercâmbio de co-

nhecimentos. “Nós é que precisamos aprender para poder ensinar”, diz uma coordenadora pedagógica de uma escola onde há imigrantes. O campo educacional deveria expressar com veemência a dinâmica integrativa e não meramente assimilacionista que envolve os imigrantes e autóctones, tanto em sua incipiência, quanto em sua possibilidade (Waldinger; Perlamann, 2010).



Professores e alunos imigrantes de Bangladesh na Escola Municipal Wolmar Salton em Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo, em novembro de 2018.

Competências linguísticas, formativas, profissionais, relacionais, oportunidades ocupacionais e redes ampliadas com autóctones são importantes para a constituição de novas gerações de filhos de imigrantes (Calza, 2022). Por isso é interessante que as escolas tenham momentos de ritualização de processos de intercâmbio cultural, que haja mediação e acompanhamento dos alunos estrangeiros em turnos inversos para que não se sintam “atrasados” em relação aos demais, não criem resistências em relação à aprendizagem formal, bem como produzir contraposição de autóctones em relação à

sua presença na sala de aula. Diz o secretário de Educação do município de Passo Fundo, em entrevista direta, que

[...] o importante para esses alunos é receber afeto, atenção dos professores, colegas e da escola como um todo. Aos poucos, eles vão assimilando conteúdos e o processo pedagógico [...]. O vínculo da escola com a família é importante [...]. Há algumas perdas e/ou dificuldades para os demais [autóctones] no processo de aprendizagem e da alfabetização, mas há ganhos de intercâmbio cultural, de convivência [...]. Imigrantes revelam a importância da língua, de se comunicar para dialogar, aprender e se virar na vida.

O referido gestor do setor de educação do município, quando questionado sobre as políticas municipais, bem como a preparação para professores e escolas na atuação pedagógica junto aos alunos imigrantes, ele foi enfático ao dizer que a escola “precisa acolher as crianças. Elas vão se integrando aos poucos. [...]. Não dá para ter um professor de inglês por escola para atender a esses alunos”. O entrevistado reconhece a dificuldade pedagógica, integrativa e curricular enfrentada pelos professores em várias escolas do município, porém, relativiza essa situação-limite ao afirmar que, “aos poucos, essa realidade vai tomando corpo na vida escolar de Passo Fundo e vamos nos preparando melhor e reduzindo os limites existentes hoje” (Entrevista direta, em 2018).

A primeira geração criou, pelo processo migratório, vazios e mudanças identitárias. O que era familiar, poderá se tornar estranho. Nesse sentido, a alteridade, não pode ser definida de uma forma objetiva. Sabemos que é comum apresentar ou definir a alteridade como algo reificado, como grupos homogêneos, fechados, culturalmente definidos. Porém, imigrantes também absorvem juízos em torno da intolerância, diferença, tensão social, pré-juízos vividos no interior da sociedade de origem e produzidos como arma política e cultural por grupos no poder (Rossitti, 2006). Os filhos dos imigrantes, não pertencem bem a nenhum dos dois mundos (nem a este e nem àquele de origem). Há limites de oportunidade de sociabilidade, pois os alunos permanecem boa parte do dia sozinhos em casa (se seus pais trabalham), sem ter muita possibilidade de convidar os próprios colegas de escola em suas

casas, incorporando certa sensação de marginalidade. Mesmo que a mãe não trabalhe, essa não possui grande interação social e domínio da língua, permanecendo grande parte do tempo em casa. É o caso, em geral, de haitianas e bengalesas em Passo Fundo.

Entendemos que seja importante que os filhos de imigrantes tenham possibilidade de pertencer a um grupo identitário e de referência para sua construção como indivíduos. Não é bom se sentir sem raízes. É interessante ter uma história familiar e cultural bem aceita. A ausência de comunidade e de comunicação, de uma passarela entre o mundo de antes e o de agora como imigrante, pode provocar insegurança e vulnerabilidade, tanto para os filhos, quanto para os pais. As segundas gerações têm uma grande importância na sociedade e nos processos migratórios em geral, pois obrigam a todos (imigrantes e autóctones) redefinir os limites, as fronteiras, os critérios do pertencimento a uma sociedade, desafiando os pressupostos de uma homogeneidade étnica e cultural da população chamada de identidade nacional (Ambrosini, 2009).

As segundas gerações devem ser vistas como identidades múltiplas, complexas e variáveis, negociadas cotidianamente. “A integração das segundas gerações representa não só um nó crucial dos fenômenos migratórios, mas também um desafio para a coesão social e um fator de transformação das sociedades que hospedam” (Ambrosini; Molina, 2004, p. 47). Segundo os autores, há uma grande tendência, equivocada, ao assimilacionismo, ao abandono com as identidades de pertencimento étnico dos imigrantes, porém, em concomitância, há uma visível continuidade de permanência dos mesmos nos estratos desvantajosos da sociedade e o agravamento de uma condição de exclusão e desocupação. Para os autores, há uma assimilação seletiva, segmentada com conservação de traços identitários reduzidos, reelaborados e readaptados ao novo contexto.

Como já falamos, professores entrevistados em escolas municipais de Passo Fundo preocupam-se com a ausência de infraestrutura na escola e de momentos para criar condições de melhor qualificação e redução de limites enfrentados pelos filhos de imigrantes inseridos nestas. Por isso, estão em debates, em algumas escolas, os programas, os níveis da aprendizagem, a integração, as dificuldades de comunicação, as relações com colegas, o papel

dos pais, a frequência, a motivação e justificativa para o estudo. O campo didático e pedagógico, a relação dos e com os professores (principalmente dos pais), a formação inadequada dos professores para essa nova realidade, a dificuldade de comunicação, as políticas públicas restritivas de processos integrativos e que reproduzem estereótipos, dentre outros aspectos, também não podem ser negligenciados. Isso tudo revela limites, mas, também, desejos de acertar, de integrar, harmonizar relações para ambos os lados, de exercício efetivo da prática educacional (Calza, 2022). Nesse sentido, filhos de imigrantes em escolas em Passo Fundo revelam, atestam e produzem realidades novas, desafios, evidenciam os limites delas e o atraso em relação a essa intensa dinâmica presente no mundo na atualidade.

Em geral, busca-se conhecer os alunos como ou enquanto imigrantes e não enquanto emigrantes. O ato de migrar carrega consigo amplos horizontes de relações, idealizações, crenças, socializações e conhecimentos. Nesse sentido, prioriza-se o ponto de vista de quem os acolhe, e não de quem parte. Não é um aluno como emigrante que interessa, com sua história, mas o aluno como problema a resolver, como desafio a enfrentar, como um sujeito com mais limites de assimilação para ele e para o conjunto todo que compõe a aprendizagem na escola, em particular, o professor que se relaciona diretamente na sala de aula.

“Mas deve acontecer sim muitas coisas que não chegam até nós. A gente sabe que do jeito que fizemos, que nos são dados os alunos, não é a melhor forma, mas não temos muito o que fazer; eles têm direito à educação e nós o dever de ensinar. [...]. Só que aqui ninguém tem domínio de inglês, francês ou wolof, bangla, espanhol. Tem uma professora que usa o celular para traduzir alguma coisa. Os alunos também não têm domínio do português e os professores não podem estar a toda hora perguntando se entenderam ou dando atenção total a eles, os outros podem começar a reclamar, vir reclamações dos pais. É uma situação bem complicada” (Conversa informal com uma diretora de escola municipal de Passo Fundo).

Entendemos que se torna difícil trabalhar na ótica da especificidade e particularismo, ou seja, fazer de cada aluno um caso, torná-lo visível. Não há dúvida, porém, que não dá para tratar o aluno imigrante como igual e, ao que

parece, as políticas públicas de educação tendem a fazer crescer a distância que os separa dos autóctones em razão das próprias concepções e diferenças existentes *a priori* na sociedade que o hospeda.

Há esperança de incorporação de um capital humano que será otimizado ou no país que imigrantes estão, ou, especialmente, no de origem quando do retorno esperado e idealizado pelos pais. Nesse sentido, a emigração com filhos pode tornar-se também um horizonte incorporador da dimensão financeira presente, pelo viés do trabalho que poderá preparar melhor o futuro trabalhador (Ambrosini, 2009; Portera, 1997). São dimensões pragmáticas que acompanham a idealização da ação de migrar no interior da família e com a presença de filhos.

Nesse universo institucional de educação ainda pairam fronteiras múltiplas, inclusive as racializadas, as que estigmatizam mais do que integram, por isso que, como falamos na introdução deste capítulo, é difícil conceituar as segundas gerações de uma forma genérica. Há imigrantes e imigrantes para a sociedade de destino. Os espaços de procedência e a cor da pele ainda dizem muito e refletem no espaço escolar. Uma diretora de escola que conversamos em Passo Fundo informou que havia queixas de alunos haitianos e senegaleses que foram ofendidos verbalmente com “palavrões como ‘negro sujo’, ‘macaco do mato’, um colombiano veio me dizer que o tal aluno o chamou de ‘filho da puta’. Há também casos, além de abuso físico como ponta pé, arranhões e puxão de cabelo [...], isso é bem mais evidente entre os meninos, com as meninas existe, mas quase nunca”. Segundo a diretora, isso acontece mais em momentos de lazer, no pátio ou no campo quando estão disputando alguma modalidade esportiva informal, sem o acompanhamento de professores. A cor da pele ligada à nacionalidade, a incompreensão da língua, dentre outras referências e representações mais amplas presentes na sociedade produzem esses fatos todos.

Diz Colombo (2002, p. 30) que os filhos “crescem em famílias regularmente influenciadas pelas pessoas, objetos, práticas e conhecimento do lugar de proveniência dos pais, porém, são, contemporaneamente, socializadas às normas, aos valores e aspirações típicas do contexto de residência”. Os filhos agem num campo social que é interconexo e dinâmico, que pode ser *seu*, como, com maior probabilidade, pode não ser. As formas de assimilação não

são lineares, mas tendem a evidenciar identidades múltiplas, superpostas e simultâneas, com muito mais interconexão e redes relacionais do que as que seus pais possuíram (Magalhães; Schilling, 2012; Calza, 2022).

Entendemos que muitos alunos estrangeiros nas escolas convencionais, nos primeiros tempos de co-presença, representam um *corpo estranho* (Assis, 2007) que se manifesta pela deficiência ou desconhecimento da língua ou dos costumes, dos comportamentos e dos níveis de aprendizagem. Por isso que não é incomum entre imigrantes o êxodo escolar de seus filhos. Ao mesmo tempo em que há a esperança e o incentivo à educação/escolarização como possibilidade de aquisição de capital humano/cultural para estar melhor adaptado à sociedade de acolhida (Calza, 2022).

Competências linguísticas, formativas, profissionais, relacionais, oportunidades ocupacionais e redes ampliadas com autóctones são importantes para a constituição de novas gerações de filhos de imigrantes (Gorczewski, 2005). Por isso é interessante que as escolas tenham momentos de ritualização de processos de intercâmbio cultural, que haja mediação e acompanhamento dos alunos estrangeiros em turnos inversos para que não se sintam “atrasados” em relação aos demais, não criem resistências em relação à aprendizagem formal, bem como produzir contraposição de autóctones em relação à sua presença na sala de aula.

No ambiente da escola é possível desenvolver processos de interculturalidade crítica, ou seja, de abertura ao outro, de contato com o outro, de aprender com o outro, de interagir com o outro (Calza, 2022). Ela é um espaço e tempo por excelência para romper pré-conceitos, preparar e socializar indivíduos e grupos sociais para a convivência interétnica e respeitando diferenças étnicas (Colombo, 2002).

Na realidade, não existe uma política de acolhimento aos imigrantes, nem em nível estadual, muito menos municipal. A escola passa a ter autonomia para desenvolver procedimentos que julgar serem mais eficazes e de inserção de alunos em séries classificatórias e/ou que entender serem convenientes. Esse processo, ao mesmo tempo que produz autonomia da escola, a compromete e a deixa insegura frente aos trâmites legais e mais justos (Magalhães, 2010). Nesse campo da inexistência de uma política de inserção de filhos de imigrantes nas escolas, segundo diretoras entrevistadas, deveria de

se fazer presente “alguns professores que falam línguas mais universais como o inglês e o francês que nós aqui não temos. Aqui usamos os programas de tradução dos celulares e computadores, mas são complicados e não há tempo e nem paciência para encontrar todas as palavras” (Conversa informal com diretora de uma escola municipal de Passo Fundo).

Não houve nenhum treinamento nem orientação prévia por parte dos gestores em educação do município para acolher esses alunos filhos de imigrantes. Segundo professores que conversamos em escolas de Passo Fundo em 2019, “alguns não vão à escola quando são chamados para reuniões, talvez, porque não sabem falar, sabem que seus filhos não estão bem, em geral, é atribuição da mãe fazer isso, mas ela sabe falar menos do que o pai, principalmente as bengalis e haitianas” (Conversa direta com professores).

Professores reconhecem que, não obstante, o direito à educação estar contemplado em várias legislações brasileiras e em referências internacionais do direito, na visão deles, os alunos são inseridos nas escolas sem a mínima condição, ou seja, que há muita fragilidade e ausência de consciência desses direitos pelos gestores públicos da educação do município e mesmo do estado. São os professores e a direção da escola que, nos limites que se encontram, fazem acontecer o processo (Calza, 2022). No plano teórico dos direitos, segundo eles, há a possibilidade de inserção dos alunos estrangeiros nas escolas, mas, na prática do dia a dia, pela ausência dos recursos, essas deliberações legais são pouco eficazes. Há direitos, mas, na prática, são pouco concretizados e, como diz Gorczewski (2005), se esses direitos não se concretizam, não são direitos, são apenas narrativas que descrevem leis.

Enfim ...

Como vimos, as segundas gerações fazem acionar políticas sociais no país de destino sejam elas de atendimento público às crianças e adolescentes em creches e escolas, bem como políticas do programa Auxílio Brasil do Governo Federal, dentre outras. Esse processo revela assimilação, bem como incorporação de direitos concedidos a eles. Além desses processos mais de ordem institucional, as segundas gerações podem também viabilizar casamentos interétnicos, redefinição relacional com o local de origem dos pais, bem como alterar a intensidade da performance transnacional dos imigrantes na atua-

lidade ou que caracterizou a primeira geração (Ambrosini, 2009). Com elas, pode haver uma maior transição identitária, domínios linguísticos, inserção social, menor endogenia étnica. Alguns autores dizem que esse processo não é tão natural e sem conflitos, pois se não foram atendidas as expectativas desse contingente que possui certa integração e formação social no país de destino de seus pais em termos de oportunidades de trabalho, poderá também redundar em conflitos sociais. A discriminação social, a dificuldade de assimilação de conteúdos nas escolas e o consequente sentimento de inferioridade podem contribuir também para isso (Zoletto, 2007).

A presença de filhos de imigrantes nas escolas em Passo Fundo, por exemplo, expressa muita dificuldade de sociabilidade e ambientação de ambos os sujeitos envolvidos: escola, professores, alunos em geral, imigrantes em particular, seus pais, a comunidade e a esfera pública mantenedora. São processos ainda incipientes, recentes e que revelam passos iniciais para que se constituam elementos societários que transcendam a mera assimilação social dos imigrantes.

Alunos imigrantes necessitam conhecer a língua para acompanhar as turmas, recebem uma atenção especial por parte do corpo pedagógico da escola, mas torna-se quase que inevitável sua performance de um aluno mais fraco, criando diferenciações no interior das turmas. Professores entrevistados dizem que não se sentem capazes para exercer sua prática de ensino como gostariam. Eles dizem que não há “um suporte pedagógico” para facilitá-los, não há conhecimento elaborado junto à mantenedora (no caso, a Secretaria Municipal de Educação), não há uma construção coletiva de ações entre professores e escolas que atuam nas salas com crianças, filhos/as de imigrantes.

Há um caminho longo a se percorrer, experiências estão acontecendo bem como um grande esforço por parte de professores e gestores de escolas para enfrentar essa realidade e buscar acertar. Porém, ainda não há um debate mais aberto e participativo com gestores e professores de escolas onde há alunos filhos de imigrantes para discutir essa realidade, constituir ações, políticas públicas, enfim problematizar essa realidade na esfera da gestão e de ações efetivas, principalmente pelos responsáveis da esfera pública da educação municipal e nem estadual. Deste modo, os direitos garantidos à

educação, como vimos insistindo, não se legitimam por si só se não foram acompanhados de práticas que os viabilizem na forma que a lei intenciona.

Entendemos que o sentido de cidadania, aliado ao direito à educação, passa também pelo planejamento e pelas condições objetivas de inclusão (Waldinger; Perlamann, 2010). A inclusão na legislação, em geral, para o caso brasileiro, vem acompanhada de ações que viabilizam a exclusão social ou inclusão marginal (Krämer; Schmidt; Piccinini; Volkmer, 2016). Os princípios da dignidade humana, da universalidade e da isonomia, em geral, presentes no referencial jurídico que contempla os direitos da pessoa humana, independentemente do local de origem, não podem ser naturalizados apenas por estar na esfera do Direito. Necessitam, sim, de ações que as materialize, de políticas públicas que as implementem e que levem em conta também os princípios de liberdade, igualdade, solidariedade e tolerância tão fundamentais para o convívio inter e multicultural da nossa sociedade (Sarlet, 2009).

Segundo Azevedo e Amaral (2021), é importante ter presente os sujeitos em seus contextos, a pluralidade de culturas e pertencimentos étnicos e raciais, as diferenças múltiplas existentes, em particular, as de gênero, aspectos esses que permitem ampliar as percepções, os saberes sobre o outro. A escola nesse sentido é importante, pois ela permite o encontro com a diferença e a confrontação de ambientes. A escola, precisa ser vista e entendida na correlação com a família, suas especificidades, expectativas e condições de vida (Ambrosini; Molina, 2004). Tanto as segundas gerações, quanto a escola, não estão desvinculadas das concepções sociais, das políticas migratórias e das expectativas de imigrantes em permanecer por um bom tempo ou não no país.

Segundo a pesquisa de Calza (2022), no interior das escolas municipais do município de Passo Fundo, até então, há limites de todos os tipos entre ambos os sujeitos, alunos e professores, mas a comunidade escolar como um todo foi pega de surpresa frente a essa nova realidade. Segundo a autora (2022), interpretando falas de diretores, coordenadores pedagógicos e professores de algumas escolas em Passo Fundo onde havia presença de imigrantes em 2021, há problemas sérios ligados às línguas faladas pelos imigrantes, interpretação de documentos dos alunos para saber localizar seu nível de formação/ensino, os conteúdos mais universalizantes de aprendizagem, fato esse que se torna uma decisão difícil de gestores de educação, muitas vezes,

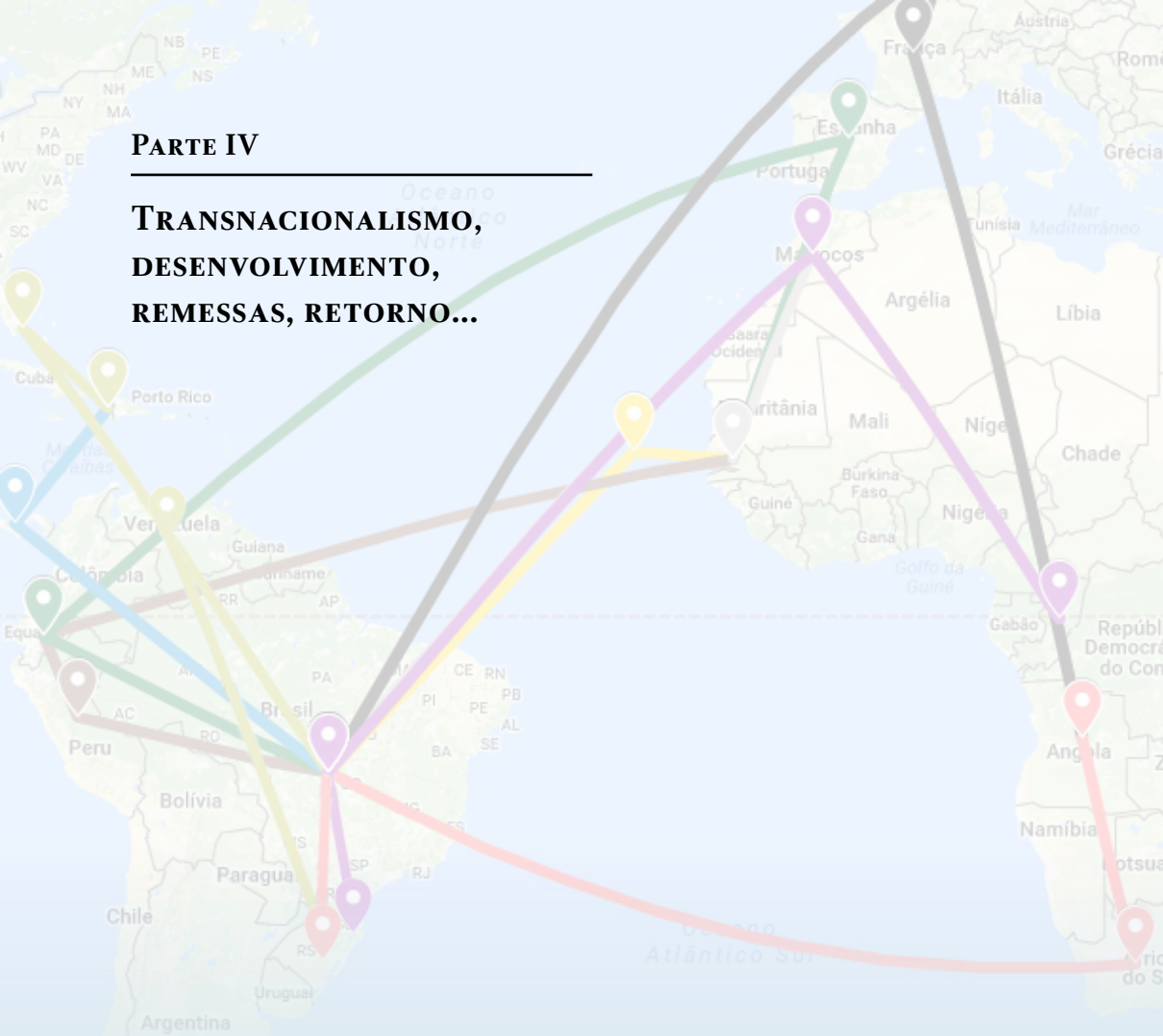
arbitrária, destoando idade/série do aluno, ou fazendo alunos repetir dois a três anos o mesmo nível de ensino para ir aprendendo e se alfabetizando, “ficando meio que tudo na nossa decisão, de professores e coordenadores pedagógicos”. Ela enfatiza que não há monitores para trabalhos em turnos inversos com capacitação para lidar com imigrantes, que não houve alteração e/ou reformulação de currículos para atender a essa demanda, o que houve sim foram algumas adaptações de atividades usando recursos de imagens, gravuras e figuras identificadoras. Calza (2022) constata que a entidade mantenedora, ou seja, a Secretaria Municipal de Educação (SME), ainda não está sensibilizada para essa nova realidade, talvez haja necessidade de um contingente maior de alunos para que ações sejam evidenciadas.

O período de Pandemia da Covid, com as aulas virtuais, *on line* (síncronas), segundo conversa que tivemos na SME (Secretaria Municipal de Educação), essa realidade ficou muito mais complexa, com quase total falta de acompanhamento das aulas por alunos imigrantes, sem contatos diretos com professores, muitos não possuíam computador em casa, nem ambiente de estudos e muito menos níveis de compreensão do que se estava desenvolvendo. Muitos destes alunos, no período presencial de 2022, retornaram para o mesmo nível a que estavam antes da Pandemia em razão da total inexistência de aprendizagem (Calza, 2022).

Enfim, enfatizamos, genericamente, alguns aspectos que, de uma forma ou de outra, podem estar fazendo parte da realidade de filhos de imigrantes em escolas do município de Passo Fundo. Não há dúvida de que, se em âmbito nacional não há uma realidade adequada no mundo escolar para imigrantes, no referido município não deve ser diferente. Há muita improvisação em múltiplos âmbitos: professores despreparados para lidar com essa nova realidade, dificuldade de convivência no interior da sala de aula, falta de acompanhamento e compreensão dos pais acerca dos processos de aprendizagem. Entendemos que os alunos, filhos de imigrantes, poderão ser um grande recurso de sociabilidade, integração cultural, múltiplas aprendizagens e encontros de mundos diversos, porém, é necessário que o direito à educação, presente na Lei Brasileira da Migração, seja transformado, na prática, numa política pública que os tenha como sujeitos do processo e, não apenas como um aluno a mais na escola e na sala de aula.

PARTE IV

TRANSNACIONALISMO, DESENVOLVIMENTO, REMESSAS, RETORNO...





FALAR EM TRANSNACIONALISMO num cenário de globalização parece redundante. No entanto, já vimos que nem tudo é global e nem tudo é transnacional em se tratando de migrações internacionais. Também, nem todos os imigrantes desenvolvem processos transnacionais em seu cotidiano. Transnacionalismo não é algo tão novo assim. Não obstante, está muito presente nas atuais discussões sobre as relações dos imigrantes com seus espaços de origem. É algo que se expressa com intenso dinamismo em razão dos meios de comunicação e de traslados mais intensos. É, também, uma perspectiva de análise (Ambrosini, 2009), uma realidade que revela intensificação da dinâmica, em que sujeitos, ainda que nem todos, buscam ter uma dupla integração social, situarem-se bilocalmente, viverem simultaneamente no interior de contextos sociais diferenciados. O transnacionalismo como instrumento de análise das migrações expressa ações e pertencimentos translocalizados (Caselli, 2021, p. 20).

Transnacionalismo é um dos pressupostos para o desenvolvimento de sociedades de origem dos fluxos migratórios internacionais. A conexão com seus espaços de origem é fundamental; sem essa, não há como viabilizar ações. No entanto, as correlações entre migração e desenvolvimento são complexas, construídas socialmente e com presença e participação de vários atores, dentre os quais, com grande centralidade, os imigrantes. As concepções entre esses dois universos não são homogêneas; são, sim, constitutivas da dinâmica da mobilidade humana com todas as suas controvérsias e dificuldades (Delfim, 2018; Macedo, 2019; Marin, 2015).

Há discussões sobre essa imbricação dos dois fenômenos (imigração e

desenvolvimento) com o crescimento econômico e tecnológico, bem como em relação às implicações da migração sobre o desenvolvimento nos dois espaços (origem e destino) e o papel dos sujeitos (imigrantes) na promoção das transformações econômicas e sociais nos locais de origem. Na Europa, há uma ampla literatura sobre o tema na correlação com imigração. No Brasil e nos demais países da América Latina, ao que pudemos perceber, o tema é ainda novo, há poucas reflexões e experiências nesse sentido, até então. Não conseguimos encontrar análises que se debruçaram com intensidade em torno do papel dos imigrantes nos processos de desenvolvimento econômico e social em seus espaços de origem. Acreditamos ser uma empreitada difícil, pois demanda muita pesquisa de campo nos espaços de proveniência de imigrantes, um acompanhamento com prazos temporais alongados. Há estudos que dão centralidade aos recursos financeiros enviados por grupos de imigrantes, principalmente, provenientes dos Estados Unidos, porém, nem sempre o fator financeiro que chega aos espaços de origem de imigrantes torna-se promotor de desenvolvimento.

A intensidade do fenômeno migratório internacional expressa o dinamismo da questão (em termos teóricos e analíticos), as suas ações correlatas, bem como a sua complexidade. O tema veio à tona nas últimas décadas em razão de que há abordagens teórico-políticas que sustentam a ideia de que se fossem promovidos processos de desenvolvimento nos locais onde há grandes saídas de imigrantes, esse fenômeno se estancaria, ou seja, de que há uma estreita correlação entre desenvolvimento e migração, ou que esta última seja unicamente causada pelo primeiro fator. Na realidade, pensamos que os processos não são bem assim e nem reduzidos a isso.

O presente eixo temático busca correlacionar esse processo, ou seja, transnacionalismo, migração de retorno e (co)desenvolvimento. São dinâmicas que atestam mobilidades de múltiplos horizontes sociais e geográfico-relacionais. Acreditamos, e tentaremos imprimir em todo esse eixo temático, que imigrantes, em boa parte, como sendo sujeitos em trânsito, vivem em espaços ampliados, com perspectivas de melhorar de vida para si e sua família, podendo, desse modo, ser atores de desenvolvimento econômico e social em seu país ou, então, num horizonte de limites mais reduzidos, que é o seu bairro e/ou seu vivido de origem, mas não, necessariamente, isso redonda

em redução de fluxos migratórios. Há necessidade de vários outros processos, muito mais estruturais, para isso acontecer.

É um pouco disso que os capítulos a seguir buscam discutir, baseados em revisão de literatura, pesquisa de campo, tanto no Senegal quanto em municípios como Passo Fundo (RS) e Chapecó (SC), bem como acompanhando experiências de entidades da sociedade civil na Itália, em particular, em Verona, que atuam nessa dimensão.

É o eixo final de nosso singelo estudo. Localizamos esse tema na parte final por entendermos que as análises sobre migrações contemporâneas precisam levar em conta múltiplos processos correlatos, dentre os quais as redes, o mundo do trabalho, o campo religioso, os processos integrativos, as famílias e os filhos de imigrantes, bem como outros aspectos, para poder imbricá-los com a dinâmica do desenvolvimento econômico e social em suas ações transnacionais. As migrações atuais formam um complexo relacional em profunda interação entre si e com os horizontes mais amplos das sociedades de destino. Há um amplo horizonte imbricado, em sinergia e que alimenta a vida de imigrantes e a imigração em ambos os espaços interligados. Imigrantes e a imigração formam uma *totalidade-em-ato*, ou seja, um processo dinâmico que se *movimenta* com as ações, decisões, inserções, integrações e retornos, acrescentando as reemigrações. Ambas formam uma conjunção e, no seu todo, podem, se bem gestadas, resultar em ações promotoras de desenvolvimento em ambas as sociedades (de origem e de destino).

CAPÍTULO X

Imigração e desenvolvimento:

*uma correlação complexa, pouco dinâmica
e de resultados não imediatos*

HÁ CONSENSO NA LITERATURA que revisamos de que imigrantes podem ser sujeitos na promoção de benefícios nos dois países (origem e destino). Muitos fóruns foram e são promovidos pelas Nações Unidas, por órgãos ligados aos direitos humanos, o já conhecido, por exemplo, Fórum Mundial das Migrações, bem como outros, organizados pelo Parlamento Europeu e por entidades ligadas aos imigrantes como a Caritas de vários países europeus, para discutir esse tema.

Já é consenso, também, entre governantes e entidades que lidam com imigrantes, de que eles podem se tornar mediadores centrais na promoção de melhores condições para seus países, principalmente através do envio de recursos financeiros, sociais, tecnológicos, projetos de cooperação, contatos transnacionais com agências e instituições variadas, públicas e privadas e/ou do terceiro setor, integrando territórios, comunidades e sociedades em geral (Cunha, 2007; Marini, 2015; Ambrosini, 2020).

Nosso singelo capítulo busca introduzir alguns elementos dessa interface entre imigração e desenvolvimento, presentes na pauta das discussões sobre as questões migratórias contemporâneas, em particular, na Europa e nos Estados Unidos. O mesmo servirá de base para a compreensão de outros processos que serão desenvolvidos no decorrer dos capítulos posteriores deste quarto eixo de nosso estudo.

Uma multiplicidade de fatores envolvidos

Analistas do tema enfatizam que as remessas financeiras, nas últimas duas décadas, para determinados países, vêm superando os auxílios financeiros diretos, os investimentos estrangeiros e os fundos de auxílio para o desenvolvimento, promovidos por instituições governamentais europeias e de outros países centrais em termos econômicos e de absorção maior de imigrantes (Collier, 2013). O México, Haiti, Senegal, Nigéria, Índia, Ucrânia, Paquistão, o próprio Brasil, dentre outros, são alguns exemplos dessa realidade receptora.

Porém as discussões se ampliam quando se enfatiza a questão da “fuga de cérebros”, de pessoas qualificadas em termos de formação técnica e que acabam buscando espaços transnacionais para atuar. Análises enfatizam que as remessas não conseguem compensar essa perda e, quem ganha com isso, são as sociedades de destino. Para a tese em questão, as soluções seriam a promoção de desenvolvimento nos espaços de saída, ou seja, distribuir melhor os recursos, mudar as relações internacionais e alterar as causas que promovem o desenvolvimento do subdesenvolvimento (Villarreal, 2017; Delfim, 2018; Macedo, 2019; Ambrosini, 2009).

Na Europa, países como a Grécia, Turquia e França envolveram-se intensamente, nos últimos anos antes da pandemia, em questões ligadas à imigração, inclusive alguns promovendo atritos políticos e mútuas acusações em razão das solicitações de refúgio não aceitas, da presença de campos de refugiados em seus territórios, do fato de que um passava o problema para o outro ou, então, incentivando a saída de um país para se estabelecerem em outro. A Síria e outros países dos Balcãs, bem como a Turquia, por anos, também protagonizaram a questão dos refugiados no interior da Europa. A Turquia esteve, e ainda está, no centro de muitas questões envolvendo refugiados, barganhando recursos da União Europeia para manter os milhões deles que estão em seu país. Desse modo, imigrantes, na sua situação precária de vida, acabam servindo de moeda de troca, de barganha política, de interesses geopolíticos e econômicos.



Conflitos políticos em vários países estão produzindo amplos contingentes de imigrantes que solicitam refúgio em algum país do mundo. Muitos se lançam em embarcações sem segurança nenhuma, superlotadas, numa tentativa de fugir da realidade que os oprime. Foto: Soe Seya Tun/Reuters.

Perante essas realidades de difícil gerenciamento e solução causal, teóricos advogam a necessidade de um *welfare responsável* (Cesareo, 2021) por parte dos países ricos, no sentido de construir um bem comum, justiça social, cooperação para fazer frente a um mundo cada vez mais instável, desigual e, por isso, incerto e conflituoso. A pandemia, a guerra na Ucrânia e o possível conflito em Taiwan com a China nos deixam com essa consciência e com o imperativo de um esforço para uma sociedade com menos conflitos, os quais vêm resultando em mais mortes e insegurança social e jurídica.

Movimentos fortes em vários países da Europa e fora dela produzem ou buscam produzir a fragmentação e o seu enfraquecimento, desvincular países do bloco, produzir atritos internos. Esse é desejo antigo e já manifesto dos Estados Unidos no sentido de dividir a Europa – *divide et impera* – (Cesareo, 2021), exacerbado no governo Trump e, neste momento também com a guerra na Ucrânia. A emigração permanece em meio a esse processo ideológico, econômico, bélico e geopolítico. O envolvimento bélico entre Rússia e Ucrânia, não impedido pelos Estados Unidos (os maiores ganhadores de todo esse processo belicoso), envolve vários outros países europeus e de várias outras partes do mundo. As posições políticas e ideológicas dos presiden-

tes atuais (2022) da Polônia e da Hungria, de cunho xenofóbicas, antidemocráticas, não respeitando direitos sociais e nem conquistas sociais de alguns grupos de identificação homoafetiva, contrários que são ao acolhimento de imigrantes provenientes de países fora da Europa, revelam um horizonte civilizatório complexo e conflituoso justamente numa região que, historicamente, sempre primou ou produziu representações em torno da racionalidade de ações, modernidade, direitos, justiça, liberdades, democracia, etc.

Em meio a esses processos que expressam conflitualidades recentes, há as *migrações qualificadas* (Cesareo, 2021). Dados estatísticos demonstram que, de 1994 a 1999, os Estados Unidos incorporaram mais de 350.000 pessoas provenientes de vários países, com título superior, dentre os quais 124.000 indianos, 68.000 chineses, 57.000 filipinos, 49.000 canadenses, 42.000 britânicos. Cerca de 13% dos formados no ensino superior mexicano vivem hoje nos Estados Unidos. Em alguns países da América Central, a cifra chega a 20%. Países da África como Gâmbia, Serra Leoa e Gana chegaram a perder 60%, 25% e 26% respectivamente, de seus formados no ensino superior nos últimos 10 anos.

Vimos em pesquisa de campo, de uma forma informal, conversando com alguns alunos da Universidade UCAD (Dakar – Senegal, em junho de 2022), que a idealização deles é a França, é “ir fazer algum curso lá” e, quem sabe, “ficar por lá”. O interessante é que um número significativo (36%) dos africanos que emigraram para os Estados Unidos nos últimos 10 anos, são profissionais universitários; os que vão para a Europa, em boa parte, não o são (Cesareo, 2021). Segundo a Unesco, existiam, em 2017, mais 680.000 cientistas e engenheiros estrangeiros trabalhando nos setores de pesquisa e desenvolvimento em países industrializados (Idos, 2021).

Esses dados revelam realidades incontestes, ou seja, dinâmicas de desenvolvimento que se reproduzem de uma forma desigual, atração de mão de obra qualificada por grandes empresas e centros de pesquisa, esvaziando ainda mais as possibilidades de otimização de seus recursos humanos nos países empobrecido. Revelam, também, que há redes diversas que se constituem na intermediação, tanto pública quanto privada e informal, que viabiliza isso. Em tese, esses são imigrantes que “não incomodam”, são os solicitados, os tutelados, os idealizados e os que os “autóctones querem” (Ambrosini, 2009,

p. 56). Essa realidade revela o quanto é difícil fazer com que não haja essa migração e otimização de recursos humanos formados em países de nascimento e que chegam qualificados em países de destino, bem como o fato de que há necessidade de muitos investimentos nos espaços de origem, mas, acima de tudo, interesse deliberado para isso acontecer que, ao que nos parece, não é tão evidente.

Imigrantes fazem também poupança nos países de destino. Eles se inserem no mercado mundial e financeiro (aqui está a importância do *Western Union* e outras redes financeiras e oficiais em rede mundial, hoje com formatos novos de envio como a *Global System for Mobile Communications*). Esses recursos econômicos são importantes para suprir salários baixos dos que ficam no espaço de origem e constituem a valorização da figura do imigrante como, além de poupador, empreendedor e, portanto, melhor situado na sociedade moderna. Redes sociais expressam essas formas dinâmicas nos estoques e fluxos de pessoas que migram envolvendo muitos que não migram. Imigrantes, em geral, investem nos locais de origem, este fato já permite correlacionar emigração com algum modo ou possível ação promotora de desenvolvimento regional/local nem que sejam experiências de alcance limitado.

Algumas análises demonstram que o retorno financeiro de saídas de pessoas profissionalizadas ou não, compensa em termos econômicos. Já falamos que os retornos diretos e indiretos são importantes. Acredita-se que haja um fluxo financeiro informal muito grande nesse âmbito (Caritas Roma, 2020). Não obstante ao fato dos dados populacionais demonstrarem pouca relevância em termos numéricos absolutos (Cesareo, 2017; 2020), a emigração poderá reduzir a pressão demográfica, bem como a desocupação e/ou a ocupação precária no país de origem e os consequentes ganhos financeiros. Por isso, na realidade, os nexos causais entre migrações e desenvolvimento são uma questão ainda aberta; sendo que há muitas controvérsias opondo pessimistas e otimistas (Ramos, 2012; Hass, 2010).



Grandes enchentes estão deixando milhões de desabrigados principalmente em vários países da Ásia. Projeta-se uma realidade muito mais catastrófica para as próximas décadas em razão do aquecimento global. A realidade vivida pelos paquistaneses nos meses de agosto e setembro de 2022 é expressiva disso. Foto: Bill McKibben, no New York Review of Books. Fonte: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox/FMfcgzGqMzvcnLBCL>

O próprio conceito de desenvolvimento não se cristaliza, nem deve ser visto de uma forma essencialista e naturalizada. Ele altera-se no decorrer do tempo. O da década de 1970, por exemplo, não é o mesmo do da terceira década do século XXI, além de que, para determinados grupos sociais e territórios no interior de alguns países, não se aplica de uma forma genérica. Nestas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento vem incorporando outras variáveis, até porque a própria migração ganhou dimensões diferenciadas, principalmente pela sua transnacionalidade mais intensa, fruto das técnicas de comunicação, globalização e novas concepções de fronteiras, constituição de blocos econômicos, redefinição do estado-nação, ampliação dos territórios migratórios e de mobilidade, das redes sociais transnacionais, direitos sociais e internacionais, questões de ordem ambiental e da sustentabilidade da economia e do planeta, acordos internacionais sobre meio ambiente, dentre vários outros aspectos. No entanto, autores enfatizam que os pressupostos da produção das desigualdades entre países ampliaram-se e aprofundaram ainda mais o fosso que separa os enriquecidos e os empobrecidos (Ramos, 2003; Mouhoud, 2006). Na realidade, o que indica uma ampliação do consenso é que as migrações internacionais se constituem como

um grande componente da sociedade global; é uma questão que se tornou global. O próprio Brasil que, por muitas décadas, após a denominada *grande migração* (Franzina, 2005), entre final do século XIX e início do século XX, não possuía essa realidade como importante. Nas últimas três décadas, ele vem absorvendo a questão e inserindo-se nesse circuito da mundialização das migrações.

Sabemos que se deslocar para além das fronteiras nacionais é uma decisão que implica uma série de elementos. Deixa-se para trás muita coisa, encontram-se espaços novos, culturas diferentes e incorporam-se expectativas múltiplas, como: desejo de ganhar dinheiro, adquirir projeção de futuro, inserir-se num país rico, progressista, de bem-estar, aprender coisas novas e idealizar viver do modo que boa parte dos autóctones vivem (altos índices de consumo, em alguns casos, maior democracia, cidadania, direitos, dinheiro no bolso/banco, etc.), receber os ganhos financeiros em moedas de maior valor, aprender/apreender e empreender, fazer algum curso acadêmico e/ou técnico, dentre outras questões. Tais aspectos revelam o desejo de ter uma oportunidade de ascensão socioeconômica (Mboup, 1999; Ambrosini, 2009; 2020), porém o espaço de origem não é esquecido em múltiplos aspectos, um deles é expresso pelo envio de dinheiro a familiares, e o outro é a possibilidade que imigrantes têm de serem indutores de desenvolvimento, quando não de progresso econômico, de retornarem e otimizarem os recursos enviados e poupados durante o período em que estiveram fora.

Para além de intencionalidades subjetivas e/ou pragmáticas, nas últimas décadas, as migrações internacionais assumiram importância e complexidade crescentes. Esse processo se expressa no que diz respeito às características, temporalidades dos fluxos, destinos migratórios concentrados em alguns países (dentre os quais, Europa Ocidental e América do Norte), formas espaciais dos deslocamentos, políticas públicas de controle e gerenciamento, estratégias de imigrantes em tentar superar barreiras físicas e múltiplas fronteiras, dinâmicas de retorno, questões culturais e religiosas, novas diásporas e grandes levas de refugiados políticos, fruto de guerras e catástrofes ambientais (Paviani, 2000; Acnur, 2015; OIM, 2013; Cesareo, 2017; Cunha, 2007). Essa realidade é tão premente, dinâmica e central nos atuais debates e temas contemporâneos que, em vez de nações que migram, fala-se mais em *fluxos que movimentam o mundo*, redes com ampla elasticidade e múlti-

plos vínculos, produzindo *fronteiras deslizantes e dinâmicas transmigracionais* (Wihtol de Wenden, 2013; Castles, 2005).

O campo de discussão sobre desenvolvimento: múltiplas implicações

Partimos do princípio de que não há desenvolvimento sem mobilidade humana, porém ele pode ampliar e/ou reduzir a dinâmica dessa última (Lazzari, 2009). Não podemos esquecer que são várias as mobilidades (econômica, financeira, informacional, tecnológica, etc.). Contudo a humana é fundamental; expressa colaboração, cooperação, atores sociais, contatos, sistema políticos de dois países, legislações, interações, famílias, redes entre sociedades e indivíduos que estão em dimensão circulatória, processos sociais desterritorializados e, ao mesmo tempo, que reconfiguram os territórios. Nesse sentido é que se fala muito hoje na correlação entre imigração e (co)desenvolvimento como um processo que poderia “representar um ato político inovativo para a construção de um desenvolvimento difuso e dividido” (Piperno; Stocchiero, 2011, p. 16). Desse modo, ele se torna um grande desafio e uma aposta, não só para a esfera pública, mas para a sociedade civil, com intenso imperativo de cooperação numa dimensão descentralizada.

Temos a convicção de que emigrar pode ser a única opção que muitas pessoas têm, em vários países do mundo empobrecido, a única oportunidade de ter melhores condições de vida para si e para suas famílias. Por isso que, para muitos contingentes, dificultar, barrar, impedir essa possibilidade, significa atuar sobre as vítimas e não sobre quem e o que as conduz; é vitimar quem já é vitimado, culpar o outro para não culpar a si próprio, por isso, a importância do desenvolvimento econômico (Piperno; Stocchiero, 2011; Marini, 2015). Com isso, não se quer dizer que não se deva ter regramentos ou que se deva permitir a irregularidade, mas sim fazer um grande esforço de ação conjunta que impeça os mediadores que exploram e convencem imensos contingentes a migrarem sem nenhuma condição legal e segura.

Discute-se muito sobre de quem é a culpa pelo desequilíbrio entre países, entre nações; fala-se que se não houvesse um fosso que separa a riqueza

de algumas e a pobreza de outras, não haveria tantos deslocamentos. Levanta-se a hipótese de que auxiliar economicamente países mais empobrecidos e de histórico êxodo laboral seria uma forma de evitar sua saída, ou melhor, sua chegada para os que a promovem. Dentre outras grandes questões, evidencia-se o fato de que a sociedade contemporânea, em termos econômicos, continua a produzir o *desenvolvimento* do subdesenvolvimento? O capitalismo seria indutor de emigrações? Estaria ele na sua *causa-eficiente*? O desenvolvimento dos países centrais tem como variável dependente o subdesenvolvimento de muitos outros? Já que a riqueza não é distribuída de forma equânime, os empobrecidos, como expressão contraditória do processo, espalham-se nos espaços em que ela existe e, acrescentamos, ela só existe porque os produz? Ou, numa questão simples, mas complexa na sua materialidade, como evitar as migrações? Ou então, uma outra poderia ser feita: a sociedade contemporânea quer mesmo estancar os fluxos migratórios? Ou eles se tornam salvaguardas econômicas, mas não só, de uma crise mais ampla e de limites presentes em muitas nações ditas de atração? Estas são algumas, dentre várias outras questões, que o fenômeno migratório, como consequência e indutor, pode produzir. As respostas, talvez, seriam muitas, diversas, polêmicas, ou não as teríamos tão facilmente produzido; outras seriam impossíveis de serem equacionadas como, por exemplo, impedir por completo as migrações internacionais. Algumas análises colocam a difícil possibilidade de planejamento, controle e burocratização total do fenômeno. Além do mais, esses processos todos revelam as formas contraditórias de inserção social no modelo capitalista das várias sociedades, tanto de origem quanto de hospedagem dos fluxos.

Como diz Ambrosini (2017), ainda que se façam presentes tantas tentativas de fechamento e de impedimento dos fluxos, as migrações revelam a porosidade dos confins nacionais, redefinem o poder e o papel do estado-nação; elas expressam a existência de uma “globalização de baixo”; ou seja, das pessoas comuns, das famílias, de suas redes de relações, que reagem a uma localização imposta na busca de um futuro melhor. Por outro lado, são horizontes que se integram aos macroprocessos (políticos, midiáticos, de fronteiras nacionais, do estado-nação, de relações e acordos internacionais e/ou bilaterais, do campo financeiro, do desenvolvimento econômico regional

– do Norte e Sul do mundo, mais recentemente do Sul-Sul Global) e muitas outras questões de âmbito macro (Baeninger *et al.*, 2018).

Junto com as questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social, deve-se também discutir os seus impactos em vários âmbitos nas duas sociedades, a otimização das remessas, os recursos humanos que saem de um lugar, chegam em outro e retornam, inserções territoriais, a reestruturação no mercado de trabalho, as conflitualidades em ambos os espaços, as vantagens e os recursos disponibilizados. Castles (2005) já dizia que as migrações internacionais sempre foram, mas hoje ainda mais, uma das principais forças de transformação social em todas as regiões do mundo.

Novos paradigmas, orientações e discussões sobre imigração contemporânea estão colocando na ordem do dia o fato da necessária coesão social ligada ao desenvolvimento entre países que enviam e absorvem imigrantes (Marini, 2015). A União Europeia vem desde outubro de 1999, por ocasião do encontro de Tampere (Finlândia), orientando e incentivando ações de parceria e de benefícios partilhados entre os dois espaços, como forma de coesão também territorial. O Conselho da Europa define o (co)desenvolvimento pelos laços que “reúnem os migrantes, os governos e outras instâncias públicas e privadas à volta de um projeto de colaboração visando contribuir para o desenvolvimento do país de origem dos migrantes” (Ramos, 2007, p. 78). Esse processo pressupõe ações de cooperação com dimensão descentralizada, bilaterais e/ou multilaterais, em instância de cunho local para desenvolver atividades de domínios variados. O (co)desenvolvimento repousa na capacidade dos migrantes em circular, “dominar tanto o contexto do país de origem como as possibilidades de acesso aos recursos do país de acolhimento. Este conceito tem por base o migrante, enquanto agente central nas relações que se estabelecem entre países para promover o seu desenvolvimento” (Ramos 2012, p. 101).

A partir dessa concepção, imigrantes são vistos e autoconcebidos como *sujeitos econômicos* (Ceschi; Stocchiero, 2006; Wihtol de Wenden, 2013; Marini, 2015; Ramos, 2012), sendo que seu horizonte de vida se fundamenta na esfera do trabalho. Este é o ponto central, tanto da oferta quanto da demanda por imigrantes. As condições econômicas não se separam de elementos simbólicos e identitários, da fuga de situações limite em vários âmbitos da

vida (Martine, 2005). “Melhorar de vida” e/ou “se dar bem”, justificando a sua opção em emigrar, em seu sentido amplo, é o mote que indica a prática migratória, o grande princípio que conduz os indivíduos, porém enfatizamos que nem sempre os elementos econômicos são centrais. Na sociedade de destino, o imigrante deve ser funcional aos setores produtivos (Gamberoni, 2006; Sayad, 2000). Esse deve ser seu horizonte *integrativo*, processa-se na concepção de quem os absorve, porém são pessoas que migram e não só braços. É, também, nesse horizonte que os conflitos e as tensões cotidianas se constituem.

Insistimos na questão de que as migrações impactam nos indivíduos, nas sociedades, na economia, na paisagem, nas culturas de ambos os locais envolvidos, porém não se visualizam mudanças mais estruturais (Macedo, 2019). As migrações são frutos de contextos específicos e de condicionantes sociais, políticos e econômicos, que regem suas ações (Alvarez, 2021; Macedo, 2019). Fala-se que onexo existente entre imigração e desenvolvimento é recíproco, porém expressa assimetria, ou seja, nem todos impactam da mesma forma.

Para os imigrantes, há necessidade de muitos avanços, principalmente no que tange à remuneração digna do trabalho realizado, acesso à educação dos filhos, estrutura de saúde, garantia de direitos, etc. (De Hass, apud Alvarez, 2021; Macedo, 2019). Não temos dúvida em afirmar que os imigrantes são produtores de mudanças e que alteram os territórios (de origem e de inserção) na concomitância de sua mudança de vida e de cultura; fazem mundos circularem e movimentarem-se (mercadorias, negócios, línguas, costumes, visões de sociedade, saberes, desenvolvimentos em espaços duplos, etc.), são geradores de novas realidades sociais nos espaços em que se estabelecem. Por isso, produzem muitas inquietações e preocupações de várias ordens, demonstram saber viver em dois países, ainda que parcialmente nos dois – “estar *aqui* e estar *lá*” (Sayad, 1999). Essa capacidade de estar *aqui* e estar *lá* ao mesmo tempo, os torna ou são concebidos nos espaços de destino como *sem raízes*, sem referências mais amplas (Dias, 2000; Sayad, 1999). Na realidade, sua (auto)representação, como já mencionamos, é a de um *provisório* (Sayad, 2008) e isso tem muitas implicações no convívio, na integração, na confiabilidade, nas aprendizagens de línguas e no espaço laboral.

De qualquer forma, há o protagonismo e a intermediação dos imigrantes entre a sociedade civil de origem e as estruturas estatais de países de destino (Cunha, 2007; Delfim, 2018), pois os imigrantes são conhecedores de suas respectivas realidades locais, além de que essa dimensão se reproduz para além do estado e do mercado, ou seja, a sociedade civil assume uma importância fundamental no que tange ao desenvolvimento. Eles, nesse cenário e nesta inserção, tornam-se *intermediários de reciprocidade* (Cunha, 2007). Com isso, formando parcerias, a sociedade de destino e a esfera estatal passam a atuar também para além da lógica do controle de fronteiras, dos imigrantes vistos como um *problema*, da questão da segurança, repressão e bloqueios, do desejo de tê-los (imigrantes) distantes das fronteiras nacionais.

Protagonismos, desequilíbrios econômicos e ações de controle migratório

A globalização econômica e informacional, o desenvolvimento tecnológico, as grandes transformações no mundo do trabalho, as crises econômicas dos países ricos (como a evidenciada em 2008, a provocada pela pandemia e a da guerra na Ucrânia) e o acirramento dessas todas nas populações mais empobrecidas, bem como conflitos sociais de expressão política, religiosa e de fronteiras nacionais, mudanças ambientais, dentre uma série de outras questões, vêm produzindo a intensificação ou o acirramento de causas mais estruturantes do fenômeno migratório internacional, chamando a atenção do mundo, midiaticizando-o, militarizando-o, normatizando-o, judicializando-o e estigmatizando-o ainda mais.

Estudos sobre a globalização não se voltaram muito, até então, a correlacioná-la à imigração; direcionam-se mais ao mundo da economia, mercados, finanças ou, então, a questões culturais (Berti, 2009). As questões ligadas aos fenômenos populacionais ainda merecem mais estudos, pois talvez hoje seja a dimensão que mais configura a sociedade global (Castles, 2005). Bauman (2017) diz que a globalização é, ainda, eivada de elementos negativos, de temores, da presença conflituosa do diferente que ameaça, freando possibilidades de integração e de abertura. Nesse cenário de macro questões, situa-

-se a do desenvolvimento em âmbitos variados e amplos, porém muito mais centrada na esfera econômica, ou seja, naquela que poderia reduzir o fluxo de saída de imigrantes em busca de melhores condições de vida em países de maior possibilidade econômica e de oferta de trabalho com remuneração maior. Na realidade, todos sabemos das dificuldades que se tem de uma forma imediata de atacar as causas e as consequências juntas do subdesenvolvimento e da sua conseqüente migração. Em geral, age-se reduzindo um pouco as consequências (efeitos visíveis). Desse modo, o fenômeno permanece e suas causas também, persistindo as desigualdades, vulnerabilidades econômicas, demográficas e políticas.

Com a globalização econômica e financeira (intensificada na pós-década de 1980) e a conseqüente generalização e instrumentalidade das relações da *forma mercador*a (Dupas, 2005), há uma intensa mobilidade de fatores econômicos, políticos, técnicos e culturais (Portes, 2006; Sassen, 2008). Globalização e mobilidade espacial são duas dinâmicas que se complementam. Algumas vezes, em conflito; outras, em adequação/adaptação, porém ambas imprimindo racionalidade na velocidade, no encurtamento do tempo e do espaço para atingir seus objetivos.¹ Nesse sentido, os benefícios econômicos, muitas vezes, subsumem ou escondem os problemas sociais das emigrações nos espaços de origem para famílias em termos de gerenciamento, afetividade, contatos familiares, parentesco, mudanças culturais, etc.

Desse modo, a mobilidade espacial serve apenas a um determinado grupo com condições financeiras, políticas, culturais e burocráticas para tanto, ou seja, uma hierarquia da mobilidade. A tendência indica a consolidação de um sistema global, pois como o capital se move, as pessoas seguem seus rastros. Os sistemas comerciais alimentam a consolidação dos sistemas migratórios.

¹ As formas de organização do capitalismo moderno e suas transformações foram teorizadas por Wallerstein em sua famosa teoria do *sistema-mundo* da economia. Para o autor, esse sistema mundo possui um critério geográfico (noção de centro-periferia), de hierarquia (em termos de sistemas sociais: econômico, social, político e cultural), uma estrutura social dotada de fronteiras, estruturas, grupos, regras de legitimação e coerência sistêmica. A imigração, por exemplo, nessa teoria, poderia ser interpretada como dado estrutural do sistema. Há uma internacionalização do trabalho que vai depender de possibilidades e necessidades de inserção em áreas carentes de trabalho, de processos de expansão e contração da economia mundial. Ver WALLERSTEIN, I. *Il sistema mondiale dell'economia moderna*. Bologna: Il Mulino, 1995.

As migrações internacionais de ontem e de hoje crescem, refletem e dinamizam as desigualdades socioeconômicas já existentes. Elas possuem correlação com aspectos estruturais e históricos, culturais e étnicos, conjugados com outros processos que vão, aos poucos, também, aparentemente constituindo-se à margem de condicionamentos estruturais. Contudo, entendemos que não dá para esquecer a profunda ligação existente entre capitalismo e o fenômeno imigratório (transformações técnicas no processo produtivo, redução do custo de mão de obra, formas variadas de acumulação do capital e da propriedade privada), industrialização, mercado de trabalho, os quais também se correlacionam e promovem a mobilidade das pessoas e de fatores econômicos e produtivos no espaço, ocasionando, no caso, migração campo/cidade, concentração de capital e concentração de atividades, desigualdades regionais e intrarregionais, o crescimento no âmbito produtivo e suas demandas adicionais de força de trabalho.

Mencionamos, em vários lugares desse nosso singelo estudo, que o campo de trabalho no mundo globalizado vem passando por profundas transformações, as quais cada vez mais tendem a ser prejudiciais ao trabalhador, em geral, ao assalariado, dependentes e, de outras formas, não regularizadas e contempladas por legislações (Antunes, 2020; Baeninger, 2018; Dupas, 2005). Isso acontece com mais intensidade nos países de origem dos fluxos de imigrantes que, por razões de falta de espaços de trabalho e de imenso contingente de trabalhadores, são obrigados a aceitar as condições precarizantes, tais como redução de ganhos, e relações de trabalho informais, sazonais e de legislação flexível. No entanto, já vimos que nos espaços de trabalho das sociedades de destino (as que os acolhem), também não são espaços adequados e tão atrativos para os imigrantes. Há, em alguns países de velha imigração, um mercado de trabalho que já se consolidou como “de imigrantes”, nichos que expressam intensa aplicação da força física, insalubres, de baixa remuneração e mobilidade social, de intenso ritmo de atividades. São realidades e processos que desencantam os imigrantes e os que induzem à inevitabilidade da inserção.

Para muitos imigrantes, essa realidade precarizante não é tão visível ou concebível. Alguns imigrantes senegaleses entrevistados narram sua forma de ver dizendo que “aqui é bem melhor do que no Senegal”, “meu ganho da-

qui faz manter minha família e, com isso, eu me sinto bem”, “o meu trabalho aqui e com o que eu ganho, eu me sustento, minha família, meu pessoal lá (família ampliada), a minha igreja e o meu irmão na lavoura de banana lá em Casamance [...] Uma vez por ano envio dinheiro também para alguma escola, posto de saúde de lá, coisas que os imigrantes organizados, os senegaleses no mundo todo, fazem para meu país”; “gosto muito daqui, gosto muito de trabalhar aqui”. Alguns deles conseguem empreender; outros, com o tempo, mantêm um padrão de vida no Senegal para si e sua família muito melhor do que o existente. Um entrevistado nos disse que se “tivesse vindo antes dava para ter tido duas mulheres no Senegal com o que estou ganhando”. Assim, a realidade concreta e específica de cada um, no horizonte do trabalho, revela intencionalidades, concepções e situações que devem ser relativizadas em termos de concepções teóricas, mas que, também, não podem ser vistas somente pelo viés subjetivo e nem serem racionalizadas, tendo a situação vivida no país de origem como único parâmetro.

A migração de senegaleses, como já mencionamos em muitos momentos, não se caracteriza, na sua maior parte, por uma decisão individual; há um projeto familiar, visto como possibilidade para fazer frente aos limites vividos em termos econômicos. Esse processo, como vimos, é histórico no país e ganha feições de um *habitus* (Bourdieu, 1999), de uma história longa em que no externo se obtém o que não se consegue no país. Primeiramente, foram os países do entorno, posteriormente, os da Europa, em particular, a França, mas com o tempo, incluíram a Itália, Espanha, Portugal, Inglaterra, dentre outros. Os Estados Unidos é o país que, nas últimas décadas, vem atraindo imensamente o grupo. Foram vários os entrevistados, tanto no Brasil quanto no próprio Senegal, que expressaram essa continuidade do desejo do “sonho da América”, de ir, através do Brasil, atingir a fronteira com o México e chegar aos Estados Unidos. Sakho (2015, p. 29) disse que a “migração laboral senegalesa foi originalmente influenciada e organizada pela colonização tanto na escolha dos destinos como na estrutura organizacional”.

Nesse sentido, não é só o indivíduo que ganha com a imigração, mas a estrutura da família, em geral alargada, o país em razão dos recursos advindos deles. Portanto, dinâmicas de desenvolvimento. Mas, acima de tudo, reproduz-se pelas ações individuais a tendência de incorporar e ritualizar a

sequência da emigração como recurso social, como obtenção de saber, de intercambiar e conhecer culturas, religiões, modos de vida.

O seu horizonte central é o trabalho, de preferência, o informal no espaço da rua, no contato com a população dos centros de cidades. Este revela, também, inventividades, racionalidades, importância social, desenvoltura na difícil tarefa de vender e lucrar, de produzir confiança e convencimento, de se publicizar, negociar, de ser autônomo, de descobrir meios e canais otimizados para o contato e a venda, enfrentar os limites (legislações, críticas de empresários que os acusam de concorrência considerada desleal, das forças de fiscalização e repressão oficiais e informais, o temor de perder tudo etc.).

No tocante a essa questão do trabalho, para além da rua em sua dimensão da formalidade, entrevistados disseram que não escolheram nenhum tipo de trabalho, assumiram “o que apareceu naquele momento inicial, depois, com o tempo, fui vendo e mudei, fiz muitos trabalhos. [...] Para mim, é sempre aprender mais”. Contudo, idealizavam realizar algo em correspondência com os seus conhecimentos e experiências prévias. Nem todos, de imediato, foram trabalhar em frigoríficos, nem na construção civil ou nas redes de atacadistas. Vários disseram que fizeram atividades variadas, contudo, todas com identificação de trabalhos que envolviam força física. Bengalis, por exemplo, desembolsaram muito dinheiro para chegar até o Brasil.

Desse modo, a premência em compensar parte disso não os permite “escolher trabalho” e/ou esperar um tempo e pesquisar espaços que possam estar em adequação com o que imaginavam. Além disso, a crise de emprego e a necessidade deste fazem “pegar o que aparece”. A experiência de seus conterrâneos já estabelecidos revela que dificilmente seria possível encontrar algo que não fosse o que passou a ser realizado por eles. Então, não havia muitas opções, nem racionalizações para além do pragmatismo e da objetividade da sobrevivência e de materializar o ato migratório em termos econômicos.

A inserção imediata no espaço de trabalho para viabilizar alguma renda tornou-se imprescindível, porém, entre os nossos interlocutores bengalis por exemplo, praticamente todos disseram que pensavam em atuar em atividades nas quais já possuíam conhecimento ou qualificação, em particular, no ramo da confecção têxtil, na área de costura, pintura de tecidos, *design*, cortes, etc.

Dois deles informaram que eram pintores no local de origem, porém isso não se evidenciou como espaço de trabalho no local de destino. Essa é, em grande parte, a realidade laboral de imigrantes nos primeiros tempos. Com o passar do tempo, há possibilidade de que fatores integrativos facilitem inserções mais em adequação com domínios laborais previamente adquiridos.

Já mencionamos que os imigrantes são pessoas que atravessam múltiplas fronteiras, por isso, não são vistos como pessoas que têm projetos, desejos de ir e voltar, permanecerem e reconstruírem suas vidas. A centralidade da força de trabalho é que conta.² A saída de pessoas de um país pode significar um desastre, como também uma excelente fonte de renda. O que está em jogo é a saída de capital humano e a possível entrada de um fluxo de capital financeiro significativo para o país. O governo filipino, por exemplo, deu boas vindas às centenas de milhares de emigrantes que reentraram no país por ocasião do Natal de 2000. O país possuía, em 2000, 5 milhões de cidadãos no estrangeiro (6% da população). O referido governo se sentiu grato pelos 7 bilhões de dólares que seus migrantes mandaram a cada ano. É também o caso do governo mexicano que tratou seus emigrantes como heróis, pois recebeu, em 2017, o equivalente a 3,8% do PIB com remessas de imigrantes (Cesareo, 2018). No primeiro trimestre de 2022, tal país recebeu 12,5 bilhões em remessas. Isso revela a dinâmica intensa das (re)emigrações nesse ano de 2022, a importância delas nos vínculos entre imigrantes e suas famílias, as comunidades de origem, possíveis dinâmicas de desenvolvimento em regiões onde os maiores fluxos de saída se apresentam, etc.³

No caso específico das migrações senegalesas, como já vimos, elas são de longa data, expressam uma diáspora, uma *forma social* de processos migratórios (Ramos, 2012), que já faz parte da *cultura social* do país (Sakho, 2017). Intercâmbios territoriais estão consolidados para eles e no próprio Senegal, assim como as redes de trocas, informações, mobilidades, pluralidade de vínculos e instituições ligando os dois polos. Essas últimas fazem mediação de ideias e recursos financeiros, expressam modos de viver e conceber o mundo (visões de mundo). Há intensa mobilidade de pessoas, mercadorias,

² Ver PIRES, E.L.S. et al. Dinâmicas territoriais e novas formas das emigrações brasileiras no início do século XXI. *Studi Emigrazione*.... p. 415-427.

³ Fonte: Secretaría de Gobernación; 16/06/2022. Niem-Migração, matéria de 10/07/2022.

laços solidários, comunitários, atividades e ações que envolvem imigrantes no interior do país e nas sociedades de destino;⁴ fluxos financeiros, impactos sociais e econômicos, iniciativas transformadoras, projetos de desenvolvimento local/regional, inserções econômicas nas especificidades territoriais, agências e instituições mediadoras, a esfera pública, dentre outros/as (Fall, 2016).

Algumas discussões atuais buscam dar ênfase ao fato de que os imigrantes, além de serem possíveis protagonistas do desenvolvimento econômico no local de destino, podem ser também nos locais de origem (Wihtol de Wenden, 2013). Em geral, os debates e ações sobre desenvolvimento no local de origem dos fluxos migratórios partiram de sociedades de grande fluxo de-les, em particular, de alguns países da Europa Ocidental e do norte da América, os quais entendem que o desenvolvimento econômico “na casa deles” poderá estancar e/ou reduzir o fluxo migratório internacional contemporâneo. Autores insistem que imigrantes são úteis na resolução ou amenização de um conjunto de problemas, em especial, de algumas nações da Europa, principalmente na redução do crescimento demográfico, na necessidade de tornar competitivos setores econômicos que demandam força de trabalho manual (Cesareo, 2019). O mercado de trabalho de baixa qualificação e pouco competitivo, o cuidado dos idosos e crianças, a falta de caixa para sustentar o *welfare state*⁵ e o *social welfare*⁶ (pelo atendimento e funcionalidade no cuidado de idosos e crianças a custo baixo), o custo alto da força de trabalho para os autóctones, dentre outros aspectos, expressam também a funcionalidade econômica dos imigrantes (Sassen, 1999; Palidda, 2008).

Para muitos, as migrações ainda são vistas como uma ameaça à ordem mundial e, nos últimos anos, ainda mais, pois estão associadas ao terrorismo.

⁴ Ver análises neste sentido, em FALL, P. D. *Sénégal. Migrations, marché du travail et développement*. Ginevra: INES, 2010. -----, *Des Francenabe aux Modou-Modou. L’émigration sénégalaise contemporaine*. Dakar: L’Harmattan – Sénégal, 2016.

⁵ Dados do Dossier Caritas/Migrantes, de 2017, indicam que os imigrantes contribuíram com mais de oito bilhões de euros para o INPS italiano, absorvem um custo de aproximadamente dois bilhões de euros, e que os estrangeiros ganhavam, em média, 30% a menos que os autóctones.

⁶ Sobre o *social welfare*, ver Ambrosini (2017). O autor demonstra que há, na Itália, mais de dois milhões de lares que necessitavam, em 2016, de pessoas para atividades de cuidados de crianças e/ou idosos. Grande parte desse contingente de famílias absorve imigrantes, os quais são pouco visíveis, suprem carências das políticas sociais junto às famílias, muitos residem nas casas, otimizam custos, porém estão à disposição dos contratantes 24 horas diárias, além de uma série de elementos que contempla essa relação e coabitação.

Outros as analisam sob o viés da vítima, pela ótica estruturante e macrosocial, sem perceber intenções individuais e as estratégias que se processam. Análises assimilam questões econômicas com horizontes ecológicos, políticos, de crises regionais nos espaços de origem (menores oportunidades; salário baixo; redução da liberdade; estratégias de sobrevivência econômica, de liberação social, cultural e identitária com a sociedade de origem).

Enfim...

Na sociedade moderna, a *qualidade de vida* é vista como a possibilidade de acesso ao mercado de consumo e, principalmente, às tecnologias de última geração. Imigrantes entrevistados dão ênfase ao fato de que, em seu país, há pouca possibilidade de se inserir nesse horizonte do consumo. Os que possuem pais que residem em vilas rurais informam que não há condições de modernizar referenciais tecnológicos para a produção agrícola e, também, para ter uma moradia com melhores recursos de energia e de estrutura de habitação em geral (água, esgoto, ruas, espaço maior para plantações, árvores frutíferas, etc.). Já informamos que um bengali entrevistado expressou a importância de ter uma casa de alvenaria e não mais de bambu para seus pais e que isso seria propiciado pelas remessas que ele estava enviando.

Nesse sentido, pode haver um ativismo dos imigrantes na dimensão transnacional e o melhoramento das condições de vida no cenário familiar e comunitário de origem. Por isso, a migração movimenta desejos de consumo e os migrantes os procuram com todas as forças possíveis. O sonho é alimentado pela dimensão metafórica da *viagem* (sair para melhorar de vida) e produzido pela esfera midiática e relacional dos que já foram, por fenômenos da sociedade global e por novas concepções em torno das fronteiras físicas, culturais e linguísticas. A inserção aos fatores que eles incorporam como sendo da modernidade depende de um fator maior dessa realidade moderna: o trabalho, paradoxalmente, braçal. Esse é o seu espaço nos primeiros tempos de presença nas sociedades de destino.

Os imigrantes, segundo a literatura que revisamos, estão, em boa parte, incorporados em setores secundários do mercado de trabalho; sua assimila-

ção não obedece a mecanismos normais de assimilação e mobilidade social. “O trabalhador imigrante, devido à sua vulnerabilidade, não pode fazer outra coisa senão adaptar-se ao papel inferiorizado que a lógica de expansão capitalista lhe reserva; é uma espécie de novo escravo, desprovido de direitos e da tutela, mas justamente por isso, economicamente vantajoso” (Harris, 2000, p. 56).

Já o fizemos, mas não cansamos de repetir que o imigrante é visto pela sociedade hospedante, pela sua funcionalidade ao sistema produtivo. A reprodução da exclusão social, as novas formas de escravização e inferiorização e as políticas de assistência social – sempre mais intolerantes – são, de longa data, lugar comum no interior dos países hospedeiros. Estes revelam-se incapazes de promover ações efetivamente alternativas, atestando a ausência de uma cidadania para todos e de uma inclusão marginal de imigrantes. Esse processo faz perder de vista a trama de relações sociais, familiares e simbólicas com o passado, com as intenções pessoais do presente e com os espaços de origem, bem como seu papel indutor de ações nesse cenário. Discute-se muito a otimização do imigrante como fator de desenvolvimento e não apenas de bem-estar (ampliação de consumo, melhorias nas casas, móveis, aquisição de carro) para algumas famílias que o recebem (Martes; Soares, 2009) ou, então, como as remessas poderão se tornar indutoras de novas emigrações, de dependência financeira nos locais de origem, bem como de diferenciações sociais entre famílias, regiões e sujeitos.

Na verdade, essa é uma demanda de nações enriquecidas, absorvedoras de imigrantes, as quais idealizam a possibilidade de otimizar, na esfera do desenvolvimento, as grandes somas de recursos financeiros (remessas) que saem de seus países e se direcionam para os países/lugares de origem dos fluxos. Essa é uma questão polêmica, eivada, sem dúvida, também, de certa xenofobia e movida por sentimento de compensação histórica (dos processos colonialistas, principalmente). Veremos algo disso tudo no próximo capítulo.

CAPÍTULO XI

Transnacionalismo, migrações e recursos financeiros

AS ESTRATÉGIAS DE (CO)DESENVOLVIMENTO demandam migração com sua dimensão transnacional e, acima de tudo, recursos financeiros; é um tripé que, associado a outros elementos, viabiliza ações e dinamismos que são bem evidentes no cenário internacional migratório das últimas décadas. Quando se fala em transnacionalismo, imediatamente o ligamos aos liames fronteiriços e às redes; ambas transcendem os confins nacionais, uma espécie de horizonte entre indivíduos e grupos em interação, produzido em esferas informais, dos “de baixo” (Amit-Talai, 1998; Ambrosini, 2009), com ligações e vínculos constitutivos de parentelas, reciprocidades, produtos comerciais mesclados com dimensões de solidariedade e etnicidade (Portes et al., 1999). Entendemos que a mobilidade de pessoas é estrutural e se alimenta para além da dinâmica de atração e expulsão; há interdependência de processos e entre as pessoas, espaços, vínculos comerciais e informacionais que também transitam com elas, fato esse que pode alimentar ainda mais os fluxos (Pastore, 2006; Delfim, 2018).

Há um transnacionalismo *funcional* entre muitos imigrantes com o seu local de origem, que mantém relações com seus familiares, mais centrado não tanto no desenvolvimento do país, mas nas dinâmicas locais, de pertencimento e de vínculos específicos. Já vimos, como diz Ambrosini (2009), que há vários campos de ações transnacionais (econômico, político, religioso, afetivo, cultural, etc.), porém nem todos são constituídos só com imigrantes. O mundo global é expressivo disso. No caso, com eles, há uma relação pragmática, tanto no local de destino quanto no de origem (Betti, 2009, p. 50). Os imigrantes isolados, sem maiores vínculos, não têm as condições, com-

petências e recursos necessários para “pensar ativamente as sociedades que têm deixado” (Idem). Os vários transnacionalismos têm a possibilidade de dificultar os processos assimilacionistas de ambos os espaços. Na realidade, não se esquece o local de origem e não há uma total integração na sociedade de destino, entendendo essa última não como uma sobreposição da dimensão autóctone em relação aos imigrantes, mas enquanto um horizonte de inserção mais segura, harmônica e correlacional com a sociedade de destino.

Portes (2003) diz que o transnacionalismo expressa o conjunto das ocupações e atividades que imigrantes necessitam para serem realizadas, incluindo contatos sociais regulares, prolongados no tempo, através dos confins nacionais. Não é algo novo no campo migratório, porém mais intenso, mais frequente, uma chave de leitura para entender ligações e práticas sociais dos imigrantes, do viver transnacional; relações em redes múltiplas, em intercomunicação e transferência de pertencimentos (De Luca, 2014; Caselli, 2021; Marini, 2015). É uma lógica que envolve o estado-nação, cruza fronteiras, um campo social que transpassa ações para além dos limites, das barreiras e sentidos das fronteiras nacionais, que permanecem nos limites dos dois países; relações diretas e indiretas de sujeitos via fronteiras (Levitt: Schiller, 2004).

Garantir recursos para amanhã, para o bem viver, para coabitar em família, viver bem na sociedade, na economia, no trabalho, na geração e absorção de empregos, são todas dimensões que vêm ganhando força e legitimidade nos fóruns sobre desenvolvimento e sustentabilidade e que, também, vêm provocando novos discursos e compreensões em torno da natureza, produção, consumo, vida rural e urbana, saúde, garantias de futuro do planeta, para além da centralidade migratória. Aqui entram em cheio ações políticas e econômicas para o horizonte das necessidades humanas (liberdade, consumo, saúde, educação, trabalho, mobilidade física e econômica, dentre muitos outros aspectos), para o socialmente harmonizado e equilibrado (Dallabrida, 2005; Becker, 1998).

Dito isso de uma forma genérica, nossa intenção nesse capítulo é problematizar a noção de transnacionalismo e a sua ligação com o desenvolvimento, entender alguns de seus processos, correlacioná-lo a alguns elementos que os imigrantes, em nosso espaço de estudo, imprimem, bem como demonstrar a importância e dinamismo da atual fase do fenômeno migratório mundial.

Desenvolvimento, novas linguagens e pressupostos

Para falar em desenvolvimento, é necessário que tenhamos presente alguns pressupostos que fundamentam a sua noção, porém sem entrar na complexidade da questão. Apenas queremos dar ênfase a alguns aspectos presentes na literatura que revisamos. É consenso que os novos processos de desenvolvimento imprimiram novas linguagens que, por sua vez, são produto e produtoras de ações, significados, simbologias e representações de um mundo em movimento, de diferenciações territoriais e de sujeitos. Uma dessas novas linguagens é a sustentabilidade. Aliás, entendemos que não há como dissociar desenvolvimento com esta questão, assim como não há um modelo, nem uma noção única de desenvolvimento. Há, talvez, pressupostos que podem ser comuns e eles, em geral, diferenciam-se de progresso. Ou seja, centram a vida humana, as relações sociais, os convívios, a vida urbana, o equilíbrio social e ambiental; imprimem dimensões, como preservação, conservação, reciclagem de produtos e outros elementos materiais, saberes, ciência, tecnologias que auxiliam na redução da perda de recursos não renováveis, garantia de recursos naturais para amanhã e os sujeitos de amanhã (Dallabrida, 2005). Hoje fala-se mais em desenvolvimento territorial e não simplesmente local, para evitar escalas tão precisas, pois há sujeitos, redes territoriais, amplitudes maiores envolvidas ainda mais neste mundo globalizado.

No conceito de desenvolvimento, uma nova geopolítica se faz imperativa, isto é, nenhum país pode crescer sem que haja equidade de crescimento nas suas regiões, intercâmbios e redes que atuam na intenção de promover a geração de renda, de conhecimentos, tecnologias, saberes intercambiados. Este envolve também noções de regional e de territorialidades, biomas, vocações regionais, história e sujeitos presentes num determinado espaço, como é o caso dos imigrantes como sujeitos que podem mediar ações para alterar quadros de pobreza e de vida precária em alguns dos seus espaços de origem, em razão de que conhecem sua realidade e as demandas das suas comunidades, etc.

Desenvolvimento também se agrega à evolução técnico-científica, tendo presente que modelos de desenvolvimento compreendem valores éticos

e culturais socialmente aceitos, de forma que o mesmo se processa distintamente em diferentes ambientes, contextos, países, regiões, estados e cidades (modelos e tecnologias geradas em um país e/ou região, não necessariamente podem e devem ser generalizadas em todos os locais, pois acabam criando conflitos e problemas sociais e econômicos muito maiores do que as soluções advindas). O desenvolvimento deve provocar modificações qualitativas nas formas de vida e se adequar ao plano da cultura, como um elemento da matriz geradora da identidade socioterritorial, sempre fazendo estar presente sujeitos/grupos do âmbito regional. Na realidade, entendemos que os sujeitos locais e regionais precisam estar presentes, não apenas absorver o que vem de fora. Esses processos pressupõem identificar novos indicadores sociais, além dos econômicos, para definir desenvolvimento.

O desenvolvimento territorial precisa capitalizar, valorizar, compreender as potencialidades, as riquezas de um território que foram, histórica e processualmente, produzidas pelos coletivos que o compuseram e o compõem, de sinergias entre sujeitos locais e da democratização na gestão do processo (Dallabrida, 2005). Deve-se reconhecer que os territórios possuem riquezas humanas, patrimônio material e imaterial que, colocados em evidência, produzem transformações na realidade e podem gerar renda e emprego.

A ideia é que se deve imprimir novos pressupostos e identificação de sujeitos com seu meio (Martine, 2005). Por isso, torna-se premente garantir recursos naturais, sociais, culturais e, sem dúvida, econômicos às gerações futuras. Isso exige e imprime decisões e opções políticas, democratização nos controles sobre os recursos naturais e sobre a privatização desmesurada do meio ambiente, dos patrimônios culturais, históricos e arquitetônicos (Becker, 1998; Dallabrida, 2005; Dupas, 2005); pressupõe exigências de um desenvolvimento econômico, político e social com um mínimo de participação, com os olhos no chão, no lugar/local, na região, no âmbito das especificidades e ritmos de cada lugar e de culturas. Assim, o desenvolvimento caracteriza-se pela existência de uma determinada estrutura produtiva, mercado de trabalho, capacidade empresarial e conhecimento tecnológico, dotação de recursos naturais e infraestruturais, sistema social e político, bem como culturas e identidades, em articulação com os processos de produção

econômica, de equilíbrio social, sustentabilidade e geração de renda (Becker, 1998; Marini, 2015; Martine, 2005).

São todos elementos que precisam estar interligados, com radical democratização nas decisões regionais sobre investimentos, canalização de recursos financeiros, participação popular e institucional em âmbito local/regional e internacional, equilíbrio nos processos entre homem/natureza/economia (âmbitos materiais e imateriais – saberes, cultura, etc.), além da valorização dos sujeitos históricos do território, dos saberes que se expressam na cultura, no artesanato, na gastronomia, enfim, em vários âmbitos e que precisam da mediação dos governantes locais/regionais, sociedade civil, terceiro setor, imigrantes, entidades mediadoras de representação de grupos sociais envolvidos para se dinamizarem (Martes; Soares, 2009; Marini, 2015; Ramos, 2012). Neste cenário todo, é importante que se repense a noção de desenvolvimento aliado ao progresso, porém que sejam privilegiadas ações que configurem inclusão, participação, solidariedade, sustentabilidade ambiental e econômica; acesso aos grupos sociais, oportunidades correlacionadas à resolução das necessidades básicas, de emprego, de direitos. Ou seja, um modelo alternativo de crescimento econômico para não acabar produzindo os mesmos elementos que produziram exclusão, marginalização e desigualdade. Além disso, é necessário que haja organizações democráticas e administração territorial, e que, com isso, seja evitado o êxodo das populações (Grefe, 2002; Ramos, 2012; Marini, 2015), mediante uma conduta que permita a participação das pessoas no espaço da intervenção e da cidadania ativa, dentre outros aspectos.

Imaginamos que devam ser esses, e outros mais, os elementos centrais dos processos de desenvolvimento e de redução de assimetrias regionais, e que imigrantes, através de ações que expressam tentativas de (co)desenvolvimento, podem auxiliar na efetivação de algo nesse sentido, principalmente em seus locais de origem. Com essa concepção, Villamar (2017) insiste que, para haver correlação entre migração (remessas) e desenvolvimento, seria necessário que o benefício econômico atingisse tanto zonas de atração quanto as de origem, que houvesse transformações econômicas, técnicas e de conhecimento. Não há dúvida de que a possibilidade de imigrantes investirem economicamente nos locais de origem, a partir de conhecimentos adquiridos

e/ou adaptados em locais de destino, revela indícios de um horizonte de desenvolvimento. De uma forma ou de outra, em alguns aspectos, isso torna-se importante, pois, no mínimo, permite melhores condições de consumo para a família e exerce um ponto de germinação de redes de ações mercantis que se intensificam.

Em geral, imigrantes mantêm fortes vínculos com a própria família, com a comunidade de pertencimento e com o país de proveniência. Eles dão origem a fluxos financeiros, bens, ideias, serviços, os quais podem favorecer melhorias das condições de vida no local. Muitas famílias que recebem remessas desenvolvem o incentivo às partidas e permanências externas deles. As remessas podem justificar as saídas, alterar o *status* social de quem recebe, ser produtoras de gratidão, produzir formas de dívidas morais e refletir o nível de relações e vínculos com o lugar de origem (Harris; Todaro, 1990). Segundo Fall (2016), imigrantes têm propensão a poupar com a intenção de investir, melhorar o orçamento da família e enfrentar o desemprego de membros dela. Muitos deles são do meio rural e, neste espaço, há reduzido rendimento financeiro do agricultor familiar. Por isso, os recursos financeiros ajudam a melhorar a qualidade de vida, a sobrevivência das famílias, incorporar inovações técnicas, diversificar produtos, cultivar excedentes, inclusive possibilitar a permanência de filhos na unidade produtora.

Imigrantes como sujeitos multi-situados e agentes de desenvolvimento

Sayad (2008) já dizia, interpretando a noção de Marcel Mauss, que a imigração é *um fato social amplo*, totalizante, pois envolve múltiplos espaços, atores de ambos os territórios, os que migram, os que ficam, movimenta ambas as sociedades, produz centralidade social e, para alguns países, está na ordem do dia. O autor enfatiza a importância e a necessidade de ter presente os locais de origem, esses também são potencializados pelos imigrantes, pelas remessas, ligações territoriais, retornos, obrigações, etc.

Há várias interpretações que correlacionam imigração e desenvolvimento. Uma delas é de cunho neoclássico, pela qual, aqui vista de uma forma

sintética e esquemática, a emigração favoreceria a sociedade de origem, pois reduziria a quantidade de demanda por alimentação e os recursos recebidos pelas famílias, poderia servir para investir, inclusive aumentar o salário para quem permanece em razão da reduzida demanda por trabalho e, por isso, quem não emigra ficaria melhor e, também, poderia reduzir as futuras emigrações (Berti, 2009).

Outra concepção defende que a emigração é fruto do não desenvolvimento e/ou atração pelo mesmo, fora do país. Atração e repulsão passariam a ser dois lados da mesma moeda. Nesse campo de análise, estão os centros maiores de desenvolvimento que atraem trabalhadores qualificados, reduzindo ainda mais as potencialidades dos espaços de países com baixo potencial produtivo (Marini, 2015), processos esses que vão aprofundando as desigualdades entre regiões no interior de países, ampliando o fosso entre ricos e pobres, assim como a divisão internacional do trabalho, restando aos países empobrecidos o papel de exportadores de matéria-prima.

Outras abordagens adentram para processos estruturantes que revelam dependência econômica, imperialismo tecnológico e comercial, ou seja, mecanismos gestados por grandes capitais (industrial, comercial, financeiro, tecnológico e infraestrutural), em geral, associados aos governos nacionais que os necessitam, para poder governar e construir algumas obras, bem como exportar alguma matéria-prima, nem que seja cada vez menos valorizada externamente em termos de preços, gerando processos de subdesenvolvimento. Entre fronteiras, há múltiplos e variados horizontes e relações, os quais, sem perverter a perspectiva histórica, dão o tom da dinâmica econômica de nações. Nesse sentido, fronteiras podem imbricar relações, juntar mais do que separar, dividir ou colocar barreiras. Há transnacionalismos de grandes capitais, *pelo alto*, associados, concorrentes entre si, mancomunados com a esfera do poder político para viabilizar ações econômicas e continuar com a histórica pilhagem dos recursos, como vimos no Senegal em relação a alguns países europeus, principalmente, com a França em vários setores, em particular, o infraestrutural. Nesse sentido, para discutir desenvolvimento, precisamos ter, também, esses elementos presentes. Pelo menos nós os julgamos importantes.

Outras dimensões transnacionais também existem e se dão mais *por*

baixo, num nível relacional entre imigrantes e atores sociais, produzindo relações *móveis*, com mobilidade de fatores materiais e imateriais. Sob esta perspectiva, há o transnacionalismo *econômico*, muito ligado também ao (co)desenvolvimento, pois atua em territórios múltiplos (Marabello, 2009; Ambrosini, 2020); transnacionalismo *político* (luta pelos direitos de cidadania, vistos humanitários, refúgio); transnacionalismo *religioso* (este muito evidente em todos os grupos que analisamos); transnacionalismo *cultural*, expresso pela língua de origem, vínculos identitários, festas nacionais (que acontecem concomitantes e em relação ao país de origem); transnacionalismo *afetivo*, o qual envolve a família, o parentesco, as obrigações dos papéis assumidos no interior da família; e transnacionalismo *territorial*, expresso nas relações com o local de partida, nos investimentos financeiros e econômicos nele, nas identificações e pertencimentos (dialetos, igrejas, crenças, costumes, sabores, saberes, etc.) (Marabello, 2009; Marini, 2015; Cesareo, 2021; Ambrosini, 2009).

Esses transnacionalismos revelam que imigrantes são sujeitos múltiplos, que preservam, carregam consigo, transpõem e alteram muitos horizontes de vida e de experiência no ato de migrar, ao mesmo tempo em que produzem e recompõem, mesmo em cenários limitados, sua bilocalidade, suas transnacionalidades, seus múltiplos pertencimentos e/ou envolvimento com certo poder e participação. As remessas financeiras e as redes afetivas, ambas se retroalimentam no horizonte familiar e não permitem que se produza tantas rupturas, distanciamentos e hiatos de pertencimentos (Ambrosini, 2009).

Nessa questão do transnacionalismo, não dá para perder de vista o religioso. O mundo religioso, regado de intencionalidades e expressões fomentadas em contextos em constante modificação, serve ao imigrante como uma importante bagagem cultural, que pode ser apropriada de diversas maneiras no processo pelo qual o indivíduo “em movimento” (migração) precisa passar. A religião lhe dá conforto e segurança; se vivida no coletivo, mais significativa se torna, ganha contornos grupais, de percepção do outro, dos iguais e de pertença. Quando imigrantes de um mesmo credo religioso se encontram e se veem na mesma situação, há um fortalecimento do grupo, pois horizontes de solidariedade e entreaajuda estão no interior dos valores da crença. Por isso, a crença religiosa, por ser também, em grande parte, homogênea

(segundo entrevistados, não há grandes diferenças e/ou congregações que possuem lideranças específicas), além de se transnacionalizar e se ressimbolizar no espaço de destino, facilita a integração, socialização, ritualização, festejos, etc., ou seja, processos que operam em uma nova realidade espacial (Rogoff, 2005).

A emigração cria agrupamentos morais dispersos que desenvolvem rituais, momentos de solidariedade e entreatura, suprem lacunas de instâncias públicas e, comumente, produzem ações de desenvolvimento em que os próprios imigrantes são seus sujeitos (Marabello, 2009; Ambrosini, 2017). Diz um imigrante, numa conversa por ocasião do retorno de um ritual na mesquita de Passo Fundo, numa sexta-feira pela parte da tarde, “que entregamos nas mãos de Deus tudo o que acontece com nós e nos doamos à família; ajudamos ela a ficar melhor mesmo sem a nossa presença lá. O trabalho daqui faz muita coisa lá, deixa bem eles lá. [...]. A família pede e recebe sempre o dinheiro lá, e ela [sua mulher] vê bem o que tem de fazer, muita coisa a gente vê juntos”.



Bengalis e outras nacionalidades em ritual religioso na mesquita de Passo Fundo. Fonte: Jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, 12/08/2017, p. 6.

A religião abençoa, protege e fortalece a decisão de sair. Nas embarcações de migrantes que chegam quase que diariamente na costa Sul italiana ou na ilha de Malta ou em outras da parte Sul do continente europeu, eles enfrentam grandes perigos de vida, a bênção e a proteção de Marabouts (líderes religiosos da confraria Mouride, no Senegal) se tornam condição *sine qua non* para se lançar na empreitada. Se morrerem na travessia, serão abençoados pelo sacrifício de tentar algo melhor para a família; se realizarem o objetivo, vão ficar com uma dívida moral para com a religião. Deverão contribuir para seu sustento, construindo templos, serem mediadores da fé e das crenças que os alimentam no cenário transnacional. O transnacionalismo religioso se dinamiza também desse modo e, dinâmicas do desenvolvimento social e cultural nos espaços de origem de fluxos também se expressa nesse campo.

Imigrantes que possuem forte vínculo religioso e deslocam também sua fé, nem sempre serão bem recebidos no espaço de destino em razão de suas crenças e rituais. Ao mesmo tempo, a esfera religiosa pode se tornar um horizonte para a inserção social, diálogo e acolhimento do imigrante. Dos haitianos entrevistados, muitos deles eram católicos e, no Brasil, aderiram a outra religião, em geral, no campo evangélico. Nos templos dessas igrejas, eles encontram acolhida, expressam sua fé, convivem entre conacionais e com alguns autóctones. A igreja se torna um espaço estratégico de inserção social (Marcelino, 2021; Marabello, 2009). “A fé é o recurso que, eu e mais uns que vieram junto, nos ajudou para chegar ao Brasil. [...]. Quem não tem dinheiro, tem que ter fé, no mínimo, um pouco de fé para ganhar coragem e ir em frente” (Entrevista com haitiano em Passo Fundo, em janeiro de 2022). Incertezas, caminhos difíceis, dramas pessoais, rupturas, necessidades de enfrentamento dos limites, não acabam quando imigrantes pisam no solo de destino. São desafios constantes. Refazer, religar, reajustar e interagir o antes com o agora necessitam de mediação. A esfera religiosa cimenta esses tempos, lhe dá elasticidade e não deixa romper o vínculo transnacional existente. Por isso boa parte dos haitianos constituem suas igrejas, organizam-se, criam suas lideranças, integram-se na dinâmica religiosa, redefinem seus rituais, alimentam suas crenças em espaços que são possíveis no cenário limitado da imigração.

Nesse sentido, há muitos elementos envolvidos que podem ser negli-

genciados ou que são levados em conta, como diferenciações sociais, locais de procedência, condição social, tempo de permanência no Brasil, e que podem produzir seu formato organizativo coletivo das igrejas e numa dimensão transnacional. Vimos que, através das igrejas de haitianos, está havendo em Passo Fundo uma interface com pastorais junto aos imigrantes da Igreja Católica, principalmente no campo assistencial (escola, roupas, móveis, moradias, etc.), no horizonte cultural (encontros de etnias, festejos) e no auxílio para efetivar cursos de língua portuguesa, encaminhamento de documentos, informação sobre trabalho, legislação, etc. Participamos de alguns dos rituais religiosos de haitianos em domingos pela parte da manhã, aliás, não é incomum os encontros começarem as sete da manhã, sendo, inclusive, objeto de muitas reclamações de moradores que residem próximo aos templos em razão do som alto, das orações expressas também em voz alta com microfones, etc. Eles usam muito instrumentos musicais eletrônicos, muitos cantos, danças, expressões corporais, momentos de transe, voz alta em uníssono coletivo.

A presença da família na igreja é obrigação moral, expressão coletiva da fé. Em geral, há refeições após as rezas no interior da própria igreja, preparadas pelas mulheres no dia anterior ou antes de clarear o dia de domingo. Boa parte dos grupos de haitianos de Passo Fundo, segundo entrevista com pastor, estão vinculados à Igreja Batista Haitiana, que também migrou e possui suas lideranças religiosas. As festas do Grand Magal, para os senegaleses, é um outro grande exemplo do transnacionalismo religioso, sendo sempre muito aguardadas pelo grupo Mouride. O evento é planejado em grupo e, em geral, muito centrado pela Associação de Senegaleses. Há junção de recursos financeiros, divisão de tarefas, convites a autóctones – “amigos dos senegaleses”, fartura de comida, almoço e janta gratuitos, muitos cantos e orações, depoimentos, falas de liderança, redes e contatos com lideranças religiosas na cidade de Touba, *online* e em tempo real, uso de vestimentas tradicionais do ambiente e do momento religioso (Fortes; Costa, 2018).

Os novos espaços ganham ressignificação cultural e social, porém aos poucos, vão incorporando também signos religiosos (Della Lippa, 2013). Os imigrantes imprimem significados pela sua presença e ações nesses espaços, territorializando-os pela ritualidade e vivência religiosa, chamando a atenção

de autóctones, principalmente em razão do total desconhecimento. É o que imigrantes entrevistados em nosso espaço de pesquisa constantemente afirmam.

Transnacionalismo, dádivas e papéis de gênero

Os rituais religiosos são momentos fortes de sociabilidade para os senegaleses. Eles encontram espaços públicos para sua expressão, permitem dar visibilidade à comunidade religiosa e étnica, demarcar território étnico-religioso do grupo na correlação com a sociedade de destino. Desse modo, eles expressam momentos de autorreferência, mas, também, de encontro com o outro, o da sociedade maior, como interface, expressão de empoderamento de grupo, de manifestação coletiva, de definição de fé. Eles enfatizam, nas rezas, que o Islã, sua expressão pelo grupo em questão, prega a bondade, a solidariedade, o “caminho reto”, a generosidade, a tolerância. “Tem um Deus só, várias religiões, mas um Deus só, e Ele é de bondade, não importa o nome que se dá para Ele. [...]. Tem de ter um coração bom, alguns muçulmanos não têm, mas não são todos. Como no Cristianismo, nem tudo sempre foi coisa boa, teve coisa ruim também. Aqui em Passo Fundo, católicos e muçulmanos vivem bem, sem conflito, nenhum de nós fala mal do outro, tem respeito não é, nenhum é melhor do que o outro” (Entrevista com liderança religiosa senegalesa em Passo Fundo, em março de 2022).

Imigrantes dizem que a solidariedade é uma condição para o bem-estar deles. Quase todos os imigrantes participam com contribuições financeiras mensais para suas associações. Com isso, é possível “formar uma caixinha para quando precisar para as festas religiosas”. Sabemos que os senegaleses fazem com grande intensidade, pois suas festas religiosas transnacionalizadas, assim o exigem. Os bengalis não desenvolvem na coletividade uma festa específica, porém no interior de suas casas, em grupos menores, festejam alguns momentos significativos de âmbito religioso que se desenvolve no país e que se estende para os espaços migratórios. Os haitianos, organizados em pequenos núcleos, em geral, ao redor de uma comunidade/igreja, também o fazem.

Vimos um caso em que um imigrante senegalês faleceu em 2017 e o grupo pertencente arcou com o custo financeiro do traslado do corpo para o país de origem. “Em dois dias, juntamos quase 30 mil reais”, diz um deles. Outras situações ligadas à doença, à família no país de origem e a situações de desemprego de conterrâneos, evidenciam as práticas de solidariedade da comunidade pertencente. O sentido de comunidade se alimenta por essas ações. São deveres e reciprocidades que

se desenvolvem com mais intensidade nos cenários onde as demandas podem dar-se sem o amparo necessário que haveria no país de origem e que, portanto, deve ser suprido pelo grupo que se encontra na mesma situação. Nesse sentido, o espaço das igrejas (templos) revelou ser de fundamental importância para os haitianos, pois enquanto os senegaleses e bengalis constituíam-se como grupo que interagiam entre si no credo islâmico, aqueles integravam-se ou assimilavam-se no horizonte católico-cristão.

Interlocutores dizem que as igrejas são espaços de referência, sociabilidade, interação, acolhida; compensar e/ou superar a solidão, constrangimentos vividos e nostalgia, intercambiar desafios e problemas enfrentados e possíveis adaptações; criam as condições para a socialização e amizades, bem-estar mental e cultivo de valores religiosos que eles carregam (Barbosa, 2015; Macedo, 2019). Elas ritualizam a *pertença identitária* (Sayad, 1998), a sensação de não estar sozinho. No seu interior, expressam-se os rituais religiosos necessários, em meio aos limites que possuem, inclusive mediante espaços improvisados. Como disse um haitiano, líder religioso de um grupo em Chapecó: “precisa um pouco de fantasia, de criatividade, mas dá para



Ritual religioso de igreja constituída por haitianos, no município de Passo Fundo. Fonte: Brizola (2021).

fazer bem, o povo nosso gosta [...] tem quem reclama do som alto, das orações em voz alta, eu até peço para não fazermos em alta voz, mas o pessoal se concentra, fica tão envolvido que nem se dá conta, porque lá no meu país é assim. [...]. O momento da reza é uma ação de vida, de força espiritual que todos nós precisamos. O haitiano leva muito a sério isso”.

Em entrevistas, eles revelam que se organizam para se inserirem em processos integrativos, porém sem deixar de lado seus traços culturais, o respeito aos ancestrais, ao valor da partilha. Dizem conhecer a crença e os rituais do Vodou, porém não o praticam e, nas igrejas evangélicas, são orientados a não mencionar acerca disso. Nessa questão, entrevistados dizem que é uma crença com rituais mais praticados entre camponeses e que hoje são poucos os que a ritualizam, a “usam mais para o mal”, a estigmatizam e são poucos os que a praticam, os menos esclarecidos, estudados. Contudo, enfatizam sua importância para a história do país, para a identidade cultural dos haitianos, sua negritude, consciência social e política. “As igrejas aqui proibiram falar sobre a crença no vodou e a praticar, e a gente sabe que há preconceito no Brasil, então evitamos falar”. Eles valorizam e dão centralidade aos valores da solidariedade e da família, assim como o fazem os senegaleses e bengalis, ao utilizarem os espaços das mesquitas para ir além do âmbito religioso ritualístico. Ainda que desenvolvido no interior do espaço religioso, esse âmbito transcende e faz parte de um universo mais amplo de vida e de sociabilidade, constituindo-se, também, na esfera do espiritual. Também buscam realizar a partilha; ajudar os mais necessitados nas casas, à mesa, em momentos de infortúnios; enviar dinheiro para a família, além de preocuparem-se com os filhos, dentre muitas outras questões.

Percebemos, também, que há uma grande inserção no universo religioso ou já existente, ou criando seus próprios templos, seus espaços de encontro e de rezas. Em geral, as igrejas Assembleia de Deus, Batista e a Igreja Católica (essa última em menor número) são as mais evidentes. Há pastores haitianos que criam seus próprios cultos (aos domingos de manhã), realizam batizados, casamentos e aconselhamentos do pastor (não obtivemos informações de que tenha havido alguma pastora). São rituais religiosos constitutivos de relações, em geral, entre conacionais, mesclados com práticas assistenciais (doação de alimentos, roupas, festas, assistência psicológica e emocional),

por meio de momentos e locais de agregação social, financeira, assim como de proteção frente às dificuldades da vida cotidiana, pois nem sempre as migrações se viabilizam com sucesso (Macedo, 2019).

Outro ponto bastante importante, relacionado ao distanciamento, é a perspectiva de paternidade e/ou genitorialidade à distância. É nesse horizonte relacional que também se apresenta a grande importância das estruturas de comunicação, fornecidas pelas atuais *tecnologias móveis*, que barateiam o custo de manter o contato com a sociedade de origem. Neste quadro, a figura feminina toma um dimensionamento muito maior. Cabe a ela a educação dos filhos, no interior dos quadros éticos de sua sociedade, assim como a manutenção da figura paterna como agente proporcionador do sustento (Tedesco; Mello, 2015). Todos os entrevistados que possuem filhos no Senegal enfatizaram a importância central das esposas no campo educacional e religioso dos filhos. O fato de terem de se separar da vida familiar para poder tê-la sustentando-a financeiramente, de abrir mão de horizontes da paternidade, da educação e da presença física no crescimento dos filhos, de uma vida sexual ativa, acaba por produzir novas relações de gênero, novos papéis sociais e esferas de poder. A paternidade à distância, o *status* social masculino configurado pela existência da mulher como esposa e mãe de seus filhos, o papel dos sogros/sogra, o fato das mulheres emigrarem menos, a comunicação à distância entre genitores, o retorno temporário do marido, enfim, um amplo processo relacional e simbólico que revela dinamismos culturais, simbólicos, religiosos, econômicos e sociais.

A questão do transnacionalismo sempre esteve presente nos estudos sobre imigração, mesmo sem ser identificado. As mulheres, nos últimos anos, estão em evidência nas análises sobre o “transnacionalismo dos afetos” (Ambrosini, 2008). Elas intensificam os vínculos transnacionais familiares. Na realidade, independente de relações de gênero, o codesenvolvimento é um campo de ação produzido por imigrantes, autóctones e membros da sociedade de origem, com a intenção de melhorar ambos os territórios em que a imigração se realiza, valorizando competências, integração social, cidadania social e política, bem como competências e mobilização de ações coordenadas de múltiplos atores e agentes institucionais para, no intercâmbio, produzir transformações nos dois países envolvidos (Grillo, 2000).

Como diz Portes (1996), são processos que definem comunidades transnacionais múltiplas, as quais têm como característica a construção global de localidades ou os elementos identitários referenciados à globalização. Diz Ramos (2012, p. 89), que é necessário “considerar o migrante numa perspectiva transnacional, com múltiplas relações (familiares, econômicas e sociais), colocando em intercontato o local e o global, em termos de desenvolvimento. A dupla pertença mantém a presença do emigrante no exterior, mas com ligações à sua terra natal, adotando estratégias de vida com múltiplas afiliações e identidades”. Segundo Harris (2000, p. 67),

[...] a imigração demonstra que nos países desenvolvidos existe uma demanda de trabalho insatisfeita. Quanto mais estes países progridem, tanto mais se tornam dependentes da produção feita de trabalhadores sub-pagos, seja como emigrantes, seja em seus próprios lugares de origem. Os imigrantes dão prova clara da crescente necessidade de serviços ou de produção fornecida por trabalhadores mal-pagos.

Em razão de determinadas formas de analisar a questão, é possível perceber e lançar mão de formas complexas de controle interno do movimento migratório. Como diz Marabello (2009), a dimensão transnacional evoca e reconstrói relações sociais efetivas pelos circuitos de informações, produtos, pessoas em tempos e situações que configuram simultaneidade. Há bidireções, bifocalidades de práticas quase que cotidianas que se desenvolvem (Marabello, 2009) e conectam países diversos (Vervotec, 2004; Ambrosini, 2017).

A globalização e sua conseqüente internacionalização de fatores produtivos e mercantis poderiam auxiliar na redução dos fluxos migratórios internacionais se os grandes grupos investissem nos países pouco desenvolvidos, criando ocupações laborais, bens locais, produção agrícola e possibilidade de exportação. O problema é que grande parte dos recursos que migram se apresenta no campo especulativo, de curto prazo, tornando muitos dos países, que adotam uma prática aberta de atração desses recursos, cada vez mais sensíveis e vulneráveis às flutuações desse mercado. É o caso do Senegal, do Peru e de alguns municípios do Brasil. As barreiras comerciais de alguns países, por força de pressão política e econômica, foram reduzidas. Os países

ricos pressionam os países pobres para não bloquear os fluxos comerciais. No entanto, esses mesmos países praticam muito pouco o tão propalado livre comércio, a abertura econômica e o antiprotecionismo. Tarifas de importações elevadas e quotas de entrada de produtos estrangeiros são as práticas mais comuns adotadas por países ricos para proteger a produção e o mercado interno, assim como as próprias indústrias mais vulneráveis.

O transnacionalismo econômico se expressa também nas mudanças de câmbio financeiro, as quais, também, produzem migrações, pois a valorização de uma moeda e a desvalorização de outra induzem a decisões, racionalidades, vínculos internacionais entre imigrantes. Um senegalês disse que “trabalhar aqui e trabalhar nos Estados Unidos é o mesmo, só que lá se ganha em dólar e aqui em reais, então, eu estou pensando em ficar aqui mais um tempo e ir para lá; tem muitos que estão fazendo isso”. O câmbio vantajoso também é um ingrediente nas decisões dos imigrantes, bem como nos incentivos existentes no interior do país de origem para espaços onde seja possível essa otimização.

Países da África recebem grandes quantidades de remessas de imigrantes. Em razão disso, passou a ser um bom negócio *mandar* gente para outros países, em particular, para a Europa e Estados Unidos. Estima-se que quase quatro milhões de senegaleses estão espalhados pelo mundo (Idos 2021). Em 2017, as remessas dos imigrantes atingiram 17% do PIB do país (em torno de U\$ 2 bilhões) (Sakho, 2017). Em 2021, elas representaram em torno de 21% (Idos, 2022). Segundo analistas, isso vem provocando uma grande dependência do país em relação ao dinheiro enviado pelos imigrantes e, também, não necessariamente promove o desenvolvimento interno, ou seu uso produtivo, em razão de que não é investido em setores que mais necessitam e que sejam germinadores de uma melhor qualidade de vida para a população em geral. Pesquisadores do país enfatizam que há cidades em que em torno de 80% da população depende desse dinheiro externo (Fall; Gamberoni, 2020; Marini, 2015; Fall, 2016).

Dinâmicas transnacionais de imigrantes desenvolvem também o fenômeno da *glocalização* (Ramos, 2012), ou seja, processos simultâneos entre globalização e localização. Horizontes que se revelam cosmopolitas, mas que se alimentam pelo pertencimento territorial local/regional e desterritorialia-

lização da identidade ligada aos pontos de origem com formas múltiplas de identificação.

Enfim...

Há uma familiaridade entre globalização e transnacionalismo, pois os imigrantes, ainda que nem todos o façam ou têm condições e motivos para o fazer, desenvolvem relações sociais de natureza múltipla “ligando as sociedades de origem e as de acolhimento, construindo espaços sociais que atravessam as fronteiras geográficas, culturais e políticas” (Ramos, 2012, p. 65). Vários foram os senegaleses que disseram que falam quase todo o dia com a mulher e perguntam como anda a formação religiosa e/ou as práticas de seus filhos. Há uma preocupação de pais imigrantes em razão de sua distância e de um possível desleixo por parte dos filhos. A emigração de senegaleses, por exemplo, ganha tons de uma expressão do território religioso muçulmano, ou seja, aonde se vai esse vai junto, torna-se “território móvel” (Della Puppa, 2013). Na medida em que esses processos possibilitam representações e condutas tomadas especificamente pelo seu significado religioso, a migração torna-se também um espaço religioso de forma específica e territorial (Prençipe, 2010). O território religioso transcende fronteiras, porém é redefinido em razão dos espaços limitados a que imigrantes pertencem e se situam nos espaços de destino. A sua extensão se processa em razão de sua dimensão transnacional impressa pelas crenças, princípios e rituais.

O campo religioso auxilia na definição dos casamentos, dos acordos entre as duas famílias. Um imigrante bengali, em entrevista, disse que pode haver alguma flexibilização com alguém do credo Hindu, em razão da proximidade com a Índia, mas muito raro e com o consentimento grupal (familiar e da comunidade de pertença) e da Igreja. O interlocutor exalta a mesquita que frequentava em Daca e faz comparações com a que frequenta em Passo Fundo. “Lá, tudo é muito bonito, tudo parece com mesquita; aqui não, tudo é improvisado, é do jeito que dá, como disse nosso líder na primeira vez que eu fui”. Diz ele sentir muita saudade. “Era bom ficar no meio de tanta gente, aqui tem só alguns, porque muitos trabalham quando eu venho; essa aqui

não tem cara de mesquita”. No entanto, ele racionaliza seu discurso afirmando que “é melhor ter assim do que não ter”. Ele sabe de muitos imigrantes que estão em várias cidades do Brasil, que não possuem um espaço coletivo e institucional para realizar seus rituais: “nós, ainda, algum espaço temos”. O interlocutor enfatiza a importância da mesquita para além de sua dimensão religiosa, como local de encontro, sociabilidade, festas, discussões sobre direitos, legislação, aprendizagem da língua árabe, notícias e intercâmbios sobre seus países de origem.

Nessa ótica, para muitos atores sociais, religiosos e econômicos, a migração transnacional é vista como uma estratégia, uma ação racionalizadora, que orienta práticas, aspirações familiares de mobilidade e *status* social, credos a serem seguidos, etc. (Sakho; Diop; Awissi-Sall, 2011). Nesse sentido, coletivos de imigrantes, na relação com seus territórios, obrigações e vínculos, produzem experiências de codesenvolvimento, pois acionam práticas em redes de cooperação descentralizada, negociações com atores e instituições sociais, dentre as quais destacam-se as igrejas, associações, núcleos familiares, esferas governamentais e não governamentais voltadas para essa dimensão, de uma forma ágil, informal e menos burocrática, descentralizada, como estratégia de agentes (Bourdieu; Wacquant, 1992), mas, também, na mediação institucional bem específica e que pode ser transnacional.

O desenvolvimento e/ou o codesenvolvimento econômico só é possível se for acionado de forma transnacional. As suas dimensões econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais devem se associar ao cotidiano das responsabilidades dos imigrantes com as suas famílias, as quais também variam em intensidade no decorrer dos anos. Desse modo, as remessas passam a ter múltiplos significados e importâncias. Veremos melhor isso no próximo capítulo.

CAPÍTULO XII

Remessas - racionalidades e estratégias: *aspectos relacionais e de desenvolvimento*

SABEMOS QUE NA DECISÃO DE EMIGRAR, comumente, estão presentes as famílias, parentes e amigos, muitas vezes, os conhecidos já migrados, os retornados, dentre outras situações e sujeitos. Entre senegaleses e haitianos que pesquisamos, isso foi expresso com grande evidência e objetividade. Disseram alguns deles, em entrevistas, que houve empréstimos de dinheiro, recursos recolhidos entre várias pessoas, atividades exercidas por quem ficou e que estavam sob a responsabilidade de quem emigrou. “Eu já estava com dívida antes de chegar aqui, depois, mesmo aqui, precisei pedir emprestado muito dinheiro para me organizar aqui. Eu não tinha nada, só a roupa do corpo e nem mais dinheiro tinha quando cheguei”, diz um senegalês entrevistado em Chapecó. Há especificidade entre eles, porém sentidos e (situ)ações se assemelham, fazem parte das histórias de vida deles. Venda de propriedades e de outros pertences de valor financeiro viabilizaram também o deslocamento. Desse modo, na específica mobilidade de um sujeito, circulam vários recursos, além de que há, em geral, a obrigação de viabilizar a emigração de outros que podem ser familiares (reagrupamento de um cônjuge ou filho/a) ou conhecidos e amigos.

Já mencionamos que imigrantes carregam consigo relações, obrigações, sonhos, afetos, dinheiro, expectativas, obrigações, conectividades, conflitos, problemas familiares, etc. (Macedo, 2019; Marabello, 2009). As remessas financeiras (envio de dinheiro) tecem, conectam e materializam essas relações todas. Por isso que imigrantes, em todo o momento de nossas entrevistas, falam que estão aqui para trabalhar e enviar dinheiro para a família. Eles lutam para garantir isso. O primeiro elemento, o trabalho, assegura o segundo e os

demais. Ficar sem trabalho/emprego, para eles, é muito problemático, pois várias pessoas dependem deles. Para cada um deles, há um coletivo que demanda seu auxílio. Os horizontes da dádiva estão presentes com muita força e possuem uma tenacidade significativa e profunda para os imigrantes.

Este breve capítulo quer situar alguns elementos que envolvem o envio de dinheiro aos familiares. A literatura que revisamos aborda esse processo definindo-o como remessas por estarem alimentados pela ótica financeira, porém elas não se esgotam nessa dimensão. Buscamos correlacioná-las em incipientes pinceladas, ao horizonte do desenvolvimento, nos espaços de origem dos fluxos. Para ver isso de uma forma mais aprofundada, necessitaríamos de mais tempo e condições de pesquisa, que, infelizmente, não foi possível. Aqui serão fornecidos apenas alguns esboços desse processo. Muito já foi dito de uma forma dispersa no interior de outros capítulos. Por isso, daremos unicamente uma maior especificidade analisando algumas de suas relacionalidades transnacionais e sentidos implícitos.

O envio de dinheiro e suas múltiplas funcionalidades e limites

Só para termos uma ideia de um curto tempo, as remessas mundiais em 2017, foram em torno de 620 bilhões de dólares. Em 2019, atingiram 714 bilhões de dólares, com um aumento de 3% em relação a 2018. Em 2020, reduziram um pouco em razão da pandemia e da crise econômica, chegando a patamares próximos a 600 bilhões de dólares (Merotta, 2021). Tendo esses dados presentes, em 2019 e 2020, o tema do desenvolvimento foi objeto de muitos debates nas esferas pública e midiática, principalmente europeia, em particular, no Parlamento Europeu. O consenso que havia era de que a ajuda econômica aos países de saída de grandes fluxos, conforme já demos ênfase em vários momentos de nosso escrito, poderia reduzir ou até estancar a emigração. Contudo, segundo vários especialistas do tema, esse processo não é bem assim, além de revelar falta de bom senso e de conhecimento mais profundo das causalidades que produzem a emigração, da fuga de cérebro e do fato de que alterações estruturais em termos econômicos não se muda da noite para o dia, nem mesmo enviando dinheiro, o qual, muitas vezes, é mediado por

instituições públicas e/ou privadas pouco idôneas e/ou não são conhecedores da realidade de países de destino destes fluxos.

Não obstante, entendemos que as remessas, as atividades transnacionais correspondentes e o retorno ao local de origem de muitos imigrantes, com base em planejamento, mediações institucionais, associações, ampla participação política e de capitais variados, sendo bem administrados e racionalizados, podem revelar-se como estratégias de algum princípio de desenvolvimento, nem que seja numa instância local/regional, num bairro periférico, num vilarejo rural, dentre outros possíveis espaços. Não é porque os elementos que poderiam reconfigurar o desenvolvimento sejam difíceis, de longo prazo, com profundas e amplas variáveis, remodelando, inclusive, ações de países que produzem formas neocoloniais, que nada deva ser feito. São intervenções e projetos pelos quais os imigrantes podem ser capazes de se mover no interior de redes sociais e econômicas transnacionais e, com isso, empenharem-se no desenvolvimento do próprio país de origem, mas, também, visando a possibilidade de retorno aos locais de partida. O *bem administrado* que mencionamos expressa-se nas necessidades efetivas da população mais carente, que não sejam projetos de cooperação esporádicos e ocasionais, de impacto limitado, e que estes possam envolver uma multiplicidade de atores não institucionais nos diversos territórios locais. O elemento central deste processo é a concepção de que imigrantes podem se tornar atores do desenvolvimento (Daun, 1998; Marini, 2015; Baggio, 2019), porque são capazes de transformar as suas relações e o seu capital social e humano em recursos. A mediação da esfera religiosa também demonstra ser fundamental.

Olhando os números das remessas, essa soma toda, sem dúvida, imagina-se que deva ter um impacto forte nos países que as recebem, porém, a realidade não é tão natural assim, há uma série de elementos envolvidos e pré-condições necessárias. Certamente que os imigrantes jogam um papel importante nesse processo e deve-se potencializá-los e reconhecê-los ainda mais. É importante conceber que a migração internacional é parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico em ambos os países. Como vimos em capítulo anterior, há muitas dimensões presentes na noção de desenvolvimento, principalmente a possibilidade de liberdade de escolhas, acesso à educação, moradia digna, alimentação adequada, segurança, serviços de saúde-

de, liberdade política, cultural e religiosa, e tantos outros universos que nos permitem vida longa e sã (Haq, 1998, apud Baggio, 2019, p. 106), bem como o direito a não emigrar, pois a migração deveria ser uma escolha, e não uma necessidade e/ou pressão e obrigação (ONU, 2016, apud, Baggio, 2019).

Muitas vezes, as remessas financeiras compensam questões ligadas à pobreza, aos limites das condições vividas e tornam-se uma esperança, um conforto, um recurso para melhorar a vida da família e do seu local. Já mencionamos que há, ainda, remessas sociais, as quais se expressam nos conhecimentos adquiridos, comportamentos, capital social incorporado pelos imigrantes que, também, podem ser transferidas e incorporadas para e na comunidade de origem dos imigrantes (Ambrosini, 2009, 2020). Essas, porém, podem se expressar em proporção menor, são menos visíveis e objetivas, mas podem ser portadoras de mudanças e/ou de desenvolvimento social (melhor educação, maior potencial de consumo, melhores condições de moradia e bem viver para famílias, dentre vários outros aspectos) (Ramos, 2012; Baggio, 2019).

Há uma literatura no campo das migrações internacionais que, juntamente, com as remessas financeiras e sociais, discute as “remessas da dor”, que expressam as transferências de sofrimento para os que ficam, as comunidades de origens, seus espaços de raiz, de pertencimento, bem como o temor de perder a vida nos deslocamentos, realidade essa muito comum na atualidade, situações constrangedoras moral e financeiramente, além de riscos de serem detidos em prisões sem direito à comunicação externa, sem as mínimas condições de dignidade e decência humana, com total ausência de direitos humanos, com sofrimentos intensos para as vítimas e para as famílias que ficam sem saber como agir, sem ter informações (Cantalapiedra, 2022; Boss, 2001; Ramos, 2012). Isso vem se evidenciando há décadas em várias fronteiras nacionais, em traslados marítimos, dentre outras ações estratégicas, na tentativa de grupos empobrecidos para chegar em outro país. As remessas de dor podem também se expressar nos retornos de imigrantes, uma vez que, por vários motivos, seu empreendimento não deu certo, deixando suas famílias em situação ainda pior, pois o desembolso financeiro para o traslado deixou-as ainda mais vulneráveis em termos econômicos, quando não os próprios imigrantes retornam com sequelas físicas e morais em razão de abusos sexuais, físicos, morais, dentre outros (Cantalapiedra, 2022).

As múltiplas tentativas de imigrantes que, não dando certo uma vez, buscam empreender o mesmo ou outro trajeto, revelam isso, assim como outros imigrantes que desistem, porque não querem reviver a experiência anterior. Um imigrante senegalês que entrevistamos anos atrás, ao ser perguntado se traria sua esposa e filho para viver com ele no Brasil, respondeu, de uma forma enfática, que não queria de forma nenhuma que ela passasse o que ele passou. “O que eu vi e vivi não quero para ninguém, muito menos para minha esposa e filho; se for com documento, de avião, aí sim, vou lutar até ter os documentos e poder trazer. [...]. Isso vai levar alguns anos, mas vai dar, estou acreditando nisso”. Após quatro anos de permanência no Brasil, ele conseguiu reagrupar sua família e reside na cidade de Passo Fundo. Ele é um de nossos entrevistados e que deseja, segundo o que nos informou em agosto de 2022, “deixar a mulher aqui e ir para os Estados Unidos”. Ou seja, lutou para reagrupar a família, agora está pretendendo fragmentá-la novamente e tentar melhores condições em outro país, enfrentando situações muito complicadas, perigosas e inseguras, além de altamente dispendiosas de recursos financeiros e de outros horizontes.

Além dos translados, há os retornos forçados, as deportações, as quais expressam o fracasso dos projetos migratórios. Algumas dessas relacionidades do campo migratório podem se dar em tempos curtos de experiência de imigrante, por recém ter entrado no país; outras, após alguns anos, em razão de um problema vivido ou de vencimento de documentos e do impedimento da renovação de permanência, tornando-se irregular. Situações estas em que alguém da família é deportado, mas outros membros permanecem, tornando o desejo do retorno para junto dela uma obsessão e a necessidade de empreender, uma luta para assim o fazer. É o que, em geral, vem sendo feito na fronteira com o México pelo governo americano. Imigrantes, ao serem detidos, se houver famílias e filhos pequenos, a estratégia é promover a separação de cônjuges. Em geral, depois de algumas semanas, a mulher e filhos são deportados ou mandados de volta para o México, deixando o marido por mais tempo detido em alojamentos/prisões (pois, em geral, ficam com detentos e são tratados como criminosos) sem nenhum contato com a esposa, sem saber em que situação ela se encontra e sem a possibilidade de saber como está o marido. Essa é uma dimensão da dor que as realidades das fronteiras atuais produzem e a americana com o México, por excelência.

Os elementos que compõem esses tipos de *transferências* (denominamos de *remessas* em suas várias qualificações) são muitos, variados e vividos com sentimentos profundos; podem também se expressar quando a experiência migratória se revela em condições precárias, de vulnerabilidade pela repressão, não aceitação, estigma de ser imigrante, de não poder desenvolver potencialidades laborais, não integração social, precárias condições habitacionais, ausência de cidadania e direitos humanos.¹

De qualquer forma, as remessas, como já mencionamos em vários momentos, permitem manter vivas as relações entre quem partiu e quem ficou, dimensionam o campo afetivo, as obrigações, compensações, sobrevivência, consumo, solidariedade e relações sociais com os que ficaram (Caneva; Bonizzoni; Ambrosini, 2009).² Isso produz uma necessária comunicação à distância, manifestando vínculos sociais de longa duração (Ambrosini, 2009), mesmo em espaços longínquos. As remessas contribuem para manter e alimentar múltiplas redes de relações que viabilizam os fluxos migratórios, expressam a consciência da distância e a frustração da impossibilidade de um contato face a face.

Além disso, há as remessas sociais (interações geográficas e trocas culturais), as quais produzem transformações nos dois territórios. São atores estratégicos das relações internacionais e da globalização. “As remessas utilizadas para fins de consumo ou de investimento, trazem benefícios às famílias, às comunidades e aos países que as recebem, pelo que devem ser feitos todos os esforços para intensificar o seu impacto no desenvolvimento” (Ramos, 2012, p. 96). Diz a autora que “as mulheres migrantes contribuem, cada vez mais, para as remessas enviadas para o país de origem, com vantagens para este no plano social, educativo e sanitário (Ramos, 2012, p. 65). Isso se deve à capacidade de gestão delas, do fato de incorporarem obrigações familiares, das dificuldades enfrentadas para emigrar e do esforço para tornar compensador o ato. “As mulheres e homens migrantes formulam estratégias de transição entre as normas e os valores das sociedades de origem e de aco-

¹ Ver CANTALAPIEDRA, E. D. Remesas de dolor. 2022, <https://migracion.nexos.com.mx/2022/01/remesas-de-dolor/>. Ver, também, BOSS, P. *La pérdida ambigua. Cómo aprender a vivir con un duelo no terminado*. Barcelona: Gedisa, 2001.

² CANEVA, E.; BONIZZONI, P.; AMBROSINI, M. *Ritrovarsi altrove. Famiglie ricongiunte e adolescenti di origine immigrata*. Milano: Fondazione ISMU, 2009.

lhimento contribuindo para novas dinâmicas culturais, familiares, demográficas e econômicas” (Ramos, 2008, p. 87).

Em geral, até bem pouco tempo, eram só quase os homens que emigravam, porém, as mulheres já estão em grande dinamismo. A emigração de mulheres senegalesas, por exemplo, intensificou-se na década de 1990, provocando profundas transformações na família, nas relações de gênero, pois elas, culturalmente, sempre foram apreciadas no contexto da vida familiar. As mulheres imigrantes passaram a contribuir de uma forma mais intensa na economia familiar. Os estudos mais recentes indicam que nas maiores cidades, dentre elas, Dakar, a proporção que era de sete homens para três mulheres em 1990, passou de três homens para duas mulheres em 2014 (Sakho; Dial, 2014) e, segundo dados de 2021, estão em situação de proximidade de igualdade (Idos, 2022). Ambos buscam, pela emigração, promover *status* social ao grupo familiar, mediante responsabilidade moral de ambos os cônjuges em redistribuir seus ganhos no interior do grupo (Goldberg, 2003). “A migração é muitas vezes interpretada como um rito de passagem, um marco importante no *curriculum* individual. Seria preciso partir para ser homem, ter um *status* social ou reconhecimento” (Fall, 2010, p. 2).

Os filhos imigrantes são a esperança da família. A mulher é valorizada na família pelo sucesso de seu filho. Desse modo, mães tentam constituir redes e vínculos para viabilizar a emigração de filhos e/ou delas mesmas. “A concorrência entre coesposas leva a mãe a financiar o projeto migratório de seu filho através de suas economias” (Shako; Diop; Mboup; Diadiou, 2015, p. 42). Redes familiares, de parentela, de correionalidade, de agrupamento religioso, de amigas e de interconhecimento, vão produzindo processos migratórios e as mulheres também otimizam essa realidade. O caso de brasileiras na Itália, que estudamos anos atrás, revela bem isso; elas representavam mais de 70% dos imigrantes brasileiros no país e serviam-se das mesmas redes, processos e vínculos que os homens para chegar até o país de destino.³

³ Ver TEDESCO, João C. *Entre raízes e rotas: identidades e culturas em movimento. Aspectos da imigração brasileira na Itália. Vale do Itajaí/Passo Fundo*, Univali/UPF Editora, 2012. TEDESCO, João, C. *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais. Porto Alegre/Passo Fundo/Chapecó*, EdiPUCRS/UPF Editora/Argos, 2010.

Reconfigurar papéis e o dever de família

Como já enfatizamos anteriormente, os retornos às famílias são racionalizados, projetados e justificados por várias circunstâncias; os definitivos são substituídos pelos alternativos e algumas situações deixam de ser afetivas para serem efetivas. Solidariedades *circulam* também e se *movimentam* nos territórios como trocas sociais, ajudas ascendentes e descendentes (Caneva; Bonizzoni; Ambrosini, 2009; Donfut, 2006).⁴ Preponderam, nesse cenário, as lógicas das necessidades (empréstimos ascendentes para viajar ou para outra reserva no cenário migratório), como forma de desenvolver os circuitos dos dons e contra dons.

Minha família tem algumas posses, eles me ajudaram a vir, mas foram amigos que me ajudaram mais; eu mesmo já ajudei um a vir. No Senegal é assim, há solidariedade, a religião ensina para nós assim, ter confiança em nós, não pensar só para nós, é eu e o outro. A religião diz que somos uma comunidade [...] a chance deve ser para todos, isso quem ensina a nós é o Bamba [líder religioso da confraria Muride]. (Fragmento de entrevista direta com senegalês em sua residência em Passo Fundo).

No espaço de origem, há o sentido de responsabilidade, que motiva a ação solidária e que pode ser expressiva do sonho de quem migra: “deixar todos bem”, “a chance deve ser para todos”, “saber que podemos ajudar muitas famílias lá, nos dá uma grande satisfação, me sinto como Serigne Bamba disse, que tinha de ser todos os imigrantes: ‘solidários com os que saem, mas responsáveis com os que ficam’”, “plantamos mais de dois hectares de banana com o dinheiro que envio, eu estou investindo lá [...], meu irmão e irmã, lá eles se viram, eu ganho um pouco também, mas é para eles viverem melhor, eu estou bem aqui, então quero que eles também estejam bem lá e preservem a terra que era da família lá”. A família está envolta em sentimentos que vão se alterando com o andar do tempo. Um entrevistado disse que “retornar seria muito bom, mas nem sempre é possível, são poucos os que conseguem ficar um tempo com os filhos no Senegal”. Imigrantes dizem que fazem um

⁴ DONFUT, C. A. *L'énracinement*. Paris: Armand Colin, 2006.

grande sacrifício para seus filhos, que “a mulher diz sempre isso para eles, dá uma boa imagem da gente”. (Fragmentos de entrevistas com senegaleses em Passo Fundo e Chapecó, em janeiro e julho de 2022).

Entrevistamos alguns imigrantes que haviam retornado do Senegal e de Bangladesh ao Brasil (dois deles ficaram mais de três meses lá, outros em torno de um mês). O discurso de ambos é praticamente o mesmo, ou seja, de que aproveitaram a poupança que fizeram (um deles, pediu demissão para ganhar seguro desemprego), ficaram com a família quase um mês, recompu- seram suas relações familiares de uma forma presencial e sua identidade de pai, investiram seu dinheiro em algo por lá, visitaram parentes e familiares, estiveram com amigos, foram para os locais mais amplos de oração, dentre outras presenças e vínculos reatados pela presencialidade. Nenhum deles informou que incentivou ou trouxe junto algum outro/a imigrante, porém dizem que sabem que suas ações, pelas remessas, por serem importantes lá (capital social do migrante internacional), tornam-se ou produzem exempla- ridades e que poderão induzir desejos de ser migrante, inclusive, “de vir para cá”. Sabemos que os retornos, como diz Minvielle (2020), “frequentemente tomam a forma de um rito consagrado à realização dos migrantes. Etapa im- portante dos percursos migratórios, essas permanências no país oferecem ocasião aos emigrados de demonstrar os sinais exteriores de riqueza adqui- rida. Ao distribuir dinheiro e presentes, eles incorporam um novo prestígio social junto aos familiares e ao entorno social” (Minvielle, 2020, p. 92).

Chevalier-Beaumel e Morales (2012) analisam a paternidade à distân- cia no cenário migratório e enfatizam a questão do estranhamento quando do retorno de férias. Eles analisam a necessidade que pais têm de redefinir papéis, do fato de serem auxiliados pelo sogro/a no cuidado dos filhos em razão das ausências, enfatizam que o dinheiro enviado e os contatos físicos com hiatos de alguns anos precisam ser representados como sacrifício dos pais em prol da família, como uma necessidade para melhorar de vida. Como compensação disso, as mulheres/mães que ficam, promovem a educação dos filhos. Ambos devem se sentir recompensados por permitirem um futuro melhor para a família, algo que seria, segundo entrevistados, bastante difícil no Senegal. “Quando eu ligo, eu falo para ela [esposa] dizer para os dois fi- lhos que eu estou trabalhando, que aqui não é fácil, bem como é ruim para

mim não poder ver eles crescerem. Isso é o mais triste e difícil para nós aqui”. Outro entrevistado que estava junto na entrevista, ao ouvir o que o colega disse, fez questão de enfatizar que “quando estou desempregado, nem digo, para não deixar ninguém lá preocupado e com temor de que não vão ter dinheiro; faço uma pequena poupança aqui em meu nome e, quando acontece isso, tiro desta e envio para lá até arrumar trabalho, me organizo assim; tem mais gente que faz assim também aqui”. (Fragmentos de entrevistas com senegaleses em Passo Fundo, janeiro de 2022).

A racionalidade da obrigação, da dádiva, de “não deixar ninguém preocupado”, de produzir um caixa, uma reserva financeira para momentos de maior dificuldade, para seguir com as obrigações, com a sua *performance* de pai, marido, filho, neto de quem ficou, fazem com que imigrantes assumam diferentes papéis e vínculos. O recebimento de recursos financeiros, como diz Koff (2014), representa um amplo recurso para viabilizar desenvolvimento das economias das famílias de origem. No Haiti, por exemplo, em 2019, quase 30% de seu PIB era constituído pelas remessas de imigrantes (Idos, 2021). O Senegal teve por vários anos anteriores à pandemia, remessas que representavam mais de 20% do PIB do país.

Segundo Macedo (2019, p, 350), as remessas são “fundamentais para muitas famílias e parentes dos migrantes nos países de origem [...], significam bem mais do que a circulação de valores e bens, constituindo-se em importantes maneiras de sustentar relações e conexões diaspóricas [...]”. Há uma recíproca dependência espacial, afetiva e territorial. Há horizontes ampliados. Por isso, os recursos financeiros enviados podem, se bem geridos, serem indutores do desenvolvimento, tendo os imigrantes como agentes. Na análise de Macedo (2019, p. 350), “os vizinhos também esperam contar com os que migram e quando têm alguma emergência, vão à casa da família e dizem, ‘vocês que enviaram seu filho ou sua filha, agora precisam pedir para seu filho ou filha nos ajudar’”.

Elementos como sustentação afetiva, obrigação financeira e moral, vínculos, confiança e lealdade estão presentes e se autoafirmam no ato de emigrar, num processo decisivo em que a família participa, resultando na necessidade de negociações para viabilizá-los (Assis; Campos, 2009).⁵ Não

⁵ ASSIS, G. de O.; CAMPOS, E. C. De volta para casa: a reconstrução de identidades e emigrantes retorna-

há dúvida que não é nada fácil para as famílias se reorganizarem no espaço de origem em razão da saída de algum membro, principalmente se for marido/esposa com filhos. Alguns desses limites são sanados, mas outros são produzidos, pois novas relações demandam novos formatos. O novo contexto produz, reproduz e rompe relações já consolidadas em um dos espaços, mas expressa novos dilemas (Scabibi; Rossi, 2008).⁶ A emigração passa a ser uma saída para a reconfiguração dos papéis, que serão reincorporados pela dinâmica do dinheiro e não tanto pelas relações de copresença cotidiana (Della Puppa, 2013). As famílias passam a contar com o dinheiro dos imigrantes, assim como comerciantes nas proximidades do núcleo familiar e setores, em particular, o da construção civil, bem como o campo religioso.

Trabalhar intensamente para ter recursos e enviar a familiares e/ou para empreender em algum momento, correlacionam-se com a moral familiar e com o *dever de família* (Storato, 2011; Della Puppa, 2013; Ambrosini, 2020). Nessa condição, o imigrante se transforma num sujeito econômico transnacional que circula por meio do dinheiro, de seus vínculos, da ponderação de seus gastos, investimentos, consumos e poupança entre um lugar e outro. Um entrevistado nos disse que fica sempre dividido, pois quer fazer algum capital “aqui no Brasil, mas me cobram a todo o momento dinheiro para lá [...] lá eles pensam que nadamos no dinheiro”. Um outro entrevistado reagrupou sua esposa e, em tese, reduziu as obrigações de envio de dinheiro, porém como ele diz, “eles pensam que aqui é que nem em Dubai ou na Inglaterra, o dinheiro aqui vale pouco e as coisas aqui são caras [...]. Por isso que penso sempre como muitos aqui, de ir para os Estados Unidos. Lá se ganha em dólares. Eu sei que é difícil chegar lá; amigos já foram e entraram, outros saíram daqui e não conseguiram entrar. [...]. Aqui eu te digo que sobra pouco dinheiro e eu gostaria de fazer minha vida aqui; minha esposa me cobra sempre quando mando dinheiro para lá, diz que não tenho mais obrigação, mas eu tenho meu pai, tenho um irmão que está lá cuidando deles. Eu saí, ele não, ele ficou para cuidar dos nossos pais, então, eu tenho de ajudar ele lá. Se ele sair, quem vai ficar? Alguém tem de ficar. Como vou trazer eles aqui? Então,

dos. In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.1, n. 22, p. 80-99, jul./dez., 2009; ver, também, SALES, T. et al. *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁶ SCABIBI, E.; ROSSI, G. *La migrazione come evento familiare*. Milano: Vita e Pensiero, 2008.

eu me sinto com a obrigação” (Senegaleses entrevistados em Passo Fundo, janeiro de 2022).

O dinheiro enviado às famílias cristaliza o imaginário dos jovens em países desenvolvidos, demonstra que sua decisão de emigrar foi correta. Com isso, imigrantes contribuem para atenuar a crise financeira ou o risco econômico dos familiares. Eles dinamizam um processo internacionalizado das trocas e de capitais. A lealdade do emigrante em relação à sua família se revela nesse âmbito. As remessas expressam a sua identidade atual, que se vislumbra no horizonte do protagonismo de sua ação e de seu duplo pertencimento territorial. O *status* social do imigrante ganha performance positiva em relação aos que ficam, pois é ele que dá garantias de sobrevivência ao núcleo. Os que ficam buscam dar garantias de manutenção da família como núcleo central da reprodução social, cultural, parental, religiosa e genealógica.

Já mencionamos que há, também, *remessas sociais* (interações geográficas e trocas culturais) que produzem transformações nos dois territórios, ou seja, imigrantes, com isso, passam a ser atores estratégicos das relações internacionais e da globalização (Caneva; Bonizzoni; Ambrosini, 2009; Sassen, 2008). Esse processo auxilia na vida distante (Lahlou, 2004), propicia fluxos constantes no interior do grupo doméstico e, principalmente, nas obrigações e questões de gênero. É por isso que as migrações se ligam a horizontes amplos e dinâmicos. Elas envolvem renovação, alteração de hábitos, provocam crises, implicam em separações e rupturas de um equilíbrio existente, denotam perdas, ganhos, aberturas e fechamentos, encontros e realizações de múltiplos fatores no campo pessoal.

Trabalhar intensamente para sobrar dinheiro e enviar a familiares e/ou empreender em algum momento correlacionam-se com a moral familiar e com o *dever de família* (Ambrosini, 2008), que circula através do dinheiro, de seus vínculos e da ponderação de seus gastos. Esse processo faz com que muitos dos senegaleses que estão em Passo Fundo e Chapecó, como vimos, trabalhem de empregados durante a semana e, no final de semana, vendam produtos nas ruas, principalmente produtos esportivos, capas de celular, roupas e passagens de transporte urbano, bem como em restaurantes no domingo de manhã até pós-almoço, dentre outros espaços.

Não cansamos de enfatizar que a vida do imigrante se baseia no traba-

lho. Este representa um ato de fé e de obrigação moral, ultrapassando o sentido econômico que carrega; há o enaltecimento do sacrifício, das privações da vida longe da família e pela família. O trabalho e o seu sacrifício tornam-se santificantes (Malomano; Fonseca; Badi, 2015). Ele é visto como um meio de satisfazer as necessidades e ser útil à comunidade de pertencimento (religiosa, família ampliada, região de origem). Se constitui numa estratégia de identificação e aceitação social na sociedade de destino, na mesma proporção na de origem. Os dois horizontes espaciais se complementam e se conectam pelo ato do trabalho. As dificuldades experimentadas pelos imigrantes também se relacionam ao campo subjetivo (Ambrosini, 2008).

Imigrantes entrevistados enfatizam, ainda, a importância de que os filhos amem seus pais, seu país, a língua e as tradições de origem. Diz um imigrante: “a gente fica bastante junto, porque é uma situação difícil para nós, para nós estar aqui, nossa cabeça está voltada para lá. Quando vamos para lá, sentimos a necessidade de sair de lá [...]. Quando a gente retorna, tu vê tudo mudado; fora da família, parece que todos te abandonaram. [...]. Mas se ficarmos em sintonia com eles lá, isso fica menos distante. Os filhos não devem esquecer os que ficaram. Eu só pude migrar, porque um irmão meu ficou cuidando dos pais. Temos muitas obrigações com eles todos lá”.

Segundo Scidà (2001), no retorno, o imigrante repensa sua identidade, seus vínculos com o país de origem, há um estranhamento como se fosse uma penalidade por ter deixado o país. Inclusive, segundo ele, o fenômeno religioso se altera em alguns aspectos, em geral, sofre alguns *afrouxamentos* ou é flexibilizado em suas múltiplas obrigações. O imigrante é colocado sob suspeita em sua fé devido a sua inserção em cenários que não são centrais de manifestação religiosa, além de que a cultura ocidental (de uma forma genérica), seus valores, não são os mais aprazíveis na concepção da religião islâmica.⁷

⁷ SCIDÀ, G. Le relazione social dei senegalesi in viaggio verso la modernità. *Rivista di Sociologia Urbana e Rurale*. Milano, a. XXIII, n. 64-65, p. 149-170, 2001.

A economia do *dom*, remessas e a dependência financeira

As famílias separam-se e, ao mesmo tempo, ficam, de uma forma ou de outra, unidas (Ambrosini, 2017). Mulheres deixam seus filhos no espaço de origem e cuidam dos filhos de outras no espaço de destino. A emigração do pai é aceita e entendida como necessária, mas, para uma mãe, é ainda muito controversa, quando não vista de uma forma negativa, de culpa, de possível transgressão, de não estar desenvolvendo seu papel “natural”.

Há dependência de remessas. Por isso, ou a família emigra e deixa filhos a membros da família alargada, para serem educados no país de origem, com valores tradicionais, além de que, o fato de estarem no país de destino, aumenta os custos de habitação, educação, etc. Há uma dimensão moral das migrações. Autores enfatizam que os imigrantes desenvolvem uma “economia do dom” em meio a uma racionalidade que se alimenta pela lógica do dinheiro em seu extremo. Há uma obrigação de auxiliar, que é previamente definida e acordada no interior do campo religioso e, também, da família. Nesse sentido, famílias transnacionais podem produzir redefinições, divórcios e distanciamentos com os filhos, além do temor das mães/esposas de que imigrantes constituam outra família e filhos no local de destino. Por tais motivos, partir para outro país distante pode alterar redes, produzir novas (pré)ocupações, sendo que o cotidiano se altera. Há, comumente, menos controle social e do cenário territorial. Dizem imigrantes entrevistados, que há “muita solidão e nada de lazer”. Desse modo, poderá haver mecanismos de compensação que podem ser transgressores, ambientes mais suscetíveis à separação e novas uniões.

Famílias transnacionais dimensionam copresenças, as quais podem se expressar na forma física e virtual. Migra-se ou não em razão de filhos, de cuidar deles ou de idosos. Eles, possivelmente, terão mais dinheiro na diáspora, mas reduzido recurso afetivo. Pais se desincumbem de muitas ações de cuidados e responsabilidades, por isso, não é incomum a reconfiguração familiar.

O transnacionalismo afetivo ganha feição mais ampla, permite assistir, ver rostos, cerimônias, festejos, etc., porém a ausência física ainda é sentida. Transformações e reconfigurações acontecem nas relações familiares, na

casa, nos serviços domésticos, nos papéis de gênero, etc. Se os pais migram e os filhos não (como é comum entre senegaleses e bengalis), há o fornecimento de recursos econômicos e financeiros para membros da família alargada, que assumem os cuidados (tios/as, pais, amigos próximos). Esse processo permite a migração dos pais, a genitorialidade à distância, os múltiplos e diferenciados papéis familiares, redes familiares, horizontes culturais e morais.

Há vários tipos de ações transnacionais que conectam pessoas e instituições em espaços distantes (Marini, 2015). Elas constroem campos sociais, interligados além-fronteiras nacionais, colocam imigrantes em contatos com não imigrantes, numa dinâmica social regular de vínculos e em tempos contínuos. O transnacionalismo representa um fenômeno comum dos processos migratórios, porém com dinamismo e perspectivas diferentes. Desenvolve-se pela dimensão dos *de baixo*, individual ou coletiva, ressaltando sempre que nem todos os imigrantes são transnacionais, nem todos configuram um duplo pertencimento (Pastore, 2006).

Já mencionamos que imigrantes podem, ainda, estar integrados à economia local, ser agentes de desenvolvimento, com conotações variadas “aqui” e “lá”, ou seja, nos dois espaços, assim como as presenças e ausências são reconfiguradas. Gerenciamento do dinheiro, controle de gastos, investimentos, utilização de remessas, dentre outros aspectos, também revelam esse duplo viver e *estar* dos imigrantes, duas nações, dois lugares de duas nações, espaços os quais há o pertencimento migratório (por isso, alguns falam em translocalismo). Além disso, há associações com dimensões translocais que agrupam imigrantes de um mesmo lugar de origem, as que congregam imigração de vários locais de saída, mas localizadas na mesma cidade, outras que agregam imigrante de um mesmo local de origem, mas espalhados por todo o país ou em rede com vários países. Portanto, há translocalismos transnacionais, dependendo dos locais de destino e de origem, marcados por diversidades e, logo, por uma maior complexidade relacional e de sentidos de grupos e espaços.

Capitais sociais de imigrantes servem para auxiliar nas chegadas e na organização da vida de novos imigrantes, bem como para tornar os imigrantes atores importantes no local de origem (Ambrosini, 2009), podendo alterar o nível de consumo nos locais de onde provêm, receber bens materiais, infor-

mações e ideias novas, além de provocar mudanças culturais, *habitus* cristalizados e idealizações (Marini, 2015; Baggio, 2019).

A identidade dos imigrantes não fica reduzida aos confins nacionais. Alguns autores veem esse processo como paradoxal em termos de *status* dos imigrantes (valorizados no local de origem, com perda de simbologia no local de destino). No entanto, julgamos ser importante ver o estreito vínculo com o local de destino e de origem. Objetos, roupas, comida, música, língua, religião, dança, dentre outras, expressam a transmigração simbólica, a sensação “de estar em casa”. O transnacionalismo permite e é expressão de uma maior participação social do imigrante (Marini, 2015, p. 36), uma maior inclusão social nas duas sociedades, mas pode, também, significar um desleixo, negação para com os valores da sociedade de destino ou fechamento em seu grupo étnico (Marini, 2015), limitando a integração social (Ambrosini, 2019).

O transnacionalismo tem uma relação estreita com as diásporas atuais. Isto é, em razão dos vínculos que os imigrantes atuais possuem entre locais de origem e de destino, estes produzem uma noção de “comunidade transnacional”, a qual conecta imigrantes da sua nação aos espaços de destino e de origem (Pastore, 2006). A diáspora expressa a dimensão de uma identidade coletiva do grupo e explora o horizonte de pertencimento do grupo, da identidade, por meio de identificação simbólica, do sentido de pertencer a uma nação, a um lugar e/ou *passado comum* (Ceschi, 2012), com características culturais e religiosas que se desenvolvem na mobilidade geográfica.

O transnacionalismo expressa a mobilidade entre confins nacionais (Scidà, 2004). A diáspora se relaciona ao transnacionalismo, na medida em que grupos de imigrantes buscam desenvolver em seus locais de destino rituais, festejos, lugares de memória, etc., que expressam seu pertencimento grupal, bem como vinculam-se com seus locais de origem (Marini, 2015; Pastore, 2006). Dimensões materiais e imateriais se cruzam, alimentam-se, permitem estar presente “lá” morando “aqui” (Ceschi, 2012). Elas podem ser expressas pelas remessas e ações que grupos diaspóricos, em dimensão transnacional, podem contribuir com o desenvolvimento econômico.

As remessas, num cenário precário de políticas sociais voltadas à população empobrecida, pelo menos em parte, substituem tais políticas e organizam e/ou auxiliam as demandas por cuidados médicos, de educação,

envelhecimento de membros da família. Vimos experiências nesse sentido em periferias urbanas de Dakar, no Senegal. São expressão de uma dimensão microssocial que imigrantes mobilizam e que possuem um efeito prático, cumulativo, que se expressa na correlação existente entre imigração e desenvolvimento (Ambrosini, 2020).

Imigrantes passam a ser atores econômicos em seus espaços de origem. E para além do econômico, há dimensões emocionais, afetivo-morais, também relacionais, expressas como compensações pelo cuidado de filhos, da casa, de investimentos dos imigrantes, doação e/ou auxílio nas necessidades urgentes. As lógicas desse processo são variadas, expressam relacionamentos, uma espécie de economia moral do pertencimento familiar e social, atenuam as distâncias e as incertezas da separação familiar (Ambrosini, 2019). Faltar com as remessas é não cumprir as promessas de antes de sair. Além dos limites econômicos produzidos por quem fica, sua ausência também significa falhar no papel paterno/materno da respectiva família migrante.

Imigrantes, muitas vezes, vivem situações de precariedade, perdem trabalho, residem em condições precárias, não ganham muito, subtraem lazer, viagens pelo país de destino, poupam ao máximo, inclusive na alimentação e vestuário, para poder enviar dinheiro a quem ficou, realidade essa não ou pouco conhecida e desacreditada pelos filhos e/ou quem fica. Em geral, senegaleses reclamam, nas narrativas de entrevistas, da intensa e sequente demanda de familiares por envio de dinheiro, em torno da ideia equivocada do dinheiro fácil, que “no Brasil se ganha e se gasta aqui com o que não se deve”. Um imigrante senegalês (liderança religiosa do grupo nacional) entrevistado disse que há um grande irrealismo, ostentação e fantasia de sucesso, principalmente “quando retornam para visitar os familiares” em razão de seus presentes, dinheiro no bolso e consumo exagerado de coisas extravagantes. Esses processos todos se tornam representações da migração, dos papéis sociais no interior da família, do fato de ter se deslocado dela, de tentativa de recomposição de obrigações, de pertencer a um espaço/lugar, a um grupo familiar, de ser aceito, de continuar mantendo a promessa e o desejo do retorno definitivo, como é o caso expresso pelos investimentos em moradias modernas, bem como na produção de um *status* social no interior de seu grupo ampliado e, por extensão, de sua comunidade de interconhecimento.

As remessas podem também produzir diferenciações, desigualdades entre as famílias que recebem e as que não, dívidas morais, conflitos, inveja, desgostos quando não são todos contemplados ou o *quantum* imaginado ou previamente acordado. Como diz Ambrosini (2017, p. 116), nas remessas, há transações explícitas e implícitas, visíveis e não, materiais e simbólicas, reciprocidades, ostentação, racionalidades, assimetrias, recompensas diretas e indiretas. Senegaleses que entrevistamos sempre enfatizam a importância e os significados do envio do dinheiro, mas, também, dão ênfase ao fato de que criam dependência, acomodação de alguns que as recebem, falta de consciência da dificuldade e dos sacrifícios vividos pelos imigrantes para ganhar dinheiro, do fato de que familiares e parentes que recebem dinheiro poderiam procurar trabalho “em vez de estar insistindo sempre para mandar dinheiro [...] tem muita gente lá que vive com nosso dinheiro” (Senegalês entrevistado em Passo Fundo, janeiro de 2022).

O envio de remessas produz no imigrante um direito moral de reconhecimento, de exigências em relação a quem recebe, transfere poder, de que os que dependem do dinheiro sejam cuidadosos com os filhos e idosos, bem como na aplicação do dinheiro. Em geral, a *economia das remessas* (Ambrosini, 2009) é sempre uma dimensão eivada de tensões e conflitos. Há questões de gênero presente, pois mulheres que administram o dinheiro e os investimentos, ganham também outros papéis sociais, fato esse que as diferencia de outras mulheres/esposas que não possuem maridos e/ou filhos migrantes. Desse modo, há outros horizontes *produtivos* que se expressam em investimentos emotivos, simbólicos, comunitários, territoriais que, no âmbito dos locais de origem, são importantes, principalmente para as mulheres que, no caso senegalês, se há filho(s) na família, elas migram menos. Melhorias na alimentação, na saúde, no cuidado com os idosos, nas escolas, etc., são expressão de um capital humano que produz efeitos fundamentais na sociedade local. São *remessas sociais* (Ambrosini, 2009) que produzem outras dimensões expressivas entre famílias, na vida familiar e social no espaço de origem e que podem construir alianças, manter vínculos estendidos e alargados, permitindo consumir mais e induzir a produção, situar-se melhor na sociedade e no mercado (Marini, 2015; Macedo, 2020).

Dicotomizar as remessas a partir de noções de investimento produtivo

e improdutivo não permite reconhecer vários processos que a presença e a gestão do dinheiro permitem. Imigrantes podem produzir uma grande alteração no interior da sociedade de origem e de destino, mas, também, no interior de suas famílias, e, com isso, produzir também mudanças sociais. Expressão disso são os papéis sociais na família, ou seja, mulheres assumem mais a casa, os filhos, o gerenciamento do dinheiro, mudanças podem ocorrer, ainda, em razão da visão de mundo de quem emigra e influencia quem ficou (Fall, 2016).

Há *remessas inversas* (Ambrosini, 2009), isto é, aquelas provenientes nos locais de origem como os auxílios para viagens, muitas vezes, desfazendo-se de patrimônio, bens simbólicos que chegam para os imigrantes, que repercutam em sua dimensão afetiva e identificação de pertencimento ao local de origem, assim como o cuidado com os filhos e pais idosos, cuidar da casa, reformá-la, etc.

Segundo nossos entrevistados, em média, as remessas representam em torno de 30% do ganho obtido no mês. Houve grande redução neste período de pandemia, mas, em geral, como um deles disse, “tenha ou não tenha, tenho de mandar pelo menos uns R\$ 300,00 por mês, se eu não tenho, arrumo de alguém, ou quem tem um dinheiro guardado ajuda o outro”. Contudo, isso tudo depende de uma série de elementos, ou seja, da condição da família que recebe, da idade dos filhos, da presença ou não deles, “de alguém pegar trabalho lá ou vir para cá”. Cada caso é uma realidade específica. Nesse horizonte do “arrumo de alguém” também estão presentes a dádiva, as relações sociais de confiança, solidariedade, entreaajuda, mediação, muitas vezes, de associações de imigrantes que incentivam para que, entre os pares e na medida da necessidade, esse processo aconteça.

Há casos em que essa realidade, que alia dívida com dádiva, é amenizada, principalmente com o reagrupamento familiar, pois reconfigura espacial e intimamente as obrigações familiares, bem como possíveis investimentos econômicos, além de que, dependendo se há filhos ou se eles ficaram ou migraram junto, a mulher ou o marido que agrupou a família, pode também trabalhar. “Eu trouxe ela aqui porque já tinha emprego assegurado onde eu trabalho. [...]. No frigorífico há muita mulher de imigrante” (Senegalês entrevistado em Chapecó, julho de 2022).

Em torno de 70% dos entrevistados declararam que enviavam remessas regularmente. Somente 16% não exerciam essa prática regularmente ou a faziam esporadicamente. Neste quadro de interlocutores, era comum a resposta de que o fazem “quando dá”, “quando tem trabalho”, “quando lá estão precisando mesmo”, em outras palavras, não regularmente em razão das formas e quantidade dos ganhos, empregos formais e informais, rendimentos não previamente definidos e de premência ou não nos locais de origem, ou por não haver uma obrigação mais efetiva e direta com horizontes familiares. O reagrupamento familiar é uma variável que precisa ser levada em conta no sentido, determinação, quantificação e correlação com desenvolvimento no local de origem, das remessas financeiras.

Há imigrantes entrevistados que possuem irmãos e/ou irmãs também imigrantes, na Europa, nos Estados Unidos, em países árabes, dentre outros. Desse modo, pode haver coparticipação no envio de remessas para os que permaneceram no local de origem ou, então, “envia mais quem ganha mais, ele [seu irmão] ganha em euro na Espanha; eu ganho em reais aqui no Brasil. [...]. A moeda daqui e a nossa lá no Senegal não tem grandes diferenças assim, o que tu compras aqui, tu compras lá. [...]. Em euro dá para comprar lá cinco vezes mais”. Algumas mulheres informaram que enviaram mais em razão da presença de filhos e pelo fato de ter familiares seus que os cuidavam. Duas delas em entrevistas (senegalesas) deram ênfase à total obrigação de enviar dinheiro, deixando transparecer que a sua ausência junto aos filhos é muito sentida e que precisa ser compensada. O envio de dinheiro, ao que nos pareceu, ajuda a amenizar essa questão.

Não é incomum análises em países de grande presença migratória definir as remessas como uma espécie de *welfare* de grupos imigrantes ao seu conjunto parental e social nos espaços de proveniência. Elas enfatizam as cadeias de relações e de trabalho transnacional que os recursos enviados promovem (Ceschi; Stocchiero, 2006; Grillo; Mazzucato, 2008; Marabello, 2009). Segundo analistas, há em vários países de origem de imigrantes, instâncias públicas e privadas interessadas em captar, otimizar e incentivar o envio, favorecer com juros atrativos esses recursos. Em alguns deles, há secretarias públicas especiais quando não ministérios ou agências outras de governo, como é o caso de Bangladesh, Paquistão, Nigéria e México, para

gerenciar esse processo e favorecer canais de envio seguro e de baixo custo para os imigrantes.

Em 2002, por exemplo, as remessas constituíam 85% das exportações de Cabo Verde, representando 23,3% do PIB deste país e 22,8% do da Moldávia; em 2018, as remessas representavam 92% das exportações de Cabo Verde e 37% da Moldávia (Cesareo, 2021). As remessas, em 2008, representavam um fluxo financeiro superior à ajuda oficial ao desenvolvimento em 63 países (Ramos, 2012, p. 89). No âmbito da contribuição financeira dos imigrantes para o caixa nacional, percebe-se que há, também, uma dinâmica transnacional, implicações e/ou ingerência política de governos interessados, organizações não governamentais (ONGs). Essas últimas, além de favorecerem o envio e a captação de recursos, buscam recolher auxílios financeiros para ações solidarísticas e de promoção de práticas geradoras de empreendimentos nos países de origem de imigrantes, além de empregos, rendas, tecnologias alternativas e sustentáveis, ambientalmente falando. Itália, França, Espanha, Alemanha, dentre outros países, expressam com intensidade esse processo. Há diversos canais de auxílio bi e transnacional também pelas associações de imigrantes que captam junto aos seus (conacionais) e junto a entidades de apoio nos locais de destino e enviam para os espaços de origem. Essas entidades se tornam promotoras de desenvolvimento nos países de proveniências de seus membros associativos (Ceschi; Stocchiero, 2006; Fall, 2016).

Há muitas polêmicas e controvérsias nesse sentido, teorias e interpretações (neoclássicas, estruturalistas, das redes internacionais de várias dimensões, da *economia-mundo* do capitalismo, da nova economia das migrações, etc.). Ações políticas e projetos de desenvolvimento, bem como as remessas são questionadas sobre o fato de que elas têm ou não o poder de estancar os fluxos de saída, bem como se a promoção do desenvolvimento nos espaços de origem é suficiente para exercer a mesma função (Marabello, 2009).

Nos espaços de destino, há também necessidade de “desenvolver iniciativas locais de aprofundamento do acolhimento e integração das comunidades imigrantes, envolvendo diferentes atores locais, com regularização da situação migratória, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, trabalho, retorno voluntário, saúde, educação, formação profissional, empreendedorismo, apoio ao associativismo, dentre outras ações” (Ramos, 2012, p. 70).

Desse modo, as remessas podem incidir na vida dos indivíduos e dos grupos sociais que as recebem. Acreditamos, pela nossa pesquisa de campo e pela literatura que revisamos, que, num cenário de grandes dificuldades, elas se tornam fundamentais, principalmente na geração de filhos, nos cuidados dos pais na velhice e para combater doenças. Elas são também de extrema importância para os que as enviam e aos que as recebem, pois explicitam relações verticais e horizontais, de poder, tramas e obrigações sociais, simetrias ou assimetrias que se constituem, reforçam ou se alteram entre os cônjuges no interior de famílias (Marabello, 2009; Marini, 2015).

Temos a convicção de as remessas podem ser fator de mudança, mas muito mais de conservação de tradições, de poderes, de sobredeterminação de quem as gera e as envia. A migração não alterou muito esse processo. Os canais transnacionais atuais de informação, de comunicação, os sistemas interbancários e de pagamentos internacionais facilitam essas práticas para quem as gerenciam (Marabello, 2009; Marini, 2015; Ramos, 2012; Mazzuccato, 2008).

Acreditamos, pelas nossas entrevistas, tanto no Brasil, quanto no Senegal, que a migração de homens provoca algumas reconfigurações de relações no interior da família e nos espaços locais de pertencimento territorial. No entanto, no que tange a essas questões que envolvem recursos financeiros, pouca coisa mudou. Duas haitianas entrevistadas disseram colocar o dinheiro no banco, porém uma delas disse que sobra pouco, pois ganha pouco (é doméstica informal em duas casas e em momentos aleatórios e/ou quanto muito uma vez por semana em cada casa), e boa parte das despesas da casa sai do dinheiro dela. Ouvimos senegaleses que nos disseram que esposas gerenciam negócios em seu local de origem, fazem aplicações financeiras, controlam o dinheiro, porém a grande maioria respondeu que, mesmo na distância, eles [homens] mantêm o controle sobre boa parte dos recursos enviados, a quantidade, a finalidade, a periodicidade, etc.

Enfim...

É importante enfatizar o fato de que pode haver (não necessariamente existe como um dado, como condição *natural*) uma estreita correlação entre imigração e desenvolvimento, mediada por ações de várias entidades, mas com

grande presença dos imigrantes, esses sendo os atores centrais. A ressalva é em torno do fato de que o próprio processo pode ser também indutor de novas e/ou de incremento das migrações, pois havendo maior circulação do dinheiro e de informações, elas poderão favorecer novas saídas, diversificação de possibilidades, busca de bem-estar e de melhores condições de vida para a família, incentivar a dinâmica já existente da cultura migratória nos países, no caso, em particular, com maior identificação ao Senegal dentre os grupos de imigrantes que estudamos.

Segundo alguns analistas, quando imigrantes já estão há mais tempo no país de destino, há tendência de diminuir as remessas pelo fato de que pode haver o reagrupamento familiar, sendo que alguns deles empreendem, investem no mercado financeiro mais atrativo no local de destino do que no seu de origem (Ambrosini, 2017; 2020). As segundas gerações integram-se na sociedade de destino dos pais e, em razão delas, esses acabam investindo em moradia e/ou, como disse-nos um senegalês, “se eu saí de lá é porque lá não dava, não vai dar para ninguém; o país é pobre e sempre foi assim; então, ou aqui, ou em outro país, vou fazer minha vida. [...] Deixei minha filha lá. Estou montando um salão de beleza para ela em Dakar. [...] se ela quiser vir, tudo bem, mas eu não volto mais, só para uns 15 dias, visitar família e voltar”. Por isso, é interessante ver que há diferenciações de intenções, projetos, possibilidades de auxiliar no local de origem sem retornar, ou retornar para empreender, capitalizar o dinheiro e “daí sim viver bem, como queria quando comecei a sair” [migrar].

A realidade que envolve as remessas, a presença de retornados e os recursos que eles dispõem demandam conhecimentos e assessorias. “Eles se veem com o dinheiro e querem já de imediato mostrar que ganharam bem, que valeu a pena terem saído, burros foram os que ficaram, mas se não pensam um pouco, avaliam bem, botam o dinheiro num setor e perdem, como já vi aqui um que botou uma pizzaria que chamou de “Brasil-Itália”, mas nunca fez pizza na Itália, nem a mulher dele, não durou três meses, parece que o pessoal não vai por birra, para não dar cancha para eles, porque se julgam os que têm o cascalho (dinheiro), né” (Entrevista com um pai de um imigrante brasileiro retornado da Itália, num município do Oeste de Santa Catarina, em 2017).

Essa é uma realidade complexa, exige maior conhecimento. Muitas ve-

zes, imigrantes investem em atividades que não possuem conhecimento nenhum, apenas informados por alguém, ou movidos pela premência de ganhar dinheiro imediato ou empreender para demonstrar que a empreitada da saída deu certo. Nunca esquecendo também que a experiência migratória pode também potencializar aprendizagens, capitais culturais e de saberes que serão importantes se houver retorno de imigrantes ao seu lugar de origem.

Estudos e experiências de pesquisas em relação a brasileiros retornados da Itália e da Áustria⁸ revelam que, em geral, o tempo de permanência como imigrante não resulta em grandes aprendizagens para além da língua, pois as atividades desenvolvidas e os recursos culturais adquiridos não são tão aplicados assim nos contextos de saída. Grande parte das atividades de imigrantes no Brasil ou em qualquer parte do mundo são de baixa qualificação, em geral, de intensidade de força manual e física, de pouca aprendizagem para permitir empreender ou otimizar saberes. Vimos alguns imigrantes brasileiros retornados em Santa Catarina que investiram em pizzaria, em algum pequeno restaurante, na produção de uvas em seus espaços de origem, mas são poucos, pois muitos deles investem seu dinheiro no setor imobiliário, na compra de terra, de gado, de algum caminhão para fretes, dentre outros.

Entendemos, também, que as remessas podem ser indutoras de algum tipo de desenvolvimento, de infraestrutura local, porém querer que os imigrantes resolvam os problemas econômicos da sociedade de origem, bem como que os atuais imigrantes, pelas suas ações econômicas nos espaços de origem, sejam os que irão estancar as novas emigrações, é querer demais. Isso requereria políticas públicas, muitos recursos disponíveis, agentes e agências de promoção de desenvolvimento sustentável e estruturante, democracia política e intensa participação de múltiplos atores sociais nas decisões de investimento, infraestrutura adequada e muitas outras coisas (Marini, 2015). Imigrantes podem, com suas remessas em campos sociais e econômicos, promover melhorias de vida, mas há uma série de pré-requisitos que não depende somente deles. Na realidade, as remessas revelam o potencial das ligações das famílias transnacionais.

Além das famílias, do fenômeno religioso, das dádivas e dons/contradons, das remessas, as quais ganham conotações transnacionais, há os coleti-

⁸ Ver TEDESCO, J. C. *Entre raízes e rotas ...*, já citada.

vos de imigrantes, as associações, as entidades que, nas correlações entre os dois países (origem e destino), tornam-se viabilizadoras de alguma ação em prol do desenvolvimento. Isso será melhor detalhado no próximo capítulo.

CAPÍTULO XIII

Os horizontes econômicos e das responsabilidades morais:

rearranjos, retornos e suas simbologias – uma síntese geral

JÁ VIMOS QUE A EMIGRAÇÃO PASSA A SER UMA ESTRATÉGIA para permitir o equilíbrio entre a população e as possibilidades do meio em fazer face às dificuldades socioeconômicas. Ela exerce um amplo processo de mudança nas microrrelações familiares, sociais, culturais, além de ser um grande recurso econômico, demográfico e religioso (Gamberoni; Pistocchi, 2013; Fall, 2016; Ambrosini, 2009).

Processos econômicos, políticos e demográficos se juntam aos ambientais para produzir uma estrutura de causalidades das emigrações e redefinir trajetórias até então bastante precisas entre os gêneros na família de imigrantes (Thiam; Crowley, 2014; Ndione, 2012). Só para dar um dos muitos exemplos, em 2011, houve a maior seca dos últimos 60 anos no Senegal, em torno de 30% da população rural passou a ser migrante sazonal, principalmente no período de seca. Em 2012, em torno de 43% da população (5 a 6 milhões) residia no meio rural. Boa parte dessa população, não encontrando mais trabalho nas grandes cidades, torna-se um viveiro de emigrantes (CEPED, 2017). A possibilidade de migrar faz com que também seja reduzida a prole familiar dos que ficam, pois há fragmentação da família em razão da emigração de um dos cônjuges, na maioria das vezes, o marido/pai; além de que imigrantes, nos locais de destino, fazem menos filhos do que se estivessem no espaço original. Em correspondência com esses processos, redefinem-se inúmeras questões de ordem econômica, territorial e de papéis de gênero na família. As ações de desenvolvimento precisam ter essas questões presentes.

É necessário perceber processos estruturais e estratégias dos sujeitos/grupos sociais na questão da mobilidade geográfica (Jason; Schachter, 2008).

A mudança ambiental agrava a pobreza e a segurança alimentar, aumentando o desemprego entre jovens, colaborando ainda mais para destruir o frágil equilíbrio econômico doméstico e a vulnerabilidade das famílias aumenta, das mulheres em particular. Isso explica o aumento das (e)migrações femininas. As mulheres revelam o contexto de uma sociedade pós-fordista, baseada na emigração dos serviços, na flexibilização no mercado de trabalho; seu papel também é importante na esfera da reprodução física e simbólica da família, com suas responsabilidades e deveres (Beauchemin, 2013).

Nesse horizonte, há uma grande ausência dos pais na educação dos filhos (muitos filhos viverão muito tempo sem a presença física deles), processo esse que, como já mencionamos, delega, em grande parte, às mães que permanecem e/ou aos avós, o cuidado dos filhos, ainda que se deva entender a importância da família ampliada (parentesco, compadrio e toda a estrutura normativa poligâmica) (Daguerre, 2010). Os imigrantes necessitam lançar mão de coletividades para auxiliar no processo de educação e criação de filhos. Porém, a dimensão de transmigrante (*está aqui e está lá ao mesmo tempo*), facilitada pelas redes de informação e contato, ameniza um pouco essa situação limitada que envolve a ausência física.

A forte inserção do grupo imigrante, em particular, senegalês, ao horizonte religioso advém dessa história de situações-limites de vida. O associacionismo (confrarias) religioso e comunitário, revela a necessidade em manterem-se unidos, vinculados e desenvolvendo ações de cunho solidário, como forma de gerenciar as relações com o novo contexto, objetivos e funções (Ceschi; Stocchiero, 2006).

O retorno planejado e/ou o antecipado, fruto de múltiplas causalidades, passa a ser visto como estratégia, como racionalidade adaptativa aos horizontes que envolvem as relações dos imigrantes em seus dois espaços. Estudos demonstram que imigrantes, ao retornar, replanejam suas vidas tendo a identidade de imigrante novamente como possibilidade. Desse modo, a emigração, a identidade de imigrante, de retornado e de reemigrante, revelam múltiplos dinamismos, movimentos e alterações que se processam na concomitância das mudanças nos territórios e nas condições da vida cotidiana, e dos sujeitos que se distanciam e se aproximam. Essas são realidades complexas, nem sempre definidas *a priori* e que operam mudanças subjetivas, va-

lorativas e nas idealizações dos que migram e dos que permanecem. Muitas vezes, as decisões de mobilidade, tanto de saída, quanto de retorno, não são alimentadas somente por uma das dimensões geográficas. Há interligação de fatores em espaços ampliados.

Há outros elementos que estão no cenário do ato de retornar e que transcendem desejos e intenções previamente definidas. Doenças, crise de empregos, crise econômica, não obtenção de renovação de visto, expulsão, algum outro tipo de infortúnio, etc., podem fazer parte dessa decisão. Portanto, há elementos subjetivos e há fatores externos condicionantes, envoltos nas questões econômicas, de ordem familiar, identitária, afetiva, de legislação do país hospedeiro, dentre outros (Assis; Campos, 2009).

Nesse sentido, o capítulo objetiva discutir aspectos que envolvem as estratégias do retorno e da reemigração, seus sentidos, possibilidades e funcionalidades para as famílias e aos sujeitos imigrantes em particular.

Para pensar acerca do desenvolvimento e/ou codesenvolvimento, deve-se ter presente esse processo. Imigrantes retornados podem ser agentes de desenvolvimento na medida em que empreendem, retornam porque já realizaram seus objetivos e angariaram recursos para viver melhor. Eles podem ser portadores de inovação, novos conhecimentos, experiências adquiridas quando imigrantes, além de otimizar fatores nos espaços de origem, mantendo redes e relações com o espaço de migração e, com isso, podendo facilitar alguns dos processos que envolvem o transnacionalismo econômico, investimentos de entidades públicas e/ou do terceiro setor no país de origem (Soares, 2009; Durand, 2006).

Enfim, a dimensão do retorno, juntamente com sua correlata reemigração, suas causalidades, decisões, enfrentamentos, desilusões, etc., expressam a complexidade da ação e o revelam inserido num amplo horizonte de relationalidades. É um pouco desse universo que o capítulo final busca situar.

Múltiplas estratégias territoriais: retornos e reemigrações

A dimensão do retorno torna-se parte da dádiva; revela a possibilidade de reunir o que foi desunido pelas circunstâncias e/ou da realidade de imigran-

te e/ou de suas obrigações maiores. O ato de retornar ao espaço de origem, em geral, induz à racionalização dos alcances da saída e das projeções efetuadas quando da identidade de imigrante. Ele avalia o alcance dos objetivos previamente propostos e/ou previstos (Soares, 2009; Gnoatto, 2022). Nem sempre o retorno pode ser expressão de uma ação negativa, ou seja, de que o empreendimento emigratório não deu certo, pois não atingiu objetivos econômicos e financeiros idealizados (Durand, 2006; Gnoatto, 2022).

Mencionamos, em outros espaços, que os imigrantes, em geral, invocam a fidelidade às tradições no país de origem, suas origens e a dimensão do *terreno* (sua territorialidade de referência). Suas esposas, muitas vezes, permanecem com os pais (sogro/sogra) e ocupam-se com os filhos. “Tenho minha esposa, minha mãe e, muitas vezes, minha mulher fica mais de um mês na casa da mãe dela. Elas todas cuidam dele [seu filho, com três anos de idade]. [...]. Eu envio dinheiro para minha mulher e ela se organiza lá. Todos ajudam. Isso me conforta, me deixa tranquilo. Difícil né ficar longe, mas desse jeito, eu fico tranquilo porque lá todos se dão as mãos para cuidar dos que precisam. [...]. Tenho sempre de enviar dinheiro. Elas fazem lá e eu cumpro as obrigações daqui” (Imigrante senegalês entrevistado em Chapecó, em setembro de 2022. Ele emigrou em 2021 para o Brasil).

Desse modo, desenvolvem-se processos de auto e alter vigilância, bem como de auxílio mútuo em meio à constituição do núcleo familiar. Com os senegaleses, isso foi muito evidenciado nas entrevistas, com os bengalis também, com haitianos, bem menos. Porém, nunca esquecendo que há nacionalidades em que mulheres estão em paridade ou até em superioridade em relação aos homens na emigração. O Senegal é um exemplo do intenso ritmo de saída de mulheres, principalmente não casadas e não mães. Por isso, muitos imigrantes têm na família, no envio de dinheiro, na canalização da vida ao seu núcleo de referência, um mote de vida. Nas famílias, há vários sujeitos que necessitam, refletindo um cenário mais amplo de dificuldades, uma *comunidade* carente. Além disso, há o desejo de retornar, de reagrupar no espaço de origem.

Um senegalês entrevistado disse que cansou de ver sua mãe reclamar “que não tinha nada para botar na mesa”, disse que o pai era pescador e que, “mal e mal conseguia trazer uns peixes ou um dinheirinho para casa” para

cinco irmãos seus e, ele, por ser o mais velho e ter já 21 anos, sentiu-se “na obrigação de ajudar mais do que fazia e, daí, comecei a migrar, fui para seis países já; desde quando saí, sempre mandei dinheiro para a família, porque lá não tem mais futuro. [...] Só quero ir para ficar quando consigo um bom dinheiro para a gente ficar bem, ajudar mais gente lá de minha cidade, um povoado pequeno de pescador, que vive com pouco, porque os pesqueiros grandes acabam com a pesca dos pescadores de canoa. Então, eles passam muita necessidade. Eu, se não tivesse saído, estaria lá nessa situação, sem ter o que botar na mesa. Ficou bem difícil a situação lá, por isso, me sinto que devo participar e melhorar um pouco a vida deles lá. Mando sempre um pouco, mas ajuda para eles e demonstro, não é, solidariedade com as pessoas de onde saí” (Senegalês entrevistado em Chapecó, julho de 2022).

Para Sayad (1999), o desejo de retornar significa um *reclamo às origens*, à condição inicial, àquela de emigrante antes de imigrante; é algo que está no âmago da condição de imigrante, que implica numa concepção de tempo em que o futuro é redirecionado como se fosse um *retorno a si mesmo*, ao seu grupo, isto é, uma retrospectiva pessoal. Retornados são impactados pelo lugar/local, espaço imaginado como seu, de pertencimento. O retorno torna-se impactante, sendo difícil encontrar suas raízes, reencontrar sua identidade (Siqueira; Campos, 2008), tornar-se um sujeito para além de seu universo econômico, até então proporcionado pelas remessas.

Na realidade, entendemos que há uma necessidade de buscar universos culturais, sociais, afetivos, até porque, em muitos casos, o próprio retorno se baseia em horizontes afetivos, de pertencimento territorial, familiar e não tanto econômico. “O reencontro, às vezes, resulta no estranhamento e no sentimento de não mais pertencer a este lugar” (Siqueira; Campos, 2008, p. 82). A ausência produziu isso, é a sua face, sua consequência, seu desejo de recuperar o tempo, a angústia de se sentir estranho e/ou estranhado, sensação parecida com a que encontrou quando chegou no espaço de destino como imigrante. Parece que tempos e espaços diferenciados reservam (situ) ações comuns de sentimentos.

Acreditamos que o retorno também passa a ser idealizado, programado, desejado e viabilizado, porém, ao retornar, um dos imigrantes entrevistados disse que “queria só rever quem estava lá ainda, e não aguentei muito”. Ele

resolveu sair de novo. “Vi alguns aqui que fizeram que nem eu, saem de novo [...] estou há 14 anos fora, com 38 anos, nem vi bem meus filhos crescerem. Fico mais um tempo aqui e quero ir para os Estados Unidos e, depois sim, aí deu. Quero ganhar em dólar, deixar bem minha família, formar meus filhos e voltar para lá [...] para viver bem lá” (Senegalês entrevistado em Passo Fundo, dezembro em 2021).

Por isso, o retorno pode ser expressão de fracasso ou obtenção de resultado positivo, de sucesso econômico e de idealização. Ele expressa diversidade de processos. Nem sempre é a família toda que retorna e, dependendo do tempo que permaneceu como imigrante, algum filho/a pode ter nascido e vivido anos no país de destino de seus pais, porém não conhece o de origem deles. Há situações em que os pais querem retornar, mas os filhos não, em razão de terem se ambientado, socializado, possuído uma formação escolar no país de destino, não terem desenvolvido tantos vínculos no espaço de origem (amizades, parentesco, família ampliada, lugar/local de vida dos pais, etc.).

Não podemos imaginar que o retorno seja conduzido unicamente pela questão econômica. Evidenciam-se, também, situações negativas vividas por imigrantes, como é o caso da não integração, valores diferentes, discriminação social, saudade da forma de vida e das relações no local de origem (Fazito, 2010); “saudade da terra”, diz Sayad (2000). O retorno não significa voltar ao ponto de partida, nem ao universo das relações. Modificações acontecem em múltiplos âmbitos, não é possível um reencontro. O que se dimensiona é a nostalgia, é a experiência, é a memória, o vivido, a carga afetiva e emotiva presente nos sujeitos. Tempos e espaços se modificam. Os migrantes não possuem a capacidade de manipular os lugares e os tempos como gostariam ou quereriam (Fazito, 2010; Goettert, 2008).

Compreendemos que o ato de migrar mobiliza um amplo horizonte e essa mobilidade modifica as vivências e o ambiente físico (Fazito, 2010; Gnoatto, 2022). Difícil é produzir a imobilidade ainda que se deseje. Sayad (2000, p 15) diz que “emigrar e imigrar é antes de mais nada mudar de espaço, de território”. Nesse sentido, diz Martins (1998, p. 7) que a “sua ausência modifica o arranjo das relações sociais”. Em entrevista, um senegalês disse que “nasci e me criei lá, venho de lá com as raízes, com os ensinamentos de Bamba [líder religioso] e de meus pais. Eles estão lá, mas aqueles meus ami-

gos já não tenho mais, são sete anos que não nos vemos; muitos viajaram para outros lugares e países; já perdi meio todos. [...]. No início eu só pensava em ir embora, voltar, mas agora não, agora estou bem acostumado, talvez eu vá para outro país, mas não mais para o Senegal. Eu já me acostumei fora, quero conhecer mais outros países, outras línguas. [...]. Entre nós aqui senegaleses é meio confusa essa situação. A gente valoriza os que retornam, mas também a gente valoriza quem se desafia para o mundo, vai conhecer outros países, porque também leva o Senegal junto, nosso jeito, o que somos, os ensinamentos de Bamba”.

Outros fragmentos de entrevistas narram que “tenho nostalgia sim da minha terra, de meus pais. Minha esposa e duas filhas estão lá e vivo mandando dinheiro. [...] Como te disse, já estão estudando em escola particular, escola boa, meu pai tem um restaurante, ficou bem reformado, bem bonito, tudo eu que mandei para lá, dinheiro. [...]. Minha mãe tem uma banca de frutas e vende na rua. [...]. Aqui não é terra da gente [repete ele], não se cria apego aqui, mas acho que imigrante não cria em lugar nenhum”; “o senegalês é assim, não cria raiz onde ele vai, porque logo ele sai. Aqui se eu contasse quantos eu conheci e que não estão mais e, quantos novos chegaram, eu perderia a conta”.

Para alguns imigrantes não há mais pertencimento com o país, com o local de origem para além das relações familiares e parentais, pois “é tempo que migro de país para país”, voltam apenas para visitar os pais ou filhos e esposa/o por um tempo curto. Há, em suas experiências de vida, mini pertencimentos, ou de curto tempo. Diz Goettert (2008) que o migrante é “um ser em trânsito”. Nesse sentido, disse outro senegalês que entrevistamos em Passo Fundo, “voltei para o Senegal, fiquei um tempo e já quis retornar; matei a saudade e veio a saudade daqui, do trabalho, das pessoas, da vida livre e com os brasileiros aqui, já quis retornar. Meu pai e mãe ficaram muito chateados, mas entenderam que era melhor para mim. Eles vão ter mais dinheiro em casa eu estando fora, aqui no caso, do que eu ficando lá. [...] O dinheiro que eu mando ajuda nas despesas da casa, paga escola para crianças, ajuda na igreja, na escola corânica e mais coisas lá. Meu pai fez uma horta com estufa e água de poço bem fundo com o dinheiro que mandei, dá para fazer lá muita coisa com o dinheiro daqui, por isso que os pais sentem quando os

filhos saem, mas sabem que é para seu bem, para o bem deles também, daqueles que ficam. Lá tem muito isso, essa coisa de querer sair, de dizer que saiu, é comum que te pedem ‘quando crescer vai querer ir para onde?’ [...]. Uns dizem que os senegaleses não param em um só lugar muito tempo; isso é verdade, mas é a nossa tentativa de busca de vida melhor, de deixar os pais bem, já que saímos da família” (Entrevista com senegalês em Passo Fundo, em janeiro de 2022). No entanto, vários que conversamos desejam retornar, inclusive, entrevistamos vários retornados do Brasil em seu lugar de origem no Senegal. Mas pelas entrevistas que obtivemos no Brasil, isso realmente só vai acontecer “quando tiver realmente melhores condições de vida”.

Imigrantes refletem e reavaliam sua qualidade de vida, projetam um sonho de melhor viver ao retornar (Gnoatto, 2022) ou incorporam melhores condições de vida no espaço hospedeiro (Fazito, 2010; Sayad, 2000). Eles passam a ressignificar ambos os países, valorizar dimensões até então pouco visíveis e sentidas (Ramos, 2003). O retorno, nesse sentido, expressa um movimento de emigrantes de volta aos seus territórios de origem para se (re)fixarem (Gnoatto, 2022). Esse “(re)fixarem” revela muitas nuances. Não é incomum o estranhamento ou o sentir-se estrangeiro, muito mais em seu local/lugar de retorno após alguns anos fora. O local/lugar é, em grande parte, o mesmo, mas o tempo não o é mais, as coisas e as pessoas alteraram-se junto com o tempo. Sayad (2000) insiste no fato de que, por mais que haja intensos processos de integração social na sociedade de destino, o imigrante terá dificuldade de se sentir como “um do lugar”, o seu pertencimento e vínculo estarão sempre em outro ambiente e será esse último a pressionar para não cortar vínculos e obrigações que dele se deslocaram com os sujeitos (Gnoatto, 2022).

Origem e destino: territórios de múltiplos sentidos e interfaces

Não podemos deixar de insistir no fato de que o projeto migratório tem uma grande conotação familiar (Decimo, 2005; Gnoatto, 2022; Ambrosini, 2020). O retorno se constitui como resultado disso. Junto ao imigrante, em geral, há uma família, uma história mais ampla de relações, confrontos, obrigações e vínculos (Herrera; Carillo, 2010; Gnoatto, 2022; Marabella, 2009). São raros

os imigrantes que decidem, por conta própria, deixar o local de origem ou de tentar uma aventura sem nenhum contato ou nenhuma referência que os mantenha ligados ao local de onde partiram (Durand, 2006; Dias, 2000). Desse modo, é difícil perceber o fenômeno migratório sem romper com a visão dicotômica entre país de destino e de origem (Ambrosini, 2017). Ambos estão em profunda correlação. Por isso, autores dão ênfase ao *transnacionalismo migratório* contemporâneo (Ambrosini; Berti, 2009) em suas múltiplas relações e que interligam os dois espaços e auxiliam nas duplas ausências e duplas presenças simultâneas. A reemigração é, também, parte constituinte do retorno (Gnoatto, 2022) e não somente o retorno como constitutivo da saída (Sayad, 1999).

Processos sociais e culturais vão se alterando em concomitância com as condições objetivas e subjetivas da realidade constantemente reconstruída pelo imigrante e não se reproduz da mesma forma no espaço, no tempo e nem para as pessoas envolvidas (que podem não ser só os já emigrantes, mas os *potencialmente* e os de seu quadro de referência, em particular, as famílias). A dinâmica desse processo é intensa, variada, complexa e de difícil generalização.

Diz Ramos (2012, p. 103) que o regresso do emigrante “contém potencialidades e recursos que contribuem para o desenvolvimento local das regiões de partida (poupanças, consumo, atividade de construção, serviços, agricultura, dentre outras) e para colmatar algumas necessidades do mercado de trabalho”. O imigrante, ao chegar no local de destino, também carrega consigo saberes, qualificações, experiências, desejo de trabalhar e investir, dinamiza setores, como é o caso visível na Europa nos espaços agrícolas, na pesca, na construção civil, na mineração, nas obras de infraestrutura. O caso do outro capítulo que analisamos alguns dos elementos envolvidos no abate Halal em frigoríficos, revela essa dimensão para os que são do credo islâmico, além de que podem, também, estar presentes em espaços onde há um baixo povoamento e oferta de força de trabalho, como é o caso de vários vilarejos na Europa. O problema é que, em geral, não há políticas integradas de desenvolvimento. Há, sim, escassez de formação profissional para imigrantes, não se otimiza a capacidade de investimento do e/imigrante em se constituir como agente de desenvolvimento local (Ramos, 2012; Siqueira, 2009).

Há acordos que são produzidos em razão de dádivas e de dívidas (essas, financeiras) entre os que saem e os que ficam (Durand, 2006; Dias, 2000; Ambrosini, 2009; Siqueira, 2009). Esses acordos exigem diálogos no interior das famílias, pressupõem muita confiança, ativação de valores morais e de horizontes da reciprocidade e solidariedade, bem como da lealdade, pois não é qualquer *coisa* que fica (podem ficar filhos, avós, pais, sogro/a, parentes, amigos, namorados/as, dentre outros), podendo haver, desse modo, fortalecimento dos papéis tradicionais de gênero, ou, então, intensa alteração. A regularidade do envio do dinheiro a quem fica é fundamental para o bom andamento dos acordos e obrigações (Herrera; Carillo, 2010; Martes; Soares, 2006). Aliás, esse processo compensa, vincula e correlaciona múltiplas questões na relação entre quem emigra e quem fica (Dias, 2000; Durand, 2006).

Nesse sentido, há uma rede familiar que é constituída e se propõe a assumir funções, que, muitas vezes, são fortalecidas pela situação de imigrante (Perroud, 2007; Martes; Soares, 2006). Ou seja, uma espécie de família alargada constituída, em grande parte, pelos parentes que, frente a uma situação de necessidade e de remuneração, lançam mão de práticas solidárias, hospitalidade e de possibilidade de ganhos. Desse modo, o retorno pode revelar certa consciência de nacionalidade, pertencimento a uma família no interior dos cenários de origem, remetendo ao fato de que se tem vínculos e de que não se virou as costas para o local de origem.

É um ato que objetiva compensação e mudança de vida para si (quem emigra) e para outros que assumem responsabilidades que deveriam ser suas. A distância sentida como imigrante pode ser tão intensa e problemática como a que pode ser produzida na situação de retornado (Durand, 2006; Assis; Campos, 2009; Martes; Soares, 2006). Na realidade, o emigrante retornado torna-se o centro de atenções e das avaliações do/no cenário do reencontro (Durand, 2006). A mudança de ambiente produz novas experiências, singulares situações, propiciando reavaliação das anteriores (Ramos, 2003; Dias, 2000).

Entendemos que imigrantes buscam, em geral, ganhos financeiros e capital humano. Os ganhos financeiros podem até compensar os custos e sacrifícios, porém enfatizamos que tanto emigrar quanto retornar são multidimensionais. Retornar com dinheiro no bolso e progredir economicamente

é, aos olhos de todos os que ficaram e aos próprios, expressão da possibilidade de poder dar um sentido à emigração, à própria ausência (Durand, 2006; Sayad, 2000).

O capital social adquirido no espaço de origem e as relações pessoais conservadas e com o país são, também, estratégias que se vinculam com o retorno e as migrações no interior do país de origem, inclusive, com o tempo definitivo ou não do retornado (Martes; Soares, 2006). Investimentos posteriores ao retorno poderão acontecer com mais intensidade fora do local de origem, mas antes é necessária a presença nesse. Nessa questão fazem parte, ainda, os cálculos de custos e benefícios, dos rendimentos que não crescem com a mesma intensidade de tempos anteriores (Assis; Campos, 2009; Martes; Soares, 2006).

Para Romeu (2018, p. 104)), “o retorno é mais do que uma inversão do sentido migratório, tradicionalmente visto como a conclusão da mobilidade”. Como diz o autor (apud Gnoatto, 2022), há muitas idas e vindas; há movimentos que expressam idas constantes, temporárias, percorrendo diferentes lugares; há partidas que se constituem de retornos rápidos, há as que se transformam em novas migrações. Desse modo, as mobilidades vão ganhando dinamismo. Os espaços vão sendo recompostos e os locais de origem e o de destino passam a ganhar conotações diferentes (Assis; Campos, 2009), revelando seu dinamismo, sua mudança e, portanto, não cristalização. Como nos disse uma brasileira na cidade de Verona em 2017: “não quero nem pensar em voltar para aquela vidinha”, referenciando o seu espaço de origem e o seu retorno em razão de doença de sua mãe e a necessidade de cuidados que, segundo ela, “tinha a obrigação de estar lá”.

Para uns não serve mais, para outros é o ideal; para uns é exclusão, para outros é inclusão. A insatisfação que uns tiveram anos antes com o local de origem, torna-se o sonho e projeto de vida e de investimentos agora para o retorno, porém, como vimos insistindo até então, nem os espaços e nem os sujeitos são os mesmos (Cassarino, 2013). Espaços deixados vazios por uns poderão ser preenchidos por outros em ambos os locais. Algumas famílias são recompostas com presença e outras redefinidas com ausências. A terra de origem é o espaço idealizado para voltar (Sayad, 2000); ou seja, ganha sentido a territorialidade vivida, talvez não de uma forma romântica, mas

econômico-afetiva e, talvez, com reduzida consciência de mudança. O retorno idealizado é aquele que se realiza com “muito dinheiro no bolso”, para “viver bem aqui” onde partiu. Esse processo conforma e confirma o sucesso da saída (Ambrosini; Berti, 2009; Cassarino, 2013).

Segundo os entrevistados, o retorno pode vir acompanhado por uma forte dose de ilusão nostálgica, que, em pouco tempo, pode transformar-se em desilusão. “Pensei em retornar e me dar bem, mas é pura ilusão; aqui é tudo diferente e o pessoal acha que tu estás cheio do dinheiro e que tens obrigação de ajudar todo mundo. Muitos dizem que, na minha ausência, fizeram isso e aquilo para minha família. Na realidade, estão pedindo dinheiro”, diz um imigrante retornado em entrevista no Senegal. Ele trabalhava num frigorífico no centro-norte do Rio Grande do Sul e, diz retornar em breve e, “com certeza que volto para o emprego lá. O patrão disse que era para vir e voltar que o trabalho estaria garantido”.

Insistimos na ideia de que o retorno ao local de origem é uma ação de ordem moral, como obrigação, como acordo de família (Sayad, 2000). Ele revela ser uma experiência que integra e faz parte da vida do imigrante; aliás, ele só continua sendo imigrante se mantiver contatos e presenças com o local de origem; é um sentimento de pertença e de lealdade ao território que marca sua presença e identificação (Assis; Campos, 2009; Durand, 2006).

“Uns vão e outros vem”:

pendularismo e dinâmicas de um mesmo processo

De acordo com Durand (2006), o fenômeno do retorno relaciona-se com o que acontece com o migrante durante sua estadia e com as mudanças que ocorrem no contexto internacional dos países de origem e destino. Nesse sentido, o “retorno parece estar orientado pelas oportunidades que os migrantes esperam encontrar nos países de origem, mas também pelas oportunidades já oferecidas no país receptor” (Cassarino, 2013, p. 27). O autor afirma, ainda, que as competências e o capital financeiro não são os únicos a formar “as experiências de retorno, mas, também, as relações locais de poder, as tradições e os valores presentes no país de origem, que incidem for-

temente sobre a capacidade do migrante em investir a própria experiência migratória na sua pátria” (Cassarino, 2013, p. 28-29).

Há situações em que entrevistados senegaleses disseram que sentem distanciamento deles com aqueles do local de origem: “nós e eles mudamos, passou aquele abraço e a saudade, as coisas são diferentes, por isso que muitos vão para outro lugar ou retornam para onde estavam antes”. A pátria de origem poderá perder sentidos, na medida em que não há ritualidade que expressa pertença e presença. Vimos que muitos senegaleses, por exemplo, escutam notícias, músicas, orações de seu país, querem acompanhar os acontecimentos. Para alguns entrevistados, é bem amplo esse envolvimento com os espaços de origem para além das obrigações e afetividades no campo familiar. Há um horizonte subjetivo que depende das múltiplas motivações e dos processos que vão acontecendo como imigrante (Gnoatto, 2022).

Segundo Cassarino (2013, p. 37), há “atributos de identidades”, isto é, incorporação de realidades diversas e ressocialização dos imigrantes que acabam diferenciando-os dos que ficaram e vice-versa; os tempos *agem* e as relações se alteram (Cassarino, 2013). Alguns sentimentos ficam. Laços fracos do momento da partida tendem a se diluir e alguns mais fortes podem se alterar se não houver a ritualização da copresença.

Para Durand (2006), há vários tipos de retornos, cada um com suas especificidades e relações. “O retorno voluntário do migrante estabelecido, caracterizado pelo migrante que volta de forma voluntária depois de um longo tempo residindo no país de destino, que está com os documentos em dia e já possui outra nacionalidade, [esses] mudam de residência e realizam um novo processo de estabelecimento”. Segundo o autor, esse é o primeiro tipo. Fazem parte dessa modalidade os migrantes econômicos que possuem poupança, migrantes que voltam uma vez que a condição econômica de seu país melhorou, também exilados políticos, refugiados e migrantes aposentados.

O segundo tipo seria o retorno do migrante temporário. São os trabalhadores temporários, que possuem um contrato que exige e obriga o retorno em determinado momento. O terceiro formato seria o retorno transgeracional, em que a migração de retorno atravessa gerações. Trata-se do retorno não mais do migrante, mas, sim, de sua descendência, incluindo filhos, netos e bisnetos, que utilizam os laços culturais e sanguíneos para facilitar o in-

gresso e a naturalização nos países. O quarto seria o retorno forçado, em que a volta ao país de origem acontece de forma forçada devido às motivações econômicas, políticas e raciais. O quinto é o retorno do fracassado. É o caso do migrante que se vê forçado a retornar devido às circunstâncias, ao passo que a migração não foi de acordo com as expectativas. O sexto caso é o do retornado programado, de caráter oficial, como, por exemplo, a volta programada de judeus para Israel (Durand, 2006, p. 170-173).

Na realidade, são destacados todos os tipos são racionalizações e estratégias que permitem que emigrados consigam aliar negócios e famílias, entre presenças e ausências em ambos os locais, manter vínculos que possam ser acionados em alguns períodos, tanto no campo financeiro quanto na demanda por trabalhadores em determinados setores (Siqueira, 2009). Essas possibilidades tendem a se firmar e produzir desejos de permanência por mais tempo no país, fazendo com que indivíduos passem a redefinir algumas relações que os mantinham no seu local de origem, além de produzir outras relações internamente com os recursos e as estratégias produzidas por eles e/ou adaptadas às já existentes (Dias, 2006; Siqueira, 2009).

É bom que se diga, também, que esses vínculos não são ausentes de conflitos, fator esse que pode alterar os quadros de permanência. Imigrantes que retornaram e que entrevistamos no Senegal, disseram estar mais capacitados ao retornarem, porém, a grande maioria não retorna para atividades que exerciam antes de emigrar e não exercerão o que faziam. Nessa concepção, eles precisam reinventar-se. As (con)vivências em espaços e as (situ)ações concretas vividas em ambos podem produzir representações que se alteram no decorrer do tempo (Cunha, 2000; Dias, 2006).

Revisando a literatura sobre o tema, vimos que muitos analistas evidenciam que o retorno é pouco discutido e problematizado, ou levado em conta pelas políticas públicas etc. Autores dizem que não há um papel ativo das diásporas no desenvolvimento dos locais de origem num sentido mais estruturante, organizado e inclusivo. Os imigrantes são, ainda, considerados agentes importantes em termos econômicos pelos poderes públicos em seus países (Ceschi, 2014), na medida em que enviam remessas, “dinheiro limpo”, como nos disse um senegalês no sentido de que o país não teve custo nenhum, “só recebeu”. Já vimos que seus motivos são vários e podem ser

alimentados pela mesma lógica da saída/emigração. Como nos diz um imigrante em entrevista: “saí por causa da família e retornei por causa dela”. O núcleo familiar está no centro de muitas das racionalizações que alimentam decisões entre permanecer como imigrante e/ou retornar ao espaço de origem da saída.

Temos a convicção, pelas nossas pesquisas e literatura revisada, que a experiência migratória tenta reconstruir dimensões dos lugares, contatos sociais e identidades, bem como os modos de vida (Buriticá; Delgado, 2015, p. 85). Por isso, há retornos voluntários e os coagidos. Estes em razão da condição de irregularidade, de deportações influenciadas pelas condições dos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos de destino e de origem e, também, pela possibilidade existente em termos de documentação, capital social, de relações produzidas, que induzem ao reemigrar após o retorno ou em espaços sequenciais ao já existente (Cassarino, 2013).

As políticas migratórias influenciam, também, trajetórias familiares (paternidade/maternidade, cuidar dos pais em idade avançada e/ou doentes), relações conflituosas no campo doméstico, laboral, remuneração reduzida, ou então, anos de trabalho como imigrante e as poupanças investidas no local de origem, as quais precisam ser dinamizadas pelo retorno e só ganham sentido no retorno. Como nos disse uma vez, em 2016, na Itália, um brasileiro que havia construído uma casa grande em Joaçaba (SC): “passei 11 anos trabalhando para construir a casa, se não vou morar, serve para que? [...] Só que agora tem um problema, os filhos não querem voltar, um deles, inclusive, nem conhece a casa, nasceu aqui e quer viver aqui, e nós [os pais] queremos voltar. Esse é o dilema agora e fazer o que? Obedecer e levar em conta quem?”.

Em pesquisa com alguns retornados no Senegal, foi lugar comum a informação de que, nos primeiros meses, sentem-se deslocados, surpresos com as mudanças, de terem que reconstruir suas relações. “Um mês sem trabalhar, tudo bem, depois tem de voltar, e achar onde trabalho aqui? Temos experiências em várias coisas que fizemos lá, mas falta dinheiro para montar algo, fazer dinheiro aqui com o dinheiro que fizemos lá”.

Retornados informam que necessitam refazer-se e refazer seu lugar, torná-lo também para si, porém agora com a consciência de que não era

como antes, ou melhor, ninguém e nada são como antes. O problema é que, como já insistimos, sujeitos mudam, projetos são revisados, os territórios não são os mesmos, algumas coisas se querem que cristalizem, principalmente as relações familiares e os horizontes afetivos e de amizade. Há, ainda, desejo de imposição e/ou comparações de realidades vividas no momento anterior enquanto imigrante, mas também para os do local de origem. “Não bate mais e surge de novo o desejo de retornar para a Itália. [...] Nunca pensei que ia ficar numa situação assim” (Pesquisa de campo em 2016 com brasileiros retornados da Itália em Água Doce – SC).

Por isso, enfrentar as mudanças de si mesmo e dos outros implica num trabalho relacional, no sentido de ressignificar afetos e o local de pertença antiga e idealizada como imigrante (Buriticá; Delgado, 2015; Gnoatto, 2022). Muitos reemigram, porque não encontram uma boa situação, assim como retornar com dinheiro, capital social, cultural acumulado em seu período de migrante não é para todos.

Já mencionamos que, em geral, não há um programa de retorno (ações deliberadas da esfera pública, financeira, etc.), não são capitalizadas as formações e experiências adquiridas, não há uma política ou um contexto propício à sua recepção. Em razão disso e de outras questões, o retorno não pode ser considerado de uma forma contundente como o fim do ciclo migratório, muitas vezes associado, erroneamente, à expulsão do país de destino. Essa não pode ser considerada um retorno, pois se deu sob coação e interrompeu seu ciclo migratório de uma forma involuntária (Cassarino, 2015). É, sim, um fenômeno constante nas trajetórias migratórias, envolve múltiplos processos, atores, experiências, estatuto jurídico, projetos migratórios, etc. Esse processo revela formas de vida vividas antes, durante a imigração, bem como o que se projeta para depois.

Segundo Cassarino (2015, p. 107), os modos de se reinsserir no espaço de origem possuem determinações variadas, mas podem ser sintetizados por três elementos que se interdependem, ou seja, o contexto do país de origem, a duração e a experiência migratória, os fatores ou condições do país de destino e de origem após um período como imigrante e as condições pré e pós retorno.

Um próspero retorno, mas nem sempre!

O retorno pode ser temporário ou permanente. É uma decisão que demanda tempo, preparação e que não é, em geral, movida autonomamente, porém nem sempre é um ato voluntário. Já mencionamos várias vezes que o retorno depende de um processo de *mobilização de recursos* e isso envolve certo tempo (Cassarino, 2015, p. 108). A ruptura brutal do ciclo migratório (saída, imigração e retorno) pode produzir dificuldade de reinserção socioprofissional. Quando o ciclo migratório se dá numa forma completa, o imigrante terá uma melhor condição de se reinserir (Cassarino, 2015), pois é fruto de preparação, de mobilização e de planejamento.

Há retornos incentivados e/ou voluntários como critérios para amenizar a pressão sobre o mercado de trabalho, porém, também, como fator de segurança. Esses são argumentos de países que detêm muitos imigrantes, principalmente Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, dentre outros. Por isso, o retorno pode ser importante para o desenvolvimento nos dois espaços, mas, principalmente, no de origem, que é o mais necessário dentro da lógica de estancar a emigração. O capital social, as experiências, os recursos obtidos com o incentivo financeiro para o retorno voluntário, sem dúvida, aliviam, em alguns aspectos, pelo menos no que condiz a fatores econômicos, financeiros e sociais no espaço de origem (Rubio et al., 2015).

Há vários países em que os incentivos para o retorno são intensos e de longa data. Contudo, os resultados não vêm demonstrando serem os esperados. Em países de origem dos fluxos, há governos que incentivam o retorno com programas de auxílio financeiro para aquisição de casas, terras, empreender em algum setor produtivo, assistência e formação para ser empreendedor, como foi o caso, para citar um, da Bolívia no governo de Evo Morales. Porém, estudos demonstraram que não foi muito profícuo em razão de que muitos imigrantes retornados acabaram desenvolvendo atividades que não eram de seu conhecimento, muitas ações tornaram-se práticas isoladas, muitos imigrantes empobreceram mais do que quando retornaram e, mesmo com restrições das políticas que proibiam a emigração por durante três anos do início do subsídio, o acabaram fazendo, reentrando no país de uma forma irregular (Rubio et al., 2015). É bom ter presente a necessidade

de uma gestão multilocalizada e/ou transnacional do retorno, pois os retornados não necessariamente viram as costas ao local de destino e à sua identidade de imigrante; há dinâmicas de *circularidade* (Rubio et al., 2015).

Como diz Massot,¹ o dinheiro marca uma mudança de estatuto. Imigrantes que “retornam melhor” conseguem montar algum tipo de negócio. São os novos empreendedores do local, frutos da emigração, e isso é muito comum em várias regiões do Brasil onde há grandes fluxos de saída. Pelas nossas pesquisas, vimos que há melhoramentos das condições familiares; é uma maneira de demarcar, ou melhor, remarcar seu espaço social no local de origem, permitir renovar sua identidade social e expressão de realização do imigrante, como contrapartida da situação de abandono do local, da família, dos filhos, etc.

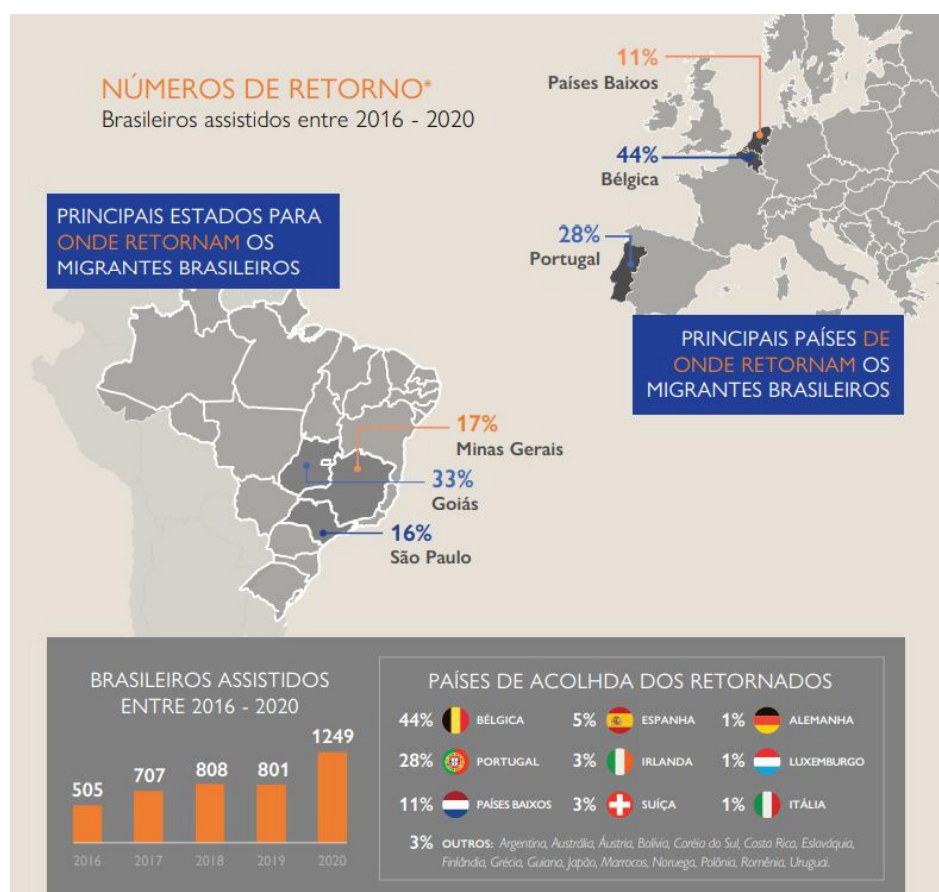
Porém, é interessante ressaltar que nem todos conseguem e nem todos adotam essas estratégias de visibilidade pública. Vimos que isso é bastante comum, porém não há uma total homogeneidade de práticas e nem de situações entre imigrantes, isto é, há muitos casos de imigrantes que retornaram “sem nada”, “não fizeram nada”, “não tiveram sorte”. Os motivos para isso podem ser vários, mas, em geral, são fruto de problemas de ordem familiar, do grupo que ficou, da ausência de relações e de redes no espaço migratório, algum problema de saúde de quem foi ou de quem ficou “que comeu fora [dispêndio financeiro] tudo o que fez”, do fato de “não terem se acostumado”, como nos disse um pai que teve seu filho por quase dois anos em Londres e não “produziu nada”.

São fruto, ainda, da ausência de condições de inserção no país – “foi pra lá sem saber falar nada do tal do inglês, voltou pior do que foi, ou botou tudo fora lá, a gente não sabe, não é? Só sei que para cá não veio nada”; de gente que, “na pressa de investir o dinheiro, não pegaram orientação de ninguém e se deram mal”. Vimos, também, um imigrante brasileiro retornado numa cidade de Santa Catarina (que preferimos não informar), que investiu mais de 60 mil numa pizzaria “ultramoderna”, como disse um vizinho seu da cidade, proprietário do hotel que nos hospedamos, sendo que “já há três pizzarias na cidade e a cidade não tem mais do que dois mil habitantes; sem dúvida, vai

¹ Ver uma análise sobre essa dinâmica de transição entre o espaço de destino e o retorno, em: MASSOT, S. Le retour des migrants ou l’émergence de “nouveaux ouzbeks”: les effets d’un rite de transition. In: *Revue Européenne des Migrations Internationales*, n. 23. Paris, p. 59-84, 2010.

quebrar logo, esse é um que vai ter de voltar de onde veio meio logo; para recuperar o que gastou não vai ser fácil”.

A OIM/Brasil, em seus relatórios, informa que apoiou, entre 2016 e 2020, mais de 4.000 brasileiros que retornaram voluntariamente de vários países, em particular, com mais intensidade dos Estados Unidos e de Portugal. No âmbito dos retornos forçados, em 2019, foram 17.800 brasileiros detidos na fronteira do México com os Estados Unidos. E, em alguns meses de 2021, em plena pandemia, mais de 30 mil brasileiros foram barrados tentando entrar naquele país.



Mapa do retorno de imigrantes para o Brasil entre 2016-2020. Fonte: OIM-Brasil. Fonte: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/Publications/OIM-informe-AVRR-2016-> acesso em 20/06/2022.

Além dessas questões todas, há, também, no Brasil, a denominada fuga de cérebros. Em 2020, cerca de quase quatro mil profissionais qualificados, com ensino superior e pós-graduação concluídos, buscaram o caminho em outro país, com maior expressão para os Estados Unidos (Folhapress, 2021).² “O número de pedidos de trabalhadores brasileiros considerados prioritários e de alta qualificação - como cientistas, atletas ou altos executivos - por um visto de trabalho nos Estados Unidos chegou a 3.387 no ano passado, um aumento de 10,5% em relação a 2019 e o maior patamar em ao menos 10 anos. [...] De acordo com dados do Departamento de Imigração norte-americano, compilados por consultorias especializadas do setor, o novo movimento de fuga de cérebros do Brasil ficou mais intenso nos dois primeiros anos de governo do presidente Jair Bolsonaro”.

Nesse sair e retornar, não é incomum histórias de imigrantes que retornaram prósperos e ficaram mais empobrecidos que antes em pouco tempo. “Se tu não sabes administrar ou escolher certo onde investir, o que tu levaste quatro ou cinco anos para ganhar, tu detonas em quatro, cinco meses; para nós aqui, não adianta o retorno de um filho pródigo, ele tem de vir próspero!”, disse-nos um pai que tem um filho há sete anos entre Itália e Áustria, mas que retornou duas vezes decidido a ficar e acabou voltando a ser imigrante.³

As dificuldades se dão em horizontes múltiplos no interior da família. Filhos também são sujeitos desse processo. Eles incorporam dimensões múltiplas de sociabilidade, referências e racionalizações (ausência dos pais, cuidados pelas avós e avôs, retorno de um ou dos pais, possibilidade de emigrar e reagrupar, de voltar junto com os pais e ser também um imigrante, etc.). Dizem Siqueira e Campos (2008, p. 85) que retornar “sem demonstrar o ‘sucesso’ do projeto migratório, é extremamente penoso para o emigrante. A vergonha, o fracasso e os anos perdidos na busca do seu principal objetivo - melhorar seu padrão de vida e consumo - são evidenciados quando retornam sem a conquista tão esperada”. Continuam os autores dizendo que “se por um lado existe continuidade na ideia de retorno nos projetos migratórios, por outro, as características desse retorno, quer na formulação dos

² Ver mais em: <https://www.otempo.com.br/economia/fuga-de-cerebros-salta-40-sob-governo-bolsonaro-1.2496658>.

³ Sobre investimentos nos espaços de retorno, desenvolvemos algo em nosso livro: *Estrangeiros, extra-comunitários...*

projetos, quer na reinserção no país de origem, mostram-se mais complexas e matizadas, contrariando a primazia do ‘econômico’ nos processos migratórios” (Siqueira; Campos, 2008, p. 93). Há relações que os envolvem nessa ação de retornar e nas opções de permanência como retornado, as quais são difíceis de definir e não são homogêneas.

As múltiplas estratégias de fluxos que os imigrantes lançam mão devem, também, ser vistas sob a ótica das oportunidades, das descobertas e atrações (Massot, 2010). Fechamentos de espaços podem significar aberturas em outros. Nesse sentido, os imigrantes revelam serem sujeitos ativos do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que são vítimas de mudanças ambientais, culturais e religiosas, além de provocar outras mudanças nos espaços de destino e nos de origem, quando de suas saídas. As lutas de muitos para chegar onde estão revelam-se problemáticas se tiverem que retornar. O retorno pode ser muito traumático, mas se houver planejamentos e auxílios nos espaços de origem das saídas, poderá haver uma atenuação de incertezas, temores e conflitualidades.

Autores analisam a dinâmica pendular, ou seja, sair, retornar e reemigrar como sendo expressão de interdependência de fatores econômicos, familiares, desejos pessoais, legislação, expectativas, interesses, estratégias de sujeitos e de coletivos familiares, laços interpessoais que conectam imigrantes nos dois espaços. Faist (2010) coloca que o retorno é a expressão clara da existência de redes nas dinâmicas migratórias. Diz Castro (2020, p. 163) que “es sensato pensar que la familia representa un soporte que permite la prolongación de las relaciones familiares en la distancia, suministra información que favorece la preparación del regreso, y actúa como red de apoyo que facilita el proceso de reasentamiento que precede al retorno”. Nessa centralidade da família na lógica de sair e retornar, há o “sonho de se dar bem, de fazer certo, que dê certo, que valeu a pena o sacrifício, quem foi grande para todos, de passar o que foi passado para chegar até aqui”, como um pastor haitiano, em oração na sua igreja em Passo Fundo, proferiu. As dificuldades de ida, muitas de retorno, algumas, inclusive, sendo desastrosas, juntas compõem a dinâmica migratória que sempre existiu.



Imigrantes tentando atravessar o Mediterrâneo, na sua rota central, considerada uma das mais perigosas do mundo. Estima-se que mais de 19,5 mil pessoas morreram tentando atravessá-la, desde 2014. Foto: Getty Images. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61979671>.

Já mencionamos que há ambiguidade conceitual sobre o que seja o retorno (Castro, 2020). Alguns, inclusive, dizem que é uma etapa a mais do processo migratório. Estudos centram mais na decisão individual, do retorno do homem para agrupar sua família no espaço de origem, porém com a maior intensidade da imigração feminina, e não apenas para acompanhar o marido.

Nos últimos anos, fala-se em retorno como estratégia frente à crise econômica de 2008, bem como ao período pandêmico de 2020/2022. Segundo Cassarino (2004), na perspectiva neoclássica, os imigrantes buscam otimizar o fator lucro e o fator experiência no estrangeiro, e isso só termina quando buscam reagrupar sua família no espaço de destino. Se o retorno for no espaço de origem, a imigração poderá ter uma conotação frustrante. Nessa abordagem, a busca pelo bem-estar da família é o ponto central e a razão de emigrar e/ou permanecer fora de seu espaço de origem. Na referida concepção, não se discute classes, diferenciação de famílias e esferas reprodutivas. Porém, outras abordagens centralizam elementos como os investimentos nos locais de origem dos imigrantes. Nesse sentido, o retorno seria expressão de uma experiência que deu certo (Castro, 2020; Cassarino, 2004). A família, mais do que o indivíduo, teria um papel preponderante (estudo dos filhos, redes de parentesco, divórcio, etc.), bem como o mercado de trabalho e o *status* social dos imigrantes.



Visita da Embaixadora do Senegal no Brasil aos imigrantes senegaleses em Passo Fundo, em setembro de 2017. Foto: Matheus Morais/ DM. Fonte: <https://diariodamanha.com/noticias/embaixadora-do-senegal-cumpre-agenda-em-passo-fundo/>.

Vimos, em nossas pesquisas, que alguns imigrantes podem retornar e outros ficarem como estratégia para enfrentar limites vivenciados no espaço de destino, assim como em razão de necessidades e obrigações no espaço de origem, uma espécie de *desreagrupamento* (Castro, 2020) auto deliberado e que reavalia o projeto migratório, assim como o retorno de alguns membros da família pode ser transitório, como uma ação que reacomoda o grupo familiar frente às circunstâncias conjunturais (Gnoatto, 2022). Para Castro (2020, p. 168), é interessante reconhecer a “heterogeneidad, el carácter multifacético, multidireccional y dinamismo del proceso de retorno. En lo que respecta a la familia, resulta evidente la poca atención que ha recibido esta instancia como objeto de estudio dentro del cuerpo central de los estudios migratorios. [...] la familia se observa como un eje articulador que interviene directamente en el dinamismo y la circularidad de los movimientos de retorno, a la vez que permite una comprensión más sistemática de algunas de las

implicaciones que el contexto global imprime sobre las interacciones al interior de las familias que tienen presencia de retornados”. Por isso, o regresso ao local de origem faz entrecruzar e avaliar mundos.

A ideia do “retorno do filho próspero”, com dinheiro no bolso, nem sempre acontece, pois, dimensões múltiplas justificam o retorno e nem sempre esse é expresso pela prosperidade, bem como o “aqui” torna-se tão expressivo do desgosto e do estranhamento em relação ao “lá” (local de origem). Um senegalês de Casamance nos narrou: “[...] quando retornei, foi uma vez só, e vi que muita coisa mudou em Casamance, lá na minha cidade é a mesma coisa. As pessoas dizem que o Senegal mudou, que a imigração vem mudando o país, as pessoas, que é muito produto da Europa, do jeito da Europa, muita coisa da China. [...]. Quem sai deixa melhor as famílias. Eu estou guardando dinheiro agora para comprar um carro para meu irmão. [...]. Antes o pessoal enviava dinheiro para melhorar ou terminar a casa, agora é carro e roupa de grife, as pessoas querem se mostrar melhor [...]”.

Um outro entrevistado disse que, talvez, terá de retornar logo do Brasil, “pelo fato de que um irmão comprou uma casa de sorvete e quer que eu vá para lá, em Dakar. [...]. Eu já botei muito dinheiro, de mais de dois anos de trabalho. [...]. Talvez investir lá seja uma boa, mas não sei, não sei como vai o país, há muito problema lá, de governo, de pobreza; tenho medo de perder tudo o que fiz aqui”; com isso, segundo o entrevistado, ele não vai “em vez delas vir, eu retorno, mas ainda vou ver bem; certeza, certeza, eu ainda não tenho, vai depender de muita coisa. Agora eu penso assim, depois pode ser que eu mude de ideia”.

Narrativas de entrevistados enfatizam a intensa dependência financeira das esposas. “Ela (esposa) espera todo o dia o dinheiro daqui. [...]. Eu mando um pouco por semana, porque senão ela gasta tudo numa pegada só, troca de celular, essas coisas modernas. Pago sempre taxa (transferência de dinheiro), mas é melhor assim. Daí eu controlo tudo”.⁴ Muitos papéis, tarefas, funções e obrigações podem mudar, porém, mesmo no espaço migratório, relações patriarcais permanecem. Em razão dessa dependência financeira e da necessidade de redefinir esse processo, bem como outros de ordem cultu-

⁴ Entrevista direta com senegalês (n. 9), que emigrou para o Brasil há três anos. Nesse período, esteve por quase um ano na Argentina. Reside numa pensão em que há mais de duas dezenas de imigrantes e trabalha num frigorífico na cidade de Marau.

ral e social, os dados demonstram que senegalesas emigram. Elas expressam e dinamizam a emigração dos serviços, da flexibilização no mercado de trabalho. Seu papel também é importante na esfera da reprodução física e simbólica da família, com suas responsabilidades e deveres (Ambrosini, 2010).

Vimos, em entrevistas em tempos passados com imigrantes brasileiros na Itália e mesmo com senegaleses na atualidade, que as reemigrações são constantes e que o retorno ao local de origem raramente denota o fim do ciclo migratório. Há processos diferenciados em relação à decisão de migrar de anos antes, porém alimentados por dinâmicas produzidas na sociedade (falta de emprego), mas, acima de tudo, baseados em horizontes subjetivos, culturais, de representação simbólica, de socialização, que acabam fazendo com que “a gente não se acostume mais aqui”, como nos disse um senegalês retornado em Dakar e que está se “organizando para ir para os Estados Unidos, ou se não der, volto para o Brasil”.

As reemigrações fazem parte “de quem já começou, eu estou convencida de que é só começar”. Segundo Sayad (1999, p. 67), esse processo é como um vício, “[...] deixa as pessoas mais independentes e com desejo de sempre tomar decisões, e uma dessas decisões é emigrar sempre”. Acreditamos que são produzidos confrontos de expectativas entre ambos os espaços, de origem e chegada. O difícil mesmo, como um senegalês retornado em entrevista no Senegal nos disse, é o fato de que “parece que o passado passou. [...] Aqui ficou tudo diferente, eu já não me acostumo mais, prefiro a comida do Brasil, o arroz e feijão de vocês”. Na realidade, o desafio é restabelecer tempos que ao passado pertenciam (Ambrosini, 2017; Cassarino, 2015). É difícil interpretar as ambivalências e múltiplas diversidades do ato de emigrar e retornar, permanecer e/ou reemigrar, se não tivermos em mente processos subjetivos e do contexto temporal vivido pelos imigrantes (Macedo, 2019). Afetividades, saudade, família, os amigos, as redes no país hospedeiro e no espaço de origem, desemprego, ganhos, doenças, obrigações, etc. vão se constituindo e produzindo alterações e decisões.

Obtivemos respostas bastante unânimes em torno da decepção do retorno. Algumas delas se expressam na incapacidade de investimento no local de origem que traga bons resultados (pelo fato de ter investido e não ter dado certo), do salário baixo, da falta de trabalho, do convívio direto e próximo

com problemas familiares (doenças, conflitos, problemas financeiros, etc.), que “de longe, parece que não pesam tanto, tem alguém aqui que dá conta; a gente volta, parece que cai um mundo em nossas costas”, disse-nos um imigrante em Urussanga (SC), numa pesquisa que fizemos sobre brasileiros retornados da Itália.⁵

Percebemos mais homens retornados do que mulheres. Durand (2006, p. 176)⁶ também percebeu isso em sua pesquisa. A mesma explica que “é possível que os processos de adaptação sejam mais efetivos e viáveis no caso das mulheres. Os homens se adaptam ao mercado de trabalho, porém as mulheres se adaptam ao ritmo e matizes da cotidianidade”. Isso se deve, talvez, ao fato de mulheres encontrarem e se estabelecerem em trabalhos de maior possibilidade de permanência, em geral, no interior das famílias. Porém, é bom ter claro que as situações específicas revelam diferenciações, vínculos, integrações, sofrimentos, enfrentamentos, racionalizações e decisões contemporaneizadas por múltiplas causalidades, o que demonstra que os imigrantes passam a ser sujeitos de relações, interações e que são constantemente desafiados a tomar decisões entre partir e retornar. Há protagonismos, racionalizações movidas pelas duplas ausências e presenças ao mesmo tempo. Uns vão e outros voltam, muitos dos que voltaram, vão de novo, outros não retornam mais a ser imigrantes, porém permitem a saída de outros membros da família e, assim, as realidades vão se alimentando por múltiplos fatores e heterogeneidades.

Enfim...

Insistimos, em toda a nossa singela e panorâmica análise deste quarto eixo, que a realidade do retorno vai depender muito, mas não só, do que se passa no momento da imigração, das condições concretas de vida econômica e afetiva, da sociabilidade e do “gosto pelo país”, do clima e das mudanças que se dão no contexto internacional e, particularmente, nos países de origem e

⁵ TEDESCO, J. C. *Entre raízes e rotas...*, op., cit.

⁶ Ver DURAND, J. Los inmigrantes también emigran: la migración de retorno como corolario del proceso. In: REMHU. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XIV, n. 26 e 27, Brasília, p.167-189, 2006, p. 176.

de destino. Damos ênfase ao fato de que há possibilidades das remessas se transformarem em iniciativas e recursos ao desenvolvimento; contudo, dependem de muitos fatores, mas, acima de tudo, do estado em garantir estruturas e quadros político-institucionais que sejam integrados, estáveis, com o objetivo de continuidade, envolvendo vários atores institucionais e informais. Políticas precisam ser realizadas não só para impedir a saída, as quais se revelam mais custosas e quase inoperantes, mas, também, para criarem condições infraestruturais e institucionais de desenvolvimento.

Vimos que o desenvolvimento funciona como uma estratégia de cooperação, revitaliza a presença de imigrantes e o seu papel nos dois espaços. Se for bem feito, revela, também, a imigração e os imigrantes como um imenso recurso econômico, social e cultural dos territórios, e de sujeitos que lá, no espaço de origem dos fluxos, vivem. Ele demonstra que a imigração e os imigrantes estão presentes efetivamente em um espaço, porém com ação em dois, numa dimensão bidirecional (Marini, 2015). Com isso, podemos afirmar que imigrantes na distância também se constituem em atores políticos e articulam cadeias de responsabilidades entre coletivos deles e de suas relações com autóctones e com os locais de origem (Durand, 2006; Ambrosini, 2010).

Nessa dimensão, é importante refletir sobre as formas novas, transnacionais, de autoridades tradicionais e econômicas nos países de origem dos imigrantes, tais como a realocação dos processos econômicos e simbólicos, políticos e culturais, para além das políticas assistenciais. É premente também que se discuta sobre a costumeira ineficiência das instituições estatais em promover bem-estar para toda a população em razão de interesses envolvidos e de entidades que nem sempre estão adequadas ao interesse público (Marini, 2015). Através de ações de promoção social e econômica, constituem-se comunidades sem haver proximidade geográfica já que, em geral, esses agrupamentos e/ou congregações surgem a partir do horizonte territorial de vizinhança.

Entendemos que as situações são dinâmicas, ou seja, se o imigrante permanecer no país de destino não há garantia de tempo nem de retorno e, a volta ao local de origem pode não ser definitiva. Há um conjunto amplo de fatores, em que, para algumas situações, poderão ser dadas prioridades que em outras não são mais centrais. Porém, não há dúvida de que a dimensão econômica (trabalho, ganhos, investimentos, empreendedorismo, sustento

da família, etc.) passa a ser central; é o aspecto que dá a identidade de emigrante, que justifica e legitima, em boa parte, a ação de migrar.

É comum que racionalizações aconteçam antes, durante e depois do processo migratório em relação ao retorno – “retornar de novo para aquele lugar? Parece que é voltar para trás! [...] É tão bom ficar longe dos problemas da família!”, disse-nos uma imigrante de Guarapuava, residente em Verona (Itália), que vivia um dilema entre a saudade e a obrigação familiar, pois deixou um filho de quatro anos com avós e alimentava o temor de encarar novamente “aquele lugar”. A mesma disse-nos não ter pensado nisso no momento de sair, nem de ter prometido voltar logo, mas, também, relatou não ter condições de levar o filho, se o tivesse feito, “tudo mudaria, queria que ele fizesse a vida dele aqui, não lá. Aqui é futuro”.⁷

Imigrantes poupam muito para poder enviar dinheiro e investir junto às famílias e no local de origem no Senegal. Com isso, eles contribuem para atenuar a crise financeira ou o risco econômico dos familiares, dinamizam um processo internacionalizado das trocas e de capitais, além de viabilizar meios e auxiliar para que o Senegal esteja inserido na economia global. São realizados investimentos em setores imobiliários e automóveis, bem como ampliação no poder de compra dos que permanecem no país. Dessa forma, , viabiliza-se o “reembolso de honra” (Diop, 2001, p. 22) a quem auxiliou os que emigraram, como expressão da intensidade das relações sociais antes de partir (Fall, 2016).

A lealdade do emigrante em relação à sua família revela-se nesse âmbito. Ela estimula a emigração e incorpora efeitos multiplicadores. Por isso, o envio de remessas transforma o emigrante num sujeito econômico que pondera seus recursos num território e, também, no outro (Ambrosini, 2009). É a expressão de sua identidade atual que se revela num horizonte de protagonismo de sua ação e de seu duplo pertencimento territorial. Essa dimensão das remessas revela-se no campo material e objetivo, compõe e carrega consigo horizontes subjetivos do imigrante, envolvendo o campo familiar, afetivo, de *status*, da dádiva familiar e de parentesco, ou seja, seu vínculo com o local de origem (Quattrocchi; Toffoletti; Tommasin, 2003).

⁷ Conversa informal com uma imigrante brasileira que reside em Verona, oriunda de Guarapuava, estado do Paraná, em junho de 2022.

Entendemos, ainda, que na correlação entre remessas, retorno, transnacionalismo e desenvolvimento, deve-se ter uma ação política mais de cooperação descentralizada, envolvendo os imigrantes de modo ativo em seus países, mas, também, em seus espaços de destino, agregados às macropolíticas de instâncias públicas/governo e financeiras internacionais, com a participação efetiva de associações, cooperativas, ONGs, bancos locais, universidades, sindicatos, jovens, mulheres, igrejas, dentre outras entidades, com múltipla participação nos dois países, bem como grupos de base local em redes e trocas de experiências. A partir daí, talvez se evitaria ou se tentaria, pelo menos, coibir a fuga de cérebros. Insistimos, também, que se deve reconhecer e acreditar na capacidade de gestão dos países e instituições de origem, reconhecendo o papel ativo das mulheres. (Marini, 2015; Durand, 2006; Mestre; Moro, 2008). Isso, ao que nos parece, não é ainda lugar-comum. O grande imperativo é ter isso como agenda prioritária de política.

O imigrante retornado se vê envolto a elementos simbólicos e seus múltiplos significativos, que vão desde as aprovações/reprovações, sentimentos de inveja e de diferenciação, bem como de reconhecimento e decepção. A noção de “estrangeiro” pode também se revelar no local de origem, ou seja, o imigrante pode se sentir um estrangeiro do/no e para o local (Assis; Campos; 2009).⁸ As (con)vivências em espaços e as (situ)ações concretas vividas em ambos podem produzir representações que se alteram no decorrer do tempo. Essa realidade tende a se firmar e produzir desejos de permanência por mais tempo no país, pois faz com que indivíduos passem a redefinir algumas relações que os *prendiam* ao seu local de origem, além de produzirem outras internamente, com os recursos e as estratégias desenvolvidas por eles e/ou adaptadas às existentes (Dias, 2000).

Entendemos que o retorno é uma espécie de refúgio de um passado recente, mas que pode ser atualizado em razão das mudanças de situações objetivas, de desejos subjetivos, de identificação identitária original (Mestre; Moro, 2008).⁹ O retorno é uma ação movida por múltiplos fatores. Decidir por partir, trabalhar, ganhar dinheiro e, após alguns anos, retornar, deveria

⁸ Para uma análise da dinâmica do “jogo de identidades” de retornados, ver ASSIS, G. de O.; CAMPOS, E. C. De volta para casa: a reconstrução de identidades e emigrantes retornados. In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.1, n. 22, p. 80-99, jul./dez., 2009.

⁹ Ver MESTRE, C.; MORO, M. R. *Partir, migrer. L'élégie du détour*. Grenoble: La Pensée Sauvage, 2008.

de ser a lógica do ciclo migratório. Porém, vimos que não é bem assim. Há o repensar, tanto da permanência, quanto do retorno, até porque este último, como já vimos, não é o fim do ciclo, ou não necessariamente. O retorno, em geral, é impactante, a vida afetiva é importante. As condições de vida no local de origem e de destino dizem muito na decisão. A migração, em geral, é circular, há fluidez nos processos migratórios.

Nesse *mundo em movimento*, produzido pelos imigrantes, vem ocasionando múltiplas questões, algumas sempre existentes, outras produzidas pelos novos contextos, dentre as quais: conflitos e tensões sociais, redefinição de fronteiras nacionais, políticas de fechamento, legislações restritivas, mortes nos mares e nos muros que dividem países, dentre uma série de outros elementos. Alguns destes elementos acirram-se em razão das intensas dinâmicas de alteração social e de resistência de países de destino de fluxos intensos.

Na realidade, nas últimas décadas, imigrantes desafiam pressupostos da globalização, demonstram a fragilidade dos estados nacionais, bem como a debilidade e, ao mesmo tempo, a resistência de ações integrativas e de acolhida. O mundo do trabalho os acolhe, mas a sociedade, de uma forma geral, não os quer. São tratados, ainda, como ameaça e temor. Não há um amplo espectro de políticas e de ações econômicas que tentam resolver a questão pelas suas causas. Fazer isso é, também, reconhecer a histórica colonização/neocolonização e suas consequências econômicas, o imperialismo comercial e tecnológico de países centrais do mundo econômico, a pilhagem das riquezas naturais e as políticas que impediram (e continuam, porém, com outra roupagem, mas com a mesma lógica) a viabilização de um desenvolvimento autônomo, equitativo e, realmente, eficaz e sustentável, de países de origem dos fluxos migratórios. Por isso, não se desenham grandes alternativas e nem alterações no intenso processo em curso, fato esse que continuará a colocar a imigração e o imigrante no centro dos grandes debates e embates sociais na contemporaneidade, bem como em torno de processos que podem e/ou poderiam viabilizar ações e bons resultados, de preferência, duradouros e de desenvolvimento nos espaços de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas notas genéricas:

30 itens para pensar e discutir

ITENS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

1. As migrações internacionais podem ser vistas como janelas que nos permitem visualizar múltiplos horizontes da sociedade contemporânea. Elas se reproduzem na História da humanidade. Portanto, sempre existiram e existirão; são constitutivas da civilização humana; continuam sendo um fato marcante na sociedade atual, porém, não devem ser vistas em si mesmas e, sim, situadas em contextos históricos;
2. Sabemos que as pessoas se movem por múltiplas causas. Sempre foi assim. Não há uma única, nem mesmo no interior de um grupo social/nacionalidade. Elas transpõem fronteiras geográficas em territórios definidos como nacionais e, nessa passagem, novos enfrentamentos surgem, realidades novas se fazem presentes, reprodução de valores, crenças e línguas; superações, perdas e ganhos se mesclam com reações e conflitos sociais;
3. Pessoas migram idealizando uma vida melhor em relação a que está sendo vivida; muitos migram para continuar a viver. Nessa dimensão, migram também múltiplos horizontes imateriais expressos em representações, sonhos, obrigações morais, afetos e crenças. Não são apenas os braços que se deslocam. A dimensão do trabalho é central, mas, não pode ser vista como a única;

4. As migrações, como mencionamos, sempre existiram, porém, em alguns momentos históricos, foram mais intensas, em outros, menos; suas lógicas e relações, em muitas situações, reproduzem-se na História. Na contemporaneidade, revelam-se multiespaciais e multidiversas. Sociedades nacionais que recebem mais imigrantes tendem a imprimir mais resistências e bloqueios, esses manifestos de várias formas;
5. Migrar é uma dimensão *totalizante* na vida em sociedade, no imaginário da civilização, no desejo de descoberta, de transcender fronteiras, de buscar o que não se tem no lugar que se está, de fugir de situações constrangedoras e/ou de perigo de vida. Atualmente são quase 300 milhões de imigrantes (quase 4% da população total do mundo). Porém, a contemporaneidade vem demonstrando uma realidade conflituosa e de difícil gestão, que são os refugiados (de suas múltiplas derivações e causalidades). Os dados recentes da ONU indicam mais de 100 milhões. O Brasil participa com uma ínfima parcela desse amplo contingente: um pouco mais de 40 mil, sendo a grande maioria proveniente de uma nação só, a Venezuela. A status de refúgio concedido aos venezuelanos pelo atual Presidente da República (Bolsonaro) vem sendo usado como fator político, como crítica ideológica ao governo de Maduro no referido país. Muitos refugiados encontram-se na *margin* das regiões do mundo em que o fenômeno migratório ganha mais mídia. Os refugiados tendem a aumentar, principalmente em razão de mudanças climáticas. Estudos vêm alertando sobre isso. Torna-se um imperativo a colaboração de todos em torno desta questão;
6. A produção do medo do/no imigrante funciona como uma bomba que acaba por conflitar ainda mais o tecido social. O medo *do* imigrante serve de retórica para produzir noções de invasão, contraposição à identidade nacional, concorrência no trabalho, mudança religiosa e cultural, enfim, narrativas que se sustentam através da produção do mal-estar, inquietação aberta e/ou velada, em geral, promovida por meios de comunicação que se entendem portadores de um sentimento social comum;¹

¹ Ver, BAUMAN, Z. *La società individualizzata*. Come cambia la nostra esperienza. Bologna: Il Mulino, 2002.

7. Analistas do tema dizem que as novas ameaças do século XXI, objeto da ação da polícia e das legislações restritivas, são os imigrantes. O estigma da imigração produz, além de uma série de imagens, representações, simbologias, ações de estranhamento e racismo, práticas políticas e aplicação elástica e radical de normas e procedimentos de regularização, controles sociais endógenos, muros e barreiras naturais;
8. A sociedade atual revela que tem dificuldade de conviver com o fenômeno migratório. O imigrante é visto como alguém que assusta muito, portador de doenças e de mundos representados pelo atraso social, cultural e econômico. Essa forma de o conceber, produz estigmas, formas de racismo e xenofobia, dificulta imensamente processos integrativos e interculturais, bem como faz com que imigrantes vivam entre os *seus* como estratégia protetiva;
9. A Europa Ocidental e a América do Norte concentram boa parte dos imigrantes laborais e refugiados atuais, porém, centralizam também os denominados “problemas migratórios”. A centralidade econômica e expressão midiática dos países que as compõem tendem a publicizar mais a questão. Há muitos países, de outras regiões do mundo, que também incorporam grandes contingentes de imigrantes e refugiados e que ganham pouca visibilidade, exteriorização e publicização midiática;
10. Podemos comparar as migrações de *ontem* e de hoje para o Brasil e, a partir disso, pensar sobre seus processos históricos, continuidades, diferenças e semelhanças, o que perdura, o que é novo, etc. Julgamos interessante perceber como autóctones, descendentes de imigrantes de *ontem*, reagem, compreendem, valorizam ou não os imigrantes de hoje; ou, então, como os imigrantes de hoje produzem a consciência nacional dos autóctones? Muitas questões que são refeitas hoje podem ser também remetidas a fenômenos do passado? Entendemos que os sujeitos mudam, mas, realidades se reproduzem na História ainda que tenham algumas roupagens diferentes. A imigração nos parece ser uma grande expressão disso;

11. Há uma ideologia nas migrações internacionais que se alimenta e produz representações de vida melhor fora do país, independente dos horizontes concretos das relações sociais que se apresentam. Imagens, imaginários, símbolos, rótulos e desejos são produzidos pelo mundo globalizado, tanto no sentido de atração a determinados locais (países), quanto de resistência à inserção nestes por múltiplos sujeitos sociais e institucionais. Desejo de um lado e resistência de outro se correlacionam e se enfrentam. Essa dinâmica se produz por meio de múltiplas instituições, agências, mediações, redes, políticas públicas e trajetórias geográficas, as quais, nem sempre são isentas de problemas, constrangimentos e exploração;



Mãe e filha tentando atravessar a fronteira entre a Colômbia e o Panamá, na região denominada de Tampão de Darién. Rota migratória e de tráfico de drogas para os Estados Unidos, formada por matas tropicais, montanhas íngremes e rios. Foto: Federico Rios/NYT. Fonte: matéria de Marina Gonçalves. Jornal O Globo, em 13/10/2022. Diz a matéria do jornal *O Globo* que “nem a fome, sede e cansaço, o risco de contrair doenças ou de sofrer violência física ou sexual ao longo de uma jornada de 106 km no meio da selva entre o Panamá e a Colômbia impediram que, até o fim de setembro, mais de 151 mil migrantes, a grande maioria venezuelanos, se arriscassem pela Travessia do Tampão de Darién rumo aos EUA, uma das mais perigosas do mundo”.



Acima, a localização de Tampão de Darién entre o Panamá e a Colômbia. Foto: *Arte O Globo*, 12/10/2022; na sequência, venezuelanos cruzando a selva do Darién no Panamá, com a intenção de chegar ao México e atravessar a fronteira com os Estados Unidos. Foto: EFE - Mardú Marrón, em 13/10/2022.

12. Não podemos deixar de enfatizar que há imigrantes, no plural. A cor da pele, região/país de proveniência, credo religioso, dentre outros fatores, produzem concepções, compreensões e facilidades e/ou bloqueios nos espaços de destino. A migração tutelada é a idealizada por muitas sociedades que hospedam, porém, isso nem sempre é possível. Essa impossibilidade jurídica, ética e política acaba produzindo, como consequência, sempre mais conflitos, barreiras, seleções, muros, legislações restritivas,

necropolíticas, enfim, os indesejados. Nos últimos meses, esse processo esteve bem evidente no Brasil. Vimos centenas de imigrantes afegãos tendo de permanecer dentro do aeroporto de Guarulhos por semanas até serem atendidos por alguma entidade pública. No entanto, vimos o governo oferecendo-se para acolher ucranianos solicitantes de refúgio;

13. Pensamos que nunca podemos esquecer que na atual fase da globalização econômica e informacional, com o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, os países empobrecidos continuam sendo viveiros de mão de obra e de falta de trabalho; tornam-se espaços de consumo para produtos de fora e ofertadores de matérias-primas *in natura*. Essa é uma dinâmica que produz muitas consequências para os países vitimados, uma delas expressa-se pelos fluxos migratórios. Alguém já disse que se a riqueza não vai até os empobrecidos, esses vão em busca dela nos espaços ricos. As estratégias, limites, desafios, perigos, constrangimentos e enfrentamentos, nesse sentido, são intensos. Os caminhos são tortuosos, quando não cheios de barreiras. Segundo Gonçalves (2022), as fronteiras tornaram-se territórios nevrálgicos, em que se encontram indivíduos de vários países, os quais se vêem impossibilitados de migrar de uma forma legalizada, ou seja, pelos caminhos normais que o visto e o passaporte permitem. A fronteira, segundo o autor, expressa terra de ninguém, porém, ao mesmo tempo, terra de todos. Nela se encontram múltiplas nacionalidades, línguas, culturas, bandeiras, etc., com um mesmo propósito: transpassá-la, atravessá-la, ir para o lado de lá, para o espaço idealizado. Ela se torna um caminho fechado, mas, também, entrelaça sujeitos, saberes, experiências de vida, motivos, intercâmbios e descoberta de oportunidades. Diz o autor que “no terreno movediço, minado e escorregadio dos “complexos fronteiriços” proliferam, ao mesmo tempo, ervas daninhas e plantas viçosas. O bem e o mal caminham de mãos dadas, muitas vezes travestidos e irreconhecíveis”. Nela há oportunidades e oportunismos, gente que quer atravessar e gente que se aproveita da situação para traficar e explorar pessoas em situação vulnerável.²

² Ver texto de GONÇALVES, A. Fronteira: oportunidade e oportunismos. In: *Niem-Migração* [site], UFRJ. Matéria enviada, em 22/09/2022.



Imigrantes e agentes de fronteira numa parte do muro construído entre Estados Unidos e México, em São Luis, estado do Arizona. Agosto de 2022. Foto de Nick Ut/Getty Images. Fonte: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2022/09/08/republicans-and-democrats-have-different-top-priorities-for-u-s-immigration-policy/>.

14. As migrações laborais e as solicitações de refúgio, nas últimas três décadas, demonstram novos rumos, novos espaços, novas fronteiras e, novos desafios. O Sul-Sul Global tornou-se espaço de vínculos migratórios mais intensos. Países em desenvolvimento estão com contingentes de emigrantes em alta, e com a presença de imigrantes em proporções semelhantes. É o caso do Brasil, Argentina e Chile, apenas para citar alguns da América do Sul. Países, nesse sentido, vivem neste aparente paradoxo: *mandam embora* muitos dos *seus* e recebem muitos de outros países. São processos que precisam ser entendidos, perceber suas causalidades e correlações, bem como suas relacionalidades;
15. Vimos em nosso estudo específico que a imigração no Brasil vem se revelando intensa, com preponderância de algumas nacionalidades, mais recentemente tendo os venezuelanos na dianteira. O tema das migrações no país está na ordem do dia em vários campos do conhecimento. Novas dinâmicas sociais e relacionais estão sendo gestadas em razão da intensa presença de imigrantes nas últimas quatro décadas, muitas delas alimentadas por polêmicas, contradições, legislação restritiva, novas realidades

como é o caso do campo escolar com filhos de imigrantes e a esfera religiosa em razão da intensa presença de grupos muçulmanos;

16. Comungamos a ideia de que, junto com o imigrante, há um capital social composto de tradições, qualificação para o trabalho, cultura, relações e capacidades de se relacionar com contextos sociais diferentes. Em determinados países, imigrantes incorporam qualificativos sociais em razão da decisão de sair e viver em outro lugar que não seja seu país de nascimento. Ele pode ser um *excluído* no espaço de destino e um *incluído* no de origem. Inclusão e exclusão tornam-se dinâmicas de um mesmo processo: a migração. Partindo dessa premissa, é possível pensar e auxiliar na realização de formas de ação, de auto-organização de imigrantes, de criar representações de direitos, de participação e de cidadania. Porém, esse processo não é linear, nem isento de contradições e de resistências;
17. Os imigrantes só conseguem facilitar suas mobilidades geográficas em razão das redes que vão construindo. Elas agem nas mediações e nos vínculos que são criados antes e durante o processo de deslocamento. Em geral, as redes tendem a auxiliar os imigrantes em várias de suas demandas, principalmente nos primeiros tempos nos espaços de destino. Há múltiplas redes. As principais se constituem no campo familiar, afetivo e religioso (crenças e seus rituais transnacionais), porém, adentram, também, para o campo dos negócios étnicos, locais de procedência, investimentos financeiros, dentre outros. As redes são fundamentais para articular e construir *territórios em cadeias*, bem como associação e pertencimento entre imigrantes;
18. Auxiliados pelas redes, imigrantes podem incorporar dimensões transnacionais em seu cotidiano. Esse processo se revela pelos vínculos familiares, no uso de tecnologias de informação, pelos territórios que se ligam por fatores simbólico-afetivos, culturais e religiosos. Esses elementos encurtam as distâncias físicas para os imigrantes, que *vivem* em dois mundos, estruturam canais que possibilitam sua binacionalidade e sua performance de transmigrante;
19. Independente do fato de viver em dois universos de relações, imigrantes

continuam sendo vistos como uma figura dupla e intersticial, situados e/ou inseridos entre culturas, países, tradições, territórios e línguas. Desse modo, sua provisoriedade, tanto *aqui*, quanto *lá* (está aqui hoje, mas pode não estar amanhã), acaba produzindo falta de confiança, possibilidade de galgar e/ou conquistar alguma mobilidade social no interior do universo laboral, bem como produz certa desconfiança junto a autóctones;

20. Estudos demonstram que imigrantes são funcionais em termos econômicos. Eles otimizam setores da economia em que se inserem (agricultura, construção civil, indústria, pesca, mineração, serviços domésticos, infraestrutura urbana, etc.). Porém, sua importância não se resume ao horizonte do trabalho. Há outras relationalidades que se constituem pela dinâmica social, cultural e religiosa que precisam ser levadas em conta. Além disso, imigrantes servem para capitalizar politicamente partidos de esquerda ou de direita, uns porque os têm como apoiadores, outros pela sua desqualificação e crítica. A realidade política contemporânea, em várias partes do mundo, vem demonstrando isso;
21. Vimos também que imigrantes se organizam em associações de cunho étnico-nacional. Esses coletivos são importantes para viabilizar, de uma forma mais alargada e mais legitimada, os processos de cooperação ao desenvolvimento nos locais de origem. Elas tornam-se eficazes nas demandas e limites dos imigrantes nas sociedades de destino. Isso implica em estar inseridos na sociedade em que vivem, com ações de conhecimento e interesses recíprocos. As associações de imigrantes colaboram para ritualizar pertencimento étnico, demarcar fronteiras nacionais, produzir um capital político do coletivo em questão, mediar ações assistenciais, bem como produzir lideranças;
22. As remessas financeiras revelam uma dinâmica central das relações e da identidade de imigrante. Elas são expressão de vínculos familiares, das dádivas (obrigações morais), das interações sociais com o espaço de origem e do possível retorno, da manifestação social e pública da otimização ou não de ser imigrante. As remessas financeiras podem também ser um grande incentivo a novas migrações e esperança de uma vida melhor para um amplo coletivo de dimensão afetiva;

23. Filhos de imigrantes marcam presença no cenário das escolas. No Brasil, essa realidade vem provocando mudanças nos processos de ensino-aprendizagem nas escolas onde eles se fazem presentes. A presença de segundas gerações nos espaços de destino faz ampliar as políticas assistenciais (educação em particular, mas, também, de creches municipais). As segundas gerações expressam a constituição da família como imigrante, ou da migração como *affaire* de família. Com isso, poderá haver redução da dimensão transnacional que, em grande parte, caracterizou a primeira geração, também alterar o quadro migratório de amanhã. Filhos de imigrantes tenderão a ser compreendidos de uma forma diferente em relação aos seus pais pela sociedade maior. São socializados na sociedade que os hospeda (língua, cultura, relacionamentos cotidianos), porém, terão seus vínculos reduzidos com a sociedade de origem dos pais, fator esse que poderá produzir conflitos no interior da família, principalmente em torno de horizontes culturais e na perspectiva de retorno dos pais;
24. Analisamos em nosso singelo trabalho alguns elementos e/ou pré-requisitos que viabilizam a participação de imigrantes e outras instituições no processo de desenvolvimento econômico e social nos locais de origem dos fluxos. Práticas de cooperação e participação política são fundamentais. Imigrantes conhecem seus espaços de origem, suas demandas, seus limites e muitas de suas soluções. As remessas financeiras, se bem geridas e com auxílio de políticas públicas e outras esferas de mediação (bancos, empresas, ONGs, associações diversas, igrejas, dentre outros/as), poderão ser indutoras de melhor qualidade de vida, de consumo, de geração de renda, de educação e cuidados com a saúde de familiares de imigrantes, mas, também, de espaços locais/regionais nos países de origem. Elas não estancarão os fluxos de saída, talvez até lhe darão maior incentivo, além de criar diferenciações entre famílias (as que possuem emigrantes e as que não). Seria ingenuidade pensar que remessas enquanto tal teriam capacidade de gerar desenvolvimento e estancar a emigração, até porque os motivos de saída são múltiplos. Porém, elas poderão amenizar os sofrimentos, os limites e precariedades das condições de vida da família ampliada de imigrantes;



Momento festivo e cultural denominado “Entre Culturas”, promovido pela Pastoral das Migrações da Arquidiocese de Passo Fundo, em 25/09/2022. Fonte: Foto de Alana Follador.

25. Os imigrantes são sujeitos que desterritorializam e realocam identidades. Eles modificam contextos e a si mesmo. A imigração implica em desenraizamento e re-enraizamento, uma vida em dois universos que se alteram e alternam, nos quais os sujeitos envolvidos jamais serão iguais. Identidades se *mobilizam* no interior dos dois espaços (origem e destino) e fundamentam as relações sociais. Há diferenciações de imigrantes: os que são vistos nas sociedades de destino como atrativos e os que se quer evitar. Da mesma forma, na concomitância das alterações, imigrantes buscam reconstituir processos identitários, adotam estratégias para conservar tradições e crenças bem como ritualizar referenciais que lhes são próprios;
26. A dimensão do retorno ao espaço de origem passa a ser, em boa parte, um processo integrante das decisões que envolvem a saída e/ou é construído pelas relações no espaço de destino. Muitos imigrantes retornam, outros não o fazem porque a terra de origem deixa de ser o espaço idealizado para voltar. Os motivos para as decisões são variados. O que se evidencia mais pela literatura que analisamos é que a família é fundamental na decisão de retornar. Ela o foi para sair, e o é para retornar. Os mesmos pressupostos da saída podem servir para o retorno. O ciclo migratório idealizado (sair, ganhar dinheiro e retornar ao local de origem de uma forma planejada) é o que deveria acontecer. No entanto, nem sempre é assim. Há inúmeras questões envolvidas nos dois espaços, mudanças de rumo e de sentidos. Não obstante, é necessário estudar também os retornos, pois eles são reveladores de decisões de múltiplas dimensões e causalidades, da própria identidade de imigrante e das concepções produzidas e comparadas entre os dois espaços (origem e destino);
27. Questões de gênero *migram*, bem como desenvolvem-se (em geral, reproduzem-se) nos espaços de destino. O horizonte do trabalho, a sua remuneração, o fato, muito comum, de mulheres migrarem depois de um tempo que pais e/ou maridos o fizeram, também revelam desigualdades e diferenciações. No entanto, estudos demonstram que, nas últimas décadas, elas estão migrando mais, não necessariamente para reagrupar famílias, inclusive mulheres não casadas, fato esse quase impossível até

bem pouco tempo em algumas nações. Dados estatísticos gerais das migrações internacionais demonstram que elas estão em situação de paridade aos homens; em algumas nacionalidades, elas os superam, como é o caso da imigração brasileira na Itália;

28. Não podíamos deixar de mencionar, neste campo das relações de trabalho, as atividades do setor Halal em frigoríficos no Sul do Brasil, até porque revelam-se muito dinâmicas e estão nas causas de muitas migrações. O vínculo entre trabalho e religião expressa-se com intensidade nesse horizonte laboral, bem como a importância do Islã e dos imigrantes que são seus seguidores. Dezenas de frigoríficos no Sul do Brasil possuem essa atividade diferenciada de abate de frangos e de gado, com cuidados, regramentos, simbologias e crenças que correlacionam a alimentação com a religião. Nesse âmbito, fatores da tradição religiosa, também, imbricam-se com a dinâmica moderna de mercados globais, mediados, em boa parte, por imigrantes;
29. O estado nacional (estado-nação) possui um papel central no gerenciamento dos fenômenos migratórios. Legislações, barreiras físicas, acordos diplomáticos, repatriamento, políticas de incentivo à atração e ao retorno, políticas sociais e de cidadania, normativas e exigências para conseguir vistos permanentes, políticas de regularização coletiva, constituição de campos de refugiados, abertura e fechamento de fronteiras, investimentos financeiros em países de origem de fluxos, dentre outros processos, estão nas atribuições do estado nacional. Não são raras as ações repressoras e a disseminação do perigo da imigração produzidas por determinados governos. Desse modo, a governabilidade das migrações depende muito da dinâmica social, política e econômica de contextos e de governos;
30. Não há como não mencionar a questão da Pandemia da Covid, pois ela marcou a sociedade nesses últimos dois anos e meio e, os imigrantes estiveram também no centro do processo. Múltiplas ações foram implementadas por governos para “se livrar” deles, quando não para culpá-los pela intensa disseminação em razão das mobilidades entre nações, suas péssimas condições de moradias, trabalhos desenvolvidos em espaços de

maior aglomeração de pessoas (trabalhos braçais), falta de documentação e de recursos para realizar testes, incorporar políticas emergenciais de governos, dentre outras questões. Fronteiras foram fechadas, aproveitou-se o contexto para legitimar expulsões e repatriamentos. Imigrantes vivenciaram situações em que não podiam ficar no país de destino e, muito menos retornar para os seus em razão de fechamentos de fronteiras. Atividades laborais permitidas em momentos de impedimentos de mobilidades (*lockdown*) nas cidades, muitas delas, foram exercidas por imigrantes. Foi um cenário que revelou as concepções sociais sobre eles nas sociedades maiores, legitimaram-se ações de estado, bem como aproveitou-se para disseminar ainda mais o ódio, o racismo, a necropolítica e a exploração aos imigrantes.

Enfim, nesse esboço genérico e panorâmico sobre a imigração contemporânea, entendemos ser necessário conceber o fenômeno numa perspectiva de interconexão entre o local, regional e o global, bem como entre os processos estruturais e subjetivos. Julgamos necessário perceber as estratégias produzidas entre imigrantes regulares e os irregulares, compreender a criação de mercados legais e sistemas informais deliberados e produzidos pelos indivíduos envolvidos, as relações de cooperação, de troca, de desenvolvimento entre regiões, indivíduos e grupos sociais, em relacionalidades constituídas em espaços múltiplos, em tempos e situações que se entrecruzam. Na realidade, isso sempre existiu, com maior ou menor intensidade, ou centralidade de um ou outro processo. O importante é que possamos compreender melhor para melhor agir, integrar imigrantes e reduzir conflitos, conceber que a imigração é parte integrante da constituição da sociedade, que todos nós fomos, somos ou seremos imigrantes, ou, então - forçando mais ainda o traço - carregamos em nosso DNA social e cultural, a dimensão migrante. Por isso, a sensibilização para essa realidade poderá auxiliar numa melhor convivência *com e como* imigrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR. *Refugees/migrants. Emergency response*. ONU. Documento. 2016.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: el poder soberano y la nuda vida*. Madrid: Pre-textos, 1998.
- AGIER, M. *Migrações, descentramento e cosmopolitismo. Uma antropologia das fronteiras*. Maceió-São Paulo: Edufal-Unesp, 2015.
- AJELLO, A. R. Riflessioni epistemologiche e teoretiche sulla pedagogia interculturale. In: *Studi Emigrazione*, XXXVII, Roma, n. 140, p. 745-755, 2000.
- ALEXANDRE, Ivone J. *A presença das crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop/MT: o que elas visibilizam da escola?* 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos.
- ALIEVI, S. *La spirale del sottosviluppo*. Bari: Laterza, 2020.
- ALMEIDA, R. G. de. Democracia cercada. Uma análise sobre os muros de fronteira com base no “paradoxo da legitimidade democrática” de Seyla Benhabib. *Revista Carta Internacional*. Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 80-103, 2020.
- ALPHONSE, Fritznel. *História, migração, racismo e xenofobia brasileira: diálogo sobre os haitianos no brasil desde 2010*. VI Seminário Discente, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, 2018.
- ALVAREZ, S. P. Migrazione e Agenda 2030: concepire la migrazione como fenômeno intrínseco al cambiamento sociale. In: *IDOS. Dossier statistico immigrazione 2019*. Roma: Fondazione Idos, 2021, p. 26-28.
- AMBROSINI, M. Famiglie migranti. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2016*. Milano: Franco Angeli, 2017, p. 257-278.
- AMBROSINI, M. *Famiglie nonostante*. Come gli affetti sfidano i confini. Bologna: Il Mulino, 2019.
- AMBROSINI, M. *Sociologia delle migrazione*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- AMBROSINI, M.; MOLINA, S. *Seconde generazioni. Un'introduzione al futuro dell'immigrazione in Italia*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 2004.

AMBROSINI, M.; ABBATECOLA, E. (a cura di). *Famiglie in movimento: separazioni, legami, ritrovimenti nelle famiglie migranti*. Genova: Il Melangolo, 2010.

ANDALL, J. Italiani o stranieri? La seconda generazione in Italia. In: SCIORTINO, G.; COLOMBO, A. *Stranieri in Italia. Un'immigrazione normale*. Bologna: Il Mulino, 2003, p. 281-307.

ANDRADE, Everaldo de O. A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano. *Revista eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 20, jan./jul. 2016, p. 173-196, 2016.

ANJOS, F. dos et al. (Orgs.). *Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão – o novo proletariado de serviços na era digital*. Editora Boitempo, 2ª edição, 2020.

ARAÚJO, Dina et al. Notas Metodológicas. In: CAVALCANTI, L. et al. (Org.). *A Imigração Haitiana no Brasil: características sócio demográficas e laborais na Região Sul e no Distrito Federal*, v. 3, 2019, p. 10-22.

ARAÚJO, R.; SARMIENTO, E. América Latina, a Covid-19 e as migrações forçadas: perspectivas em movimentos, muros epidemiológicos e sombrias imagens. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 34, nº 73, p. 239-261, Maio-Agosto 2021.

ARENDT, H. *Las orígenes del Totalitarismo*. Madrid: Taurus, 1963.

ASSIS, G. de O. *Estar aqui... estar lá. Uma cartografia da vida entre dois lugares*. Florianópolis: UFSC, 1995. Dissertação em Antropologia Social.

ASSIS, G. de O. A escolarização dos jovens migrantes brasileiros: problemas e perspectivas. *Revista Imaginário*. USP, v. 13, p. 357-378, 2007.

ASSIS, G. de O.; CAMPOS, E. C. De volta para casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 80 – 99, jul./dez. 2009.

AZEVEDO, R. S.; AMARAL, C. T. As dimensões da docência no ensino às crianças imigrantes e refugiadas: estudo de caso com professores em Goiânia. In: *Revista Inter-Ação*, v. 46, n. 2, p. 762-777, 2021.

BADIER, B. *Pour une autre regard sur les migrations: construire une gouvernance mondiale*. Paris: La Découverte, 2008.

BAENINGER, R. et al. (Org.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO, 2018.

BAENINGER, R.; PERES, R. G. Refugiados africanos em São Paulo: espaços de migração. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 3 (24), p. 97-110, 2011.

BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020.

BAENINGER, R. et al. (Org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

BAGANHA, M. I. A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo:

Cortez, 2022.

BAGGIO, Roberta C.; NASCIMENTO, Daniel B. Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). *Migrações e direitos humanos – Problemática Socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2019.

BALDINI, M. Il contributo econômico dell'immigrazione. In: *IDOS. Dossier statistico immigrazione 2019*. Roma: Fondazione Idos, 2021, p. 317-323.

BARAU, J. *La planète des migrants. Circulations migratoires et constitution de diásporas à l'aube du XXI siècle*. Paris: Armando Colin, 2007.

BARBAGLI, M. *Immigrazione e reati in Italia*. Bologna: Il Mulino, 2002.

BARBAGLI, M.; COLOMBO, A.; SCIORTINO, G. (a cura di). *I sommersi e i sanati. Le regolarizzazione degli immigrati in Italia*. Bologna: Il Mulino, 2004.

BARBOSA, L. S. *Imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul: uma etnografia de sua inserção no contexto sociocultural brasileiro*. Santa Maria: PPGCS/UFSM, 2015.

BARROS, C. R. *Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência*. São Paulo: USP, 2017.

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Z. *Dentro la globalizzazione. Le conseguenze sulle persone*. Roma-Bari: Laterza, 1999.

BAVA, S. Entre Touba et Marseille: Le Mouride migrant et la société locale. In: DIOP, M. C. (Ed.). *La Société sénégalaise entre le local et le global*. Paris: L'Harmattan, 2002, 579-594.

BEAUCHEMIN, C. et al. *Migrations africaines: le codéveloppement en question*. Paris: Armand Collin, 2013.

BECKER, D. Os limites desafiadores do desenvolvimento. In: *Redes*, v. 3, n.2. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 75-105, 1998.

BERTI, F. Globalizzazione, migrazioni internazionali e cooperazione allo sviluppo. In: AMBROSINI, M.; BERTI, F. *Persone e migrante. Integrazione locale esentieri di co-sviluppo*, Milano: Franco Angeli, 2009, p. 44-64.

BESOZZI, E. Sociologia dell'educazione e interculturalità. In: BECCEGATO, L. S. (A cura di). *Interculturalità e scienze dell'educazione*. Bari: Adriatica, 1995, p. 132-151.

BETTETINI, G. et al. Identità, comunicazione e società multiculturale. In: CESAREO, V. (a cura di). *Per un dialogo interculturale*. Milano: Vita e Pensiero, 2017, p. 79-94.

BLANCHARA, M. Donne senegalese in Italia. Migranti Muridi tra iniziativa femminile e controllo della confraternita. In: COLOMBO, A.; SCIORTINO, G. (a cura di). *Stranieri in Italia. Assimilati ed esclusi*. Bologna: Il Mulino, p. 91-118, 2002, p. 147-234.

BOUBEKER, A. *Les mondes de l'éthnicité: voix et regards*. Paris: Ballaud, 2003.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 27-78.

BOURDIEU, P. A imigração ou os paradoxos da alteridade. In: SAYAD, A. A imigração. São Paulo: Edusp, 1998. p. 11-12.

BRIGNOL, L. D. *Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Unisinos, São Leopoldo, 2010.

BRIZOLA, N. F. V. *A reconstrução identitária e de pertencimento nos processos migratórios - relatos de experiências com haitianos em escola pública do município de Marau/RS*. Passo Fundo: UPF, 2021. Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UPF.

CAETANO, J. C. R.; PAIVA, A. M. Migrações, cidadania e interculturalidade. Para uma análise crítica do paradigma dominante nas Ciências Sociais. *Ambivalências*, v. 6, n. 11, p. 35-63, Jan.-Jun. 2018.

CALZA, E. C. *Criança migrante e a escola: diversidade cultural e direito à educação em igualdade de condições*. Passo Fundo: UPF, 2022. Texto para qualificação do Mestrado em Educação (PPGED).

CANEVA, E. *Mix generation. Gli adolescenti di origine straniera tra global e local*. Milano: Franco Angeli, 2011.

CANEVA, E.; BONIZZONI, P.; AMBROSINI, M. *Ritrovarsi altrove. Famiglie ricongiunte e adolescenti di origine immigrata*. Milano: Fondazione ISMU, 2009.

CASELLI, M. *Viaggi, esperienze, ritorni. La migrazione da El Salvador all'Italia*. Mulino: Franco Angeli, 2021.

CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. In: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XXI, n. 41, p. 21-54, jul./dez. 2013.

CASTILHO, D. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade. *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, n. 17, p. 122-54, 2020.

CASTLES, S. *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*. Lisboa: Edições Fim de Século, 2005.

CASTLES, S.; MILLER, M. J; MEZZADRA, S. (a cura di). *I confini della liberta*. Per una analise política delle migrazioni contemporanee. Roma: Derive Approdi, 2004.

CASTRO, Y. Retorno y família en los estúdios migratórios: una revisión de campo. In: *Migraciones*, n. 50, p. 147-172, 2020.

CASTRO, Yeim Claudia. *Extranjero en mi propia tierra: procesos familiares de retorno en Colombia*. 2016. Tese (Doutorado en Estudios de Población) – El Colegio de México, México, 2016.

CAVALCANTI, L. et al. *A imigração haitiana no Brasil: características sócio demográficas e laborais na região e no Distrito Federal*, 2019.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; ARAÚJO, D. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual, 2016.

CEPED (Centre Population et Developpement). *West African from explosion to*

proliferation. 2017. Document.

CESAREO, V. Le politiche dell'Unione europea e la posizione dell'Italia. In: *Studi Immigrazione*, n. 200, Roma, p. 535-556, 2016.

CESAREO, V. Per un novo protagonismo dell'Europa. In: Fondazione ISMU. *Ventiseiesimo Rapporto sulle migrazioni – 2020*. Milano: Ismu, 2021, p. 53-66.

CESAREO, V. *Società multietniche e multiculturalismi*. Milano: Vita e Pensiero, 2000.

CESAREO, V. Uno sguardo d'insieme alle sfide poste dalle migrazioni. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2016*. Milano: Franco Angeli, 2017, p. 7-68.

CESCHI S., STOCCHIERO A. (A cura di). *Relazioni transnazionali e co-sviluppo. Associazioni e imprenditori senegalesi tra Italia e luoghi di origine*, Torino, Harmattan Italia, 2006.

CESCHI, S. (a cura di). *Movimenti migratori e percorsi di cooperazione*. Roma: Carocci, 2012.

CHADE, J. Alemanha contrata médicos imigrantes para ajudar na pandemia. Colunista do UOL 15/04/2020. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/15/alemanha-contrata-medicos-imigrantes-para-ajudar-na-pandemia.htm>

CHARLEAUX, J. P. *Covid-19: os imigrantes na linha de frente na Europa e nos EUA*. Matéria enviada ao niem-migracao@googlegroups.com, em 31 de mai de 2020 por Anna Stauffer.

CHAUDRY, M.; RIAZ, M. *Halal food production*. Boca Raton, FL: CRC Press, 2004.

COGO, Denise. *Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais*. Rio de Janeiro: Tróbia, 2012.

COLLIER, Paul. *Exodus: How Migration is Changing our World*. Nueva York: Oxford University Press, 2013.

COLOMBO, A.; SCIORTINO, G. *Gli immigrati in Itália*. Bologna: Il Mulino, 2004.

COLOMBO, E. (a cura di). *Figli di migranti in Italia*. Novara: UTET, 2010.

COLOMBO, E. Molto piú che stranieri, molto piú che italiani, modi diversi de guardare ai destini dei figli di immigrati in un contesto de crescente globalizzazione. *Mondi Migranti*, Milano, n. 1, p. 63-85, 2002.

CONEDERA, L. O. De Belluno para o mundo: a migração vêneta no século XXI. In: KARSBURG, A.; VENDRAME, M. I; CARNEIRO, D. (Org.). *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*. São Leopoldo: OiKOS, 2021, p. 357-370.

CONEDERA, L. O. Novas mobilidades no novo milênio: a migração italiana no Sul do Brasil (2000-2018)). In: RADÜNZ, R.; HERÉDIA, V. (Org.). *145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. 1ed.UCS: Caxias do Sul, 2021a, v. 1, p. 333-353

CORDERO, A. L. H.; GENTILE, A. Trabajo doméstico en tiempos de coronavirus: la precariedad de las empleadas de hogar migrantes en España. In: *REMHU, Revista*

- Interdisciplinar de Mobilidade Humana. Brasília*, v. 30, n. 65, p. 57-72, ago. 2022.
- CORTE, M. *Stranieri e mass media. Stampa, immigrazione e pedagogia interculturale*. Padova: Cedam, 20002.
- COSTA, R. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre; Caxias: EST; UCS, 1976.
- COTESTA, V. *Lo straniero*. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. Imigração Haitiana Para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. *Revista Pedagógica*, Chapecó/SC, v. 17, n. 33, p. 61-87, jul./dez. 2014.
- COUSSY, J.; VALLIN, J. (éd.). *Crise et population en Afrique: crises économiques, politiques d'ajustement et dynamiques démographiques*. Paris: Les Études de Ceped, 1996. n. 13.
- CUNHA, A. *Migrações e desenvolvimento: lógicas de terreno entre a Europa e a África*. Lisboa: Academia Premium, 2007.
- DAGUERRE, V. *L'immigration: problématiques et défis*. Paris: Éditions du Cygne, 2010.
- DALLABRIDA, V. R. *Dinâmica territorial do desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Unisc, 2005.
- DAVIS, M. et al. *Coronavírus e a luta de classe*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- DE CÉSARO, F. “*Tem que conversar, senão não vende, né?*”: a inserção de imigrantes senegaleses no comércio de rua de Santa Maria (RS). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- DE FILIPPO, E. La componente femminile dell'immigrazione. In: PUGLIESE, E. (a cura di). *Rapporto immigrazione. Lavoro, sindacato, società*. Roma: Ediesse, 2000.
- DECIMO, F. *Quando emigrano le donne*. Bologna: Il Mulino, 2005.
- DELFINO, R. B. *Velhos e novos olhares sobre migrações internacionais e desenvolvimento*. São Paulo: MigraMundo, 2018.
- DELLA PUPPA, F. *Uomini in movimento. Il lavoro della maschilità fra Bangladesh e Italia*. Torino: Rosenberg Sellier, 2013.
- DEMANT, P. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DEMARTINI, Z. de B.; TRUZZI, O. (Org.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: Edufscar, 2005.
- DEMARTINI, Zeila de B. F. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 113-153.
- DIAL, F. B.; SAKHO, P. Migration clandestine féminine: Etude de cas de Dakar et sa banlieu. In: *CARIM. Notes d'analyse et de Synthèse*, n. 56, 2010.
- DIAS, J. B. A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares. In: TEIXEIRA, C. C. (Org.). *Em busca da experiência mundana e seus*

- significados*: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 56-73.
- DIEME, K, *et al.* A migração haitiana e a construção de seus “nortes”. In: *Revista Brasileira de Sociologia*. N 19, v. 08, p. 36-56, mai-ago/2020.
- DIOP, M. C. (Ed.). *La Société sénégalaise entre le local et le global*. Paris: Karthala, 2002.
- DIOP, M. C. Mobilités, État et société. In: ----- (Dir.). *Le Sénégal des migrations. Mobilités, identités, et sociétés*. Paris: Karthala, 2001, p. 13-34.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo. Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- DUPAS, G. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- DURAND, J. Los inmigrantes también emigran: la migración de retorno como corolario del proceso. In: *REMHU. Revista Interdisciplinaria da Mobilidade Humana*. Ano XIV, n. 26 e 27, Brasília, p.167-189, 2006.
- DUSI, P. *Flussi migratori e problematiche di vita sociale. Verso una pedagogia dell'interculturalità*. Milano: Vita e Pensiero, 2000.
- EADE J.; GARBIN, D. *Bangladeshi Diaspora*. Research Report. London: Foreign and Commonwealth Office, 2005.
- ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). *Migrações e direitos humanos – Problemática Socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2018. p. 89-102.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENZENSBERGER, H. M. *La grande migrazione*. Torino: Einaudi, 1993.
- ESPIRO, M. L. “La gente pide que estén los senegaleses”: negociaciones en una ciudad turística de la Patagonia Argentina. *Revista Iluminuras*, v. 24, n. 54, p. 587-624, 2020.
- FAIST, T. The crucial meso-level. En M. Martiniello, & J. Rath (Eds.), *Selected studies*. In: *International Migration and Immigrant Incorporation*. Amsterdam: University press, p. 59-90, 2010.
- FALL, P. D. *Sénégal. Migrations, marché du travail et développement*. Genevra: INES, 2010.
- FALL, P. D. *Des Francenabe aux Modou-Modou. L'émigration sénégalaise contemporaine*. Dakar: L'Harmattan – Sénégal, 2016.
- FAVARO, G.; LUATTI, L. (a cura di). *L'interculturalità dalla a alla z*. Milano: Franco Angeli, 2004.
- FAVARO, G.; NAPOLI, M. (a cura di). *Come un pesce fuori d'acqua. Il disagio nascosto dei bambini e dei ragazzi immigrati*. Milano: Guerini e Associati, 2002.
- FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e Migração. Dois aspectos fundamentais do “retorno”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, p. 89-100, 2010.

- FONDAZIONE ISMU. *Rapporto sulle migrazioni 2021*. Milano: Franco Angelo, 2022.
- FONDAZIONE LEONE MORESSA. *Rapporto Annuale sull'economia dell'immigrazione*. Bologna: Il Mulino, 2021.
- FONDAZIONE MIGRANTES. *Rapporto italiani nel mondo – 2019*. Todi: Tau Editrice, 2019.
- FORNER, N. Religione dell'immigrato negli Stati Uniti e nell'Europa occidentale: ponte o barriera all'inclusione? *Studi Emigrazione*. XLVIII, n. 181. Roma, p. 39-71, 2011.
- FORTES, C.; COSTA, J. P. Imigrantes senegaleses: a presença muçulmana na Serra Gaúcha. In: *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 155, p. 185-209, dezembro de 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Edição 3, São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FRANCISCO, J. S. L. A ilegalidade dos imigrantes como categoria de inclusão social e condição da sua subalternização. Um estudo de caso sobre as migrações de bengalis para Portugal. *Plural: Revista de Ciências Sociais – USP*, v. 27, n. 1, p. 145-167, 2020.
- FRANZINA, E. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- FREUD, C.; RICHARD, J.; THÉNEVIN, P. *L'arachide au Sénégal: um moteur en panne*. Paris: Karthala, 2011.
- GALBRAIT, J. K. *The nature of mass poverty*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- GAMBERONI, E.; PISTOCCHI, F. *L'Africa Occidentale: ritratto di un'Africa che cambia*. Bologna: Pátron-Editore, 2013.
- GAMLEI, A. Migration and mobility after the 2020 pademic. *Working Paper*, n. 146. University of Oxford, 2020.
- GARDNER, K. Transnacionalismo e transformazioni dall'“estero” dell'idea di “casa” nel Sylhet Bangladesh. In: *Mondi Migranti*, 3(5). Gênova, p. 57-89, 2016.
- GNOATTO, V. *A multidimensionalidade na emigração de retorno de brasileiros do Paraguai (1970-2020)*. Passo Fundo; PPGH, 2022. Texto para qualificação da tese em História.
- GODOY, J. M. T. Igreja, religião e disciplina fabril no contexto da industrialização brasileira. *Revista Brasileira de História das Religiões*, São Paulo, ano VIII, n. 22, p. 251-277, maio/ago. 2015.
- GOETTERT, J. D. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2008.
- GOLINELLI, M. *Le trè case degli immigrati*. Milano: Franco Angeli, 2008.
- GONÇALVES, J. M. F. M. *A “modernidade” do sacrifício: Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bengladeshis em Lisboa*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese em Ciências Sociais, 2008.

- GORCZEWSKI, Clóvis. *Direitos Humanos, educação e cidadania*. Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- GOZZOLI, C.; EGALIA, C. *Migrazione e famiglia*. Percorsi, legami e interventi psicosociali. Bologna: Il Mulino, 2005.
- GUARNIZO, L. E. Aspetti economici del vivere transnazionale. In: *Mondi Migranti*, n. 2. Gênova, p. 7-40, 2007.
- GUERRAOUI, Z.; COULON, O. *Transmission familiale et interculturelle*. Paris: Éditions in Press, 2011.
- HAAS, H. De. Migration and development: a theoretical perspective. *International Migration Review*, 44 (1), p. 227-264, 2010.
- HAESBAERT, R. Os Dilemas da Globalização – fragmentação. In: HAESBAERT, Rogério (Org.) *Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo*. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 11-54.
- HAMMOUCHE, A. *Les recomposition culturelles*. Sociologie des dynamiques sociale en situation migratoires. Strasburg: PRES, 2007.
- HANDERSON, J. A morte do presidente do Haiti e o neocolonialismo. In: *Revista Ihu-Unisinos*, 12/06/2021. On line.
- HANDERSON, J. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese de Doutorado em Antropologia Social: PPGAS: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- HARRIS, N. *I novi intocabili. Perché abbiamo bisogno degli immigrati*. Milano: Il Saggiatore, 2000.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HERÉDIA, V. B. (Org.). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.
- HERÉDIA, V. B. M.; TEDESCO, J. C. O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: o caso dos senegaleses. In: HERÉDIA, V. B. M. (Org.). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Quatrilho Editorial, 2015, p. 137-170.
- HERRERA, G.; CARILLO, M. C. Trasformazioni familiari nell'esperienza migratoria ecuadoriana. Uno sguardo dal contesto di partenza. *Rivista Mondì Migranti*, n. 3. Milano, p. 63-83, 2010.
- IDOS, *Fondazione*. *Dossier statistico immigrazione – 2020*. Roma: Idos Edizione, 2019, 2020; 2021; 2022.
- INTROINI, F.; MEZZETTI, G. Storie di jihadismo. Il processo di radicalizzazione e la sua plausibilità. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2019*, op., cit., p. 293- 318.
- KAAG, M. Il ruolo dela confraternita dei Muiridi nella vita dei migrante senegalesi. In: PALTRINIERI, A. C. (a cura di). *Un futuro in gioco. Tra muridi senegalesi e comunità italiana*. Milano: Franco Angeli, 2006, p. 125-131.

- KALIR, B.. Departheid: la gobernanza draconiana de los migrantes ilegalizados en los Estados Occidentales. *Runa*, v. 41, n. 1. Buenos Aires, 2020 – On line.
- KING, E. R.; KNIGHTS, M. (1994). The Geography of Bangladeshi Migration to Rome. In: *International Journal of Population Geography*, 4: p. 299-321.
- KLEIDERMACHER, G. Entre confrarias y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa em Buenos Aires. In: *Cuadernos de Antropología Social*, n. 38. Buenos Aires: UBA, p. 109-130, 2013.
- KLEIDERMACHER, G. Movilidad e inserción de inmigrantes senegaleses recientes en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. *Revista Internacional de Estudios Migratorios (RIEM)*. Vol. 5 (1), p. 93-118, 2015.
- KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2008,
- KRÄMER, A.; SCHMIDT, I. PICCININI, M. L.; VOLKMER, M. S. O acesso à educação aos imigrantes haitianos em uma escola pública de Arroio do Meio. *Revista Signos*, Lajeado, ano 37, n. 2, p. 23-45, 2016.
- KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- KYMLICKA, W. *Le sfide del multiculturalismo*. Il Mulino, XLVI, v. 370, p. 199-217, 1997.
- LAHLOU, M. Filières migratoires subsahariennes vers l'Europe (via le Maghreb).” In: MARFAING, L.; WIPPEL, S. (Eds.). *Les Relations transsahariennes à l'époque contemporaine: un espace en constante mutation*. Paris: St. Éditions, 2004, p. 113-140.
- LALOU, R. Les migrations internationales en Afrique de l'Ouest face à la crise. In: COUSSY, J.; VALLIN, J. (Éds.). *Crise et population en Afrique*. Paris: CEPED, 1996, p. 346-373.
- LAZZARI, F. Migrazioni e cooperazione allo sviluppo. In: AMBROSINI, M; BERTI, F. *Persone e migrante. Integrazione locale esentieri di co-sviluppo*. Milano: Franco Angeli, 2009, p. 213-232.
- LEMKE, Thomas. *Biopolítica: críticas, debates e perspectivas*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.
- LEVINAS, E. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LOPEZ, G. A. J. *Trabalho e ritual: uma etnografia dos imigrantes e refugiados muçulmanos que realizam o abate Halal nos frigoríficos do Oeste catarinense*. São Carlos: UFSC, 2019. Dissertação em Antropologia Social.
- MACEDO, C. A. *Imigrantes haitianos no Brasil: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Dialética, 2020.
- MACEDO, J. S. *Pessoas e mundos em movimento: migrantes haitianos e senegaleses na região da Grande Florianópolis (SC)*: UFSC, 2019. Tese em Antropologia Social.
- MACEDO, Leticia. *Missão de Paz no Haiti: 9 momentos para entender a história da operação liderada pelo Brasil*. G1, 2017.
- MAGALHÃES, G. M. *Fronteiras do Direito Humano à educação: um estudo sobre os*

imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010.

MAGALHÃES, G. M.; SCHILLING, F. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. *Pro-Posições*. Campinas, v. 13, n. 1 (67), p. 43-64. Jan./abr., 2012.

MALOMANO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015.

MANTOVANI, G. (a cura di.). *Intercultura e mediazione*. Roma: Carocci, 2008.

MAPRIL, J. Bangla masjid: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa. *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005, p.851-873.

MARABELLO, S. *Antropologia e Migrazioni: una storia di co-sviluppo tra l'Italia ed il Ghana*. Bologna: Università di Bologna, 2009. Dottorato di Ricerca. Cooperazione Internazionale e Politiche per lo Sviluppo Sostenibile.

MARCELINO, B. A. de M. *Comunidades evangélicas haitianas. Um estudo etnográfico em Guaianases*. São Paulo: PUC/SP, 2021. Doutorado em Ciência da Religião.

MARINI, F. *Co-sviluppo e integrazione*. Milano: Franco Angeli, 2015.

MARINUCCI, R. A migração dos deuses. As migrações internacionais e a questão religiosa contemporânea. In: PEREIRA, Glória Maria Santiago; PEREIRA, José de Ribamar Sousa (Orgs.). *Migração e globalização: um olhar interdisciplinar*. Curitiba: CRV, 2021, p. 189-207.

MARTES, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. In: *Estudos Avançados*, 20 (57), maio/agosto, p. 41-54, 2009.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no séc. XXI. In: *Travessias na De\$ordem Global*. São Paulo: Paulinas, p. 37-75, 2005.

MASSOT, S. Le retour des migrants ou l'émergence de "nouveaux ouzbeks": les effets d'un rite de transition. In: *Revue Européenne des Migrations Internationales*, n. 23. Paris, p. 59-84, 2010.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N.1 Edições, 2018.

MENEZES, C. O drama dos muçulmanos nos abatedouros brasileiros. In: *Revista Carta Capital*, 17 de junho de 2014.

MEROTTA, L. *Unione Europea, África e migrazioni*. Milano: Fondazione Ismu, 2021.

MINVIELLE, R. Camelots sénégalais à Buenos Aires: une négociation cosmopolite du trottoir. *Revue Européenne des Migrations Internationales (REMI)*, v. 32, n. 2, p. 121-144, 2016.

MINVIELLE, R. *Parcours africains en Amérique latine ou comment s'ébauche un dispositif migratoire transatlantique sud-sud*, Thèse en sociologie, Aix Marseille Université, 2013.

- MINVIELLE, R. *Migrantes africanos em Buenos Aires: entre estigmatização e exotização. Universitas humanísticas*. Bogotá, v. 80, p. 79-106, 2015.
- MINVIELLE, R. *Le bout de la terre: migrants africaines à Buenos Aires*. Paris: L'Harmattan, 2020.
- MIRANDA, S. C. de. *A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. São Paulo: PUC-SP, 2017.
- MOUHOUD, E. M. (Dir.) *Les nouvelles migrations – Un enjeu Nord-Sud de la mondialisation*. Paris: Universalis, 2006.
- NDIAYE, E.M. *L'économie Sénégalaise: enjeux et problématiques*. Dakar: L'Harmattan-Sénégal, 2011.
- NDIONE, B. (Ed.). *Les Statistiques des travailleurs migrants en Afrique de l'Ouest: Synthèse sous-regionale. Projet: Migration de main-d'oeuvre pour l'intégration et le développement en Afrique*, Dakar: ILO, 2012.
- PACHI, P. A imigração haitiana e as mudanças no espaço urbano da cidade de São Paulo. In: *Revista Ideias*, Campinas, SP, v.11, 1-29, 2020.
- PALTRINIERI, A. C. (a cura di). *Un futuro in gioco. Tra Murudi senegalesi e comunità italiana*. Bologna: Il Mulino, 2006.
- PARELLA, S. El sector del trabajo del hogar y de cuidados en España en tiempos de covid-19. *Anuario CIDOB de la Inmigración*, p. 102-114, enero, 2021.
- PARISE, P. Brasile: covid-19 e migrazioni. In: PRINCIPE, L.; SANFILIPPO, M. (a cura di). *Migranti, covid, mercato di lavoro*. Roma: Cser, 2022, p. 157-164.
- PARISE, P.; CARVALHO, L.; PEREIRA, J. C. Missão Paz: assistência, formação e incidência social versus o negativismo de direitos a migrantes e refugiados na interface da Covid-19. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020, p. 79-94.
- PASTORE, F. *Transnacionalismo e co-sviluppo*. Roma: Cespi, 2006.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais: Teorias, políticas e movimentos sociais. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 20, (57), 2006, p.7-24.
- PEREIRA, A. B. Imigrantes, refugiados e o coronavirus. Notas de reflexão. *Boletim*, n. 66 – Ciências Sociais e o coronavirus, 19 de junho de 2020 – on line.
- PEREIRA, A. B.; BERSANI, A. F. A topografia irregular da subnotificação de Covid-19. *NexoJournal*. Ensaio. 16 de junho, 2020 – on line.
- PEREIRA, F. G.; TOSTES., S. C. P. O local e o global: um estudo sobre trabalhadores muçulmanos no contexto de transnacionalização econômica (2010-2020). *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, 2021.
- PERRONE, L. *Da straniero a clandestino*. Napoli: Liguori, 2005.
- PERROUD, M. Migration retour ou migration detour? Diversité des parcours migratoires des brésiliens d'ascendance japonaise. In: *Remi – Revue Européenne des Migrations Internationales*, n. 1, v. 23, p. 49-70, Paris, 2007.

PIPERNO, F.; STOCCHIERO, A. *La valutazione dei progetti di co-sviluppo: critério e indicatori*. Roma: Cespi, 2011.

POMPEO, F. *Migrazioni e conflitti di cittadinanza in una periferia storica romana*, Roma: Meti, 2011.

PORTERA, A. (a cura di). *L'educazione umanistica interculturale nelle agenzie educative*. Padova: CEDAM, 1997.

PORTES, A. *Estudos sobre as migrações contemporâneas – Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa:Ed. Fim de Século, 2006.

PRENCIPE, L. La religione dei migranti: tra ripiegamenti ghetizzanti e possibilità di nuova coesione social. *Studi Emigrazione*, XLVII, n. 178. Roma, p. 265-286, 2010.

PRIORI A. Romer Probashira. Reti sociali e itinerari transnazionali bangladesi a Roma. In: QUATTROCCHI, P.; TOFFOLETTI, M.; TOMMASIN, E.V. *Il fenomeno migratorio nel comune di Monfalcone. Il caso della comunità bengalese*, Gradisca d'Isonzo: La Grafica, p. 78-92, 2012.

RAMOS, M. C. Diásporas, culturas e coesão social. In: BIZARRO, R. (Coord.). *Eu e o outro. Estudos multidisciplinares sobre identidade(s), diversidade(s) e práticas interculturais*. Porto: Areal Editores, 2007, p. 78-95.

RAMOS, M. C. Pereira. "Impactos demográficos e sociais das migrações internacionais em Portugal". In: RAMOS, N. (Org.). *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas*. João Pessoa, EDUFPB, 2003, p. 11-44.

RAMOS, M. da C. *Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais. Grandes Problemáticas do Espaço Europeu*. Porto: FLUP, 2012.

RANGEL, P. *Barrados: um ensaio sobre os brasileiros inadmitidos na Europa e o conto da aldeia global*. Brasília, DF: Abaré Editora, 2012.

RAPHAEL, F. "L'étranger" de Georg Simmel. In: WATIER, P. (Sous la direction de). Georg Simmel. *La sociologie et l'expérience du monde moderne*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986, p. 257-279.

RAVECCA, A. *Studiare nonostante: capital sociale e successo scolastico degli studenti di origine immigrata nelle scuole superiori*. Milano: Franco Angeli, 2009.

RIBEIRO, Carolina da F. B. *Migração Haitiana para o Brasil – processo de fixação e adaptação: uma questão de gênero (2013-2014)*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2015.

RICCI, A. Migrazioni, demografia e sviluppo: lo scenario mondiale nel 2015. In: *IDOS. Dossier statistico immigrazione 2021*, op., cit., p. 17-24.

RODRIGUES, G. M. A.; TERESI, V. M. O conceito de vulnerabilidade: uma perspectiva interdisciplinar para os Direitos Humanos. In: VALENTE, I.; SALA, J. B. (Org.). *Cidadania, migrações, Direitos Humanos*. Campo Grande: EDUFCG, 2018, p. 117-145.

ROGOFF, Barbara. Transformações culturais e relações entre comunidades. In: _____. *A Natureza cultural do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 265-294.

ROSSITTI, C. Seconde generazioni. Differenze culturali in alcune scuole di Roma. In:

Studi Emigrazione. XLIII, n. 164, Roma, p. 987-998, 2006.

RUSEISHVILI, Svetlana. *Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo*. Boletim Coletividades - Sociologia na pandemia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, 2020. <http://www.ppgs.ufscar.br/boletim-coletividades-sociologia-na-pandemia/>

RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SÁ, Patrícia R. C. de; SILVA, F. R. *Desafios à inclusão dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2016.

SACCO, G. Italia addio. Démographie et immigration. *Revue Française de Géopolitique*. Paris: Sorbonne, n. 17, p. 113-143, 2007.

SAKHO, P. S. *Senegal: storia, economia e risorse*. Bologna: L'Arca, 1998.

SAKHO, P.; DIAL, F. B. Cadre general des migrations sénégalaises. In: *Notes d'analyse et de Synthèse*. Module Démographique et Économique, n. 73. Florence, p. 23-46, 2014.

SAKHO, P.; DIOP, M. C. Mobilités, État et société. In: ----- (Dir.). *Le Sénégal des migrations*. Mobilités, identités, et sociétés. Paris: Karthala, 2015, p. 13-34.

SAKHO, P.; DIOP, R.; AWISSI-SALL, M. *Migration et genre au Sénégal*. Florence: EUI, 2011.

SAKHO, Papa et al. A emigração internacional senegalesa”. In: HERÉDIA, V. B. (Org.). *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

SANTOS, B. S. As hierarquias que estão em cheque. *Revista IHU – UNISINOS*, 2020 [On-Line. Entrevista].

SARLET, I. W. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SASSEN, S. *Migranti, coloni, rifugiati. Dall'emigrazione di massa alla fortezza Europa*. Milano: Feltrinelli, 1999.

SASSEN, S. *Una sociologia della globalizzazione*. Torino: Einaudi, 2008.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. *Histoire et recherche identitaire*. Paris: Bouchène, 2002.

SAYAD, A. *La Double absence*. Paris: Ed. Du Seuil, 1999

SCIDÀ, G. *Avventure e disavventure della sociologia dello sviluppo*. Milano: Franco Angeli, 2004.

SCIDÀ, G. Rivoluzione mobiletica como catalizzatore della globalizzazione. In: *Sociologia Urbana e Rurale*, n. 18, v. 49. Roma, p. 7-26, 1996.

SECCO, L. (A cura di). *L'educazione umanistica interculturale nelle agenzie educative*. Padova: CEDAM, 1992.

SEIDLER, Pauline, P. B. *Exportação brasileira de carne bovina para os muçulmanos do Oriente Médio e o Norte da África: perfil das transações comerciais e principais características do campo organizacional*. Brasília: UNB, 2012. Dissertação de Mestrado em Agronegócio.

SEITENFUS, R. *Crise haitiana e os desafios da ordem internacional, elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea*. Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/>.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2014.

SHAKO, P.; DIOP, R. A.; MBOUP, B.; DIADIOU, D. A emigração internacional senegalesa: das casas no campo às cidades litorâneas. In: HEREDIA, V. B. M. (Org.) *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Quatrilha Editorial, 2015, p. 23-50.

SIDDIQUI, T. *Institutionalizing Diaspora Linkage. The Emigrant Bangladeshis in Uk and Usa, Dhaka: International Organization for Migration, 2004*.

SILVA, A, R. de. *Imigração afro-islâmica na indústria avícola Halal brasileira*. São Paulo: USP, 2013. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. *Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2013.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 182-184.

SIMON, G. *La planète migratoire dans la mondialisation*. Paris: Armand Colin, 2008.

SIQUEIRA, S. *Migrantes e empreendedores na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Tese de doutoramento em Sociologia Política.

SIQUEIRA, S. *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil/Estados Unidos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SOARES, W. Da associação entre os retornados internacionais e os intermediários da rede migratória valadarense. In: *REMHU*, n. 32, ano XVII. São Paulo, p. 47-59, 2009.

SOARES, W. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Belo Horizonte, UFMG, 2002. Tese Doutorado em Demografia.

SOME, A. N. *Migration internationale au Sénégal: profil national pour le développement de politques stratégiques*. Dakar: OIM, 2009.

STANDING, G. *O Precariado – A nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STOCCHIERO, A. *Migranti i città: un patto per il co-sviluppo africano*. Milano: Cespi, 2004.

STORATO, G. *Stili di vita e identità sulla soglia. Una ricerca sugli adolescenti di origine bangladesa a Montecchio Maggiore*, Tesi di Laurea, Università degli Studi di Padova, 2011.

THIAM, M. T.; CROWLEY, J. *Impact des changements environnementaux sur les migrations humaine. Études de cas: Sénégal et Côte d'Ivoire*. Unesco: Jerin, 2014.

TONHATI, T.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T. de. Os Imigrantes Haitianos no Brasil: Formas de entrada, permanência e registros. In: CAVALCANTI, L. et al. (Org.). *A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região e no Distrito Federal*. V. 3. 2018. p. 24-39.

TRAPAGA, I. Las migraciones como pandemias. Normalización y normativización de los cuerpos migrantes en el México contemporáneo. *Runa*, v. 1., n. 1., 2020, on line.

TUCCI, M. L. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n.119, p. 115-130, 2018.

UEBEL, R. R. G.; RÜCKERT, A. A. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno migratório contemporâneo. *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 92–110, 2017.

UEBEL, R. R. G. Dinâmicas migratórias e transfronteirizações na Bacia do Prata: um olhar sobre a migração transnacional de haitianos e senegaleses. In: R. BAENINGER, R. et al. (Orgs.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

VELDEN, F. F; RIETH, F. Da criação ao abate: etnografias dos caminhos da pecuária no Brasil. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 7, p. 1-15, 2019.

VILELA, E. M. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 54, v. 1, p. 89-129, 2011.

VILLARREAL, M. Replanteando el debate sobre migraciones internacionales y desarrollo: nuevas direcciones y evidencias. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)*, Brasília, v. 25, p. 181-198, 2021.

WALDINGER, R.; PERLAMANN, J. Seconde generazione: presente, passato, futuro. In: AMBROSINI, M.; ABBATECOLA, E. (A cura di). *Famiglie in movimento: separazioni, legami, ritrovimenti nelle famiglie migranti*. Genova: Il Melangolo, 2010, p. 251-278.

WALLERSTEIN, I. Sistemas históricos como sistemas complexos. ----- (Org.). *Impensar las ciencias sociales*. México D.F: Siglo Veintiuno, 1998, p. 249-256.

WIHTOL DE WENDEN, C. *Atlas des migrations dans le monde*. Paris: Altremont, 2005.

WIHTOL DE WENDEN, C. *La question migratoire au XXIe siècle*. Paris: Presses de Sciences Po, 2013.

ZANINI, M. C. C. *Italianidade no Brasil Meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

ZANINI, M. C.; BARBOSA, L. S; CESÁRIO, F. de. Um panorama das migrações internacionais para o sul do Brasil: haitianos e senegaleses em movimento. In: ZIMERMAN, A. *Impacto dos fluxos imigratórios recentes no Brasil*. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, 2017, p. 80-101.

ZOLETTO, D. *Straniero in classe. Una pedagogia dell'ospitalità*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2007.

AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS revelam uma sociedade sempre mais *móvel* e dinâmica. Novos grupos, destinos, vínculos transnacionais, sociabilidades e relações constituem-se na atualidade, reproduzindo lógicas relacionais, conflitualidades e superações que fazem parte das migrações de sempre, bem como vêm dinamizando processos e estratégias que expressam as dinâmicas de um mundo mais globalizado e interligado.

OS TEMAS CENTRAIS DA PRESENTE OBRA SÃO:

- Globalização, transnacionalismo e o fenômeno migratório atual;
- O tripé: família, trabalho e religião;
- A Pandemia da Covid e os imigrantes;
- Redes, sociabilidades e vínculos integrativos;
- Desenvolvimento econômico, associativismo, remessas e retornos.

